II ENCONTRO DE ARQUEOLOGIA DE LISBOA

ARQUEOLOGIA EM MEIO URBANO

TEATRO ABERTO, 22 A 24 DE MARÇO, 2018

II ENCONTRO DE ARQUEOLOGIA DE LISBOA

ATAS

ARQUEOLOGIA EM MEIO URBANO

TEATRO ABERTO, 22 A 24 DE MARÇO, 2018

TÍTULO
II Encontro de Arqueologia de Lisboa: Arqueologia em meio urbano.
(Teatro Aberto, 22 a 24 de Março, 2018)

EDIÇÃO
Centro de Arqueologia de Lisboa | Departamento de Património Cultural | Direção Municipal de Cultura | Câmara Municipal de Lisboa

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Ana Sofia Antunes
Cristina Nozes
Marina Carvalhinhos
Vasco Leitão

IDENTIDADE GRÁFICA DO II ENCONTRO DE ARQUEOLOGIA DE LISBOA
Tiago Morais

DESIGN DO LIVRO DE RESUMOS E ATAS
Ana Filipa Leite

VERSÃO IMPRESSA
ACD Print SA
Rua Marquesa d'Alorna, 12 A – Bons Dias 2620-271 Ramada

TIRAGEM
300 exemplares

CD
MPO Portugal - Lda

ISBN
978-972-8543-52-5

COMISSÃO DO II ENCONTRO DE ARQUEOLOGIA DE LISBOA

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Pelouro da Cultura | Catarina Vaz Pinto
Direção Municipal de Cultura | Manuel Veiga
Departamento de Património Cultural | Jorge Ramos de Carvalho
Centro de Arqueologia de Lisboa | António Marques

COMISSÃO CIENTÍFICA
Catarina Tente
Catarina Viegas
Elisa de Sousa
Guilherme Cardoso
João Carlos Senna-Martinez
Rodrigo Banha da Silva
Susana Gómez Martínez

COMISSÃO EXECUTIVA
Jorge Ramos de Carvalho
António Marques
Cristina Nozes
Isabel Cameira
Eva Leitão
Anabela Caetano
Sandra Marques

AGRADECIMENTOS

CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE LISBOA
Carlos Vasques
Gracinda Ferreira
Filipa Pimenta
Moisés Campos

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO E FORMAÇÃO
Luísa Dornellas
Equipa de apoio

TEATRO ABERTO
Célia Caeiro
Equipa de apoio

ADVERTÊNCIAS:
O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. O Centro de Arqueologia de Lisboa declina qualquer responsabilidade por equívocos ou questões de ordem ética e legal.
O cumprimento, ou não, do Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa de 1990 (em vigor desde 2009), assim como as traduções para a língua inglesa, são unicamente da responsabilidade dos autores de cada texto.
Os direitos de autor da obra são extensíveis a todos os documentos, impressos ou manuscritos, com tratamento digital de imagem, nela publicados. Assim, toda e qualquer reprodução de texto e imagem é interdita, sem a autorização escrita dos autores, ou dos seus representantes legais, nos termos da lei vigente, nomeadamente o Código do Direito de Autor e Direitos Conexos. Em powerpoints, a reprodução de imagens ou de partes do texto é permitida, com a condição de origem e autoria do texto e das imagens serem expressamente indicadas no diapositivo em que é feita a reprodução.

Para intercâmbio (on prie l'échange, exchange accepted):
CAL - Centro de Arqueologia de Lisboa
Av. da Índia, 166, 1400-207 LISBOA, Portugal

ÍNDICE

ARTIGO COMPLETO NA EDIÇÃO DIGITAL

INTRODUÇÃO ---- **9**

RESUMOS ---- **11**

1| Intervenções no Largo de Santa Cruz do Castelo, 6-7: Dados preliminares sobre a ocupação da Idade do Ferro.
Sandra Guerra e Elisa de Sousa ---- **11**

2| O conjunto de ânforas da escavação do edifício Romano Republicano, do Beco do Forno do Castelo, lote 40 (n. 16-20) – Lisboa.
João Pimenta, Jorge Baptista e Nuno Mota ---- **36**

3| Os estudos do Arquiteto Cassiano Branco sobre o Teatro Romano de Lisboa. 1932-1960.
Ana Cristina Leite ---- **94**

4| A epigrafia de *Olisipo* na correspondência epistolar entre Emílio Hübner e José Leite de Vasconcelos.
Pedro Marques † ---- **138**

5| CRLx: Um projecto de estudo e valorização do Criptopórtico Romano de Lisboa.
Ana Caessa e Nuno Mota ---- **163**

6| Mosaico Romano do NARC, Lisboa: Estrutura construtiva, materiais e estratigrafia.
Jacinta Bugalhão, Ana Nunes, Ana Sofia Gomes, Carolina Grilo, Lídia Fernandes, Isabel Fernandes, Mário Cachão, Ana Costa e Conceição Freitas ---- **203**

7| Intervenção arqueológica na Calçada do Lavra: Dinâmicas de ocupação do espaço. Abordagem preliminar à necrópole romana.
Paulo Rebelo e Pedro Peça ---- **253**

8| Vestígios de *al-Uxbuna* no bairro da Mouraria: os silos da igreja de São Lourenço (Lisboa).
Andreia Rodrigues e André Teixeira ---- **264**

9| As cerâmicas comuns de um poço medieval das "Hortas de S. Domingos". Praça da Figueira (Lisboa).
Félix Zélio Silva ---- **266**

10| Indagações arqueológicas na muralha antiga de Lisboa: o lanço Ocidental da Porta do Ferro à Porta da Alfofa (Santa Maria Maior, Lisboa).
Marina Carvalhinhos, Nuno Mota e Pedro Miranda ---- **284**

11| "Cerca Fernandina": Rua do Terreiro do Trigo, 6-26, Alfama.
Alexandra Krus, José Pedro Henriques e Vasco Noronha Vieira ---- **285**

12| As Muralhas de Lisboa: O exemplo dos antigos Armazéns Sommer.
Nuno Neto, Paulo Rebelo, Ricardo Ávila Ribeiro, Ana Gomes e Alexandra Gaspar ---- **301**

13| Compreender a vida através da morte. Necrópole Medieval do Largo das Olarias, Mouraria (Lisboa).
Anabela Castro, Sónia Ferro, Alice Toso, Sandra Guerra e Joana Inocêncio ---- **326**

14| Um contexto cerâmico da Baixa Idade Média da Rua dos Correeiros (Baixa de Lisboa): Revisão crítica dos dados da sondagem 24-1991.
Rodrigo Banha da Silva, André Bargão, Sara Ferreira, Joana Bento Torres e André Teixeira ---- **328**

15| Hospital Real de Todos-os-Santos: As cerâmicas dos séculos XVI-XVII d'aquém e além Lisboa provenientes de duas estruturas hidráulicas.
André Bargão e Ana Isabel Barradas ---- **349**

16| Um forno cerâmico dos séculos XVI e XVII no Largo das Olarias (Mouraria, Lisboa).
Nuno Amaral de Paula, André Teixeira, Anabela Castro, Joana Bento Torres e Tiago Curado ---- **350**

17| A cerâmica do século XVII recolhida no poço-lixeira da Rua dos Bacalhoeiros, em Lisboa.
Helena Pinheiro, Raquel Santos e Luísa Batalha ---- **352**

18| Uma cozinha de Época Moderna preservada na Baixa Lisboeta.
Nuno Dias, Diogo Fernandes e Raquel Santos ---- **382**

19| O que se usava numa casa nobre. Consumo doméstico num ambiente abastado (1630-1680).
Tânia Casimiro e António Valongo ---- **407**

20| O dia em que a casa foi abaixo: evidência de ambiente doméstico em meados do séc. XVIII.
José Pedro Henriques, Tânia Casimiro, Vanessa Filipe, Vasco Noronha Vieira e Dário Neves ---- **408**

21| Contributos para a evolução do urbanismo de Época Moderna no sopé Sudeste da Encosta de Santana (Rua da Palma / Martim Moniz, Lisboa).
Ana Sofia Antunes, Sandra Guerra, Anabela Castro e Vanessa Filipe ---- **442**

22| Estudo arqueológico das fundações dos edifícios de Época Moderna da Baixa de Lisboa: a estacaria de madeira do Campo das Cebolas.
João Miguez, Cristóvão Fonseca, Teresa Quilhó, José Bettencourt e Tiago Silva ---- **490**

23| A frente fluvial da Boa Vista na Época Moderna: análise dos materiais localizados durante a construção da nova sede da EDP (Santos, Lisboa).
José Bettencourt, Inês Pinto Coelho, Gonçalo Lopes, Tiago Silva, Cristóvão Fonseca, Patrícia Carvalho, Rodrigo Banha da Silva, Christelle Chouzenoux, Alexandre Sarrazola e Marta Macedo ---- **524**

24| Novos dados para o conhecimento das actividades portuárias no eixo ribeirinho de Lisboa (séculos XVII-XIX): síntese dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos durante a construção do Hospital CUF Tejo.
Ana Rosa, Rui Ramos, Inês Mendes da Silva, Teresa Freitas, Tiago Silva e José Bettencourt ---- **525**

25| 6000 anos de estórias: resultados preliminares sobre as intervenções arqueológicas realizadas no âmbito de um projeto de instalação de ilhas ecológicas na cidade de Lisboa.
Vanessa Filipe, José Pedro Henriques, Ana Serranito Coelho, Alexandra Krus, Dário Neves e Vasco Noronha Vieira ---- **546**

26| Largo da Boa-Hora e edifício do extinto tribunal: constrangimentos e possibilidades da integração das estruturas arqueológicas na intervenção arquitectónica.
Ana Lúcia Barbosa ---- **548**

27| Projeto de espaços exteriores do Largo da Graça. Programa *Uma Praça em cada bairro*.
Maria do Rosário Salema e João Favila Meneses ---- **550**

28| Iluminar Lisboa. O fugaz caso da central da Boavista.
João Luís Sequeira, Luís Cruz, Inês Mendes da Silva, Diana Dinis e Ana Rosa ---- **552**

29| Palha para animais numa casa de Lisboa, no dia 1 de novembro de 1755.
João Pedro Tereso e Lídia Fernandes ---- **573**

30| Rua dos Bacalhoeiros, 32: Estudo de faunas de Época Medieval/Moderna.
Fábio Costa, Cleia Detry, António Marques e Lídia Fernandes ---- **596**

31| Sobre alguns animais recuperados nos silos de Carnide (Lisboa) – século XVII.
Cleia Detry, Simon Davis, Tânia Casimiro, Ana Caessa e Nuno Mota ---- **598**

32| Os metacarpos de *Bos taurus* dos silos de Carnide: o melhoramento do gado bovino em Portugal e uma ferramenta para a distinção entre sexos.
Cleia Detry e Simon Davis ---- **600**

33| A paisagem cultural de Lisboa no registo paleoambiental.
Andrés Currás, Ana Maria Costa e Maria Conceição Freitas ---- **602**

34| A contribuição da geologia na compreensão da evolução ambiental da margem norte do rio Tejo – resultados do projecto *Lisbon Stories.*
Ana Maria Costa, Maria Conceição Freitas, Jacinta Bugalhão, César Andrade e Vera Lopes ---- **603**

35| "Nós" e os "Outros". O que a arqueologia em meio urbano nos pode ensinar e permitir.
Márcio Martingil ---- **632**

36| Um contexto dos inícios do século XVIII da Rua dos Correeiros (Baixa de Lisboa): Revisão crítica dos dados da sondagem 14 (1991).
Sara Ferreira, André Bargão, Rodrigo Banha da Silva, Joana Bento Torres e André Teixeira ---- **644**

LISTA DE ABREVIATURAS ---- **674**
AUTORES ---- **675**
PARTICIPANTES ---- **676**

INTRODUÇÃO

Os Encontros de Arqueologia de Lisboa, criados pelo CAL/DPC em 2015, surgiram da necessidade de dar resposta ao aumento exponencial da prática arqueológica na cidade e de agregar a informação resultante, necessariamente fragmentada. Assumindo-se como um espaço de reunião, divulgação, debate e partilha da informação arqueológica, tem também como objetivo colocá-la à disposição de um público diversificado e ao serviço do município, devolvendo ao presente as memórias do passado, disponibilizando mais conhecimento e novos discursos para a promoção do vasto legado histórico e patrimonial da cidade de Lisboa.

Dando continuidade ao sucesso que foi a primeira edição destes Encontros, nesta segunda edição, mais uma vez se registou uma enorme afluência de propostas que, novamente, obrigou ao alargamento da atividade de 2 para 3 dias, entre 22 e 24 de Março de 2018, no Teatro Aberto. Foram apresentadas 35 comunicações, que envolveram um total de 80 investigadores e cobriram um espectro cronológico que abarca a ocupação humana deste espaço geográfico, desde a Pré-História quási até à atualidade.

Ainda que as presentes Atas não integrem a totalidade dos artigos relativos às apresentações efetuadas, é notável o esforço desenvolvido por muitos dos participantes na redação dos mesmos. Resultando numa publicação que traz à estampa um leque de informações novas, variadas, que começa com notícias acerca da ocupação sidérica da colina do Castelo de São Jorge, e termina no século XIX com informações acerca de uma "fugaz" iluminação da cidade de Lisboa.

De permeio, abordaram-se assuntos fulcrais para a história e identidade da cidade de Lisboa, tais como a já sobejamente identificada Necrópole da Praça da Figueira, cuja dimensão não cessa de nos surpreender, registando-se a sua continuidade na Calçada do Lavra, ou o Criptopórtico. Também o conhecimento da denominada Cerca Fernandina é reforçado, à semelhança do que sucede relativamente ao quotidiano dos habitantes que foram construindo esta cidade, mormente através do estudo dos objetos do seu dia a dia que vão sendo recuperados nas centenas de intervenções arqueológicas que ocorrem na cidade.

Durante a preparação destas Atas, infortunadamente tomámos conhecimento de que o jovem investigador, autor da comunicação e artigo acerca da Epigrafia de *Olisipo*, Pedro Marques, havia partido. Além da saudade, deixou-nos uma já vasta obra de investigação, de que felizmente a cidade de Lisboa beneficiou, designadamente através do artigo que redigiu e que certamente terá sido um dos seus últimos contributos para um conhecimento mais esclarecido. Bem hajas Pedro!

Não podemos terminar sem antes lembrar e agradecer a disponibilidade da equipa do Teatro Aberto, e em especial da Dr.ª Célia Caeiro, mas também dos colegas do Departamento de Desenvolvimento e Formação da CML, em particular das Sras. Eng.ª Luísa Dornellas e Dr.ª Sandra Marques. Um agradecimento especial também a todos os colegas do Centro de Arqueologia de Lisboa que, apesar de não estarem diretamente envolvidos nesta atividade, contribuíram para a sua realização.

Finalmente, um agradecimento especial a todos os colegas e investigadores que trabalham na cidade de Lisboa e que, graças ao seu empenho e disponibilidade, tornam possíveis eventos desta natureza.

A Comissão Executiva

#1 INTERVENÇÕES NO LARGO DE SANTA CRUZ DO CASTELO, 6-7: DADOS PRELIMINARES SOBRE A OCUPAÇÃO DA IDADE DO FERRO.

SANDRA GUERRA
ELISA DE SOUSA | UNIARQ/FL/UL

RESUMO

Este trabalho tem como principal objectivo divulgar os dados recuperados durante escavações recentemente realizadas na área mais elevada da colina do Castelo de São Jorge, no Largo de Santa Cruz do Castelo, 6-7, em particular os respeitantes à ocupação sidérica. Elementos arquitectónicos e da cultura material deste período (sobretudo ânforas, cerâmica de engobe vermelho, cerâmica pintada em bandas, cerâmica cinzenta, cerâmica comum e cerâmica manual) foram recuperados em vários dos sectores aqui intervencionados, revelando uma diacronia balizada, *grosso modo*, entre o século VII e os séculos V/IV a.C.. O facto de esta fase de ocupação se encontrar bem documentada estratigraficamente, tendo permitido a associação de elementos arquitectónicos a conjuntos bem caracterizados da cultura material, tem um valor indiscutível no quadro do estudo das ocupações antigas da cidade, sempre limitado pelas condicionantes da arqueologia preventiva.

Palavras-Chave: Idade do Ferro; Lisboa; Castelo de São Jorge; elementos arquitectónicos; cerâmica.

ABSTRACT

This work´s main objective is to disclose the data recovered during recent excavations carried out in the upper area of Castelo de São Jorge, in Largo de Santa Cruz do Castelo, 6-7, particularly those related with its Iron Age occupation. Architectural elements and material culture of this period (mainly *amphorae*, red slip wares, gray wares, common wares and handmade ware) were recovered in several of the excavated sectors, revealing a diachrony between the 7th and the 5th/4th century BC. The fact that this Iron Age occupation is well documented throughout the stratigraphy, both in terms of architectonic elements and material culture, is undoubtedly important in the framework of the study of Lisbon´s ancient occupations, always limited by the conditioning factors of preventive archaeology.

Keywords: Iron Age; Lisbon; Castelo de São Jorge; architectonic elements; pottery.

1| INTRODUÇÃO

Em 2015, um projecto de remodelação do Edifício n.º 6-7 do Largo de Santa Cruz do Castelo, localizado em área muito próxima à Praça Nova e ao Castelejo, obrigou à realização de várias sondagens arqueológicas no seu interior que permitiram identificar e escavar uma série de contextos arqueológicos bem conservados de várias cronologias, que se estendem desde a Idade do Ferro até ao período contemporâneo.

Este sítio implanta-se próximo do topo da colina do Castelo de São Jorge, possuindo uma cota máxima de 91 m, estando muito próximo da Alcáçova medieval (Figura 1 e 2). O edifício intervencionado, que tem frente para o Largo de Santa Cruz e torneia para a Rua das Flores, é de construção pombalina e foi edificado sobre vestígios de outro mais antigo, anterior ao terramoto.

Os resultados obtidos durante as escavações efectuadas no seu interior são de extrema importância para a compreensão das dinâmicas de ocupação desta área mais elevada da colina do Castelo, e suas respectivas cronologias, particularmente considerando a escassez de informações relativas aos momentos mais antigos da presença humana neste espaço.

Neste trabalho serão apresentados os elementos mais significativos identificados durante as intervenções que são associáveis à ocupação da Idade do Ferro, com particular incidência nos dados estratigráficos e arquitectónicos. O espólio associado a estas realidades é muito numeroso, e o seu estudo detalhado não se encontra ainda concluído na totalidade. Contudo, um dos espaços intervencionados ("Logradouro – Casa das Máquinas / Caixa de Drenagem") foi já analisado em pormenor, tendo permitido estabelecer, para esta área específica, uma cronologia centrada entre o século VII e o século V a.C. (Sousa e Guerra, 2018).

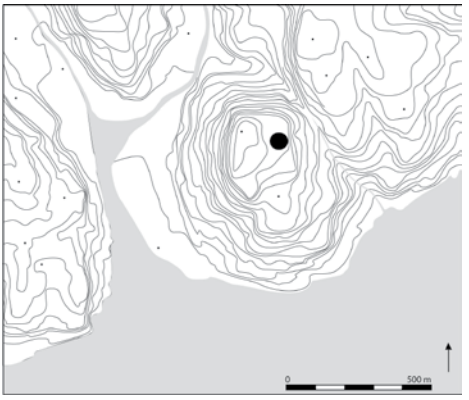


Fig. 1 – Localização do Edifício n.º 6-7 do Largo de Santa Cruz do Castelo na colina do Castelo de São Jorge (base cartográfica de J. Pimenta 2005).

Fig. 2 – Localização do Edifício n.º 6-7 do Largo de Santa Cruz do Castelo (fonte Google Earth).

2| A INTERVENÇÃO

Os trabalhos realizados no Edifício n.º 6-7 do Largo de Santa Cruz do Castelo decorreram em vários sectores, que foram definidos de acordo com o Projecto de Conservação e Recuperação. A ordem de execução das intervenções arqueológicas foi faseada e alternada, tendo-se desenvolvido consoante o decorrer da obra e as suas prioridades.

Neste edifício foram individualizados cinco sectores onde se realizaram as escavações: o Edifício 1 (Edifício Principal), o Edifício 2 (Edifício Interior), o Pátio (Pátio do Cerqueira), o Logradouro e o Pátio da Cisterna (Figura 3 e 4). Após as demolições das paredes interiores, os espaços interiores de cada edifício foram numerados como Sala 1, Sala 2, em diante, designando as áreas a escavar. No Pátio, a vala perimetral foi dividida em Vala 1 e Vala 2, não tendo sido possível a sua escavação em simultâneo. No Logradouro, a área anteriormente designada como Vala 1 passou a Casa das Máquinas, e a Vala 2 manteve a mesma designação, tendo-se-lhe acrescentado a expressão "Alargamento Norte". As Unidades Estratigráficas foram atribuídas individualmente por sondagem (salas, valas, sapatas), estabelecendo-se as respectivas correspondências se necessário.

Dos cinco sectores intervencionados, quatro proporcionaram contextos conservados da Idade do Ferro: o Edifício 1, o Edifício 2, o Pátio e o Logradouro.

Fig. 3 – Localização dos sectores intervencionados.

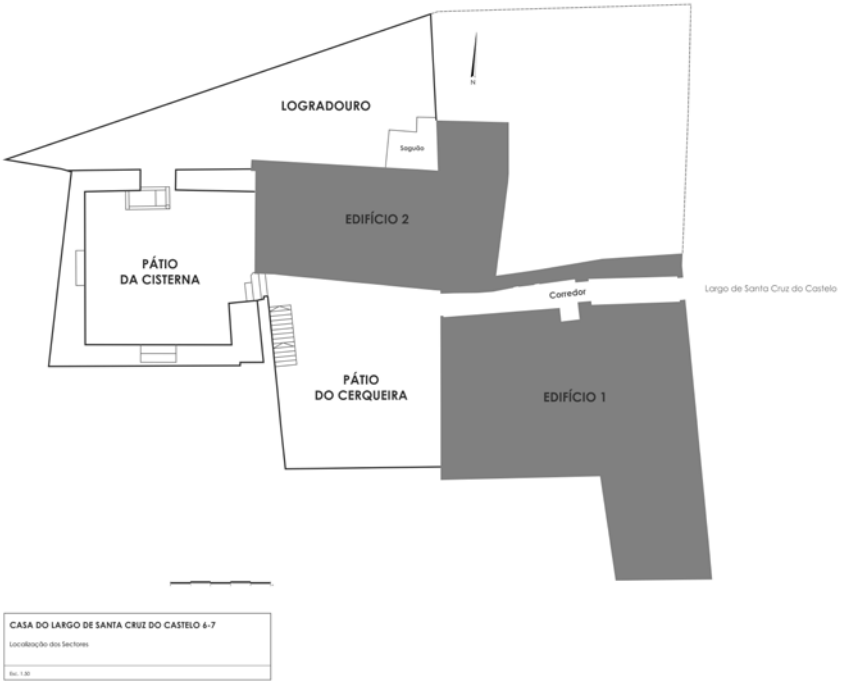
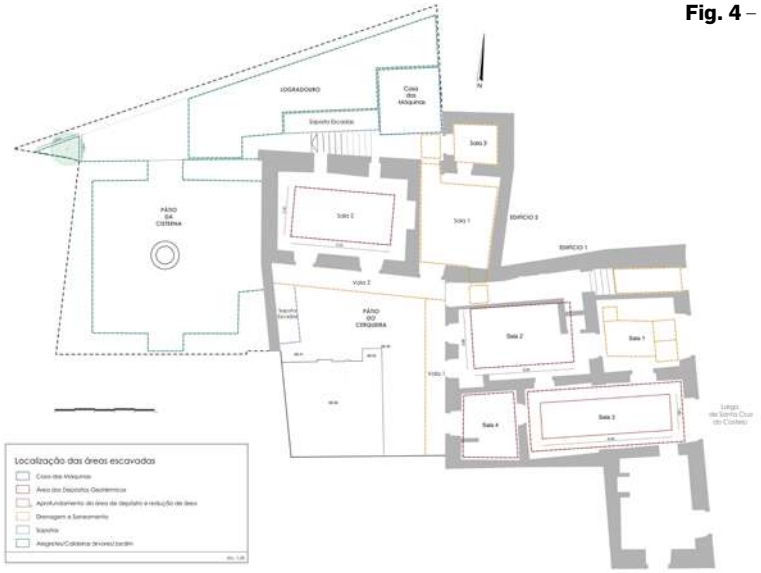


Fig. 4 – Localização das áreas escavadas.



2.1| EDIFÍCIO 1

A intervenção arqueológica realizada no Edifício 1 implicou a escavação de áreas relativamente amplas e deveu-se à execução do Projecto de Sistemas de Energia com a instalação dos Depósitos geotérmicos nas Salas 2, 3 e 4 e com o Projecto de Drenagem de Águas Residuais na Sala 1 (Figura 5). Em todos os espaços intervencionados foram identificados contextos da Idade do Ferro, encontrando-se particularmente melhor conservados na Sala 1.

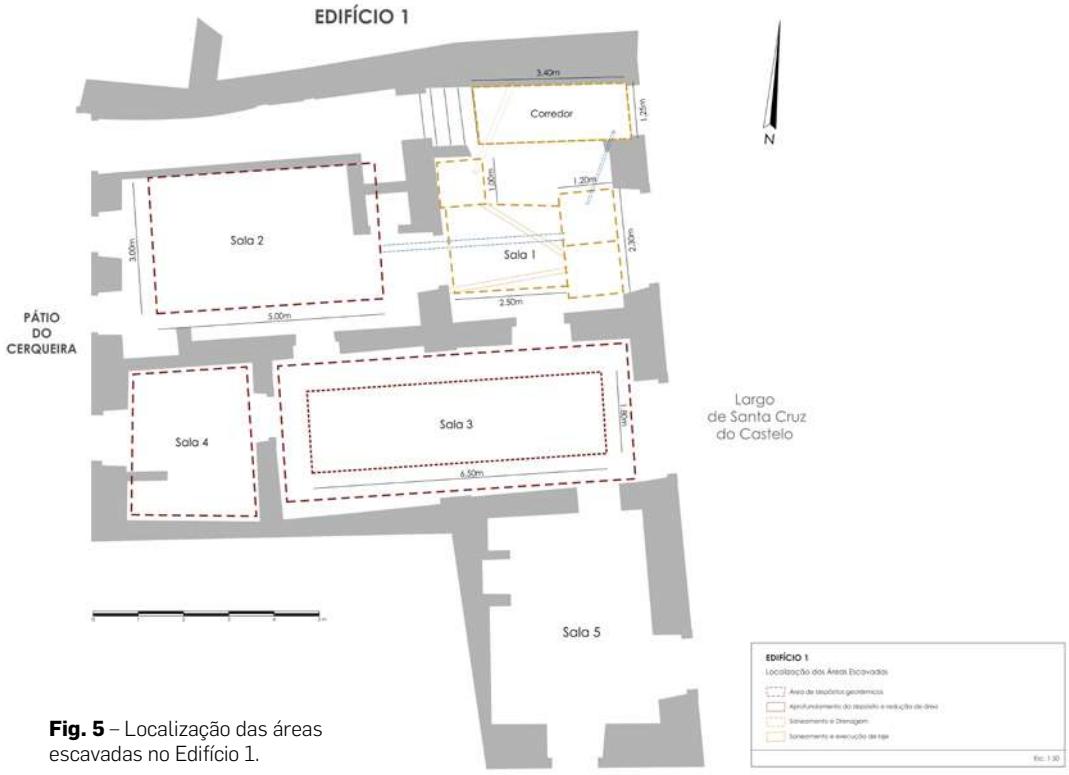


Fig. 5 – Localização das áreas escavadas no Edifício 1.

2.1.1| SALA 1

Na Sala 1, os contextos conservados da Idade do Ferro surgiram logo após a remoção do enrocamento do pavimento actual, prolongando-se até ao substrato rochoso (Figura 6). Foram perturbados apenas pela passagem de um sistema de saneamento e pelas fundações do edifício pombalino. O estrato mais recente da Idade do Ferro correspondia a um pavimento de argila vermelha,

ainda bem conservado (Figura 7), que é praticamente idêntico a outros identificados na área do Pátio e no Edifício 2, como se irá referir mais adiante. Este pavimento do Edifício 1 estaria provavelmente associado a uma estrutura de alvenaria, localizada parcialmente sob a fundação da fachada, e que foi muito afectado pela passagem de um esgoto e respectivos muros de apoio. Sob este pavimento desenvolve-se uma sequência de estratos dos quais se destaca a presença de duas áreas de combustão que poderiam estar associadas a pavimentos que não se conservaram. Sobre a rocha formaram-se depósitos que poderão estar relacionados com o preenchimento de depressões do substrato geológico, onde surgem algumas cerâmicas manuais, ainda que sempre associadas a produções a torno.

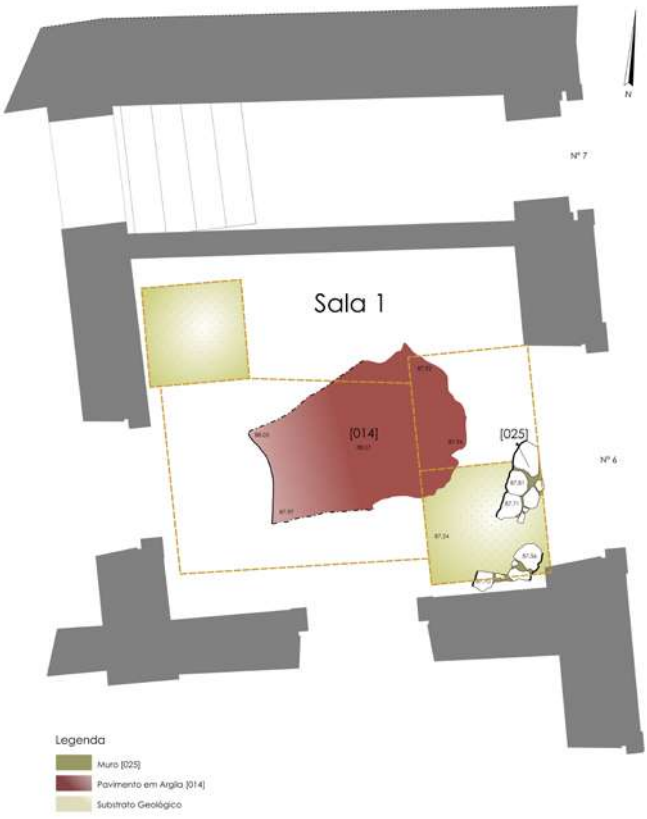


Fig. 6 – Planta da estrutura e pavimento do Edifício 1 – Sala 1.

Fig. 7 – Fotografia do pavimento de argila vermelha do Edifício 1 – Sala 1.

2.1.2| SALA 2

Na Sala 2 do mesmo Edifício foram também identificados contextos da Idade do Ferro. Neste caso, encontravam-se bastante mal preservados devido a obras recentes, realizadas no final do século XX. Estes estratos encontravam-se depositados sobre a rocha, preenchendo um deles uma depressão com forma ovóide, ao que parece intencionalmente talhada sobre o geológico. Resta ainda referir que no canto Sudeste da sala ainda se conservou uma área muito pequena do pavimento em argila vermelha identificado na sala contígua (Sala 1).

2.1.3| SALA 3

Na Sala 3, um pavimento de argila vermelha idêntico ao registado na Sala 1 foi identificado junto à fachada do edifício, numa área não atingida pela implantação do depósito geotérmico. Este pavimento e os estratos subsequentes encontravam-se cortados por uma imensa fossa medieval, estando os únicos estratos escavados da Idade do Ferro conservados entre o final desta fossa e o substrato rochoso. Estes depósitos atenuam pequenas depressões naturais do substrato geológico, incorporando um grande número de calco-arenitos des-

feitos, consequência da erosão da rocha. Mais uma vez, nestas camadas mais antigas, coexistem produções cerâmicas manuais e a torno.

2.1.4| SALA 4

Nesta Sala, a realidade registada não divergiu muito comparativamente às Salas anteriores, com excepção da Sala 1. Mais uma vez, os níveis da Idade do Ferro apenas se conservaram sobre a rocha e foram bastante assolados por afectações recentes.

2.2| EDIFÍCIO 2

No Edifício 2, localizado numa área mais interior, a escavação em área da Sala 1, destinada à passagem de infra-estruturas de Drenagem e Águas Residuais, e da Sala 2, para a instalação de um Depósito Geotérmico, permitiu, uma vez mais, a identificação de diversos contextos preservados, desta vez não só da Idade do Ferro, mas também do período romano, imediatamente sob o enrocamento da casa actual (Figura 8).

Fig. 8 – Planta das estruturas identificadas no Edifício 2.

2.2.1| SALA 1

Na Sala 1, os vestígios pré-romanos integram, pelo menos, duas fases arquitectónicas distintas. A mais recente, que integra dois momentos, parece corresponder à construção de estruturas de alvenaria, que estariam associadas a dois pavimentos de argila distintos, um em argila amarela e, outro, em argila vermelha, e a áreas de combustão, indiciando uma ocupação provavelmente habitacional. O espaço denuncia uma planta rectilínea, rectangular ou quadrangular, e os muros que o compõem são construídos numa alvenaria simples, com pedras de dimensões variadas e com uma largura média de 0,45 m.

Mais interessante é, contudo, a fase anterior, onde um outro pavimento de argila vermelha parece estar relacionado com estruturas construídas com tijolos de adobe e taipa (Figura 9, 10 e 11). Estas construções em terra foram identificadas sob as estruturas em alvenaria de pedra e parecem corresponder à ocupação mais antiga deste local, e cuja relação com as técnicas construtivas do período orientalizante é inquestionável.

Fig. 9 – Fotografia do pavimento de argila vermelha, associado às construções de terra (Edifício 2 – Sala 1).

Fig. 10 – Fotografia de pormenor dos adobes (Edifício 2 – Sala 1).

Fig. 11 – Fotografia de pormenor da taipa (Edifício 2 – Sala 1).

2.2.2| SALA 2

Na Sala 2, foi possível escavar uma área bastante ampla. Na fase mais recente foi identificado um pavimento argiloso sob o enrocamento do edifício actual, infelizmente mal conservado, sendo constituído por sedimentos de tonalidades variadas e mostrando uma superfície ruborizada pelo fogo. Por debaixo deste nível registaram-se estratos de aterro, com mais de 40 cm de espessura, que vieram colmatar a fase pré-existente. A esta fase está associado um muro de alvenaria, disposto longitudinalmente ao longo da Sala 2, que parece evidenciar dois tipos de construção distintos. A este muro apoiavam-se restos de dois níveis de pavimentos (ou de uma repavimentação) constituídos por fragmentos cerâmicos, cascalho e seixos rolados (Figura 12 e 13). Esta fase de ocupação assenta sobre duas camadas cuja deposição sobre o substrato rochoso parece funcionar como uma regularização do terreno de modo a preparar a construção de um espaço edificado.

Fig. 12 – Fotografia das estruturas identificadas no Edifício 2 – Sala 2.

Fig. 13 – Fotografia da sondagem realizada até ao substrato rochoso no Edifício 2 - Sala 2.

2.3| PÁTIO

No terceiro sector intervencionado, localizado no pátio interior do edificado, o Projecto de Águas Residuais e Drenagem implicou a escavação de uma vala em forma de L (Figura 14). Esta vala perimetral contígua às fachadas dos dois edifícios teve

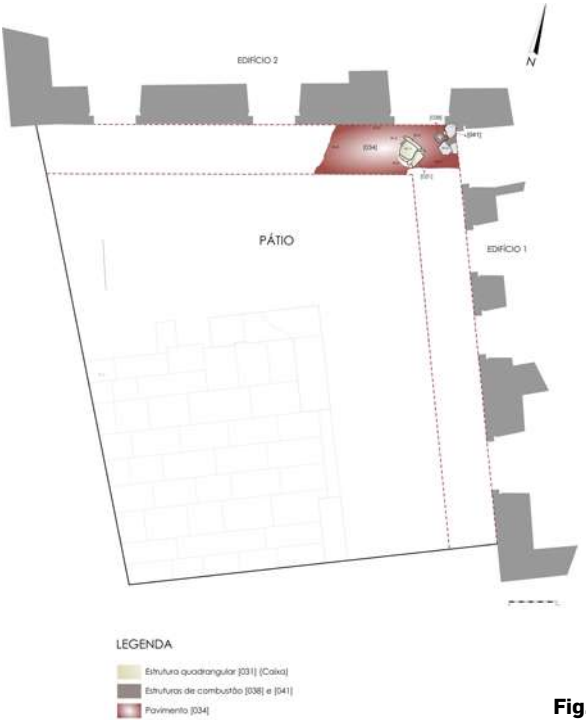


Fig. 14 – Planta das estruturas identificadas no Pátio.

como objectivo a instalação de um dreno. A escavação foi realizada de forma faseada tendo-se optado estabelecer duas valas: a Vala 1 (junto à fachada tardoz do Edifício 1) e a Vala 2 (junto à fachada Sul do Edifício 2). A área escavada como Vala 2, paralela à fachada Sul do Edifício 2, proporcionou dois níveis de pavimento, constituídos por argila vermelha, e que correspondem, muito provavelmente, à continuação de dois dos pavimentos identificados na Sala 1 do Edifício 2. O mais recente estava bastante danificado, encontrando-se conservado apenas no extremo Este da vala. Encontrava-se associado a áreas de combustão e várias manchas de carvões e cinzas. É de salientar que a este nível de ocupação estaria associada uma estrutura formada por lajes dispostas verticalmente, que parece formar uma espécie de caixa (Figura 15). Infelizmente, a escavação do seu interior não proporcionou materiais relevantes, ainda que recolhas do seu sedimento

tenham sido recuperadas para análises futuras. O nível mais antigo, que é cortado pela vala dessa mesma caixa, é constituído também por um pavimento de argila vermelha associado a uma pequena área circular estruturada com pequenas pedras contendo no seu interior alguns vestígios de cinzas e carvões. Sob este nível de ocupação desenvolvem-se depósitos que exibem a inclusão de elementos de rocha em desagregação, conjecturando-se a sua proximidade ao substrato geológico, que só foi atingido na escavação da Vala 1 Oeste, localizada paralelamente à fachada tardoz do Edifício 1. Nesta vala, os estratos escavados da Idade do Ferro são residuais, encontrando-se apenas conservados sobre a rocha.

Fig. 15 – Fotografia do pavimento e da caixa identificada no Pátio – Vala 2.

2.4| LOGRADOURO

2.4.1| CASA DAS MÁQUINAS / CAIXA DE DRENAGEM

No espaço designado de Casa das Máquinas / Caixa de Drenagem, foi possível escavar uma área com cerca de 10 m^2, tendo sido possível atingir o substrato geológico. Apesar das reduzidas dimensões, aqui foi possível, pela primeira vez, recolher dados que permitem uma caracterização mais segura e pormenorizada da sequência da fase inicial da ocupação da Idade do Ferro da antiga Lisboa.

Como já foi referido anteriormente, o espólio recuperado nos níveis da Idade do Ferro escavados neste sector foram já analisados na sua totalidade (Sousa e Guerra, 2018), tendo permitido reconhecer cinco fases no quadro da ocupação sidérica, que se podem enquadrar, cronologicamente, entre o século VII e o século V a.C. O espólio aqui recuperado integra 688 fragmentos inventariáveis (508 NMI) que, na sua esmagadora maioria, se enquadra nos fabricos considerados de origem local, situação que é, aliás, recorrente nos contextos sidéricos de Lisboa (Sousa, 2016, p. 173).

As fases detectadas neste sector denunciam dinâmicas de construção, utilização e reestruturação do espaço, que, contudo, nem sempre adquirem uma expressão cronológica evidente:

- A fase mais antiga (fase 1), datada em torno ao século VII a.C., engloba estratos localizados directamente sobre o geológico que provavelmente se destinaram à colmatação de irregularidades (Figura 16). Sobre estas, detectou-se um pavimento de terra batida e pequenos seixos, mal preservado, que estaria associado à estrutura de alvenaria de orientação N-S. É importante salientar que uma destas camadas de preparação cobria os restos de uma inumação infantil colocada directamente sobre o geológico, e que está a ser alvo de um estudo antropológico mais detalhado. Entre os materiais exumados nos níveis desta primeira fase (Figura 17), destaca-se a presença de uma ânfora produzida na área de Málaga (tipo 10.111 de Ramon Torres) e produções locais do tipo 1 do estuário do Tejo (Sousa e Pimenta, 2014, pp. 305-306). O serviço de mesa está representado sobretudo por pratos de engobe vermelho (semelhantes aos tipos P2 e P3 de Rufete Tomico), produções cinzentas (tigelas hemisféricas e taças de corpo ovalado) e comuns (tigelas e pratos). As restantes cerâmicas a torno incluem *pithoi* com decoração pintada e vasos de pastas grosseiras, provavelmente utilizados no processo de confecção de alimentos. A cerâmica manual é escassa, contando com apenas alguns fragmentos de tigelas e uma parede com decoração brunida externa, que poderá ter pertencido a uma taça carenada, de tradição do Bronze Final regional.

Fig. 16 – Fase 1 (Casa das Máquinas / Caixa de Drenagem).

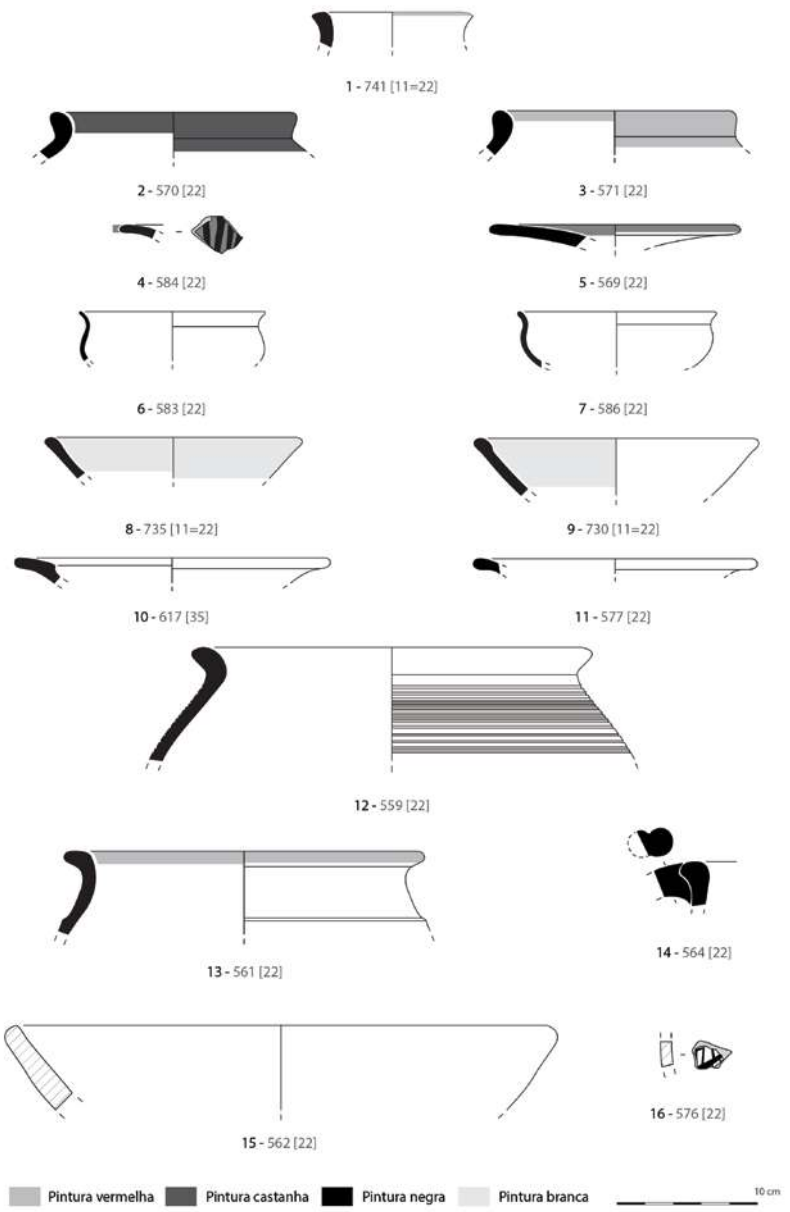


Fig. 17 – Materiais mais representativos da Fase 1 (ânforas – n.º 1 a 3; cerâmica de engobe vermelho – n.º 4 a 5; cerâmica cinzenta – n.º 6 a 7; cerâmica comum e pintada – n.º 8 a 14; cerâmica manual – n.º 15 a 16).

- A fase seguinte (fase 2) corresponde, aparentemente, a um processo de remodelação deste espaço, mantendo-se em utilização a estrutura pétrea. A este momento pertence um estrato de preparação de novo pavimento, infelizmente não conservado, e uma zona de combustão formada por uma placa de argila, junto à qual se identificaram algumas concentrações de fragmentos cerâmicos (Figura 18). Na zona Oeste surgiu uma camada com nódulos de argilas amareladas e carvões e, sob esta, um nível semelhante, mas com cinzas, que se associaram também a esta segunda fase. Por último, cabe referir um provável derrube identificado na zona este do espaço intervencionado. Os materiais recolhidos nestes níveis são muito semelhantes aos descritos anteriormente, podendo admitir-se, também neste caso, uma cronologia centrada no século VII a.C., ainda que, naturalmente, de um momento mais tardio que o anterior.

Fig. 18 – Estrutura de combustão associada à Fase 2.

- A fase sucessiva (fase 3) é constituída por uma camada relativamente espessa, com nódulos de carvão e inclusões de argila, que se alargava a quase toda a área intervencionada. Não é possível compreender se corresponde a um estrato de aterro ou se o seu topo foi utilizado como solo de ocupação, eventualmente associado a estruturas localizadas fora da área escavada. Os materiais recuperados apontam para uma cronologia centrada possivelmente em torno da primeira metade do século VI a.C. (Figura 19). As ânforas são todas de produção local, incluindo não só o tipo 1 do estuário do Tejo mas também fragmentos com bordos mais evertidos, um elemento que poderá corresponder a uma evolução das formas anteriores, e que irá culminar no aparecimento, algumas décadas mais tarde, do tipo 3 do estuário do Tejo (Sousa e Pimenta, 2014, pp. 306-308). Os vasos de engobe vermelho pertencem, sobretudo, a pratos, tigelas e pequenos vasos, e os de cerâmica cinzenta a taças de corpo ovalado ou globular, tigelas e pratos de bordo aplanado. A cerâmica comum e pintada inclui tigelas, jarros, recipientes de perfil esférico, *pithoi* e panelas. A cerâmica manual permanece escassa, tendo-se documentado apenas uma tigela e um vaso de bordo evertido e decorado com incisões, uma característica frequente no repertório regional desde a fase final da Idade do Bronze.

- A quarta fase é também constituída por um único nível, com inclusões de pedras de pequena e média dimensão, nódulos de carvão e de argilas amarelas e alaranjadas. Tal como no caso anterior, esta camada preenchia a quase totalidade do espaço intervencionado. Entre os materiais recolhidos (Figura 20) cabe destacar um fragmento de ânfora do tipo 10.1.2.1 de Ramon Torres, provavelmente produzida em Málaga, sendo as restantes produções locais. As ânforas do tipo 1 do estuário do Tejo estão ainda presentes no conjunto mas são agora suplantadas pelo tipo 3, com bordos claramente evertidos e engrossados no exterior. Na cerâmica de engobe vermelho regista-se a introdução de tigelas hemisféricas semelhantes ao tipo C4 de Rufete Tomico, e de pratos com carena mais acentuada, ainda que os de bordo aplanado continuem a ser a forma mais recorrente. As produções cinzentas são abundantes, englobando jarros, tigelas, taças e formas de perfil carenado. As formas mais completas apresentam um corpo de perfil carenado ou globular, sendo estas morfologias recorrentes no conjunto publicado da Sé de Lisboa, datado da segunda metade do séc. VI a.C. (Arruda, Freitas e Vallejo Sanchéz, 2000, p. 31). A cerâmica comum e pintada é representada por tigelas, pratos e um conjunto de recipientes de maior diâmetro poderão corresponder a algum tipo de bacia ou alguidar; nas formas fechadas contabilizaram-se panelas com superfícies queimadas e vasos de tipo *pithos* com decoração pintada. A cerâmica manual continua a ser escassa, contando-se apenas um fragmento de uma tigela, um recipiente que poderá corresponder a

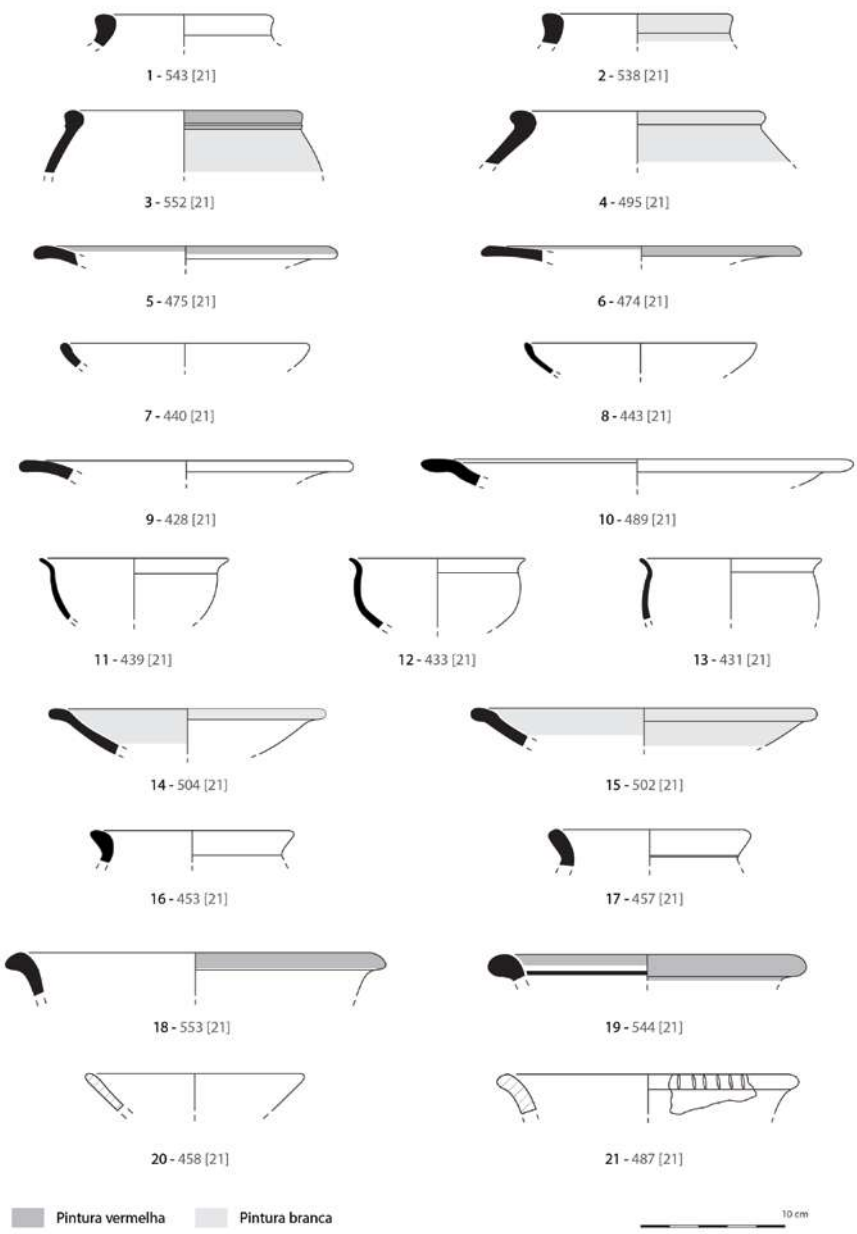


Fig. 19 – Materiais mais representativos da Fase 3 (ânforas – n.º 1 a 4; cerâmica de engobe vermelho – n.º 5 a 6; cerâmica cinzenta – n.º 7 a 13; cerâmica comum e pintada – n.º 14 a 19; cerâmica manual – n.º 20 a 21).

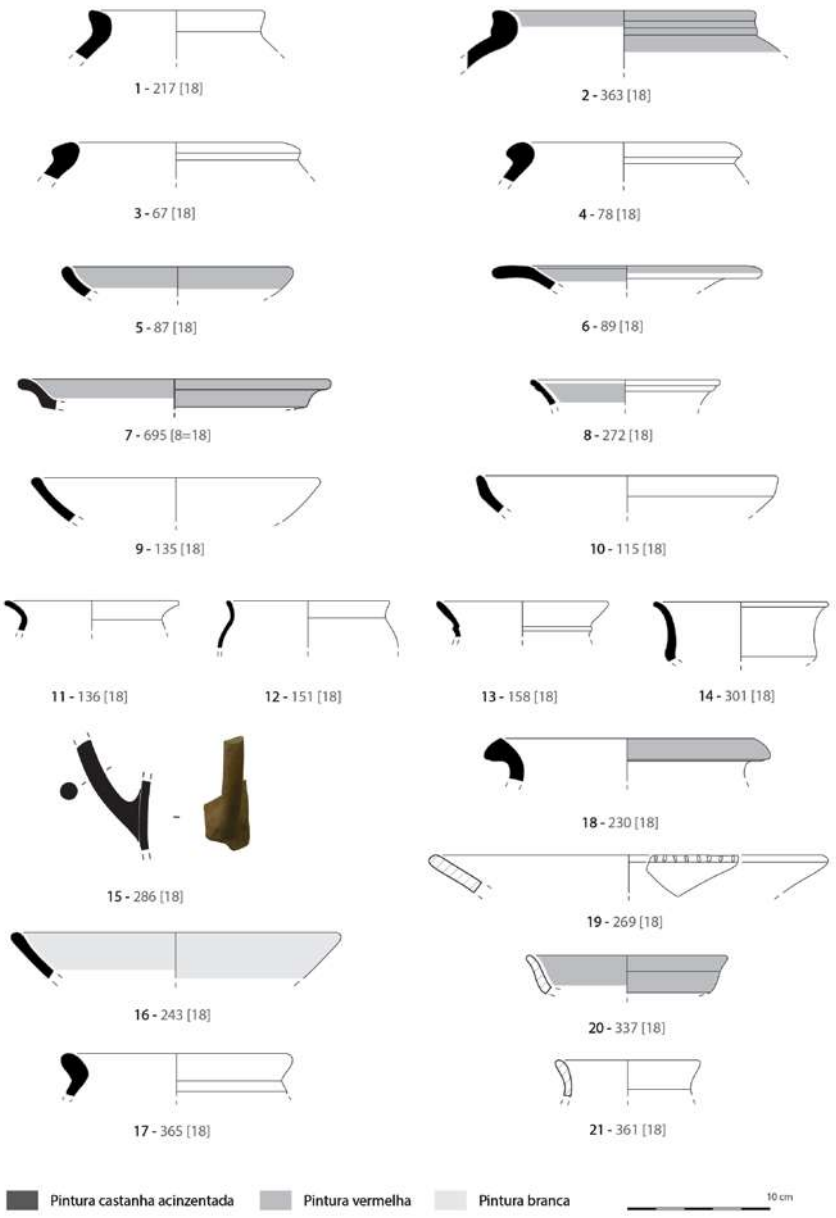


Fig. 20 – Materiais mais representativos da Fase 4 (ânforas – n.º 1 a 4; cerâmica de engobe vermelho – n.º 5 a 8; cerâmica cinzenta – n.º 9 a 14; cerâmica comum e pintada – n.º 15 a 18; cerâmica manual – n.º 19 a 21).

algum tipo de prato, com incisões sobre o bordo, uma taça de superfícies polidas com pintura vermelha em ambas as superfícies, e um vaso de diâmetro reduzido. Cabe ainda destacar uma peça particular recolhida no conjunto desta quarta fase, que corresponde a um pequeno fragmento de asa e parede, e cujas características de fabrico indicam uma possível origem exógena. Parece tratar-se de uma forma fechada, coberta com uma pintura vermelha na superfície externa, que poderia pertencer a uma *olpe* ou a uma *oinochoe*. O conjunto recuperado na quarta fase de ocupação sidérica é, sem dúvida, o mais representativo, denotando alterações significativas no repertório artefactual face às fases precedentes. Os elementos aqui recuperados sugerem uma cronologia centrada na segunda metade do século VI a.C., apresentando vários paralelos com o conjunto da Sé de Lisboa, datado deste mesmo período (Arruda, 1999-2000, p. 117), não sendo, contudo, impossível que se possa estender até aos inícios da centúria seguinte.

- A última fase (fase 5), datada do século V a.C., engloba uma fossa de detritos, que corta o nível anterior, que é preenchida por uma camada com nódulos de argila, carvões, cinzas e pedras de pequena e média dimensão. Na zona Oeste identificou-se ainda um outro nível constituído por um sedimento argiloso, com pedras de pequena e média dimensão, carvões e inclusões de argilas de várias tonalidades. Estes estratos estariam provavelmente associados a uma fase construtiva mais recente que terá sido fortemente afectada por construções posteriores. Nesta última fase (Figura 21) recuperaram-se duas ânforas integráveis no tipo 1 e 4 do estuário do Tejo, sendo de referir que este último corresponde a uma morfologia que só aparece no registo artefactual a partir do século V a.C. (Sousa e Pimenta, 2014, p. 308). A cerâmica de engobe vermelho é também escassa, com um vaso do tipo 6Bb da Rua dos Correeiros e uma base de pé alto e perfil anelar, sendo esta última recorrente no repertório desta categoria a partir de meados do 1º milénio (Sousa, 2014, pp. 125-126). A cerâmica cinzenta engloba tigelas dos tipos 1A da Rua dos Correeiros (Sousa, 2014, pp. 133-135), pequenos vasos do tipo 3B e 4A e jarros do tipo 5A. Entre a cerâmica comum e pintada, a forma mais bem representada é a tigela do tipo 1A da Rua dos Correeiros, seguindo-se as taças do tipo 2Ca e pratos de bordo aplanado. Tal como se verifica nas fases anteriores, estes recipientes estão recobertos com engobes ou aguadas esbranquiçadas, ou então apresentam as superfícies bem polidas, sugerindo a sua utilização no serviço de mesa. Entre as formas fechadas contam-se alguns vasos que parecem evoluir dos *pithoi* das fases precedentes, enquadrando-se nos tipos 10Ba e 10Bb, e as panelas do tipo 10A (Sousa, 2014, pp. 167-173). A cerâmica manual permanece escassa no conjunto, com apenas um bordo de perfil sub-trapezoidal e zona superior aplanada e uma parede carenada que recorda, de certa forma, o perfil dos vasos à chardon.

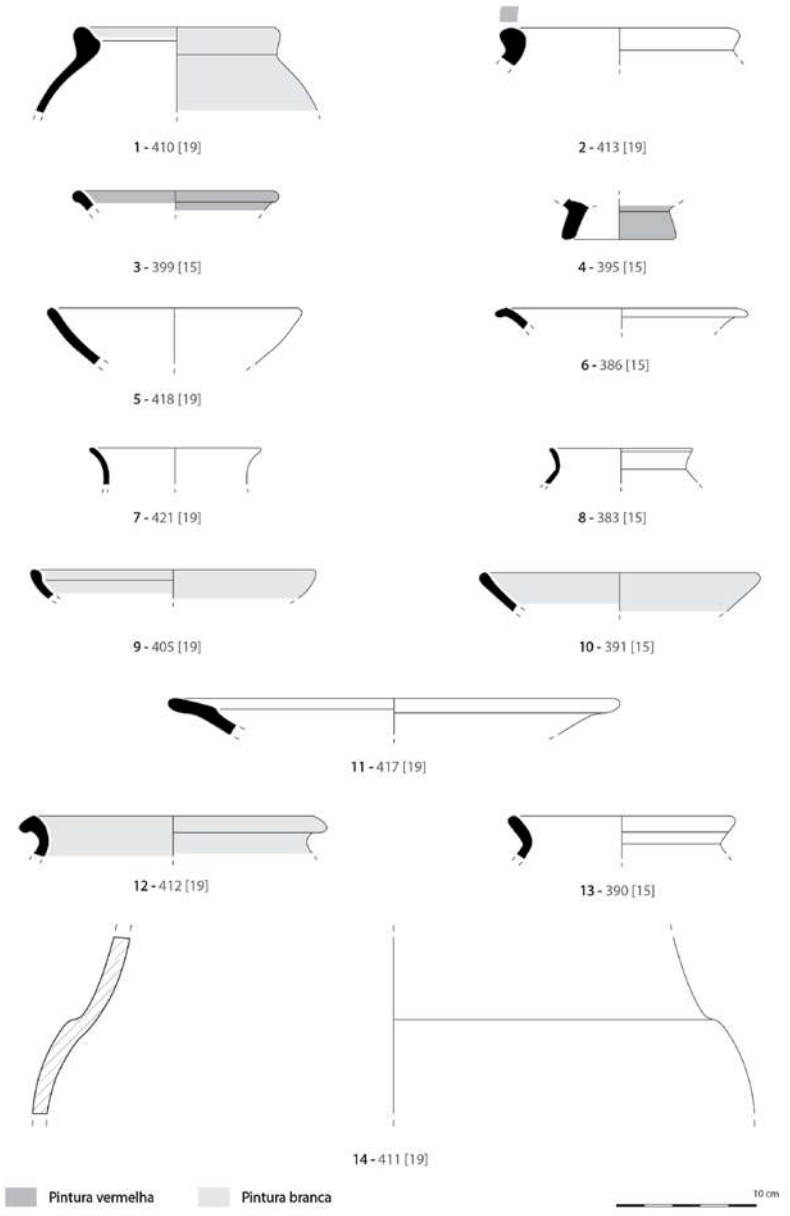


Fig. 21 – Materiais mais representativos da Fase 5 (ânforas – n.º 1 a 2; cerâmica de engobe vermelho – n.º 3 a 4; cerâmica cinzenta – n.º 5 a 8; cerâmica comum e pintada – n.º 9 a 13; cerâmica manual – n.º 14).

3| CONCLUSÃO

As intervenções realizadas no edifício n.º 6-7 do Largo de Santa Cruz do Castelo proporcionaram vários elementos relevantes para a compreensão da ocupação da Idade do Ferro de Lisboa.

Em primeiro lugar, cabe destacar o bom estado geral de conservação dos contextos arqueológicos deste período, que muitas vezes se identificaram directamente sob os pavimentos e enrocamentos do edifício actual. Esta situação implica, naturalmente, que as realidades estratigráficas mais recentes, sobretudo as datadas de meados do 1º milénio a.C. em diante, foram, muito provavelmente, destruídas por posteriores dinâmicas construtivas que decorreram nesse espaço. Contudo, os níveis arqueológicos do chamado "período orientalizante" encontram-se bastante bem conservados, quer ao nível dos elementos arquitectónicos, quer ao nível da cultura material.

Como já foi referido anteriormente, não é ainda possível avançar com o estudo detalhado de todos os contextos sidéricos intervencionados. As evidências da cultura material a eles associada são abundantes e o seu estudo pormenorizado irá ainda prolongar-se durante os próximos anos. Contudo, pareceu-nos relevante divulgar, numa primeira fase, os principais elementos arquitectónicos recuperados, que se integram, na maioria dos casos, numa cronologia centrada entre o século VII e o século V a.C.

Neste âmbito, cabe destacar o carácter claramente orientalizante de algumas das técnicas construtivas, concretamente a utilização de pavimentos de argila vermelha (Guerra, 2017, pp. 88-89) e o uso de tijolos de adobe. Com efeito, estas técnicas foram utilizadas logo na primeira fase da ocupação humana detectada na área, revelando que os primeiros edifícios construídos no topo da colina do Castelo de São Jorge, provavelmente de âmbito doméstico, estão intimamente relacionados com a fixação de populações exógenas de matriz cultural orientalizante, provavelmente oriundas da costa meridional do território peninsular, e que terão chegado ao estuário do Tejo entre os finais do século VIII a.C. e os inícios da centúria seguinte (Arruda, 1999-2000, 2005; Pimenta, Silva e Calado, 2014; Sousa, 2015, 2016).

As intervenções realizadas neste edifício apresentam um grande potencial informativo considerando não só a riqueza do espólio e a sua associação a elementos arquitectónicos concretos, mas sobretudo pelo facto de estes estarem integrados numa sequência estratigráfica bem documentada. Apesar de terem sido realizadas várias escavações arqueológicas no topo da Colina do Castelo, a ausência de publicações respeitantes à ocupação sidérica não permitiam determinar e caracterizar a sua evolução diacrónica durante a primeira metade do 1º milénio a.C. Os dados recolhi-

dos no edifício n.º 6-7 do Largo de Santa Cruz do Castelo irão permitir, em alguns aspectos, contornar este obstáculo e propor as primeiras sequências evolutivas do repertório cerâmico da Idade do Ferro de Lisboa, ainda que estas se revistam de um carácter provisório, tendo de ser futuramente corroboradas e afinadas.

Este trabalho já foi iniciado com o estudo e a publicação dos elementos arqueológicos recolhidos num dos sectores, concretamente no espaço designado de "Casa das Máquinas / Caixa de Drenagem" (Sousa e Guerra, 2018), datado entre o século VII e o século V a.C., prevendo-se que num futuro próximo se possa avançar com os dados das restantes áreas. Deste trabalho, cabe destacar que a esmagadora maioria do espólio da fase orientalizante corresponde a produções locais que englobam todas as categorias cerâmicas típicas dos sítios fenícios do território peninsular (ânforas, cerâmica de engobe vermelho, cerâmica cinzenta, cerâmica pintada e comum), sendo escassos os materiais importados. As produções manuais, que muito provavelmente se relacionam com tradições oleiras locais, são pouco significativas no conjunto exumado, nunca atingindo os 10% do conjunto, e decrescem à medida que a cronologia avança. Contudo, e à excepção deste elemento, o perfil de consumo registado na área da "Casa das Máquinas / Caixa de Drenagem" é bastante constante ao longo das várias fases documentadas, diferenciando-se apenas um aumento progressivo na utilização de cerâmicas cinzentas à medida que se aproximam os meados do 1º milénio a.C. (Sousa e Guerra, no prelo).

Podemos avançar que os dados recolhidos nas restantes áreas não são substancialmente distintos dos anteriormente apresentados, ainda que possam atingir e permitir caracterizar momentos cronológicos um pouco mais amplos. No entanto, revelam, uma vez mais, que a comunidade que se instalou na área superior da colina do Castelo apresenta padrões de hábitos culinários e de consumo de alimentos perfeitamente paragonáveis a outros horizontes do sul do território peninsular, inclusivamente em contextos de natureza colonial (Sousa, 2015, 2016).

BIBLIOGRAFIA

Arruda, A. M. (1999-2000) - *Los Fenicios en Portugal: Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII–VI a. C.)*. Barcelona: Publicaciones del Laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra.

Arruda, A.M. (2005) - O 1º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século". *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Série IV. 3, pp. 9-156.

Arruda, A. M.; Freitas, V.; Vallejo Sánchez, J. (2000) - As cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 3:2, pp. 25-59.

Guerra, S. (2017) - Largo de Santa Cruz do Castelo: um exemplo de revestimento em argila. In *Debaixo dos nossos pés: Pavimentos históricos de Lisboa*. Lisboa: Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, pp. 88-89.

Pimenta, J.; Silva, R.; Calado, M. (2014) - Sobre a ocupação pré-romana de *Olisipo*. A intervenção arqueológica urbana da Rua de São Mamede ao Caldas n.º 15". In A. M. Arruda, ed. - *Fenícios e Púnicos, por terra e mar: Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos. Lisboa. 25 de Setembro – 1 de Outubro de 2005.* Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, vol. 2, pp. 712–723.

Ramon Torres, J. (1995): *Las Ánforas Fenicio-Púnicas del Mediterráneo Central y Occidental*. Barcelona: Universidad.

Rufete Tomico, P. (1988-89) - Las cerámicas con engobe rojo de Huelva. *Huelva Arqueológica*. Huelva: Museo de Huelva. X-XI: 3, pp. 10-40.

Sousa, E. (2014) - *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

Sousa, E. (2015) - The Iron Age occupation of Lisbon. *Madrider Mitteilungen*. Reichert Verlag Wiesbaden: Deutsches Archaologisches Institut. 56, pp. 109-138.

Sousa, E. (2016) - A Idade do Ferro em Lisboa: uma primeira aproximação a um faseamento cronológico e à evolução da cultura material. *CuPAUAM*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid. 42, pp. 167-185.

Sousa, E.; Pimenta, J. (2014) - A produção de ânforas no Estuário do Tejo durante a Idade do Ferro. In Morais, R.; Fernández, A.; Sousa, M. J. eds. - *As Produções Cerâmicas de Imitação na Hispânia*. Porto: Universidade do Porto, vol. 1, pp. 303- 316.

Sousa, E.; Guerra, S. (2018) - A presença fenícia em Lisboa: novos vestígios descobertos no alto da colina do Castelo de São Jorge Saguntum. Valência: Universidad. 50, pp. 57-88. DOI: 10.7203/SAGVNTVM.50.10636

#2 O CONJUNTO DE ÂNFORAS DA ESCAVAÇÃO DO EDIFÍCIO ROMANO REPUBLICANO, DO BECO DO FORNO DO CASTELO, LOTE 40 (16-20) – LISBOA.

JOÃO PIMENTA | CEAX; UNIARQ/FL/UL
NUNO MOTA | CAL/DPC/DMC/CML
JORGE BAPTISTA | ARQUEÓLOGO - independente

RESUMO

A escavação de um edifício em pleno núcleo histórico da cidade de Lisboa, implantado no centro da antiga alcáçova Islâmica, correspondendo aos atuais n.os 16-20 do Beco do Forno do Castelo, permitiu uma descoberta verdadeiramente inusitada: estruturas arquitetónicas relativamente bem preservadas correlacionáveis com a primeira fase da presença romana.

Estas correspondem a um compartimento de planta retangular com um pavimento de *opus signinum*, implantado no substrato geológico calcário, que cortou níveis e estruturas anteriores datados da Idade do Ferro.

Pelas suas características específicas, e face aos paralelos existentes na bibliografia da especialidade, o compartimento poderá ter tido uma função hidráulica, enquanto equipamento termal, ou mesmo cisterna, não sendo de excluir a utilização como local de armazenamento.

Os contextos preservados correspondem ao seu abandono/destruição. A análise das unidades estratigráficas permitiu verificar, do ponto de vista tafonómico, um abandono deliberado desta área plasmado no colapso das suas paredes, assim como um nível de descarte de material essencialmente cerâmico fragmentado em conexão.

O conjunto de ânforas é assaz numeroso e diversificado. Os contentores vinícolas da península Itálica dominam de forma clara, em particular os produtos da área da costa Tirrénica, ânforas Greco-Itálicas tardias ou de transição e ânforas Dressel 1. Surgem igualmente, ainda que em menor número, ânforas da costa Adriática, Greco-Itálicas tardias e ânforas de Brindisi. Paralelamente assiste-se a uma estreita conexão com o mundo da área púnica do Sul peninsular, em particular a baía gaditana, e a área Líbio-Tunisina.

O estudo deste edifício e a análise estratigráfica colocam algumas questões que nos parecem pertinentes debater e problematizar. Uma dessas questões é a causa do abandono do edifício numa fase tão precoce que, face ao estudo dos materiais, terá ocorrido em meados do terceiro quartel do século II a.C. (150-125 a.C.).

Palavras-Chave: *Olisipo*; Arquitetura; Ânforas; Comércio; Exército.

ABSTRACT

The dig of a building in the very midst of the historical nucleus of Lisbon city, right in the centre of the ancient Islamic citadel, at Beco do Forno do Castelo, 16-20, led to a really unique discovery: (rather well) preserved architectural structures related to the first phase of the Roman presence.

These consist of a rectangular compartment with an *opus signinum* pavement implanted on the calcareous geological substrate which cut through levels and structures dating from the Iron Age.

Due to its specific features, and compared to the existing parallels in the specialty bibliography, the compartment might have been used having a hydraulic function, as a thermal equipment, or even as a cistern, and it cannot be excluded its usage as a storage facility.

The preserved contexts correspond to abandonment/destruction. In a taphonomy point of view, the analyses of the stratigraphy units revealed a deliberated abandonment of this area embodied in its walls collapse as well as in a level of waste material, mainly ceramics fragmented in connection.

The amphorae set is rather numerous and diversified. Wine containers from the Italic Peninsula are clearly dominant, particularly the products from the Tirrenic coast region, late Greco-Italic amphorae or from the transition and Dressel 1 amphorae. Although less in number, we can also find amphorae from the Adriatic coast, late Greco-Italic and amphorae from Brindisi. At the same time we can observe a straight connection to the south peninsular Punic world, particularly from gaditana bay, and from the Tunisian-Libian area.

The study and stratigraphic analyses of this building has risen up a few questions we consider relevant to discuss and problematize. One of these questions is the cause of the abandonment of the building in such an early stage which, according to the study of the materials, should have occurred in the middle of the third quarter of 2nd century B.C. (150-125 BC).

Keywords: *Olisipo*; Architecture; Amphorae; Commerce; Army.

PREÂMBULO

As escavações arqueológicas efetuadas no edifício Lote 40 do Beco do Forno do Castelo de Lisboa (edifícios nºs 16-20) tiveram o condão de detetar um dos contextos mais singulares para o estudo dos primeiros momentos da presença romana na cidade. Da sua relevância estrutural e das linhas gerais da sua estratigrafia já foi elaborada uma primeira notícia (Pimenta *et al*., 2014).

O presente texto insere-se num trabalho de maior fôlego, que se tem vindo a desenvolver com a direção de um dos signatários (N.M.), em torno dos vastos conjuntos de espólios recolhidos e que pretende alcançar a publicação monográfica desta intervenção nas suas distintas diacronias e fases construtivas. Com este estudo pretende-se apresentar de forma mais aprofundada o conjunto das ânforas associadas ao edifício de cronologia Romana Republicana.

INTRODUÇÃO

O espaço onde ocorreram as escavações alvo do presente estudo, localiza-se praticamente no centro do morro da antiga alcáçova islâmica da cidade de Lisboa, no denominado Beco do Forno do Castelo – Lote 40, edifícios n.º 16-20 (ver figura 1). A intervenção arqueológica aí desenvolvida despontou do decorrer dos trabalhos de reabilitação urbana do bairro do Castelo de São Jorge, o então denominado Projeto Integrado do Castelo - PIC. No já distante ano de 2000, no seguimento da abertura de uma vala sem acompanhamento arqueológico, surgiram as primeiras evidências da relevância científica e patrimonial desta área. Decorre desta ação, a descoberta da evidência de estruturas preservadas de um edifício de Época Romana Republicana que urgia investigar. Porém, as condicionantes do projeto de engenharia a implementar, assim como questões inerentes de segurança dos trabalhos, impediram durante largos anos a sua realização.

Apenas em 2003/2004 se reuniram as condições, para uma equipa do então IPPAR dirigida por Alexandra Gaspar e Ana Gomes e com participação de um dos signatários (J.P.), intervir no espaço correspondente ao edifício do período republicano. Foi então possível escavar parte de um amplo compartimento, cuja continuidade arquitetónica se expandia para um edifício contíguo, que se encontrava muito aterrado e cuja cota de pavimento atual se elevava a mais de seis metros da área onde decorreu a escavação.

No ano de 2010, após o colapso de um muro de contenção que confinava com a propriedade adjacente, surgiu a oportunidade para voltar a intervir. Desta vez, e

em boa hora, a responsabilidade dos trabalhos coube aos arqueólogos da Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente a Pedro Miranda, com a colaboração de um dos signatários (N.M.).

Do somatório destas intervenções, resultou a identificação, escavação e registo de uma complexa e intrincada sequência estratigráfica, associada a uma profusão de estruturas positivas e negativas que ao longo de cerca de três mil anos se sucederam e reinventaram este espaço e a sua funcionalidade, atestando a ampla e espessa diacronia de ocupação do morro do castelo.

Destaca-se, face às consequências nefastas que teve para a preservação dos vestígios romanos, a funcionalidade desta área da alcáçova, durante o período Islâmico e Idade Média, como área de armazém subterrâneo de cereais, sublinhando-se a omnipresença de estruturas negativas de tipo silo, escavadas nos níveis pretéritos e no substrato geológico.

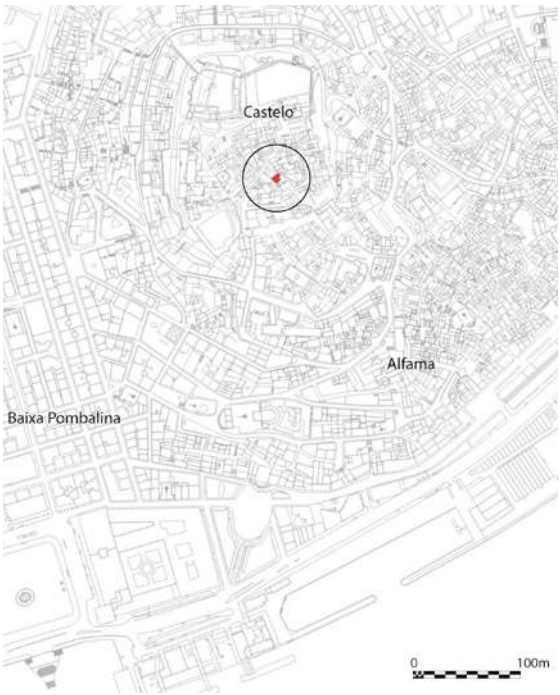


Fig. 1 – Localização dos edifícios Lote 40 do Beco do Forno na planta de Lisboa.

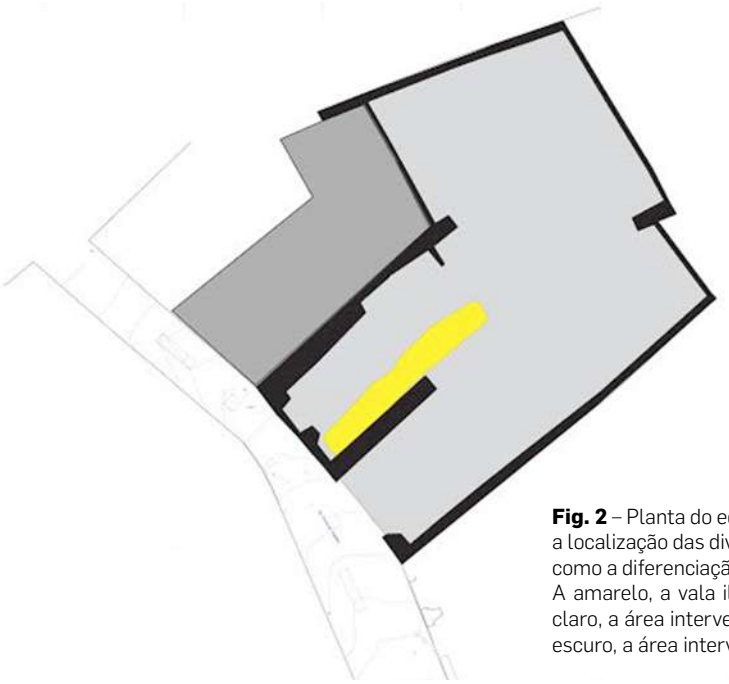


Fig. 2 – Planta do edifício Lote 40 do Beco do Forno, com a localização das diversas áreas intervencionadas. Assim como a diferenciação das mesmas por ano de escavação. A amarelo, a vala ilegal prévia à escavação. A cinzento claro, a área intervencionada em 2003/2004; A cinzento escuro, a área intervencionada em 2010.

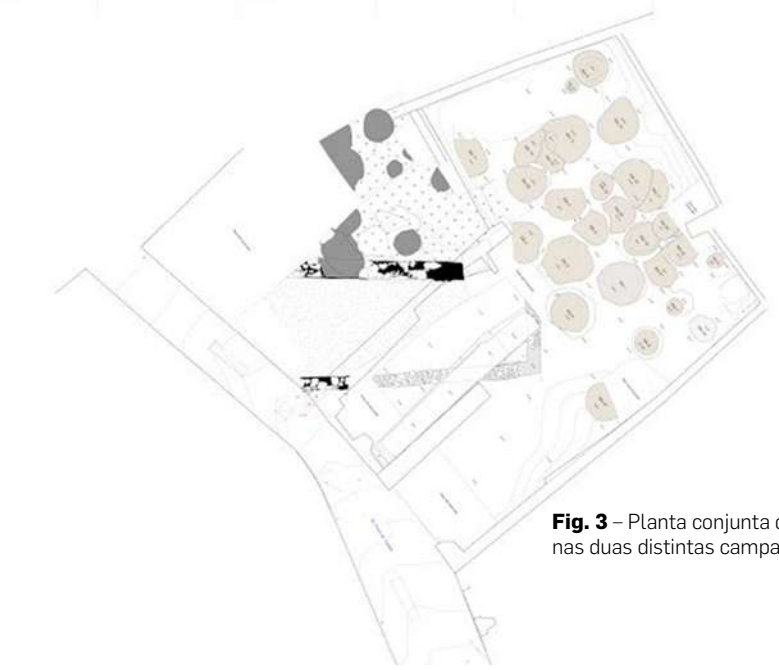


Fig. 3 – Planta conjunta das áreas escavada nas duas distintas campanhas.

1| O EDIFÍCIO REPUBLICANO

Os resultados das intervenções arqueológicas efetuadas no Beco do Forno do Castelo Lote 40 permitiram, pela primeira vez na cidade de Lisboa, dispor de dados arquitetónicos coerentes e articulados a uma estratigrafia bem definida, a que podemos, de forma sólida, associar aos primeiros momentos da presença romana no Ocidente peninsular.

O compartimento identificado apresenta uma planta retangular, embora tendencialmente trapezoidal, com 6,80 m de comprimento mínimo por 3,30 m de largura média, não tendo sido possível identificar a sua extremidade Oeste, devendo esta prolongar-se, pelo menos parcialmente, sob a atual artéria do Beco do Forno (ver figura 4). A sua orientação implanta-se grosso-modo de acordo com os pontos cardiais, verificando-se um alinhamento Este-Oeste.

A nível de implantação, verifica-se que a sua construção implicou a escavação do substrato geológico calcário em todos os seus lados, assim como o corte de níveis e estruturas anteriores da Idade do Ferro.

As evidências estruturais do período Romano Republicano reportam-se, por conseguinte, a parte de um edifício necessariamente mais amplo, o qual denota uma completa rutura com as técnicas de construção do mundo indígena da Idade do Ferro.

Estaríamos assim, perante um compartimento parcialmente soterrado, sendo aliás esta circunstância que permitiu a sua sobrevivência até aos nossos dias.

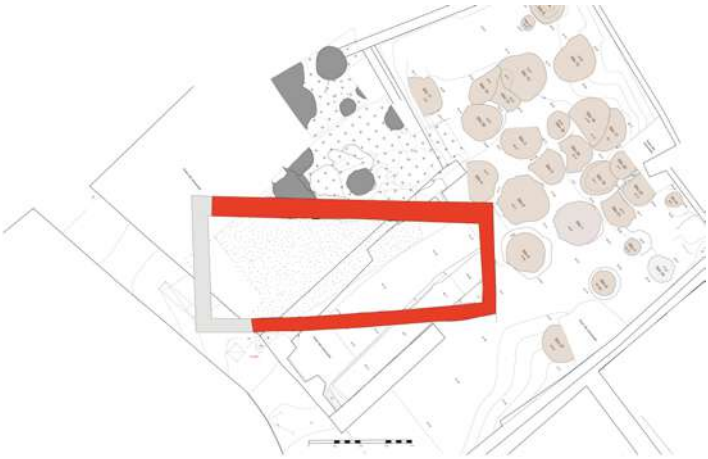


Fig. 4 – Planta esquemática do edifício Romano Republicano.
A vermelho, muros preservados; a cinzento, a reconstituição plausível.

As paredes são construídas em fiadas regulares de elementos pétreos calcários e de arenito toscamente aparelhados e ligados por argila. A face interna das mesmas encontra-se rebocada com argamassa de cal e estucada. Um dos elementos mais surpreendentes foi a deteção de que este compartimento apresenta um pavimento de argamassa impermeabilizante denominado *opus signinum.*

Embora existam alguns antecedentes no mundo Ibérico e Púnico noutras áreas peninsulares, no extremo Ocidente este tipo de argamassa foi introduzido pelos romanos tendo uma origem centro Itálica.

Para o período que nos reportamos esta técnica, tanto quanto sabemos, não se encontra até ao momento atestada no território português. Contudo, em contextos mais meridionais onde a presença romana se fez sentir desde cedo, a utilização de pavimentos em *opus signinum* encontra-se atestada desde o século II a.C. Um dos melhores exemplos são as termas da antiga Colonia Romana de *Valentia,* detetadas na escavação de L'Almoina (Ribera i Lacomba, 1998).

Exemplos de edificações coetâneas e com técnicas de construção similares encontram-se atestados na península Ibérica em áreas fortemente romanizadas, tais como Córdova – em pavimentos de edifícios habitacionais (Murillo Redondo e Jiménez Salvador, 2002); Cabrera de Mar, possivelmente a antiga cidade romana de Iluro, num edifício termal em excecional estado de conservação (Martín Menéndez e García Roselló, 2002); no Vale do Ebro, na antiga cidade romana de *Graccurris* (Alfaro), em pavimentos de edifícios habitacionais (Hérnandez Vera, 2002); na Colónia Celsa em habitações, assim como na cidade romana de La Caridad – Teruel (Vicente *et al*., 1991).

Ao nível das soluções de cobertura para este edificado, não dispomos de grandes informações. Os contextos intervencionados permitiram recolher apenas dois fragmentos de tégulas. A sua presença, apesar de ser particularmente relevante face à sua cronologia e ao ineditismo para fases tão precoces da presença romana, não autoriza uma interpretação de ter sido esta a solução. É plausível que tivéssemos um telhado misto de materiais perecíveis com a utilização de tégulas nas extremidades.

As unidades estratigráficas associadas a este edifício foram interpretadas durante a escavação, assim como na posterior elaboração dos respetivos relatórios, como correspondendo ao momento de abandono/destruição. O contexto indicia não estarmos perante níveis formados ao longo de um extenso período de tempo, mas sim perante um abandono deliberado desta área. Esse momento encontra-se

plasmado no colapso ou derrube intencional das suas paredes, assim como num nível de descarte de material essencialmente cerâmico, encontrando-se este bastante completo ou fragmentado em conexão.

Este momento de abandono/destruição encontra-se bem definido do ponto de vista cronológico, tendo sido possível registar um contexto rico em importações cerâmicas da Península Itálica, do Norte de África, do mundo Ibérico e do círculo do estreito de Gibraltar, que permitem aferir uma cronologia relativa segura que remete para os meados da segunda metade do século II a.C. (Pimenta *et al.*, 2014).

A nível das cerâmicas finas, identificou-se um significativo conjunto de cerâmicas de verniz negro de produção da península itálica. Entre estas existe um claro predomínio da cerâmica campaniense A de produção na área do golfo de Nápoles, com associações formais que remetem para a Fase Clássica-média com balizas cronológicas centradas entre 180-100 a.C. (Principal Ponce e Ribera i Lacomba, 2013). Encontram-se igualmente representadas a cerâmica Campaniense B de Cales e a Campaniense B Etrusca, nomeadamente a taça Lamboglia 8ª/F2566 (Pimenta, Ribera i Lacomba e Soria, 2018; Soria, 2018).

A par destas encontram-se bem representados neste compartimento um significativo conjunto de copos de paredes finas de produção Itálica, sendo omnipresentes as formas I e II de Mayet, identificando-se duas séries distintas a nível da sua altura (López Mullor, 2013).

A prática de iluminação encontra-se bem atestada neste edifício, tendo-se recolhido três lucernas. Estão atestados dois exemplares de tradição helenística, da forma Ricci B, e um invulgar exemplar já de influência itálica da forma Dressel 1, revestido com verniz negro de produção napolitana ou Campaniense A (Pimenta *et al.*, 2014).

No que respeita à cerâmica comum, detetou-se um registo particularmente interessante e significativo para a interpretação dos utilizadores deste edifício. Ainda que se encontrem atestadas algumas cerâmicas de tradição da Idade do Ferro, nomeadamente dois jarros completos em cerâmica cinzenta com decoração brunida, registou-se um significativo conjunto de cerâmicas comuns produzidas na Península Itálica, com as típicas pastas da região da Campânia. Entre estas destaca-se a forma Comum Itálica *Patina* Lt 6 C e C E e a *Couvercle* 7 A (Bats, 1993).

A cerâmica Ibérica encontra-se também documentada nestes níveis. A forma mais representada é o *kalathos*, estando igualmente presentes as grandes *Tinajas* de

lábio moldurado. Encontram-se igualmente atestadas as importações de cerâmica cinzenta, de possível produção da cidade de Ampúrias, representadas por um *Guttus*, da forma D-I da tipologia da cerâmica cinzenta Ampuritana, com cronologias do século II-I a.C. (Barberà I Farràs *et al*., 1993). Sublinhe-se que estes vasos estão presentes nos níveis de fundação de Valência (Ribera i Lacomba, 1998).

2| O CONJUNTO DE ÂNFORAS

No extenso conjunto de materiais arqueológicos recolhidos, sobressaem, quer pela quantidade, quer pelo estado de preservação, as ânforas. De facto, desde o primeiro momento que contactámos com a realidade destes depósitos de abandono, fomos surpreendidos pela existência de um significativo conjunto de exemplares com os bocais completos, assim como muitos exemplares com colagens, tendo sido possível a reconstituição de algumas das peças.

Entre os inúmeros fragmentos de ânforas exumados e que se encontram guardados infortunadamente, em dois depósitos distintos e assim separados fisicamente, foi possível inventariar, individualizar e estudar 494 indivíduos classificáveis. Da sua análise resulta um significativo número mínimo de indivíduos (NMI) de 166 exemplares, atestando um fácies de importação surpreendentemente similar com o que tem vindo a ser detetado para a primeira fase da presença romana em *Olisipo* (Pimenta, 2005, 2007, 2014; Filipe, 2008a, 2015).

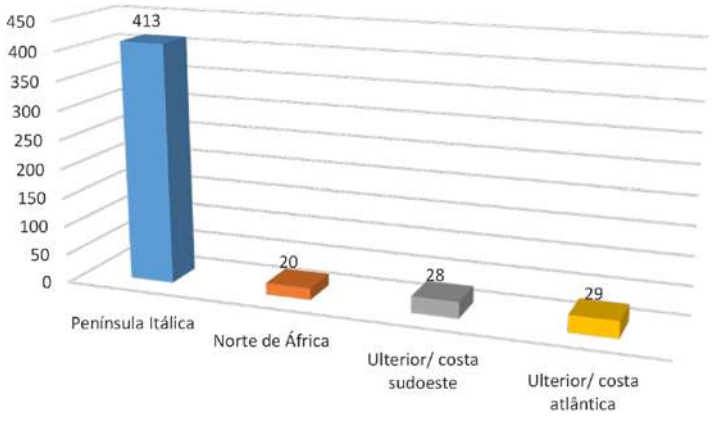


Fig. 5 – Gráfico de proveniência de ânforas presentes no contexto republicano de Beco do Forno Lote 40.

Procedência	Região	Grupo de Pasta	Tipo	Bordo	Asa	Fundo	Colo	Nº Frag.	% Frag.	NMI	% NMI	% Reg.
Península Itálica	Costa Tirrénica	Grupo 1	Greco-Itálico	8	1	1	2	12	2.4%	8	4.8%	6.3%
		Grupo 2	Greco-Itálico	2				2	2.1%	2	1.2%	1.6%
			Dressel 1	2				2		2	1.2%	1.6%
			Indeterminados		3	1	2	6				
		Grupo 3	Greco-Itálico	35				35	61.9%	35	21.1%	27%
			Dressel 1	45				45		45	27.1%	35%
			Indeterminados		161	33	16	210				
		Grupo 4	Greco-Itálico	14				14	12.4%	14	8.4%	11%
			Dressel 1	5				5		5	3.0%	3.9%
			Indeterminados		26	8	5	39				
		Grupo 5	Greco-Itálico	2				2	1.9%	2	1.2%	1.6%
			Dressel 1	1				1		1	0.6%	0.8%
			Indeterminados		4		2	6				
		Grupo 6	Dresssel 1	5	2	4	1	12	2.4%	5	3.0%	3.9%
	Costa Adriática	Grupo 7	Brindisi		1		1	2	0.5%	1	0.6%	0.8%
		Grupo 8	Apani	5	11			16	3.9%	6	3.6%	4.7%
		Grupo 9	Dressel 1	1				1	0.2%	1	0.6%	0.8%
		Grupo 9	Grecoo-italico	1	2			3	0.6%	1	0.6%	0.8%
			Total	126	211	47	29	413	84%	128	77%	100%
Norte de África	Tripolitania	Grupo 1	Tripolitana antiga	6	11	2	1	20	4%	6	3.6%	100%
			Total	6	11	2	1	20	4%	6	3.6%	100%
Ulterior/ costa sudoeste	Baía de Cádis	Grupo 2	T. 9.1.1.1.	4	4	3	3	14	2.8%	4	2.4%	25%
		Grupo 1	Maña C2b	4	1	1	1	7	1.4%	4	2.4%	25%
		Grupo 1	Dressel 1	1	1		1	3	0.6%	1	0.6%	6%
		Grupo 1	Castro Marim 1	1				1	0.2%	1	0.6%	6%
		Grupo 1	Maña A4	2				2	6.3%	2	1.2%	13%
		Grupo 1	Difícil Classif.	3				3	9.4%	3	1.8%	19%
	Málaga (?)	Grupo 3	Maña A4	1		1		2	0.4%	1	0.6%	6%
			Total	16	6	5	5	32	6.5%	16	9.6%	100%
Ulterior/ costa atlântica	Estuário do Tejo	Grupo 1	Tipo 1	3				3	0.6%	2	1.2%	12.5%
		Grupo 1	Tipo 2	2				2	0.4%	2	1.2%	12.5%
		Grupo 1	Tipo 4	1				1	0.2%	2	1.2%	12.5%
		Grupo 1	Tipo 5	2				2	0.4%	1	0.6%	6.3%
		Grupo 1	Tipo 6	1				1	0.2%	2	1.2%	12.5%
		Grupo 1	Tipo 7	6				6	1.2%	6	3.6%	38%
		Grupo 1	Indeterminado		7	3		10	2.0%			
		Grupo 1	Greco-Itálico	1	2		1	4	0.8%	1	0.6%	6.3%
			Total	16	9	3	1	29	5.9%	16	9.6%	100%
			Total	**164**	**237**	**57**	**36**	**494**	**100%**	166	100%	100%

Fig. 6 – Quantificação total do conjunto de ânforas do Beco do Forno.

2.1| ÂNFORAS DA PENÍNSULA ITÁLICA

A importação, em larga escala, de ânforas vinícolas e, em menor escala, de ânforas oleícolas produzidas na Península Itálica, corresponde a um fluxo comercial bem conhecido e estudado, sendo normalmente conotado com os primeiros momentos de contactos com o mundo romano em época tardo-republicana (Fabião, 1998). No caso do extremo Ocidente peninsular, este fluxo encontra-se frequente e diretamente relacionado com o processo de conquista/organização do território peninsular e com circuitos de abastecimento aos exércitos (Fabião, 1989, pp. 121-125; Fabião, 1998, pp. 175-176; Arruda e Almeida, 1999; Pimenta, 2005; Bargão, 2006).

No presente conjunto foram identificados 413 fragmentos oriundos da Península Itálica (126 fragmentos de bordo, 211 arranques de asas/asas, 29 colos e 47 fundos), que correspondem a um NMI de 128 indivíduos o que representa 77% do total da amostra. Desta análise resulta claro que as importações da Península Itálica dominam de uma forma esmagadora na análise do total do NMI, sendo que este valor ainda aumenta quando nos reportamos apenas à percentagem por número de fragmentos, representando 84% (ver figura 5).

Entre as ânforas da península Itálica podemos distinguir duas macrorregiões: a costa Tirrénica e a costa Adriática, em particular a zona de Apúlia e da Calábria, no Sul da península italiana.

2.1.1| PRODUÇÕES TIRRÉNICAS

A costa Tirrénica está amplamente atestada, tendo-se identificado 391 fragmentos que correspondem a um NMI de 106 indivíduos e que representa 73,5% do total da amostra. Entre as produções que atribuímos a esta região, identificámos seis grupos de fabrico.

A análise macroscópica da totalidade dos fragmentos de ânforas vinárias itálicas identificados permitiu reconhecer e caracterizar diferentes grupos de pastas, que deverão corresponder a diferentes fabricos e possivelmente a diferentes proveniências e conteúdos vinícolas. A caracterização dos fabricos, com que foram produzidos os contentores aqui representados, permite observar, na sequência de estudos anteriores em torno das ânforas do Castelo de São Jorge (Pimenta, 2005), diversas realidades, nomeadamente a coexistência das mesmas pastas nos exemplares ditos Greco-Itálicos e nos da forma 1 de Dressel, em concreto os Grupos 2 a 6 que surgem em ambas as produções, individualizando-se apenas o Grupo 1 como específico de ânforas Greco-Itálicas.

Tal situação vem de encontro ao conhecimento que dispomos dos seus centros produtores na costa tirrénica, onde o fabrico dos dois tipos anfóricos surge bem atestado (Olcese, 2012).

Grupo 1 – Caracteriza-se, por uma pasta bem depurada e muito compacta. A cor varia entre o amarelo avermelhado (Mun. 5 YR 6/3; 5 YR 5/8), o castanho avermelhado (Mun. 5 YR 5/4) e o alaranjado (Mun. 5 YR 7/6). Os elementos não plásticos são de média dimensão pouco abundantes apresentando-se dispersos. Constituídos essencialmente por quartzos de pequena dimensão, pequenas partículas negras de origem vulcânica, grãos carbonatados e vacúolos alongados. As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta ou com uma aguada de tom bege bem aderente (Mun. 10 YR 7/4 e 7,5 YR 8/4).

Grupo 2 – Caracteriza-se por uma pasta dura, compacta e pouco depurada. A cor é amarela avermelhada (Mun. 5 YR 7/6; 5 YR 7/4; 2,5 YR 6/6). Os elementos não plásticos são abundantes e bem distribuídos, constituídos por quartzos de dimensões variáveis, micas douradas, inúmeras partículas negras de origem vulcânica, elementos de cerâmica moída e vacúolos alongados. As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta ou com uma aguada de tom bege (Mun. 7,5 YR 7/4; 2,5 Y 8/2).

Grupo 3 – Caracteriza-se por uma pasta, compacta e pouco depurada. A cor varia entre o castanho avermelhado (Mun. 2,5 YR 6/4) e o amarelo avermelhado (Mun. 2,5 YR 6/4; 5 YR 8/4). Os elementos não plásticos são abundantes constituídos por quartzos e quartzitos de pequenas dimensões, numerosas partículas negras de origem vulcânica e elementos carbonatados. As percentagens de elementos não plásticos e de argilosos são muito semelhantes o que dá um aspecto muito característico a esta pasta. As paredes apresentam a tonalidade da pasta ou uma espécie de aguada de tom branco ou bege amarelado (Mun. 7,5 YR 7/4), resultante possivelmente da utilização de água salgada, no seu fabrico.

Grupo 4 – Caracteriza-se por uma pasta muito compacta dura e homogénea. A cor é vermelha clara (Mun. 10 R 6/4). Os elementos não plásticos são pouco abundantes de pequena e média dimensão apresentando-se bem distribuídos, constituídos por quartzos, grãos ferruginosos e elementos carbonatados. As paredes apresentam uma aguada de tom bege (10 YR 8/3) espessa e aderente.

Grupo 5 – Caracteriza-se por uma pasta compacta medianamente depurada. A cor varia entre o castanho avermelhado (Mun. 2,5 YR 6/4) e o amarelo avermelhado (Mun. 5 YR 6/3). Os elementos não plásticos são bem distribuídos de pequena e média dimensão constituídos por abundantes quartzos e grãos ferruginosos de média e grande

dimensão, nódulos de argila cozida de pequena dimensão, elementos carbonatados e partículas negras de origem vulcânica. As paredes apresentam-se alisadas e num caso apresenta vestígios de uma aguada de tom bege (Mun. 7,5 YR 7/4).

Grupo 6 – Caracteriza-se por uma pasta arenosa e dura. A cor é amarela avermelhada (Mun. 5 YR 7/6). Os elementos não plásticos são abundantes, constituídos por quartzos, micas, grãos ferruginosos e abundantes nódulos de argila cozida de media e grande dimensão. As superfícies apresentam-se alisadas ou com uma aguada de tom bege espessa e aderente (Mun. 10 YR 8/4).

O Grupo 3 é, sem dúvida, o grupo maioritário entre as importações itálicas, encontrando-se atestado por 290 fragmentos classificáveis, que equivalem a 80 NMI e a 61,9% do total das produções itálicas ou 48,2% do total das ânforas identificadas neste contexto (ver figura n.º 5 e gráfico da figura 7). Correspondem às típicas produções ditas "campanienses", caracterizadas por uma grande abundância de "areias negras" de origem vulcânica (Peacock e Williams, 1986, pp. 87-88), sendo igualmente designadas, por tipo "*Eumachi*", tendo em conta as marcas existentes sobre ânforas Dressel 2/4 com estas pastas produzidas na região de Pompeia.

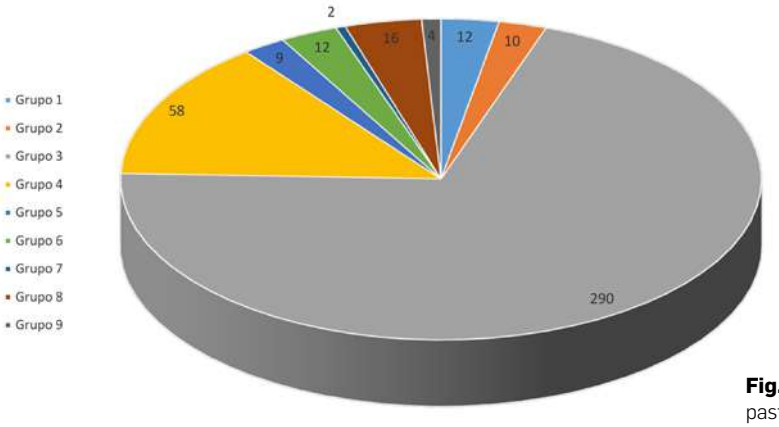


Fig. 7 – Gráfico de grupos de pasta atríbuiveis à Península Itálica.

2.1.1.1| ÂNFORAS GRECO-ITÁLICAS

Sob desta denominação, Fernand Benoit (1957) engloba um conjunto de ânforas de inspiração grega produzidas em território itálico e que se assumem como o protótipo a partir do qual derivam as formas das ânforas vinárias durante a Época Republicana. Esta forma caracteriza-se por possuir um corpo

fusiforme, com uma carena na zona do ombro, terminando num fundo maciço e compacto. Apresenta bordo triangular, inclinado e curto, oscilando o seu diâmetro entre os 11 e 14 cm. As asas são retas, arrancam do colo cilíndrico e apresentam secção ovalada (Peacock e Williams, 1986, p. 84; Molina Vidal, 1997, pp. 40-42; Olcese, 2010).

Desde a sua classificação inicial, a evolução dos modelos greco-itálicos e a sua transição para formas tipicamente romanas, tem sido de problemática definição em grande parte devido à longa duração da sua produção e ao seu carácter de transição entre dois períodos históricos e culturais diferenciados (Mateo Corredor, 2014).

O seu âmbito de produção é amplo e encontra-se atestada na Sicília, assim como em diversas áreas da Península Itálica, tanto na costa adriática como tirrénica (Hesnard e Lemoine, 1981; Hesnard *et al*., 1989, Olcese, 2010). Fora desta área são conhecidas imitações destas formas no Sul de França, onde se encontra documentada uma produção datada de finais do século III a.C., na cidade de Marselha (Laubenheimer, 1990) e na Península Ibérica, na baía de Cádis (Garcia Vargas, 1998; Sáez Romero, 2008) e na Catalunha (López Mullor e Martín Menéndez, 2008).

A sua produção inicia-se em finais do século IV a.C. e perdura até meados da segunda metade do século II a. C., colocando-se a transição desta forma para as Dressel 1 entre os anos 140/130 a.C. (Tchernia, 1986, p. 42; Sanmartí-Greco, 1985a, p. 151).

Esse momento é situado num curto espaço de tempo, tendo em conta os dados de três estações bem datadas por acontecimentos históricos, onde os dados da análise do panorama das importações vinárias Itálicas aí presentes não parecem coincidir: em Cartago, destruída em 146 a.C., as Greco-Itálicas predominam, registando-se a ausência da forma 1 de Dressel (Tchernia, 1986, p. 42); em *Valentia*, fundada em 138 a.C., assiste-se a uma contemporaneidade das duas formas, embora as Dressel 1 pareçam dominar (Ribera i Lacomba, 1998); nos acampamentos do cerco da cidade Celtibérica de Numância, destruída em 133 a.C., assiste-se à coexistência das duas formas, assumindo as Dressel 1 um papel de destaque (Sanmartí-Greco, 1985a, p. 151; 1992, pp. 425-427).

Importa reter nesta análise que, mais do que uma transição entre duas formas distintas, trata-se de uma evolução contínua sem uma rutura aparente, tendo em conta os dados dos centros produtores conhecidos (Hesnard e Lemoine, 1981; Olcese, 2012).

Essa continuidade a nível morfológico nem sempre torna clara a sua identificação, sobretudo em fragmentos de pequena dimensão, o que nos levou a optar por seguir o método proposto por F. Gateau (1990), tendo em conta a relação da altura do lábio com a sua espessura máxima. Segundo a proposta de F. Gateau, as ânforas cujo valor da relação, fosse menor do que 1,2 seriam consideradas Greco-itálicas, as que fossem iguais a 1,3 seriam consideradas formas de transição e as maiores de 1,4 seriam Dressel 1A.

No conjunto em análise foi possível classificar 62 ânforas como greco-itálicas, correspondendo estas a 37,3% da totalidade do conjunto exumado no edifício republicano do Beco do Forno. Apesar desta expressiva representação, considerando a raridade destes contentores no extremo Ocidente peninsular, estes dados têm que ser matizados, visto que estamos a lidar com modelos tardios dentro desta morfologia de ânforas, encontrando-se muitos deles em fase de transição com os modelos canónicos da forma Dressel 1.

Um dos bocais de ânfora Greco-Itálica evidencia um *titulus* pintado em tom vermelho sobre o colo (Figura 14, n.º 783). Não sendo clara qual a sua leitura, trata-se aparentemente de um motivo geométrico, ainda que seja igualmente plausível uma leitura do numeral D. São conhecidos diversos registos de *tituli picti* sobre este tipo de ânforas, sendo que muitos reportam-se ao seu conteúdo *vinum* e à qualidade ou antiguidade do mesmo (Torres Costa, Marlére e Nicolás Mascaró, 2014). São igualmente numerosos os registos em que na área do colo da ânfora se regista o nome dos cônsules, atribuindo assim uma datação precisa ao envase (Pérez Ballester, 1995).

2.1.1.2| ÂNFORAS DRESSEL 1 ITÁLICAS

Este modelo caracteriza-se por ser um contentor grande e robusto com uma altura entre 1 m e 1,20 m, evidenciando bocais inclinados ou verticais, asas largas de perfil retilíneo, uma carena bem marcada na zona do ombro que marca a transição para um corpo cilíndrico ou fusiforme, terminando num bico fundeiro maciço (Peacock e Williams, 1986, p. 84; Molina Vidal, 1997, pp. 40-42).

Individualizado pela primeira vez na tabela de Henrich Dressel (1899) sob o seu número 1, foi posteriormente subdividido por Nino Lamboglia (1955) e Fernand Benoit (1957) em três tipos distintos (A, B e C), a que Peacock e Williams (1986) atribuem as suas classes 3, 4 e 5. Esta divisão tripartida, elaborada a partir da análise do espólio dos primeiros naufrágios descobertos no mediterrâneo, foi amplamente debatida (Benquete e Olmer, 2002, p. 297), tendo alguns autores optado por recuperar a antiga denominação de “Dressel 1 Itálicas” (Fabião, 1998;

Olmer, 1998; Benquet e Olmer, 2002). Esta designação, que adotámos para o presente trabalho, engloba diferentes morfologias e não põe em causa a variação formal, empiricamente observável em diferentes formas pertencentes a "uma família comum", questiona, isso sim, a pertinência da sua distinção no atual estado dos conhecimentos.

A sua produção está atestada numa vasta área geograficamente contínua, nas costas tirrénicas da Península Itálica (Campânia, Lácio e Etrúria), sendo conhecidos inúmeros centros produtores (Olcese, 2012) que produziram diversas variantes numa aparente continuidade desde os modelos Greco-Itálicos.

No que diz respeito à sua cronologia, trata-se de produções bem conhecidas, normalmente conotadas com os primeiros momentos de contactos com o mundo romano. A sua produção, tal como vimos para as Greco-Itálicas, iniciou-se em meados do terceiro quartel do século II a.C., assumindo o papel de contentor por excelência da exportação do vinho produzido nas grandes *villae* republicanas da zona da Etrúria, Campânia e Lácio (Tchernia, 1986) ao longo do último quartel do século II a.C., papel esse que mantém até meados da segunda metade do século I a.C. (Desbat, 1998).

No conjunto em análise foi possível classificar um NMI de 59 ânforas como Dressel 1 Itálicas, correspondendo estas a 35,5% da totalidade do conjunto exumado. Destacam-se três fragmentos de bocal e um de colo evidenciando vestígios de *tituli picti* pintado a vermelho (Figura 14, n.^{os} 633, 714, 698, 705). A descoberta de ânforas com *tituli* preservados é relativamente rara no território português, destacando-se para as cronologias republicanas os dois elementos itálicos publicados com vestígios de inscrição pintada recolhidos nas escavações da Alcáçova de Santarém (Bargão, 2006, p. 57) e os recentemente publicados para o acampamento militar de Alto dos Cacos (Almeirim), ainda que aqui sobre ânforas do Sul peninsular (Almeida e Pimenta, 2018, pp. 19 e 33).

Infelizmente os exemplares do Beco do Forno, não permitem uma leitura contundente e definitiva do seu significado por estarem reduzidos a pequenos fragmentos de um texto necessariamente maior. No exemplar n.º 633 consegue ler-se parcialmente a letra D. No n.º 714 a parte superior de uma letra D ou P? Na peça n.º 705 um B. Por último, a peça n.º 698 encontra-se melhor preservada e é clara a leitura de [...] L.V.II. Este exemplar é particularmente interessante e pode ser alvo de diversas leituras. Se numa primeira apreciação podíamos estar perante um numeral, neste caso no número latino LVII, uma observação mais atenta permite verificar que a inscrição está abreviada

e desenvolver-se-ia, sendo nítidos os pontos de abreviação que implicam o desenvolvimento da letra L e da letra V, seguidos dos signos II, que podem ser entendidos talvez como numeral, ainda que nestes dois últimos caracteres, apenas se preservem as linhas verticais e haja a possibilidade de uma leitura mais desenvolvida que continuaria para a direita. Como já acima referimos, são numerosos os registos em que na área do colo da ânfora se regista o nome dos cônsules, atribuindo assim uma datação consular à ânfora (Pérez Ballester, 1995; Barba Colmenero *et al*., 2016). Poderíamos ter neste exemplar da ânfora n.º 698 um vestígio de uma datação consular? Com base nessa premissa, que reconhecemos ser algo temerária, podíamos tentar desdobrar a abreviatura do segundo cônsul do ano 131 a.C., *Lucius Valerius Flaccus*. E assim sendo interpretaríamos a inscrição como […] L.(*ucius*) V.(*alerivs*) FL(*accus*) […].

Uma outra vertente interpretativa, igualmente válida, será a de estarmos perante uma referência centrada na idade do vinho no momento em que é envasado e poderíamos assim desdobrar a pintura em L.V.(*etus*) II (*duorum annorum*) (Torres Costa, Marlére e Nicolás Mascaró, 2014, p. 618).

No conjunto em análise foi ainda recolhido, na primeira campanha realizada, uma marca de ânfora gravada sobre a asa e composta por duas letras implantadas numa pequena cartela retangular – AR ou RA (Figura 14, n.º 9). A sua publicação foi englobada em trabalho recente escusando-nos assim de mais comentários (Fabião *et al*., 2016, pp. 26-27), assim como um grafito de difícil leitura efetuado após cozedura da ânfora (Figura 14, n.º 697).

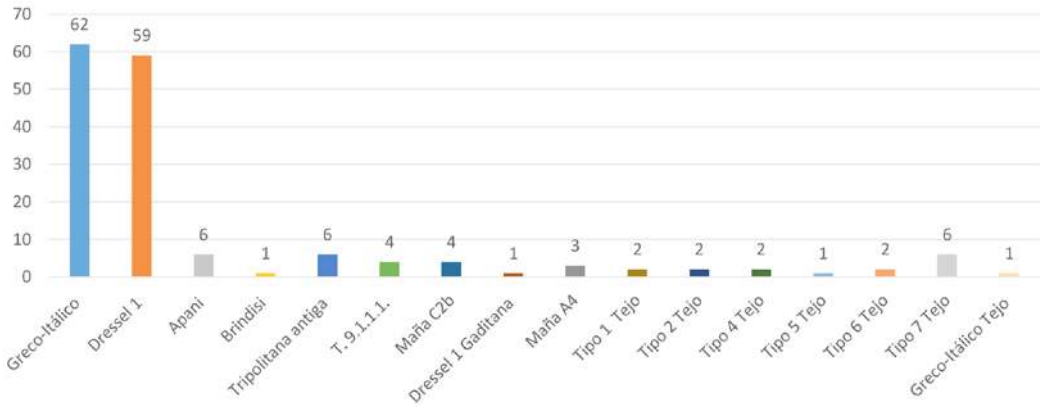


Fig. 8 – Gráfico de formas e quantidades de NMI de ânforas identificadas no presente conjunto.

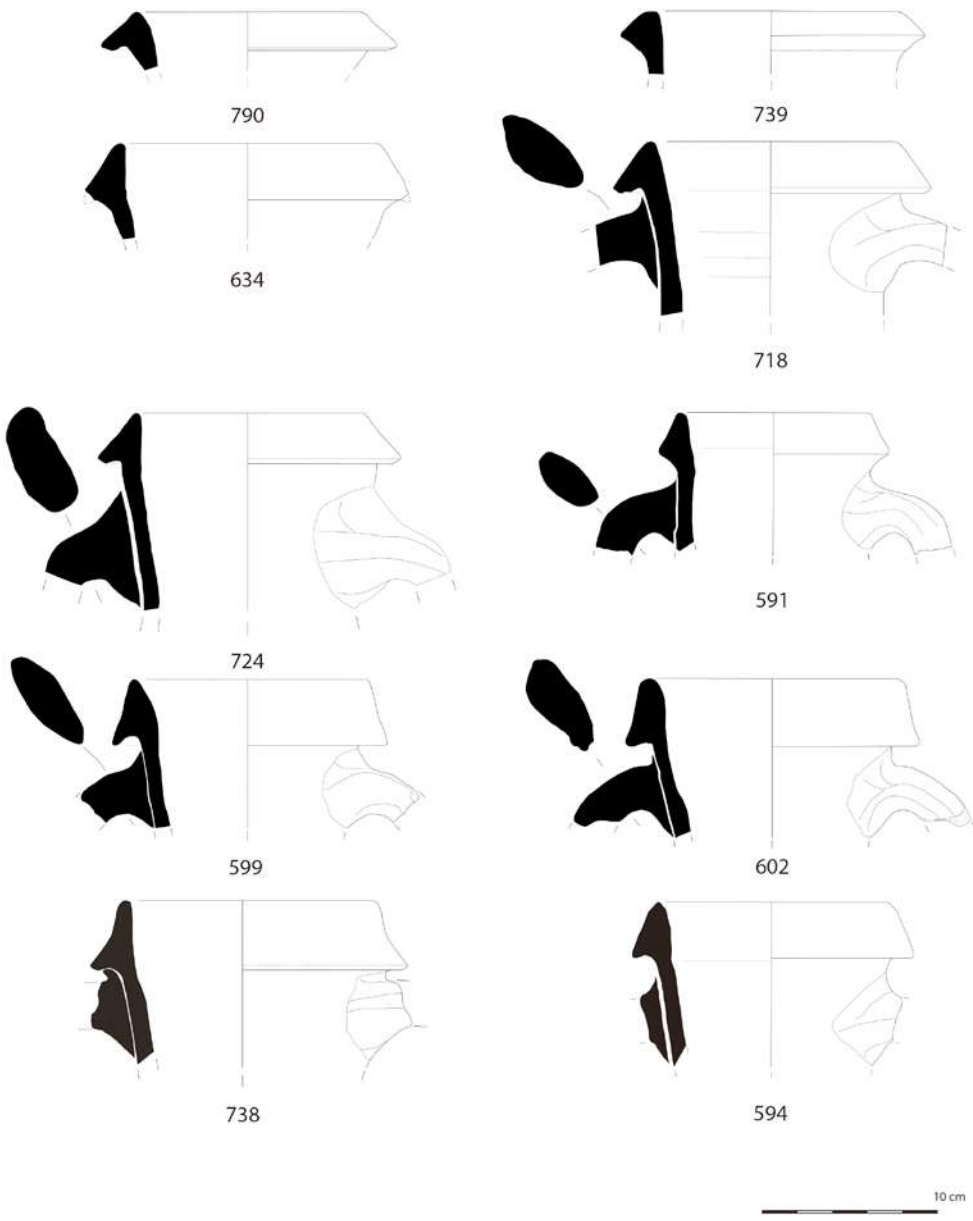


Fig. 9 – Ânforas vinárias Itálicas do tipo Dressel 1 e Greco-Itálicas. N.os 778, 773, 741, 742, 745, 774, 740 e 768 – Pastas Grupo 1. N.º 715 – Pasta Grupo 5. N.º 784 – Pasta Grupo 6.

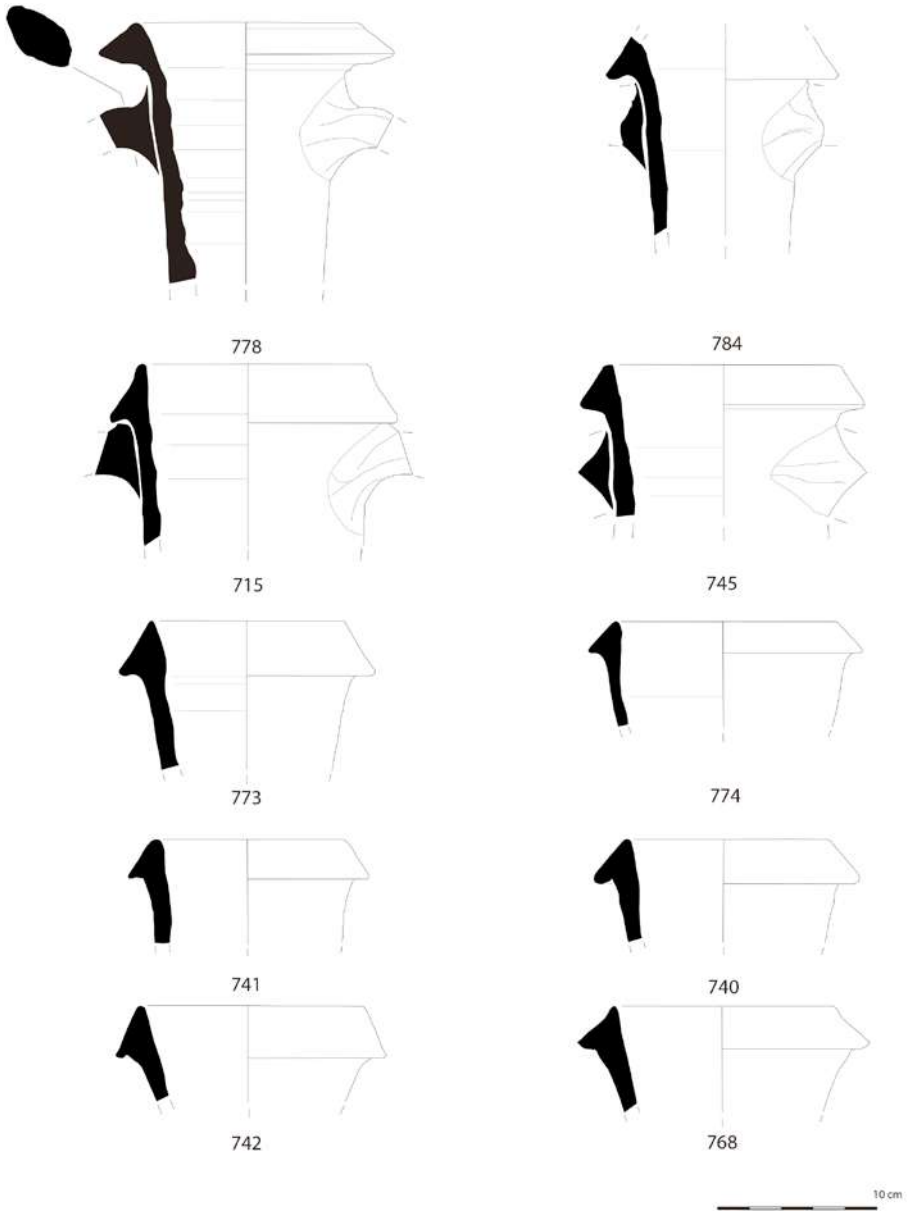


Fig. 10 – Ânforas vinárias Itálicas do tipo Dressel 1 e Greco-Itálicas. N.os 790 e 739 – Pastas Grupo 1. N.os 634, 718 e 724 – Pasta Grupo 2. N.os 591, 599, 602 e 594 – Pasta Grupo 3. N.º 738 – Pasta Grupo 6.

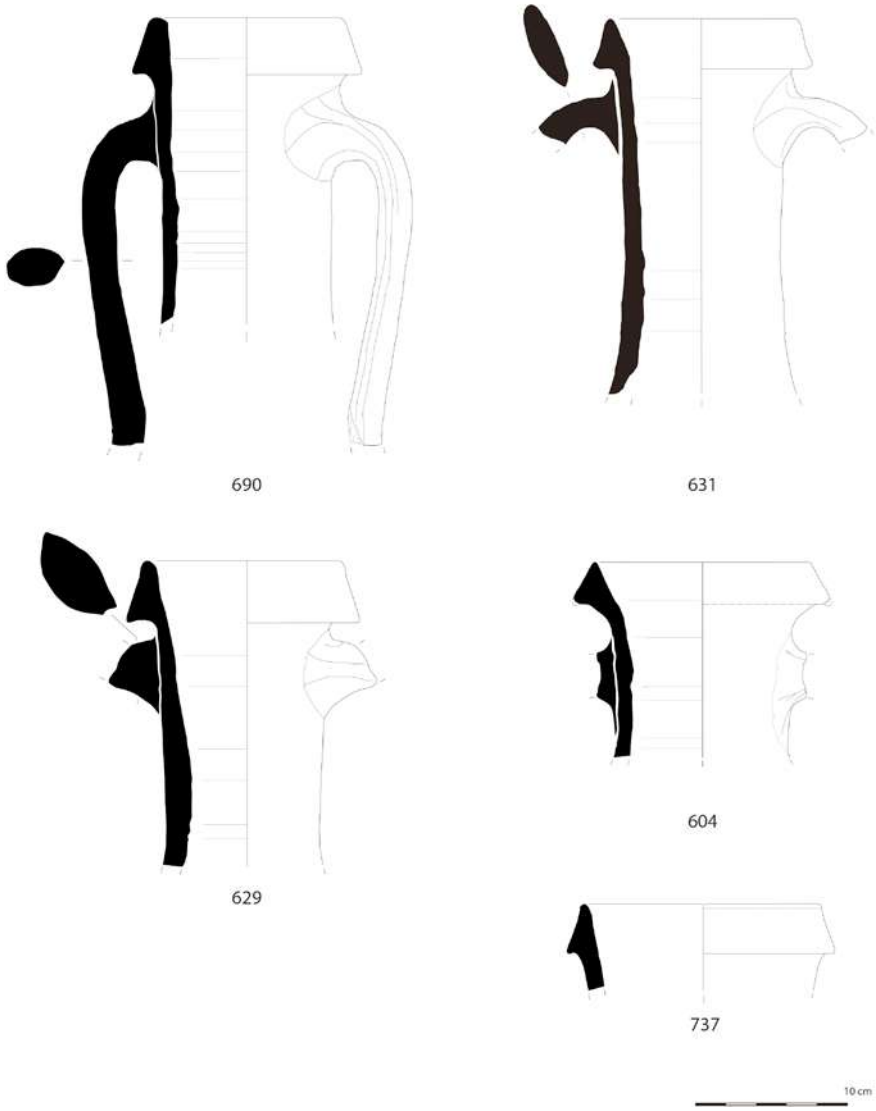


Fig. 11 – Ânforas vinárias Itálicas do tipo Dressel 1 e Greco-Itálicas. N.os 690, 631, 629 e 604 – Pasta Grupo 3. N.º 737 – Pasta Grupo 6.

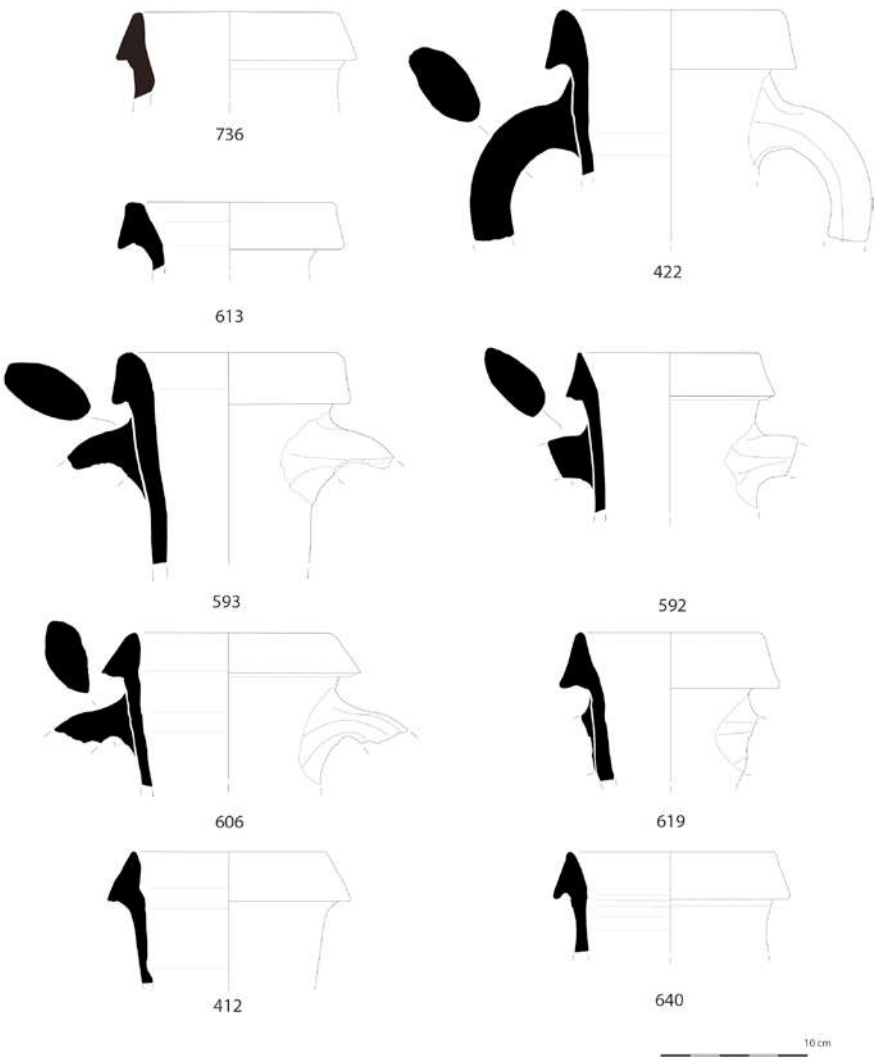


Fig. 12 – Ânforas vinárias Itálicas do tipo Dressel 1 e Greco-Itálicas. N.os 636 e 613 – Pasta Grupo 6. N.os 422, 593, 592, 606, 619, 412 e 640 – Pasta Grupo 3.

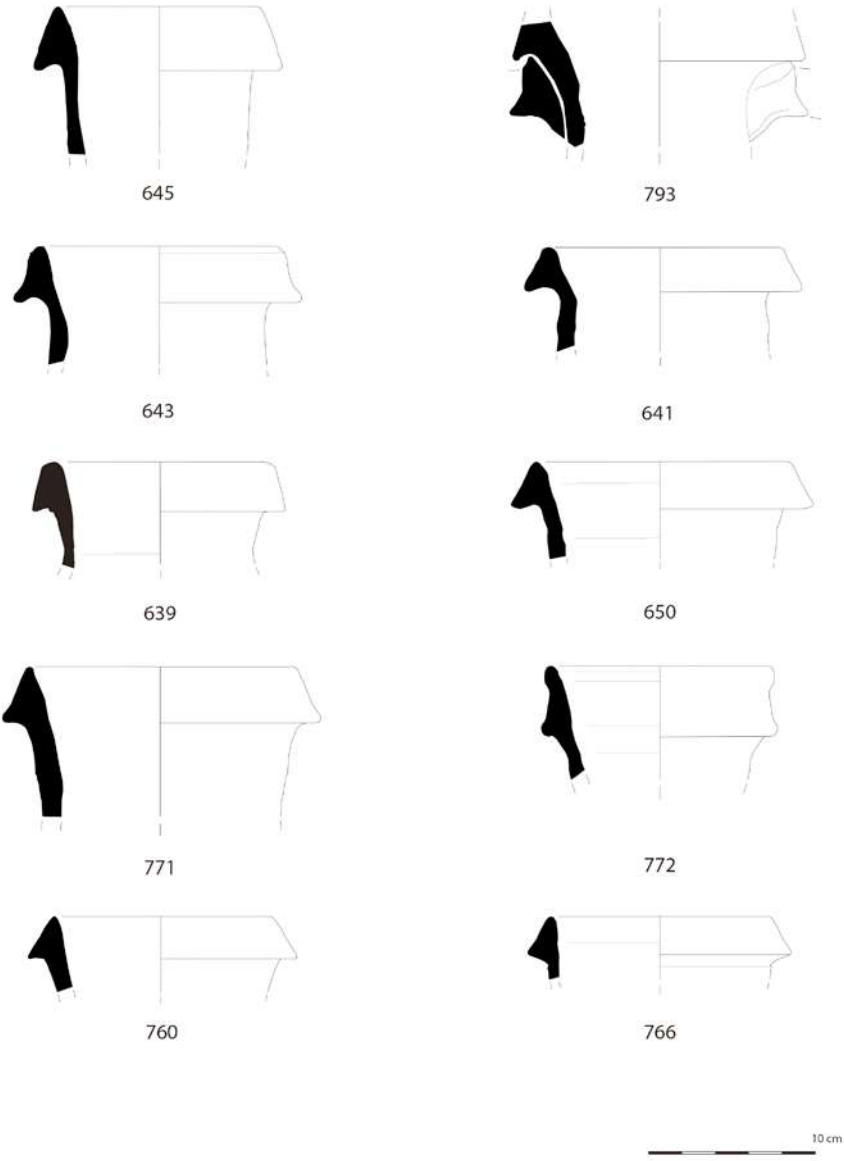


Fig. 13 – Ânforas vinárias Itálicas do tipo Dressel 1 e Greco-Itálicas. N.os 645, 793, 643, 641, 639 e 650 – Pasta Grupo 3. N.os 771, 772, 760 e 666 – Pasta Grupo 4.

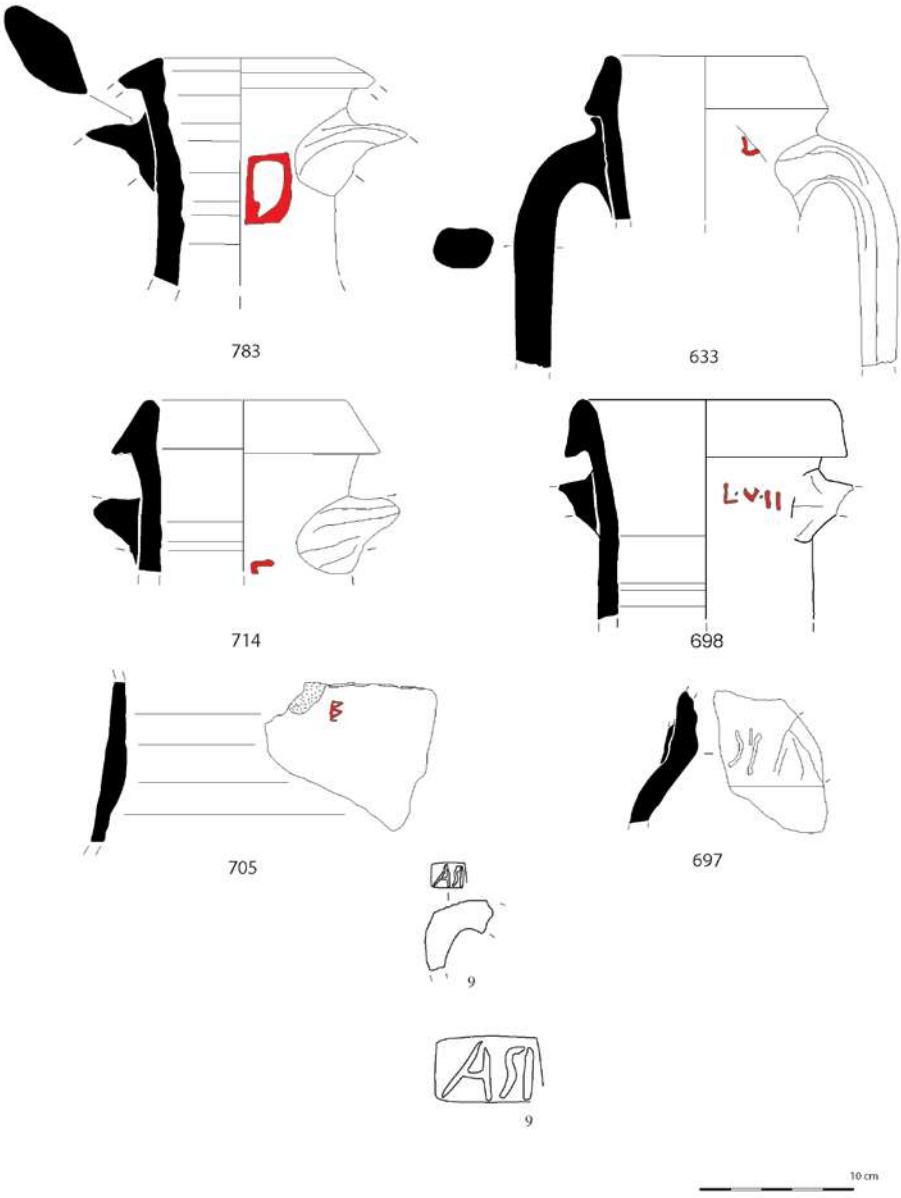


Fig. 14 – Ânforas vinárias Itálicas do tipo Dressel 1 e Greco-Itálicas com vestígios de Tituli Picti, grafictos e marca. N.os 783 e 714 – Pasta Grupo 1. N.os 633, 698, 705, 697 e 9 – Pasta Grupo 3.

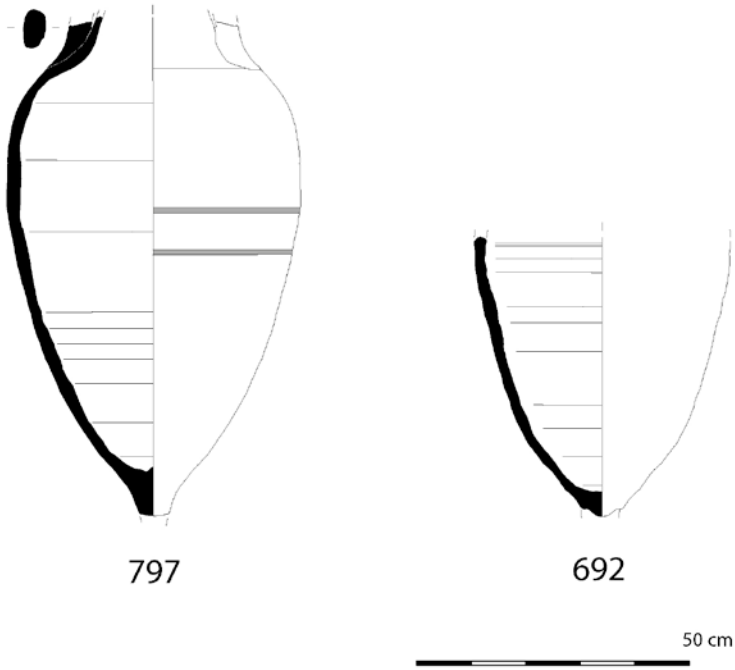


Fig. 15 – Ânforas vinárias Itálicas do tipo Greco-Itálico. N.os 797 e 692 – Pasta Grupo 3.

2.1.2. PRODUÇÕES ADRIÁTICAS

Para além das omnipresentes produções da costa Tirrénia italiana, encontram-se igualmente atestadas as mais raras importações de ânforas da costa Adriática. Esta região está ainda assim, representada por 22 fragmentos que correspondem a um NMI de 9 e que representa 5,4% do total da amostra em análise. Entre as produções que atribuímos a esta região, identificámos três grupos de fabrico distintos. Os Grupos 7 e 8, que identificamos como ânforas do tipo Brindisi, e o Grupo 9, apenas identificado num exemplar de bocal de uma ânfora de difícil classificação, o qual interpretamos como Greco-itálica adriática (Figura 19, n.º 1).

Grupo 7 – Caracteriza-se por uma pasta compacta e suave. A cor é castanha alaranjada (Mun. 10 YR 7/4). Os elementos não plásticos são abundantes e de grande dimensão, constituídos por nódulos de argila cozida, óxidos de ferro e quartzos. As superfícies apresentam-se alisadas ou com uma aguada de tom bege (Mun. 10 YR 8/3).

Grupo 8 – Caracteriza-se por uma pasta compacta, homogénea e bem depurada. A cor é castanha avermelhada (Mun. 2.5 YR 6/6). Os elementos não plásticos são escassos, bem distribuídos e de pequena dimensão, constituídos por quartzos, grãos carbonatados, óxidos de ferro e moscovites. As superfícies apresentam-se alisadas do tom da pasta.

Grupo 9 – Caracteriza-se por uma pasta muito compacta e homogénea. A cor é castanha pálida (Mun. 10 YR 7/3). Os elementos não plásticos são abundantes, bem distribuídos e de pequena dimensão, constituídos por quartzos, grãos carbonatados, óxidos de ferro, moscovites e vacúolos alongados. As superfícies apresentam-se alisadas do tom da pasta.

2.1.2.1| ÂNFORAS DE BRINDISI

Sob esta denominação genérica, engloba-se um conjunto de tipos com assinaláveis diferenças entre si que foram produzidos sobretudo nos centros oleiros da cidade de Brindisi, mas também em muitos outros da Apúlia e da Calábria, no sul da Península Itálica, entre meados do século II e meados do I a.C., destinando-se ao transporte do azeite (Cipriano e Carré, 1989; Manacorda, 1994; Manacorda e Pallechi, 2012; Palazzo, 2013). Estes contentores encontram-se associados a uma importante tradição epigráfica, que dotam estas ânforas de grande valia para o estudo da história económica e para o conhecimento da organização dos seus centros produtores.

Uma das suas principais características comuns é a presença de um corpo de morfologia ovoide sem carenas. Evidenciam colos diminutos de onde arrancam as asas curtas e de secção circular. Os bocais apresentam uma mais ampla variabilidade com perfis retos, arredondados ou triangulares (Palazzo e Silvestrini, 2001; Palazzo, 2013).

As ânforas de Brindisi são relativamente raras na Hispânia, de um modo geral, surgindo em quantidades muito reduzidas e mais ainda no seu extremo ocidental, em particular na área correspondente ao atual território português (para uma recente síntese da sua difusão ver Carreras Monfort *et al.*, 2016).

No território português a sua presença apesar de escassa e quantitativamente pouco relevante, encontra-se já atestada em Lisboa, no Castelo de S. Jorge, na Rua do

Recolhimento e na antiga Rua da Adiça em contextos do século II a.C. (Pimenta, 2005; Mota, Pimenta e Silva, 2014; Carvalhinhos, Mota e Miranda, 2017); ao longo do vale do Tejo na Alcáçova de Santarém (Bargão, 2006), em Alto dos Cacos (Almeida e Pimenta, 2018) e em Chões de Alpompé (Fabião, 1989; Pimenta e Arruda, 2014); no Castelo Velho de Santiago do Cacém (Mirobriga?) (Diogo, 1999) e possivelmente em Coimbra (Carvalho, 1998).

Os três fragmentos de bocal identificados no presente contexto (Figura 19, n.os 2 a 4) inserem-se no tipo de morfologia ovoide e bordo em fita individualizado como Apani VII (Palazzo e Silvestrini, 2001, p.71). Este tipo encontra-se retratado por um exemplar completo recuperado no centro produtor de Giancola.

2.1.3| OPÉRCULOS ITÁLICOS

No vasto conjunto cerâmico exumado no contexto em análise, destaca-se uma categoria que se associa diretamente com a problemática das ânforas e do transporte de conteúdos alimentares por este meio - os opérculos. Estes pequenos recipientes cerâmicos de forma circular, com diâmetros entre os 9 e 12 cm, correspondem a um bem atestado sistema de selagem dos bocais das ânforas com o intuito da preservação do conteúdo transportado desde o porto de origem até ao seu local de consumo ou transbordo para outro recipiente. Ainda que o estudo deste tipo de sistema de selagem tenha estado à margem dos estudos anforológicos, nos últimos anos a sistematização da sua tipologia permite obter alguma informação, nomeadamente de índole cronológica mas também de proveniência (Bernal Casasola e Sáez Romero, 2008). Não é demais reforçar a importância do estudo destas peças em associação com os contentores aos quais estavam ligados, visto que ambos formam um conjunto indissociável (Bernal Casasola e Sáez Romero, 2008, p. 3).

Foi possível recolher e inventariar um conjunto de 103 fragmentos de óperculos, sendo que após colagem estes correspondem a um NMI de 57 óperculos. Da análise macroscópica das suas pastas, verifica-se que utilizam o mesmo tipo de argila das ânforas vinárias itálicas aqui acima descritas, encontrando-se presentes opérculos nomeadamente dos Grupos de fabrico 1 a 4 das produções Tirrénicas.

Do ponto de vista tipológico os opérculos recolhidos neste contexto inserem-se no Tipo 2 defenido por Bernal Casasola e Sáez Romero (2008), no seu estudo sobre os óperculos do círulo do Estreito de Gribraltar. Para este Tipo 2, propõe-se uma cronologia entre 200 e 75 a.C. (Figuras 16 a 18).

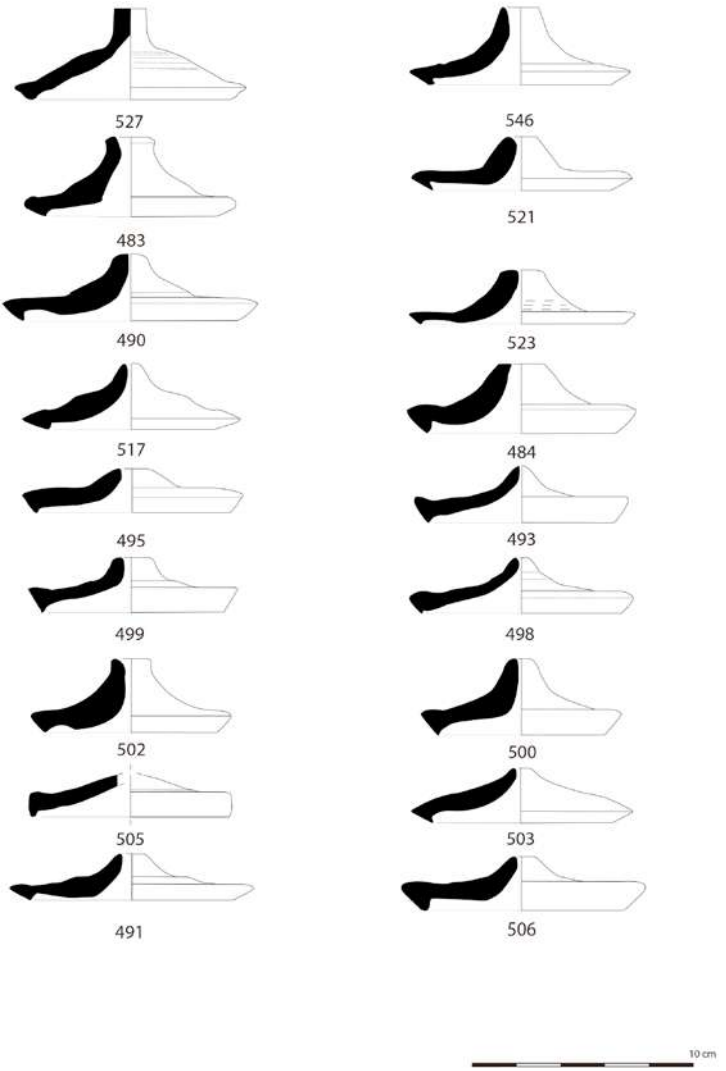


Fig. 16 – Óperculos Itálicos.

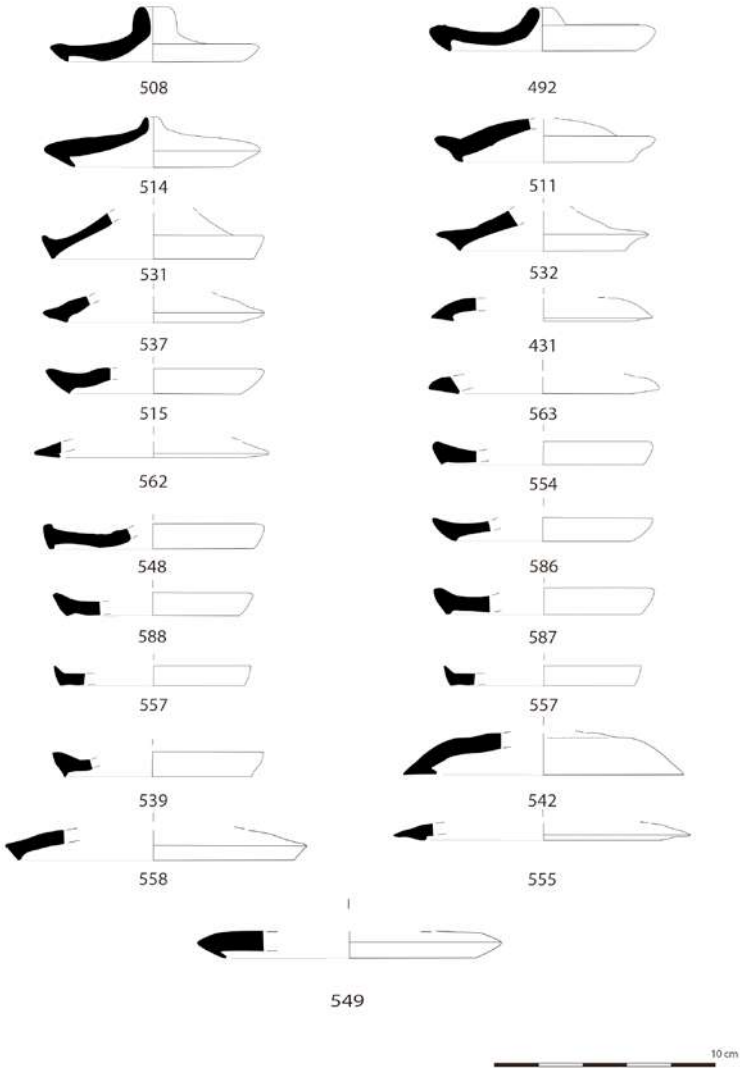


Fig. 17 – Óperculos Itálicos.

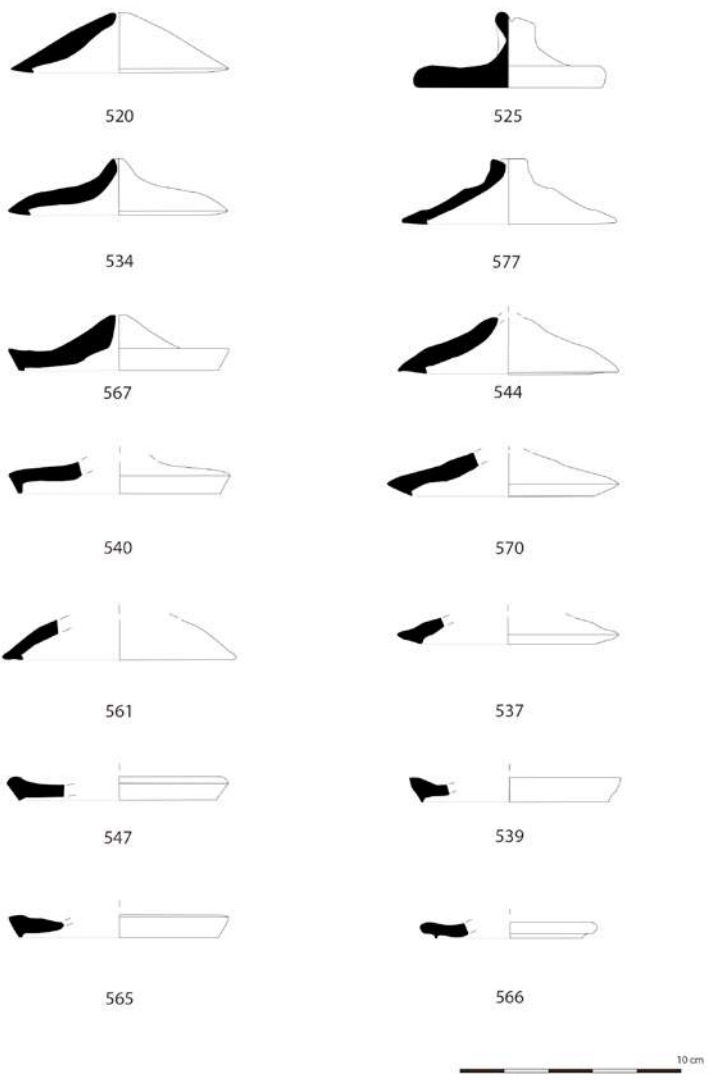


Fig. 18 – Óperculos Itálicos.

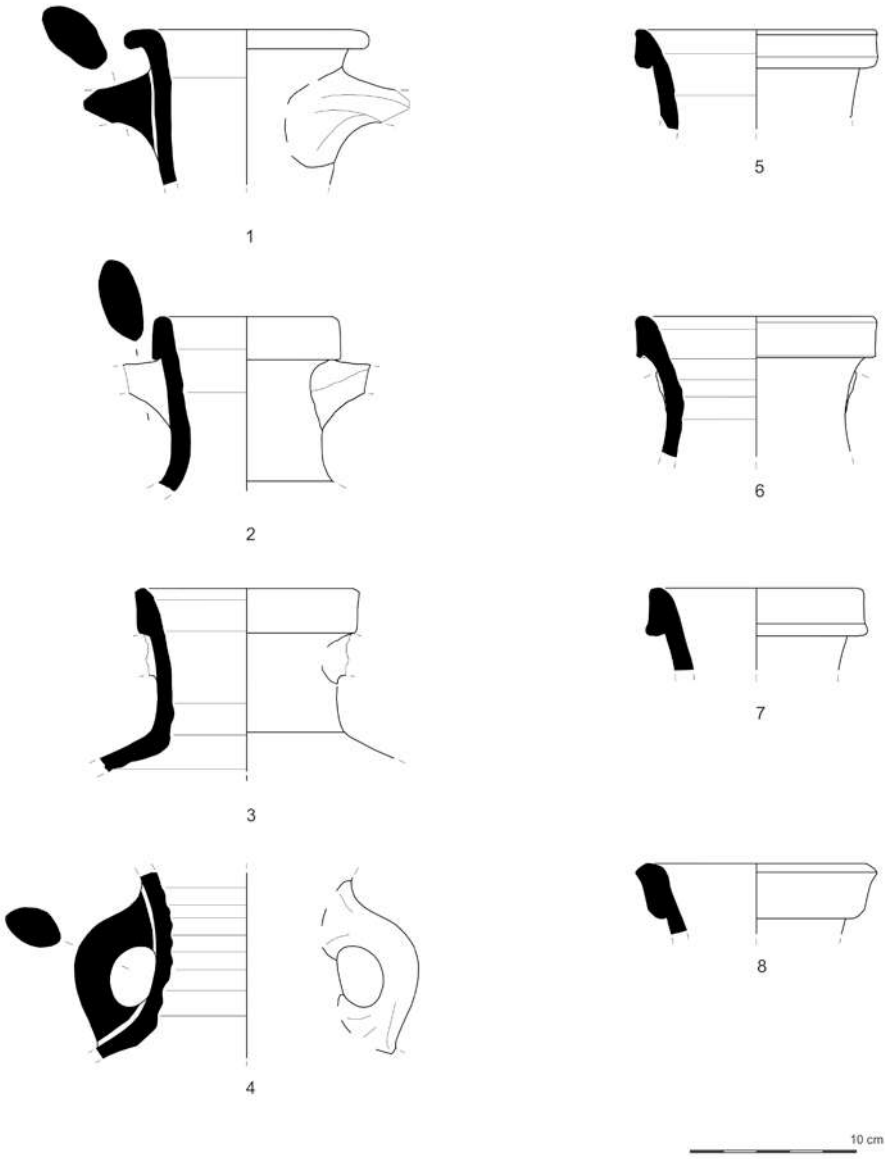


Fig. 19 – N.º 1 - Ânfora Greco-itálica Adriática. N.os 2 a 4 - Ânforas de Brindisi. N.os 5 a 8 – Ânforas Tripolitanas Antigas.

2.2| ÂNFORAS AFRICANAS

A importação de azeite da área Norte Africana, em concreto da faixa Líbio-Tunisina, está documentada pela presença de diversas ânforas oleícolas, denominadas Tripolitanas antigas. Esta região está representada por 20 fragmentos que correspondem a um NMI de 6 e que representa 3,6% do total da amostra em análise. Entre as produções que atribuímos a esta região, identificámos um único Grupo de fabrico (Figura 19, n.os 5 a 8).

Grupo 1 – Caracteriza-se por uma pasta compacta e áspera. A cor é vermelha (Mun. 10 R 4/8). Os elementos não plásticos são abundantes e de pequena dimensão, constituídos por quartzos, óxidos de ferro e moscovite. As superfícies apresentam um engobe espesso e aderente de tom bege.

Nas duas últimas décadas, os avanços na definição da morfologia dos contentores destinados ao transporte do azeite desta área e o estudo da sua dispersão no território peninsular levam a que se reavalie o papel da comercialização do azeite norte africano da área da Tripolitana na dinâmica comercial tardo-republicana (Ver Pascual Berlanga e Ribera i Lacomba, 2002; Benquet e Olmer, 2002; Mateo Corredor, 2012). Esta zona, conhecida como a região das três *poleis* (*Lepcis, Sabratha e Oea*), teve, na produção oleícola um dos principais recursos económicos durante a Época Romana. Conquanto essa produção se encontre bem documentada para a época imperial, os dados são escassos para o período republicano, sendo interessante recordar que em 46 a.C., depois da vitória de Júlio César em *Thapsus* sobre o exército Pompeiano e os seus aliados Numidas, é imposto à cidade de *Lepcis* um tributo de três milhões de litros de azeite (Pascual Berlanga e Ribera i Lacomba, 2002, p. 303), sendo esta medida bastante clara da capacidade instalada de produção nesta área.

2.2.1| ÂNFORAS TRIPOLITANAS ANTIGAS

Caracterizam-se por um bordo ligeiramente esvasado, lábios verticais de secção triangular, ligeiramente oblíquos e moldurados, com diâmetros entre os 12 e os 15 cm. As asas são curtas, arrancando abaixo do lábio, e apresentam secção ovoide ou circular. O colo é pouco pronunciado, de secção troncocónica, de onde parte o corpo ovoide com tendência cilíndrica, terminando num fundo em botão. Apresentam uma altura entre os 60 e os 65 cm, um diâmetro máximo de 35 cm e uma grande capacidade variável entre os 42 e os 49 l (Benquet e Olmer, 2002; Bonifay, 2005).

Denominam-se sob esta forma um conjunto de ânforas de época republicana de morfologia ovoide, que parecem inspirar-se em modelos produzidos na costa

adriática de Itália e que se apresentam como a primeira produção que antecede as típicas formas de exportação de azeite da área da Tripolitana, durante a época imperial (Pascual Berlanga e Ribera i Lacomba, 2002).

Identificados de forma correta pela primeira vez por Empereur e Hesnard (1987), o seu estudo só mais recentemente mereceu a atenção dos investigadores (Pascual Berlanga e Ribera i Lacomba, 2002), deixando antever uma inusitada difusão que levou a reavaliar a importância da sua comercialização em época republicana. Partindo da análise dos numerosos exemplares identificados nos níveis republicanos da cidade de *Valentia* e na sua difusão no mediterrâneo central e ocidental, G. Pascual Berlanga e A. Ribera i Lacomba (2002) situam o início da sua produção na primeira metade do século II a. C., embora seja a partir de inícios da segunda metade do século II a.C. que se encontram bem documentados na Península Ibérica, como demonstram os exemplares de Numância, Valência e os naufrágios da Ilha Pedrosa e Punta Scalletta, perdurando a sua comercialização até finais do século I a.C.

Recentemente, após a descoberta de evidências da produção destas ânforas em Tunes, foi proposto a alteração da sua denominação para Ânfora Africana Antiga (Capelli e Contino, 2013). Contudo, neste trabalho manteremos a denominação tradicional por já se encontrar amplamente consagrada na literatura científica.

No território português, temos vindo a assistir nos últimos anos à publicação de diversos conjuntos anfóricos de cronologia romana republicana onde estes contentores se encontram atestados, permitindo hoje uma mais ampla visão da distribuição destas importações (compare-se a cartografia de Pimenta, 2005, com Mateo Corredor, 2012). Encontram-se assim presentes no Algarve em Castro Marim (Viegas, 2011), no Cerro do Cavaco – Tavira (Bargão, 2006; Candeias, 2015), em Monte Molião – Lagos (Arruda e Sousa, 2013; Sousa, Alves e Pereira, 2016) e no Alentejo, no povoado das Mesas do Castelinho - Almodôvar (Parreira, 2009). No Vale do Tejo, em Lisboa em contextos bem datados do século II a.C. no Castelo de São Jorge (Pimenta, 2005, 2014), no amplo conjunto anfórico exumado no Teatro Romano (Filipe, 2008a, 2015) e em Santarém, nas escavações da antiga Alcáçova (Bargão, 2006; Almeida e Arruda, 2005); e nos Chões de Alpompé – Santarém (Pimenta e Arruda, 2014).

2.3| ÂNFORAS DO SUL DA PENINSULAR

Paralelamente aos produtos Itálicos e Africanos, assiste-se neste contexto a uma estreita conexão com o mundo da área púnica do Sul peninsular, em particular a baía gaditana. A importação de preparados piscícolas está documentada pela presença de diversos contentores de distintas morfologias, nomeadamente do Tipo

12.1.1.2 (Mañá Pascual A4), do Tipo 9.1.1.1. (CCNN), do Tipo 7.4.3.3. (Manã C2b) e por um exemplar de imitação da forma 1 de Dressel e outro da Forma Castro Marim 1. A área do Sul peninsular está assim representada por 32 fragmentos classificáveis que correspondem a um NMI de 16 e que representam 9,6% do total da amostra em análise. Entre as produções que atribuímos a esta região, identificámos três Grupos de fabrico. Os Grupos 1 e 2 que identificamos como produções da baía de Cádis (Sáez Romero, 2008), e o Grupo 3 apenas identificado num exemplar de bocal e fundo uma ânfora do Tipo 12 (Mañá-Pascual A4), que correspondem aos fabricos característicos da área de Málaga (Mateo Corredor, 2014).

Grupo 1 – Caracteriza-se por uma pasta compacta, arenosa e bem depurada. A cor é amarela rosada (Mun. 5 YR 7/6). Os elementos não plásticos são pouco abundantes e bem distribuídos, constituídos essencialmente por pequenos grãos de calcite, pequenos quartzos dispersos alguns dos quais rolados, grãos carbonatados, elementos de cerâmica cozida bem calibrada e vacúolos alongados. As superfícies apresentam-se apenas alisadas evidenciando uma tonalidade que varia entre o amarelado avermelhado (Mun. 10 YR 8/3) e o amarelo claro (Mun. 10 YR 8/4).

Grupo 2 – Caracteriza-se por uma pasta arenosa dura e bem depurada. A cor varia entre o bege (Mun. 2,5 YR 8/4), bege rosado (Mun. 7,5 YR 8/4) e o bege esverdeado (Mun. 5 Y 8/1). Os elementos não plásticos são pouco abundantes de pequena e média dimensão, bem distribuídos e constituídos essencialmente por quartzos rolados, grãos ferruginosos, elementos de argila cozida e grãos carbonatados dispersos. As paredes apresentam a tonalidade da pasta e foram apenas alisadas.

Grupo 3 – Caracteriza-se por uma pasta compacta e áspera. A cor apresenta-se castanha alaranjada (Mun. 10 R 6/8). Os elementos não plásticos são abundantes de pequena e média dimensão, bem distribuídos e constituídos essencialmente por quartzos, óxidos de ferro, grãos carbonatados, biotite e moscovite. As paredes apresentam a tonalidade da pasta e foram apenas alisadas.

2.3.1| ÂNFORAS TIPO 12.1.1.2. (MAÑÁ-PASCUAL A4)

Este tipo de ânfora caracteriza-se por um corpo bipartido, muitas vezes marcado por caneluras, terminando num fundo cónico ou arredondado. Apresentam uma grande capacidade variando a sua altura entre 1 m e 1,20 m. Os bordos são espessados internamente e apresentam um perfil oval arredondado. As asas são anelares, de secção arredondada, arrancando a meio da metade superior e marcando a divisão entre o colo incipiente e o corpo (Rámon Torres, 1995; Garcia Vargas, 1998; Sáez Romero, 2008 e 2016a).

Segundo Ramon Torres (1995), este tipo é uma evolução dos tipos do Grupo 11.2.0.0, sendo fabricado nos mesmos centros produtores que desde meados do século V a.C. produzem estas ânforas na área Fenício-Púnica da costa Andaluz e Marroquina, encontrando-se documentada arqueologicamente a sua produção na área de Cádis, Torre Alta e Pery Junquera - San Fernando, assim como no norte de África, em Kuass (Sáez Romero, 2008).

As ânforas deste tipo são herdeiras de uma longa duração de contentores, estando documentadas em diversas estações desde meados do século IV a.C. até um momento indeterminado do século II a.C. Este Tipo em concreto encontra-se bem datado, com base na recente investigação em torno dos centros de produção da baía de Cádis. À luz desses dados podemos datar o surgimento dos modelos do Tipo 12.1.1.2. do segundo quartel do século II a.C. perdurando até ao século I a.C., tendo em conta a estratigrafia do Cerro Macareno e os dados do Castelo de Castro Marim, onde surgem exemplares evolucionados desta forma em contextos tardo-republicanos com cronologia de 50-30 a.C. (Arruda, 2000 e 2001; Saéz Romero, 2016a).

Considerando a localização costeira dos seus centros produtores, assim como a sua presença e associação a unidades de preparados piscícolas, tem sido proposto um conteúdo piscícola para estes envases (Rámon Torres, 1995).

A sua presença na fachada atlântica é escassa e, em muitos dos casos, de difícil perceção, pelo menos no atual estado dos conhecimentos, pela inexistência de descrições adequadas dos fabricos, o que leva a que as produções do Sul peninsular possam ser confundidas com produções locais. Salienta-se a existência de produções anfóricas com inspiração nestes modelos, nos vales do Tejo e Sado (Sousa e Pimenta, 2014). Em concreto podemos atestar a presença de ânforas Tipo 12.1.1.2. (Mañá-Pascual A4) na área do Algarve, em Castro Marim (Arruda *et al.*, 2006), no Cerro do Cavaco - Tavira (Candeias, 2015), em Faro (Viegas, 2011), no Monte Molião (Sousa, Alves e Pereira, 2016), no Cerro da Rocha Branca - Silves (Gomes, 1993) e, possivelmente, no rio Arade (Diogo, Cardoso e Reiner, 2000). Para o restante território os dados são parcos, podendo-se apenas registar a sua presença ainda que reduzida nos poucos exemplares no vale do Tejo em Lisboa, na Rua de São João da Praça (Pimenta, Calado e Leitão, 2005) e na Alcáçova de Santarém (Arruda, 2002).

Os exemplares deste Tipo, presentes no contexto em análise, correspondem aos modelos tardios desta ânfora, encontrando-se representados por dois bo-

cais de fabrico Gaditano e um fragmento de bocal e fundo, possivelmente da mesma ânfora com os característicos fabricos da área de Málaga. Esta forma corresponde assim, tendo presente os 2 NMI de fabrico Gaditano e o único NMI de fabrico de Málaga, a 1,8% da totalidade da amostragem (Figura 20, n.os 8, 9, 11 e 12).

2.3.2| ÂNFORAS TIPO CASTRO MARIM 1

Nos níveis de abandono do edifício romano republicano do Beco do Forno do Castelo, recolheu-se um fragmento de bocal de lábio voltado para o interior de fabrico da área da baía gaditana (Figura 20, n.º 10), que se insere morfologicamente no tipo de ânfora que foi individualizado como Castro Marim 1 (Arruda *et al.*, 2006; Bargão e Arruda, 2014).

Esta ânfora, recentemente individualizada com base no estudo dos conjuntos anfóricos do sítio epónimo, caracteriza-se por um corpo cilíndrico e relativamente estreito com uma largura média de 26 cm. Apresenta bordos horizontais e voltados para o interior, encontrando-se separados do corpo por uma carena bem marcada (Bargão e Arruda, 2014).

A sua cronologia ainda não é totalmente clara, contudo diversos sítios na região Algarvia permitem sustentar uma datação entre meados do século II a.C. e os finais do século I a.C..

A sua presença no território português encontra-se bem atestada região Algarvia, em Castro Marim (Arruda *et al.*, 2006), no Cerro do Cavaco - Tavira (Candeias, 2015), em Faro (Viegas, 2011) e no Monte Molião (Arruda e Sousa, 2013; Sousa, Alves e Pereira, 2016). Para o restante território os dados são parcos, apenas podendo-se registar a sua presença no vale do Tejo, na Alcáçova de Santarém (Bargão, 2014) e no Porto do Sabugueiro (Pimenta e Mendes, 2008).

2.3.3| ÂNFORAS TIPO 9.1.1.1. (CCNN)

As ânforas deste tipo caracterizam-se por serem ânforas perfeitamente cilíndricas, terminando em fundos arredondados ou em ônfalo. Os bordos são normalmente retos ligeiramente espessados para o interior, projetando-se como prolongamento das paredes, destacando-se uma leve incisão ou canelura exterior que demarca a diferença entre a área do bordo e a parede. As asas são pequenas, de secção circular e arrancam um pouco abaixo do bordo. A sua capacidade apresenta-se bastante diminuta, visto as suas dimensões variarem entre os vinte e oito e os setenta cm de altura (Ramon Torres, 1995; Garcia Vargas, 1998; Pimenta, 2005; Sáez Romero, 2016b).

Este tipo aparece pela primeira vez individualizado por Sanmartí Greco (1985a e 1985b) no seu estudo acerca dos materiais das escavações de Shulten, nos acampamentos Numantinos, do qual adquiriu a designação de ânforas CC.NN.

O principal foco produtor deste tipo situa-se na baía gaditana, onde se produziu de forma massiva (Sáez Romero, 2008). Fora da baía gaditana, a sua produção parece ter ocorrido na área de Carteia, na costa de Málaga e na ilha de Ibiza (Mateo Corredor, 2014, p. 60).

No que diz respeito à cronologia, embora a sua produção possa ter início ainda em meados do século III a.C., trata-se de envases típicos da segunda metade do século II a.C., bem atestados nos acampamentos republicanos de circunvalação a Numância, datados de 134-133 a.C., nos níveis de fundação de Valência (138 a.C.) e no naufrágio da Ilha Pedrosa, com uma datação de 150-140 a.C., não parecendo ultrapassar os inícios do século I a.C. (Sáez Romero, 2016b).

Em relação ao seu(s) conteúdo(s), a sua presença nos níveis de abandono da unidade fabril pré-romana de salga de peixe da Praça de Asdrúbal, em Cádis (García Vargas, 1998), e a existência de um conjunto de estampilhas sobre este tipo de ânfora, elucidam-nos acerca da sua utilização enquanto recipientes de transporte de preparados de peixe (Ramon Torres, 1995). Num dos casos observa-se uma personagem transportando um peixe, colocando-o num recipiente que é a própria ânfora em que surge representado. García Vargas (1998), tendo por base a análise dos amplos diâmetros da boca destes recipientes cerâmicos, sugere a sua utilização para transporte de *Salsamenta*.

O atual estado das investigações tem vindo a destacar o relevante papel destas ânforas no comércio dos preparados piscícolas da área do estreito e para múltiplos destinos na área do mediterrâneo (Ramon Torres, 1995, p. 293). De facto, parece que desde o início da sua produção estes envases alcançaram um sucesso significativo, circulando nos mercados tradicionais de Gadir, mas também no abastecimento aos contingentes militares dos exércitos Cartagineses e Romanos em luta na Península Ibérica em diversos momentos dos séculos III e II a.C. (Sáez Romero, 2016b).

No território português, a análise da sua dispersão evidencia uma concentração destas ânforas no vale do Tejo, em particular em Lisboa, sinalizadas em diversas escavações no casco antigo da urbe (Pimenta, 2005; 2007; Filipe, 2008a; Carvalhinhos, Mota e Miranda, 2017), mas também na Alcáçova de Santarém (Arruda, 2002) e em reco-

lhas de superfície na estação de Chões de Alpompé (Pimenta e Arruda, 2014). Para o Alentejo, surge em Beja, na Rua do Sembrano (Grilo, 2007) e no povoado das Mesas do Castelinho - Almodôvar (Filipe, 2010). Na área do Algarve, em Castro Marim, tanto no castelo (Arruda *et al.,* 2006; Viegas, 2011), como no Forte de São Sebastião (Arruda e Pereira, 2008), no Cerro do Cavaco - Tavira (Candeias, 2015), em Faro (Viegas, 2011) e no Monte Molião (Arruda e Sousa, 2013; Sousa, Alves e Pereira, 2016).

No conjunto em análise foi possível classificar 14 fragmentos de ânfora desta forma (um exemplar completo, três bocais, quatro asas, três fundos e três colos com pastas do Grupo 2), correspondendo a 4 NMI e a 2,4% da totalidade do conjunto exumado no edifício republicano do Beco do Forno (Figura 20, n.^{os} 1 a 7).

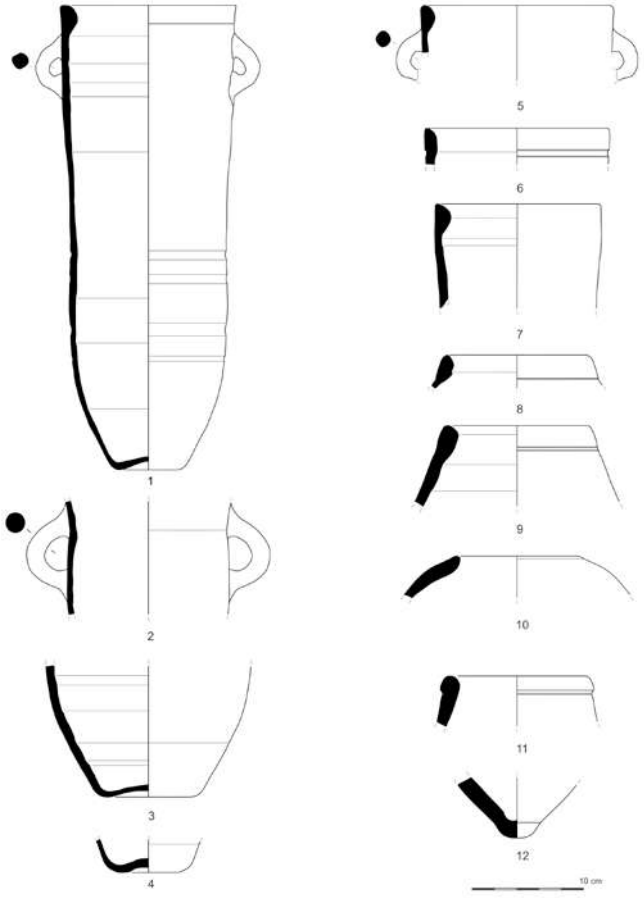


Fig. 20 – Ânforas do sul peninsular: N.os 1 a 7- Ânforas Tipo 9.1.1.1. (CCNN). N.os 8, 9, 11 e 12 - Ânforas Tipo 12.1.1.2. (Mañá-Pascual A4). N.º 10 – Ânfora Tipo Castro Marim 1.

2.3.4| ÂNFORAS TIPO 7.4.3.2.-7.4.3.3. (MANÃ C2B)

As ânforas deste tipo caracterizam-se por uma amplo bocal virado para o exterior, com complexos lábios moldurados. O corpo evidencia uma morfologia cilíndrica com cerca de um 1 m de altura, terminando num bico, normalmente oco, muito pronunciado. As asas são anelares, de secção circular ou ovoide, arrancando da zona de transição entre o corpo e o colo (Ramon Torres, 1995; Garcia Vargas, 1998; Sáez Romero *et al.,* 2016).

Este modelo rompe com a tradição morfológica dos contentores do Sul peninsular, reproduzindo diretamente as ânforas Cartaginesas do Tipo 7.4.3.1. (Mateo Corredor, 2014). Ramon Torres (1995) apresentou a revisão do estado da questão acerca da problemática da definição tipológica das ânforas Mañá C, no âmbito do seu estudo das ânforas fenício-púnicas do Mediterrâneo Central e Ocidental, tendo incluído no seu Grupo 7 os sub-Tipos 7.4.3.2. e o Tipo 7.4.3.3., os modelos ocidentais deste contentor conhecidos por Mañá C2b.

A sua produção encontra-se bem atestada na área do estreito de Gibraltar, ainda que o foco produtor melhor conhecido seja sem dúvida a área da baía gaditana e o seu entorno (Lagóstena Barrios, 1996; Sáez Romero, 2008).

Recentes avanços na investigação desenvolvida nos centros oleiros da baía de Cádis permitem situar o início da produção destes modelos em inícios da segunda metade do século II a.C., perdurando até à mudança de Era (Sáez Romero *et al.*, 2016). O sucesso desta nova forma fará com que venha a substituir progressivamente os modelos anfóricos produzidos nesta área e explica a sua longevidade, mantendo-se praticamente até ao final do século I a.C. (Arruda e Almeida, 1998).

A associação de fragmentos de recipientes desta forma a unidades de salga em Kuass, no Cerro del Mar, na cidade de *Baelo Claudia* e em diversos locais intervencionados na cidade de Cádis (Lagóstena Barrios, 2001), parecem consolidar a proposta de um conteúdo relacionado com o transporte de preparados de peixe para as produções da área do estreito de Gibraltar. Esse conteúdo seria, entre outros, o *halex* atestado nos *tituli picti* dos exemplares da Fossa Aggeris e do Castro Pretório em Roma (C.I.L. 4762 e C.I.L., XV, 4730). A recente escavação de um contexto bem datado de finais do século II a.C., na área fabril da cidade de *Baelo Claudia*, permitiu detetar restos dos seus conteúdos *in situ* (Bernal *et al.,* 2007), atestando o transporte e comercialização de *salsamenta* composta por troços de atum em salga.

No entanto, tendo em conta um exemplar encontrado intacto no naufrágio A de Dramont (Saint Raphael), contendo restos de azeitonas e um ramo de oliveira e a recente

publicação de um *titulus pictus* sobre uma ânfora deste tipo proveniente de Mesas de Asta (García Vargas, 1998, p. 68, fig. 79 D), em que é mencionado um conteúdo vinícola, leva a que se questione a existência de um só conteúdo para estes contentores.

Este tipo goza de uma ampla difusão comercial por todo o Sul peninsular, costa marroquina e costa Atlântica desde a Galiza ao Algarve, atestando um verdadeiro renascimento do comércio da área do estreito, especialmente no século I a.C. (Sáez Romero *et al.,* 2016).

O panorama da distribuição das ânforas deste tipo no território atual Português, apresentado recentemente (Arruda e Almeida, 1998, pp. 213-214, e atualizado em Pimenta 2005), permite observar a ampla distribuição deste forma e testemunhar os principais ritmos da sua comercialização.

A análise das ânforas Maña C2b nos contextos já estudados do Castelo de São Jorge, em Lisboa, embora nos dote dos mecanismos necessários para datar o início da sua importação, ainda durante a segunda metade do século II a.C., a par das primeiras importações itálicas, não traduz a sua representatividade no conjunto das ânforas aí exumadas (Pimenta, 2007). De facto o grosso do volume destes contentores tem surgido em depósitos secundários, onde apesar de bem representados não permitem esclarecer qual a sua cronologia de importação.

Em Lisboa, as diversas intervenções no casco antigo da colina do castelo, têm permitido identificar um conjunto considerável de ânforas deste tipo no Teatro Romano (Diogo, 2000; Filipe, 2008a), no Largo das Portas do Sol (Silva, 2014), na Rua da Adiça (Carvalhinhos, Mota e Miranda, 2017), na Fundação Ricardo Espírito Santo e Silva (Pimenta, 2007), no Claustro da Sé (Pimenta, 2007), nos Armazéns Sommer (Pimenta, 2007), no Palácio de Angeja (Pimenta, 2007), na Rua de São João da Praça (Pimenta, 2007), na Casa dos Bicos (Pimenta, 2007), na Rua dos Bacalhoeiros (Filipe, 2008b) e em dragagens recentes no Cais do Sodré (Alves *et al.,* 1988/89).

Nos níveis de abandono do edifício republicano do Beco do Forno foi possível classificar 7 fragmentos de ânfora desta forma (quatro bocais, uma asa, um fundo e um colo com pastas do Grupo 1), correspondendo a 4 NMI e a 2,4% da totalidade do conjunto exumado (Figura 21, n.os 1 a 4).

2.3.5| DRESSEL 1 (COSTA DA ULTERIOR)

Encontra-se bem atestada a existência de uma produção provincial hispânica reproduzindo os modelos itálicos da forma 1 de Dressel na costa da Ulterior, na baía de Cádis e no vale do Guadalquivir (García Vargas *et al.*, 2016). Este fenómeno de

imitação dos protótipos Itálicos dos modelos Greco-Itálicos e da forma 1 de Dressel deve ser considerado como um primeiro momento do longo processo de "romanização" dos contentores de transporte dos produtos agrícolas e de derivados marinhos que ocorre na *Hispania* durante a época tardo-republicana, não sendo bem claro o seu contexto sociocultural, embora seja de salientar que ele ocorre em áreas com uma tradição já secular de produção de ânforas de clara influência "punicizante". Torna-se, por isso, plausível, como já foi proposto (Fabião, 1998, p. 178), que estas imitações tenham procurado tirar partido do amplo sucesso do vinho Itálico e da "imagem de marca" dos seus contentores. Não é de excluir, no entanto, estarmos perante uma produção relacionada com necessidades de abastecimentos locais dos contingentes militares Itálicos em campanha. A presença das primeiras importações de Dressel 1 de produção da Costa da Ulterior, nomeadamente da baía gaditana, encontra-se bem documentada em Lisboa em contextos do terceiro quartel do século II a.C., surgindo estas a par dos modelos Greco-itálicos com a mesma proveniência (Pimenta, 2005).

A problemática em relação ao conteúdo transportado por estes contentores recebeu um contributo relevante nos últimos anos com a escavação da área fabril da cidade de *Baelo Claudia*. Nesta cidade, num contexto bem datado de finais do século II a.C., identificaram-se as primeiras evidências de paleoconteúdos que atestam a utilização desta forma para o transporte de conservas piscícolas (Bernal *et al.,* 2007).

Embora disponhamos de poucos dados para aferir a real importância da comercialização destes modelos provinciais de Dressel 1, a presença de exemplares em sítios interiores, como por exemplo La Loba- Córdova (Benquet e Olmer, 2002) e Cerro de la Atalaya – Jaén (Barba Colmenero *et al*., 2016) e em locais do território atualmente Português como Lisboa, Santarém (Arruda e Almeida, 1999, p. 715, n.^{os} 17 e 18), Chões de Alpompé, o povoado das Mesas do Castelinho em Almodôvar (Fabião e Guerra, 1994, p. 280, fig. 7, n.º 3), Monte Molião – Lagos (Sousa, Alves e Pereira, 2016), Faro (Viegas, 2011) e Castro Marim (Viegas, 2011), levam a que se reavalie a importância da sua produção e comercialização.

No presente contexto foi apenas possível classificar 1 fragmento de bocal ânfora desta forma com pastas do Grupo 1 correspondendo a 1 NMI e a 0,6% da totalidade do conjunto exumado (não representado).

2.4| ÂNFORA DE DIFÍCIL CLASSIFICAÇÃO

No presente contexto recolheram-se ainda diversos fragmentos de uma ânfora de fabrico gaditano do Grupo 1, acima descrito, que se apresenta de difícil classificação dentro das tipologias conhecidas para a área da baía gaditana. Trata-se de uma ânfora que apresenta um diâmetro estreito entre 12 e 14 cm, lábio pendente em fita, colo cilíndrico e curto. A sua morfologia recorda os modelos das ânforas tripolitanas ou das ânforas de Brindisi. Um exemplar similar igualmente de difícil enquadramento foi identificado entre as ânforas republicanas de Monte Molião (Arruda e Sousa, 2013, figura 126, n.º 11811).

No abandono do edifício republicano do Beco do Forno foi possível classificar 3 fragmentos de bocal de ânfora desta forma com pastas do Grupo 1, correspondendo a 3 NMI e a 1,8% da totalidade do conjunto exumado (Figura 21, n.os 5 a 7).

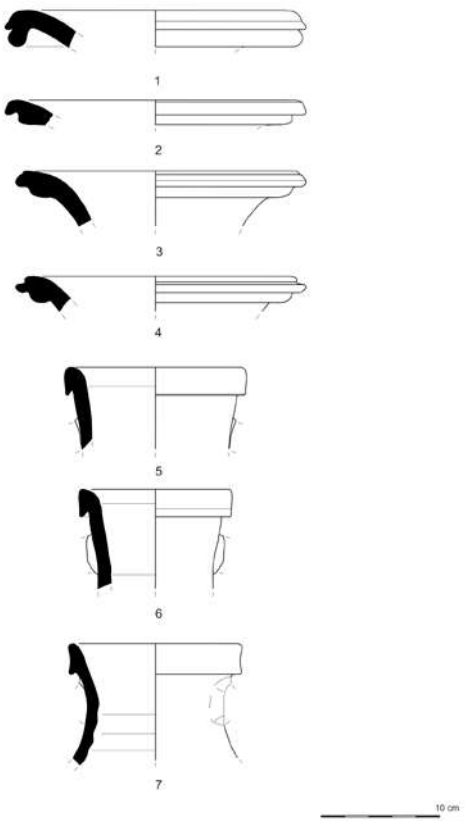


Fig. 21 – Ânforas do sul peninsular: N.os 1 a 4 - Ânforas Tipo 7.4.3.3. (Manã C2b). N.os 5 a 7 - Ânforas de difícil classificação.

2.5| ÂNFORAS DE PRODUÇÃO REGIONAL VALE DO TEJO/SADO

Paralelamente às importações da área da costa Sudoeste da Ulterior, nomeadamente da baía gaditana, encontra-se igualmente bem atestada a presença de diversos modelos anfóricos de produção regional, possivelmente do Vale do Tejo ou do Vale do Sado testemunhando uma remota tradição oleira.

A existência de uma produção de ânforas de tipologia pré-romana nos vales do Tejo/Sado foi inicialmente proposta por Ana Arruda (2002) para algumas ânforas recolhidas na Alcáçova de Santarém, sendo esta tese reforçada com os dados do estudo do conjunto anfórico republicano do Castelo de São Jorge em Lisboa (Pimenta, 2005) e consolidada para a Idade do Ferro com o estudo monográfico das escavações arqueológicas realizadas na Rua dos Correeiros, em Lisboa (Sousa, 2014).

De facto, com o estudo da estratigrafia e das associações materiais associadas aos primeiros momentos da presença romana em *Olisipo*, constatou-se que a par dos inúmeros contentores de proveniência exógena coexistiam algumas ânforas de morfologia indígena, herdeiras de uma longa tradição do mundo fenício-púnico. A análise quantitativa permitia verificar que a sua representatividade era significativa rondando os 11% do estudo do material em contextos, ainda que não ultrapassando os 5% do conjunto exumado, tendo em conta a totalidade do material recolhido (Pimenta, 2005).

Considerando o aumento significativo da informação existente, foi desenvolvida recentemente uma proposta tipológica para as produções regionais de ânforas pré-romanas do estuário do Tejo (Sousa e Pimenta, 2014).

Entre as produções que atribuímos a esta região, identificámos um único grupo de pastas, ao qual deduzimos uma proveniência do Vale do Tejo/Sado, tendo em conta os paralelismos com a bem conhecida produção de ânforas em época romana Alto-Imperial, mas também com o fabrico destes contentores em época tardo-republicana, nomeadamente na segunda metade do século I a.C., o qual se encontra bem atestado no sítio de Monte dos Castelinhos em Vila Franca de Xira (Pimenta, 2017).

Grupo 1 – Caracteriza-se por uma pasta compacta, bem depurada de fratura regular. A cor varia entre o castanho avermelhado (Mun. 10YR 7/4) e os alaranjados (Mun. 5 YR 6/6). Os elementos não plásticos são pouco abundantes e bem distribuídos, constituídos essencialmente por moscovites de pequena dimensão, raros elementos de biotites, abundantes calcites, quartzos rolados, elementos de cerâmica cozida e vacúolos alongados. As superfícies apresentam-se alisadas do tom da pasta ou com vestígios de uma aguada de tom acastanhado.

No presente contexto foi possível classificar 29 fragmentos de ânfora de produção da costa atlântica da Ulterior, especificamente da área do vale do Tejo/Sado, que correspondem 16 NMI e a 9,6% da totalidade do conjunto exumado.

Do denominado Tipo 1 do estuário do Tejo, que parece inspirar-se na morfologia das ânforas do Tipo 10.1.2.1 de Ramon Torres (1995), identificaram-se quatro bocais, (Figura 22, N.os 1 a 3). Este modelo corresponde a uma ânfora amplamente difundida durante o período orientalizante, podendo a sua presença neste contexto apenas tratar-se de material residual (Sousa e Pimenta, 2014).

O Tipo 2 do estuário do Tejo, caracteriza-se por um lábio em fita de secção arredondada, colo troncocónico separado do corpo de tendência cilíndrica por uma carena bem evidenciada, da qual arrancam as asas de secção arredondada. Os dados disponíveis sobre a sua cronologia permitem iniciar a sua produção ainda em meados do século VI a.C. (Sousa e Pimenta, 2014). No presente contexto identificaram-se dois fragmentos de bocal passíveis de ser atribuídos a esta forma (Figura 22, n.os 5 e 6), mas tal como nos exemplares do Tipo 1 poderemos estar perante material residual.

O Tipo 4 do estuário do Tejo parece corresponder a um modelo de ânfora mais ovalado de tendência vertical, com início de produção em torno do século V a.C. (Sousa e Pimenta, 2014). No Beco do Forno recolheu-se um fragmento de bocal desta morfologia (Figura 22, n.º 4).

O Tipo 5 do estuário do Tejo integra ânforas de morfologia ovoide e de bocal reentrante com secção ovalada, detendo uma cronologia fixável em momentos mais tardios da Idade do Ferro, nos séculos IV e III a.C.. A sua presença em Lisboa era, até ao momento, desconhecida (Sousa e Pimenta, 2014). No contexto em epígrafe inventariaram-se dois fragmentos de bocal desta forma (Figura 22, n.os 7 e 8).

O Tipo 6 corresponde a um característico modelo de ânfora com amplos bocais de tendência horizontal, desenvolvendo-se para corpos de morfologia globular. A sua produção inicia-se ainda durante o século V a.C. e alcança os níveis republicanos na cidade de Lisboa (Sousa e Pimenta, 2014). Identificou-se um fragmento de bocal desta forma (Figura 22, n.º 9).

O Tipo 7 do estuário do Tejo integra contentores de perfil superior troncocónico, o bordo é praticamente indiferenciável da peça, sendo apenas evidenciado por um espessamento interno. O início da sua produção data-se já de momentos finais da Idade do Ferro, no século III a.C. e encontra-se assaz bem datada para

o século II a.C. a sua presença nos contextos romanos republicanos do Castelo de São Jorge, em Lisboa, (Sousa e Pimenta, 2014). Identificaram-se seis fragmentos de bocal desta forma (Figura 22, n.os 10-12).

Um dos dados mais inesperados da análise do depósito de ânforas da escavação do Beco do Forno do Castelo foi a presença de inúmeros fragmentos com colagem que permitiram a reconstituição de uma ânfora de produção regional dos Vales do Tejo ou do Sado que se inspira claramente nas ânforas itálicas do tipo Greco-Itálico tardio ou nos primeiros modelos das ânforas da forma 1 de Dressel (Figura 23). A análise macroscópica da sua pasta e da sua superfície não deixa margem para dúvidas, enquadrando-se o seu fabrico no Grupo 1 das produções regionais acima descrito. Aliás, é assaz relevante a sua similitude com as pastas, superfícies e mesmo com as aguadas típicas das produções pré-romanas. Estamos assim perante o primeiro modelo, ou melhor, perante a primeira tentativa, de criar um modelo de ânfora tipicamente romano na fachada atlântica da península. Este fenómeno de imitação de modelos exógenos, nomeadamente itálicos, encontra-se bem atestado e estudado para a baía de Cádis desde momentos recuados ainda do século III a.C. (Garcia Vargas, 1998; Sáez Romero, 2008). Para a fachada atlântica, tem-se nos últimos anos começado a definir de uma forma clara que na fase tardo republicana, em particular durante os meados da segunda metade do século I a.C., se assiste ao despontar das primeiras produções das ânforas Lusitanas, reproduzindo as morfologias ovoides, então em voga na baía gaditana e no Vale do Guadalquivir. Tudo indica que o despontar destas produções se prende com necessidades de abastecimento local ao exército, nomeadamente no contexto das Guerras Cesarianas (Pimenta, 2017). Contudo, para o século II a.C. este dado é realmente o primeiro e não parece ter tido consequências a nível de continuidade.

A análise mais atenta da ânfora em questão revela algumas singularidades, nomeadamente ao nível da secção e perfil das asas que permitem distinguir e individualizar esta produção dos seus protótipos itálicos. Tendo presente os dados já conhecidos para *Olisipo*, não se afigura que esta produção seja mais do que uma tentativa. É de salientar que, entre os milhares de ânforas associadas aos contextos das primeiras fases de ocupação romana da urbe já estudadas e publicadas, este é o único exemplar atestando esta produção. É natural que outras peças possam surgir e aumentar um pouco a representatividade destas produções de imitação, mas de momento, na vasta amostragem deste depósito, a sua representatividade é apenas de 0,6% do NMI.

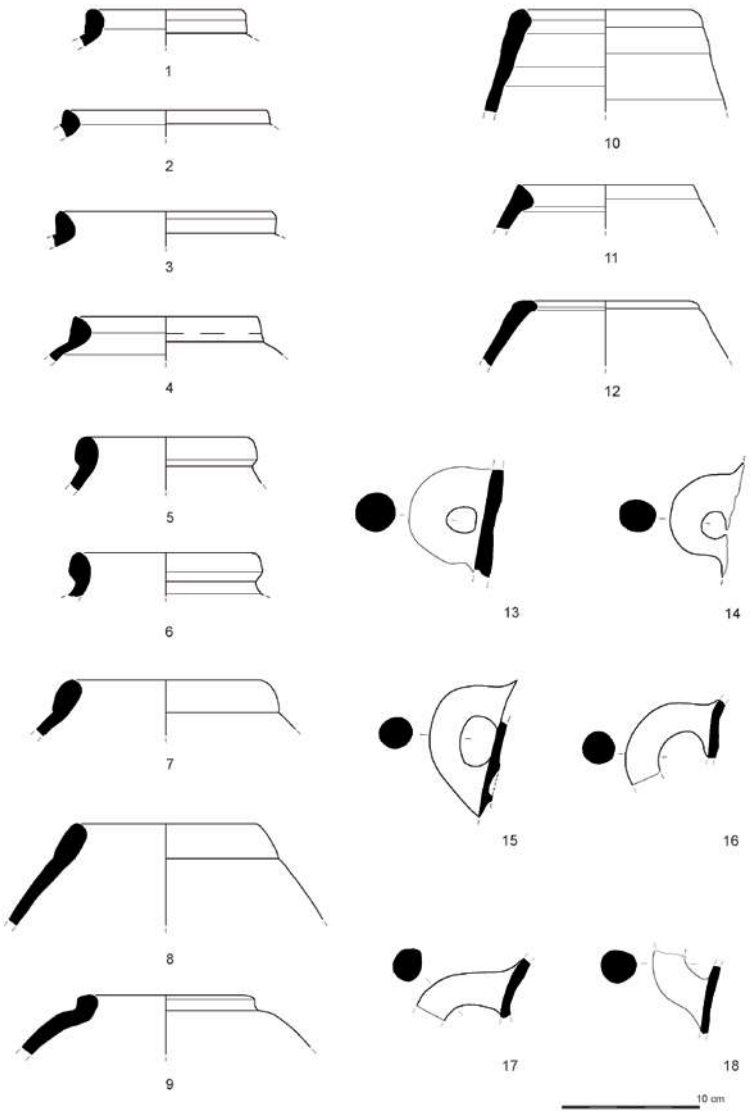


Fig. 22 – Ânforas de produção Regional Vale do Tejo/Sado: N.os 1 a 3 – Ânforas Tipo 1; N.os 5 e 6 – Ânforas Tipo 2; N.º 4 – Ânfora Tipo 4; N.os 7 e 8 – Ânforas Tipo 5; N.º 9 - Ânfora Tipo 6; N.os 10 a 18 - Ânforas Tipo 7.

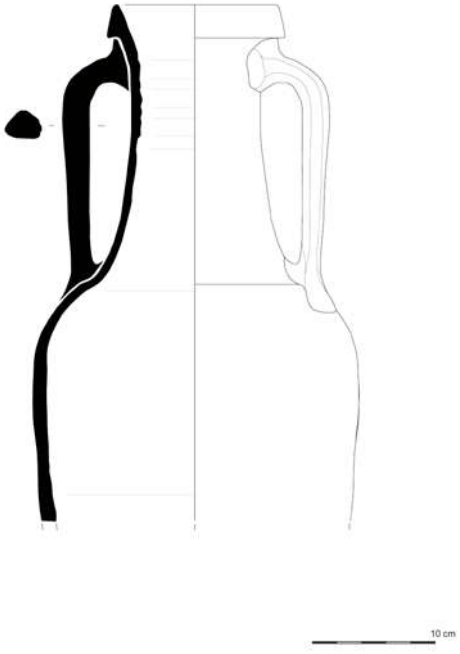


Fig. 23 – Ânfora de produção Regional Vale do Tejo/Sado de inspiração itálica.

3| CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escavação do edifício n.º 16-20 do Beco do Forno do Castelo permitiu uma descoberta verdadeiramente inusitada de estruturas arquitetónicas relativamente bem preservadas e correlacionáveis com a primeira fase da presença romana no extremo Ocidente peninsular.

Estas correspondem a um compartimento de planta retangular com um pavimento de *opus signinum*, implantado no substrato geológico calcário, que cortou níveis e estruturas anteriores da Idade do Ferro.

Pelas suas características específicas, e face aos paralelos existentes na bibliografia, o compartimento poderá ter tido uma função hidráulica, enquanto equipamento termal, ou mesmo cisterna, não sendo de excluir a utilização como local de armazenamento.

Os contextos preservados correspondem ao abandono/ destruição. A análise das unidades estratigráficas permitiu verificar um abandono deliberado desta área plasmado no colapso das suas paredes, assim como um nível de descarte de material essencialmente cerâmico fragmentado em conexão.

Os vestígios contextuais e estruturais aqui identificados vêm reforçar e matizar os dados disponíveis para o estudo dos primeiros contactos com o mundo Itálico na foz do Tejo, permitindo sublinhar a relevância e precocidade da presença romana em época republicana no sítio de *Olisipo* e, neste caso, concretamente no topo da colina do castelo.

Tendo em conta a análise das associações de materiais cerâmicos afigura-se sólida uma cronologia relativa de abandono deste compartimento em meados do terceiro quartel do século II a.C. (150-125 a.C.), mais precisamente entre 140-130 a.C. Esta datação tem em conta a homogeneidade das diversas importações identificadas e a sua comparação com os resultados aferidos em contextos similares em estações com cronologias bem definidas (Pimenta, 2005 e 2014).

Entre o extenso conjunto de materiais arqueológicos recolhidos sobressaem, quer pelo número, quer pelo estado de preservação, as ânforas. Entre os inúmeros fragmentos de ânforas exumados, foi possível individualizar e estudar um número de 494 indivíduos classificáveis. Da sua análise resulta um significativo número mínimo de indivíduos (NMI) de 166 exemplares, atestando um fácies de importação surpreendentemente similar com o que tem vindo a ser detetado para a primeira fase da presença romana em *Olisipo* (Pimenta, 2005, 2007 e 2014; Filipe, 2008a e 2015) e ao identificado para o sítio de Chões de Alpompé (Santarém), o plausível *ubi* da cidade de *Móron* referida por Estrabão (Pimenta e Arruda, 2014).

No presente conjunto, as importações da Península Itálica dominam de uma forma esmagadora na análise do total do NMI (77% do total da amostra). A importação, em larga escala, de ânforas vinícolas e, em menor escala, de ânforas oleícolas, produzidas na Península Itálica corresponde a um fluxo comercial bem conhecido e estudado, sendo normalmente conotado com os primeiros momentos de contactos com o mundo romano em época tardo-republicana. No caso do extremo ocidente peninsular, este fluxo encontra-se frequente e diretamente relacionado com o processo de conquista/organização do território peninsular e com circuitos de abastecimento aos exércitos. A importação de azeite da área Norte Africana em concreto da faixa Líbio-Tunisina está documentada pela presença de diversas ânforas oleícolas, denominadas Tripolitanas antigas (3,6% do total da amostra). Paralelamente aos produtos Itálicos e Africanos, assiste-se neste contexto a uma estreita conexão com o mundo da área púnica do sul peninsular, em particular a baía gaditana. A importação de preparados piscícolas está documentada pela presença de diversos contentores de distintas morfologias, que representam 9,6% do total da amostra em análise. Por último encontra-se igualmente bem atestada a

presença de diversos modelos anfóricos de produção regional, possivelmente do Vale do Tejo ou do vale do Sado, atestando uma remota tradição oleira. Destaca-se a par da presença de modelos de tradição indígena pré-romana a presença de um exemplar que imita localmente os modelos das primeiras ânforas itálicas.

A datação proposta para esta fase, remete-nos para o seu enquadramento dentro do que sabemos acerca da conquista romana do território atualmente Português, sendo a sua cronologia compatível com a primeira grande campanha militar romana no extremo ocidente da Península Ibérica, desencadeada em 138 a.C. pelo novo Governador da Ulterior, o procônsul *Décimo Júnio Bruto,* com claros objetivos de uma "pacificação" exemplar dos últimos focos de rebelião Lusitana e de reconhecimento duma área até então pouco conhecida, o Noroeste peninsular.

Através dos textos de Estrabão (III, 3.I) sabemos que este general romano utilizou o vale do Tejo como eixo principal da sua campanha, tendo usado a cidade de *Moron,* situada numa elevação perto do rio, a uns quinhentos estádios do mar, como base de operações e fortificado *Olisipo,* junto à foz, com o objetivo de dominar a entrada do rio mantendo livre a navegação e assegurando o abastecimento aos exércitos em campanha.

O estudo deste edifício e a análise do seu abandono/destruição coloca algumas questões que nos parecem pertinentes debater e que esperamos poder abordar com a continuação dos estudos em torno desta intervenção. Uma dessas questões é a causa da desativação do edifício numa fase tão precoce que, face ao estudo dos materiais, terá decorrido ainda em meados do terceiro quartel do século II a.C. (150-125 a.C.).

Poderemos estar perante uma destruição deliberada de um edifício construído por Romanos e para ser utilizado por Romanos? Este episódio traduz o fim da presença militar em *Olisipo* correlacionada com o desfecho da campanha militar de *Decimus Iunis Brutus Calaico*?

Ainda que temerária tal proposta tem que ser equacionada à luz das fontes e dos presentes dados. Não podemos deixar de sublinhar que os dados do Castelo de São Jorge são elucidativos em relação ao abandono desta área da cidade, em finais do século II a.C., e ao súbito declínio das importações (Pimenta, 2014).

FONTES HISTÓRICAS

Estrabão, Geografia. Livro III: introdução, tradução do grego e notas. Jorge Deserto e Susana da Hora Marques Pereira (tradução). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

BIBLIOGRAFIA

Almeida, R. e Arruda, A. M. (2005) - As ânforas de tipo Mañá C em Portugal. In *Ati del V Congreso Internazionale di Studi Fenici i Punici* (Marsala, 2000). Palermo: Universidad de Palermo, pp. 1319-1329.

Almeida, R. e Pimenta, J. (2018) – Ânforas do Acampamento / Sítio romano de Alto dos Cacos (Almeirim, Portugal). *Onuba*. 6, pp. 3-56.

Alves, F.; Reiner, F.; Almeida, M. J.; Veríssimo, L. (1988/89) - Os cepos de âncora descobertos em águas portuguesas - contribuição para uma reflexão sobre a navegação ao longo da costa atlântica da Península Ibérica na Antiguidade. *O Arqueólogo Português.* Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Série 4. 6/7, pp. 109-185.

Arruda, A. M. (2000) - As cerâmicas de importação do castelo de Castro Marim: no âmbito do comércio ocidental dos séculos V a III a.C. In *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos*. Cádiz: Universidad de Cádiz, pp. 727-735.

Arruda, A. M. (2001) - Importações "púnicas" no Algarve: cronologia e significado. In *Actas do Colóquio internacional. Os Púnicos no Extremo Ocidente*. Lisboa: Universidade Aberta, pp. 69-98.

Arruda, A. M. (2002) - *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)* (Cuadernos de Arqueología Mediterránea; 5-6). Barcelona.

Arruda, A. M. e Almeida, R. (1998) - As ânforas da Classe 32 da Alcáçova de Santarém. Coimbra. *Conimbriga*. 37, pp. 201-231.

Arruda, A. M. e Almeida, R. (1999) - Importações de vinho itálico para o território português: contextos, cronologias e significado. In *Économie et territoire en Lusitanie romaine. Actes du IIIème Table ronde sur la Lusitanie romaine. Madrid, 1996*. Madrid. Casa de Velázquez, pp. 307-337.

Arruda, A. M. e Pereira, C. (2008) - As ocupações antigas e modernas do Forte de S. Sebastião (Castro Marim). Silves. *Xelb* 8, pp. 391-421.

Arruda, A. M.; Sousa, E de (2013) – Ânforas republicanas de Monte Molião (Lagos, Algarve, Portugal). *Spal. Revista de Prehistoria y Arqueología*. Sevilha: Departamento de Prehistoria y Arqueologia. Faculdade de Geografia e Historia. Universidad de Sevilla. 22, pp. 101-141.

Arruda, A. M.; Viegas, C.; Bargão, P., Pereira, R. (2006) - A importação de preparados de peixe em Castro Marim: da Idade do Ferro à época romana. In *Actas do Simpósio internacional de Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal Arqueológica.* Setúbal. 13, pp. 153-176.

Barberà i Farràs, J.; Nolla i Brufau, J. M.; Mata i Enrich, E. (1993) – *La cerâmica Grisa Emporitana* (Cuadernos de Arqueologia; 6). Barcelona: Edicions Servei del Llibre L´Estaquirot.

Barba Colmenero, V.; Fernández Ordõnez, A.; Torres Soria, M. J. (2016) – Ánforas republicanas del almacén comercial del Cerro de la Atalaya (La Higuera, Jaén). *Spal. Revista de Prehistoria y Arqueología*. Sevilha: Departamento de Prehistoria y Arqueologia. Faculdade de Geografia e Historia. Universidad de Sevilla. 25, pp. 113-147.

Bargão, P. (2006) - *As importações anfóricas durante a época romana republicana na Alcáçova de Santarém.* Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia [Em linha]. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. [Consult. 23 Ago. 2018]. Disponível em http://repositorio.ul.pt/handle/10451/447

Bargão, P. (2014) - As ânforas pré-romanas da Alcáçova de Santarém. In Arruda. A. M., ed. - *Fenícios e Púnicos, por Terra e Mar 2. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos II* (Estudos e Memórias; 6). Lisboa: Uniarq, pp. 748-755.

Bargão, P.; Arruda, A. (2014) – The Castro Marim 1 Amphora Type: A west Mediterranean Production Inspired by Carthaginian Models. *Carthage Studies.* 8. Gent: Department of Archaeology, Gent Univercity, pp. 143-159.

Bats, M. (1993) – Céramique commune italique. *Diccionaire des céramiques antiqúes (VIIe s. de n.è.) en Méditerranée nord-occidentale*. (Lattara. 6). Lattes: Edition de l'Association pour la Recherche Archéologique en Languedoc Oriental, pp. 357-362.

Beltán Lloris, M. (1991) – La Colonia Celsa. In *La Casa Hispanoromana. Actas do Congresso sobre La Casa Hispanoromana. 16 a 18 de Novembro de 1988.* Zaragoza: Institución Fernando El Católico, pp. 131-164.

Benoit, F. (1957) - Typologie et épigraphie amphoriques, les marques de Sestius. *Rivista di Studi Liguri.* Bordighera: Istituto Internazionale di Studi Liguri. 23, pp. 247-285.

Benquet, L.; Olmer, F. (2002) - Les amphores. In Blázquez Martinez, J. M.; Domergue, C.; Sillières, P., dirs. - *La Loba (Fuenteobejuna, Corduue, Espagne). La mine et la village minier antiques*. Ausonius-Publications (Memories; 7). Bordeaux: Institut Ausonius, pp. 295-331.

Bernal Casasola, D.; Arévalo González, A.; Sáez Romero, A. M. (2007) - Nuevas evidencias de la ocupación en época republicana. In Bernal Casasola, D. e Arévalo González, A., eds. - *Las cetariae de Baelo Claudia. Avances de las investigaciones arqueológicas en el barrio meridional*. Cádiz: Junta de Andalucía, Consejería de Cultura, Universidad de Cádiz, Servicio de Publicaciones.

Bernal Casasola, D.; Sáez Romero, A. (2008) - Opérculos y ánforas romanas en el Círculo del Estrecho. Precisiones tipológicas, cronológicas y funcionales. In *Rei Cretariae Romanae Acta 40. Congressus vicesimus quintus* (*Rei Cretariae Romanae Fautorum Dyrrhachii habitus*; MMVI), pp. 455-472.

Bonifay, M. (2005) - Ancient Tripolitanian Amphora. *Roman amphorae: a digital resource*. Southampton: University of Southampton.

Candeias, C. (2015) - Prospeção arqueológica de superfície intra-sítio: o Cerro do Cavaco e a II Idade do Ferro em Tavira. In *Actas del VII Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular (Aroche-Serpa, 29, 30 de noviembre y 1 de diciembre, 2013)*. Huelva: Ayuntamiento de Aroche, pp. 711-738.

Capelli, C.; Contino A. (2013) - Amphores tripolitaines ou africaines anciennes?, *Antiquités Africaines*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. 24, pp. 199-208.

Carreras Monfort, C.; Martin Menéndez, A.; Pera I Sern, J.; Rodrigo Requena, E. (2016) - Brindisi Amphorae in the Hispania Citerior Province. Patterns of distribution and Consumption. *Saguntum*. Valencia: Universitat de Valencia. 48, pp. 103-121.

Carvalhinhos, M.; Mota, N.; Miranda, P. (2017) – Indagações arqueológicas na muralha antiga de Lisboa: O lanço oriental entre a Alcáçova do Castelo e o miradouro de Santa Luzia. In Caessa, A.; Nozes, C.; Cameira, I.; Silva, R.. eds. – *Atas do I Encontro de Arqueologia de Lisboa. Uma cidade em escavação. (Teatro Aberto, 26, 27 e 28 de Novembro de 2015).* [CD-ROM]. Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa: DMC/ DPC/ Centro de Arqueologia de Lisboa – CAL, pp. 299-336.

Carvalho, P. C. (1998) - *O Forum de Aeminium*. Lisboa: Instituto Português de Museus.

Cipriano, M. T.; Carre, M. B. (1989) - Production et typologie des amphores sur la côte adriatique de l'Italie. In *Amphores romaines et histoire économique: Dix ans de recherche* (Collection de l'École Française de Rome; 114). Roma: École Française de Rome, pp. 67-104.

Desbat, A. (1998) - L'arrêt des importations de Dressel 1 en Gaule. In *Actes du Congrès d'Istres*. Société Française d'Étude de la Céramique Antique en Gaule, pp. 31-35.

Diogo, A. M. D. (1999) - Ânforas romanas de Miróbriga. *Arquivo de Beja*. Beja: Câmara Municipal. Série III. 10, pp. 15-27.

Diogo, A. M. D. (2000) - As ânforas das escavações de 1989/93 do Teatro Romano de *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 3: 1. Lisboa, pp. 163-179.

Diogo, A. M. D.; Cardoso, J. P.; Reiner, F. (2000) - Um conjunto de ânforas recuperadas nas dragagens da foz do rio Arade, Algarve. Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 3: 2, pp. 81-118.

Empereur, J. Y.; Hesnard, A. (1987) - Les amphores hellénistiques. *Cerámiques Hellénistiques et Romaines* (Annales Littéraires de l'Université de Besençon, 331). Besançon - Paris. 2, pp. 9-71.

Fabião, C. (1989) – *Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)* (Cadernos da Uniarq; 1). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Fabião, C. (1998) – O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1: 1, pp. 169-198.

Fabião, C. (2002) – Mundo indígena, romanos e sociedade provincial romana: Sobre a percepção arqueológica da mudança. *Era arqueologia*. Lisboa: Era Arqueologia. 3, pp. 108-131.

Fabião, C. (2004) – Arqueología Militar romana da Lusitânia: textos e evidências meteríais. In Pérez-González, C. e Illarregui, E. coords. - *Actas Arqueología Militar Romana en Europa*. Salamanca, pp. 53-73.

Fabião, C.; Guerra, A. (1994) - As ocupações antigas de Mesas do Castelinho (Almodôvar). Resultados preliminares das campanhas de 1990-92. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1993) da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 275-290.

Fabião, C.; Guerra, A.; Almeida, J.; Almeida, R. R.; Pimenta, J.; Filipe, V. (2016) - *Marcas de ânforas romanas na Lusitânia (do Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa ao Museo Nacional de Arte Romano de Mérida)* (Corpus Internationale des Timbres Amphoriques; 19). Lisboa: Union Académique Internationale / Academia das Ciências de Lisboa / Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

Filipe, V. (2008a) - *As ânforas do teatro romano de Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia [Em linha]. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. [Consult. 22 Ago. 2018]. Disponível em http://repositorio.ul.pt/handle/10451/471

Filipe, V. (2008b) - Importação e exportação de produtos alimentares em Olisipo: as ânforas romanas da Rua dos Bacalhoeiros. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 11: 2, pp. 301-324.

Filipe, V. (2010) – As ânforas de tradição pré-romana de Mesas do Castelinho, Almodôvar. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 13, pp. 57-88.

Filipe, V. (2015) - As *ânforas* do *teatro romano* de Olisipo (*Lisboa*, Portugal): campanhas 2001-2006. *Spal*. Sevilha. 24, pp. 129-163.

García Vargas, E. (1998) - *La producción de ánforas en la bahía de Cádiz en época romana (siglos II A.C. - IV D.C.)*. Ecija: Gráficas Sol.

García Vargas, E.; Bernal Casasola, D.; Sáez Romero, A. M.; Díaz Rodríguez, J. J. (2016) - Dressel 1 (Baetica Ulterior coast). In *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption. 08 July, 2016* [Em linha]. [Consult. 25 Ago. 2018]. Disponível em http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-1-baetica-ulterior-coast

Gateau, F. (1990) - Amphores importées durant le le IIe s. av. J.C. dans trois habitats de Provence occidentale: Entremont, le Baou-Roux, Saint-Blaise. *Documents d'Archéologie Méridionale*. Lattes. 13, pp. 163-183.

Gomes, M. V. (1993) - O estabelecimento fenício-Púnico do Cerro da Rocha Branca (Silves). In *Estudos Orientais IV - Os Fenícios no território Português*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, pp. 73-107.

Grilo, C. (2007) – A Rua do Sembrano e a ocupação pré-romana de Beja. *Vipasca. Arqueologia e História*. Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel. 2.ª Série. 2, pp. 261-268.

Hernández Vera, J. (2002) – La Fundación de Graccurris. In *Valencia y las primeras ciudades Romanas de Hispania* (Grandes Temas Arqueológicos; 3). Valencia: Ajuntament de Valencia, pp. 173-182.

Hesnard, A.; Lemoine, C. (1981) - Les amphores du Cécube et du Falerne: prospection, typologie et analyses. In *Mélanges de l'École Française de Rome-Antiquité*. Roma. 93, pp. 243-295.

Hesnard, A.; Monique, R.; Arthur, P.; Picon, M.; Tchernia, A. (1989) - Aires de production des gréco-italiques et des Dr. 1. *In Amphores romaines et histoire économique: Dix ans de recherche* (Collection de l'École Française de Rome; 114). Rome: École Française de Rome, pp. 21-65.

Jiménez Salvador, J. L.; Ribera i Lacomba, A. (2002) - *Valencia y las primeras ciudades Romana en Hispania* (Grandes Temas Arqueologicos; 3). Valencia: Ajuntament de Valencia.

Lagóstena Barrios, L. (1996) - Explotación del salazón en la Bahía de Cádiz en la Antigüedad. Aportación al conocimiento de su evolución a través de la producción de las ánforas Maña C. *Florentia Iliberritana*. 7, pp. 141-169.

Lagóstena Barrios, L. (2001) - *La producción de salsas y conservas de pescado en la Hispania Romana II a.C.-VI d.C.* (Instrumenta; 11). Barcelona.

Lamboglia, N. (1955) - Sulla cronologia delle anfore romane di etá repubblicane (II-I secolo a.C.). Rivista di Studi Liguri. Bordighera: Istituto Internazionale di Studi Liguri. 22, p. 241-270.

Laubenheimer, F. (1990) - *Le temps des amphores en Gaule. Vins, huiles et sauces*. Paris: Editions Errance.

López Castro, J. L. (1994) - *Hispania Poena. Los fenícios en la Hispania Romana*. Barcelona: Crítica /Arqueologia.

López Mullor, A. (2013) – Las Cerámicas de Paredes Finas del final de la república Romana y el período Augusteo-Tiberiano. In Ribera i Lacomba, A., coord. - *Manual de cerâmica romana del mundo Helenístico al Imperio Romano*. Madrid: Museu Arqueológico Regional de la Comunidad de Madrid, pp. 149-190.

López Mullor, A.; Martín i Menéndez, A. (2008) - Las ánforas de la Tarraconense. In Bernal Casasola, D. e Ribera i Lacomba, A., eds. - *Cerámicas hispanorromanas: un estado de la cuestión*. Cádiz, pp. 689-724.

Manacorda, D. (1994) - Produzione agricola, produzione ceramica e proprietà della terra nella Calabria romana tra Repubblica e Impero. *Epigrafia della Produzione e della Distribuzione*. Rome: Università di Roma-La Sapienza, École Française de Rome. 193, pp. 3-59.

Manacorda, D.; Pallecchi, S. (2012) - *Le fornaci romane di Giancola (Brindisi)*. Bari.

Márquez Villora, J. C.; Molina Vidal, J. (2005) - *Del Hiberus a Carthago Noua. Comercio de alimentos y epigrafía anfórica grecolatina* (Instrumenta; 18). Barcelona.

Martín Menéndez, A.; Gercía Rosello, J. (2002) – La Romanización en el territorio de los Layetanos y la fundación de la ciudad Romana de Iluro (Hispania Tarraconensis). In *Valencia y las primeras ciudades Romanas de Hispania* (Grandes Temas Arqueológicos; 3). Valencia: Ajuntament de Valencia, pp. 195-204.

Mateo Corredor, D. (2012) - La importación de aceite tripolitano en Hispania Ulterior durante la época tardo-republicana. In Castro, A.; Gómez, D.; González, G.; Starczewska, K.; Oller, J.; Puy, A.; Rieraand, R.; Villagra. N., eds. - *Estudiar el pasado: aspectos metodológicos de la investigación en Ciencias de la Antigüedad y de la Edad Media* (BAR Internacional Series; 2412). Oxford, pp. 119-127.

Mateo Corredor, D. (2014) – *El Comercio en Hispania Ulterior durante los siglos II a.C. y II d.C.* : *Tráfico Anfórico y relaciones Mercantiles*. Tesis Doctoral. Alicante. Universidad Alicante.

Molina Vidal, J. (1997) - *La dinámica comercial romana entre Italia e Hispania Citerior*. Alicante: Instituto de Cultura Juan Gil- Albert.

Morel, J. P. (1981) – *Céramiques Campaniennes: Les Formes*. Rome : Ecole Française de Rome.

Mota, N.; Pimenta, J.; Silva, R. B. da (2014) – Acerca da ocupação romana republicana de *Olisipo*: os dados da intervenção na Rua do Recolhimento n.os 68-70. In *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. *CIRA Arqueologia* [CD-ROM]. Vila Franca de Xira: Museu Municipal. 3, pp. 149-117.

Murillo Redondo, J. F.; Jiménez Salvador, J. L. (2002) – Nuevas evidencias sobre la fundación de Corduba y su primera imagen urbana. In *Valencia y las primeras ciudades Romanas de Hispania* (Grandes Temas Arqueológicos; 3). Valencia: Ajuntament de Valencia, pp. 183-193.

Olcese, G. (2010) - *Le anfore greco italiche di Ischia: archeologia e archeometria. Artigianato ed economia nel Golfo di Napoli*. Roma: Quasar Edizioni.

Olcese, G. (2012) – *Atlante dei siti di Produzione cerâmica (Toscana, Lazio, Campania e Sicilia). Com le tabelle dei principal RELITTI del Mediterraneo occidentale com carichi dall'Italia meridionale IV secolo a.C. – I secolo d.C.* (Immensa Aequora; 2). Roma: Edizione Quasar.

Olmer, F. (1998) - À propos de la consommation du vin en Bourgogne (IIe-Ier s.av.n.è): deux remarques sur les Dressel 1. *El vi a l' ntiguitat: economia, producció i comerç al Mediterrani occidental: II Colloqui Internacional d'Arqueologia Romana, actes (Barcelona 6-9 de maig de 1998),* pp. 465-471.

Palazzo, P. (2013) - *Le anfore di Apani (Brindisi)*. Roma: Scienze e Lettere.

Palazzo, P.; Silvestrini, M. (2001) – Apani: anfore brindisine di produzione "aniniana (Brindisi). *Daidalos. Studi e Richerche del Scienze del Mondo Antico*. Viterbo, pp. 57-107.

Parreira, J. (2009) - *As ânforas romanas de Mesas do Castelinho*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Pascual Berlanga, G.; Ribera i Lacomba, A. (2002) - Las ánforas tripolitanas antiguas en el contexto del Occidente Mediterráneo. In Rivet, L.; Sciallano, M. eds. - *Vivre, produire et echanger: reflets mediterraneens. Melanges offerts a B. Liou*. Montagnac, pp. 303-317.

Peacock, D. P. S.; Wiliams, D. F. (1986) - *Amphorae and the Roman economy. An introductory guide*. Southampton: Longman Archaeology Series.

Pérez Ballester, J. (1995) - Las ánforas Dressel 1 com datación consular. Una pieza de Cartagena. *Saguntum.* Valencia. 29: I, pp. 175-186.

Pimenta, J. (2005) - *As ânforas Romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)* (Trabalhos de Arqueologia; 41). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

Pimenta, J. (2007) – A Importação de ânforas de preparados piscícolas em *Olisipo* (Séculos II-I a.C.). In *Actas do Congresso Internacional de Arqueologia, Cetariae. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad. Entre 7 e 9 de Novembro de 2005 na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Cádis*. Oxford: John and Erica Hedges, pp. 221-233.

Pimenta, J. (2013) – A Arquitetura do Monte dos Castelinhos. In *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo): Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Vila Franca de Xira: Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 31-42.

Pimenta, J. (2014) – Os Contextos da conquista: Olisipo e Decimo Jvnio Bruto. In *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo. CIRA Arqueologia* [CD-ROM]. Vila Franca de Xira: Museu Municipal de Vila Franca de Xira. 3, pp. 44-60.

Pimenta, J. (2017) - Em torno dos mais antigos modelos de ânfora de produção lusitana. Os dados do Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. In Fabião, C.; Raposo, J.; Guerra, A. e Silva, F., eds. - *Actas Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental. A Olaria Romana (Seixal 17-20 de Fevereiro de 2010).* Lisboa: Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / Câmara Municipal do Seixal, pp. 195-205.

Pimenta, J.; Arruda, A. (2014) – Novos dados para o estudo dos Chões de Alpompé – Santarém. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. 21, pp. 375-392.

Pimenta, J.; Calado, M.; Leitão, M. (2005) – Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa. As ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de São João da Praça. *Revista Portuguesa de Arqueologia.* Lisboa, 8: 2, pp. 313-334.

Pimenta, J.; Gaspar, A.; Gomes, A.; Mota, N.; Miranda, P. (2014) – O estabelecimento romano republicano de Olisipo: estrutura e contextos do Beco do Forno do Castelo, Lote 40 (n.º 1620) – Lisboa. In *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo. CIRA Arqueologia* [CD-ROM]. Vila Franca de Xira: Museu Municipal de Vila Franca de Xira. 3, pp. 122148.

Pimenta, J.; Mendes, H. (2008) - Descoberta do povoado pré-romano de Porto Sabugueiro (Muge). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 11: 2, pp. 171-194.

Pimenta, J.; Ribera i Lacomba, A.; Soria, V. (2018) – Le ceramiche a vernice nera italica dei livelli di fondazione di Olisipo e Valentia (140–130 a.C.). *Rei CretariÆ RomanÆ Favtorvm* (Acta 45), pp. 1-11.

Principal, J.; Ribera i Lacomba, A. (2013) – El material más apreciado por los arqueólogos: La Cerámica fina, La cerámica de barniz negro. In Ribera i Lacomba, A., coord. - *Manual de cerâmica romana del mundo Helenístico al Imperio Romano*. Madrid: Museu Arqueológico Regional de la Comunidad de Madrid, pp. 41-146.

Ramon Torres, J. (1995) - *Las ánforas fenicio-púnicas del Mediterráneo central y occidental*. Barcelona: Universitat de Barcelona.

Ribera i Lacomba, A. (1998) – *La fundació de Valencia. La ciutat a l'època romana repulicana (Segles II-I a. De C.)* (Estudios Universitarios; 71). Valencia.

Ribera i Lacomba, A. (2009) – La fundación de *Valentia*: un apéndice de Italia y Campania en la Hispania del siglo II a.C. In *OEBALUS Studi sulla Campania nell'Antichità*. Napoli: Scienze e Lettere Roma. 4, pp. 46-77.

Ribera i Lacomba, A.; Jiménez Salvador, J. L. (2012) – *VALENTIA*, Ciudad Romana: su evidencia Arqueológica. In Beltrán Fortes, J. e Rodríguez Gutiérrez, O., coords., - *HISPANIAE VRBES Investigaciones Arqueológicas en Ciudades Históricas.* Sevilla: Universidad de Sevilla.

Sáez Romero, A. (2008) - *La producción cerâmica en Gadir en época tardopúnica (siglos –III/–I)* (BAR International Series; 1812). Oxford.

Sáez Romero, A. (2016a) - Ramon T-12112 (Baetica Ulterior coast). *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption. 20 July, 2016* [Em linha]. [Consult. 21 Ago. 2018]. Disponível em http://amphorae.icac.cat/amphora/ramon-t-12112-baetica-ulterior-coast

Sáez Romero, A. (2016b) - Ramon T-9111 (Baetica Ulterior coast). *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption. 20 July, 2016* [Em linha]. [Consult. 23 Ago. 2018]. Disponível em http://amphorae.icac.cat/amphora/ramon-t-9111-baetica-ulterior-coast

Sáez Romero, A.; Bernal Casasola, D.; García Vargas, E.; Díaz Rodríguez J. J. (2016) - Ramon T-7433 (Baetica coast). *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption. 10 July, 2016* [Em linha]. [Consult. 23 Ago. 2018]. Disponível em http://amphorae.icac.cat/amphora/ramon-t-7433-baetica-coast

Sanmartí Grego, E. (1985a) - Las ánforas romanas del campamento numantino de Pena Redonda (Garray Soria). *Empúries*. Barcelona: Museu d'Arqueologia de Catalunya. 47, pp. 130-161.

Sanmartí Grego, E. (1985b) - Sobre um nuevo tipo de ánfora de época Republicano de origem presumivelmente hispánico. In *Ceràmiques greques i helenístiques a la Península Ibérica. Empúries, 18- 20 març 1983*, pp. 133-142.

Sanmartí Grego, E. (1992) - Nouvelles données sur la chronologie du Camp de Renieblas V à Numance (Soria, Castilla-León, Espagne). *Documents d'Archéologie Méridionale*. Lattes. 15, pp. 417-431.

Sanmartí Grego, E.; Principal Ponce, J. (1997) - Las cerámicas de importación, itálicas e ibéricas, procedentes de los campamentos numantinos. *Revista d'Arqueologia de Ponent*. Lleida: Universitat de Lleida. 7, pp. 35-75.

Silva, R. B. da (2014) – Intervenção arqueológica urbana de 1993 na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva/ Largo das Portas do Sol (Lisboa): As evidências do período romano. In *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. *CIRA Arqueologia* [CD-ROM]. Vila Franca de Xira: Museu Municipal de Vila Franca de Xira. 3, pp. 178-198.

Soria, V. (2018) - *La ceramica a vernice nera italica e le imitazioni a impasto grigio in Portogallo tra il II e il I secolo a.C.: una prospettiva di studio*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Sousa, E. (2014) – *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo*, Lisboa. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (Estudos e Memórias 7). Lisboa: UNIARQ.

Sousa, E.; Alves, C.; Pereira, T. (2016) – O conjunto anfórico da urbanização do Moleão, Lagos (Portugal). In Járrega, R. e Berni, P., ed. - *Amphorae ex Hispania: paisajes de producción y consumo. III Congresso Internacional de la Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua (SECAH) – Ex Officina Hispana. Tarragona, 10-13 de Dezembro de 2013* (Monografías Ex Officina Hispana; III). Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica, pp. 464-478.

Sousa, E.; Pimenta, J. (2014) – A produção de ânforas no estuário do Tejo durante a Idade do Ferro. In *Atas II Congresso Internacional da SECAH – Ex Officina Hispana. As produções cerâmicas de imitação na Hispana. Realizado de 3 a 6 de Abril – Braga.* Braga: Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa, pp. 303- 316.

Tchernia, A. (1986) - *Le vin de l'Italie romaine. Essai d'histoire économique d'après les amphores*. Paris: De Boccard.

Torres Costa, J.; Marlére, E.; Nicolás Mascaró, J. (2014) – Minucias epigráficas pintadas sobre Ánforas Grecoitálicas de Ibiza y Menorca. *IN AMICITIA. Miscel*lània D'Estudis en Homenatge a Jordi H. Fernández (Treballs del Museu Arqueologic d'Eivissa e Formentera = Trabajos del Museo Arqueologico de Ibiza y Formentera; 72). Ibiza: Govern de les Balears, pp. 615-626.

Viegas, C. (2011) - *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano* (Estudos & Memórias; 3). Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / FCT.

Vicente, J.; Punter, P.; Escriche, C.; Herce, A. I. (1991) – La Caridad (Caminreal) Teruel. In *La Casa Hispanoromana. Actas do Congresso sobre La Casa Hispanoromana. 16 a 18 de Novembro de 1988*. Zaragoza: Institución Fernando El Católico, pp. 81-130.

#3 OS ESTUDOS DO ARQUITETO CASSIANO BRANCO SOBRE O TEATRO ROMANO DE LISBOA. 1932-1960.

ANA CRISTINA LEITE | GEO/DPC/DMC/CML

RESUMO

Desde a descoberta do Teatro Romano de Lisboa (finais do século XVIII), foram vários os documentos produzidos por eruditos, olisipógrafos, arqueólogos e outros, sobre o monumento, visando a sua identificação e preservação. No entanto, até à intervenção arqueológica e investigação realizadas por Irisalva Moita em 1966/67, não foi possível proteger as ruínas, apesar dos esforços de mais de um século para a sua salvaguarda, como os levados a cabo pelo arquiteto Cassiano Branco (1897-1970), que em 1960 se insurgia publicamente, juntamente com o Grupo Amigos de Lisboa, contra a construção de um imóvel sobre o Teatro (mas que acabaria por se concretizar). O arquiteto, criticando a indiferença das autoridades, defendia a necessária e urgente investigação arqueológica do monumento, além da sua reconstrução arquitetónica, para a qual desenvolvera uma proposta, incluindo um arranjo da zona envolvente, demonstrando clara preocupação pela malha urbana e pelo património que classificava de valor histórico, arqueológico e artístico para Lisboa.

Mas o interesse e o conhecimento de Cassiano Branco sobre o Teatro Romano eram anteriores a este facto. Vários estudos sobre o edifício foram concretizados, ao longo de cerca de 3 décadas. No seu acervo (Arquivo Municipal de Lisboa), guardam-se mais de duas dezenas de documentos diversos (datados entre 1932-1960) pouco conhecidos e explorados, como desenhos de localização do Teatro, planos de reconstituição e reconstrução, entre artigos de jornais e correspondência diversa.

Estes estudos constituem, sem dúvida, um evidente contributo, com uma especificidade própria, para a história da descoberta e recuperação do Teatro Romano e consequentemente para a história da arqueologia em Lisboa.

Palavras-Chave: Teatro Romano de Lisboa; *Olisipo*; Reconstituição e Reconstrução do Teatro Romano; História da arqueologia de Lisboa; Cassiano Branco.

ABSTRACT

Since the discovery of the Roman Theater of Lisbon (late 18th century), various documents produced by scholars, olisipographers, archaeologists and others, on the monument, aimed at its identification and preservation. However, until the archaeological intervention and investigation carried out by Irisalva Moita in 1966/67, it was not possible to protect the ruins, despite the efforts of more than a century to safeguard them, such as those carried out by the architect Cassiano Branco (1897-1970) that in a public insurgency in 1960, together with the Group of Amigos de Lisboa, spoke against the construction of a building on the Theater (but that would materialize). The architect, criticizing the indifference of the authorities, defended the necessary and urgent archaeological investigation of the monument, in addition to its architectural reconstruction, for which he had developed a proposal, that included an arrangement of the surrounding area, showing clear concern for urban fabric and heritage he classified as historical, archaeological and artistic value to Lisbon.

But Cassiano Branco's interest and knowledge of the Roman Theater was prior to this. Several studies on the building have been carried out over about 3 decades. In its collection (Arquivo Municipal de Lisboa - Lisbon Municipal Archives), more than two dozen different documents (dating from 1932-1960) are little known and explored, such as drawings of the theater's location, reconstitution and reconstruction plans, newspaper articles and diverse correspondence .

These studies undoubtedly constitute an evident contribution, with their own specificity, to the history of the discovery and recovery of the Roman Theater and consequently to the history of archeology in Lisbon.

Keywords: Roman Theater of Lisbon; *Olisipo*; Reconstitution and Reconstruction of the Roman Theater; History of Lisbon archeology; Cassiano Branco.

1| NOTA INTRODUTÓRIA

É sempre oportuno falar do Teatro Romano de Lisboa, especialmente quando já assinalamos os 220 anos da sua descoberta, que terá ocorrido em abril de 1798 e dos primeiros desaterros ocorridos na ocasião, orientados pelo arquiteto Manuel Caetano de Sousa e não pelo arquiteto Francisco Xavier Fabri, como foi tradicionalmente estabelecido pela historiografia mas que afinal só intervém depois, já nos finais de 1798. Dado demostrado por investigação, mais recente, de Carlos Fabião (2013), na sequência da identificação de um manuscrito que se reporta a uma primeira intervenção no Teatro, intitulado: *Descripção / do Monumento de Antiguidade Romana, invés - / tigado pelo professor Regio Joaquim José de Costa / e Sá desde o 1 dia do presente mês de Maio do / anno de 1798 até ao dia 16 do dicto, em que se deo por finda a Excavação*.

Cumpriu-se ainda, em 2018, 20 anos da elaboração e aprovação por unanimidade pela CML (Reunião de Câmara Municipal de Lisboa, de 28 de outubro de 1998: Calado, 1998), do Projeto do Museu do Teatro Romano componente fundamental do plano *Teatro Romano. Programa de Recuperação e Valorização* (da autoria de A.C. Leite, 1998), o "elemento chave para enquadramento e dinamização de todo o processo" (Calado, 1998) que levou à concretização (de forma faseada, ainda em curso) de trabalhos de investigação, intervenções arqueológicas, interpretação das ruínas, integração de espólio, preservação e restauro, valorização e divulgação deste monumento. O Museu, atualmente designado de "Museu de Lisboa - Teatro Romano", foi inaugurado em 2001 como museu histórico e arqueológico de cariz monográfico e de sítio arqueológico, constituindo um dos núcleos, do então, Museu da Cidade (renomeado em 2015, Museu de Lisboa).

O presente artigo pretende dar a conhecer um conjunto de documentação que tem permanecido despercebida e inédita, guardado no Arquivo Municipal de Lisboa, da autoria do Arquiteto Cassiano Branco (1897-1970), relevante representante do modernismo português. Esta documentação deve integrar a história do Teatro Romano de Lisboa, em particular, no que se reporta à sua identificação, proteção e processos de investigação.

2| UM PERCURSO PELAS ETAPAS DE SALVAGUARDA DO TEATRO DE *OLISIPO*. DOS FINAIS DO SÉCULO XVIII AOS TRABALHOS DE CASSIANO BRANCO

O Teatro é, hoje, dos vestígios da cidade romana de *Olisipo* que melhor conhecemos, em parte, pela existência de um dos acervos sobre uma ruína arqueológica, mais significativos e completos. Constituído por dados iconográficos e textuais, desenvolvidos desde os finais do século XVIII, produzidos por eruditos, olisipógrafos, arqueólogos, historiadores, jornalistas, dados a conhecer em diversas publicações (Cf. J. M. Abascal, J. Alarcão, L. A. de Azevedo, A. de Carvalho, J. de Castilho, C. Fabião, E. Hübner, A. C. Leite, H. B.Pato, J. Maciel, I. Moita, P. Pereira, I.Ruders, A. Vieira da Silva, Frei M. do Cenáculo Villas-Boas); mas também pelos resultados das diversas campanhas de intervenções e investigações arqueológicas desde 1964 à atualidade (Cf. F. de Almeida, A.M. D. Diogo, L. Fernandes, T. Hauschild, I. Moita, A. V. Rodrigues, R. B. da Silva).

Reportando-nos ao acervo documental, falamos, por exemplo, das notícias da sua descoberta, publicadas no *Segundo Suplemento e Suplemento à Gazeta de Lisboa*, mas também às primeiras representações gráficas das ruínas em 1798, da autoria de Manuel Caetano de Sousa identificadas por Justino Maciel na "Coleção Cenáculo" da Biblioteca Pública de Évora (Maciel, 1994, p.37 e 1995, pp.86-87); e outras também atribuídas a Caetano de Sousa (Fabião,2013; Leite e Pato, 2014), (Fig. 1;), assim como ao *Mapa ….* de Francisco Xavier Fabri (Fabri, 1978; Leite e Pereira, 1992), (Fig.2); ou, ainda, à obra *Dissertação crítico-filosófica-histórica sobre o verdadeiro anno, manifestas causas e atendíveis circunstâncias da erecção do tablado e orquestra do theatro romano descoberto na escavação da rua de S. Mamede …*, do latinista Luiz Antonio de Azevedo, publicada em 1818, que incluiu, entre diversas imagens, um Alçado e Planta das ruínas (Estampa X. p. 46),(Fig. 3). Veja-se o inventário sistematizado da iconografia até agora conhecida sobre o Teatro (Leite e Pato, 2014).

Apesar do interesse pontual que a descoberta do Teatro, em 1798, provocou no contexto setecentista de uma "Época das Luzes" de deslumbramento pela arqueologia e pela Antiguidade Clássica e das tentativas diversas para o estudar, identificar e preservar (Martins, 2006; Lima,2014, pp. 228-236), durante mais de um século, não foi possível proteger convenientemente as ruínas. Contrariando as expectativas e as conceções relacionadas com o incremento de uma crescente sensibilidade pelo Património - plasmadas em alvarás régios, como o de D. João V de 14 de agosto de 1721 e a sua republicação em 1802,com pontuais alterações, mas mais focados na conservação de peças isoladas, (Ramos,2014; Lima,2017) – recordados por L.A de Azevedo (1815, p.III) – este caso do Teatro Romano é "flagrante" no que diz respeito à "desproteção da arquitetura vetusta" na época

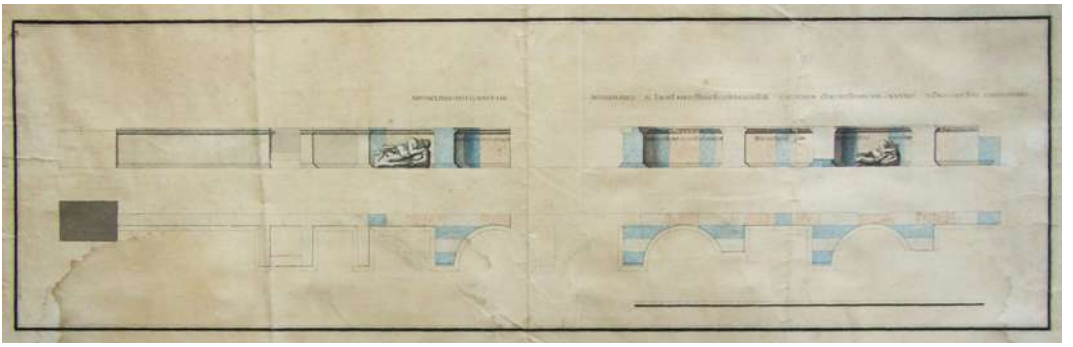


Fig. 1 – Alçado e Planta do ***Proscaenium.*** Desenho aguarelado e lápis. Manuel Caetano de Sousa, 1798.
Grupo Amigos de Lisboa.

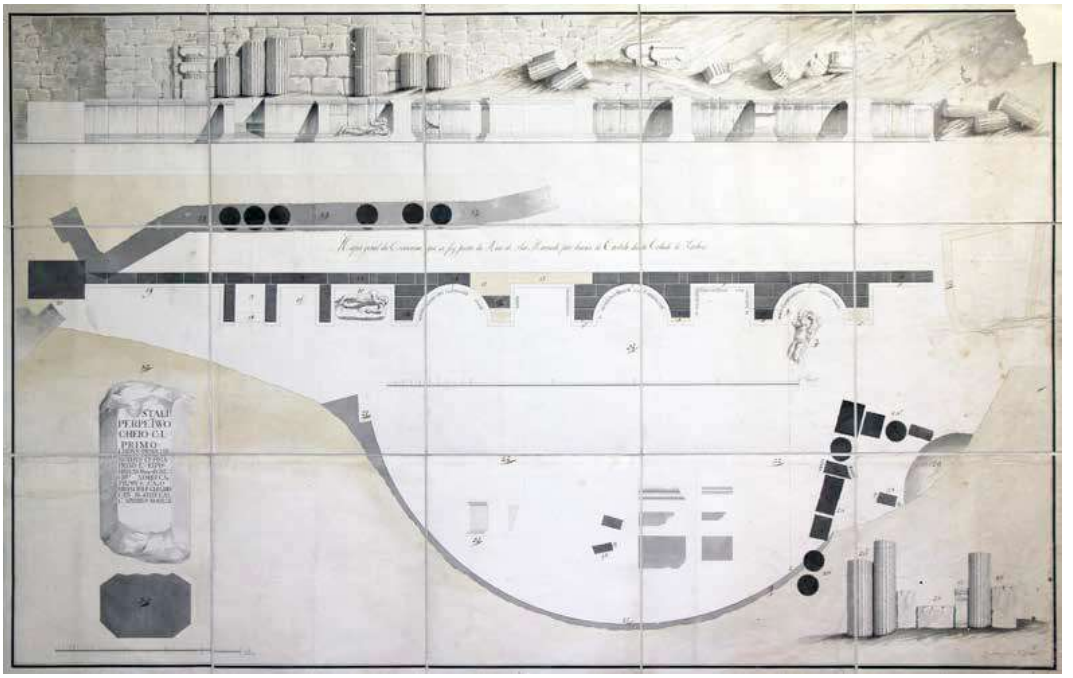


Fig. 2 – *Mapa geral da Escavação que se fez perto da Rua de São Mamede por baixo do Castelo desta Cidade de Lisboa*. Desenho aguarelado. Francisco Xavier Fabri, 1798.
Museu de Lisboa (MC.DES.12)

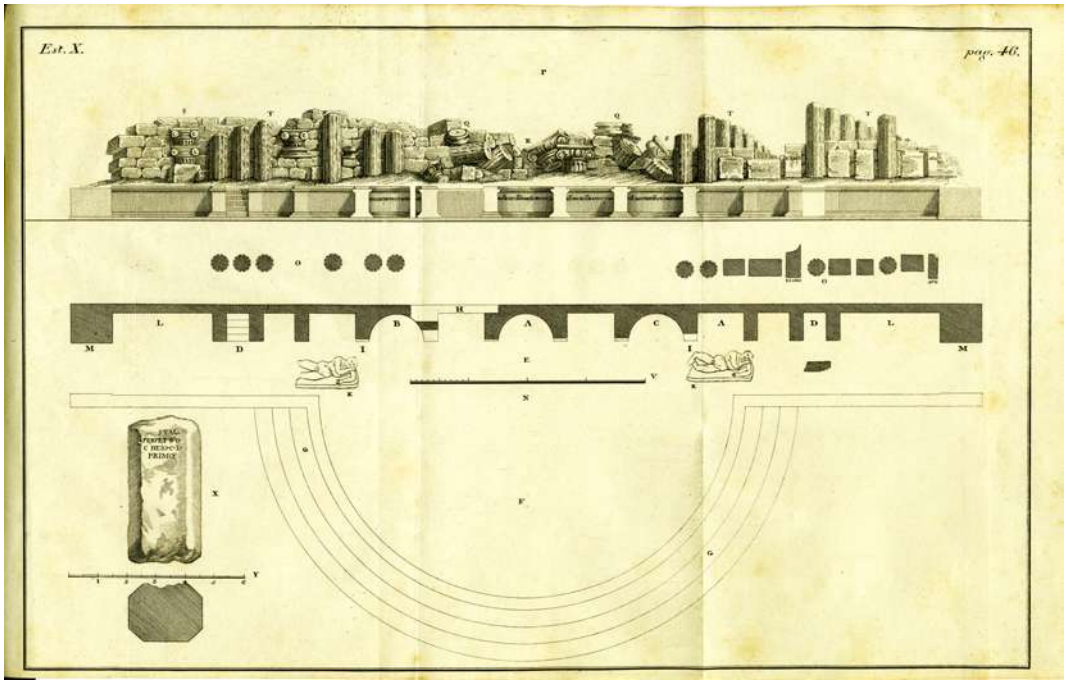


Fig. 3 – Alçado e Planta das ruínas do Teatro Romano. Gravura, 1815
Inserida na obra de Luiz António de Azevedo, ***Dissertação Critico-Filologico-Historica Sobre o verdadeiro anno, manifestas causas, e atendíveis circunstancias da erecção do Tablado e Orquestra do antigo Theatro Romano***... Estampa X. p. 46. Gabinete de Estudos Olisiponenses (HIST 440-G RES)

(Lima,2014,p.228). Não obstante, as propostas de Francisco Xavier Fabri dirigidas à *Academia das Sciencias* e ao inspetor das Obras Publícas do Reino, em 1799 e 1800, dispondo-se estudar e a tentar que o monumento fosse preservado *in situ* (documentos publicados por Ayres de Carvalho, 1979, pp. 141-142; Lima, 2017) ou, logo depois, um retrato do Príncipe Regente D. João, futuro D. João VI – reportamo-nos a um óleo sobre tela de Domingos António de Sequeira de cerca de 1802 (coleção do Palácio Nacional da Ajuda : Invº 4115) – incluir, como fundo da pintura, as ruínas do Teatro, além de outras estruturas arquitetónicas relevantes para a época, como o Túmulo do Príncipe de Waldeck, o Real Hospital de Marinha e o Palácio da Ajuda. Esta figuração das ruínas, não tendo nenhum valor iconográfico especial, mas antes simbólico, atesta a importância da descoberta deste monumento romano, ou apenas, se relaciona com o facto de Francisco Xavier Fabri ter desenhado o Túmulo e as ruínas do Teatro. (Cf. Teixeira, 2012, vol. II, p.147); não esquecendo, ainda que a grande obra da época, o Palácio da Ajuda, teve Fabri como

um dos arquitetos, nomeado já numa segunda fase, pelo Decreto Régio de 1802. Também a relevante publicação, em 1815, da referida *Dissertação…* de Luiz Antonio de Azevedo, acabaria por não contribuir, na época, para a proteção imediata da construção cénica. Mas esta obra não passaria despercebida ao ser referida, mesmo que indiretamente, como significativo trabalho de investigação sobre o Teatro, em 1832, (ano em que a parte escavada do monumento, muito provavelmente, já não deveria ser visível), por Robert Bisset Scott no texto "Roman Remains at Lisbon" publicado na *Gentleman's Magazine*, onde destaca Luiz Antonio de Azevedo pelo seu trabalho de acompanhamento e abertura da "Rua Nova de S. Mamede" (sobre parte do Teatro) e de observação da escavação nas ruínas. Designando-o, elogiosamente, como um "inteligent and learned Portuguese antiquary", embora Scott nunca refere ter visto qualquer vestígio do Teatro (Scott, 1832,p.292; ver ainda Ramos, 2015. Assim como Innocêncio Francisco da Silva no seu *Dicionario Bibliographico Portuguez*, editado em 1860, exalta a *Dissertação…*por ser "a única memoria que ficou d'aquelle celebre monumento, cujas relíquias e fragmentos se deixaram perder de todo, ao que parece, pela proverbial incúria com que estas cousas foram sempre tratadas entre nós" (*apud* Fabião, 2013, p.391).

Este texto vem ao encontro da menção de Júlio de Castilho que, reportando-se ao ano de 1864, diz-nos que na Rua de S. Mamede se via "um monturo com entulhos informes, desconhecidos, restos do teatro de Nero", acrescentando: "O que as picaretas desenterraram serviu como material da construção de dois prédios novos no alto da rua, à direita, antes de voltar para a da Saudade" (Castilho, 1884; 1939[2], p.166). Manteve-se, no entanto, uma pequena área ajardinada, no gaveto entre as duas ruas que esteve sobre parte dos vestígios arqueológicos, como nos documentam os levantamentos topográficos da cidade de 1858 e 1871, por exemplo(v. Fig.4a e 4b).

Assim e apesar de estar o Alvará joanino de 1721, com sublinhamos, mais direcionado aos bens móveis e à sua recolha e integração em coleções e instituições, como garante de proteção, e ,em 1807, após a invasão francesa de Junot, a família real ter partido para o Brasil, foi possível, sem quaisquer impedimentos, não só a abertura da Rua de S. Mamede, como, ao longo do século XIX, a construção, sobre as ruínas do Teatro, de vários prédios de habitação – observemos, uma vez mais, as plantas topográficas da cidade de Filipe Folque de 1858, de 1871 da CML ou a de 1909 de Silva Pinto (Fig. 4a, 4b e 4c) -, inclusive com a reutilização massiva dos seus diversos elementos arquitetónicos, como alertara Castilho e como se veio a confirmar, posteriormente, durante as primeiras intervenções arqueológicas do século XX. As obras nesta zona de Lisboa davam cumprimento à reconstrução da cidade, em especial numa área que havia sido uma das muito afetadas pelo Ter-

ramoto de 1755. Segundo a *História da ruina da cidade de Lisboa cauzada pello espantozo terremoto e incendio, que reduzio a pó e cinza a melhor, e mayor parte desta infeliz cidade* do Padre Manoel Portal, de 1756 o local era até conhecido, como outros na urbe, por "monturos" ou, mais concretamente, por "entulhos de S. Mamede" (*apud* Sousa, p. 589).

Fig. 4a

Fig. 4b

Fig. 4c

Fig. 4a – Atlas da Carta Topográfica de Lisboa: nº44. Pormenor do gaveto da Rua de S. Mamede /Rua da Saudade. Filipe Folque, 1858-9
Arquivo Municipal de Lisboa (PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/01/46)

Fig. 4b – Levantamento Topográfico de Lisboa: nº 44. Pormenor da Rua de S. Mamede /Rua da Saudade. Câmara Municipal de Lisboa, Repartição de Calçadas e Canalizações, 1871.
Gabinete de Estudos Olisiponenses (MP 4417 RES)

Fig. 4c – Planta Topográfica de Lisboa: 12F. Pormenor do gaveto da Rua de S. Mamede /Rua da Saudade. J.A. V. da Silva Pinto, 1905-9.
Arquivo Municipal de Lisboa (PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/044)

Sobre a construção desses prédios de habitação haveria ainda de se pronunciar , novamente, o olisipógrafo Júlio de Castilho n' *O Século* de 25 de Julho de 1906, apelidando o acontecimento de "o crime de 1798" e acrescentando que não se deveria cometer o mesmo erro porque defendia "Lisboa não se pode dar ao luxo de desaproveitar um achado arqueológico destes". Na mesma época que Rocha Martins, referindo este artigo d' *O Século*, publicava, dois meses depois, na *Illustração Portugueza* (Martins,1906), um artigo chamando a atenção para a existência do monumento romano, denunciando preocupações patrimoniais. Trata-se, não de um texto de carácter científico, mas de uma narrativa fantasiosa, uma ficção em que o autor se transporta para a época romana, alicerçada pelo facto de ter tido conhecimento que morara sobre as ruínas do Teatro, no nº22 da Rua de Mamede e ter tido acesso, através de um suposto alfarrabista a um manuscrito intitulado "Dissertação critica filológica historica sobre o teatro romano da rua de S, Mamede" que é afinal a obra publicada por Luiz Antonio de Azevedo (de onde retira algumas das ilustrações do artigo). O manuscrito desta obra, datado de 1807, foi adquirido, em 2007, pelo Museu da Cidade (Inv.ºnº : MC.RES.217).

Até 1960 não se voltou a colocar a hipótese de se resgatar o Teatro. Apesar das referências de olisipógrafos, conscientes da existência, significado e relevância histórica e patrimonial de um teatro romano em Lisboa, como as de Júlio de Castilho na *Lisboa Antiga* e de Augusto Vieira da Silva, por exemplo, na *Epigrafia de Olisipo*; Ou ainda, na obra laudatória, de 1947, *Lisboa: Oito* Séculos de História, publicada pela Câmara Municipal de Lisboa, onde no texto "Lisboa Romana", também de A.Vieira da Silva, surge uma ilustração da autoria de Jaime Martins Barata (Fig. 5) que retrata F. Xavier Fabri nas ruínas observando os trabalhos de escavação em 1798 (o que estava de acordo com o que se sabia na época sobre estas ruínas e, seguramente, executado com base no Alçado e planta das ruínas, publicado por L. A. de Azevedo: v. Fig 1). Um apontamento que embora nada acrescente ao conhecimento do Teatro, testemunha como era imaginado e como era considerado como um verdadeiro símbolo da história da cidade e da Lisboa romana, pelos olisipógrafos.

Fig. 5 – *As Ruínas do Teatro Romano de Lisboa (S. Mamede)*
Litografia (Litografia de Portugal) a partir de aguarela de Jaime Martins Barata, 1947
Inserida na obra ***Lisboa: Oito Séculos de História***. Câmara Municipal de Lisboa.1947

3| OS ESTUDOS DE CASSIANO BRANCO. 1936-1960

Apenas quando se anunciou a construção de um novo edifício na zona, em substituição de um entretanto demolido, os jornais agitaram a polémica da salvaguarda do Teatro Romano. Primeiro, o periódico *O Século*, de 19 de junho de 1960, com o texto *As ruinas de um Teatro Romano de Nero na Rua de S. Mamede ao Caldas, devem ser desembaraçadas e conservadas cuidadosamente*. Depois o *Diário de Lisboa*, de 25 de Junho de 1960 - doravante identificado por *DL*- com declarações de C. Branco em artigo, de autor não identificado, intitulado *É possível reconstruir o Teatro Romano que existiu em S. Mamede, ao Caldas. Na opinião do arquitecto Cassiano Branco*. Mas, uma vez mais, acabaria por não se conseguir impedir a construção do imóvel, um sinal claro da ausência de políticas de salvaguarda do património arqueológico, na época. Falamos do nº 6 da Rua de S. Mamede/Rua da Saudade, nº15 (Fig.6) (AML Processo nº 1691/DCEOD/I/1960). Esta construção (Fig. 7), permanece, ainda hoje, sobre uma zona significativa das ruínas do Teatro, impossibilitando a sua escavação e integração na restante área, musealizada desde 2001.

Fig. 6 – Edifício da Rua de S. Mamede, nº6 /Rua da Saudade, nº15. Fachada da Rua da Saudade. Fotografia. Autor não identificado, 1971.
Arquivo Municipal de Lisboa/Fotográfico (PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/PEL/013/S01457)

Fig. 7 – A azul, o edifício da Rua de S. Mamede, nº6 /Rua da Saudade, nº15. A vermelho, o Museu e área das ruínas do Teatro musealizadas.
Fotografia do Google maps.

Foi, pois, neste contexto de desatenção, senão mesmo desprezo pelo Património Histórico e Arqueológico que o Arq. C. Branco se insurgiria publicamente, tal como o Grupo Amigos de Lisboa, contra a construção deste edifício, (como já sublinhara C. Fabião, 1994, nota 35, p.160).

Cassiano Branco, nas declarações relatadas no artigo do *DL*, denunciando ter já sólidos conhecimentos sobre o Teatro e sobre a arquitetura clássica, crítica a indiferença das autoridades e do Município que considerava possuir serviços culturais "certamente conhecedores da importância arqueológica, histórica e artística do monumento" que deveriam impedir de imediato a construção do edifício e defendia ainda a necessária e urgente investigação arqueológica deste, além da sua reconstrução arquitetónica, propondo a constituição de uma " comissão de arqueólogos e de individualidades de reconhecida competência e isenção […] que defenda os monumentos que o passado nos deixou". Mas, acima de tudo, afirmava que a cidade merecia ver recuperado um monumento "tão valioso". Um património que classificava de valor histórico, arqueológico e artístico para Lisboa. O artigo é ilustrado com uma imagem provavelmente da responsabilidade do jornalista, e que nada tem a ver com os estudos desenvolvidos por C. Branco, como veremos, com a legenda: "Aspecto de uma reconstituição arquitectónica de um teatro da antiguidade semelhante, no seu todo, ao da velha Olisipo". (Fig 8)

Os conteúdos desta notícia do *DL*, quando falamos na história do Teatro de Lisboa, têm sido quase ignorados. Foi referida, pela primeira vez, por I. Moita mas com uma inclusão na bibliografia do seu artigo sobre a intervenção arqueológica no Teatro, publicada na *Revista Municipal* (1970) e apenas a imagem de uma parte do artigo do jornal foi divulgada, mais tarde, em texto de P. Varela Gomes (1991). Ainda, tal como as anteriores menções, sem grande desenvolvimento e sem se relacionar com a restante documentação que estamos a dar a conhecer neste texto (excepto, pontualmente, em P.V. Gomes, como veremos), esta notícia também é mencionada em artigo de L.Fernandes que apenas cita uma pequena frase do texto do jornalista, onde se afirma que C. Branco teria desenvolvido um "plano de reconstituição" do Teatro, mas acaba por não desenvolver a matéria ou acrescentar qualquer outra informação esclarecedora, concluíndo que os "ímpetos arquitectónicos não passariam do papel" (Fernandes, 2007, p. 29 -30).

Mas o interesse e o conhecimento de Cassiano Branco sobre o Teatro Romano eram muito anteriores à polémica construção de um imóvel sobre as ruínas, em 1960, como nos esclarece o texto do *JL*, nas palavras do jornalista: " A possibilidade de

reconstruir esse monumento, o incalculável valor arqueológico e histórico do empreendimento, têm interessado desde há longos anos, o arq. … ". É pois muito possível que tenha sido entre 1936 e 1960 que desenvolveu os vários estudos sobre o monumento que hoje estão agrupados e classificados, em Arquivo, sob a designação *Estudos sobre o Teatro Romano*, na maioria não assinados e sem data, mas que integram a tipologia de documentação "Estudos técnico-científicos" do Fundo Cassiano Branco (adquirido pelo Arquivo Municipal de Lisboa em 1990). Este acervo documental (*Estudos sobre o Teatro Romano)* é constituído por cerca de duas dezenas de desenhos de plantas de localização das ruínas do Teatro, planos de pormenor, estudos e esboços de reconstituição que passamos a elencar:

Aspecto de uma reconstituição arquitectónica de um teatro da antiguidade semelhante, no seu todo ,ao da velha Olisipo

E' possível reconstruir o teatro romano que existiu em S. Mamede ao Caldas — na opinião do arquitecto Cassiano Branco

As escavações efectuadas num terreno da Rua de S. Mamede ao Caldas, onde se pretende erguer um prédio, levantam, de novo, o problema da reconstrução do teatro romano ali construído, no ano 57 da era cristã, por Cáio Halo Primo e dedicado a Nero.

A possibilidade de reconstruir esse monumento, o incalculável valor arqueológico e histórico do empreendimento têm interessado, desde há longos anos, o arq. Cassiano Branco, uma das figuras mais representativas da nossa arquitectura contemporânea. O arq. Cassiano Branco, que estudou a evolução das construções deste tipo através da antiguidade clássica, baseando-se nos mais recentes ensaios arqueológicos e em toda a teoria de teatros clássicos descobertos, realizou um plano de reconstituição arquitectónica do teatro romano de Lisboa, a partir da medição do diâmetro do fuste da coluna remanescente do edifício, que se encontra na loja do prédio n.º 2 da Rua de S. Mamede.

A complexidade da solução arquitectónica da reconstituição deste monumento obedece ao estudo retrospectivo de outros modelos de teatros existentes em Espanha e Norte de África.

Conhecendo estes valiosos trabalhos arqueológicos, procurámos o arq. Cassiano Branco, no «atelier», para recolher o seu importante depoimento.

A indiferença das entidades oficiais quando da descoberta das ruinas

— São esses os unicos vestigios do antigo teatro?

— Não. Luiz António de Azevedo referia dois silenos deitados sobre odres. Uma das estátuas encontra-se guardada no Museu Etnológico de Belém. A outra, porém, acha-se num quintal de uma casa apalaçada na Rua das Portas de Santo Antão.

— Dada essa indiferença, as ruinas foram esquecidas?

— Cobriram-nas. Em 1798 foram assentes sobre as ruinas alguns prédios de habitação. Estranha é a repetição do gesto, em 1960, quando a Camara Municipal possui serviços culturais, certamente conhecedores da importancia arqueológica, histórica artistica do monumento. Como li no jornal «O Seculo» do dia 19, a Camara Municipal autorizou a construção de um prédio sobre as ruinas da peça arquitectónica de maior valor arquitectónico que Lisboa possui.

O teatro na Roma imperial

— Crê que o teatro erguido na

(Continua na 11.ª página)

Fig. 8 – Excertos do artigo *É possível reconstruir o teatro romano que existiu em S. Mamede, ao Caldas - na opinião do arquitecto Cassiano Branco.* Jornal *Diário de Lisboa* de 25 de Junho de 1960.
Arquivo Municipal de Lisboa (PT/AMLSB/CB/11/04/01)

O teatro romano

que existiu em S. Mamede ao Caldas

(Continuação da página central)

Olisipo do Império romano tenha um excepcional valor artístico?

— Desde os primeiros séculos do império romano, o teatro constituia o tipo de construção arquitectónica de maior esplendor. Possuia grandiosas colunatas de mármore colorido. O plano vertical da cena, era enriquecido com séries de colunas sobrepostas também em mármore de cor. Até as havia de vidro com luz interior. As bancadas e cadeiras eram de mármore polido. Estátuas de bronze e mármore completavam a decoração do conjunto. Foi Pompeu, no ano 55 A. C., quem primeiro construiu um grandioso teatro de mármore, que constituiu um dos mais ricos edifícios de Roma. Não devemos esquecer que as construções de mais importância do mundo romano foram sempre as de utilidade publica. A importancia de Olisipo, o seu valor como centro comercial e até como ponto estratégico são indiscutíveis. Porque as proporções e a riqueza dos teatros dependiam da categoria das cidades onde eram erguidos, é lógico que o teatro romano de Lisboa seja um monumento vasto e de grande interesse artístico.

No interior do estabelecimento de ferro-velho na Rua de S. Mamede ao Caldas, endossado na argamassa de uma parede, pode ver-se o fuste de uma coluna do teatro romano que existiu precisamente naquele local

O teatro foi destruido por um terramoto

— Como explica que o monumento tenha sido soterrado e quando calcula que tal se deu?

O arquitecto Cassiano Branco responde:

— Lisboa encontra-se numa zona sísmica e é natural que um terramoto tenha provocado o soterramento do teatro. Devido a cataclismos deste género, o morro onde se situa o castelo de S. Jorge modificou-se. Os terramotos anteriores á fundação da nossa nacionalidade e os registados em 1344, 1356, 1531, 1597 e 1755 provocaram quedas de pedras e de grandes volumes de terra pelas encostas do monte do Castelo até atingir a parte baixa dos seus contornos. E' natural que á data da fundação da nossa nacionalidade já o teatro estivesse soterrado, pois nenhum dos nossos cronistas se refere á existência deste monumento.

Teatros no Império romano

— Existem em Lisboa ou em outros pontos de Portugal ruinas de teatros da época da dominação romana?

— Só se conhecem as do teatro de Atenas; de Argos, no Pelo problema levou-me a reunir elementos sobre os teatros construidos durante a antiguidade clássica. Estudei cinquenta e dois teatros gregos, especialmente os de Dionísios e de Lenco, na encosta da Acropole, em Atenas; de Argos, no Peloponeso; o de Assos, em Troade; de Delfos, na Focia; de Epidauro, na Argolia; de Esparta, na Laconica; de Mileto, na Jónia; de Pergamo, na Micia; e de Siracusa, na Sicilia. Em Roma quero distinguir os riquíssimos teatros de Marcelo, Pompeu, Scaurus, Balbo e Vila Adriana. Na Itália, destacam-se os de Herculano, Pompeia, Tusculano, Fiesole, Verona, Milão, Aosta, Lecce, Lungo, Tindari e Taormnia.

No Norte de Africa, citarei os teatros de Tingad e Dugga, na Argélia, de Khamissa, de Guelma, de Febessa e de Sabratha, próximo de Tripoli. Nas suas provincias do Oriente, Roma construiu os teatros de Amman, na actual Transjordania, de Palmira, Boalber, Bosra e Petra, na Síria, de Gesara, na Palestina e de Balbura, na Licia.

— Diversos países europeus possuem, devidamente reconstituidos, teatros romanos?

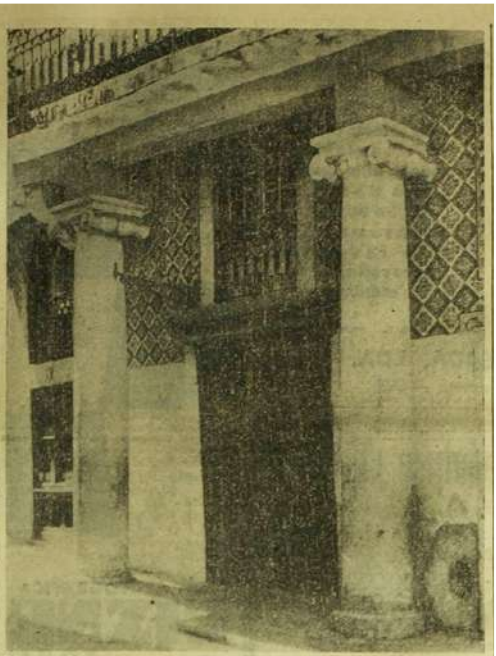
— Exactamente — Em França, estudei trinta e dois, como os de Arles, de Champlieu, Soissons, Frejus, d'Antun, Araine e, especialmente, o de Orange.

Suiça possui os teatros de Augusto Raurica, antiga cidade da margem sul do Reno, próximo da actual Basileia, estudado por Felix Stahelin e de Aventium, a actual Avenches, entre Berne e o Lago Morat. Destacam-se, na Espanha, o de Mérida, reconstituido segundo o notável estudo do arqueólogo D. Ramon Melida, e os de Sagundo, Ronda, Clunia e Itálica. Em Inglaterra, o unico teatro da época do dominio romano identificado é o de Verulamium estudado por mias K. M. Kenyon, secretária do Instituto de Arqueologia.

O vandalismo moderno

— Todos estas construções são consideradas monumentos nacionais?

— Sim. Defendem-nos contra os modernos vandalos, que os outros os autênticos, ninguém os podia sustar. O inapreciável valor do Teatro soterrado, a possibilidade de o reconstituir, com o auxilio dos arqueólogos de todo o Mundo, que acorreriam ao nosso Pais decidas, quando em toda a Europa equipas de arqueologos de diversas nacionalidades, subsidiadas pelos seus governos, são enviadas a outros países para realizarem uma obra de interesse universal. Missões inglesas, francesas, americanas e alemãs trabalham na Grécia há dezenas de anos trazendo á luz admiráveis monumentos e documentos de importancia decisiva para o estudo da civilização helénica, base da civilização ocidental. Não será fácil a formação de uma equipa portuguesa a enviar á Grécia. Mas é natural, urgente mesmo, que os arqueólogos portugueses, devidamente apoiados pelas entidades oficiais, estudem e defendam monumentos como o teatro romano de Lisboa.



A' porta de uma casa de pasto, junto ao Chafariz de Dentro, erguem-se duas elegantes colunas jónicas tiradas das ruinas do teatro romano. Eis um símbolo pitoresco da queda do Império Romano

viam interessar a Camara Municipal de Lisboa. Monumento tão valioso como o que nos legou a época de Quinhentos, o teatro romano de Lisboa não pode permanecer soterrado, com um prédio anodino a marcar o triunfo da indiferença e a constituir a lápida de um corpo de mármore muito mais ilustre.

É urgente reconstituir o monumento

— O que propõe para solucionar tão grave problema?

O arq. Cassiano Branco declara:

— A suspensão imediata dos trabalhos que se estão a efectuar no local. Deve constituir-se uma comissão de arqueólogos e de individualidades de reconhecida competência e isenção que, pelo seu interesse e amor á cidade, defenda os monumentos que o passado nos deixou.

«Esta comissão deverá angariar fundos que permitam efectuar perfurações e várias pesquisas locais no terreno, trabalhos a realizar após estudos arqueológicos bem fundamentados.

E' evidente que os prédios das ruas de S. Mamede e da Saudade devem ser adquiridos para demolição de forma a pôr a um todo o complexo arquitectónico do teatro, o que a fazer-se, implicaria um outro estudo, de arranjo do local.

«A importancia do momento, a possibilidade de dar a Lisboa uma magnifica peça arquitectónica da antiguidade clássica, justificam esta realização ainda que complexa, vasta e dispendiosa.

E termina:

— Não é, realmente civilizado permitir que as ruinas sejam esque-

TAUROMAQUIA

Manuel dos Santos, no Montijo

Manuel dos Santos reaparece amanhã no Montijo depois dos grandes êxitos obtidos no México, para onde regressa após esta sensacional corrida em que lidará touros dos irmãos Oliveira, de Samora Correia, alternando com o Venezuelano Curro Giron. São cavaleiros, D. Francisco de Mascarenhas e David Ribeiro Teles e o grupo de forcados é o dos amadores de Santarém. Tão extraordinário espectáculo começa ás 18 e 15 e estão assegurados os meios de transporte desde Lisboa.

3.1| PLANTAS DA CIDADE DE LISBOA PARA LOCALIZAÇÃO DO TEATRO ROMANO

3.1.1 - Planta da cidade de Lisboa anterior ao Terramoto de 1755

Data aferida:194?
Desenho em papel vegetal
Dimensões 500 x 729 mm
AML - PT/AMLSB/CB/11/04/05

Observações: C. Branco utiliza, maioritariamente, para grande parte dos seus estudos a planta da cidade de Lisboa anterior ao Terramoto, para sobre ela localizar o Teatro. Esta sua preocupação deverá estar relacionada com o facto de tentar conhecer melhor o momento em que as ruínas do monumento foram soterradas, ou até que ponto esta estrutura poderia ter influenciado o traçado urbano na zona, para tentar perceber a configuração da estrutura do Teatro no desenho da malha urbana antiga; ou seja, como as pré-existências foram respeitadas na planificação dos diferentes tecidos urbanos.

Ao *DL*, considerando a sismicidade de Lisboa, comenta que seria " …natural que à data de fundação da nossa nacionalidade, já o teatro estivesse soterrado, pois nenhum dos nossos cronistas se refere à existência deste monumento". Esta relação entre episódios sísmicos e o desaparecimento do monumento, também fora levantada por Júlio de Castilho a propósito da identificação de uma construção invulgar, com uma estrutura em semicírculo, acima da Sé, num Selo pendente de um Documento de 1352 que poderia corresponder ao Teatro. Por este motivo supôs ser o terramoto de 1356 que o teria soterrado (*apud* Almeida, 1966, pp5-6). Não deixa de ser curioso que no artigo referido de Robert Bisset Scott (1832, p.393), este autor também aponte o terramoto de 1356, como o possível causador da ocultação do Teatro .

O arquiteto passa depois a sobrepor também na planta anterior ao Terramoto a planta da cidade contemporânea, ou utiliza só esta última. Ambas suportes para localizar o Teatro, ou concretamente para tentar desvendar a configuração da sua estrutura e dimensões no desenho da malha urbana. São disso exemplos as plantas que enumeramos de seguida.

3.1.2 - Planta parcial da cidade de Lisboa anterior ao Terramoto de 1755, com estudo da malha urbana

Data aferida:194?
Desenho em papel vegetal
Dimensões 360 x 585 mm
AML- PT/AMLSB/CB/11/04/08

3.1.3 - Esboço da planta parcial da cidade de Lisboa anterior ao Terramoto de 1755, com estudo da malha urbana

Data aferida: entre 1930 e 194?
Desenho a lápis e tinta em papel vegetal
Dimensões 377 x 547 mm
AML - PT/AMLSB/CB/11/04/14

Observações: Trata-se de um esboço para a execução da planta indicada em 3.1.2.

3.1.4 - Planta parcial da cidade de Lisboa anterior ao Terramoto, com sobreposição da cidade de meados do século XX

Data aferida: 1930 -1960
Desenho em papel vegetal
Dimensões 513 x 638 mm
AML - PT/AMLSB/CB/11/04/23

3.1.5 - Planta de troço da cidade de Lisboa de meados do século XX (Rua de S. Mamede com gaveto da Rua da Saudade)

Data aferida: 1930 -1960
Desenho em papel vegetal
Dimensões 513 x 638 mm
AML- PT/AMLSB/CB/11/04/20

3.2| PLANTAS COM LOCALIZAÇÃO DO TEATRO ROMANO NA MALHA URBANA

3.2.1 - Planta com localização do Teatro sobre planta da cidade anterior ao Terramoto, com sobreposição da planta da cidade de meados do século XX

Fig. 9

Data aferida: 194?
Desenho a lápis em papel vegetal
Dimensões 460 x 580 mm
AML- PT/AMLSB/CB/11/04/06

Observações: As várias épocas da planta parcial da cidade são identificadas por cores – preto, encarnado e azul, respectivamente assinaladas na legenda: "Antes do Terramoto de 1755/Extracto da planta na Escala 1:185/Actual"

3.2.2 - Planta parcial da cidade de Lisboa anterior ao Terramoto com a localização do Teatro

Fig. 10

Data aferida:entre 1936 e 194?
Assinada “C. Branco arquitecto”
Desenho a lápis e tinta em papel vegetal.
Dimensões 325 x 435 mm
AML- PT/AMLSB/CB/11/04/09

Observações: Apresenta a seguinte legenda – “Planta anterior ao /Terramoto de 1755/Cópia do original /ampliada à escala 1:1000 /(sem correções)” e “Localização das ruínas/ do «Teatro Romano»”. Exibe estudo sobre malha urbana (ver ponto 3.4.2).

3.2.3 - Planta parcial da cidade de Lisboa anterior ao Terramoto com a localização do Teatro

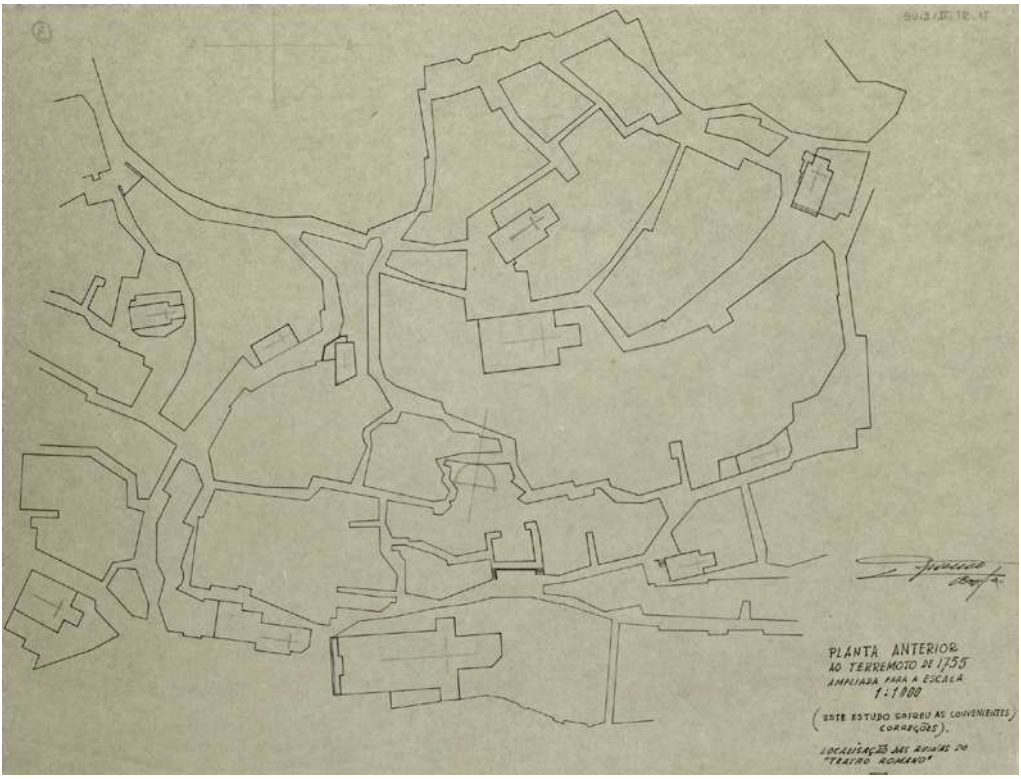


Fig. 11

Data aferida: entre 1936 e 194?
Assinada "C. Branco arquitecto"
Desenho a tinta e lápis em papel vegetal.
Dimensões 345 x 452 mm
ANL- PT/AMLSB/CB/11/04/15

Observações: Apresenta a seguinte legenda – "Planta anterior/ ao Terramoto de 1755/ampliada para a escala/1:1000 /(este estudo sofreu as devidas correções)" e "Localização das ruínas/ do «Teatro Romano»". Versão atualizada da planta anterior (ver ponto 3.2.2; Fig. 10).

3.2.4 - Planta parcial da cidade no século XX com localização do Teatro (incluindo desenho/planta do *proscaenium*)

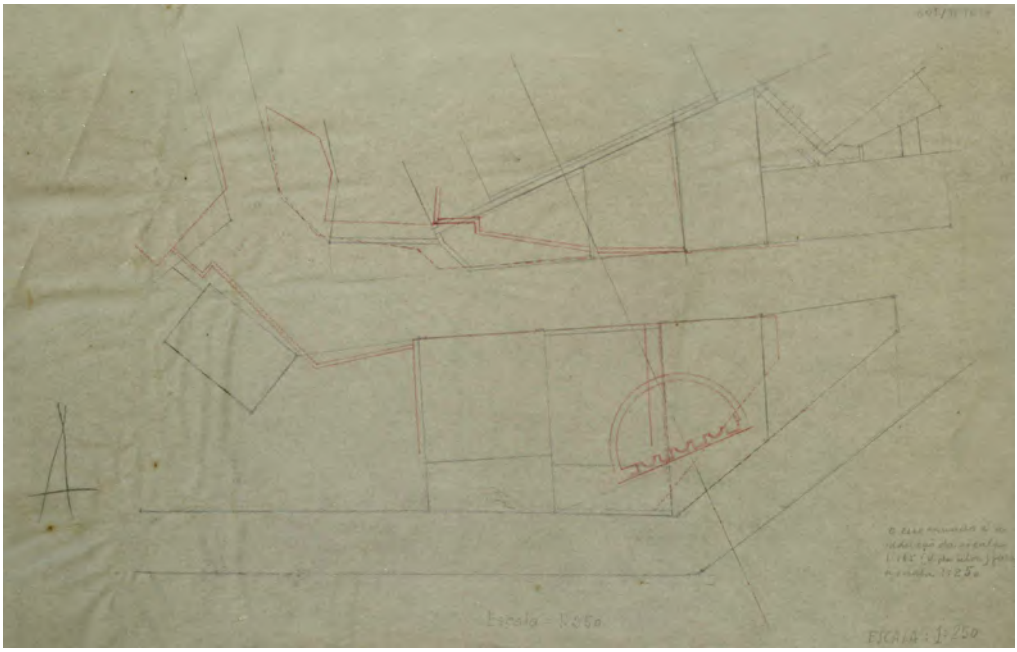


Fig. 12

Data aferida: 1944 -1960
Desenho a tinta e lápis em papel vegetal.
Dimensões 330 x 515 mm
AML- PT/AMLSB/CB/11/04/17

Observações: Apresenta a seguinte legenda: "O encarnado [reportando-se ao desenho do Teatro] é a /redução da escala / 1:165 (V. da Silva) para/ a escala 1:250". É manifesto que a obra do olisipógrafo A. Vieira da Silva, foi um dos suportes essenciais aos estudos de C. Branco. Neste caso refere-se possivelmente à planta publicada por este olisipógrafo em 1939. (Silva,1939,Estampa III). (Fig 13). Para a localização do Teatro com planta do *proscaenium*, terá utilizado outra planta incluída na *Epigrafia de Olisipo* (Silva, 1944,p.60) (Fig.14). Estas ultima configuração é usada em vários outros estudos (pontos 3.2.7 a 3.2.9).

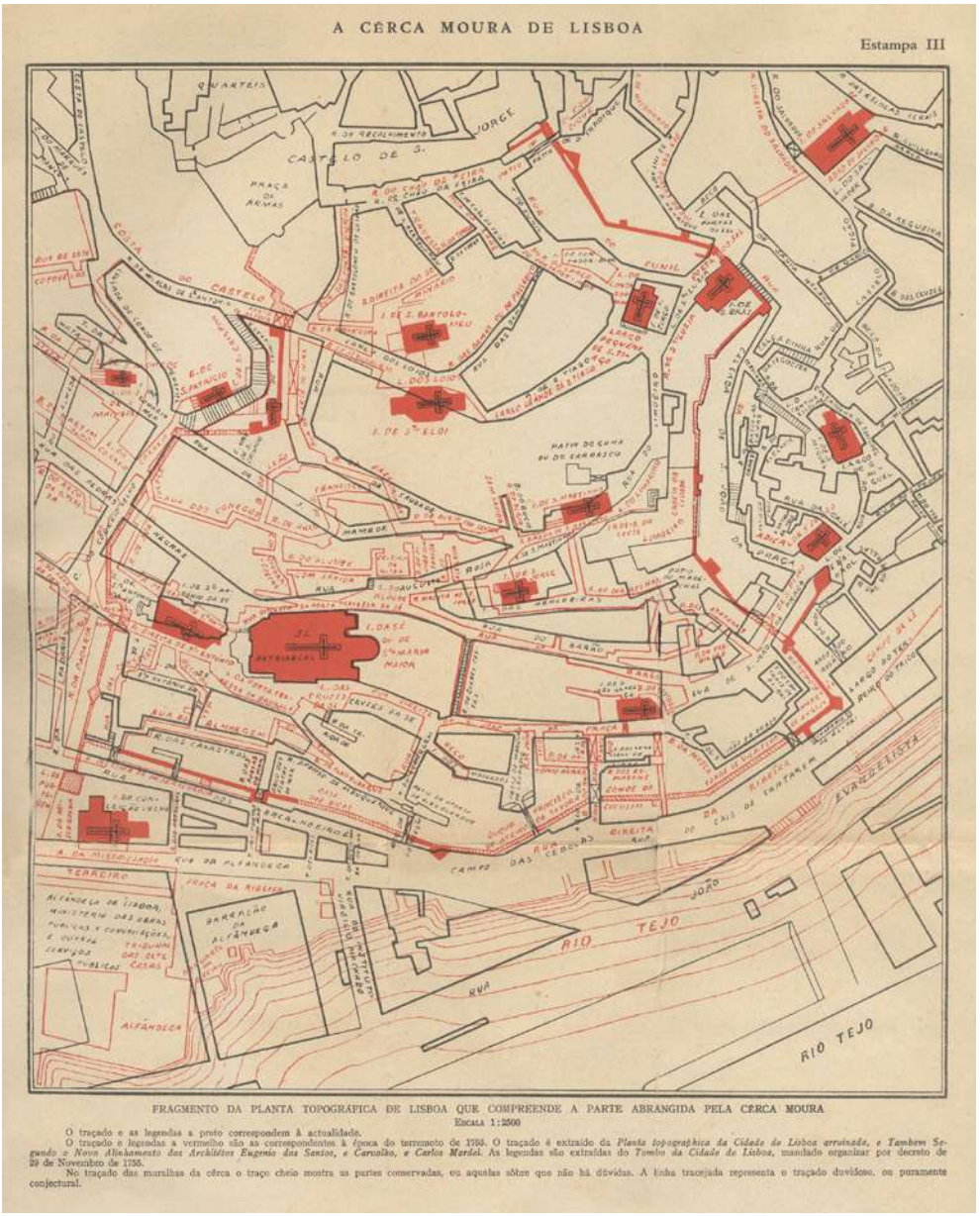
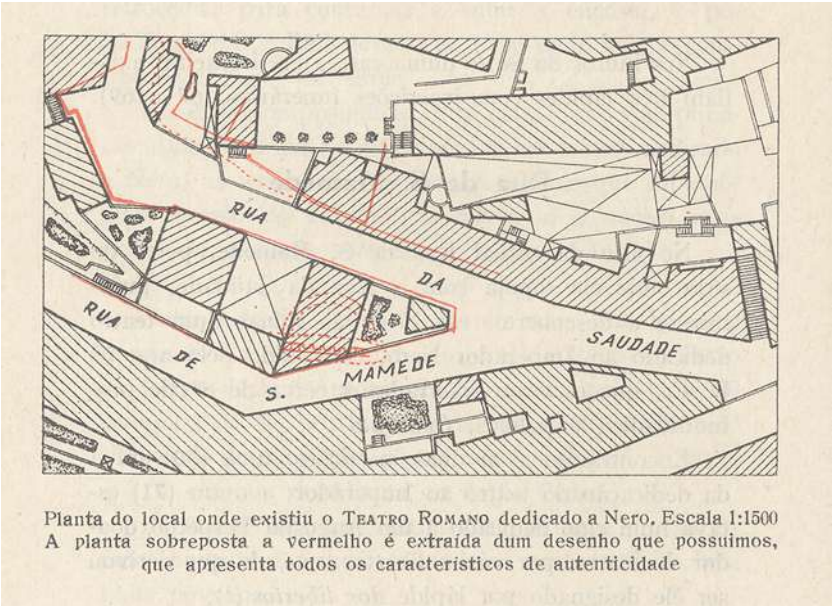


Fig. 13 – Pormenor da ***Planta topographica da cidade arruinada pelo Terramoto*** .... (vermelho), com sobreposição (preto) do traçado da cidade em meados do século XX.
Estampa . A.Vieira da Silva, 1939.
Inserida na obra de A.V. da Silva, ***A cêrca moura de Lisboa***, Estampa III. Gabinete de Estudos Olisiponenses.



Planta do local onde existiu o Teatro Romano dedicado a Nero. Escala 1:1500
A planta sobreposta a vermelho é extraída dum desenho que possuimos, que apresenta todos os caracteristicos de autenticidade

Fig. 14 – Pormenor da *Planta do local onde existiu o Teatro Romano*...
Estampa. A. Vieira da Silva, 1944. Escala 1:500
Inserida na obra de A.V. da Silva, ***Epigrafia de Olisipo***, p.60. Gabinete de Estudos Olisiponenses

3.2.5 - Planta parcial da cidade no século XX com localização do Teatro (incluindo planta conjetural esquemática da *cavea, pulpitum, scaenae frons* e *postcaenium*)

Data aferida: entre 1936 e 1960
Desenho a tinta em papel vegetal
Dimensões 300 x 428 mm
AML- PT/AMLSB/CB/11/04/19

Observações: Esta planta foi publicada por P. Varela Gomes, (1991, p.110). Sendo, deste conjunto dos *Estudos sobre o Teatro Romano*, o único documento que não permaneceu inédito.

3.2.6 - Planta parcial da cidade no século XX com localização do Teatro (incluindo planta)

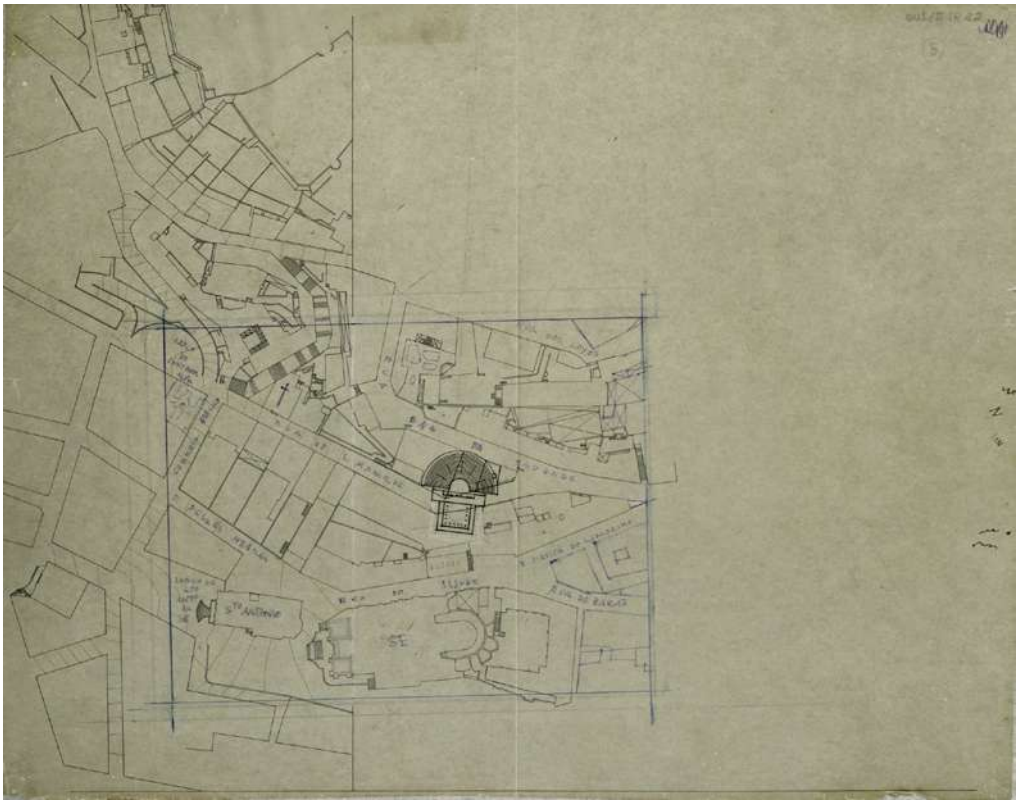


Fig. 15

Data aferida: entre 1936 e 1960
Desenho a tinta em papel vegetal
Dimensões 390 x 495 mm
AML- PT/AMLSB/CB/11/04/22

Observações: Esboço para a planta anterior (ver ponto 3.2.5) . As proporções apresentadas não são corretas, mas as possíveis, considerando a informação disponibilizada na época.

3.2.7 - Planta parcial da cidade no século XX com localização do Teatro (incluindo desenho/planta do *proscaenium*)

Data aferida: entre 1936 e 1960
Desenho em papel vegetal
Dimensões 370 x 493 mm
AML- PT/AMLSB/CB/11/04/27

Observações: Idêntica à planta do ponto 3.2.4 (cópia?)

3.2.8 - Planta parcial da cidade no século XX com localização do Teatro (incluindo desenho/planta do *proscaenium*)

Data aferida: entre 1936 e 1960
Desenho em papel vegetal
Dimensões 460 x 580 mm
AML- PT/AMLSB/CB/11/04/21

Observações: Idêntica à planta do ponto 3.2.4 e 3.2.7

3.2.9 - Planta parcial da cidade no século XX com localização do Teatro (incluindo desenho/planta do *proscaenium*)

Data aferida: entre 1936 e 1960
Desenho em papel vegetal
Dimensões 370 x 540 mm
AML - PT/AMLSB/CB/11/04/07

Observações : Idêntica à planta do ponto 3.2.4, 3.2.7 e 3.2.8. Apresenta estudo de relação entre Teatro e malha urbana

3.2.10 - Esboço de implantação do Teatro na Colina do Castelo

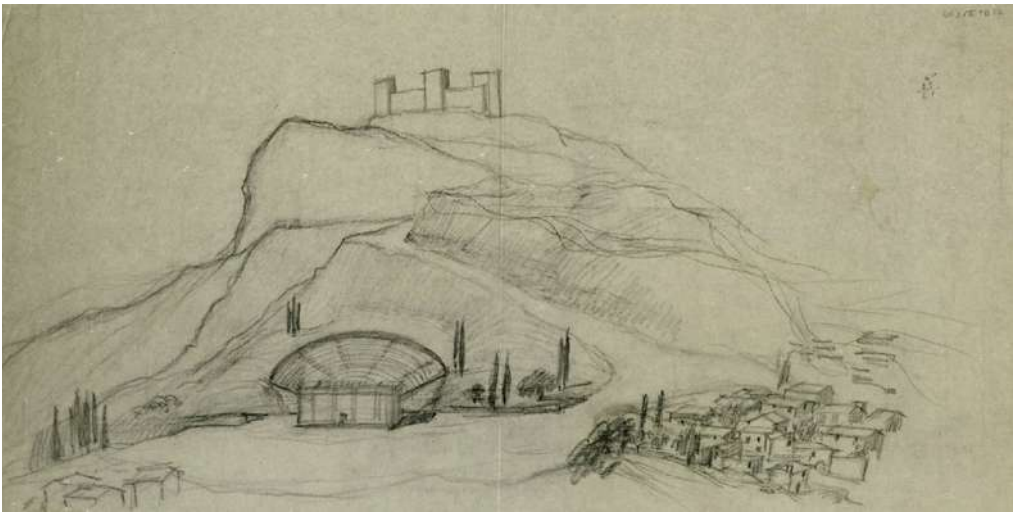


Fig. 16

Data aferida: entre 1936 e 1960
Desenho a carvão em papel vegetal
Dimensões 343 x 695 mm
AML - PT/AMLSB/CB/11/04/12

Observações: O Teatro aparece implantado na Colina vendo-se no topo o Castelo de S. Jorge. Este esboço permitiria a C.Branco analisar, graficamente, a volumetria do Teatro e perceber como o declive da colina se ajustara para a instalação da estrutura, em particular, da *cavea*. Mas este também é um exemplo evidente da importância que o arquiteto dava ao desenho, como um meio de expressão de eleição e forma de ligação ao projeto. Ficou até famosa a sua frase: "o esboceto é uma ideia inovadora" (*apud.* Carvalho, 1998, p.69).

3.3| PLANOS DE PORMENOR DO TEATRO ROMANO (ESTUDOS DE PROPORÇÕES E DESENHO ARQUITETÓNICO/RECONSTITUIÇÃO CONJETURAL)

3.3.1 - Planta do *proscaenium*, *orchestra* e parte da *cavea* do Teatro (com localização das estátuas de Silenos) (Fig.17)

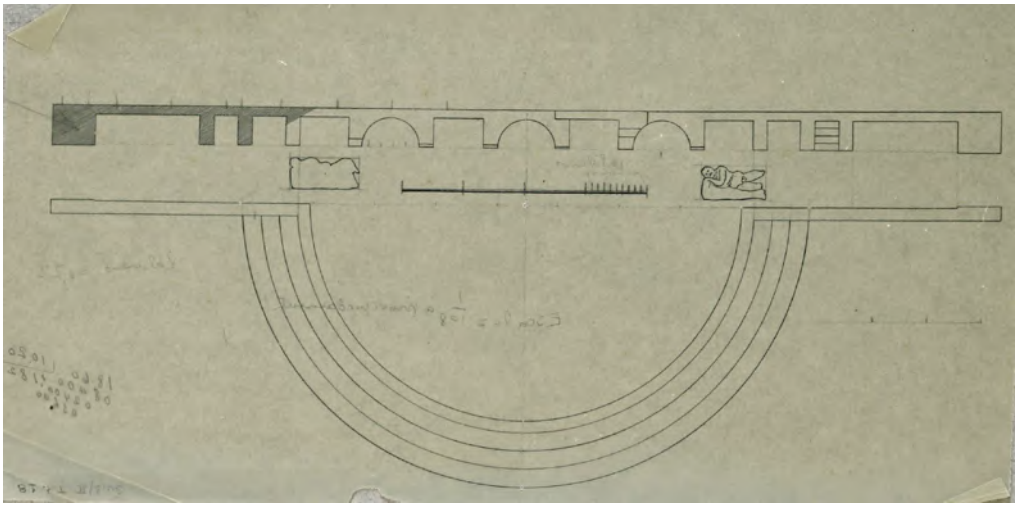


Fig. 17

Data aferida: entre 1936 e 1960
Desenho a tinta em papel vegetal. Escala 1:108
Dimensões 170 x 335 mm
AML - PT/AMLSB/CB/11/04/18

Observações: Esta planta é uma cópia do alçado e planta das ruínas do Teatro (v.Fig.3), publicado por Luiz Antonio de Azevedo na *Dissertação…*(1815, estampa X, p.46), feito a partir do levantamento das ruínas de Fabri. (v. Fig. 2).L.A. de Azevedo e a respectiva obra, são as únicas referências autorais, feitas por C. Branco no *DL* : "o professor de latim" que publicou "um livro relevando que as ruínas pertenciam a um teatro romano…." e que fala "de dois silenos e onde estão guardados…".

3.3.2 - Esboço da Planta do *proscaenium*, *orchestra* e parte da *cavea*

Data aferida: entre 1936 e 1960
Desenho a tinta em papel vegetal. Escala 1:108
Dimensões 275 x 272 mm
AML - PT/AMLSB/CB/11/04/16

Observações: Cópia da Estampa X, gravura publicada na *Dissertação*…de Luiz Antonio de Azevedo (v.Fig.1); ver planta do ponto 3.3.1.

3.3.3 - Estudo das proporções da *Orchestra*

Data aferida: entre 1936 e 1960
Desenho em papel vegetal. Escala 1:125 "P.M."
Dimensões 483 x 497 mm
AML - PT/AMLSB/CB/11/04/24

Observações: Estudo de planificação vitruviana: este estudo integra um conjunto de três outros exercícios (ver ponto 6.4 e 6.5) que visavam definir a geometria da *orchestra*, seguindo provavelmente as normas definidas para o desenho arquitetónico e proporções definidas na obra de M. Polião Vitrúvio *De Architectura* ,Livro V. Cap. III (Silva,2001; Alves, 2011, pp.67-68). Esta obra clássica não deveria ser estranha a C. Branco. Podem, ainda, vê-se neste desenho vários cálculos (sobre medições e/ou proporções?), executados, a lápis, sobre o suporte.

3.3.4 - Estudo das proporções da *orchestra*

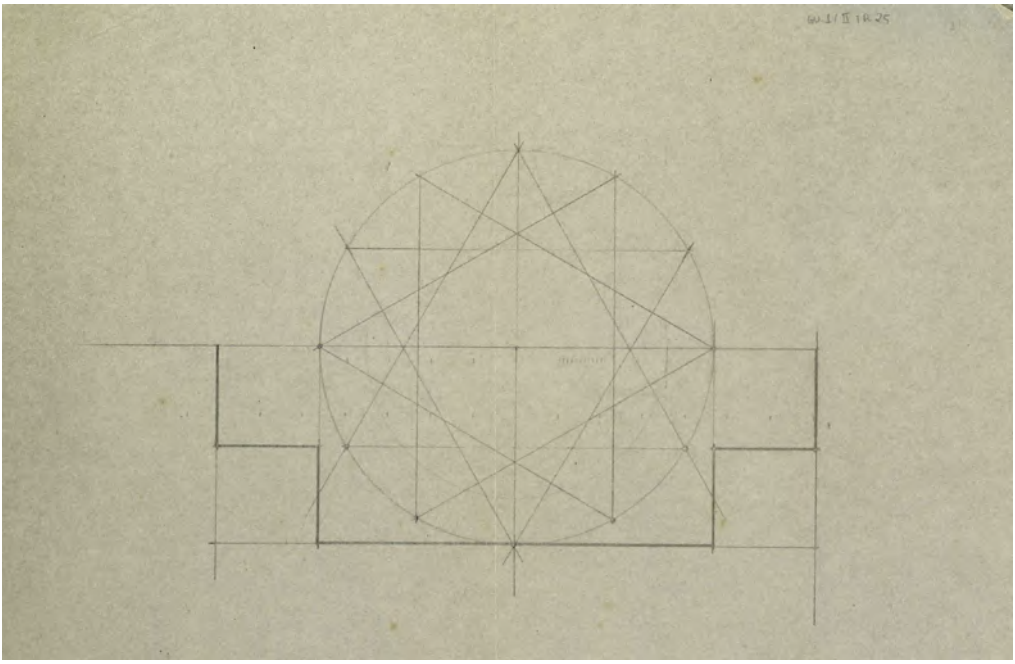


Fig. 18

Data aferida: entre 1936 e 1960
Desenho a lápis e tinta em papel vegetal.
Dimensões 368 x 500 mm
AML - PT/AMLSB/CB/11/04/25

Observações: Ver ponto 3.3.3 e 3.3.5

3.3.5 - Estudo das proporções da *orchestra*

Data aferida: entre 1936 e 1960
Desenho em papel vegetal. Escala 1:125
Dimensões 370 x 495 mm
AML - PT/AMLSB/CB/11/04/26

Observações: Ver pontos 3.3.3 e 3.3.4

3.4| OUTROS

3.4.1 - Estudo dos Perfis das ruas da envolvente do Teatro Romano

Data aferida: entre 1936 e 1960
Desenho em papel vegetal. Escala 1:1000
Dimensões 550 x 860 mm
AML - PT/AMLSB/CB/11/04/11

Observações: Apresenta os perfis das seguintes ruas: Chão da Feira, S. Bartolomeu, Loios, Saudade, S. Mamede, Pátio do Aljube, Aljube, Cruzes da Sé, Afonso de Albuquerque, Bacalhoeiros e Alfândega.

3.4.2 - Perfis das ruas da envolvente do Teatro Romano

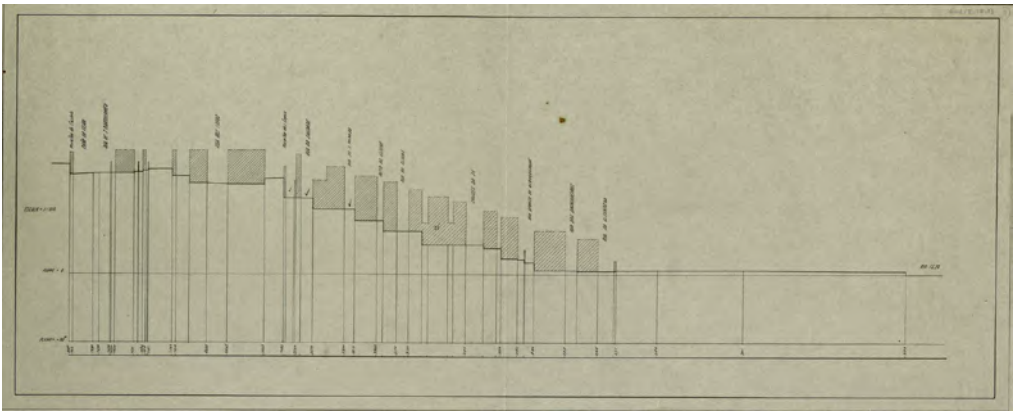


Fig. 19

Data aferida: entre 1936 e 1960
Desenho a tinta em papel vegetal. Escala 1:1000
Dimensões 305 x 745 mm
AML - PT/AMLSB/CB/11/04/13

Observações: Apresenta os perfis das seguintes ruas: Chão da Feira, S. Bartolomeu, Loios, Saudade, S. Mamede, Pátio do Aljube, Aljube, Cruzes da Sé, Afonso de Albuquerque, Bacalhoeiros e Alfândega. Desenho final do Estudo anterior (ponto 3.4.1).

4|

É difícil divisarmos, o que teria impelido Cassiano Branco a debruçar-se, durante tantos anos, sobre o Teatro, até porque não encontramos, para além desta documentação que apresentamos e das declarações ao *J L*, qualquer memória descritiva, ou outro texto, que nos esclareça cabalmente.

Mas podemos afirmar que C. Branco acabou por ser, o percursor dos trabalhos contemporâneos de investigação sobre o Teatro e o primeiro a apresentar vários estudos para uma suposta reconstrução arquitetónica; tentativas de reconstrução, como também sublinha P. M. de Almeida, embora sem justificar documentalmente a sua afirmação (Alves, 2011, p.66), ainda que hipotéticas (sem suporte arqueológico, apenas documental) e que não tenham tido qualquer repercussão imediata, quanto foi possível apurar. Nem resultaram num projeto final, pelo que devemos entender este acervo como o resultado de uma fase de investigação e de recolha de documentação (daí as cópias de outros desenhos, como notamos) mas, seguramente, de preparação para posteriores desenvolvimentos.

Salientemos ainda que no conjunto dos desenhos/estudos/esboços, agora apresentados, se nota uma grande preocupação em localizar e perceber a área de implantação do monumento e a sua relação com as malhas urbanas (de antes e depois do Terramoto), o que é bem conseguido na maioria dos estudos, muito na linha da proposta de localização do Teatro, atrás mencionada, na cidade pré-Terramoto e na cidade reconstruida, avançada por A.Vieira da Silva (1939,1944); ou seja, não anda muito longe da realidade, hoje já identificada, após várias trabalhos de investigação e arqueologia (Fig. 20); além de estarem bem documentadas, também, as questões de topografia (v. Fig 19) e a conexão do Teatro com os traçados urbanos. Estas particularidades, levam-nos a colocar como hipótese, serem alguns destes estudos de Cassiano Branco coevos à problemática da construção do prédio na Rua de S. Mamede nº6/Rua da Saudade nº 15, em 1960 (v. Fig. 6 e 7), e não muito anteriores, considerando a data aferida, para a documentação, entre 1936-1960, apontada pelo Arquivo Municipal de Lisboa. Assim se entenderia como objetivo imediato o de evitar que um prédio se sobrepusesse, de novo, às ruínas, para mais numa época em que o arquiteto se assume cada vez mais como um projetista do espaço público, assim como o planeamento urbano é sempre uma prioridade, em vez do projeto de arquitetura (Carvalho,1998, p.19). Assim sendo C. Branco um arquiteto com "profundo respeito pelos dados históricos" e reconhecendo-se nos seus projetos o saber das suas viagens pelo mundo (idem,p.73 e 74), além de um interesse manifesto pelo património arquitetónico e uma preocupação em caracterizar a urbe, o seu caracter e o essencial dos seus "tecidos urbanos" , particularidades que o qualifica como um "fazedor de cidade", na expressão de P. Varela Gomes (Gomes,1991, p.111- 112).

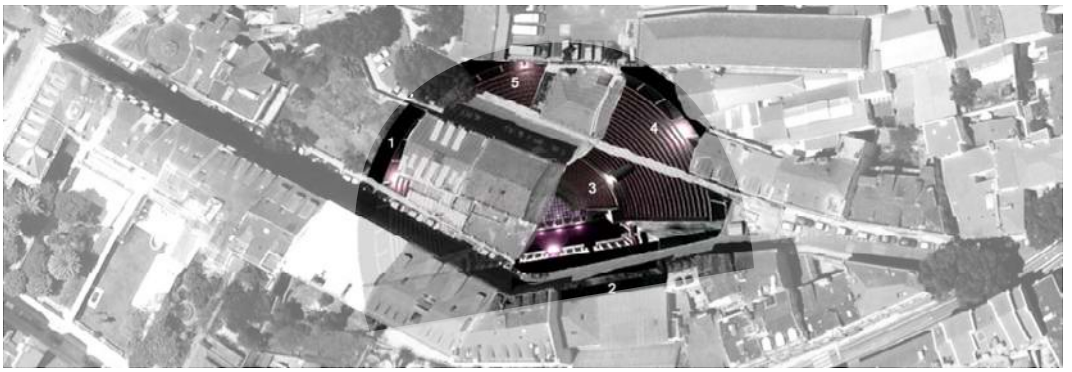


Fig. 20 – Implantação do Teatro na atual malha urbana (1 a 5 áreas com ruínas identificadas)
Pedro M. de Almeida Alves, 2011. (In ***Relação entre o edifício e a malha urbana***, p. 74)

Por outro lado, estes estudos para a localização do monumento na malha da cidade (pré-Terramoto e do século XX), seriam, de alguma forma, um contributo para a pesquisa arqueológica e para identificar que edifícios deveriam ser demolidos para colocar todo o Teatro a descoberto, ações que C. Branco defendia como prioritárias.

"Não é realmente civilizado permitir que as ruínas sejam esquecidas…", afirmava Cassiano Branco (*JL*,1960).Por isso entendia a reconstrução como indispensável e urgente. Quando interrogado sobre o que haveria de ser feito, propunha a " suspensão imediata dos trabalhos que se estão a efectuar no local" (reporta-se à obra do prédio) e a criação da, já referida, comissão de especialistas reconhecidos e competentes e arqueólogos (com a possibilidade de ser, inclusivamente, uma equipa internacional), apoiada pelas entidades oficiais e que deveria "angariar fundos que permitam efectuar perfurações e várias pesquisas locais no terreno, trabalhos a realizar depois de estudos arqueológicos bem fundamentados". Concluindo: "É evidente que os prédios da Rua de S. Mamede e da Saudade devem ser adquiridos para demolição de modo a expor todo o complexo arquitectónico do teatro. O que a fazer-se, implicaria um outro estudo, de arranjo do local". Avançava assim com a necessidade de demolição de vários imóveis, por conhecer tão bem o Teatro e ter noções muito próximas da realidade da dimensão e amplitude da sua estrutura, como sublinhamos, embora tivesse consciência dos custos e das dificuldades de tal intervenção. Esta noção, muito clarividente, das implicações de um projeto para reabilitar o Teatro e este conhecimento em matéria de estruturas cénicas romanas, de História e Arqueologia, haviam sido adquiridos através de minucioso trabalho de pesquisa sobre teoria da arquitetura da Antiguidade Clássica, sobre a evolução de

várias tipologias de teatros e sobre "os mais recentes ensaios arqueológicos e em toda a teoria de teatros clássicos descobertos" (nas palavras do Jornalista, *DL*). C. Branco declara que estudou "cinquenta e dois teatros gregos, especialmente os de Dionísios e de Lenco na encosta da Acrópole, em Atenas" e ainda "de Argos no Peloponeso; o de Assos, em Troade; de Delfos, na Focia; de Epidauro, de Esparta, de Mileto, de Pérgamo e de Siracusa na Sicília"; Em Roma os "riquíssimos teatros" de Marcelo, Pompeu, Scaurus, Baldo e Vila Adriana; "Em Itália Herculano, Pompeia, Tusculano, Fiesolo, Verona, Milão, Aosta, Lecce, Lungo, Tindari, Taormnina" ; no "Norte de África Tingad e Dugga Argélia Khamissa, Guelma, Tebessa, Sabratha (próximo de Tripoli)" ; e finalmente, nas províncias de Roma a Oriente, Amman, Palmira, Boalber, Bosra, Petra, Gesara, Balbura (*DL*,1960).

Mas, visando a reconstrução das "ruínas da peça arquitectónica de maior valor arquitectónico que Lisboa possuiu" afirma C. Branco, também se debruçou sobre "trinta e dois teatros" já reconstruidos só em França, em especial o de Orange e outros na Europa como, por exemplo, o de Mérida em Espanha e o de Verulamium em Inglaterra.

Na coleção *Estudos sobre o Teatro Romano* existem, ainda, duas cartas do arquiteto , datadas de fevereiro de 1959, uma dirigida à Oficina de Turismo de Sagunto (Branco, 1959.AML), solicitando envio de fotografias do teatro romano (uma da *cavea* e outra do *proscenium*), castelo, muralhas e de uma ponte romana (?), e outra à Direção Geral de Turismo de Málaga (Branco, 1959. AML), também com pedido de fotografias do teatro romano, da catedral, do Castelo de Gibralfaro, do viaduto de Ronda e ainda de possíveis ruínas romanas e de outros monumentos de valor arquitetónico e arqueológico. Justifica estes pedidos, em ambas as missivas, informando estar a concluir "uns trabalhos sobre construções da época romana na Península Hispânica e também dos períodos que se lhe seguiram" (traduzido do espanhol).

Mas sobre o Teatro de Lisboa C. Branco, na época, não dispunha ainda dos dados arqueológicos que surgiram depois e apenas tinha acesso a um número limitado de levantamentos gráficos e de textos publicados, de interesse e profundidade variados, que recordamos: as notícias dos Suplementos à *Gazeta de Lisboa*, o artigo da *Illustração Portugueza* (Martins, 1906), textos de Júlio de Castilho de 1884 (Castilho,1939[2]) e as obras de Vieira da Silva (1939,1944), além do incontornável, e indispensável, estudo de Luiz Antonio de Azevedo com descrições minuciosas e desenhos sobre o Teatro que, inclusivamente e como referimos, cita no artigo do *DL* e utiliza para base de alguns dos seus desenhos/plantas de partes do monumento.

Tinha ainda acesso direto a estruturas arquitetónicas (fustes de coluna) que eram visíveis no interior da loja/entrada do prédio nº2 a 4B da Rua de S, Mamede (Fig. 21a, b e c). É o próprio C.Branco no *DL* que, reportando-se aos materiais romanos reutilizados nas construções posteriores, fala dos "Fustes de colunas estriadas que servem de apoio aos arcos do piso térreo do prédio da Rua de S, Mamede, nº2.". Inclusivamente, o artigo do *DL*, mostra-nos uma fotografia de um fuste que se encontrava "endossado na argamassa de uma parede" no interior de um estabelecimento de "ferro-velho na Rua de São Mamede (ao Caldas)", sem identificação de nº de porta (v. Fig. 8). Uma outra imagem reporta-se a duas colunas com capiteis jónicos dadas, tradicionalmente, como provenientes do Teatro, colocadas numa casa do Largo do Chafariz de Dentro, nº17; mas esta hipótese que fora levantada por A. Vieira da Silva (1944, p.52), não é correta, tratando-se antes de colunas neo-clássicas do século XIX, de proveniência desconhecida, como já Irisalva Moita sublinhara (1970,p.13).

Afinal o plano de reconstituição do teatro romano que Cassiano Branco teria realizado foi, elucida-nos o jornalista do *JL*, "uma complexa solução arquitectónica" feita "a partir da medição do diâmetro do fuste da coluna remanescente do edifício, que se encontra na loja do prédio nº 2 da Rua de S, Mamede". Mas nada mais se escla-

△ **Fig. 21a** – Reutilização de fustes de coluna do Teatro Romano na Loja/Entrada do prédio nº2 a 4B da Rua de S. Mamede. Fotografias. Autor não identificado, 1965
SIPA - FOTO. 00512150

▷ **Fig. 21b** – Reutilização de fustes de coluna do Teatro Romano na Loja/Entrada do prédio nº2 a 4B da Rua de S. Mamede. Fotografias. Autor não identificado, 1965
SIPA - FOTO. 00512148

Fig. 21c – Reutilização de fustes de coluna do Teatro Romano na Loja/Entrada do prédio nº2 a 4B da Rua de S. Mamede. Fotografias. Autor não identificado, 1965 SIPA - FOTO. 00512147

rece. Infelizmente na documentação do Arquivo Municipal de Lisboa, do Fundo Cassiano Branco, não se encontra um plano concreto de pormenor com reconstituição arquitetónica completa das estruturas que compõem o Teatro, antes, como já salientamos, temos apenas estudos, sobretudo, relacionados com dimensões de partes do monumento, localização e áreas de implantação conectadas com o desenho da malha urbana e relevante análise topográfica. Nem nenhum estudo que tenha resultado da "medição do diâmetro do fuste de coluna…", que não sendo declaração de C. Branco, foi possivelmente uma interpretação do jornalista.

No Arquivo Municipal de Lisboa identificamos ainda uma proposta de arranjo da zona envolvente com projeto para proteção das ruínas do Teatro (PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/896), com a seguinte legenda: *Arranjo da área envolvente do Teatro Romano de Lisboa-Escala 1:200 Alçado – Perfil pela Rua de São Mamede ao Caldas* (Fig.22). Trata-se de um desenho aguarelado sem indicação de autor e sem data que ponderamos, como hipótese que carece de maior investigação (em curso), poder ser um ante-projeto da autoria de Cassiano Branco, considerando o conhecimento relevante que adquiriu do monumento e da sua envolvente e desde

logo, poder ser, uma consequência natural dos seus estudos. Vem a propósito uma outra das suas declarações ao *DL* onde refere que "É evidente que os prédios da Rua de S. Mamede e da Saudade devem ser adquiridos para demolição de modo a pôr a um todo o complexo arquitectónico do teatro. O que a fazer-se, implicaria um outro estudo, de arranjo do local".

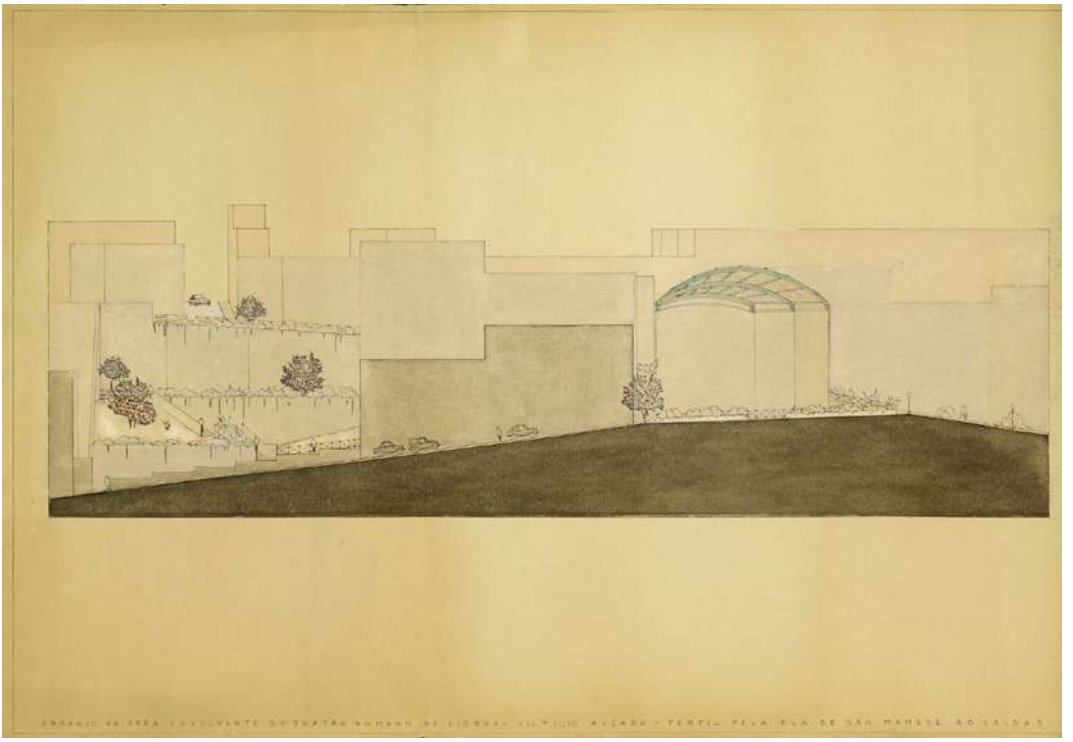


Fig. 22 – *Arranjo da área envolvente do Teatro Romano de Lisboa-Escala 1:200 Alçado – Perfil pela Rua de São Mamede ao Caldas*. Desenho aguarelado. Cassiano Branco (?), S/ data.
Arquivo Municipal de Lisboa (PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/896)

5| DEPOIS DE CASSIANO BRANCO - AS PRIMEIRAS INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS

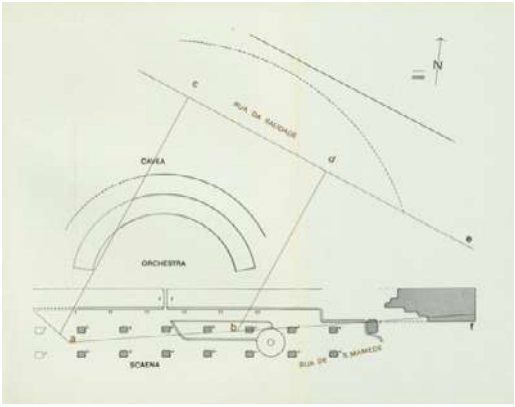
Depois da polémica da construção do imóvel sob o monumento, em 1960, passados quatro anos e estando em ruína o prédio nº 2 a 4B da Rua de S. Mamede, e "habitado por vadios", onde permaneciam vários fustes de coluna reaproveitados (v.Fig.21), foi possível a D. Fernando de Almeida (Almeida, 1966), então Presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses e professor na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, fazer uma sondagem arqueológica, com a colaboração dos seus alunos, no interior do referido prédio que decorreu entre 3 de dezembro de 1964, estando concluída antes de 4 de fevereiro de 1965 (idem, p.8 e 11). Esta intervenção que pôs a descoberto vários vestígios do edifício romano, veio a colocar de novo a questão da salvaguarda do Teatro. Estava, então, na presidência da Câmara o General França Borges (Presidente entre 1959-1970) que despertado por F. de Almeida decide assumir a responsabilidade de colocar a descoberto o monumento romano, contrariando as decisões de 1960 e como sublinha I. Moita (1970,p.14) "Quem conheça todas as dificuldades de um encargo desta natureza, não poderá deixar de encarar o acto do General França Borges revelador de uma profunda consciência do valor do património histórico da cidade".

Sobre esta vontade de se realizarem escavações arqueológicas para desenterrar o monumento, ainda acrescenta D. Fernando de Almeida: "Naturalmente aparecerão mais elementos do teatro e, quem sabe, talvez as inscrições. Seja como for, julgamos que a cidade bem merece este sacrifício. E uma vez juntas no local, as peças que andam dispersas poderiam ser expostas em um pequeno pavilhão metido a um canto, naturalmente no ângulo das duas ruas segundo pensa fazer o Senhor Presidente da Câmara. Com elas, duas maquetas ilustrariam o ambiente: uma mostraria o que apareceu no séc. XVIII; outra seria uma reconstituição do teatro quando fora legado a Olisipo pelo seu fundador, em honra de Nero " (Almeida, 1966, pp 12-13); e "Além do interesse arqueológico das ruínas, o lugar será mais um atractivo para o visitante e ajudará a melhor compreender a Lisboa romana" (idem, p-13-14). Pairava já uma hipótese de musealização das ruínas.

O Presidente da Edilidade F. Borges, logo em 1965, acabaria por designar a então Conservadora dos Museus Municipais de Lisboa, Irisalva Moita, como responsável pela direção dos trabalhos de arqueologia (Moita, 1971, p.14) que se concretizaram entre 28 fevereiro de 1966 a 6 de julho 1967, segundo Relatório (idem, pp.17-21), após a demolição do imóvel nº 2 a 4B da Rua de S. Mamede/ gaveto com a Rua da Saudade, nº11 e 13 (Fig. 23), entretanto adquirido pela CML que viria a comprar, na ocasião, ainda mais seis imóveis nas mesmas ruas de S. Mamede e da Saudade (idem,p.15). Esta

significativa e decisiva campanha de investigação arqueológica, colocou a descoberto a área identificada e intervencionada no século XVIII (Fig.24 e 25).

Fig. 23 – Prédio demolido na Rua de S. Mamede/ gaveto com a Rua da Saudade para intervenção arqueológica no Teatro em 1966. Fotografia. Eduardo de Portugal, 1949.
Arquivo Municipal de Lisboa (PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/000935)



◁ **Fig. 24** – Planta da área do Teatro posta a descoberto durante a campanha arqueológica de Irisalva Moita, 1966-1967
In Moita, I. (1970)- ***O Teatro Romano de Lisboa***. Revista Municipal. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, n.º 124 -5.

▽ **Fig. 25** – Ruínas do Teatro romano. Zona do ***pulpitum*** e ***proscaenium***, postas a descoberto durante a intervenção arqueológica de 1966-67. Fotografia. Armando M. Serôdio, 1968
Arquivo Municipal de Lisboa (PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/S05254)

Na sequência desta intervenção e por solicitação do Presidente da Edilidade, o Teatro Romano foi classificado como *Imóvel de Interesse Público* em 1967, (Decreto n.º 47 984, DG, I Série, n.º 233, de 6-10-1967), passando a existir desde 1969, também, a definição de uma *Zona Especial de Protecção*.

Esta década de 60, marca, como sublinha C. Fabião o "arranque dos grandes projectos de arqueologia urbana na cidade", mas deixa transparecer, ainda segundo o autor, "a gritante falta de uma política consistente e global de intervenção, que permitisse uma boa articulação entre os diversos organismos de investigação existentes, uma boa cooperação com os empreendedores públicos e privados e que, acima de tudo, garantisse um acompanhamento permanente a todas as intervenções que afectassem o subsolo da área urbana" (Fabião, 1994, p.153).

Não admira pois, que tudo volte a parar em 1967, com o término do que entendia I. Moita, ser uma primeira etapa da escavação. Apenas alguns imóveis são demolidos, após realojamento dos seus habitantes e foi preciso esperar mais duas décadas para se realizarem novas intervenções arqueológicas levadas a cabo pelo Município de Lisboa, sob responsabilidade de diversos arqueólogos e continuadas até 2013 (Rodrigues, 1987; Diogo,1993; Fernandes, 2007 e 2013); estando o Museu, desde 2001, (tal como foi projetado e definido no seu programa museológico - Leite, 1998), como um equipamento que tendo devolvido o monumento à cidade, a promover a investigação e a possibilitar o entendimento das ruínas do Teatro e do sítio (ou seja das outras estruturas urbanas desvendadas no local), à medida que prossegue a pesquisa arqueológica, garantindo-se também a sua preservação, divulgação e fruição.

Afinal parte do processo, entretanto desenvolvido, sobretudo na década de 1960, foi ao encontro de algumas das propostas/ideias preconizadas por Cassiano Branco que, ainda pode, seguramente, ter tido conhecimento dos trabalhos contemporâneos de intervenção arqueológica no Teatro de *Olisipo*.

FONTES MANUSCRITAS

1955/1960 - Obra nº35493, Rua de São Mamede ao Caldas, 6 – Rua da Saudade 15 a 15B. Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/ CMLSBAH/ COPA/001/37197.

1798 - *Descripção / do Monumento de Antiguidade Romana, invés - / tigado pelo professor Regio Joaquim José de Costa / e Sá desde o 1 dia do presente mês de Maio do / anno de 1798 até ao dia 16 do dicto, em que se deo por finda a Excavação*. [Manuscrito]. Coleção Portugal, I-32,27,017, n.º 003. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Calado, M. (1998) – Proposta 496/98 da Vereadora da Cultura Maria Calado em Reunião da Câmara Municipal de Lisboa, de 28 de outubro de 1998. [Dactiloscrito ; Manuscrito]. CML / DAOSM/DACM.

Fabri, F.X (1798) - *Mapa geral da Escavacao que se fez perto da Rua de Sao Mamede por baixo do Castelo desta Cidade de Lisboa.* [Desenho aguarelado]. Museu de Lisboa. MC.DES.12.

Azevedo, L. A. de (1807). *Dissertação Crítico-Filosofica- Historica sobre o verdadeiro anno, manifestas causas, e atendíveis circumstancias da erecção do Tablado e Orquestra do antigo Theatro Romano, descoberto na excavação da Rua de São Mamede perto do Castello desta cidade, com a intelligencia da sua Inscripção em honra de Nero, e noticia instructiva d'outras Memorias alli achada, e até agora apparecidas*. [Manuscrito]. Museu de Lisboa, MC.RES.217.

Branco, C. (1959) – Carta [Solicita o envio de fotografias dos monumentos de Sangunto]. [Dactiloscrito; Manuscrito]. Cassiano Branco/Documentação particular/Correspondência. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CB/12/01/63.

Branco, C. (1959) – Carta [Solicita o envio de fotografias de monumentos existentes em Málaga]. [Dactiloscrito; Manuscrito]. Cassiano Branco/Documentação particular/Correspondência. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CB/12/01/63.

Branco, C. (1936-1960) - *Estudos sobre o Teatro Romano*. 27 f. /Fundo Cassiano Branco/ Estudos Técnico-científicos. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CB/11/04.

Sousa, M.C. de (1798) – Planta nº1 [Primeiro levantamento das ruínas]. Coleção Cenáculo, Plantas Arquitectónicas/Assuntos Portugueses,Gaveta 8, pasta 1. Biblioteca e Arquivo Distrital Público de Évora.

Sousa, M.C. de (1798) – Planta nº2 [Monumento que se achou nas ruínas da parte do sul do convento dos Loyos em Lisboa a 36 palmos de fundo]. Coleção Cenáculo Plantas Arquitectónicas/Assuntos Portugueses, Gaveta 8, pasta 1. Biblioteca Arquivo Distrital Público de Évora.

Villas-Boas, Frei M. do C. (s.d.) – *Monumento que se achou nas ruínas da parte sul do convento dos Loios de Lisboa.* [Manuscrito]. Biblioteca Pública de Évora

BIBLIOGRAFIA

Abascal, J. M. ; Cebrián, R. (2009)- *Los viajes de José Cornide por España y Portugal de 1754 a 1801*. (Antiquaria Hispanica, 19 / Catálogo de manuscritos de la Real Academia de la Historia,4). Madrid: Real Academia de la Historia.

Almeida, D. F. (1966) - Notícia sobre o teatro de Nero, em Lisboa. *Lvcerna*. (Separata de Actas do IV Colóquio Portuense de Arqueologia). Porto: Edições "Maranus". 5, pp. 5-15.

Alarcão, J. (1982)- O Teatro romano de Lisboa. In *Actas del Simpósio El Teatro en la Hispânia Romana*. Badajoz: Institución Cultural Pedro de Valência, pp. 287-301.

Alves, P.M de A. (2011). *Relação entre o edifício e a malha urbana*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa.

As ruínas de um Teatro Romano de Nero na Rua de S. Mamede ao Caldas, devem ser desembaraçadas e conservadas cuidadosamente*. O Século*, de 19 de junho de 1960.

Azevedo, L. A. de (1815)- *Dissertação Critico-Filologico-Historica Sobre o verdadeiro anno, manifestas causas, e atendíveis circumstancias da erecção do Tablado e Orquestra do antigoTheatro Romano, descoberto na excavação da Rua de São Mamede perto do Castello desta cidade, com a intelligencia da sua Inscripção em honra de Nero, e noticia instructiva d'outras Memorias alli mesmo achadas, e atégora apparecidas*. Lisboa: Na Nova Impressão da Viuva Neves e Filhos.

Carvalho, A. de (1979) - *Os três arquitectos da Ajuda do "Rocaille" ao Neoclássico: Manuel Caetano de Sousa (1742-1802), José da Costa e Silva (1747-1819), Francisco Xavier Fabri (1761-1817)*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes.

Carvalho, M. de J.M. de, (1998) - *Cassiano Branco: a obra*. Dissertação de Mestrado em Teoria da Arquitectura, Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa. [Consult. 14 março, 1918]. Disponível em http://hdl.handle.net/11067/1317

Diogo, A. M. D. (1993) - O Teatro romano de Lisboa: Notícia sobre as actuais escavações. *Teatros Romanos de Hispania. Cuadernos de Arquitectura Romana* [Em linha]. 2, pp. 217-224. [Consult. 14 março, 1918]. Disponível em http://revistas.um.es/car

Castilho, J. de (1884) - *Lisboa Antiga: Segunda Parte: Bairros Orientais*, tomo I , Coimbra: Imprensa da Universidade.

Castilho, J. de (1939[2]) - *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Castilho, J. de (1906) - *O Século*. Lisboa:[s.n.], 25 de Julho. *É possível reconstruir o teatro romano que existiu em S. Mamede, ao Caldas - na opinião do arquitecto Cassiano. Diário de Lisboa*, de 25 de Junho de 1960.

Fabião, C. (1994) - Ler as Cidades Antigas: Arqueologia Urbana em Lisboa. *Penélope – fazer e desfazer a História* [Em linha]. 13, pp. 147-162. [Consult. 10 março, 1918]. Disponível em http://hdl.handle.net/10451/10874

Fabião, C. (2013) - Escavando entre papéis: sobre a descoberta, primeiros desaterros e destino das ruínas do teatro romano de Lisboa[Em linha]. *In* Pimentel , M.C. ; Alberto, P.F.(eds.), *Vir bonus peritissimus aeque. Estudos de homenagem a Arnaldo do Espírito Santo.* Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, pp.389-409. [Consult. 10 março, 1918]. Disponível em http://www.academia.edu/5176667/Escavando_entre_pap%C3%A9is_sobre_a_descoberta_primeiros_desaterros_e_destino_das_ru%C3%ADnas_do_teatro_romano_de_ Lisboa

Fernandes, L. (2007) - Teatro romano de Lisboa : os caminhos da descoberta e os percursos da investigação arqueológica. *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. IIª série. 15, pp. 28-39. [Consult. 18 março, 1918]. Disponível em https://www.academia.edu/5994934/Teatro_romano_de_Lisboa_os_caminhos_da_descoberta_e_os_percursos_da_investiga%C3%A7%C3%A3o_arqueol%C3%B3gica

Fernandes, L. (2013) - Teatro Romano de Olisipo: a marca do novo poder romano. In Arnaud, J.M.; Martins, A. ;Neves, C. (Coord. Edit.). *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp.765-773. [Consult. 18 março, 1918]. Disponível em http://www.academia.edu/5981894/ teatro_romano_de_olisipo_a_marca_do_novo_poder_romano

Gomes, P.V. (1991) - O Fazedor de Cidade. *Cassiano Branco uma obra para o Futuro*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa / Edições ASA.

Hübner, E. (1871) - *Noticias archeologicas de Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia.

Hauschild, T. (1990) - Das Römische Theater von Lissabon. Planaufnahme 1985-1988. *Madrider Mitteilungen*, 31. Mainz: Verlag Philipp von Zabern.

Leite, A. C.; Pereira, P. (1992) - Prospecto e planta das ruínas do teatro romano de Lisboa. In *Lisboa Subterrânea* (Catálogo de Exposição). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Electa, pp. 208-209.

Leite, A.C. (1998) - *Programa de Recuperação e Valorização do Teatro Romano* (Dactiloscrito). Museu de Lisboa, Centro de Documentação.

Leite, A.C.; Pato, H.B. (2014) - Um desenho inédito do Teatro de Olisipo nas colecções do Grupo Amigos de Lisboa. *Rossio. Estudos de Lisboa* [Em linha]. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses/DPC/DMC/CML. 4, pp 146- 161. [Consult. 1 março, 1918]. Disponível em https://issuu.com/gabinete.estudos.olisiponenses/docs/rossio_4_issuu

Lima, M. M. da C. (2014) - *Conceitos e atitudes de intervenção arquitetónica em Portugal (1755-1834)*. Tese de Doutoramento em História (Arte Património e Restauro). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. [Consult. 3 março, 1918]. Disponível em http://hdl.handle.net/10451/10741

Lima, M.C. (2017)- Cartas pela salvaguarda do património no Portugal das Luzes : testemunhos de Frei Manuel do Cenáculo e de Francisco Xavier Fabri. *CEM, Cultura, Espaço e Memória*. 8, pp. 177 - 185. [Consult. 2019]. Disponível em http://ojs.letras.up.pt/index.php/CITCEM/article/view/4669

Maciel, M. J. (1995) - A Arte da Época Clássica (Séculos II a,C. – II d.C). In Pereira, P., dir. - *História da Arte Portuguesa.* Lisboa: Círculo de Leitores. I, pp. 79-101.

Maciel, M. J. (2006) - Do teatro grego ao teatro romano de Lisboa. *Revista de História da Arte*. Lisboa: Edições Colibri /Instituto de História da Arte – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. 2, pp. 13-21.

Martins, A. C. (2006) - O Teatro Romano de Lisboa. A fugacidade da *Mnemosine* na Lisboa pós-terramoto ou a (in)diferença portuguesa. *In Catástrofe, memória e arte: 1755 / Colóquio ACT 14*. Lisboa: Colibri, Centro de Estudos Comparatistas, pp.145-153.

Martins, R. (1906) - Um Teatro Romano na Rua de S. Mamede. *Ilustração Portugueza*. Lisboa: Empreza do Jornal O Seculo. 2ª série. II: 29. 10 de setembro de 1906, pp 185 -190.

Moita, I. (1970) - O Teatro Romano de Lisboa. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. XXX. 124: 5, pp. 7-37.

Moita, I. (1985) - Problemas da Lisboa Romana. A Recuperação do Teatro de Olisipo. *In Arqueología de las Ciudades Modernas Superpuestas a las Antiguas* (Zaragoza, 1983). Madrid: Ministerio de la Cultura, pp. 285-302.

Moita, I. (1995)- Notícia de Novos Achados e Documentos Referentes ao Teatro Romano. In *Estudos de Arte e História. Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*. Lisboa: Veja, pp. 372-377.

Ramos, P. O. (2014) - The Royal Decree of 1721 and the Ephemeral Archaeological Collection of the Royal Academy of Portuguese History. *Journal of History of Collections*. Oxford: Oxford University Press. 26: 2, pp. 223-227. [Consult. 20 mar. 2018]. Disponível em https://academic.oup.com/jhc/article-abstract/26/2/223/747812

Ramos, P. O. (2015) - Robert Bisset Scott e os seus "Romain Remains at Lisbon". *Revista de Estudos Anglo- Portugueses*. Lisboa: Centre for English, Translation and Anglo-Portu×guese Studies, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Fundação para a Ciência e a Tecnologia. 24, pp. 177 -186. [Consult. 19 mar. 2018]. Disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/16430/1/REAP24.pdf

Rodrigues, A. V. (1987) - O teatro Romano de Felicitas Julia (Lisboa). Suplemento de *Ingenium*. Lisboa: Ordem dos Engenheiros. Dezembro.

Ruders, C. I. ([1798-1802] 1981) – In Chaves, C. B., pref.; Feijó, A., trad. - *Viagem em Portugal*, 1798-1802. Lisboa: Biblioteca Nacional.

Scott, R. B. (1832) - Roman Remains at Lisbon. *Gentleman's Magazine*. London: [s.n.]. 102. January-June, pp. 291-296. [Consult. 19 mar. 2018]. Disponível em https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=hvd.hw29a6&view=1up&seq=313

Segundo Supplemento à Gazeta de Lisboa (1798). Lisboa: Regia Officina Typografica. XXVII, Sabbado, 7 de Julho.

Segundo Supplemento à Gazeta de Lisboa (1799). Lisboa: Regia Officina Typografica. VI, Sabbado, 9 de Fevereiro.

Silva, A. V. da (1939 [2]) - *A cêrca moura de Lisboa: estudo histórico descritivo*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Silva, A. V. da (1944) - *Epigrafia de Olisipo :Subsídios para a História da Lisboa Romana*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Silva, A. V. da (1947) – Lisboa Romana. In Sequeira, G. de M., coord. - *Lisboa: Oito Séculos de História*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa / Publicações Comemorativas do 8º Centenário da Tomada de Lisboa aos Moiros, pp. 68-75.

Silva, I. F. de (1860) - *Dicionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Silva, P.B. da (1997)- *O Teatro Romano de Lisboa : à procura da sua estrutura nos Dez Livros de Arquitectura de Vitrúvio*. Dissertação de Mestrado em Teoria da Arquitectura. Lisboa, Universidade Lusíada.

Silva, R.M.B. da (2005) - *"Marcas de oleiro" em terra sigillata da Praça da Figueira (Lisboa): contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a.C. - séc. II d.C.)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia - Arqueologia Urbana. Universidade do Minho. [Consult. 1 mar. 2018]. Disponível em http://hdl.handle.net/1822/8130

Silva, R.M.B. da (2012) - *As «Marcas de Oleiro» na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa*. Tese de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. [Consult. 1 mar. 2018]. Disponível em http://hdl.handle.net/10362/9472

Sousa, L. P. de (1923) - *O terramoto do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal ….* Lisboa: Serviços Geológicos / Tipografia do Comércio. III, pp. 480-949.

Supplemento à Gazeta de Lisboa (1798). Lisboa: Regia Officina Typografica. XLVII, sesta feira, 23 de Novembro

Teixeira. J. de M. (2012) - *José da Costa Silva (1747-1819) e a receção do neoclassicismo em Portugal: a clivagem de discurso e a prática arquitetónica*. Tese de Doutoramento em História. Universidade Autónoma de Lisboa. [Consult. 10 março, 1918]. Disponível em http://hdl.handle.net/11144/305

#4 A EPIGRAFIA DE *OLISIPO* NA CORRESPONDÊNCIA EPISTOLAR ENTRE EMÍLIO HÜBNER E JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS.

PEDRO MARQUES † I DGE; UNIARQ/FL/UL; IPAEHI

RESUMO

Emílio Hübner foi um epigrafista alemão, autor do segundo volume da importante obra *Corpus Inscriptionum Latinarum*, dedicado à Península Ibérica. José Leite de Vasconcelos foi epigrafista e fundador do actual Museu Nacional de Arqueologia.

A correspondência epistolar trocada entre estas duas personalidades revela-nos uma profícua relação científica que se consubstanciou num conjunto de epístolas. A correspondência iniciou-se em 1888, com uma missiva de Hübner, e terminou em 1900, com uma epístola de Leite de Vasconcelos, distribuindo-se regularmente por todo esse período, à excepção de 1889. O tema mais referido neste conjunto documental foi a Epigrafia, especificamente a Epigrafia latina, seguida da paleocristã.

Neste âmbito, a epigrafia da *urbs* de *Olisipo* também foi abordada. A primeira referência consistiu na aquisição de duas inscrições da cidade romana por Leite de Vasconcelos para o Museu Etnográfico Português, no ano de 1896. Dois anos depois foram realizadas novas descobertas. Duas epígrafes foram encontradas no Largo de São Domingos, no âmbito dos trabalhos de construção do Elevador de São Sebastião da Pedreira. Um terceiro monumento epigráfico foi identificado no Castelo de São Jorge. Leite de Vasconcelos forneceu os textos epigráficos a Hübner.

No presente estudo procedemos à análise destas inscrições, averiguando as várias hipóteses de trabalho que os dois investigadores colocaram, não apenas na correspondência referida e naturalmente nas suas publicações, mas também noutros manuscritos.

As nossas leituras não diferem muito das lições anteriores. Ao invés têm em consideração as quebras e falhas dos suportes, assim como optamos pelos caracteres efectivamente grafados. Na epígrafe MNA n.º E 6326 propomos *Marcus Loreius*, ao invés de *Amoena*. No monumento epigráfico MNA n.º E 6324, excluímos a forma antroponímica *Aspero*.

Palavras-Chave: História da Epigrafia; (Re)leituras epigráficas; Forma da letra I; *Marcus Loreius*; *Aspero.*

ABSTRACT

Emil Hübner was a German epigraphist, author of the second volume of the important work *Corpus Inscriptionum Latinarum*, dedicated to the Iberian Peninsula. José Leite de Vasconcelos was an epigraphist and founder of the current National Museum of Archeology.

The epistolary exchanged between these two personalities reveal us a fruitful scientific relationship that has been embodied in a set of epistles. The correspondence began in 1888, with a letter from Hübner, and ended in 1900, with an epistle of Leite de Vasconcelos, being distributed regularly throughout this period, with the exception of 1889. Epigraphy was the most mentioned theme in this epistolary, specifically Latin Epigraphy, followed by Paleochristian Epigraphy.

In this context, epigraphy of the *urbs* of *Olisipo* was also approached. The first reference consisted in the acquisition of two inscriptions from the Roman city by Leite de Vasconcelos for the Portuguese Ethnographical Museum, in 1896. Two years later, new discoveries were made. Two epigraphs were found in Largo de São Domingos, as part of the construction of São Sebastião da Pedreira's elevator. A third epigraphic monument was identified in Castelo de São Jorge. Leite de Vasconcelos provided the epigraphic texts to Hübner.

In the present study, we proceeded to the analysis of these inscriptions, investigating the various hypotheses of work that the two researchers put foward, not only in the correspondence mentioned and of course in their publications, but also in other manuscripts.

Our readings do not differ much from previous lessons. Instead they take into account the breaks and faults of the stones, just as we choose the characters actually written. In MNA n. E 6326 epigraph we propose *Marcus Loreius*, instead of *Amoena*. In MNA n. E 6324 epigraphic monument, we exclude the anthroponym form *Aspero*.

Keywords: History of Epigraphy; Epigraphic (re) readings; Shape of letter I; *Marcus Loreius*; *Aspero.*

1| INTRODUÇÃO

A correspondência epistolar revela-nos informações muito importantes e interessantes em relação à construção do conhecimento, assim como sobre os próprios intervenientes, pois falam na primeira pessoa. A correspondência trocada entre Emílio Hübner e José Leite de Vasconcelos não é excepção, detendo um valor extraordinário no âmbito da História da Epigrafia, na medida em que foram dois investigadores ímpares na construção desta ciência em Portugal. As relações mantiveram-se sempre num plano profissional.

A epigrafia constitui o assunto mais abordado neste conjunto epistolar, destacando-se a epigrafia latina. A epigrafia da *urbs* de *Olisipo* marca presença, embora com poucas referências, sempre relacionadas com os trabalhos de Leite de Vasconcelos. Em 1896, conseguiu adquirir duas inscrições para o Museu Etnográfico Português, transmitindo este feliz acontecimento a Hübner. No ano de 1898 apareceram três epígrafes inéditas, duas no Largo de São Domingos e uma no Castelo de São Jorge, igualmente adquiridas para as colecções do referido Museu.

Na defesa da dissertação do nosso doutoramento, José d'Encarnação sugeriu-nos regressar a um monumento epigráfico de *Olisipo*, de modo a esclarecer uma letra. Esta nova análise motivou o retorno a outras inscrições, com os consequentes aperfeiçoamentos e rectificações de leituras. Por conseguinte, propomo-nos neste trabalho a abordar as cinco epígrafes da *urbs* de *Olisipo* referidas na correspondência, apresentando as nossas opções de leitura, com o objectivo de contribuir para um maior e mais apurado conhecimento da cidade.

2| OS CORRESPONDENTES

Emílio Hübner (Düsseldorf, 7 de Julho de 1834 – Berlim, 21 de Fevereiro de 1901) formou-se em Filologia em Bona. No ano de 1855, iniciou a colaboração no projecto do *Corpus Inscriptionum Latinarum*, no Instituto de Correspondência de Roma. Na sua sequência, foi nomeado responsável dos volumes dedicados à Hispânia e à Britânia (*CIL* II; *IHC*; *CIL* VII; *IBC*; *CIL* II – *S*; *IHC* – *S*; *MLI*).

No âmbito das suas investigações, compilou e estudou a bibliografia existente e examinou presencialmente os monumentos epigráficos, corrigindo leituras. As curtas estadias na Península Ibérica, nos anos de 1860-1861, 1881, 1886 e 1889, não foram suficientes para realizar todo o trabalho necessário. Assim, confiou em investigadores peninsulares para o actualizar em termos de leituras ou sobre as

novidades. Os contactos que estabeleceu foram imprescindíveis para a concretização dos seus trabalhos epigráficos, de modo a garantir a realização de obras o mais completas e abalizadas possível (*v.g.* Cardozo, 1947; Figueiredo, 1948; Miranda Valdés, Gimeno Pascual e Sánchez Medina, 2011; Marques, 2016, pp. 377-467). Neste âmbito de relações científicas, inscreve-se igualmente a correspondência epistolar trocada com Leite de Vasconcelos (Marques, no prelo; Marques, 2016, pp. 64-271).

A publicação do *Corpus Inscriptionum Latinarum* II, e também de *Inscriptiones Hispaniae Christianae*, respectivos suplementos (*Corpus Inscriptionum Latinarum* II *Supplementum* e *Inscriptionum Hispaniae Christianarum Supplementum*) e *additamenta* publicados em vários volumes do periódico *Ephemeris Epigraphica*, o último a título póstumo por Hermann Dessau, e ainda de *Monumenta Linguae Ibericae*, modificou e impulsionou os estudos epigráficos, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento da ciência epigráfica na Península Ibérica (*CIL* II; *IHC*; *EE* I; *EE* IIa; *EE* IIb; *EE* IIIa; *EE* IIIb; *EE* IV; *CIL* II – *S*; *MLI*; *EE* VIII; *IHC* – *S*; *EE* IX – I; *EE* IX; Marques, 2016, pp. 24-29, 374-377).

José Leite de Vasconcelos Cardoso Pereira de Melo (Ucanha, 7 de Julho de 1858 – Lisboa, 17 de Maio de 1941) formou-se em Medicina no Porto, exercendo apenas durante seis meses no Cadaval.

A ida para a Biblioteca Nacional, no final do ano de 1887, como conservador, permitiu-lhe dedicar-se às investigações que tanto o apraziam. Nesta instituição, foi professor da cadeira de Numismática do Curso de Bibliotecário-Arquivista até ao ano lectivo de 1910-1911. No ano de 1893 fundou o Museu Etnográfico Português, actual Museu Nacional de Arqueologia do Dr. José Leite de Vasconcelos, tendo sido nomeado seu director. Dois anos depois, em 1895, a instituição foi dotada de um periódico próprio, *O Arqueólogo Português*, dedicado à Arqueologia. Anteriormente, em 1887, tinha fundado a *Revista Lusitana*, dedicada principalmente à Etnografia e Filologia. As viagens que realizou por todo o país, assim como os contactos que estabeleceu, foram fundamentais para o desenvolvimento das suas investigações e permitiram-lhe a aquisição de inúmeras peças para o Museu (Vasconcelos, ed., 1887-…; Vasconcelos, ed., 1895-…).

Em 1911, Leite de Vasconcelos trocou a sua posição na Biblioteca Nacional pelo cargo de professor na Universidade de Lisboa, leccionando um vasto conjunto de cadeiras. Foi o primeiro professor universitário de Epigrafia, entre 1913 e 1929, com uma breve interrupção em 1928.

A sua obra *Religiões da Lusitânia* constituiu o primeiro estudo exaustivo e metódico do tema. Nos segundo e terceiro volumes, editados em 1905 e 1913, respectivamente, o autor baseou-se principalmente nas fontes epigráficas, utilizando-as, de uma forma inovadora, como fontes históricas (Vasconcelos, 1897; Vasconcelos, 1905; Vasconcelos, 1913; Marques, 2016, pp. 327-333).

3| A CORRESPONDÊNCIA EPISTOLAR[1]

Entre Hübner e Leite de Vasconcelos desenvolveu-se uma profícua relação científica, materializada num conjunto epistolar bastante considerável. Subsistem 53 cartas da autoria de Hübner e 58 epístolas da mão de Leite de Vasconcelos. A estes documentos acrescentamos as missivas em paradeiro desconhecido e as extraviadas. De Hübner, desconhecemos o paradeiro de sete cartas e consideramos terem-se extraviado seis epístolas. De Leite de Vasconcelos, contabilizámos oito missivas em paradeiro desconhecido (Marques, no prelo).

A correspondência iniciou-se no dia 21 de Abril de 1888, com uma carta de Hübner, pensamos na sequência do primeiro artigo de epigrafia de Leite de Vasconcelos, que versava sobre cinco inscrições de Duas Igrejas, Miranda do Douro. Terminou com a epístola de 18 de Dezembro de 1900, de Leite de Vasconcelos, cerca de dois meses antes do falecimento de Hübner (Vasconcelos, 1887-1889, pp. 67-68; Marques, no prelo, n.ºs 1, de 21/04/1888, 111, de 18/12/1900).

O volume de correspondência foi pouco variável ao longo dos anos, excepto em 1895, 1897 e 1898, anos em que se verificou um forte aumento. Apenas não se registou qualquer troca de missivas no ano de 1889 (Marques, no prelo; Marques, 2016, pp. 41-42).

A documentação epistolar apresenta um leque variado de assuntos (Marques, no prelo; Marques, 2016, pp. 272-348).

[1] Sobre as várias características da correspondência trocada entre Hübner e Leite de Vasconcelos *vide* Marques, 2016, pp. 34-61, 272-348. O *corpus* de correspondência epistolar foi posteriormente corrigido em Marques, no prelo, devido ao aparecimento de uma nova carta. Uma vez que nesta última obra transcreve-se todos os manuscritos, efectuaremos as referências do presente artigo por aqui (Manuscritos: Coito, 1999, p. 129, n.º 1619, Mss. 10446-10497, de 21/04/1888 a 11/07/1900; SMS, ed., s.d., vol. II, Mss. 12-67, de sem data a 18/12/1900).

A Epigrafia destaca-se em termos de referências, com 57%. Este volume relaciona-se decerto com os objectivos principais de Hübner, no âmbito da realização e actualização dos *corpora* de epigrafia peninsular. Os interesses de Leite de Vasconcelos são bastante mais variados, o que contribuiu para a presença de vários assuntos (Marques, 2016, pp. 272-348).

A Epigrafia latina constituiu a temática epigráfica mais abordada, estando presente em todos os anos. Na nossa opinião, o primeiro contacto, por Hübner, foi motivado pela necessidade de esclarecer uma dúvida relativa a uma inscrição de Duas Igrejas, urgência redobrada pelo facto de o sábio alemão se encontrar nesse momento a escrever o capítulo do *Supplementum* onde a epígrafe deveria ser englobada (Vasconcelos, 1887-1889, p. 68, n.º 4; *CIL* II – *S* 5659; Marques, no prelo, n.º 1, de 21/04/1888; Marques, 2016, pp. 272-313, 551-552).

A Epigrafia paleocristã consistiu o segundo tema de Epigrafia mais referido na correspondência. Está presente nos anos de 1893, 1895, e 1897-1900, avolumando-se exponencialmente nos anos de 1895 e 1897. Este aumento relaciona-se com a publicação de um artigo de Hübner no *Arqueólogo Português*, no qual estudou inscrições paleocristãs do sul de Portugal, e com o pedido de ajuda de Hübner para a correcção e actualização do *Inscriptionum Hispaniae Christianarum Supplementum*, solicitação que foi imediatamente aceite por Leite de Vasconcelos (*IHC* – *S*; Marques, no prelo, n.ºs 37A, de 14/04/1895 (= Hübner, 1895, pp. 177-182), 65, de 08/04/1897; Marques, 2016, pp. 272-303, 334-343).

No que respeita à epigrafia latina da *urbs* de *Olisipo*, a sua presença verifica-se nos anos de 1896 e 1898-1899 (Marques, no prelo, n.ºs 51, de 22/04/1896, 95, de 05/12/1898, 95*, 96, de 11/12/1898, 97, de 03/03/1899; Tabela 1). Antes, em 1895, havia sido referida a descoberta de uma inscrição latina de Caparide, Cascais, território pertencente ao *ager* de *Olisipo* (Marques, no prelo, n.º 43, de 20/07/1895; Tabela 1). Nos anos de 1896 e 1897, são abordados dois monumentos epigráficos paleocristãos de Chelas, no âmbito da obra *Inscriptionum Hispaniae Christianarum Supplementum* (*IHC* – *S*; Marques, no prelo, n.ºs 65, de 08/04/1897, 67, de 08/05/1897, 68, de 15/05/1897, 69, de 17/05/1897, 71, de 01/06/1897, 72, de 02/06/1897, 74, de 20/06/1897; Tabela 1).

Epigrafia de *Olisipo* na Correspondência Epistolar			
Marques, no prelo, n.º	**Data da Carta**	**Autor da Carta**	**Assunto**
43	20/07/1895	Leite de Vasconcelos	Inscrição latina de Caparide, Cascais
51	22/04/1896	Leite de Vasconcelos	Inscrições latinas de Lisboa
65	08/04/1897	Hübner	Inscrições paleocristãs Lisboa
67	08/05/1897	Leite de Vasconcelos	Inscrições paleocristãs Lisboa
68	15/05/1897	Hübner	Inscrições paleocristãs Lisboa
69	17/05/1897	Hübner	Inscrições paleocristãs Lisboa
71	01/06/1897	Hübner	Inscrições paleocristãs Lisboa
72	02/06/1897	Leite de Vasconcelos	Inscrições paleocristãs Lisboa
74	20/06/1897	Hübner	Inscrições paleocristãs Lisboa
95	05/12/1898	Leite de Vasconcelos	Inscrições latinas de Lisboa
95*	?	Leite de Vasconcelos	Inscrições latinas de Lisboa
96	11/12/1898	Hübner	Inscrições latinas de Lisboa
97	03/03/1899	Leite de Vasconcelos	Inscrições latinas de Lisboa

Tabela 1 - Epigrafia de Olisipo na correspondência epistolar trocada entre Hübner e Leite de Vasconcelos

4| A EPIGRAFIA LATINA DE OLISIPO

4.1| O ANO DE 1896

A primeira referência à epigrafia latina de *Olisipo* na correspondência epistolar trocada entre Hübner e Leite de Vasconcelos consistiu apenas na notícia de aquisição de duas inscrições pelo Museu Etnográfico Português. Leite de Vasconcelos escreveu, em carta de 22 de Abril de 1896: "Ha dias obtive para o Museu as duas lapides publicadas no *CIL* II, 206 (*Supplementum.* nº. 5219) e 220." (Marques, no prelo, n.º 51, de 22/04/1896). Desconhecemos uma resposta de Hübner.

Na sequência da entrada das duas epígrafes no Museu, Leite de Vasconcelos registou o facto no *Arqueólogo Português*. Referiu somente a obtenção e agradeceu à Companhia do Crédito Predial Português a oferta (Vasconcelos, 1896, pp. 160, 166-167). Não identificámos qualquer análise a estes monumentos epigráficos na documentação publicada e manuscrita deste autor, considerando apenas que pertenceriam a columbários, no terceiro volume das *Religiões da Lusitânia* (Vasconcelos, 1913, p. 392, nota 3). Hübner registou no volume VIII da *Ephemeris Epigraphica* a entrada no Museu. Enganou-se contudo numa referência, colocando "207" em vez de "220" (*EE* VIII 206, 207).

As duas inscrições eram conhecidas desde 1797. Gama Xaro publicou-as no terceiro volume dos *Annaes de Sociedade Archeologica Lusitana* e Levy Maria Jordão inseriu-as no seu livro *Portugalliae Inscriptiones Romanae*. Tal como referido na missiva de Leite de Vasconcelos, foram editadas no *Corpus Inscriptionum Latinarum* II, tendo uma delas – *CIL* II 206 – sido rectificada no *Supplementum* – *CIL* II – *S* 5219 –. A epígrafe *CIL* II 220 teria sido observada pelo próprio Hübner, uma vez que registou "ubi vide"[2] na sua obra (*CIL* II 206 (=*CIL* II – *S* 5219), 220).

A rectificação de *CIL* II 206 ocorreu na sequência dos trabalhos de Borges de Figueiredo. Este investigador analisou as inscrições e efectuou novos decalques, lendo o texto epigráfico de forma um pouco diversa. Correspondente de Hübner, enviou-lhe um decalque, talvez juntamente com a carta de 7 de Março de 1887 (SMS, ed., s.d., vol. I, Ms. 85, de 07/03/1887). Hübner indicou este envio e seguiu a nova leitura no *Supplementum*, editada entretanto na *Revista Archeologica e Historica* (Figueiredo, 1887, pp. 5-6; *CIL* II – *S* 5219).

4.1.1| MNA N.º E 6305 (CIL II 206(=CIL II – S 5219)) E MNA N.º E 6325 (CIL II 220)

As diferenças entre *CIL* II 206 e Borges de Figueiredo, seguido em *CIL* II – *S* 5219, localizam-se nas quinta e sexta linhas e não alteram o texto. Inicialmente lera-se *COGNATO OP*(*timo*) / *F . CVR*, corrigindo Borges de Figueiredo para *COGNATO OPTI* / *. FAC CVR . .* Esta leitura foi mantida por todos os autores sequentes, à excepção de alguns pontos de separação. José Vives foi o único que não considerou as divisões nas primeira, segunda, quarta e quinta regras (*CIL* II 206 (=*CIL* II – *S* 5219); Figueiredo, 1887, pp. 5-6; *EO* 65; Lambrino, 1951, pp. 48-50, n.º 9; Lambrino, 1953, pp. 39-40, nota 63; *ILER* 4794).

Uma vez que subsistem quebras na pedra, preferimos *COGNAṬO OPṬḭ* / *FAĊ*, nas quinta e sexta linhas, corrigindo assim a nossa leitura anterior. Na restante sexta regra, a quebra abarcou a totalidade da letra. No entanto, é evidente que o caracter em falta é um *C*, pertencente à fórmula frequente *faciedum curauit*: *FAĊ* [*C*] *V̇R* (Marques, 2016, p. 573. Foto *in* DGPC, ed., s.d.).

Leitura (MNA n.º E 6305): *D*(*iis*) . *M*(*anibus*) . / *CAECILIVS OP*/*TATINVS* . *AN*(-*norum*) *XXXVII* (*triginta septem*) / *H*(*ic*) . *S*(*itus*) *E*(*st*) . *IVL*(*ia*) . *ORNE* / *COGNAṬO* . *OPṬḭ*(*mo*) / *FAĊ*(*iendum*) [*C*] *V̇R*(*auit*) .

[2] Tradução: "onde vi".

CIL II 220 tem sido lido de forma semelhante pelos vários autores, à excepção de alguns pontos de separação. José Vives não registou o nexo no final da segunda linha. Tendo em consideração uma falha na pedra, que afecta um caracter na segunda regra, Cardim Ribeiro actualizou a leitura para *SEVḶRA*. Actualizamos para *SEVḶRẠ*, assim como para *FEĊIT* na última linha, pois tem em conta as falhas existentes (*CIL* II 220; Figueiredo, 1887, pp. 5-6; *EO* 66; Lambrino, 1951, pp. 48-50, n.º 10; Lambrino, 1953, pp. 39-40, nota 63; *ILER* 4024; Ribeiro, ed., 2002, p. 545, n.º 285. Foto *in* DGPC, ed., s.d.).

Leitura (MNA n.º E 6325): *D*(*iis*) . *M*(*anibus*) / *IVL*(*ia*) . *SEVḶRẠ AN*(*norum*) / *LV* (*quinquaginta quinque*) . *H*(*ic*) . *S*(*ita*) . *E*(*st*) . *IVL*(*ia*) / *ORNE* . *MATRI* . / *PIENTISSIMAE* / (*hedera*) *FEĊIT* (*hedera*) .

A investigação analisou o género do antropónimo *IVL ORNE*, patente em ambos os monumentos, de forma diversa. Alguns investigadores consideraram tratar-se do masculino e outros defenderam o feminino. Hübner, Lambrino e Cardim Ribeiro desdobraram no feminino: *IVL*(*ia*) *ORNE*. Borges de Figueiredo e Vieira da Silva consideraram o masculino: *IVL*(*ius*) *ORNE* (*CIL* II 206 (=*CIL* II – *S* 5219), 220; Figueiredo, 1887, pp. 5-6; *EO* 65, 66; Lambrino, 1951, pp. 48-50, n.ºs 9 e 10; Lambrino, 1953, pp. 39-40, nota 63; *ILER* 4024, 4794; Ribeiro, ed., 2002, p. 545, n.º 285).

O *cognomen Orne* encontra-se atestado somente nestas duas inscrições, no âmbito da epigrafia latina do Império Romano. É aparentado aos nomes gregos iniciados por *Orne-* e *Orni-*, comprovados na epigrafia grega. Concordamos com Cardim Ribeiro, pelo que desdobramos em *IVL*(*ia*) *ORNE* (Pape e Benseler, 1959, vol. 2, p. 1074; Ribeiro, ed., 2002, p. 545, n.º 285)

4.2| OS ANOS DE 1898 E 1899

O *corpus* de *Olisipo* foi enriquecido com três inscrições no ano de 1898. Duas epígrafes apareceram no Largo de São Domingos, no âmbito dos trabalhos de construção do Elevador de São Sebastião da Pedreira. O terceiro monumento epigráfico foi descoberto no Castelo de São Jorge, por Vieira da Silva ou por Mesquita de Figueiredo. Leite de Vasconcelos efectuou as diligências necessárias, logrando adquiri-las para o Museu Etnográfico Português (Vasconcelos, 1899-1900, pp. 173, n.º 9, 283-284, n.ºs 1 e 2; *EE* IX 24, 26-27; Silva, 1937, pp. 53-54; Figueiredo, 1948, pp. 25-26, 28-30; Marques, 2016, pp. 573-574).

Na missiva de 5 de Dezembro de 1898, Leite de Vasconcelos informou Hübner das descobertas, prometendo enviar mais informações depois. Registou na epístola: "Tem apparecido em Lisboa algumas inscripções romanas, de que para outra vez darei conhecimento a V. E., que hoje não posso, por ser já tarde, e eu estar cheiissimo de trabalho." (Marques, no prelo, n.º 95, de 05/12/1898).

Apesar do muito trabalho, e refira-se que esta desculpa está presente ao longo de toda a correspondência para justificar o permanente atraso no envio de textos epigráficos (cf. Marques, no prelo, *passim*; Marques, 2016, *passim*), Leite de Vasconcelos terá enviado as informações pouco depois, uma vez que em carta de 11 de Dezembro de 1898 Hübner comentou-os. Lê-se na missiva de Hübner: "As três inscrições novas de Lisboa já não são de maior importância, mas ainda assim valem como acréscimo para o nosso conhecimento da cultura romana na sua bonita cidade. A última linha na inscrição de *Lucretia Patricia* significa talvez *i*(*psa*, ou *ipsi*) *v*(*iva*) *p*(*osuit*); estas letras singulares parecem-me sempre recentes. N.º 3: [*C. Lu*]*tatio / Aspro*? Completamente novo para mim é no n.º 2 o nome que começa com *Somi*; Eu bem queria ver uma reprodução em papel desta pedra."[3] (Marques, no prelo, n.º 96, de 11/12/1898).

O desejo de Hübner em obter uma cópia da terceira epígrafe, ou porventura das três, foi atendido, como se comprova pela epístola de Março de 1899. Leite de Vasconcelos escreveu na carta: "Desculpe V. Ex.ª o meu atraso. É que eu vou partir dentro de pouco tempo de Portugal, eu estou agora muito ocupado, porque eu desejo deixar as minhas coisas em ordem. Por isso enviei-lhe também tão tarde as inscrições de Lisboa."[4] (Marques, no prelo, n.º 97, de 03/03/1899).

Hübner não atribuiu grande importância aos textos epigráficos, o que na nossa opinião se deve a vários aspectos da epigrafia de *Olisipo*. Todavia, considerava-os necessários para o conhecimento da cidade.

De facto, Hübner registou 103 monumentos no *corpus* epigráfico da *urbs*, sendo que a maioria – 79 – era de cariz funerário, tal como duas inscrições enviadas por Leite de Vasconcelos. O texto da terceira epígrafe não permitia uma leitura clara (*CIL* II 173-257, 4991-5006, 5099 (Funerárias: *CIL* II 192-256, 4994-5006); Vasconcelos, 1899-1900, p. 173, n.º 9, pp. 283-284, n.ºs 1-2; *EE* IX 24, 26-27; Marques, no prelo, n.º 96, de 11/12/1898).

[3] Nossa tradução do original em alemão.

[4] Nossa tradução do original em alemão.

Comparando as informações patentes nos três monumentos epigráficos remetidos por Leite de Vasconcelos com as 79 inscrições conhecidas previamente, conclui-se o seguinte, sistematizado na tabela 2. A invocação aos deuses Manes estava presente em 23 epígrafes. A indicação da idade do defunto estava registada em 32 monumentos epigráficos. O substantivo *maritus* atestava-se em quatro inscrições, incluindo o fragmento onde se lia […]*arito*. O adjectivo *piissimus/-a* comprovava-se uma vez no masculino e outra vez no feminino. A fórmula *faciendum curauit* era conhecida em sete epígrafes. A fórmula composta pelos três vocábulos *i*(*psa/-i*) *u*(*iua*) *p*(*osuit*) não ocorria em *Olisipo*, mas apenas *posuit* em quatro monumentos epigráficos (*CIL* II 192-256, 4994-5006; Vasconcelos, 1899-1900, p. 173, n.º 9, pp. 283-284, n.ºs 1-2; *EE* IX 24, 26-27; Marques, no prelo, n.º 96, de 11/12/1898; Tabela 2).

Epigrafia Funerária de *Olisipo*						
CIL II	*Diis Manibus Sacrum*	*Annorum*	*Maritus*	*Piissimus/-a*	*Faciendum Curauit*	*Posuit/Poni*
193	x					
197			x			
201	x	x	x			x
205	x	x				
206	x	x			x	
210	x					
211	x	x				
212					x	
213	x	x			x	
214		x			x	
216		x				
219	x	x				
220	x	x				
222a		x				
222b		x				
229	x	x				
230	x					
231	x	x				
232		x				
234	x	x		x		x
235	x	x				x
238	x	x				x
239		x				
245	x					
246	x	x			x	
248	x	x				
250		x				
251	x	x	x			

Epigrafia Funerária de *Olisipo*						
***CIL* II**	***Diis Manibus Sacrum***	***Annorum***	***Maritus***	***Piissimus/-a***	***Faciendum Curauit***	***Posuit/Poni***
253	x	x			x	
254		x				
4994				x		
4995		x				
4996		x			x	
4997		x				
4998	x	x				
5001		x				
5003	x	x				
5005	x	x				
5006		x	?			
***EE* IX**						
24		x	x	x	x	
26	x	x				x

Tabela 2 - Quadro síntese de algumas características da epigrafia funerária de Olisipo

A onomástica registava as principais diferenças, uma vez que os antropónimos gravados em duas inscrições enviadas por Leite de Vasconcelos – *Lucretius/-a*, *Patricius/-a*, *Calventius/-a*, *Iulianus/-a*, *Asper* – não estavam atestados na *urbs*. Contudo, existiam na Hispânia. No próprio *ager* de *Olisipo* comprovavam-se dois antropónimos, subsistindo uma vez *Lucretia* e em três textos *Iulianus/-a* (*CIL* II 267, 272, 5011, pp. 719, 726, 734, 739, 741; *CIL* II – *S* 5226, pp. 1058, 1066, 1078, 1085, 1088). Quanto ao nome percebido na terceira epígrafe, de difícil leitura, ainda não se conhece actualmente antropónimos iniciados por *Somi-* (cf., *v.g.*, *CIL* II; *CIL* II – *S*; *NPH*; Solin e Salomies, 1994; *AALR*). Esta lição foi corrigida depois para *Cominius* ou *Cominia*, como se analisa *infra*.

4.2.1| MNA N.º E 6311 (EE IX 26)

A leitura de uma inscrição proveniente do Largo de São Domingos conheceu algumas diferenças no início da segunda e na quarta linhas (Vasconcelos, s.d.a; Vasconcelos, 1899-1900, p. 173, n.º 9; *EE* IX 26; Vasconcelos, 1927-1929, p. 218, n.º 11; *EO* 110; Lambrino, 1951, pp. 50-51, n.º 11; Ribeiro, ed., 2002, p. 544, n.º 283; Marques, 2016, pp. 574-576).

No início da segunda regra, praticamente todos os autores reconheceram a letra *L* (*EE* IX 26; *EO* 110; Lambrino, 1951, pp. 50-51, n.º 11; Ribeiro, ed., 2002, p. 544, n.º 283; Marques, no prelo, n.º 96, de 11/12/1898). Somente Leite de Vasconcelos considerou de forma diversa. Ainda que no primeiro artigo tenha editado a letra *L*, na segunda publicação e num manuscrito regista-se a lição *I*

(Vasconcelos, s.d.a; Vasconcelos, 1899-1900, p. 173, n.º 9; Vasconcelos, 1927-1929, p. 218, n.º 11). Anteriormente observámos o caracter *L* (Marques, 2016, pp. 575-576). No entanto, a existência de linhas auxiliares em todo o campo epigráfico induz-nos a considerar o traço horizontal que permitiria tornar o *I* num *L* como parte da linha auxiliar (Foto *in* DGPC, ed., s.d.). O *I* teria o valor de *L*, pois inicia o *nomen Lucretia*.

No mesmo vocábulo existem outras letras constituídas apenas por traços verticais, a saber, os quinto, sexto e sétimo caracteres. Deste modo, Leite de Vasconcelos, seguido por Lambrino e Cardim Ribeiro, leu *III*, com o significado de *ETI*, na acepção de o *I* valer por *T* (Vasconcelos, s.d.a; Vasconcelos, 1899-1900, p. 173, n.º 9; Vasconcelos, 1927-1929, p. 218, n.º 11; Lambrino, 1951, pp. 50-51, n.º 11; Ribeiro, ed., 2002, p. 544, n.º 283, com foto). Vieira da Silva editou unicamente *ETI* (*EO* 110). Hübner, apesar de na sua carta a Leite de Vasconcelos ter escrito *Lucretia*, lição que se coadunaria com a opinião dos restantes investigadores, publicou *ITI* na *Ephemeris Epigraphica* (*EE* IX 26; Marques, no prelo, n.º 96, de 11/12/1898).

Nós concordamos com *III* por *ETI*, na medida em que permite a leitura evidente do *nomen LVCRETIA*. Em relação a ter sido gravado um *I* em vez de um *E*, verifica-se na Hispânia uma confusão entre estas duas vogais, pelo que a quinta letra pode perfeitamente ser um *I*, com o valor de *E* (Carnoy, 1971, pp. 20-48; Santos, 2005, pp. 29-32). No sexto caracter lemos um *I* por *T*, pois embora seja semelhante a outros *II* da mesma regra – 5.ª e 13.ª letras –, comprova-se na epigrafia a existência de *TT* iguais a *II* (Gordon e Gordon, 1977, pp. 116-117). O sétimo caracter é inquestionavelmente um *I* (Marques, 2016, pp. 575-576. Foto *in* DGPC, ed., s.d.).

A fórmula patente na última linha foi desenvolvida por Hübner, na missiva dirigida a Leite de Vasconcelos, como *I*(*psa* ou *ipso*) *V*(*iua*) *P*(*osuit*), decerto baseando-se nos paralelos hispânicos com os termos *uiua* / *uiuus* e *posuit*: *V*(*iua*) *S*(*ibi*) *F*(*ecit*) e *VI*(*ua*) *SE P*(*osuit*), [*VI*]*VO SE POSVIT* (*CIL* II – *S*, p. 1178 e n.ºs 5330, 5450, 6182=5871=4984; Marques, no prelo, n.º 96, de 11/12/1898). Leite de Vasconcelos colocou duas hipóteses. Numa interpretou *T*(*itulum*) *V*(*iua*) *P*(*osuit*), supondo que a letra *I* teria sido gravada no lugar de um *T*, tal como acontecia no *nomen Lucretia* da mesma epígrafe. A segunda possibilidade era *I*(*ussit*) *V*(*iua*) *P*(*oni*). Estas fórmulas atestavam-se na Península Ibérica, se bem que sempre sem o vocábulo *Viua*. Estranhamos que Leite de Vasconcelos não tenha citado nenhum destes paralelos, mas um monumento epigráfico de Paris com *TITVLVM*

POSVI, referido num manuscrito guardado no Museu Nacional de Arqueologia (Vasconcelos, s.d.a; *CIL* II – *S*, pp. 1177-1178, 1203; Vasconcelos, 1899-1900, p. 173, n.º 9; Vasconcelos, 1927-1929, p. 218, n.º 11). Conquanto os autores sequentes tenham apontado a versão iniciada por *T*(*itulum*), nós preferimos a segunda hipótese, do mesmo modo que Cardim Ribeiro, pois a letra efectivamente gravada foi um *I* (*EE* IX 26; *EO* 110; Lambrino, 1951, pp. 50-51, n.º 11; Ribeiro, ed., 2002, p. 544, n.º 283; Marques, 2016, pp. 575-576. Foto *in* DGPC, ed., s.d.).

Hübner abordou na sua epístola a cronologia deste monumento epigráfico, propondo simplesmente uma datação recente (Marques, no prelo, n.º 96, de 11/12/1898). Leite de Vasconcelos manteve alguma abstração, considerando ser posterior ao século II d.C. (Vasconcelos, 1899-1900, p. 283). Deve-se a Cardim Ribeiro a especificação dos séculos II-III d.C. (Ribeiro, ed., 2002, p. 544, n.º 283).

Leitura (MNA n.º E 6311): *D*(*is*) (*hedera*) *M*(*anibus*) (*hedera*) *S*(*acrum*) / *IVCRIIIA* (*hedera*) *PATRI*/*CIA* (*hedera*) *ANN*(*orum*) (*hedera*) *XXXVIIII* (*triginta nouem*) / *I*(*ussit*) (*hedera*) *V*(*iua*) (*hedera*) *P*(*oni*).

4.2.2| MNA N.º E 6326 (EE IX 27)

Da segunda epígrafe descoberta no Largo de São Domingos conservava-se somente a parte esquerda.

Leite de Vasconcelos ponderou na linha inicial os caracteres *SOMI*. Talvez devido à inexistência de paralelos na onomástica da epigrafia do período romano, Hübner solicitou uma transcrição do monumento. No entanto, perante o decalque não mudou a lição (Vasconcelos, s.d.c; Marques, no prelo, n.º 96, de 11/12/1898; *CIL* II – *S*, pp. 1072, 1092; Vasconcelos, 1899-1900, p. 283, n.º 1; *EE* IX 27; Marques, no prelo, n.º 97, de 03/03/1899).

Lothar Wickert, epigrafista alemão que substituiu Hermann Dessau na actualização do *Corpus Inscriptionum Latinarum* II, efectuou uma viagem a Portugal no ano de 1931. No Museu Etnológico Português pôde analisar a inscrição, rectificando a leitura para *COMI*, lição em que foi seguido por Leite de Vasconcelos e Scarlat Lambrino (Vasconcelos, s.d.b; Vasconcelos, 1930-1931, pp. 222-223; Vasconcelos, [1938] 1956, p. 122, n.º 62; Lambrino, 1951, pp. 42-43, n.º 5). Apenas Vieira da Silva manteve *SOMI* (*EO* 111).

Nós corrigimos a leitura para *COMI*, na medida em que permanece somente a parte superior da última letra. Excluímos o caracter *G*, porque o suporte apresenta várias falhas, impedindo inclusive a continuação clara do traço que permitiria a transformação do *C* em *G*. Não é visível a letra *S*, pelo que a rejeitamos. Na Hispânia e em *Olisipo* estão comprovados antropónimos iniciados por *COMI*, nomeadamente o *nomen Cominius*/*-a*. Assim, reconstituímos *COMI*[*NIVS*] ou *COMI*[*NIA*], este último sugerido por Lambrino (Lambrino, 1951, p. 43, n.º 5; *NPH*, pp. 115-116; *AALR*, p. 150; Marques, 2016, pp. 577, 579, fotos 1 e 2).

Na segunda regra, Leite de Vasconcelos observou *IOI*, rectificando depois para *MOI* (Vasconcelos, s.d.b; Vasconcelos, s.d.c; Vasconcelos, 1899-1900, p. 283, n.º 1; Vasconcelos, [1938] 1956, p. 122, n.º 62). Vieira da Silva seguiu a lição inicial, enquanto Lambrino partiu da segunda leitura para reconstituir [*A*] *MOE*[*NA*], leitura que preferimos anteriormente (*EO* 111; Lambrino, 1951, pp. 42-43, n.º 5; Marques, 2016, pp. 577-579). Hübner foi o autor que mais se diferenciou, com um traço inclinado para a esquerda, seguido de *LO* e terminando com outro risco também inclinado para a esquerda (*EE* IX 27).

Na inscrição, no início da segunda linha, subsistem vestígios de algo que pode pertencer aos sulcos centrais de um caracter, ao que se segue um risco inclinado, observado por Leite de Vasconcelos e por Hübner (Vasconcelos, 1899-1900, p. 283, n.º 1; *EE* IX 27). A degradação do suporte não permite uma leitura clara. Contudo, faz sentido um *M*, considerando a inclinação do que seria o traço final e também dos riscos centrais, assim como a existência de espaço para gravar a letra (Marques, 2016, pp. 579-580, fotos 1 e 3). Seguimos então esta última lição de Leite de Vasconcelos e a leitura de Lambrino (Vasconcelos, s.d.b; Vasconcelos, s.d.c; Vasconcelos, [1938] 1956, p. 122, n.º 62; Lambrino, 1951, p. 43, n.º 5; Marques, 2016, pp. 578-579).

Depois, verifica-se um sulco em forma de *L*. Embora antes tenhamos hesitado em reconhecer este caracter, perante uma nova análise à pedra, optámos por considerá-lo, tal como Hübner (Marques, 2016, pp. 579-580, fotos 1 e 3). A letra *O* é clara. A seguir, subsistem dois traços, um vertical e um horizontal, unidos na parte superior esquerda, e vestígios do início de um risco central. Estes traços podem ter pertencido a um caracter como *E*, já proposto por Lambrino, *B*, *F*, *P* ou *R* (*EE* IX 27; Lambrino, 1951, p. 43, n.º 5; Gordon e Gordon, 1977, pp. 98-102, 109-110, 113-115, fgs. 9-11, 14, 16; Marques, 2016, pp. 578-580, fotos 1 e 4).

A existência de um *L* permite o *praenomen Marcus* no *Ṃ* e um *nomen* em *LOṚ*, nomeadamente *Loreius*, comprovado duas vezes no masculino na *ciuitas* de *Olisipo*. Por desconhecermos gentilícios na Hispânia começados com *Lob*, *Loe*, *Lof* ou *Lop*, rejeitamos as letras *B*, *E*, *F* e *P* (*NPH*, p. 174; *AALR*, pp. 214-215; Marques, 2016, pp. 578-579). O *cognomen* teria sido grafado no fragmento direito, cujo paradeiro não conhecemos (Marques, 2016, p. 579, foto 1).

Na terceira linha, Leite de Vasconcelos e Hübner leram dois sulcos verticais – *II* –. Posteriormente Leite de Vasconcelos e Lambrino consideraram *H* (Vasconcelos, s.d.b; Vasconcelos, s.d.c; Vasconcelos, 1899-1900, p. 283, n.º 1; Vasconcelos, [1938] 1956, p. 122, n.º 62; *EE* IX 27; *EO* 111; Lambrino, 1951, p. 43, n.º 5). Concordamos com esta última lição, pois são visíveis os três traços que compõem o *H*. A seguir, subsiste o início inferior de outra letra, cuja forma e inclinação são semelhantes a um dos *SS* referidos pelos Gordon. Consequentemente, observamos aqui um *S*, o que resultaria na frequente fórmula funerária *H*(*ic*) *Ṣ*(*itus* ou *a*) [*E*(*st*)] (Gordon e Gordon, 1977, p. 115, fg. 17, n.º 4; Marques, 2016, pp. 578-580, fotos 1 e 5). Lambrino também indicou esta fórmula, mas onde nós vemos um *S*, ele considerou um sinal de pontuação: *H*(*ic*). [*S*(*ita*) *E*(*st*)] (Lambrino, 1951, p. 43, n.º 5).

Leitura (MNA n.º E 6326): *COMḶ*[*NIA* ou *NIVS*] / *Ṃ*(*arcus*) *LOṚ*[*EIVS* …] / *H*(*ic*) *Ṣ*(*itus* ou *a*) [*E*(*st*)].

4.2.3| MNA N.º E 6324 (EE IX 24)

Mesquita de Figueiredo escreveu a Hübner sobre o monumento epigráfico do Castelo de São Jorge. Lê-se em carta de 11 de Maio de 1899: "Como V. Ex.cia estima bastante os assuntos epigraficos vou-o informar das minhas descobertas. Já encontrei em Lisboa duas inscripções romanas sepulcraes – uma que se achava perdida – encontrei-a no próprio quintal da Academia das Sciencias, onde estava forrando o solo, outra inédita, nas muralhas do Castelo de S. Jorge. À extracção desta ultima assistiu o nosso Amigo Maciñeira Pardo: envio as copias." (Figueiredo, 1948, p. 25). Na epístola original manuscrita guardada na Sociedade Martins Sarmento existem reproduções das epígrafes (SMS, ed., s.d., vol. I, Ms. 24, de 11/05/1899).

Hübner respondeu-lhe numa missiva de 16 de Maio de 1899: "A inscrição do Quintal da Academia parece-me realmente ser nova. Se o resto da primeira letra é um *C*, devia completar-se pelo seguinte… [*Tor*]*catio Aspro an*(*norum*) XXVIII *Calventia Juliana marito piissimo. f*(*aciendum*) *c*(*uravit*). Porque no-

mes em … *catius* são muito raros. Poderia ler-se também [*Sex*(*to*)] *Catio*, como me lembro agora; *Catius* é um nome que não é muito raro. Se fosse o resto dum *R*, o que é talvez mais provável, poder-se-ia ler *Horatio* ou *Neratio* ou *Veratio*. A outra inscrição certamente já está no *Corpus Inscriptionum Latinarum*, II, 253, mas, como é que ela apareceu no Castelo de S. Jorge?"[5] (Figueiredo, 1948, pp. 26-27).

Mesquita de Figueiredo replicou numa epístola de 23 de Maio de 1899: "Eu não me expliquei bem, quando disse a V. Ex.cia os lugares onde tinha encontrado as inscrições: – a que V. Ex.cia leu – (Tor)catio Aspro…, e que está inédita, encontrei-a fazendo parte das muralhas do Castelo de S. Jorge, – a outra, em que há dois nomes gregos, é a que foi publicada no C.I.L. n.º 253 – descobri-a no quintal da Academia das Sciencias, no Convento de Jesus. Foi encontrada a primeira vez quando desfizeram o *Arco da Consolação*, junta com outras e levada para o Convento de Jesus, onde eu a reencontrei. Isto mesmo vem dito no Corpus, segundo creio." (Figueiredo, 1948, pp. 27-28).

Na correspondência epistolar trocada entre Mesquita de Figueiredo e Hübner ocorreu uma confusão quanto aos locais de descoberta de dois monumentos epigráficos de Lisboa. Um tinha sido encontrado no Arco da Consolação no ano de 1782, sendo transferido para o Convento de Jesus, onde depois se instalou a Academia das Ciências. Hübner já havia publicado a inscrição no *Corpus Inscriptionum Latinarum* II (*CIL* II 253). A outra epígrafe, proveniente do Castelo de São Jorge, era inédita. Mesquita de Figueiredo tentou esclarecer Hübner pela carta de 23 de Maio de 1899, além do que o artigo de Leite de Vasconcelos citado por Hübner referia claramente a descoberta no referido castelo. Contudo, Hübner indicou "no quintal da Academia das Sciencias" na *Ephemeris Epigraphica* (SMS, ed., s.d., vol. I, Ms. 25, de 23/05/1899; Vasconcelos, 1899-1900, pp. 283-284, n.º 2; *EE* IX 24; Figueiredo, 1948, pp. 27-28).

Na primeira regra, logo após ter recebido as leituras de Leite de Vasconcelos, Hübner reconstituiu [*C. LV*]*TATIO*, decerto por os dois nomes estarem atestados em conjunto na Península Ibérica (*CIL* II – *S*, p. 1067; Marques, no prelo, n.ºs 95*, 96, de 11/12/1898). Todavia, o desenho enviado depois por Mesquita de Figueiredo possuía uma linha curva, semelhante à parte inferior de um *C* ou ao final de um *R*, o que induziu Hübner a propôr vários nomes. O -*C*- poderia

[5] Tradução do alemão efectuada por Mesquita de Figueiredo.

indiciar *Torcatio* ou *Sexto Catio*. Um -*R*-, mais provável tendo em conta a frequência dos nomes, revelaria *Horatio*, *Neratio* e *Veratio* (SMS, ed., s.d., vol. I, Ms. 24, de 11/05/1899; *CIL* II – *S*, pp. 1058, 1063, 1075; Figueiredo, 1948, pp. 26-27).

Leite de Vasconcelos publicou a epígrafe no *Arqueólogo Português*, com duas possibilidades de leitura: *IATIO* (por *TATIO*) ou *ATIO*. Deste modo, sugeriu o *nomen Lutatio*, indicado de resto por Hübner na carta de 11 de Dezembro de 1898, mas preferia *Optatius* por razões de espaço do suporte. Talvez com base nesta análise, Hübner registou na *Ephemeris Epigraphica* […]*IATIO*, colocando a leitura […]*CATIO* de Mesquita de Figueiredo como variante (Vasconcelos, s.d.a; Vasconcelos, s.d.c; Vasconcelos, 1899-1900, pp. 283-284; *EE* IX 24; Marques, no prelo, n.º 96, de 11/12/1898).

Alguns anos depois, Leite de Vasconcelos editou novamente a inscrição, propondo o *nomen* [*CVRI*]*ATIO* ou [*CVR*]*IATIO* e considerando a lição de Figueiredo errada (Vasconcelos, 1927-1929, p. 225, n.º 34).

Vieira da Silva e Lambrino preferiram a hipótese *Lutatio*, registada na carta de Hübner e publicada por Leite de Vasconcelos, editando [*LVT*]*ATIO* e [*M LVT*]*ATIO*, respectivamente. Vieira da Silva admitiu igualmente [*CVR*]*IATIVS* e [*MVN*]*ATIVS*, ao contrário de Lambrino, que excluiu estas possibilidades (*EO* 5; Lambrino, 1951, pp. 41-42, n.º 4).

Na pedra, da letra antes do *A*, subsiste apenas a parte inferior de um traço vertical, pelo que poderá constituir um -*I*-, um -*N*- ou um -*T*-. Sendo vertical, deve-se excluir as letras -*C*- e -*R*-, o que retira a validade aos *nomina Torcatio*, *Catio*, *Horatio*, *Neratio* e *Veratio*. Acresce que os outros *RR* do texto epigráfico, nas segunda e quinta linhas, terminam de forma tendencialmente oblíqua (Marques, 2016, p. 583, foto 6). Dos restantes *nomina* que os vários autores têm sugerido, *Curiatio*, *Lutatio*, *Munatio* e *Optatio*, o segundo (*Lutatio*) e o quarto (*Optatio*) garantem mais espaço para o *praenomen*. Tendo em conta que na Hispânia não está atestado o *nomen Optatio*, mas somente o *cognomen Optatus*, preferimos *Lutatio*, que reconstituímos em [*LV*]*ṬATIO* (*NPH*, pp. 177, 194, 444-445; *AALR*, pp. 219, 254; Marques, 2016, p. 583). Antes deste *nomen* poderia ter existido um *praenomen*, como Hübner registou na sua carta de 11 de Dezembro de 1898, mas a quebra do monumento impede qualquer consideração (Marques, no prelo, n.º 96, de 11/12/1898; Marques, 2016, p. 583, foto 6).

Na segunda linha, os vários autores leram a forma sincopada *ASPRO* (Vasconcelos, s.d.a; Vasconcelos, s.d.c; Vasconcelos, 1899-1900, pp. 283-284, n.º 2; *EE* IX 24; Vasconcelos, 1927-1929, p. 225, n.º 34; *EO* 5; Figueiredo, 1948, pp. 26-28; Lambrino, 1951, pp. 41-42, n.º 4; Marques, no prelo, n.º 96, de 11/12/1898; Marques, 2016, p. 583). A possibilidade de existir um *-E-* pequeno entre o *-P-* e o *-R-*, sugerida por José d'Encarnação na defesa da nossa dissertação de doutoramento, levou-nos a analisar novamente o suporte. A forma antroponímica *Aspero* não existe na Hispânia, estando atestada apenas quatro vezes na epigrafia latina, em Roma e nas províncias Transpadana e África Proconsular. Assim, teríamos o primeiro testemunho de *Aspero* na Hispânia. Pelo contrário, *Aspro* ocorre em 34 inscrições do Império Romano e numa epígrafe da Península Ibérica, além do monumento em estudo (Clauss *et al*., eds., s.d.). Contudo, o que poderia ser um *-E-* constitui de facto um traço pertencente ao *-R-* e uma quebra do suporte, pelo que mantemos *ASPRO* (Marques, 2016, p. 583, foto 6).

O restante texto não colocou dúvidas de leitura, tendo os investigadores observado de forma igual (Vasconcelos, s.d.c; Vasconcelos, 1899-1900, p. 283, n.º 2; *EE* IX 24; Vasconcelos, 1927-1929, p. 225, n.º 34; *EO* 5; Figueiredo, 1948, pp. 26-27; Marques, no prelo, n.º 96, de 11/12/1898. Cfr. SMS, ed., s.d., vol. I, Ms. 24, de 11/05/1899).

Leitura (MNA n.º E 6324): [… *LV*]*ṬATIO* / *ASPRO AN*(*norum*) *XX*/*VIIII* (*uiginti nouem*) *CALVEN*/*TIA IVLIANA* / *MARITO PIIS*/*SIMO*. *F*(*aciendum*). *C*(*urauit*).

5| CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os contactos que Hübner estabeleceu com investigadores portugueses foram fundamentais para a actualização das suas obras de epigrafia, nomeadamente o *Corpus Inscriptionum Latinarum* e o *Inscriptiones Hispaniae Christianae*, assinando por exemplo artigos no periódico *Ephemeris Epigraphica*. A correspondência epistolar trocada com Leite de Vasconcelos revela este facto, tendo Leite de Vasconcelos esclarecido dúvidas e fornecido textos epigráficos inéditos, ainda que "a conta gotas" e preferencialmente através de artigos publicados. Leite de Vasconcelos foi desculpando os atrasos com o muito trabalho que tinha.

Entre os vários assuntos de epigrafia patentes na correspondência epistolar trocada entre Hübner e Leite de Vasconcelos, marca presença a epigrafia da *urbs* de *Olisipo*. As referências são reduzidas. No ano de 1896, Leite de Vasconcelos ape-

nas informou o seu correspondente da aquisição de duas inscrições pelo Museu Etnográfico Português, já conhecidas e editadas no *CIL*. Hübner registou a actualização da informação no volume VIII da *Ephemeris Epigraphica*.

Entre 1898 e 1899, são abordadas três epígrafes inéditas. A desculpa de Leite de Vasconcelos de ter muito trabalho surge então para justificar o atraso, primeiro no envio dos textos epigráficos, depois na remessa das respectivas reproduções. Todavia, Leite de Vasconcelos forneceu as informações e os decalques com alguma rapidez e antes de publicar qualquer artigo sobre os monumentos. Hübner incluiu as três inscrições no volume IX da *Ephemeris Epigraphica*, citando os contributos de Leite de Vasconcelos e também de Mesquita de Figueiredo. Este investigador havia escrito a Hübner, com as notícias da epígrafe descoberta no Castelo de São Jorge.

Embora as referências sejam reduzidas, impelem-nos a regressar à pedra, permitindo colocar algumas questões e efectuar propostas de leitura, inclusive diferentes das lições que expusemos anteriormente.

A nossa proposta para MNA n.º E 6305 não difere das leituras que nos precederam, em termos dos caracteres que teriam sido grafados. Relaciona-se ao invés com as quebras que o suporte ostenta. De igual forma, a lição que seguimos para MNA n.º E 6325 toma em consideração uma falha no campo epigráfico do monumento.

A inscrição MNA n.º E 6311 apresenta algumas letras gravadas somente com um sulco vertical, sendo que nem todos os investigadores observaram em todos os caracteres a leitura *I*. Nós preferimos esta lição, uma vez que corresponde efectivamente à letra grafada. Contudo, também nós consideramos que em *IVCRIIIA* se deve ler o *nomen Lucretia*.

A nossa proposta para MNA n.º E 6326 difere das lições anteriores, conquanto as tenhamos em consideração, optando por uma sugestão nossa que todavia tínhamos secundarizado previamente. Assim sugerimos o nome *M*(*arcus*) *LOṚ*[*EIVS* …], preterindo [*A*]*ṂOḚ*[*NA*]. Rectificamos a leitura das primeira e última linhas, devido à quebra do suporte.

Na defesa da nossa dissertação de doutoramento, José d'Encarnação sugeriu-nos regressar a MNA n.º E 6324, com o objectivo de confirmar a existência de uma letra -*E*- em expoente, entre o -*P*- e o -*R*-, no antropónimo *ASPRO*. No entanto, os traços que constituiriam o -*E*- são de facto um risco do -*R*- e uma quebra da pedra, pelo que mantemos *ASPRO*.

BIBLIOGRAFIA

Abreviaturas Bibliográficas

AALR = Navarro Caballero e Ramírez Sádaba, 2003

CIL II = Hübner, 1869

CIL II – *S* = Hübner, 1892

CIL VII = Hübner, 1873

EE I = Hübner, 1872

EE IIa = Hübner, 1875

EE IIb = Hübner e Mommsen, 1875

EE IIIa = Hübner, 1877

EE IIIb = Hübner e Mommsen, 1877

EE IV = Hübner, 1881

EE VIII = Hübner, 1899

EE IX – I = Hübner e Dessau, 1903

EE IX = Hübner e Dessau, 1913

EO = Silva, 1944

IBC = Hübner, 1876

IHC = Hübner, 1871

IHC – S = Hübner, 1900

ILER = Vives, 1971-1972

MLI = Hübner, 1893

NPH = Abascal Palazón, 1994

DGPC = Direção-Geral do Património Cultural

MNA = Museu Nacional de Arqueologia

SMS = Sociedade Martins Sarmento.

Abascal Palazón, J. M. (1994) – *Los Nombres Personales en las Inscripciones Latinas de Hispania*. Madrid-Murcia: Universidad de Murcia.

Cardozo, M. (1947) – *Correspondência Epistolar entre Emílio Hübner e Martins Sarmento*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.

Carnoy, A. J. (1971) – *Le Latin d'Espagne d'Après les Inscriptions: Étude Linguistique*. 2.ª edição, 2.ª reimpressão. Hildesheim e New York: Georg Olms Verlag.

Clauss, M.; Kolb, A.; Slaby, W. A.; Woitas, B., eds. (s.d.) – *Epigraphik-Datenbank Clauss / Slaby: Datenbank-Recherche* [Em linha]. [Consult. 30 Jun. 2018]. Disponível em http://db.edcs.eu/epigr/epi_de.php

Coito, L. (1999) – *Epistolário de José Leite de Vasconcellos*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

Direção-Geral do Património Cultural, ed. (s.d.) – *Matriznet* [Em linha]. [Consult. 30 Jun. 2018]. Disponível em http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/home.aspx

Figueiredo, A. C. B. (1887) – Duas Inscripções de Olisipo. *Revista Archeologica e Historica*. Lisboa. 1, pp. 5-6.

Figueiredo, A. M. (1948) – *Correspondência Epistolar entre Emílio Hübner e António Mesquita de Figueiredo (Arqueologia e Epigrafia) 1898-1900: Apêndice com Alguns Documentos Comprovantes do Curriculum Vitae do Autor*. Lisboa: Imprensa Portuguesa.

Gordon, J. S.; Gordon, A. E. (1977) – *Contributions to the Palaeography of Latin Inscriptions*. 2.ª edição. Milano: Cisalpino - Goliardica.

Hübner, E. (1869) – *Corpus Inscriptionum Latinarum: Inscriptiones Hispaniae Latinae*. Berlim: Georgium Reimerum. 2.

Hübner, E. (1871) – *Inscriptiones Hispaniae Christianae*. Berlim: Georgium Reimerum.

Hübner, E. (1872) – Additamenta ad Corporis Volumen II. *Ephemeris Epigraphica*. Roma. 1, pp. 44-48, 182-186.

Hübner, E. (1873) – *Corpus Inscriptionum Latinarum: Inscriptiones Britanniae Latinae*. Berlim: Georgium Reimerum. 7.

Hübner, E. (1875) – Additamenta ad Volumen II Hispanorum. *Ephemeris Epigraphica*. Roma. 2, pp. 233-249.

Hübner, E. (1876) – *Inscriptiones Britanniae Christianae: Accedit Supplementum Inscriptionum Christianarum Hispaniae*. Berlim: Georgium Reimerum, Londres: Williams et Norgate.

Hübner, E. (1877) – Additamenta ad Corporis Volumen II. *Ephemeris Epigraphica*. Roma. 3, pp. 31-52, 190-202.

Hübner, E. (1881) – Additamenta ad Corporis Vol. II. *Ephemeris Epigraphica*. Roma. 4, pp. 3-24.

Hübner, E. (1892) – *Corpus Inscriptionum Latinarum: Inscriptionum Hispaniae Latinarum Supplementum*. Berlim: Georgium Reimerum. 2.

Hübner, E. (1893) – *Monumenta Linguae Ibericae*. Berlim: Georgium Reimerum.

Hübner, E. (1895) – Inscriptiones Lusitanae aevi Christiani Ineditae Edidit Aemilius Hübner Berolinensis. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série I. 1, pp. 177-182.

Hübner, E. (1899) – Additamenta Nova ad Corporis Vol. II. *Ephemeris Epigraphica*. Berlim. 8, pp. 351-528.

Hübner, E. (1900) – *Inscriptionum Hispaniae Christianarum Supplementum*. Berlim: Georgium Reimerum.

Hübner, E.; Dessau, H. (1903) – Additamenta Nova ad Inscriptiones Hispaniae Latinas. Corporis Inscriptionum Latinarum Supplementum. *Ephemeris Epigraphica*. Berlim. 9:1, pp. 12-185.

Hübner, E.; Dessau, H. (1913) – Additamenta Nova ad Corporis Volumen II. *Ephemeris Epigraphica*. Berlim. 9, pp. 12-185.

Hübner, E.; Mommsen, T. (1875) – Lex Coloniae Genetivae Urbanorum sive Ursonis Data a. V. c. DCCX, Additamentum ad Volumen II. *Ephemeris Epigraphica*. Roma. 2, pp. 105-152.

Hübner, E.; Mommsen, T. (1877) – Legis Coloniae Iuliae Genetivae Fragmenta Nova; Lex Metalli Vipascensis. *Ephemeris Epigraphica*. Roma. 3, pp. 87-112; 165-189.

Lambrino, S. (1951) – Inscriptions Latines du Musée Dr Leite de Vasconcelos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Nova Série. 1, pp. 37-62.

Lambrino, S. (1953) – *Les Inscriptions de São Miguel d'Odrinhas: Separata de Bulletin des Études Portugaises et de L'Institut Français au Portugal*. Coimbra. Nova Série. 16.

Marques, P. (no prelo) – *Correspondência entre Emílio Hübner e José Leite de Vasconcelos*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Marques, P. (2016) – *A Epigrafia da Hispania na Correspondência Epistolar entre Emílio Hübner e José Leite de Vasconcelos*. Dissertação de Doutoramento em História, na especialidade de Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Miranda Valdés, J.; Gimeno Pascual, H.; Sánchez Medina, E. (2011) – *Emil Hübner, Aureliano Fernández-Guerra y la Epigrafía de Hispania: Correspondencia 1860-1894*. Madrid: Real Academia de la Historia.

Navarro Caballero, M.; Ramírez Sádaba, J. L. (2003) – *Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana*. Mérida-Burdeos: Fundación de Estúdios Romanos y Ausonius.

Pape, W.; Benseler, G. E. (1959) – *Wörterbuch der griechischen Eigennamen*. 2.ª edição. 2 volumes. Graz: Akademische Druck.

Ribeiro, J. C., ed. (2002) – *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

Santos, S. (2005) – *O Latim das Inscrições Romanas em Território Português até à Queda do Império*. Dissertação de Mestrado em Estudos Clássicos, na Área de Especialização em Literatura Latina. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Silva, A. V. (1937) – *O Castelo de S. Jorge em Lisboa: Estudo Histórico-Descritivo*. 2.ª edição. Lisboa: Tip. Empresa Nacional de Publicidade.

Silva, A. V. (1944) – *Epigrafia de Olisipo: Subsídios para a História da Lisboa Romana*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Sociedade Martins Sarmento, ed. (s.d.) – *Cartas a Emílio Hübner* [Manuscrito]. 2 volumes. Acessível na Biblioteca da Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, Portugal. Arquivo Sociedade Martins Sarmento.

Solin, H.; Salomies, O. (1994) – *Repertorium Nominum Gentilium et Cognominum Latinorum*. Hildesheim, Zürich, New York: Olms – Weidmann.

Vasconcelos, J. L. (s.d.a) – Envelope *Inscrições no ME: Epigrafia*. Caixa 1: *Apontamentos Epigrafia* [Manuscrito]. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Leite de Vasconcelos.

Vasconcelos, J. L. (s.d.a) – Envelope *Inscrições no ME: Epigrafia*. Caixa 1: *Apontamentos Epigrafia* [Manuscrito]. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Leite de Vasconcelos.

Vasconcelos, J. L. (s.d.b) – Separador *Inscrições Beja, Lx, Endovélico, Eburobritium Óbidos*. Caixa 2: *Apontamentos Epigrafia* [Manuscrito]. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Leite de Vasconcelos.

Vasconcelos, J. L. (s.d.c) – Envelope *Lista de Peças Adquiridas 2: Lisboa*. Caixa: *Aquisições e Inventário de Peças* [Manuscrito]. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Leite de Vasconcelos.

Vasconcelos, J. L. (1887-1889) – Inscripções Luso-Romanas. *Revista Lusitana*. Porto. 1, pp. 67-68.

Vasconcelos, J. L. (1896) – Acquisições do Museu Ethnographico Português; Duas Lápides Funerárias de Olisipo. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série I. 2, pp. 158-160; 166-167.

Vasconcelos, J. L. (1897) – *Religiões da Lusitânia*. Reeditado em 1988. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 1.

Vasconcelos, J. L. (1899-1900) – Analecta Epigraphica Lusitano-Romana; Antiguidades Romanas de Lisboa. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série I. 5, pp. 170-175; 282-287.

Vasconcelos, J. L. (1905) – *Religiões da Lusitânia*. Reeditado em 1989. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 2.

Vasconcelos, J. L. (1913) – *Religiões da Lusitânia*. Reeditado em 1989. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 3.

Vasconcelos, J. L. (1927-1929) – Epigrafia do Museu Ethnologico (Belem): Inscrições Romanas. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série I. 28, pp. 209-227.

Vasconcelos, J. L. (1930-1931) – Epigrafia do Museu Etnologico (Belem): Inscrições Romanas II. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série I. 29, pp. 222-226.

Vasconcelos, J. L. ([1938] 1956) – Epigrafia do Museu Etnologico (Belem). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série I. 30, pp. 118-125.

Vasconcelos, J. L., ed. (1887-…) – *Revista Lusitana*. Porto.

Vasconcelos, J. L., ed. (1895-…) – *O Arqueólogo Português*. Lisboa.

Vives, J. (1971-1972) – *Inscripciones Latinas de la España Romana*. Barcelona: Universidad de Barcelona, Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

#5 CRLX: UM PROJECTO DE ESTUDO E VALORIZAÇÃO DO CRIPTOPÓRTICO ROMANO DE LISBOA.

ANA CAESSA | CAL/DPC/DMC/CML
NUNO MOTA | CAL/DPC/DMC/CML

RESUMO

A actual dinâmica de reabilitação da Baixa Pombalina e o interesse da administração local na valorização do património arqueológico da cidade geraram circunstâncias singularmente favoráveis para a implementação de um projecto municipal que culminará com a criação de um novo acesso seguro e inclusivo ao criptopórtico romano (vulgo Galerias Romanas da Rua da Prata) e respectivo centro de interpretação.

Simultaneamente, o projecto tem vindo a proporcionar oportunidades únicas para o estudo científico do monumento romano, permitindo o desenvolvimento do conhecimento sobre a sua história e, ao mesmo tempo, a apresentação de novas propostas para a sua conservação, valorização e integração nos circuitos patrimoniais culturais de Lisboa.

Palavras-Chave: Criptopórtico romano; Estudo Científico; Conservação; Valorização; Divulgação Pública.

ABSTRACT

The current dynamics of urban rehabilitation of Lisbon historic center and the interest of the local administration in the improvement of the city archaeological heritage gave way to a municipal project which will lead to the opening of the Roman Cryptoportic (also known as Roman Galleries), now equipped with a new, safe and inclusive entrance and an interpretation center.

Simultaneously, this project has been creating unique opportunities for the scientific study of the Roman monument, developing knowledge on its history and, at the same time, allowing new proposals for its conservation, improvement and its integration in Lisbon's patrimonial cultural circuits.

Keywords: Roman Cryptoportic; Scientific study; Conservation, Improvement; Public divulgation.

NOTAS PRÉVIAS

Muitos devem, provavelmente, conhecer um alçapão existente a meio da faixa de rodagem da Rua da Conceição, entre os carris do eléctrico nº 28 que é aberto para entrada do público no subsolo, habitualmente duas vezes por ano, normalmente em Abril e em Setembro (Fig. 1- a). Também devem recordar-se das longas filas de espera (de vários quilómetros e horas) que, até há bem pouco tempo, começavam nesse local e se estendiam pela Rua dos Sapateiros, por vezes atingindo o Rossio. Todo esse interesse e essa paciência para aceder a um monumento subterrâneo romano inundado, conhecido vulgarmente como "Galerias da Rua da Prata", que a Câmara Municipal de Lisboa, naquelas alturas, faz esvaziar para permitir as visitas do público, orientadas por técnicos do Museu de Lisboa (Fig. 1- b).

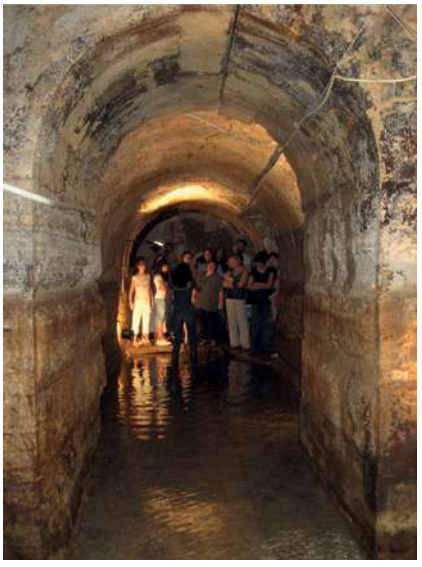


Fig. 1 –
◁ **a)** Interior das "Galerias da Rua da Prata" durante uma visita do público.
▽ **b)** Acesso actual às "Galerias da Rua da Prata" através do alçapão a meio da faixa de rodagem da Rua da Conceição, entre os carris do eléctrico;

A actual dinâmica de reabilitação urbana da Baixa Pombalina e o interesse da administração local na valorização do património arqueológico da cidade geraram circunstâncias singularmente favoráveis para a implementação de um projecto municipal que culminará com a criação de um novo acesso seguro e inclusivo ao monumento vulgarmente conhecido como Galerias Romanas da Rua da Prata e inauguração do respectivo centro de interpretação. Cumulativamente, este projecto tem vindo a proporcionar oportunidades únicas para o estudo científico do monumento romano, permitindo o desenvolvimento do conhecimento sobre a sua história e, simultaneamente, a apresentação de novas propostas para a sua conservação, valorização e integração nos circuitos patrimoniais culturais de Lisboa.

1| AS CHAMADAS "GALERIAS DA RUA DA PRATA"

O edifício romano conhecido por "Galerias da Rua da Prata" foi descoberto em Lisboa na sequência do terramoto de 1755, mais precisamente aquando da construção de um quarteirão entre a Rua da Conceição e a Rua da Prata no conjunto hoje classificado como "Baixa Pombalina".

Os primeiros vestígios terão sido detectados em 1770, quando se recolheu uma epígrafe dedicada ao deus Esculápio (Fig. 2) que integra actualmente o acervo do Museu Nacional de Arqueologia em Lisboa e está classificada como monumento nacional (Silva, 1944, pp. 103-104).

Fig. 2 – Pedestal dedicado a Esculápio encontrado, em 1770, nas imediações das galerias subterrâneas (foto em arquivo no CAL).

Em 1773, a instalação do colector da Rua da Prata (antiga Rua Bela da Rainha) interceptou o edifício, desde logo reconhecido como romano, datando desta altura os primeiros levantamentos, descrições sumárias e interpretações[1] de que foi alvo este monumento subterrâneo, constituído por uma rede de galerias de diferentes dimensões, abobadadas, paralelas e perpendiculares entre si.

[1] De que estão disponíveis para consulta, os seguintes: *Cópia - Vários subterrâneos achados na cidade da Baixa", 1859* [cópia de planta mais antiga realizada pelo desenhador J. Fortuna por um exemplar existente no "Cartório da Intendência das Obras Públicas"] (Biblioteca Nacional de Lisboa, Colecção de Iconografia, D.281-A); *Planta dos subterraneos que se acharão abrindo-se o cano da Rua Argentea da cidade de Lisboa no mês de Maio de 1773*; Oferecida ao Exmº. Sr. Bispo de Beja: Tomada no dia 2 de Junho de 1773. (Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, Plantas arquitectónicas, Assuntos Portugueses, Pasta I, Planta nº 4); [Sem título]. (Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, Plantas arquitectónicas, Assuntos Portugueses, Pasta I, Planta nº 1); *Memórias do Reinado de El rey Dom José,* 1773 (Museu de Lisboa, MC/RES 0144); Frei José de São Lourenço – *Monumenta Selecta*. Alcobaça, 1780, fl. 3 (Biblioteca Nacional de Lisboa, COD. ALC. 395); D. Thomaz Caetano de Bem – *Notícia das Thermas ou Banhos Cassianos e Outros Monumentos Romanos, Modernamente Descobertos na Cidade de Lisboa*, 1790, fls. 8v. - 10 (Biblioteca Nacional de Lisboa, Colecção de Reservados, COD. 104).

A renovação do colector da Rua da Prata e a construção do colector da Rua da Conceição (antiga Rua dos "Retroseiros"), em 1859, colocou novamente a descoberto parte da estrutura e ofereceu mais uma oportunidade para o seu registo[2]. Conhecendo-se já a existência das galerias subterrâneas, a obra foi acompanhada por elementos da Biblioteca Nacional, entidade então responsável pelo inventário do património histórico-arqueológico do país. Deste acompanhamento resultaram novos levantamentos gráficos, realizados por José Valentim de Freitas[3] e uma memória descritiva manuscrita, assinada por Francisco Martins de Andrade[4]. Estes registos assumem particular importância porque além de rectificarem o primitivo desenho do século XVIII, caracterizam parte dos muros de limite do monumento e descrevem estruturas romanas assentes sobre ele, concretamente na Rua da Conceição, uma zona de pátio originalmente pavimentada com lajes que já não se conservavam no local, um tanque revestido com mármore branco, com sifão e galeria de escoamento que se desenvolvia no vértice noroeste da estrutura subterrânea e, já na Rua da Prata, uma pequena canalização com cobertura em lateres que se sobrepunha a um massame de alvenaria (Fig. 3).

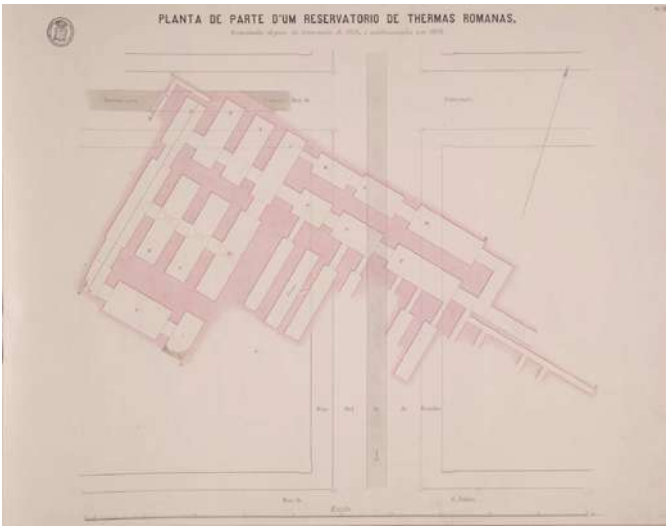


Fig. 3 – "Planta de uma parte d'um reservatório de Thermas Romanas" do levantamento gráfico realizado por José Valentim de Freitas, em 1859 (Biblioteca Nacional de Lisboa, Iconografia, D.A.8A/ Manuscritos Iluminados nº162, I).

[2] Oportunidade aproveitada pela entidade competente, a Biblioteca Nacional, mas também por outras entidades, como a Câmara Municipal de Lisboa que obteve desenhos da autoria do geómetra Francisco de Almeida e Silva (disponíveis no arquivo do Gabinete de Estudos Olisiponenses, com as cotas MP 545(3), Mp 554 e MP 555), ou mesmo eruditos interessados como o engenheiro Joaquim Júlio Pereira de Carvalho, cujo trabalho é referido em Figueiredo, 1889, p. 24, nota 3.

[3] José Valentim de Freitas – *Desenhos a que se refere a memória acerca d' uns restos de thermas romanas, existentes em Lisboa.* 1860 (Biblioteca Nacional de Lisboa, Colecção de Iconografia, D. A. 8 [cota antiga: Ms. il. nº 162 A, I a VI).

[4] Francisco Martins de Andrade – *Memória àcerca d' uns restos de Thermas Romanas existentes em Lisboa, acompanhada de nove desenhos coloridos tirados escrupulosamente sobre os próprios sítios, com a medição correspondente.* 1859 (Biblioteca Nacional de Lisboa, COD.7619), publicado em Serpa, 1963.

À data da sua descoberta, o interior do monumento já estava inundado e o urbanismo pombalino, como provavelmente em época anterior, aproveitou o manancial para abastecimento dos seus residentes. Foram abertas bocas de poço nas abóbodas da estrutura romana, certamente reaproveitadas outras preexistentes e as galerias passaram a ser utilizadas como uma cisterna conhecida como "Conservas de Água da Rua da Prata". Porém, a construção e funcionamento das infra estruturas de saneamento, que atravessaram o monumento romano, acabaram por provocar a contaminação da água dando origem a uma queixa apresentada pelo médico dos serviços municipais, Augusto João de Mesquita, em 1868 (Moita, 1977). A Câmara Municipal de Lisboa, na tentativa de impedir o contacto entre o interior do reservatório e os colectores, procedeu então ao revestimento das paredes e do piso do edifício subterrâneo, assim como das paredes dos poços, com o reboco hidráulico que actualmente pode observar-se nas galerias visitáveis e no único poço que ainda permanece desobstruído e funcional no edifício da Rua da Conceição, 73-77. O acesso ao interior das galerias a meio da faixa de rodagem da Rua da Conceição, entre os carris do eléctrico nº 28, terá sido construído na sequência dessa obra com propósitos técnicos, para estes trabalhos ou para os subsequentes de monitorização do espaço e suas águas.

Apesar do interesse despertado nos investigadores, logo desde a sua descoberta e da bibliografia produzida sobre o monumento, de que se destaca o estudo minucioso realizado por Augusto Vieira da Silva em 1934 (Silva, 1934), até aos finais do século XX, quase tudo o que se opinava sobre este edifício baseava-se nos levantamentos feitos nos séculos XVIII e XIX (Fig. 4).

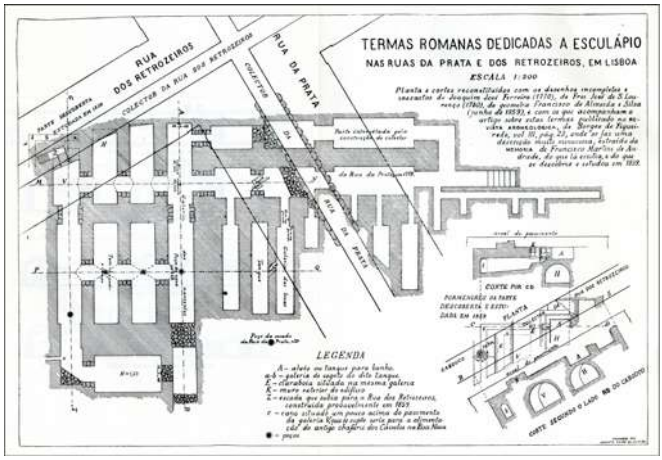
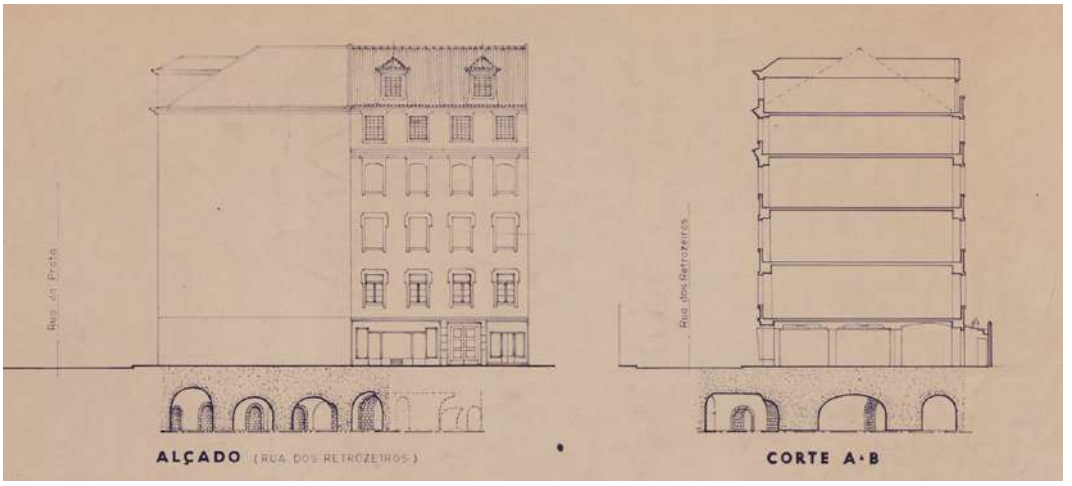


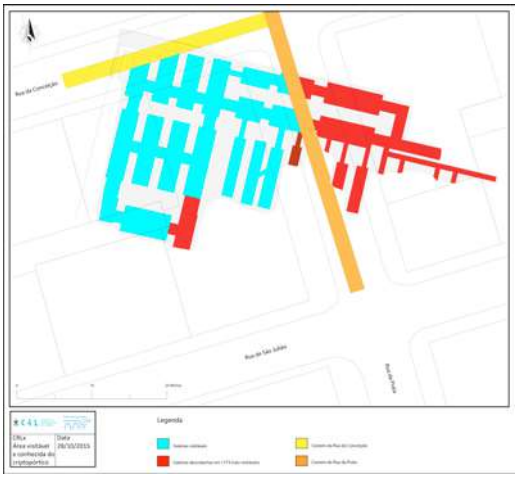
Fig. 4 – Planta e alçados interpretativos a partir dos levantamentos, publicado em 1934, por Augusto Vieira da Silva (Silva, 1934, p. 19-29).

Os factos de o monumento ser subterrâneo, estar inundado em permanência e de sobre ele ainda actualmente assentarem imóveis e vias públicas, funcionaram sempre como grandes condicionantes ao seu estudo, conservação e divulgação (Fig. 5).

Na verdade, nem tudo o que foi visto e registado sumariamente no século XVIII foi novamente visitado nos meados do século XIX, quando os levantamentos realizados foram mais rigorosos e do que foi então levantado, nem tudo ficou acessível. A construção do sistema urbano de esgotos nesses meados do século XIX, nomeadamente a construção do colector central da Rua da Prata, inviabilizou a passagem para a parte nascente do edifício subterrâneo (Fig. 6).



△ **Fig. 5** – Alçado das "Galerias da Rua da prata", sob alçado do edifício pombalino da rua da Conceição nº 73-77. Excerto de Abrantes, M. (des.), s.d. – ***Planta e alçados das "Termas Romanas dedicadas a Esculápio (desenho segundo Vieira da Silva)***", (Arquivo Histórico do Ministério das obras Públicas, MOP-Arquivo, Des. Arq. Nº 19.349-B).



◁ **Fig. 6** – Planta do que se conhecia do criptopórtico aquando do início do CRLx. A área visitável está assinalada a azul e a não acessível a vermelho. Os colectores da Rua da Conceição e da Rua da Prata estão representados a amarelo e a laranja respectivamente.

As galerias foram sendo sujeitas a várias interpretações. Porque estavam inundadas e a água parecia brotar naturalmente do chão e porque nas proximidades aparecera o pedestal com inscrição dedicada a Esculápio, deus da medicina, foram nos séculos XVIII e XIX identificadas como parte de um edifício termal. Edifício balnear, com funções terapêuticas ou não, foi a interpretação que a bibliografia produzida em grande parte do século XX seguiu (por exemplo: Castilho, [1884] 1935, pp. 144-157; Figueiredo, 1889; Martins, 1909; Silva, 1934; Moita, 1977). A interpretação de balneário terapêutico foi posta em causa pela verificação do estado de conservação das galerias (são as fissuras no edifício que permitem a entrada da água) e pelo resultado das análises da água que as inunda que não é medicinal e pertence aos veios freáticos que atravessam a Baixa lisboeta. Houve também quem propusesse para o edifício a função de cisterna desde as suas origens (Sequeira, 1967, pp. 306-308; Maciel 1993-1994). Mas a interpretação mais consensual desde o último quartel do século XX é a que defende que se trata de um criptopórtico romano, solução de engenharia usada para vencer declives ou construir em terrenos instáveis, criando plataformas artificiais e funcionando como alicerce a outras estruturas (Encarnação, 1973; Garcia, 1974-1975, pp. 10-11; Mantas, 1976, p. 165; Moita e Leite, 1986, pp. 59-60; Fabião, 1994; Ribeiro 1994a; Ribeiro 1994b; Ribeiro,1994c, pp. 83-84; Salvado, 1994, p. 505). Que estruturas assentariam sobre o edifício subterrâneo é outro assunto sobre o qual se especulou teoricamente, tendo surgido, com as fundamentações possíveis, propostas interessantes. Para além da versão de complexo termal assente, em parte ou no todo, no criptopórtico (Alarcão, 1988, pp.124-125; Moita 1994, p. 50), apareceram as hipóteses que colocam sobre o criptopórtico estruturas de armazenagem junto a esta área portuária da cidade romana (Almeida, 1973, p. 80; Garcia, 1974-1975, pp. 10-11), ou mesmo uma praça (ou *forum*) portuária com vocação comercial a que estariam também associadas algumas funções religiosas relacionadas com o culto a Esculápio (Ribeiro, 1994a; Ribeiro, 1994b; Ribeiro, 1994c, pp. 83-84).

Ao longo do século XX, a Câmara Municipal de Lisboa foi gradualmente assumindo um papel tutelar sobre o monumento com vista ao seu estudo, conservação e divulgação. No início do século, a edilidade actuava colaborando e facilitando iniciativas não municipais, nomeadamente na organização de visitas ao interior das galerias com fins de divulgação pública promovidas por periódicos como a "Ilustração Portuguesa" (Martins, 1909), "O Século" (Sequeira, 1934a, b, c, d, e), ou o "Diário de Notícias" (Salvado, 1965 e 1967). A partir da década de 1970 serão da Câmara Municipal de Lisboa todas as iniciativas, desde a promoção das visitas de estudo (veja-se por exemplo: Maia, 1973, p. 7) ou para mera divulgação

junto do público em geral, à realização de encontros e debates científicos sobre o monumento[5], passando pela monitorização do seu estado de conservação[6] e pela realização de diversos estudos[7] (Fig. 7).

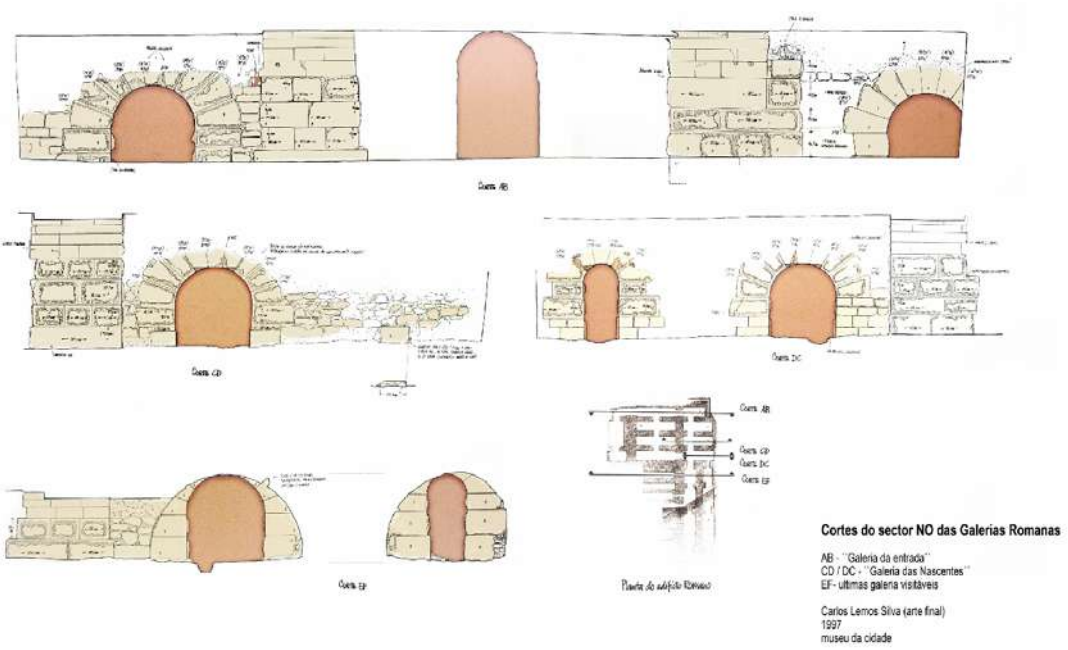


Fig. 7 – Excerto do levantamento de alçados realizado no interior das galerias visitáveis por Carlos Lemos, em 1997 (Arquivo CAL).

[5] Foi o caso do debate sobre as Galerias Romanas da Rua da Prata, realizado no Castelo de São Jorge a 12 de Maio de 1989, sob a iniciativa do então Museu da Cidade (em que intervieram Victor Reis, Irisalva Moita, Francisco Alves, Salete Salvado, Caetano Beirão, Adriano Vasco Rodrigues, José Cardim Ribeiro, Ana Margarida Arruda, José Luís de Matos, Cristina Leite, Justino Maciel e Joaquina Soares) e no âmbito das "Segundas Sessões de Arqueologia do Museu da Cidade", o colóquio e a exposição "Galerias Romanas" que tiveram lugar no Pavilhão Preto do Palácio Pimenta, entre Setembro e Novembro de 2008.

[6] É o caso, por exemplo, da monitorização das fissuras longitudinais que atravessam a chamada "Galeria das Nascentes", iniciada na década de 1980 através de testemunhos em gesso, em 2006 substituída com a instalação de fissurómetros e testemunhos em acrílico.

[7] Estes trabalhos incluíram a realização de levantamentos topográficos (sendo o de meados da década de 1990 da autoria de António Carvalho), levantamentos gráficos dos alçados interiores do edifício (da autoria de Carlos Lemos com o apoio de Rodrigo Banha da Silva), sondagens geotécnicas (com o apoio do geólogo Gabriel Pereira), campanhas de reconhecimento parietal com georradar (no âmbito de uma colaboração com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil) e experiências de levantamento 3D (em 2008, pela empresa Albatroz Engenharia S.A.).

2| O CRLX: PROJECTO DE ESTUDO E VALORIZAÇÃO DO CRIPTOPÓRTICO ROMANO DE LISBOA

A actual dinâmica de reabilitação urbana da Baixa Pombalina promovida pelo crescimento no investimento imobiliário e pelo aumento do turismo ocasionaram finalmente a possibilidade de realização de intervenções arqueológicas sobre e no monumento que, até ao momento, só em meados da década de 1990 tinha podido ser intervencionado arqueologicamente, de forma muito condicionada, no interior das galerias visitáveis (Fig. 7), por iniciativa do, então, Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade (Fernandes e Leitão, 2018).

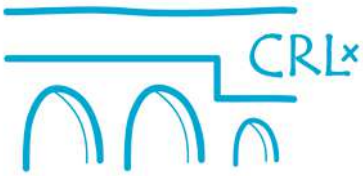


Fig. 8 – Logotipo do "CRLx: Projecto de Estudo e Valorização do Criptopórtico Romano de Lisboa" (autoria de Nuno Mota).

Todas estas circunstâncias conduziram à implementação em 2016 do "Projecto de Estudo e valorização do Criptopórtico Romano de Lisboa (CRLx)" (Caessa, Mota, Nozes, 2015). Este projecto, cujo acrónimo é CRLx é uma iniciativa municipal desenvolvida pelo Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL), do Departamento de Património Cultural (DPC). Pluridisciplinar, agregando várias parcerias[8] e colaborações internas e externas, assim como consultorias científicas[9], prossegue os objectivos

[8] O CRLx assenta na articulação multidisciplinar de áreas técnicas e de conhecimento essenciais à produção de resultados sectoriais na sua especificidade e abrangentes no cômputo dos objectivos que se propõe atingir. A missão e atribuições do CAL disponibilizam ferramentas que permitem agregar outras áreas técnicas e científicas dentro e fora da orgânica municipal, parcerias que se constituem como valências incontornáveis à concretização e valorização do projecto. A estrutura da CML agrega um conjunto de valências e recursos materiais e humanos que em intercolaboração reúne os meios e os requisitos necessários à implementação e gestão do CRLx, quer ao nível da sua complexidade como da abrangência dos seus objectivos. O estabelecimento do Consórcio IPERION-CH, que agrega o Laboratório Hércules (Universidade de Évora), o Laboratório José de Figueiredo (DGPC) e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), constitui-se como o parceiro incontornável à realização deste projecto na medida em que oferece a quase totalidade das valências e dos meios necessários à prossecução eficaz dos objectivos do CRLx, com as referidas instituições em articulação. O Laboratório Hércules, na qualidade de coordenador do consórcio, mostrou todo o interesse em abraçar este projecto como parceiro da CML, no âmbito das mais-valias desta associação.
O Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG) surge aqui como uma parceria indispensável no domínio das questões relacionadas com a avaliação hidrogeológica da área de implantação do monumento e outras que se considerem necessárias ou pertinentes realizar no âmbito do CRLx. A especialidade de engenharia, em todas as fases do projecto CRLx, beneficiará ainda da parceria com a empresa A2P.

[9] O CRLx beneficia, em todas as suas fases, de consultoria especializada para as diversas áreas que o projecto abrange. No âmbito da Arqueologia nomeadamente no campo da investigação e experiência na área do urbanismo de Época Romana, no que respeita a cidades portuárias, vias de comunicação e a criptopórticos, colaboram os Profs. Doutores Pedro Carvalho (Centro de Estudos de Arqueologia, Arte e Ciências do Património – CEAACP) e Vasco Mantas (Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos – CECH) da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC). Especificamente para a articulação do criptopórtico com os vestígios arqueológicos conhecidos na envolvente próxima, nomeadamente os que estão integrados no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC), colabora a doutoranda Jacinta Bugalhão (DGPC; Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa – UNIARQ).

do conhecimento, da classificação, da conservação, da valorização e da divulgação e culminará, para o grande público, com a inauguração de um novo acesso ao seu interior e a criação de um centro de acolhimento e interpretação do monumento que, deste modo, será finalmente integrado nos circuitos de oferta patrimonial cultural da cidade de Lisboa.

Submetido à aprovação da Direcção Geral de Património Cultural (DGPC) em 30 de Maio de 2016, na sequência da avaliação científica de três jurados extraídos do Painel Nacional de Avaliação, foi aprovado a 16 Maio de 2017 como Projecto de Investigação Plurianual de Arqueologia (PIPA), a cumprir no prazo de quatro anos (entre 2016 e 2020), abrangendo uma área que ultrapassa aquela que se supõe ocupada pelo monumento, porque também é objectivo do projecto estudar a sua envolvente urbanística, ao longo do tempo e leva já dois anos de desenvolvimento (Caessa, Mota, 2018).

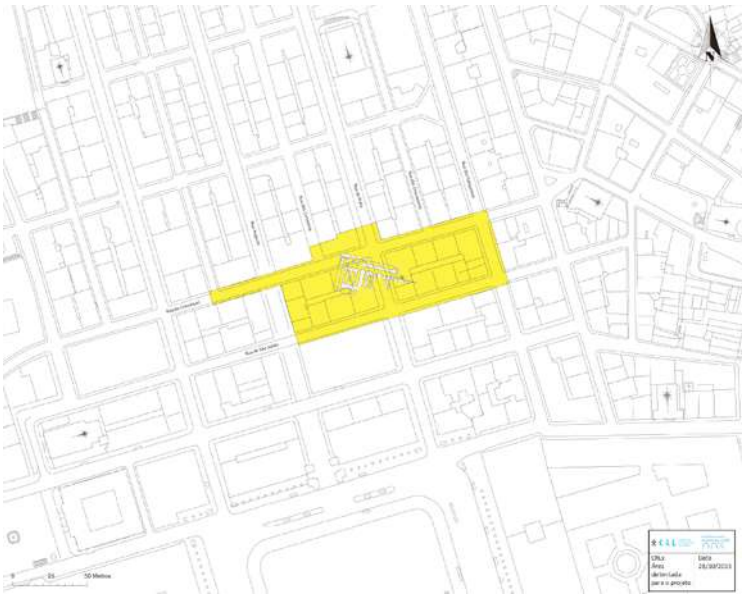


Fig. 9 – Área abrangida pelo CRLx (que ultrapassa aquela que será ocupada pelo monumento porque também é objectivo do projecto estudar a sua envolvente urbanística, ao longo do tempo).

Na área da morfologia urbana e morfogénese, nomeadamente no que concerne à evolução do urbanismo desde a Época Romana até às vésperas do terramoto de 1755 e ainda no que diz respeito à arquitectura antiga e modelação de elementos arquitectónicos, colabora o Prof. Doutor Arquitecto Carlos Dias Coelho (Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa - FAUL). No domínio da engenharia de estruturas, geologia e materiais pétreos colaboram os Profs. Doutores Engenheiros João Appleton e José Delgado Rodrigues (Instituto Superior Técnico - IST e LNEC).

3| OS OBJECTIVOS DO CRLX

3.1| CONHECER

Conhecer o monumento romano tanto no que respeita à sua implantação urbanística, como relativamente às suas características construtivas e arquitectónicas, incluindo os seus limites, a sua funcionalidade interna e externa e a sua história enquanto edifício desde a construção até à sua redescoberta pela cidade é um dos principais objectivos do CRLx.

3.1.1| SISTEMATIZAÇÃO E COMPILAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA E BIBLIOGRÁFICA DISPONÍVEL

Neste âmbito, tal como estava previsto, procedeu-se ao levantamento sistemático e respectiva revisão de toda a documentação escrita, gráfica, fotográfica e cartográfica, tanto no que respeita ao monumento e aos edifícios pombalinos que se supõe assentarem sobre ele, como genericamente a toda a envolvente que corresponde à área abrangida pelo projecto, incluindo informação relativa a intervenções arqueológicas. Esse levantamento, iniciado logo em Março de 2016, foi realizado através de consultas de processos de arqueologia na DGPC, e de consultas nas bases de dados e fundos do Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), dos Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), da Biblioteca e Arquivo Histórico do Vale do Pereiro (antigo Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas - AHMOP), da Biblioteca Central da Marinha (BCM), do Arquivo e Biblioteca Pública de Évora (ABPE), do Arquivo Municipal de Lisboa, da Hemeroteca Municipal de Lisboa e do Arquivo Histórico da EPAL.

O trabalho de levantamento[10] tem permitido concentrar no CAL o mais variado tipo de dados sobre o monumento desde a informação mais antiga à mais recente, da mais amadora e até fantasista à mais científica. A compilação da informação[11] tem permitido, também, com maior facilidade, a revisão e reinterpretação dos dados.

A consulta às fontes directas, por exemplo, tem dado os seus frutos e contribuído para o esclarecimento de incongruências e imprecisões de alguma da bibliografia que foi sendo produzida sobre o monumento.

[10] É de plena justiça deixar aqui uma nota de vivo agradecimento a todos os técnicos e até leitores que nesses arquivos e bibliotecas auxiliaram e apoiaram entusiasticamente uma pesquisa que não era sua.

[11] Nesse trabalho de levantamento tem-se contado, desde Abril de 2017, com a prestimosa colaboração de Luís Ribeiro, técnico superior de História na Direcção Municipal de Cultura.

Exemplo disso é a tradução do Latim para Português[12] do texto da autoria de Frei José de São Lourenço integrado na obra manuscrita, de 1780, *Monumenta Selecta* (fólio 3) do Mosteiro de Alcobaça[13], realizada no âmbito do projecto, que deixa claro que, pelo menos à data em que escreveu esse texto, aquele frade embora estabeleça paralelos com as catacumbas de Roma, declara ser de opinião não ser esse o caso do monumento subterrâneo de Lisboa, apresentando as suas razões e simultaneamente enumerando algumas características do edifício que visitou pessoalmente.

Outro exemplo de fonte um pouco descurada, neste caso em favor da interpretação que dela apresenta Borges de Figueiredo, em 1889, na *Revista Archeologica* e da documentação iconográfica que a acompanhava é a memória manuscrita de Francisco Martins de Andrade de 1859, mantendo-se praticamente desconhecida a transcrição completa e fiel dessa memória, publicada em 1963 por Eduardo Luiz Ruivo Serpa no nº 6 do *Boletim da Sociedade Portuguesa de Espeleologia*.

Foi possível, também, por exemplo, perceber que a por vezes referida na bibliografia, mas praticamente desconhecida e ao que se julgava desaparecida, planta da autoria de Francisco de Almeida e Silva, também datada de 1859, parcialmente publicada no nº 191 da *Ilustração Portuguesa* de 1909, está disponível (também digitalmente) no acervo do Gabinete de Estudos Olisiponenses (GEO).

A estes exemplos somam-se outros, sobretudo relativos aos desenhos, descrições e interpretações mais antigas, cujo tratamento, nalguma bibliografia, tem sido prejudicado por uma confiança excessiva no recurso às fontes indirectas, sem confrontação com as fontes directas, por vezes perpetuando equívocos e imprecisões.

Para além do esclarecimento de questões antigas, o levantamento sistemático permitiu ainda a descoberta de novas fontes. Umas mais rigorosas, destacando-se, por exemplo, a "Cópia de Vários subterrâneos achados na Cidade da Baixa", cópia de planta mais antiga, feita em Fevereiro de 1859, pelo desenhador J. M. Fortuna, por um exemplar que existia no cartório da Intendência das Obras Públicas, sob a direcção do arquitecto da mesma Intendência, Feliciano de Sousa Correa. Outras, menos rigorosas e cumprindo diferentes objectivos, como por

[12] Generosa colaboração da Profª. Drª. Maria do Rosário Calisto Laureano Santos, professora auxiliar do Departamento de Estudos Portugueses da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, licenciada em Filologia Clássica, doutorada em Literatura Portuguesa dos séculos XV e XVI, com carreira universitária de investigação nas áreas de literatura e Cultura Latinas (e sua recepção) e de ensino do Latim.

[13] Actualmente na Biblioteca Nacional de Lisboa com a cota BN OP, cod. ALC. 395.

exemplo, os desenhos publicados no jornal "O Século" de 23 de Junho de 1937, onde é registado o levantamento pouco pormenorizado de umas ruínas encontradas sob o edifício que faz esquina entre a Rua da Conceição e a Rua dos Correeiros no lado ocidental, colocando-as em relação com as galerias romanas.

Se esta tarefa pode considerar-se praticamente realizada, dificilmente estará efectivamente concluída. Será um processo em curso até final do projecto e que se espera prossiga após o seu término através da criação de um Observatório, no âmbito do cumprimento do 6º objectivo do CRLx "Observar". Mais pistas de pesquisa surgirão muito provavelmente no decurso do desenvolvimento do projecto e serão certamente exploradas, engrossando o conjunto da informação disponível sobre o monumento.

3.1.2| DEFINIÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO

Todo o trabalho de levantamento, compilação e revisão das informações disponíveis sobre o monumento e área abrangida pelo CRLx, desde as informações mais antigas, às informações mais recentes (a DGPC no cumprimento da regulamentação dos PIPAs tem comunicado atempadamente sempre que autoriza uma intervenção arqueológica na área abrangida pelo projecto, promovendo a frutífera partilha de informação e felizes e preciosas colaborações entre os interventores e os titulares do projecto), tem permitido, tirando partido também da informação que os serviços camarários de reabilitação urbana e de licenciamento dispõem, a constituição de um cadastro dos espaços disponíveis para intervenções arqueológicas e de valorização patrimonial.

O levantamento do estado dos edifícios sinalizados (ocupados ou devolutos, em processo de licenciamento para obras, ou já licenciados, entre outras informações) tem proporcionado abordagens com os proprietários dos imóveis e com os donos de obra por forma a garantir (com o apoio da Tutela) que a oportunidade da intervenção arqueológica não se esgotará com o preceito corrente das necessidades da obra (nem sempre coincidentes das necessidades da investigação científica sobre o criptopórtico) para realização do respectivo diagnóstico arqueológico obrigatório, minimizando a hipótese da perda de oportunidades raras e preciosas para a escavação arqueológica dos sítios sinalizados com os objectivos científicos do CRLx de conhecer o monumento e a sua envolvente.

Se esse rastreio tem dado resultados muito positivos no que respeita aos imóveis (todos de propriedade privada) sinalizados, licenciados para a realização de obras, já as intervenções urbanísticas na via pública (promovidas por concessionárias de distribuição de água, gás, electricidade e telecomunicações) têm-se revelado um desafio difícil de enfrentar. Se a DGPC tem informado sempre os responsáveis do CRLx das autorizações concedidas para trabalhos arqueológicos em imóveis na área abrangida pelo projecto e os autorizados da existência do projecto e da necessidade de partilha de informação, nos casos das intervenções em via pública esse canal de comunicação não parece funcionar. Assim, até ao presente ainda não foi possível transformar os trabalhos arqueológicas que obrigatoriamente acompanham essas operações urbanísticas em oportunidades de investigação no âmbito do CRLx, tendo o trabalho arqueológico realizado ficado sempre condicionado às dimensões das valas e às cotas necessárias à obra.

3.1.3| TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

As condições insólitas do monumento (alicerce inundado de prédios de rendimento e vias públicas) condicionaram sempre, negativamente, as possibilidades de realização de trabalhos arqueológicos.

A actual dinâmica de reabilitação urbana da Baixa Pombalina, promovida pelo crescimento no investimento imobiliário e pelo aumento do turismo, por força da regulamentação em vigor, dada a sensibilidade patrimonial dessa área, tem vindo a proporcionar a possibilidade de realização de trabalhos arqueológicos na área do monumento e sua envolvente imediata.

O CRLx, projecto cuja concepção e implementação foram impulsionadas por duas intervenções arqueológicas surge, neste contexto, por iniciativa do CAL, na tentativa de transformar essas ocasiões em oportunidades de investigação científica integrada sobre o monumento, com consequências efectivas no seu conhecimento, conservação e divulgação.

3.1.3.1| SONDAGENS E ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS

Sondagens e escavações arqueológicas na área de implantação do monumento e sua envolvente imediata são, assumidamente, acções prioritárias do CRLx.

Apenas elas permitirão a construção de um novo discurso sobre o monumento fundamentado prioritariamente no registo arqueológico, esclarecendo questões tão importantes como, por exemplo, a planta do edifício subterrâ-

neo, os materiais, as técnicas e as circunstâncias da sua construção, reconstrução e eventual adaptação ao longo do tempo, a sua função original e as funções que foi assumindo depois, a sua localização na malha urbana romana ou as características e funções do edificado que se lhe sobrepôs desde a sua construção até ao presente.

Como já foi referido, no âmbito do CRLx, têm sido desenvolvidos, de forma sistemática e planeada, os maiores esforços no sentido de transformar todos os trabalhos arqueológicos, que por constrangimento legal, acompanham as operações urbanísticas na área abrangida pelo projecto, em oportunidades de investigação científica sobre o monumento e sua envolvente imediata.

Até à data, foram realizadas quatro intervenções arqueológicas, no âmbito do CRLx, continuando expectantes, desde o início do projecto, mais duas: uma na Rua da Conceição 73-75 e a outra na Rua da Conceição 79-83 (antiga Retrosaria "Brilhante"). Questões relacionadas com mudanças de propriedade dos imóveis, alterações aos projectos de reabilitação e licenciamentos, têm continuamente provocado o adiamento das operações urbanísticas que permitirão a realização dessas intervenções arqueológicas. Mas, para além das enumeradas, tem também que se fazer referência a uma outra intervenção arqueológica (de acompanhamento, em via pública) que não tendo sido realizada no âmbito do CRLx, ocorreu no centro da área abrangida pelo projecto.

a) Rua da Conceição 75-77 (RC 75-77)

A intervenção arqueológica da Rua da Conceição 75-77 ocorreu entre Janeiro e Maio de 2015 e consistiu na realização de 3 sondagens de diagnóstico (Caessa, Mota e Nozes, 2015a) que futuramente serão alargadas à restante área do piso térreo do imóvel que ocupa os nºs 73 a 77 dessa rua.

Esse imóvel pombalino, devoluto há vários anos, era então alvo de concepção de projecto de reabilitação, para a elaboração do qual era necessário um diagnóstico que permitisse compreender os eventuais problemas estruturais do edifício e a sua relação com o criptopórtico que lhe subjaz. Uma vez que a CML é, desde os finais da década de 1980, proprietária de uma pequena fracção no rés-do-chão desse edifício (o espaço da pequena loja com o nº 77), o CAL foi contactado, pelo proprietário do restante edifício (então, a Refúgio Parque Ldª.), no sentido de assumir os necessários trabalhos arqueológicos, oportunidade que não foi declinada, tendo sido nomeada uma equipa de arqueólogos desse serviço municipal para o efeito.

Como já é do conhecimento público (Caessa, Mota e Nozes, 2016 e Caessa, Nozes e Mota, 2018), a escavação dessas 3 sondagens, para além de ter permitido identificar um oratório ou pequena mesquita de bairro de época medieval islâmica, mostrou parte da superfície superior exterior do criptopórtico romano, até então apenas vista e descrita muito sumariamente em meados do século XIX (Fig. 10).

Fig. 10 – Intervenção arqueológica na Rua da Conceição 73-77 (Arquivo CAL).

Datáveis da época romana foram identificadas 4 áreas funcionais: um pavimento constituído por lajes quadrangulares em mármore cinza e lioz rosa, assentes numa argamassa rosada; um piso em silharia com inclusões em *opus caementicium* (área porticada?); um muro em *opus caementicium*; um pavimento em argamassa rosada, aparentemente já não assente sobre o criptopórtico (Fig.11).

Fig. 11 – Planta geral das estruturas descobertas na Rua da Conceição, 73-77.

Embora ocorrida em período anterior à concepção do CRLx, não pode deixar de ser referida pela importância dos resultados, que impulsionaram a concepção do projecto e pelo facto de a escavação em área de todo o piso térreo do edifício estar prevista e expectante desde o término das sondagens de diagnóstico.

b) Rua da Prata 45-51 / Rua de São Julião 86-106 (RP 45-51 / RSJ 86-106)
A intervenção arqueológica na Rua da Prata 45-51 / Rua de São Julião 86-106 ocorreu entre Dezembro de 2015 e Fevereiro de 2017 e consistiu na realização de 39 sondagens parietais e no subsolo.

Ainda decorria o final da intervenção arqueológica na Rua da Conceição nº75-77, onde a escavação das 3 referidas sondagens demonstrara claramente a impossibilidade de criação por esse local de um novo acesso ao interior do criptopórtico (objectivo longínquo que conduzira à aquisição da loja pela CML na década de 1980) sem colocar em causa a integridade do monumento, quando foram iniciados os contactos com os representantes dos proprietários (Finsolutia S.A.) deste edifício de esquina entre a Rua da Prata e a Rua de São Julião, que se sabia também assente sobre o criptopórtico, também devoluto e em fase de licenciamento para obras de reabilitação, no sentido de oferecer os serviços da equipa de arqueólogos municipal para os obrigatórios trabalhos arqueológicos. Foi assim iniciada uma negociação informal que no final transformou os trabalhos arqueológicos exigidos pela regulamentação em vigor em oportunidades de investigação arqueológica sobre o criptopórtico, apenas condicionadas a questões estruturais e de segurança e não limitadas por dimensões de valas e cotas de obra.

Foi nesta intervenção arqueológica que se percebeu a possibilidade de criação de um novo acesso, seguro e inclusivo ao interior das galerias. O edifício pombalino em questão possuía, desde 1913, uma cave, cuja construção necessariamente interceptara o monumento, sendo de prever que nas paredes Norte da cave se encontrassem emparedadas, pelo menos algumas das galerias visitáveis. Após a remoção dos rebocos dessas paredes, foi identificada uma das galerias, no caso a chamada, "Galeria das Nascentes". O moroso e delicado trabalho de desobstrução (cerca de 7,5m) do troço da galeria entre a cave e a área visitável[14] demonstrou a possibilidade real da criação de um novo acesso ao interior do criptopórtico através desse local.

[14] Acção em que o apoio dos engenheiros Sílvia Dias e Miguel Couteiro da Direcção Municipal de Projectos e Obras (DMPO) e Albertina Rodrigues da DGPC foi essencial.

Tendo sido este um factor essencial para o bom acolhimento que o CRLx mereceu das hierarquias camarárias, não foi o mais importante em termos científicos.

O facto de a intervenção ocorrer numa cave com um pé direito de cerca de 2,80 m, cuja construção interceptou a estrutura subterrânea, permitiu a leitura de uma fatia tridimensional do criptopórtico, uma vez que a cave funcionou como um elemento interfacial total (Fig. 12).

Fig. 12 – Intervenção arqueológica na Rua da Prata 45-51 / Rua de São Julião 86-106 (Arquivo CAL).

Entre as descobertas mais importantes salientam-se, a identificação do limite ribeirinho Sudoeste do criptopórtico e a identificação de espaços inéditos da arquitectura do edifício: um acesso na frente de rio; uma estrutura de drenagem até então desconhecida; duas galerias inéditas cuja construção foi planeada, pelo menos num dos casos iniciada, mas que nunca foram terminadas; um tanque revestido a *opus signinum* e acabamento interior em lajes de mármore branco, em posição simétrica e equivalente ao que foi descrito no século XIX (Fig. 13).

Fig. 13 – Planta geral das estruturas descobertas na Rua da Prata 45-51 / Rua de São Julião 86-106.

Os dados obtidos nesta intervenção (Mota, Nozes e Caessa, 2018) permitiram tirar conclusões a respeito das técnicas construtivas, dos materiais usados e das contingências da obra do criptopórtico e estabelecer algumas cronologias: a construção em meados do século I; a entrada acidental da água no interior das galerias subterrâneas ainda durante o processo de obra ou pouco depois; a provável desactivação parcial e funcional da área subterrânea no século III e o desmonte parcial e abandono no século IV ou V (Mota e Martins, no prelo).

c) Rua da Prata 43-51 - via pública / passeio (RP 16)

Esta intervenção arqueológica realizada, entre 5 e 7 de Setembro de 2016, em via pública (passeio Oeste) ocorreu por necessidade de abertura de uma vala para instalação de novas tubagens de escoamento para a rede pública das águas do interior das galerias e de ligação à corrente eléctrica da bomba automática permanente, respondendo a uma solicitação do Museu de Lisboa e do Regimento de Sapadores Bombeiros.

Neste caso, a tentativa de transformar este trabalho arqueológico (que foi apenas de acompanhamento, porque a acção urbanística foi encarada como reabertura de vala), ditado pela necessidade de obra numa oportunidade de investigação científica não foi bem-sucedida, mesmo quando o CRLx assumiu a responsabilidade do trabalho, através da contratação dos trabalhos arqueológicos, à empresa Neoépica Ldª. Interesses superiores ao científico sobrepuseram-se, obrigando a que a escavação fosse realizada em período nocturno e que as necessidades da obra relativamente às dimensões da vala e cotas de profundidade a atingir não fossem ultrapassadas.

Como a leitura do relatório final (Vieira e Rebelo, 2016) da intervenção pode comprovar, as dimensões e cotas praticadas, não permitiram o registo de qualquer troço de superfície superior exterior do criptopórtico e inviabilizaram o registo de qualquer realidade de natureza arqueológica, numa área de passeio que até aos cerca de 0,70 m de profundidade em relação ao piso pedestre, está já profundamente perturbada pela travessia de inúmeras infra-estruturas.

d) Rua da Prata 45-51 com Rua de São Julião 84 – via pública / passeio

Os trabalhos de abertura da vala de interligação com infra-estruturas PT/MEO na área de passeio junto ao imóvel nº 45-51 da Rua da Prata / nºs 86-106 da Rua de São Julião, foram iniciados sem que fossem contemplados os trabalhos arqueológicos previstos na lei, embora a área em questão esteja integrada em zona de sensibilidade arqueológica de Nível I assinalada no PDM em vigor e no Plano de Pormenor e Salvaguarda da Baixa Pombalina, na zona especial de protecção (ZEP) do conjunto classificado da Baixa Pombalina e na servidão administrativa do NARC, conjunto classificado como monumento nacional.

Após denúncia à DGPC, a obra foi suspensa até que o promotor garantisse a realização dos obrigatórios trabalhos arqueológicos. A iniciativa dos arqueólogos titulares do CRLx no sentido de assumirem este trabalho em categoria A (ações de investigação programadas em projectos de investigação plurianual em arqueologia) no âmbito do PIPA, não foi acolhida, tendo sido apenas aberta a possibilidade da sua realização em categoria C (acções preventivas). A obra recomeçou quando os trabalhos arqueológicos, inseridos em categoria D do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (acções de emergência) foram contratualizados à empresa de arqueologia Cota 80-86 Unipessoal Ldª e ocorreram entre 1 a 3 de Agosto de 2017. A partilha de informação preconizada pela DGPC em relação ao PIPA em vigor ocorreu sem qualquer obstáculo sendo de destacar as boas relações entre os arqueólogos em campo e os arqueólogos titulares do CRLx.

Todavia, a dimensão da vala e as cotas verificadas, ditadas unicamente pelas necessidades daquela operação urbanística, apenas na Rua da Prata, sensivelmente em frente ao nº 51 foram, de acordo com o relatório final da intervenção, identificadas "estruturas em mau estado de conservação [033], [036] e [047], formadas por argamassa bastante compacta, de matriz arenosa e com bastante cal, e tonalidade laranja clara, similar ao *opus caementicium* romano observável no interior do edifício romano. A dificuldade de aferição cronológica deve-se à pouca profundidade a que estas estruturas se encontram (cerca de 0,30 m.). Sendo truncadas por depósitos recentes a nível superior [032], [034] e [035] e sucessivamente a inexistência de depósitos sedimentares coevos e associáveis aos vestígios patrimoniais descritos. Estas dúvidas sobre a identificação ou não do topo do criptopórtico motivaram a sua salvaguarda, através da subida das cotas de afectação para 0,30m. e a sua protecção com a colocação de manta geotêxtil" (Filipe, 2017, pp. 15-16). Mais à frente, nas "Considerações Finais", na página 20, acrescenta-se: "A realidade mais antiga poderá ser equivalente ao topo do criptopórtico. No entanto a sua confirmação valida uma escavação arqueológica em área e uma análise mais detalhada dos fragmentos de argamassa recolhidos. Em todo o caso, os vestígios patrimoniais encontram-se em reserva arqueológica devidamente protegidos." (Filipe, 2017, p.20).

Eis portanto, mais um exemplo de intervenção arqueológica, neste caso de emergência, que pese embora o profissionalismo com que foi desenvolvida se consumou como uma oportunidade de investigação científica perdida para o CRLx.

e) Rua de São Julião 78-84 / Rua da Prata 46-50 (RSJ 80)

Os necessários trabalhos arqueológicos (escavação da caixa para o elevador no nº 88 da Rua de São Julião) a realizar no âmbito da requalificação do imóvel sito nos nºs. 78-84 da Rua de São Julião / 46-50 da Rua da Prata foram adjudicados à empresa Era – Arqueologia S. A., pela empresa de construção e engenharia Monterg S.A.. Decorreram em duas etapas: a primeira entre 23 e 27 de Outubro de 2017 e 18 e 23 de Janeiro de 2018, onde foram identificadas estruturas pombalinas e pré-pombalinas de Época Moderna e contextos de aterro associados (Sarrazola e Peace, 2018a); a segunda entre 6 e 9 de Abril de 2018, motivada pelo aluimento do corte Este da sondagem previamente realizada do qual resultara o aparecimento de mais pré-existências de que se destacava um poço em pedra (Sarrazola e Peace, 2018b).

No âmbito do PIPA a decorrer, a DGPC informou os arqueólogos responsáveis pela intervenção da necessidade da partilha de informação com os titulares do CRLx. As relações de colaboração não podiam ter corrido melhor: os arqueólogos responsáveis, regularmente e por sua própria iniciativa, informaram os titulares do projecto das ocorrências da escavação, promovendo as visitas ao local, partilhando toda a informação e incentivando opiniões relativamente à interpretação do registo arqueológico que iam fazendo. No entanto, como se veio a verificar quando a cota da obra foi atingida (cerca de 1,16m.), a profundidade da escavação para a caixa de elevador pretendida não permitiu o registo de qualquer estrutura que pudesse ser relacionada com o criptopórtico, ou qualquer contexto de época romana que não algum material cerâmico muito fragmentado e descontextualizado.

A escavação desta caixa de elevador apresentava-se, à partida, como uma oportunidade quase única para esclarecer uma das dúvidas de sempre sobre o edifício romano subterrâneo: o seu prolongamento para Nascente, parte nunca devidamente registada (mesmo antes e aquando da construção do colector central da Rua da Prata) e sobre a existência e características do qual muito se tem especulado.

Tendo os arqueólogos da Era - Arqueologia S.A. efectuado escrupulosamente o trabalho para o qual tinham sido contratados, tendo a Monterg S.A. garantido o cumprimento de todos os preceitos legais a favor da salvaguarda do património arqueológico na escavação da caixa para o elevador, esta poderia ser uma oportunidade perdida para a investigação científica a respeito do criptopórtico. Mas não foi.

As excelentes relações entre os titulares do projecto e os arqueólogos em campo e os contactos estabelecidos com a Monterg S.A., ocasionaram uma situação de excepcional colaboração que permitiu a continuação da escavação em profundidade, com fins meramente científicos. Arqueólogos em campo e titulares do CRLx, em conjunto, sensibilizaram o empreiteiro (e por inerência o proprietário do imóvel) para o CRLx, para a importância da investigação no local e para os previsíveis benefícios da valorização do imóvel em causa, caso se verificasse a presença do criptopórtico no local (a eventual isenção de IMI do edifício em reabilitação quando o monumento for classificado como monumento nacional, por exemplo). Ao mesmo tempo, foi explicada a razão pela qual essa investigação arqueológica pretendida não inviabilizaria a colocação do elevador que, estava comprovado, não afectaria qualquer estrutura ou contexto arqueológico de época romana que viesse a ser encontrado, uma vez que estaria a cota inferior. Foi também o empreiteiro

tranquilizado sobre a questão contratual e económica: não caberiam ao dono de obra quaisquer custos com o trabalho arqueológico a realizar, que não fossem os que a reprogramação da obra eventualmente exigisse para permitir a continuação da escavação. Foi assim acordada a concessão de 5 dias para prossecução da escavação do local da caixa do elevador, em profundidade.

Ultrapassada esta questão, havia todo um conjunto de obstáculos burocráticos a vencer: para os arqueólogos em campo poderem prosseguir a escavação teriam que ser contratados novamente, em tempo record, agora pelo CRLx, o que dados os procedimentos legais a cumprir era manifestamente impossível; para serem os arqueólogos titulares do PIPA a assumirem a continuação da escavação havia também todo um processo a iniciar junto da DGPC que, por rápido que fosse, não se compadeceria com os prazos oferecidos pelo empreiteiro.

Numa atitude de enorme confiança, generosidade, responsabilidade patrimonial e interesse pela investigação científica arqueológica no âmbito de um projecto que não era seu, foi da Era – Arqueologia S.A. que surgiu a proposta de solução: uma 2ª adenda ao seu Pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos (PATA) aprovado, no sentido de lhe serem adicionados os nomes dos dois arqueólogos titulares do CRLx. Os técnicos da DGPC envolvidos foram acompanhando todas as circunstâncias e diligências, demonstrando o maior interesse nesta oportunidade e muito terão contribuído para o grande espírito de abertura manifestado pela DGPC que acolheu a proposta e agilizou procedimentos.

A continuação da escavação operada pelos arqueólogos titulares do CRLx (no fundo uma terceira etapa da intervenção arqueológica), ocorreu entre 17 e 20 de Abril e levou a sondagem, previamente realizada pelos arqueólogos da Era – Arqueologia S.A., à profundidade de 2,13m, possibilitando a identificação de contextos e estruturas de época romana relacionáveis com o criptopórtico, nomeadamente os vestígios bastante destruídos de um hipocausto (Mota, Caessa, Sarrazola e Peace, 2018). O poço circular em pedra, detectado na 2ª etapa da intervenção arqueológica, foi parcialmente desentulhado permitindo verificar que essa estrutura hidráulica aparenta estar aberta sobre uma galeria, até agora desconhecida do criptopórtico.

Ficou assim comprovado, numa pequena e de curta duração intervenção arqueológica, o prolongamento do criptopórtico para Nascente, pelo menos até àquele local, muito contribuindo para o completar da planta daquele edifício romano subterrâneo não conhecido na sua totalidade. Simultaneamente foram regista-

das evidências arqueológicas que permitem repensar todos os dados recolhidos e todas as teorias desenvolvidas até ao presente sobre o edificado romano que assentou, originalmente, sobre o criptopórtico. Esta intervenção arqueológica funciona, assim, como o paradigma de excelência a difundir e a seguir em situações análogas, mas que infelizmente nem sempre tem sido possível.

3.1.3.2| LEVANTAMENTOS

Os trabalhos de levantamento do monumento com recurso às mais recentes tecnologias são um meio em que o CRLx tem apostado e continuará a apostar, procurando-se desse modo complementar a informação proporcionada pelos tradicionais e obrigatórios levantamentos topográficos, arqueológicos e arquitectónicos geo-referênciados.

Com a colaboração do Laboratório HERCULES e do Instituto de Ciências da Terra da Universidade de Évora (parceiros externos do projecto) procedeu-se, ainda na segunda metade de 2016, à prospecção com georradar e fotogrametria digital e laser scan 3D das estruturas arqueológicas escavadas na Rua da Prata 45-51 / Rua de São Julião 86-106[15] (Fig. 14). O tratamento dos dados recolhidos nesses trabalhos de levantamento foi realizado no primeiro trimestre de 2018. O levantamento fotogramétrico digital 3D do interior das galerias visitáveis será o próximo passo a seguir.

Fig. 14 – Prospecção com georradar, realizada por elementos do Instituto de Ciências da Terra da Universidade de Évora, durante a intervenção arqueológica na Rua da Prata 45-51 / Rua de São Julião 86-106 (Arquivo CAL).

[15] Assinalando-se a colaboração dos doutorandos Frederico Henriques e Rui Oliveira.

3.1.3.3| ESTUDOS DE ESPÓLIOS

As intervenções arqueológicas já realizadas proporcionaram a recolha de espólio variado, cujo tratamento[16] e estudo vai sendo efectuado sistematicamente, com o recurso a meios próprios, aos parceiros externos e a vários colaboradores, na maioria voluntários, mas por vezes implicando algum investimento financeiro. Assim, estudos têm vindo a ser realizados de sedimentologia[17], de cerâmica[18], de litologia e petrologia[19], sobre os elementos faunísticos[20], os elementos orgânicos de origem vegetal[21], os elementos decorativos, arquitectónicos, escultóricos e pictóricos[22]. Estão também em curso um ensaio para um projecto de arquitectura[23] e pequenas intervenções de conservação preventiva e de restauro[24].

3.1.3.4| RECONSTITUIÇÕES

A muito próxima e presente colaboração com os elementos do FORMA URBIS LAB da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa[25], parceira externa do CRLx, tem permitido que a investigação desenvolvida em torno do criptopórtico romano, nomeadamente no que respeita às suas características arquitectónicas, bem como aos poucos vestígios conhecidos do mesmo tipo de características do edificado romano que sobre esse alicerce se ergueu, seja quase de imediato tratada para que possa ser utilizada para testar hipó-

[16] Note-se a relevância da colaboração, por vezes financiada, mas na maior parte do tempo voluntária, do arquivista reformado Albino Marques e da licenciada em arqueologia e mestranda em antropologia, Ana Margarida Moço, na primeira abordagem a todo o espólio, na fase imediatamente a seguir à escavação.

[17] Os resultados dos estudos de sedimentologia prosseguidos pela doutoranda da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Ana Costa, do Laboratório de Arqueociências da Direcção Geral de Património Cultural, têm sido apresentados em encontros científicos com alguma regularidade.

[18] O estudo das cerâmicas de época romana está a ser realizado pelos doutorandos da Uniarq – Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Carolina Grilo e Rui Roberto de Almeida.

[19] Os estudos de Litologia e Petrologia têm vindo a ser realizados pela técnica superior de Geologia do CAL, Eva Leitão.

[20] Os elementos faunísticos, encontrados em contextos de época romana ou noutros, têm sido estudados pela mestre Ana Beatriz Santos, sob orientação da doutorada, actualmente desenvolvendo o seu *post* doutoramento, Cleia Detry.

[21] Os elementos orgânicos de origem vegetal têm sido estudados pela doutoranda Ginevra Coradeschi do Laboratório HERCULES da Universidade de Évora e do Laboratório de Arqueobotânica da Universidade de Cagliari, na Sardenha e os resultados desses estudos têm tido difusão internacional.

[22] Os elementos decorativos, arquitectónicos, escultóricos e pictóricos de época romana estão a ser estudados pela *post* doutoranda do Departamento de História de Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Filomena Limão.

[23] Um ensaio para um projecto de arquitectura para a área da intervenção arqueológica da Rua da Prata 45-51 / Rua de São Julião 86-106, está a ser realizado no âmbito do seu doutoramento, pela arquitecta Teresa Garcia, sob a orientação de Valerio Tolve, do Politécnico de Milão e de Isabel Raposo, da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

[24] Intervenções de conservação preventiva e restauro, sempre que necessárias, têm sido levadas a cabo pelos técnicos do laboratório de conservação e restauro do CAL, Moisés Campos e Filipa Pimenta.

[25] Especialmente com o arquitecto doutorando Pedro Vasco Martins.

teses de reconstituições fundamentadas nas realidades arqueológicas verificadas e georreferenciadas e em paralelos conhecidos, tendo em consideração o mesmo tipo de informação disponível para a envolvente do monumento.

Esse trabalho, continuado e dependente dos progressos da investigação, tem vindo a ser apresentado nos diferentes meios de divulgação do projecto, com destaque para as conferências e as apresentações em encontros científicos (e respectivas publicações), onde há a oportunidade de apresentar claramente a fundamentação das hipóteses e colocá-las ao escrutínio já não só dos consultores científicos do projecto, mas de toda a comunidade científica.

Até final do projecto, espera-se atingir os resultados mais adequados a utilizar no discurso museológico do futuro centro de interpretação do monumento.

3.2| ASSEGURAR O PAPEL DA CML SOBRE O MONUMENTO

Assegurar o papel da CML sobre o monumento através do esclarecimento do seu estatuto jurídico, clarificando a questão dos direitos de propriedade sobretudo na relação que existe entre essa estrutura arqueológica subterrânea e os edifícios privados que nela assentam constitui condição importante para a prossecução de alguns dos objectivos do CRLx.

Poderá genericamente considerar-se que o empenho demonstrado pela CML no conhecimento, na conservação e na divulgação do criptopórtico romano desde meados do século XX e presentemente através do desenvolvimento deste projecto municipal que é o CRLx, no que respeitará à opinião pública, reforça o papel que a Autarquia tem exercido sobre o monumento.

De qualquer modo, em termos jurídicos e formais, a situação é tudo menos clara. A questão dos direitos de propriedade coloca-se, sobretudo na relação que existe entre a estrutura subterrânea com os imóveis e as vias públicas que sobre ela assentam. A clarificação sobre eventuais direitos de propriedade e responsabilidade sobre o criptopórtico revela-se essencial quando se procura que todas as acções urbanísticas e de valorização patrimonial que ocorram na área que ocupa sejam articuladas sob a óptica deste projecto e, após o seu término, de um Observatório CRLx, minimizando a dispersão de acções e informações decorrentes de eventuais iniciativas privadas.

Assim, de acordo com o que estava inicialmente previsto, o Departamento Jurídico (DJ) da CML, através da Divisão de Contencioso e de Apoio Jurídico (DCAJ),

enquanto parceiro interno do projecto foi chamado a intervir, tendo já produzido um primeiro parecer sobre o assunto.

Paralelamente, as trabalhosas negociações (que implicaram a alteração do projecto previamente aprovado para o edifício pombalino em reabilitação) iniciadas pela CML, através da Direcção Municipal de Gestão de Património (também parceira interna do CRLx) em 2016 com os representantes dos proprietários do imóvel nº45-51 da Rua da Prata/ nº 86-106 da Rua de São Julião culminaram com a assinatura, a 23 de Maio de 2018, da escritura que comprova o acto de compra por parte da CML de uma fracção de rés-do-chão e de cave do imóvel, tornando-a proprietária do espaço, onde virá a ser instalado o centro de acolhimento e interpretação do monumento romano e por onde se fará futuramente o novo acesso permanente, seguro e inclusivo ao interior das galerias.

Estes são, portanto, os primeiros, mas essenciais, passos a percorrer, para a formalização /oficialização do papel da CML enquanto guardiã directa e gestora responsável do monumento.

3.3| CLASSIFICAR

A constituição de um *corpus* de informação sobre o monumento que o CRLx tem promovido é essencial para a elaboração da proposta e instrução do processo de classificação do criptopórtico como "Monumento Nacional". Até à implementação e desenvolvimento do CRLx, as lacunas existentes no conhecimento arqueológico daquela estrutura subterrânea de época romana (em que nem a área de implantação era seguramente conhecida) condicionaram sempre negativamente um processo de classificação, embora a sua integração em área de servidão administrativa do NARC, classificado em 2015 como Monumento Nacional, a sua localização no Conjunto de Interesse Público da Baixa Pombalina e a sua sinalização em área de sensibilidade arqueológica de nível 1, no Plano Director Municipal (PDM) e no Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina, lhe concedessem alguma protecção.

No Departamento de Património Cultural (DPC), onde o CAL se encontra integrado, existe, na Divisão de Salvaguarda de Património Cultural (DSPC), também parceira interna do CRLx, uma equipa experiente na elaboração de propostas fundamentadas para classificação patrimonial. Esta equipa tem acompanhado o desenvolvimento do projecto e será chamada a actuar mal se considere que a informação reunida e tratada é suficiente para a eficaz argumentação necessária para, em estreita colaboração com a DGPC, se proceder à classificação patrimonial do monumento.

3.4| CONSERVAR

Muito relacionado com o conceito de conservação estão os de diagnóstico e monitorização. Até ao presente, no âmbito do CRLx, as acções realizadas neste âmbito têm sido sobretudo e essencialmente tarefas de diagnóstico e de monitorização do monumento. Dessas acções de avaliação do estado de conservação da parte visitável dessa estrutura arqueológica subterrânea, inundada em permanência há muitos séculos, bem como do seu comportamento face às mais diferentes circunstâncias actuais e eventuais, dependem inúmeras acções de conservação preventiva que vão sendo realizadas à medida das necessidades e dependerão as opções propostas no futuro projecto de conservação, restauro e engenharia a concretizar. Garantir a conservação do monumento realizando acções de avaliação estrutural de forma integrada e sistemática, monitorizando os diferentes impactos e implementando medidas de conservação preventiva e restauro e assegurar a integridade do monumento, dotando-o, simultaneamente, de condições claramente mais favoráveis de acessibilidade pública, do que as actuais. É um objectivo primordial do CRLx.

A análise trimestral dos registos de leitura dos fissurómetros instalados, por iniciativa do Museu da Cidade (hoje Museu de Lisboa), em 2006, no interior da chamada "Galeria das Nascentes", interrompida desde Setembro de 2011, foi desde Abril de 2016 assumida pelo CAL, no âmbito do CRLx. A monitorização da fissura que atravessa longitudinalmente essa galeria no pavimento e na abóbada mantem-se imprescindível, dadas as características do substrato geológico da Baixa Pombalina e as perturbações a que tem sido sujeito, provocadas entre outros factores por inúmeras pressões urbanísticas.

Ainda no mesmo campo de preocupações, pondera-se a execução de prospecção geotécnica e hidrogeológica no criptopórtico e área imediatamente envolvente, através da realização de sondagens à percussão com recuperação de amostras, ensaios de penetração dinâmica e a colocação de piezómetros para realização de estudo hidrogeológico.

A suspeita empírica da existência de infiltrações de esgoto para o interior das galerias visitáveis foi investigada entre Dezembro de 2017 e os primeiros meses de 2018, com recurso aos meios humanos e técnicos disponíveis em diferentes serviços municipais, parceiros internos do CRLx.

Essa peritagem concretizou-se através do desenvolvimento de dois tipos de acções. A primeira, realizada com a colaboração do Laboratório de Bromatologia e

do Departamento de Saúde, Higiene e Segurança (DSHS), consistiu na colheita, em vários pontos diferentes, de amostras da água que inunda o monumento, cuja análise laboratorial comprovou a contaminação por esgoto doméstico. Os resultados das análises inviabilizaram, até à resolução definitiva do problema detectado, as tão esperadas e habituais visitas bianuais do público ao interior das galerias, por razões de higiene, saúde e segurança.

Em consequência desses resultados laboratoriais, com a colaboração da Divisão de Saneamento (DS) e da Unidade de Intervenção Territorial – Centro Histórico (UTI-CH), também parceiros internos do CRLx, foram contactados os locatários de algumas das fracções dos imóveis que assentam sobre as galerias para a realização de testes de contraste, a partir das suas canalizações. Detectada a origem das infiltrações, os respectivos proprietários foram oficialmente intimados para que procedam aos trabalhos necessários à eliminação do problema, dentro dos prazos estabelecidos no quadro da regulamentação em vigor. Findo o prazo concedido sem que o problema seja resolvido, a CML accionará o instrumento legal de que dispõe: as obras coercivas.

Outra questão, surgida na sequência da desobstrução de parte do emparedamento Sul da chamada "Galeria das Nascentes" durante a intervenção arqueológica na Rua da Prata 45-51 / Rua de São Julião 86-106 e das demolições que transformaram e/ou eliminaram paredes na cave e na loja desse edifício, é a da condensação excessiva, habitual no interior do monumento, mas desde a desobstrução, também nas áreas de cave e loja recentemente adquiridas pela CML para criação do novo acesso e instalação do centro de acolhimento e interpretação. O problema, altamente nocivo em termos de saúde, segurança e higiene para os humanos é também prejudicial à integridade do edifício da loja e cave. Numa acção de colaboração entre parceiros internos do CRLx, a Divisão de Salvaguarda de Património Cultural (DSPC) e a Divisão de Projecto e Fiscalização de Instalações Eléctricas e Mecânicas (do Departamento de Projecto e Construção de Equipamentos da Direcção Municipal de Projectos e Obras), diagnosticaram o problema e apresentaram propostas de solução temporária (até à concretização dos projectos de especialidades que o local virá a merecer), assentes sobretudo na criação de circuitos simples de circulação de ar e arejamento natural dos espaços.

3.5| VALORIZAR

Valorizar o monumento integrando-o definitivamente na oferta patrimonial e turística da cidade, com recurso à criação de um novo acesso ao interior das galerias subterrâneas, promovendo a acessibilidade segura e inclusiva e ofere-

cendo um espaço de acolhimento e interpretação onde as soluções museológicas adoptadas servirão tanto para a compreensão do monumento como para a da sua importância na cidade, é outro dos objectivos fundamentais do CRLx.

Em última análise, todo o tipo de trabalho desenvolvido sobre o monumento contribuirá certamente para a sua valorização. A já referida compra de parte do rés-do-chão e de cave do imóvel nº 45-51 da Rua da Prata / nº 86-106 da Rua de São Julião, por exemplo, é o primeiro mas essencial passo para a realização do novo acesso ao interior das galerias e para a instalação do centro de acolhimento e de interpretação do monumento. Mas até ao momento três situações podem ser destacadas.

A primeira é a decisão assumida de integrar *in situ* e em meio submerso (como foram encontradas e estão há vários séculos) de algumas das estruturas arqueológicas escavadas na parte da cave recentemente adquirida pela CML, durante a intervenção arqueológica realizada pelos titulares do CRLx entre Dezembro de 2015 e Fevereiro de 2017.

A segunda foi a realização de um "Programa Preliminar de Museologia", elaborado pelo actual coordenador do Museu de Lisboa / Palácio Pimenta (também parceiro interno do CRLx)[26] em colaboração com os titulares do projecto, com o objectivo de indicar as necessidades básicas em termos espaciais e funcionais dos futuros projectos de museologia e museografia, a levar em consideração aquando da elaboração do projecto de Arquitectura para a cave e a loja.

A terceira, sob a responsabilidade directa de uma equipa de arquitectos da já referida Divisão de Salvaguarda de Património Cultural (DSPC)[27] com a colaboração dos titulares do projecto, é a elaboração (presentemente em curso) do "Relatório Prévio de Projecto Geral de Arquitectura e Especialidades", a submeter à DGPC para obtenção de autorização para execução da obra que a CML se propõe realizar no espaço da cave e loja recentemente adquiridos.

3.6| DIVULGAR

A ampla divulgação nos órgãos de comunicação social que as "Galerias Romanas da Rua da Prata" têm merecido, aquando das suas cíclicas aberturas ao público, tem vindo a decrescer, fruto da diminuição e recentemente eliminação das visitas do grande público ao seu interior. Em compensação, tem-se apostado na divulgação do projecto CRLx, desde o início.

[26] Doutor Paulo Almeida Fernandes.

[27] Os arquitectos Elizabeth Gomes e Pedro Bastos.

Se a recolha de imagens e depoimentos, em Março de 2016, para integração do criptopórtico romano de Lisboa no documentário *Ingenieria Romana - Las Ciudades* (2), numa co-produção Digivision e TVE, não for levada em consideração, uma vez que o referido documentário ainda não foi difundido pelo público, talvez se possam considerar como primeiras acções de divulgação, duas acções de sensibilização, no seio da CML, em favor do projecto.

A primeira foi, a 16 de Março de 2016, a visita à escavação da Rua da Prata 45-51/ Rua de São Julião 86-106, a convite da Vereadora da Cultura, de Catherine Cullen, à época responsável pelo *Committee on Culture da United Cities and Local Governments* (UCLG) que não escondeu o seu entusiasmo e manifestou os melhores votos de sucesso para o projecto.

A segunda, com efeitos práticos imediatos, foi a visita, a 17 de Abril de 2016, ao mesmo local do Presidente da CML e sua comitiva, acompanhados pela Vereadora da Cultura. Foi durante essa visita que o Presidente da CML assumiu a intenção da compra de parte do espaço de cave e rés-do-chão (loja) desse imóvel, garantindo assim praticamente todas as vertentes do CRLx uma vez que a criação de um novo acesso e de um centro de acolhimento e interpretação do monumento implicava o desenvolvimento de todos os objectivos propostos.

Para essa ocasião foi editada uma brochura sobre o projecto[28] para distribuir pelos presentes, sensibilizando-os para a importância do monumento romano e a necessidade de o tornar acessível e inteligível ao grande público de forma permanente, segura e inclusiva.

Estas duas ocasiões não deverão fazer esquecer a importância do empenho dos técnicos do Museu de Lisboa (também parceiro do projecto) que, desde 2015 (quando, a partir da intervenção arqueológica da Rua da Conceição nº 75-77 se esboçava já a intenção de conceber um projecto de estudo e valorização para o criptopórtico romano de Lisboa), têm aproveitado os momentos das visitas orientadas ao interior do monumento e outras integradas na temática da Lisboa Romana para divulgar a necessidade, depois a existência, os objectivos e até alguns dos resultados científicos do projecto.

Deste modo, acções correntes e regulares do Serviço Educativo do Museu de Lisboa têm também contribuído fortemente, mesmo antes da existência do projec-

[28] O *design* gráfico é da autoria de Filipa Leite do Departamento de Património Cultural (DPC).

to, para a sua divulgação entre a população e os órgãos de comunicação social, criando um ambiente favorável, em termos de opinião pública, para a implementação do CRLx e os grandes investimentos que implica. Reconhecendo o papel fundamental que estes técnicos desde sempre desempenharam da divulgação pública do monumento e agora também na divulgação do CRLx, foi preparada uma conferência especialmente vocacionada para os elementos do Serviço Educativo do Museu de Lisboa[29].

Pensando ainda no grande público, foi também realizado (mais uma vez com recurso aos meios técnicos e humanos das parcerias internas do projecto, um *teaser*[30] sobre a essencial intervenção arqueológica na Rua da Prata 45-51 / Rua de São Julião 86-106 e a sua relação directa com o CRLx que circulou pelas redes sociais e que ainda se encontra disponível no endereço electrónico http://vimeo.com/162104583#t=12.

O facto de o CRLx ser um projecto municipal multidisciplinar que reúne inúmeros parceiros internos e externos, consultores e colaboradores (cujo número vai crescendo à medida que o projecto prossegue) colocou, desde o início, o desafio da comunicação e partilha de informação entre todos os envolvidos. A elaboração de um Boletim CRLx, anual, de que já foram distribuídos dois (Fig.15), onde de forma sintética, mas clara, se faz o balanço de cada ano, informando sobre as acções realizadas, a realizar e a investigação a decorrer, foi a solução praticada com o objectivo de manter todos os envolvidos informados. O que começou por ser um documento interno para circular entre os mais directamente envolvidos no projecto, quiçá fruto do elevado número de pessoas e/ou entidades envolvidas e da iniciativa de o difundir pelos seus contactos tem, muito proveitosamente, extravasado o círculo inicial do projecto, atingindo um público muito mais vasto.

Outra acção de impacto significativo na divulgação pública do CRLx foi, aquando do término das obras de reabilitação do imóvel da Rua da Prata 45-51 / Rua de São Julião 86-106 (Julho de 2017), a solução encontrada para cobrir os vidros das portas e montras do espaço que ficou expectante e que a CML adquiriu recentemente. Esses oito vidros (cujas dimensões variam entre os 2,18x1,61m na Rua de São Julião e os 2,01x2,09m na Rua da Prata) foram cobertos com telas microperfuradas (que impedem a visão do exterior para o interior mas permitem a entrada de luz do exterior para o interior), transformadas em cartazes, muito ilustrados, com informação, em português e em inglês, sobre o monumento e o

[29] Esta acção realizou-se a 21 de Março de 2017, nas instalações de CAL.

[30] Som e imagem de Pedro Lourenço e Pedro Vieira, Videoteca Municipal e Filipa Leite. Edição de Filipa Leite, DPC.

Boletim CRLx | 02

Dezembro | 2017

Conteúdo

- Informação regular sobre o projeto municipal de salvaguarda patrimonial
- Promoção da comunicação entre parceiros e colaboradores.
- Destaques
- Monitorizações e diagnósticos
- Investigação a decorrer
- Divulgação

Projeto de Estudo e Valorização do Criptopórtico Romano de Lisboa

Destaques

CRLx

CAL CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE LISBOA

Fig. 15 – Folha de rosto do segundo número do "Boletim CRLx".

projecto, assinalando ainda o local por onde, no futuro, será feito o acesso ao interior das galerias[31] (Fig. 16).

Fig. 16 – Aspecto actual do edifício da Rua da Prata 45-51 / Rua de São Julião 86-106, com as montras e portas de vidro preenchidas com telas informativas sobre o monumento e o projecto de estudo e valorização, assinalando o futuro acesso e centro de acolhimento e interpretação do criptopórtico.

[31] O *design* gráfico é da autoria de João Rodrigues do Gabinete de Estudos Olisiponenses (GEO).

Esta solução permanecerá até à abertura ao público do novo equipamento – o centro de acolhimento e interpretação – e à inauguração oficial do novo acesso ao interior do monumento (prevendo-se substituições sempre que a necessidade de actualização da informação o justifique). Para além de proteger dos olhares públicos o espaço expectante onde deverão, entretanto, decorrer diversos trabalhos de investigação e obras, as telas têm assegurado, em permanência, a comunicação do que aconteceu e continua a acontecer naquele espaço, ao mesmo tempo que descrevem, explicam e enquadram o monumento subterrâneo que, até então, não tinha qualquer sinalização na paisagem urbana actual.

Para além destas, todas as oportunidades têm sido aproveitadas para difundir o CRLx em todas as suas vertentes, pela comunidade. No que respeita à comunidade científica nacional e internacional, este empenho tem-se concretizado na participação em vários encontros científicos onde são feitas apresentações e que têm funcionado como plataformas para a reflexão partilhada e a troca de ideias[32]. A própria CML tem criado as condições para a difusão pela comunidade científica internacional. Exemplo de excelência foi a participação dos arqueólogos titulares do projecto no 19º Congresso Internacional de Arqueologia Clássica em Colónia e Bona na Alemanha. A publicação científica também não tem sido descurada, até porque, na maioria dos casos, as conferências e apresentações dão origem a publicações em periódicos científicos e/ou livros de actas.

3.7| OBSERVAR

Na intenção de assegurar a manutenção das virtudes do projecto de estudo e valorização, para além dos seus prazos, foi programada a criação de um Observatório CRLx. À data da concepção do CRLx, este objectivo foi perspectivado para o futuro, a partir do momento em que o projecto fosse dado por terminado, um Ob-

[32] Conferências: 28-09-2016 (Sociedade de Geografia de Lisboa): "Actualidades acerca do criptopórtico romano de Lisboa: as escavações e o projecto de estudo e valorização CRLx" - Ana Caessa, Cristina Nozes e Nuno Mota; 07-06-2018 (Museu Arqueológico do Carmo): "Criptopórtico romano de Lisboa: recentes interpretações no âmbito do CRLx" – Ana Caessa, Nuno Mota e Pedro Vasco Martins. Encontros científicos: 24-05-2017 (Cádiz, Espanha): "Archaeometric study of waterlogged wood from the roman cryptoporticus of Lisbon", *Techno Heritage 2017 / 3rd International Congress Science and Technology for the Conservation of Cultural Heritage* - Ginevra Coradeschi, *et alii* (texto no prelo); 30-05-2017 (Sociedade de Geografia de Lisboa): "Criptopórtico romano de Lisboa: arqueologia e arquitectura de uma estrutura portuária (esboço preliminar) ", *2º Seminário Fragmentos de Arqueologia de Lisboa' 17* – Nuno Mota e Pedro Vasco Martins; 06-10-2017 (Castelo de Vide): "Uma mesquita no arrabalde ocidental de al-Usbuna, *II Jornadas Internacionais de Idade Média: Espaços e Poderes na Europa Urbana Medieval* – Ana Caessa, Cristina Nozes e Nuno Mota; 23- 11-2017 (Fórum Roma, Lisboa): "Facilitar e aumentar o acesso às Galerias da Rua da Prata (criptopórtico romano) ", *Sabemos, Fazemos e Partilhamos – Encontro de Quadros da CML* – Ana Caessa e Nuno Mota; 24-06-2018 (Koln / Bonn, Alemanha): "A monumental struture at the riverfront. Archaeology and architecture of the *Felicitas Iulia Olisipo* cryptoporticus (Lisbon, Portugal)", *19º International Congress of Classical Archaeology* – Ana Caessa e Nuno Mota (no prelo). Publicações científicas: Caessa, Ana; Nozes, Cristina; Mota, Nuno, "Novas descobertas no criptopórtico romano de Lisboa - Rua da Conceição, 75-77 (primeira fase)", *Al Madan*, II série, nº 20, 2016, Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp. 220-221.

servatório CRLx, sedeado no CAL, procuraria a continuação do acompanhamento das intervenções urbanísticas na área abrangida, a permanente actualização de dados e a continuidade e regularidade das acções de monitorização e conservação preventiva do monumento que viessem a revelar-se necessárias.

Porém, no decurso do desenvolvimento do projecto, desde o início, "observar" (no sentido de tarefa de um futuro observatório) tem sido uma actividade recorrente e incontornável que tem produzido os efeitos mais positivos e está subjacente ao cumprimento de praticamente todos os objectivos que o CRLx prossegue.

O envolvimento dos diferentes serviços municipais no CRLx tem proporcionado reflexões conjuntas que, muitas vezes, têm resultado em propostas interessantes. É o caso da sugestão de paralelamente à criação do Observatório CRLx, a CML criar um condicionalismo urbanístico para a área abrangida pelo projecto, garantindo que, em sede de licenciamento, qualquer obra impactante sobre o subsolo nessa zona tenha que ser comunicada ao Observatório que, caso considere necessário, poderá pronunciar-se e apresentar propostas. Assim se asseguraria a recepção atempada da informação que, de outro modo, garantidamente só chegaria ao CAL e por inerência, ao Observatório, já com os processos muito avançados, através da DGPC quando concedesse autorização para trabalhos arqueológicos na área definida, onde habitualmente a investigação arqueológica é condicionada às necessidades da obra. A concretizar-se, esta medida em muito contribuiria para uma maior eficácia do objectivo "observar".

4| NOTAS FINAIS

As estratégias preconizadas para o CRLx têm vindo a ser seguidas e as acções têm vindo a ser realizadas (embora nem sempre ao ritmo desejado). Paralelemente, o próprio desenvolvimento do projecto tem ocasionado novas estratégias e acções que têm contribuído para o cumprimento dos objectivos propostos de conhecimento, classificação, conservação, valorização e divulgação do monumento, culminando, para o grande público, com a inauguração do novo acesso ao seu interior e do centro de acolhimento e interpretação do monumento que, deste modo, será finalmente integrado nos circuitos de oferta patrimonial cultural da cidade de Lisboa.

A ter que se destacar um factor especialmente negativo e frustrante no processo de desenvolvimento do CRLx, não se pode deixar de fazer referência a todas as intervenções arqueológicas ocorridas em via pública cujas circunstâncias, por

mais esforços que se tenham desenvolvido, nunca permitiram transformá-las em oportunidades para a investigação científica no âmbito do CRLx, ainda que praticamente só entidades públicas estivessem envolvidas.

Se, por outro lado, procedendo-se ao exercício contrário, se tiver que destacar algum factor (que não de natureza científica) como excepcionalmente positivo e compensador em todo este processo de desenvolvimento do projecto, então é incontornável salientar a extraordinária relação que se tem estabelecido entre várias entidades públicas e privadas, bem como com particulares, que tem permitido transformar os trabalhos arqueológicos decorrentes de operações urbanísticas no interior de imóveis e, enquanto tal, em princípio, limitados às necessidades de obra, em oportunidades de investigação arqueológica do CRLx, quase sem condicionamentos. Esta concertação de interesses e esforços muito diferentes é uma prova de que, com tolerância, diplomacia, generosidade, vontade e empenho, há muito que pode ser feito em benefício do registo, conservação e divulgação do património arqueológico da cidade.

De salientar, é o empenho de todos os envolvidos no CRLx (cujo número não pára de aumentar ao ritmo do desenvolvimento do projecto) no ultrapassar de dificuldades e obstáculos, de forma integrada, em benefício do conhecimento, da conservação e da divulgação do monumento. Assim, mesmo antes do seu término, o projecto vai já contrariando desabafos antigos, como o seguinte publicado em 1884 por Júlio de Castilho: "*Quisera eu que, visto que era indispensável recobrir para longos anos aqueles destroços interessantes de uma civilização morta, se tivesse cá fora assinalado […] o sítio exacto onde corriam as linhas gerais dos paredões das termas. Isso não fazia mal aos vivos, e levava-os a pensar nos mortos, o que é sempre salutar. Mas nada se fez; e o público, ao atravessar a Rua dos Retroseiros e a da Prata, nem sequer suspeita que vai pisando um tal monumento da dominação imperial; e o estudioso, quando quere saber a orientação da velha fábrica, e o sítio exacto por onde ainda se estendiam […] tem de sujeitar-se a trabalhos insanos, e contentar-se com o pouco-mais-ou-menos, que é sempre uma corda bamba*" (Castilho, [1884] 1935, p. 157).

BIBLIOGRAFIA

Alarcão, J. (1988) – *Roman Portugal*. Volume II. Wiltshire – Westminster (England): Aris & Phillips.

Almeida, F. (1973) – As chamadas termas romanas da Rua da Prata. *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, volume 1. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, pp. 79-80.

Caessa, A.; Mota, N.; Nozes, C. (2015a) – *Relatório Final da Intervenção na Rua da Conceição 75-77 (RC 75-77)*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa (policopiado).

Caessa, A.; Mota, N.; Nozes, C. (2015b) – *Projecto de Estudo e Valorização do Criptopórtico Romano de Lisboa (CRLx)*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa (policopiado).

Caessa, A.; Nozes, C.; Mota, N. (2016) – Novas descobertas no criptopórtico romano de Lisboa - Rua da Conceição, 75-77 (primeira fase). *Almadan*, II série, nº 20, 2016, (Almada), pp. 220-221.

Caessa, A.; Mota, N. (2018) – *Projecto de Investigação Plurianual de Arqueologia - Projecto de Estudo e Valorização do Criptopórtico romano de Lisboa (CRLx):1º Relatório de Progresso*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa (policopiado).

Caessa, A.; Nozes, C.; Mota, N. (2018) - "Uma mesquita no arrabalde ocidental de al-Ušbûna", in Andrade, A.; Tente, C.; Silva, G. M.; Prata, S. (ed.), Espaços e Poderes na Europa Medieval, Colecção Estudos nº 18. Lisboa: IEM – FCSH/UNL e Câmara Municipal de Castelo de Vide, pp. 521-520.

Castilho, J. ([1884]1935) – *Lisboa antiga: bairros orientais*, volume I. Lisboa: Serviços Industriais da Câmara Municipal de Lisboa, 2ª ed.

Encarnação, J. (1973) – Criptopórtico romano no subsolo de Lisboa. *Jornal da Costa do Sol* nº 489, (Cascais, 01-09-1973), pp. 4 e 6.

Fabião, C. (1994) – O monumento romano da Rua da Prata. *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, L94, Electa, pp. 67-69.

Fernandes, L.; Leitão, M. (2018) – *Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos Realizados nas Galerias da Rua da Prata, Lisboa (Outubro 1995-Maio 1996)*. Lisboa: Museu de Lisboa (policopiado).

Figueiredo, A. B. (1889) – As thermas romanas da Rua Bella-da-Rainha (vulgo Rua da Prata) em Lisboa. *Revista Archeologica*, volume III (Lisboa), pp. 23-35.

Filipe, V. (2017) – *Relatório Final da Intervenção Arqueológica da Rua da Prata 45-51 com a Rua de São Julião 84, Lisboa*. Lisboa: Cota 80/86 (policopiado).

Garcia, J.M. (1974-1975) – *Lisboa Romana e Visigótica*. (Separata de *Olisipo* – Boletim do Grupo "Amigos de Lisboa", nº 137-138). Lisboa: Grupo "Amigos de Lisboa".

Maciel, J. (1993-1994) – A propósito das chamadas conservas de água da Rua da Prata. *Conimbriga,* nº 32-33 (Coimbra), pp. 145-156.

Maia, M. (1973) – Actividades da APOM. *Associação Portuguesa de Museologia – Informações*, nº 3 (Lisboa), pp. 4-8.

Mantas, V. G. (1976) – Notas acerca de três inscrições de *Olisipo*. *Conímbriga* nº15, (Coimbra), pp. 151-169.

Martins, F. J. R. (1909) – Lisboa Subterrânea – As thermas romanas da Rua da Prata. *Ilustração Portuguesa*, volume 8 (Lisboa), pp. 481-488.

Moita, I. (1977) – *As termas romanas da Rua da Prata em Lisboa*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

Moita, I.; Leite, C. (1986) – Recuperar Olisipo a partir de Lisboa. Possibilidades e Limitações. *I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal 1985)*, (Trabalhos de Arqueologia nº3). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, pp. 55-67.

Moita, I. (1994) – Capítulo II B: Das origens pré-históricas ao domínio romano – o domínio romano. *In* Moita, I., coord., *O Livro de Lisboa*. Lisboa: L94, Livros Horizonte, 1994, pp. 35-68.

Mota, N.; Martins, P. V. (2018) – Criptopórtico romano de Lisboa: arqueologia e arquitectura de uma estrutura portuária (um esboço preliminar). *In* Senna-Martinez, J. C. *et al.* ed., *Meios, vias e Trajetos… Entrar e sair de Lisboa*, (Fragmentos de Arqueologia de Lisboa nº 2). Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa e Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa, pp.85-108.

Mota, N.; Nozes C.; Caessa, A. (2018) – *Intervenção arqueológica no edificado sito na Rua da Prata 45-51/ Rua de São Julião 86-106 (RP 45- RSJ106): Relatório Final*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa (policopiado).

Mota, N.; Caessa, A.; Sarrazola, A.; Peace, R. (2018) – *2ª Adenda ao Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos – Projecto de Recuperação de Edifício de Habitação e Comércio Rua de São Julião 78-84 / Rua da Prata 46-50 (Sondagem de Diagnóstico)*. Lisboa: Era - Arqueologia S.A. e Centro de Arqueologia de Lisboa (policopiado).

Ribeiro, J. C. (1994a) – Criptopórtico. *In* Santana, F.; Sucena, E., dir., *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: L94, Carlos Quintas & Associados, pp. 321-324.

Ribeiro, J. C. (1994b) – Breve nota acerca do criptopórtico de *Olisipo* e da possível localização do fórum corporativo. (*Bracara Augusta*. Encontro de Arqueologia Urbana, Braga, 1994), *Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*, volume XLV, nº 96 (110) (Braga), pp. 191-200.

Ribeiro, J. C. (1994c) – *Felicitas Iulia Olisipo* – Algumas considerações em torno do catálogo Lisboa Subterrânea. *Almadan* II série, nº 3, (Almada), pp.75-95.

Salvado, J. (1965) – Segredos que Lisboa guarda. *Diário de Notícias*, nº 35.683, ano 101 (Lisboa, 06-07-1965), pp. 2 e 15.

Salvado, J. (1967) – Os romanos tomavam banho onde hoje é a Rua Augusta. *Flama*, nº 1012, Ano XXIV (Lisboa), pp. 4-5.

Salvado, S. (1994) – Lisboa. Evolução: Período Romano. *In* Santana, F.; Sucena, E. dir., *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: L94, Carlos Quintas & Associados, pp. 503-509.

Sarrazola, A.; Peace, R. (2018a) – *Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos – Projecto de Recuperação de Edifício de Habitação e Comércio Rua de São Julião 78-84 / Rua da prata 46-50 (Sondagem de Diagnóstico)*. Lisboa: Era - Arqueologia S.A. (policopiado).

Sarrazola, A.; Peace, R. (2018b) – *Adenda ao Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos – Projecto de Recuperação de Edifício de Habitação e Comércio Rua de São Julião 78-84 / Rua da Prata 46-50 (Sondagem de Diagnóstico)*. Lisboa: Era - Arqueologia S.A. (policopiado).

Sequeira, G. M. (1934a) – A excursão ao subsolo da Rua da Prata. *O Século*, nº 18 839, (Lisboa, 24-08-1934) pp. 1-2.

Sequeira, G. M. (1934b) – Hoje às 10 horas inicia-se a exploração das Conservas de Água da Rua da Prata. *O Século*, nº 18 840, (Lisboa, 25-08-1934) pp. 1 e 3.

Sequeira, G. M. (1934c) – Os subterrâneos da Rua da Prata. *O Século*, nº 18 841, (Lisboa, 26-08-1934) pp. 1 e 7.

Sequeira, G. M. (1934d) – O subsolo de Lisboa. *O Século*, nº 18 842, (Lisboa, 27-08-1934) pp. 1 e 2.

Sequeira, G. M. (1934e) – Os segredos do subsolo lisboeta. *O Século*, nº 18 843 (Lisboa, 28-08-1934) p. 1.

Sequeira, G. M. (1967) – *Depois do terramoto. Subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*, volume IV. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, pp. 304-308.

Serpa, E. (1963) – Memória acerca dos banhos da Rua dos Fanqueiros em Lisboa: manuscrito inédito de Francisco Martins de Andrade existente na Biblioteca Nacional de Lisboa lido e comentado. *Boletim da Sociedade Portuguesa de Espeleologia*, nº 6 (2ª série, volume 1, nº1), 2º semestre (Lisboa), pp. 39-62.

Silva, A. V. (1934) – As termas romanas da Rua da Prata em Lisboa. *Anaes das Bibliotecas Museus e Arquivo Histórico Municipais*, ano IV, nº 13 (Lisboa), pp. 19-29 [reeditado em: *Dispersos* de Augusto Vieira da Silva, volume II, Lisboa, Biblioteca de Estudos Olisiponenses, 1966, pp. 309-320].

Silva, A. V. (1944) – *Epigrafia de Olisipo (subsídios para a história da Lisboa romana)*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

Vieira, V.; Rebelo, P. (2016) – *Acompanhamento Arqueológico na Rua da Prata, Lisboa*. Mem Martins: Neoépica Ldª. (policopiado).

#6 MOSAICO ROMANO DO NARC, LISBOA: ESTRUTURA CONSTRUTIVA, MATERIAIS E ESTRATIGRAFIA.

JACINTA BUGALHÃO | DGPC; UNIARQ; FL/ UL; CEAACP
ANA NUNES | DGPC
ANA SOFIA GOMES | DGPC; CEAACP
CAROLINA GRILO | ML-TR/EGEAC
LÍDIA FERNANDES | ML-TR/EGEAC
ISABEL FERNANDES | IDL; DG/FC/UL
MÁRIO CACHÃO | IDL; DG/FC/UL
ANA MARIA COSTA | LARC/DGPC; INBIO; IDL; DG/FC/UL
MARIA DA CONCEIÇÃO FREITAS | IDL; DG/FC/UL
SÓNIA GABRIEL | LARC/DGPC; INBIO; UNIARQ/FL/UL
ANDRÉS CURRÁS | INCIPIT CSIC; LARC/DGPC; INBIO; IDL; DG/FC/UL

RESUMO

Em 2017, o mosaico romano do NARC foi submetido a uma intervenção de conservação e restauro, que implicou o seu levantamento, recomposição em laboratório e reposição no local de origem. Esta intervenção não só possibilitava como requeria a escavação dos estratos de assentamento do *tessellatum*. Assim, a escavação arqueológica então efectuada permitiu expor a estrutura construtiva daquele pavimento e forneceu dados adicionais relativamente aos materiais de construção (litótipos, argamassas e cerâmica) e estratigrafia conexa, que agora se apresentam.

Palavras-Chave: *Felicitas Iulia Olisipo*; mosaico; balneário; época romana; materiais de construção.

ABSTRACT

In 2017, the Roman mosaic of NARC underwent a conservation and restoration intervention, which involved its removal, laboratory recomposition and reposition in the place of origin. This intervention required the excavation of the underlying tesselate layers. Thus, the archaeological excavation carried out allowed to expose the constructive structure of the pavement and provided additional data regarding its construction materials (lithotypes, mortars and ceramics) and associated stratigraphy, now presented in the following paper.

Keywords: *Felicitas Iulia Olisipo*; mosaic; baths; Roman period; construction materials.

1| ENQUADRAMENTO

O Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC), CNS 1950, foi escavado entre 1991 e 1995 (Bugalhão, 2001, pp. 15-35). O sítio encontra-se musealizado e aberto à visita do público desde Junho de 1995, sendo a sua gestão assegurada pela Fundação *Millennium bcp*. Até 2018, recebeu mais de 180.000 visitantes (Bugalhão *et al.*, 2014).

Os contextos arqueológicos aí identificados têm sido objecto de investigação e publicação, tendo sido produzidas até à actualidade cerca de 70 referências bibliográficas, entre artigos, contribuições, monografias e dissertações.

O sítio arqueológico foi classificado como Monumento Nacional (Decreto n.º 7/2015 de 17 de Abril). O espólio arqueológico da intervenção (bens móveis e toda a documentação necessária à sua compreensão e manuseamento) foi depositado no Museu Nacional de Arqueologia em Janeiro de 2010 e incorporado no acervo do museu por despacho ministerial de 14 de Dezembro de 2016 (Despacho n.º 15506/2016 do Gabinete do Ministro da Cultura, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 246, de 26 de Dezembro de 2016). Decorre, desde Janeiro de 2018, a inventariação museológica da colecção no inventário do Museu Nacional de Arqueologia e no sistema Matriz[1].

Desde 1995, a Direcção-Geral do Património Cultural (e os organismos que a antecederam em atribuições e competências) e a Fundação *Millennium bcp* mantêm uma colaboração permanente no que respeita à salvaguarda, valorização, conservação, investigação e divulgação do NARC. Esta colaboração decorre no âmbito do protocolo celebrado em 1995 entre o então Banco Comercial Português e o então IPPAR, na sequência da intervenção arqueológica e musealização do sítio.

No âmbito desta colaboração e tendo em conta o estado de conservação do sítio arqueológico, designadamente da chamada "sala do mosaico" (diagnosticado pelo menos desde 2005), em 2015 a Fundação *Millennium bcp* solicitou à DGPC apoio técnico e científico para promover uma intervenção de conservação e restauro no balneário e mosaico romanos e no forno de época contemporânea conservados naquela sala.

[1] Sistema de informação para o inventário, gestão e divulgação *online* de património museológico utilizado nos museus da Direcção-Geral do Património Cultural.

Fig. 1 – Plano do balneário e mosaicos do NARC. Cotas altimétricas em centímetros (desenho Armando Sabrosa; vectorização Carolina Grilo).

Em resposta ao solicitado a DGPC, numa articulação entre o Departamento de Estudos, Projetos, Obras e Fiscalização, o Departamento de Bens Culturais e o Museu Monográfico de Conimbriga, desenvolveu o caderno de encargos para a intervenção supra mencionada[2]. Consequentemente, a Fundação *Millennium bcp*, com o apoio técnico da DGPC, promoveu um processo de selecção de propostas que terminou em Julho de 2017, tendo sido escolhida a empresa *ERA, Arqueologi*a para a execução daqueles trabalhos. A intervenção de conservação e restauro decorreu entre Agosto e Dezembro de 2017 sob a direcção de Pedro Braga. A DGPC constituiu uma equipa informal de acompanhamento técnico a este projecto, constituída por Virgílio Hipólito Correia, Pedro Sales (Museu Monográfico de Conimbriga), Maria José Sequeira (DBC), Antónia Gonzalez Tinturé (DEPOF) e Jacinta Bugalhão (DBC).

[2] O caderno de encargos teve como autores Pedro Sales e Virgílio Hipólito Correia que contaram com a colaboração de uma das signatárias (JB).

2| INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

Os trabalhos arqueológicos preventivos a realizar no âmbito da intervenção de conservação e restauro do balneário e mosaico romanos e do forno de época contemporânea foram assegurados pela DGPC, dirigidos cientificamente por Jacinta Bugalhão e contaram com a participação de Ana Nunes, Ana Sofia Gomes, Carolina Grilo e Lídia Fernandes. Nos trabalhos de recolha da amostra de sedimentos no interior da canalização do balneário participaram Ana Maria Costa, Maria da Conceição Freitas, Vera Lopes e Andrés Currás. Os trabalhos de acompanhamento da intervenção de conservação e restauro decorreram entre o final de Agosto e Dezembro de 2017. Os trabalhos de escavação decorreram entre 9 e 17 de Outubro de 2017.

Os trabalhos arqueológicos tiveram como objectivos: (i) salvaguarda pelo registo, através de escavação arqueológica dos contextos afectados no âmbito da intervenção de conservação e restauro; (ii) acompanhamento geral dos trabalhos de conservação e restauro em todas as estruturas arqueológicas da "sala do mosaico" designadamente: mosaico e balneário romano e forno de época contemporânea; (iii) escavação dos níveis arqueológicos depositados sobre as faixas marginais (Sul e NO) do mosaico e sob alicerces pombalinos, com o objectivo de colocar a descoberto toda a extensão conservada do mosaico.

Os trabalhos de conservação e restauro deste importante elemento patrimonial incluíram, num primeiro momento: pré-consolidação do *tessellatum*; remoção da argamassa excedente e limpeza geral do mosaico; faceamento e levantamento do mosaico; acondicionamento e transporte. Numa segunda fase, decorreram os trabalhos laboratoriais que incluíram: limpeza do tardoz do mosaico; consolidação estrutural do *tessellatum*; execução da camada de suporte rígido ligeiro; remoção dos materiais de faceamento e limpeza do *tessellatum*; fixação em placas de estrutura alveolar; tratamento de lacunas no *tessellatum*. Finalmente, numa terceira fase e novamente no local, procedeu-se à recolocação do mosaico e a trabalhos complementares de consolidação, remate e reintegração (Braga, 2018).

A escavação arqueológica incidiu essencialmente sobre a área de implantação do mosaico e decorreu após o levantamento do mesmo, na área correspondente à sua extensão conservada (Sector 2 SE, Área 16).

A potência de níveis arqueológicos escavados teve como referência a altura necessária para a recolocação do mosaico já recuperado e fixado numa estrutura alveolar rígida, correspondendo a uma espessura máxima entre 5 e 10 cm, sob o

mosaico levantado[3]. Do ponto de vista metodológico, foram respeitadas as técnicas de escavação definidas e preconizadas por Philip Barker (1982) e por Edward Harris (1989), nomeadamente a escavação em área, com a definição e recuperação horizontal natural das camadas estratigráficas. A numeração das camadas estratigráficas seguiu a sequência utilizada nas anteriores campanhas realizadas no sítio arqueológico.

Todos os trabalhos de conservação e restauro com incidência nas estruturas arqueológicas *in situ* foram objecto de acompanhamento arqueológico, em estreita articulação com a equipa da *ERA, Arqueologia*. Salienta-se que os trabalhos tiveram um impacto arqueológico muito reduzido.

Relativamente aos contextos intervencionados deve referir-se que, decorrente do âmbito e objectivos da intervenção, a escavação incidiu essencialmente sobre a estrutura construtiva do *mosaico 1* (figura 4). Estes contextos (UE's 173, 174, 175, 177 e 183) encontram-se descritos no ponto 4.3. deste artigo. A estratigrafia de preenchimento da *canalização 5* está descrita no ponto 3.2.1. A estratigrafia relativa às lacunas que o mosaico apresentava está descrita no ponto 4.2.

Os trabalhos de escavação tiveram início ainda antes do levantamento do *tessellatum*, com a escavação dos níveis arqueológicos depositados sobre o canto NO da *sala 1*, sob alicerces do forno de época contemporânea e sobre o *mosaico 1*, colocando a descoberto toda a sua extensão conservada nesta zona da sala (figura 2). Procedeu-se à desmontagem da [170] numa potência entre os 20 e os 30 cm, correspondente à base da fundação do forno de época contemporânea construído sobre o balneário, tendo-se recolhido um fragmento de porcelana. Esta desmontagem permitiu colocar a descoberto a totalidade da trança de múltiplos cabos que constitui uma das molduras do *mosaico 1*.

[3] Uma vez que o mosaico não se conservava nivelado devido aos diversos abatimentos pós-abandono, a potência de escavação teve como referência a cota mais elevada registada neste pavimento.

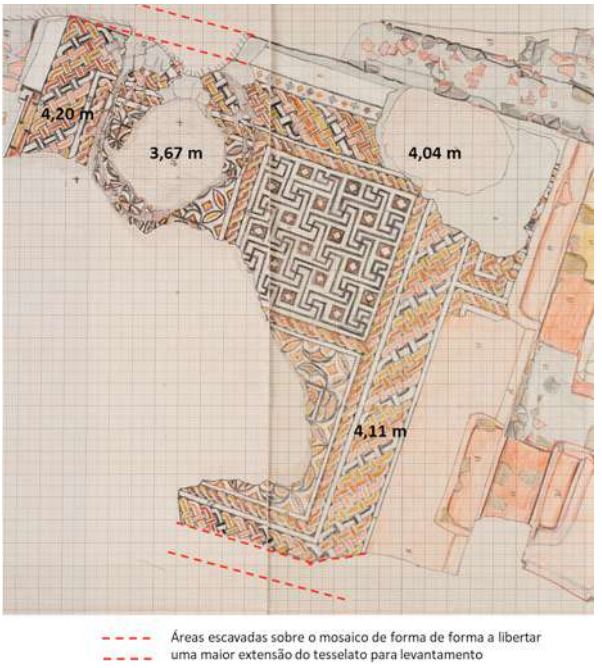


Fig. 2 – Áreas escavadas sobre o mosaico, de forma a libertar uma maior extensão do ***tessellatum*** para levantamento. Diferença de cotas do mosaico resultante do abatimento causado pelas lacunas.

Um pouco para Poente, mesmo no canto da *sala 1*, foi escavada a [171] numa potência entre os 12 e os 17 cm. Tratava-se de uma camada argilosa castanha escura com pequenos blocos pétreos, alguns fragmentos de telha, pequenos nódulos de cal e argamassa. Foi recolhido um fragmento de cerâmica pintada a branco de cronologia islâmica. Este contexto parece corresponder a um depósito constituído após o abandono do balneário. A sua decapagem permitiu expor a totalidade do mosaico nesta zona da sala, colocando a descoberto a faixa branca e a linha de diamantes pretos e encarnados.

Finalmente, no limite Sudeste do *mosaico 1*, procedeu-se ao recuo do perfil conservado sob o alicerce pombalino. Trata-se de um alicerce secundário, relativamente pouco profundo, contrastando com os monumentais alicerces pombalinos primários, que atingem cerca de 3 metros de profundidade, assentando sobre grade e estacaria em pinho verde. Os alicerces secundários fundam compartimentos interiores dos edifícios (neste caso, a parede da sala abobadada onde hoje se conservam as estruturas visíveis do balneário), não tendo funções estruturais tão relevantes. A fraca expressão volumétrica deste alicerce (cerca de 1 metro de potência sob o nível de pavimento pombalino) permitiu, sob este, a boa conservação do *mosaico 1*. Assim, o nível arqueológico conservado sob o alicerce foi removido numa faixa com cerca de 10 a 15 cm de largura, com o objectivo de expor uma maior extensão de *tessellatum* na direcção Sul. Foi escavada

a [172], camada argilosa, cinzenta escura húmida com blocos pétreos de dimensão variada, nódulos de argamassa e alguns fragmentos de telha. Mesmo sobre o mosaico, conservava-se uma fina película esbranquiçada resultante de carbonatação superficial, em parte contemporânea da sua utilização como pavimento e noutra parte ocorrida durante o período em que este se encontrou soterrado. Foram recolhidos dois fragmentos incaracterísticos de cerâmica e uma falange de bovídeo (*Bos sp.*) (Figura 3) com uma eventual marca de corte. Por motivos de segurança (estabilidade do alicerce) a escavação foi interrompida, não tendo sido possível alcançar o limite Sul do *mosaico 1*, nem tão-pouco atingir o limite da trança-moldura.

Táxon	UE.172	UE.175	UE.176	UE.177	UE.180	UE.182	**Total**
MOLLUSCA							
Cardiidae				1			1
Ostreidae			3	1	1		5
AVES							
Phasianidae		1					1
Aves indet.		1					1
MAMMALIA							
Bos sp.	1						1
MMG*			1	2		1	4
Total	1	2	4	4	1	1	**13**

* MMG-mamífero de médio/grande porte.

Fig. 3 – Fauna: táxones identificados e número de restos recuperados nas U.E. escavadas.

3| O BALNEÁRIO ROMANO DO NARC

3.1| O BALNEÁRIO: ARQUITECTURA

O balneário do NARC foi identificado durante os trabalhos arqueológicos no sítio, em Março de 1994 (figura 5). Foi proposto o carácter privado desta estrutura, bem como a sua eventual integração numa casa que se desenvolveria para Norte (Bugalhão, 2001, p. 66), ainda que não seja possível descartar definitivamente a possibilidade de se tratar de um balneário público (Reis, 2014, p. 274). O compartimento/edifício do balneário foi interpretado como *frigidarium* (Amaro e Caetano, 1995, p. 288) e poderia prolongar-se para Sul até à via (e respectiva faixa de circulação pedonal) e para Nascente (para o espaço hoje ocupado pela Rua dos Correeiros). A construção sobrepõe-se ao espaço anteriormente ocupado por um conjunto estrutural ao qual foi atribuída funcionalidade de apoio à actividade industrial (Bugalhão, 2001, pp. 61-62).

Se considerarmos a hipótese deste edifício se prolongar para Sul até à estrutura viária, obtém-se uma dimensão estimada para o edifício de cerca de 8,1 metros no sentido Norte-Sul.

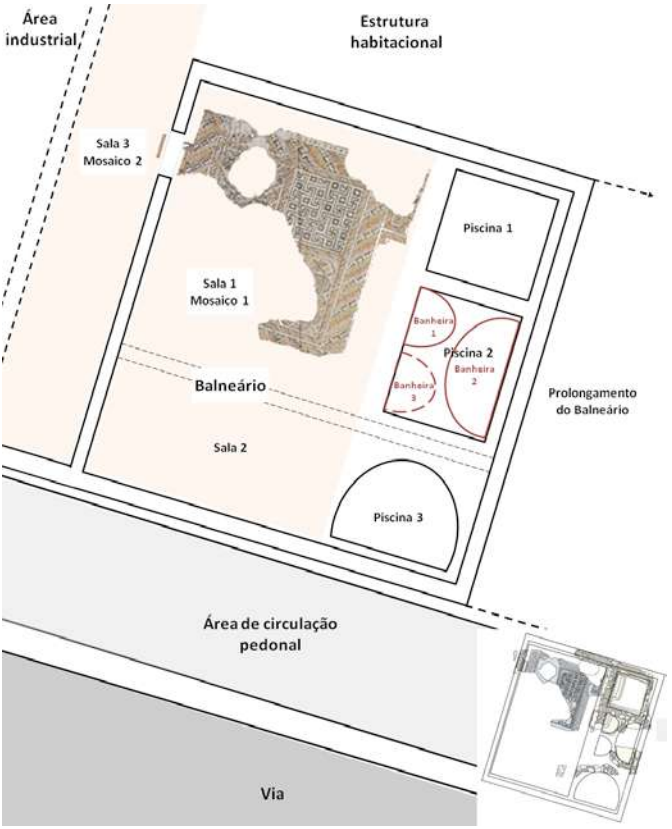


Fig. 4 – Proposta de estruturação e integração urbana do balneário.

Grande parte da área escavada do balneário corresponderia a um compartimento que foi designado como *Sala 1* (figura 4), da qual foram registadas as paredes Norte, Poente (um pequeno troço) e Nascente (apenas o arranque). Estas apresentam cerca de 45 cm de largura e 70 cm de altura máxima conservada. A *Sala 1* alcançaria cerca de 7,6 metros no sentido Este-Oeste e, se considerarmos uma configuração simétrica para o mosaico que a pavimenta, é provável que atingisse cerca 4,5 metros no sentido Norte-Sul. Neste caso, o balneário incluiria outro compartimento, a *Sala 2* (figura 4) entre a sala escavada e a via, com cerca 2,5 metros no sentido

Norte-Sul. Esta proposta de compartimentação não é inequívoca, podendo o espaço em causa ser ocupado apenas por um compartimento que, nesse caso, teria uma extensão de cerca de 7 metros no sentido Norte-Sul.

Fig. 5 – Aspecto geral das estruturas conservadas e musealizadas no balneário romano do NARC (© Museu de Lisboa. José Avelar).

Fig. 6 – Porta do balneário.

Na parede Poente da *Sala 1* foi identificada uma porta com soleira demarcada com *lateres*, aparentemente, rebocados com *opus signinum* (figura 6). Esta porta dava acesso a um compartimento ou corredor (interior ou exterior), *Sala 3* (figura 4), também pavimentado a mosaico, que se desenvolvia entre o balneário e a área industrial.

Relativamente à estrutura da parte conhecida do balneário, foram identificadas três piscinas (figura 4): duas piscinas (1 e 2) de planta quadrangular e uma semi-circular (piscina 3). Entre as piscinas 1 e 2 existia uma parede.

A determinado momento, o balneário sofre uma remodelação, que resultou na compartimentação da piscina 2, aparentemente, em três banheiras (figuras 4 e 9).

Fig. 7 – Alçado da parede Norte da *Sala 1*.

Fig. 8 – Vestígios de revestimento da parede Norte da *Sala 1*.

Fig. 9 – Muro divisório entre as ***banheiras 1 e 2***, no interior na ***piscina 2***, construído num momento de remodelação do balneário.

As paredes da *Sala 1* são construídas em alvenaria que integra blocos facetados de calcário margoso, basalto, um bloco granítico e *lateres*, solidamente ligados por argamassa de cal, configurando um *opus incertum*. Da observação do alçado da parede Norte (única em que tal operação é possível), pode depreender-se que a sala seria revestida, possivelmente com estuque (figuras 7 e 8). Refira-se contudo que, contrariamente ao verificado em outros contextos do sítio, nos níveis escavados da *Sala 1* não foram recolhidos quaisquer fragmentos de estuque.

Ainda no alçado da parede Norte, é possível observar o que parecem ser dois momentos construtivos (com diferenças ao nível do ligante de argamassa) separados por um nível de alvenaria com elementos cerâmicos (fragmentos de telhas e *lateres*) (figura 7).

As piscinas e banheiras seriam completamente rebocadas (no interior, topos e exterior) com um *opus signinum* fino, de cal e pó de cerâmica, de cor rosada (que nem sempre se conserva) e ostentam meia-cana nas arestas.

O acesso entre as piscinas e banheiras e a *Sala 1* efectuava-se através de degraus no exterior e interior das mesmas, igualmente recobertos pelo mesmo *opus signinum* rosado. Também no exterior dos tanques este revestimento apresenta meia-cana na aresta entre a sua parede e o pavimento da sala (figura 10).

Fig. 10 – Revestimento e degraus de acessos a piscinas e banheiras..

3.2| CIRCULAÇÃO DE ÁGUAS

Na campanha de 1991-1995 foi identificada uma cloaca implantada sob a faixa de circulação pedonal paralela à via (figuras 11 e 12). A conduta foi intervencionada numa extensão de apenas 1,8 metros e apresenta 22 cm de largura por 64 cm de altura. É construída em alvenaria de blocos calcários e elementos cerâmicos e coberta por lajes calcárias argamassadas. Na base, possuí uma caleira uniformemente revestida a *opus signinum* rosado.

Na mesma intervenção arqueológica dos anos 90 do século XX, tinham sido identificadas algumas canalizações do balneário (figura 11):

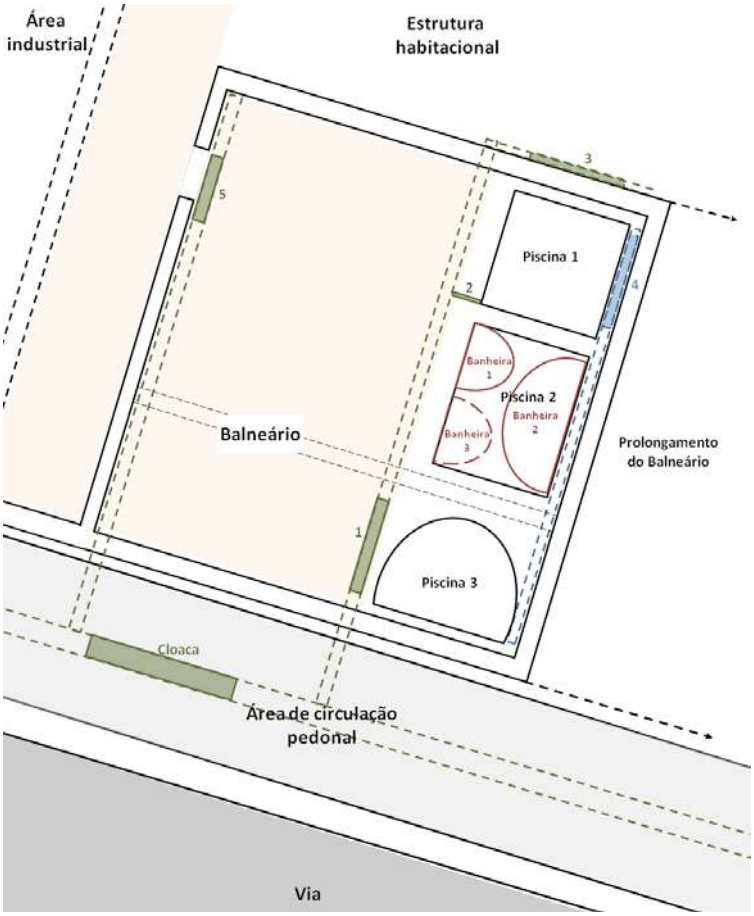


Fig. 11 – Canalizações.

Fig. 12 – Cloaca.

A c*analização 1* corresponde a uma pequena extensão de caleira de alvenaria de blocos calcários e elementos cerâmicos, revestida a argamassa e coberta por pequenas lajes calcárias, a Oeste da piscina 3 com uma orientação NE-SO, que aparentemente descarregava águas residuais do balneário na cloaca localizada a Sul.

A *canalização 2* é constituída por um tubo de escoamento da piscina 1 (canto inferior SO), com cerca de 6 cm de diâmetro; provavelmente descarregava na *canalização 1*.

A *canalização 3* refere-se a uma possível caleira de escoamento de águas residuais a Norte da piscina 1, já no exterior do edifício do balneário. A 76 cm abaixo do topo da piscina, numa faixa revestida a um *opus* claro muito fino, sente-se um som oco ao toque. A existir, esta caleira teria orientação SE-NO e poderia

conduzir águas residuais da zona não intervencionada do balneário, a Nascente, descarregando igualmente na *canalização 1*. Em alternativa, poderá constituir uma infra-estrutura anterior à construção do balneário, integrada na fase ocupacional romana mais antiga (Bugalhão, 2001, pp. 61 e 64).

Finalmente, a *canalização 4* pode tratar-se de um aqueduto de alimentação de águas limpas do balneário. Junto ao limite Nascente da piscina 1, a cerca de 20 cm abaixo do seu topo, sente-se um som oco ao toque. Tratar-se-á de uma conduta com orientação NE-SO que, a existir e considerando a sua cota de implantação, pode ser interpretada como uma canalização de adução destinada ao enchimento de piscinas e banheiras do balneário.

3.2.1| CANALIZAÇÃO 5

Na intervenção arqueológica de 2017 foi identificada e sondada uma quinta canalização – a *canalização 5*. Após o levantamento do *tessellatum* e durante os trabalhos de escavação, abateu a cobertura de uma conduta. Tem orientação NE-SO, correndo paralela ao limite Oeste da *Sala 1*, junto à já referida porta Poente. Poderia descarregar na cloaca localizada a Sul.

A conduta tinha cerca de 16 cm de largura e cerca de 60 cm de altura (entre a cobertura e o nível hipotético de base). Pelo que foi possível apurar, a cobertura [178] era constituída por *imbrices* revestidos a argamassa rosada com pequenos fragmentos pétreos e cerâmicas. As paredes laterais eram de alvenaria revestida a argamassa. Não foi possível identificar inequivocamente a base, devido à exiguidade do espaço intervencionado e, eventualmente, ao seu precário estado de conservação. Contudo, o surgimento de alguns nódulos de argamassa amarelada clara permite propor a sua existência (figura 14).

Fig. 13 – *Canalização 5*, fases de escavação.

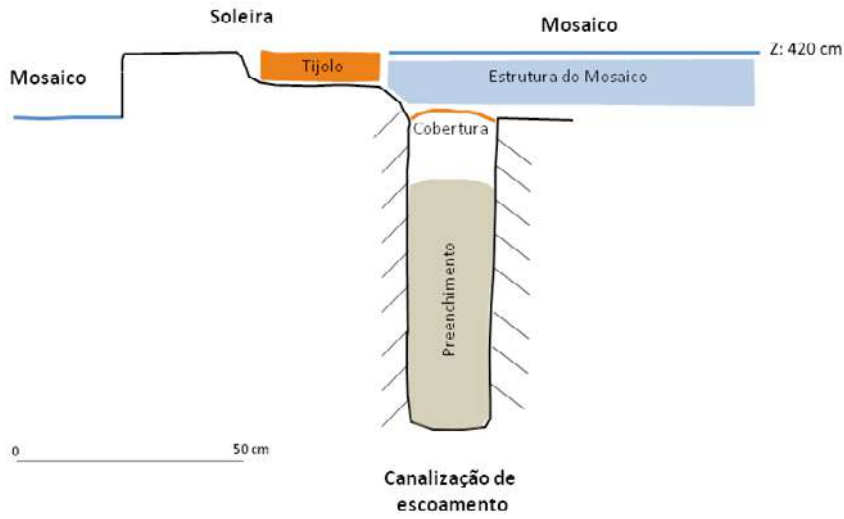


Fig. 14 – *Canalização 5*, corte.

A canalização apresentava-se parcialmente preenchida por sedimento. Foi efectuada uma sondagem correspondente a uma secção da caleira, com cerca de 25 cm de largura (figura 13). Num primeiro momento foi identificado o nível [179], que corresponde aos restos da cobertura abatida da canalização, no qual figurava um exemplar de um pote/panela em cerâmica comum (figura 15; BCP/Lx 10810) de bordo voltado para o exterior ligeiramente oblíquo, semelhante aos exemplares identificados nos contextos fabris do NARC (Gaspar, 1995, nº 142, p. 47; Grilo, 2017). Trata-se de uma forma bem documentada na região, de largo espectro cronológico, cuja produção está atestada na olaria romana da Garrocheira em Benavente desde o Alto-império (Amaro e Gonçalves, 2016, fig. 7, n.º 27), no Porto dos Cacos (Raposo e Duarte, 1996, p. 265) e na Quinta do Rouxinol (Santos, 2012, p. 82), com produção até meados do século V d.C..

Sob este abatimento conservava-se um [180] sedimento argiloso e escuro, por vezes com laivos de sedimento arenoso, muito húmido com alguns blocos pétreos e cerâmica de construção, onde ocorrem também crostas calcificadas. Aparentemente esta camada corresponde à colmatação correspondente à última fase de funcionamento da canalização, até à sua obstrução.

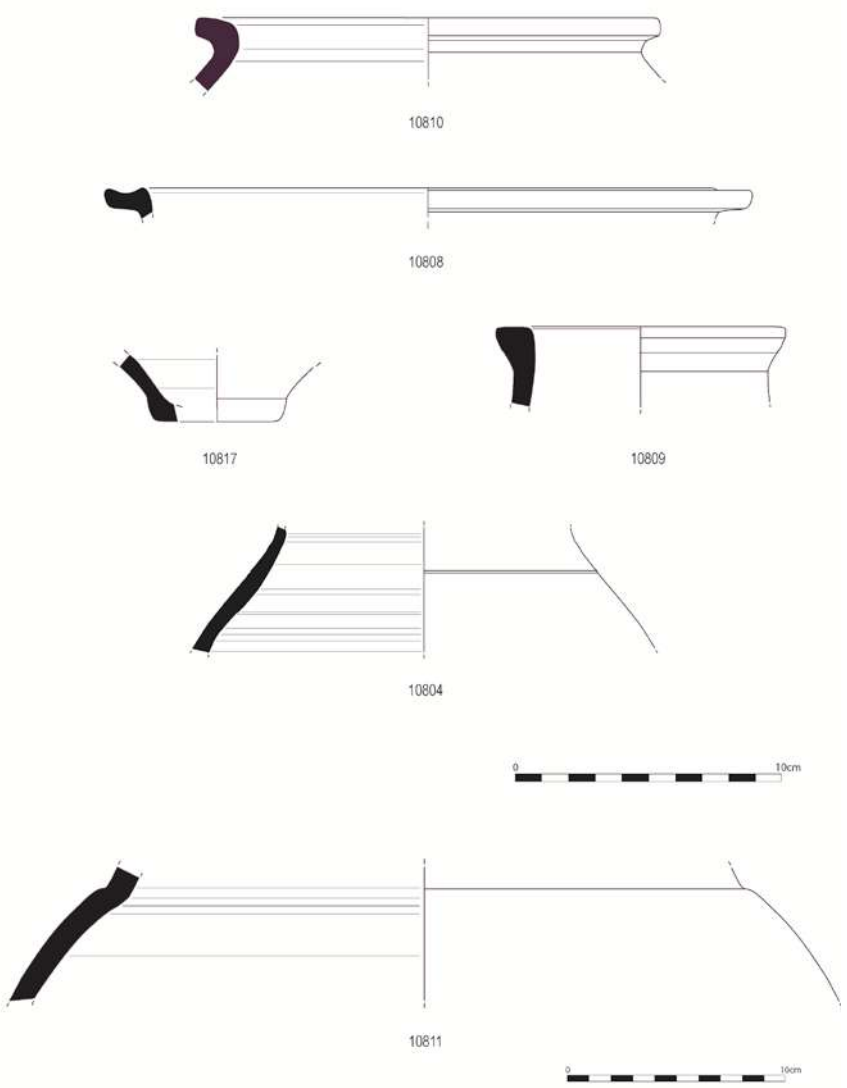


Fig. 15 – Espólio cerâmico recolhido na ***canalização 5*** e nas fossas medievais (lacunas 1 e 2) (desenho Carolina Grilo).

O espólio recolhido nos níveis de colmatação desta canalização é escasso, composto maioritariamente por material cerâmico, estando igualmente presente um fragmento vítreo (um exemplar de parede) e faunas, entre estas um fragmento de concha de ostra (Ostreidae). A cerâmica caracteriza-se pelo ele-

vado grau de fragmentação e rolamento e pela escassez de materiais (3 NMI), entre os quais um fragmento de parede de um grande recipiente ou ânfora (não ilustrado), de produção local/regional que não permitiu uma classificação tipológica precisa, assim como outros dois indivíduos em cerâmica comum com as tradicionais pastas da região: um fundo plano pertencente a uma forma fechada (não ilustrado) e uma panela de bordo em aba moldurada (figura 15; BCP/Lx 10808), documentada em outros contextos olisiponenses como o Banco de Portugal (Grilo e Rocha, no prelo) ou a Rua dos Remédios (Silva, 2015), nesta última em contextos de meados do século I. d.C., assim como no vale do Sado e na região alentejana, também com cronologias alto-imperiais.

Deste sedimento de colmatação da *canalização 5* [180], foram recolhidas amostras com recurso a um amostrador *van der Horst*, para caracterização textural e possível identificação de elementos antrópicos e restos orgânicos.

Fig. 16 – Recolha das amostras de sedimento conservado no interior da ***canalização 5***.

O sedimento do interior da estrutura é essencialmente constituído por uma vasa castanha (0-42 cm) com algumas intercalações mais arenosas (26-38 cm). Ocorrem no sedimento frequentes fragmentos de argamassa, fragmentos de cerâmica e alguns balastros (aos 38 cm e 45-46 cm). Foram identificados fragmentos de carvões aos 44 cm de profundidade.

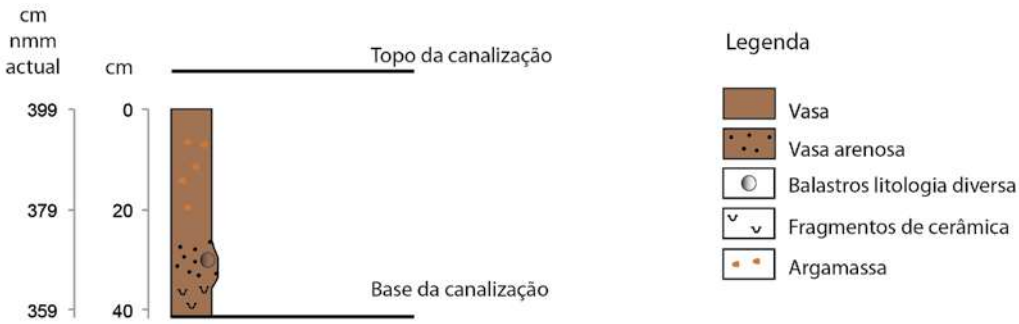


Fig. 17 – LOG (***logging***, análise descritiva de amostras verticais de sedimentos) da amostra recolhida no interior da ***canalização 5***.

Atendendo à tipologia da estrutura procurou-se efectuar o estudo paleobotânico a partir de restos de pólen eventualmente conservados nos sedimentos que preenchiam o seu interior e que foram objecto de amostragem. O potencial deste tipo de meio, pela sua natureza acumulativa e de alta humidade, é habitualmente elevado e idóneo para a preservação do material esporopolínico (Fægri e Iversen, 1984).

Assim, foram recolhidas duas amostras do sedimento [180] de colmatação da canalização com o objectivo de avaliar o seu potencial para um estudo palinológico. As amostras foram seleccionadas de acordo com as características litológicas, nomeadamente os pontos de tonalidade mais escura atribuíveis a uma possível concentração de matéria orgânica. Considerando estas características procedeu-se a um teste palinológico aos 11-12 cm e aos 17-18 cm de profundidade.

As amostras foram processadas no laboratório da FCUL segundo o protocolo estandardizado de tratamento físico-químico com ácidos, bases e acetólise (Fægri e Iversen, 1984). Conjuntamente, adicionou-se um número conhecido de esporos de *Lycopodium* em pastilhas (Stockmarr, 1971) com a finalidade de calcular concentrações polínicas. As contagens foram efectuadas com recurso ao equipamento do Laboratório de Arqueociências (DGPC) a partir de microscopia de luz transmitida com magnificação correspondente a x600.

Os resultados das contagens nas duas amostras evidenciaram a presença de material polínico muito degradado. Identificaram-se alguns grãos de pólen das famílias *Poaceae*, *Asteraceae* e *Apiace*, táxones herbáceos e de ambientes antropizados e heliófilos habituais em contextos de actividade humana. Porém, e de acordo com o *ratio* entre esporos de *Lycopodium* e pólen, não foi possível em qualquer

das duas amostras a identificação de um número suficiente de indivíduos que permitisse a realização de uma análise palinológica fiável. Grande parte do material polínico conservado nas amostras não é identificável, o que poderá relacionar-se com a sua degradação em momento posterior à acumulação no interior da estrutura, ou anterior à mesma, hipótese que se considera mais provável. Ou seja, propõe-se que, provavelmente, o pólen se depositou no interior da estrutura após ter estado exposto a agentes oxidantes, como o próprio ar, durante um período de tempo indeterminado, mas suficiente para causar a sua degradação.

Concluindo, o estudo palinológico efectuado sobre amostras do sedimento de colmatação da *canalização 5* do balneário do NARC foi inconclusivo.

4| OS MOSAICOS DO BALNEÁRIO ROMANO DO NARC

4.1| ESQUEMAS DECORATIVOS E ICONOGRÁFICOS

No NARC foram identificados dois mosaicos aparentemente coevos (Caetano, 2001, p. 79). O *mosaico 1* pavimentava a *Sala 1* (do balneário) e o *mosaico 2* pavimentava a *Sala 3* (espaço de acesso/ligação entre o balneário e a área industrial) (figura 4). O *mosaico 1* teria dimensão aproximada de 21 m^2 e integra tesselas de cinco cores: branca, preta, encarnada, amarela e rosada (talhadas a partir de material pétreo). O *mosaico 2*, de dimensões indeterminadas, integra no pequeno troço visível, tesselas de quatro cores: branca, preta, encarnada e amarela (talhadas a partir de material pétreo). A matéria-prima utilizada para o talhe das tesselas será abordada no ponto 4.4.

Fig. 18 – Ortofotografia dos mosaicos do NARC (© Era, Arqueologia SA).

Relativamente aos esquemas decorativos e iconográficos, geométricos ou de cariz geometrizante, os dois mosaicos estão amplamente descritos em Amaro e Caetano 1993-1994; Caetano, 2001; e Caetano, 2017. O *mosaico 1* apresenta campo central formado por quatro painéis de forma sub-quadrangular, enquadrado por molduras. Os quatro painéis apresentam dois esquemas geométricos distintos, dispostos alternada e simetricamente (painéis A e C: um esquema; painéis B e D: outro esquema) (figura 19). Os painéis A e C apresentam um esquema geométrico delimitado por filetes branco e preto; sobre fundo branco, uma composição de quadrilóbulos de peltas, quadrados com nós-de-salomão, fusos em aspa tangentes e diamantes. O painel B (e hipoteticamente o painel D não conservado) apresenta um esquema geométrico delimitado por filetes branco e preto; sobre fundo branco, uma composição de meandros de suásticas de volta simples e quadrados com quadrados inscritos sobre a ponta (Caetano, 2001, pp. 75-76).

Relativamente ao enquadramento do campo central, observam-se moldura de trança de múltiplas cordas, filete branco e moldura de duas cordas. A Norte e a Poente regista-se uma faixa de ligação branca (com tesselas de maior dimensão). A Norte, surge ainda um filete simples negro e linha de diamantes. A Nascente observa-se banda branca. A Nascente, na faixa de ligação às piscinas 1 e 2, enquadrando os respectivos degraus, observa-se moldura de tranças de dois cabos formando um meandro de suásticas de volta simples. A Poente, delimitando o acesso à porta, regista-se faixa com grega interrompida (Caetano, 2001, p. 75). Estes tipos de enquadramento perimetral dos mosaicos são muitas vezes desiguais ou assimétricos (Caetano, 2014, p. 212), revelando eventualmente a implementação de soluções não projectadas, *in loco*.

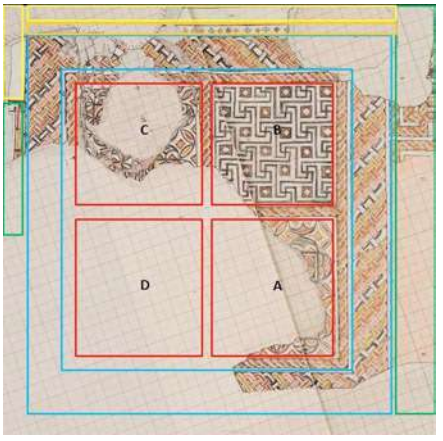


Fig. 19 – Estrutura e esquema decorativo do *mosaico 1.*

O mosaico apresenta-se em certas áreas coberto com o mesmo *opus signinum* fino de cal e pó de cerâmica, de cor rosada, que reveste piscinas, banheira e degraus, sugerindo intervenções pontuais de reparação (figura 18).

O *mosaico 2* apresenta faixa branca e filetes negros; composição com grega interrompida (figura 6), possivelmente de enquadramento da porta, à semelhança do que ocorre no *mosaico 1*. Parece tratar-se de uma parte muito parcial de um mosaico maior, de dimensões indeterminadas.

4.2| MOSAICO 1: LACUNAS

O *mosaico 1* chegou até ao século XX em extraordinário estado de preservação, principalmente considerando que se conserva a menos de 2 metros de profundidade do pavimento actual. Ainda assim, nos cerca de quinze séculos que separam o abandono do balneário e o momento da intervenção arqueológica, ocorreram diversos episódios com impacto destrutivo sobre este pavimento musivo.

Estes episódios tiveram consequências intrusivas sobre o pavimento, produzindo lacunas e fortes abatimentos que resultaram num desnivelamento do mosaico. As cotas altimétricas dos diversos troços conservados do *mosaico 1* (originalmente plano) apresentam diferenças significativas, atingindo um máximo de 53 cm (figura 2).

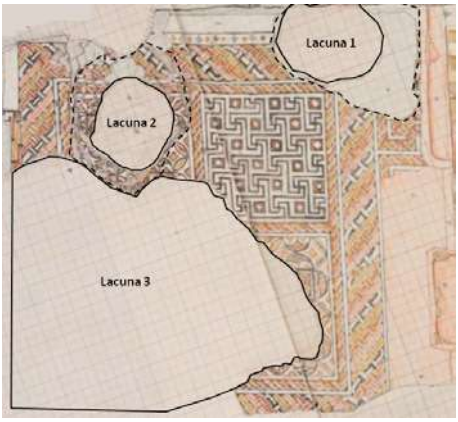


Fig. 20 – Esquema de localização das lacunas do *mosaico 1.*

Num primeiro momento, o pavimento sofreu o impacto do que parecem ser estruturas negativas de época posterior, possivelmente medieval. Trata-se das *lacunas 1* e *2*, ambas de forma sub-circular. Erroneamente estas estruturas têm sido referidas como silos, o que se afigura implausível atendendo ao tipo de terreno em causa, constituído por depósitos sedimentares antrópicos, sujeitos provavelmente

à influência do nível freático. Qualquer estrutura subterrânea de armazenamento de alimentos construída neste local, careceria de estrutura e revestimento que protegesse o seu conteúdo de contaminações, o que não parece ser o caso. Refira-se aliás que não se conhecem quaisquer silos nos níveis arqueológicos conhecidos da baixa pombalina, ao contrário do que ocorre em outros locais de Lisboa nos quais o substrato geológico aflora mais próximo da superfície, permitindo a sua construção e utilização em condições adequadas. Embora só a escavação pudesse permitir esclarecer de forma mais cabal a sua funcionalidade, interpretam-se as *lacunas 1* e *2* como estruturas negativas utilizadas para acumulação detrítica, ou seja, fossas de despejo de lixos e resíduos diversos.

Relativamente à destruição causada pela *lacuna 1*, parece ter produzido o levantamento do *tessellatum* numa área maior e o rompimento da estrutura deste numa área menor, eventualmente pelo facto da afectação ter ocorrido num nível próximo da base da fossa. Esta, não escavada, encontra-se preenchida por um sedimento argiloso escuro, com abundantes blocos pétreos de média dimensão (figura 21).

Fig. 21 – *Lacuna 1*, durante os trabalhos de preparação para levantamento do mosaico.

A *lacuna 2* apresenta características algo diversas. Aparentemente prolonga-se em profundidade bastante para além do nível do *tessellatum*. A eventual forma "em saco" da fossa e as características arenosas do sedimento onde foi implantada provocaram antes, durante ou após o preenchimento, o abatimento de placas do mosaico e seu *nucleus*, não afectados num primeiro momento.

Nos trabalhos de levantamento do mosaico e de escavação, foi necessário intervir na zona da fossa para proceder ao levantamento das placas de mosaico e *nucleus* abatidos. Assim, foram escavadas a [176] e a [181] correspondentes ao *nucleus* (em blocos e desagregado), *rudus* e *statumen* (blocos pétreos, cerâmica de construção e argamassas) do mosaico, em deposição secundária, misturados com o sedimento de preenchimento da fossa, argiloso e escuro e, eventualmente, com os níveis cronologicamente anteriores.

No tocante ao espólio cerâmico, será de sublinhar a pouca expressão do mesmo e a ausência de elementos formais que permitam uma classificação rigorosa. A camada [176] registou a recolha de 18 fragmentos de cerâmica (comum e de construção), contabilizando apenas um fundo de um potinho em cerâmica comum (figura 15; BCP/Lx 10817). Na camada [181] registaram-se 8 fragmentos de cerâmica (comum e de construção), correspondendo a dois exemplares de cerâmica comum: um jarro de bordo plano (figura 15; BCP/Lx 10809), também representado nos contextos fabris do NARC (Grilo, 2017), de produção atestada nas olarias do vale do Tejo (Raposo e Duarte, 1996; Santos, 2012); e um fragmento de parede de um grande recipiente (não ilustrado). Por último, há ainda a registar a presença de um exemplar de bojo e colo de um pote com pintura a branco (figura 15; BCP/Lx 10804), cuja presença estará relacionada com a abertura ou colmatação da *lacuna 2*.

Relativamente ao espólio faunístico destacam-se três fragmentos de concha de ostra (Ostreidae) e outro de uma costela de mamífero médio/grande (MMG), eventualmente provenientes, ou do preenchimento detrítico da fossa, ou da estrutura do mosaico (como se referirá à frente, no ponto 4.3.).

Fig. 22 – *Lacuna 2*, em fase de escavação para recuperação de parcelas do ***tessellatum*** abatidas. São visíveis elementos do ***nucleus*** e do ***statumen*** igualmente abatidos.

Por fim, foi identificada a *lacuna 3*, produzida na sequência da construção do forno de época contemporânea que se sobrepõe ao balneário. Este forno foi parcialmente preservado encontrando-se musealizado, o que não permitiu a escavação integral da *sala 1* e da área potencialmente ocupada pelo *mosaico 1*, nomeadamente o seu quadrante Sudoeste. Embora se desconheça o estado de conservação do balneário sob o forno contemporâneo, parece certo que a estrutura deste e, principalmente, a sua fornalha inferior, provocaram fortes impactos destrutivos sobre a construção romana.

4.3| ESTRUTURA

A mais relevante informação científica recuperada nesta intervenção arqueológica refere-se à estrutura construtiva do *mosaico 1*. Como foi referido, a intervenção de conservação implicou a necessidade de levantamento do *tessellatum* e da escavação sob este (para possibilitar o seu reposicionamento, no seu nível original, fixo sobre estrutura artificial). Assim, a escavação realizada incidiu precisamente sobre os diversos níveis do pavimento musivo, permitindo a observação, registo e interpretação das suas características construtivas.

No Capítulo I do Livro VII do seu *Tratado de Arquitectura*, Vitrúvio descreve a construção de um pavimento em mosaico, começando pela colocação do terreno (que deve estar compacto e nivelado), prosseguindo pela preparação de um leito de pedras (*statumen*), sobre o qual se espalhará cascalho argamassado e compactado (*rudus*) e, sobre este, se aplicará o núcleo (*nucleus*) - argamassa forte e compacta – que finalmente recebe o *tessellatum* (Maciel, 2006, p. 263).

A intervenção arqueológica sob o *mosaico 1* do NARC permitiu verificar a ortodoxia da sua construção quando comparada com os parâmetros de Vitrúvio. A escavação dos níveis subjacentes ao *tessellatum* revelou a seguinte estratigrafia/estrutura:

Camadas escavação	*Mosaico 1* Estrutura	Interpretação e referência a Vitrúvio
	Opus tessallatum	
	Argamassa (*opus albarium)* de assentamento do *tessellatum* que une as tesselas entre si e estas ao *nucleus*. Parece ser constituída por cal e água e apresenta cor esbranquiçada. Tem espessura muito fina, entre 1 e 3 cm.	*Supranucleus* *"Lit de pose"*
[177]* = [173]	Camada de argamassa de cor avermelhada. Integra pequenos nódulos e pó de cerâmica (que lhe conferem a cor), nódulos de argamassa, cal, alguns carvões, algumas pedras britadas e seixos, e tesselas (de vários litótipos e cores). Geralmente apresenta-se compacta embora por vezes ocorra mais solta. Tem espessura variável (entre 3 e 12 cm).	*Nucleus* Argamassa dura e compacta, onde assenta o *tessellatum*
[177]* = [174]	Cascalho de pedra britada e seixos (de vários tipos e cores de calcário e basalto), fragmentos de cerâmica, algumas tesselas e alguns fragmentos de fauna malacológica, embalado em cal ou calcário moído. Textura tendencialmente solta de cor clara. Encontra-se sobre e nos interstícios do *statumen*. Tem espessura variável (entre 3 e 15 cm, considerando a potência total dos interstícios do *statumen*).	*Rudus* Cascalho de pedra miúda, levemente argamassado (com pouco ligante de cal)
[175]	Enrocamento de blocos pétreos (calcário margoso, calco-arenito, calcário conquífero, calcário branco; em menor proporção, basalto, quartzito e até xisto), fragmentos de cerâmica de construção (tijolo, *lateres*, *imbrex*, *tegullae*, etc), fragmentos de cerâmica anfórica e nódulos de alguma dimensão de *opus signinum*. Os blocos que o constituem não são aparelhados e apresentam calibre médio (independentemente da matéria). Tem espessura variável (entre 15 e 20 cm).	*Statumen* Leito de pedras de "tamanho suficiente para encher a palma da mão" que servia de assentamento para as diferentes camadas dos pavimentos
[183]	Nível de argamassa, pouco espesso e irregular, constituído por cal, pequenas pedras e algumas tesselas aplicado sobre o terreno. Por vezes aparece em vários níveis (espalhamentos). Tem espessura variável (entre 1 e 2 cm).	Preparação do terreno ou resquícios de *rudus*

*Deve salientar-se que durante a escavação foi atribuído o mesmo número de camada [177] aos níveis posteriormente interpretados como *nucleus* e *rudus*, embora na descrição desta tenham sido registadas as diferenças, nomeadamente ao nível da compactação e coloração. O *rudus* assemelhava-se ao *nucleus* desagregado, uma vez que os seus materiais de construção são idênticos.

Fig. 23 – Estrutura do mosaico 1.

A estrutura do *mosaico 1* do NARC parece indicar que esta construção cumpria de forma bastante próxima a norma vitruviana. De facto, não só a estrutura integra todos os elementos descritos no *Tratado*, como estes apresentam as características aí referidas, o que parece contrariar a opinião de alguns autores que consideram que apenas alguns mosaicos itálicos alto-imperiais respeitariam os preceitos vitruvianos (Lavagne, 1988, p. 469, citado por Caetano, 2014, p. 208).

Contudo, deve salientar-se que os diferentes níveis construtivos não foram identificados uniformemente em toda a área conservada do mosaico (que corresponde apenas a um pouco mais de metade daquela que seria a sua extensão total). A estrutura mais completa parece conservar-se essencialmente na área central do mosaico. Apenas o *nucleus* foi observado em toda a área intervencionada, parecendo por vezes assentar directamente sobre o terreno. Tanto o *rudus* como o *statumen* não estão presentes em toda a extensão. Estas características podem corresponder a uma adaptação da construção às condições locais (Caetano, 2014, pp. 208 e 213).

Deve registar-se também a grande dificuldade em seguir o texto vitruviano, especialmente as várias traduções que sobre ele se fizeram. Nas duas versões portuguesas consultadas (Rua, 1998; Maciel, 2016) não há equiparação linear entre as várias camadas nem, muito menos, sobre o que significam. Vejamos, apenas como exemplo, a questão do termo *ruderatio*, somente empregue por um dos autores (Maciel, 2016, p. 263) que o traduz por "argamassa" referindo-se à primeira camada de brita ou gravilha, enquanto o outro autor o traduz por "ruderação" (Rua, 1998, p. 234), isto é, confecção e aplicação da argamassa menos fina que a do acabamento, sendo colocada para nivelar o assentamento da camada de argamassa final. No entanto, e como refere Maciel (2016), *ruderatio* vem de *rudus* que significa "pedra miúda ou cascalho".

O que podemos dizer em relação ao pavimento em análise é que o seu assentamento segue, em alguns locais, as normas vitruvianas encontrando-se presentes todas as camadas definidas por aquele autor clássico (*vide* a este propósito a figura 25), enquanto que em outros locais tais camadas encontram-se bem menos estratificadas e sendo algumas omitidas. Ainda assim, e nestes últimos casos, procurou-se sempre que o assentamento do *tessellatum* fosse realizado sobre camadas perfeitamente lineares e horizontais, com estrutura e dimensão / compactação que não colocasse em risco a perfeita realização final da obra.

Em alguns locais, especialmente a Nascente na zona mais próxima das piscinas, não se regista o *statumen* – a primeira camada de assentamento, aquela que nivela o solo para início da obra. Em outros locais, como ocorre junto à porta NO, ou na zona central do mosaico, este surge com alguma expressão (figura 24). O que se entende é que as características do terreno de base obrigaram a uma adaptação das camadas a colocar, subjacentes ao *tessellatum*.

O que se afirma tem relevantes implicações. Por um lado, a regra construtiva do pavimento não segue por vezes a sucessão canónica definida por Vitrúvio o que é devido, não a um desconhecimento daquela, mas antes a uma opção pragmática e intencional, decerto adotada em obra. Por outro lado, o novo pavimento foi instalado num espaço pré-definido, talvez o único possível para o acolher, o que implicou uma adaptação total da sua colocação ao espaço disponível, quer em termos de área quer em termos de cotas. O facto de, aparentemente, o subsolo não ter sido nivelado para a sua colocação permite deduzir que a decisão da adaptação do antigo a um novo espaço foi tomada rapidamente, o mesmo se podendo afirmar em relação à sua implantação.

Fig. 24 – Plano geral da estrutura do mosaico, ***statumen***. Quotas altimétricas em centímetros (desenho Ana Nunes; vectorização Carolina Grilo).

O *tessellatum* encontra-se assente sobre uma primeira camada de argamassa de cor branca e textura muito compacta (*opus albarium*), por vezes designada de *supranucleus* ou "*lit de pose*" do mosaico. O mesmo material une as tesselas entre si, podendo assim ter sido aplicado antes da colocação do *opus tessetalum* e sobre este, garantindo, após a sua remoção e limpeza, a total aderência entre as tesselas e entre estas e o *nucleus*. Vitrúvio não refere separadamente a esta camada, integrando-a no *nucleus*.

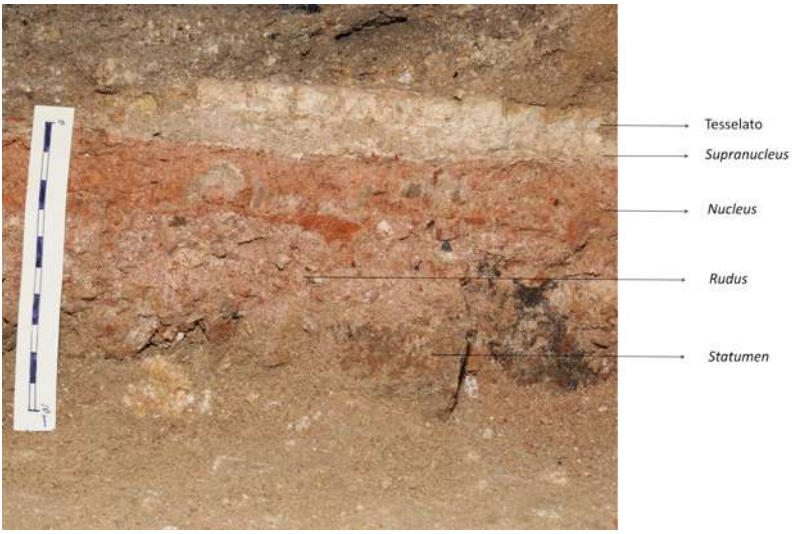


Fig. 25 – Estrutura do mosaico em corte, detalhe.

O *nucleus*, como foi referido, parece ser o elemento estrutural principal e nunca dispensável, surgindo em toda a área intervencionada do mosaico. Trata-se de uma argamassa muito característica que constitui a base estrutural daquele, de cor avermelhada e de textura entre compacta (no topo) e branda ou friável na base, no contacto com o *rudus*.

No que se refere ao *rudus*, deve salientar-se o seu material constituinte. Em observação macroscópica, este cascalho apresenta semelhanças com a brita utilizada no *opus signinum* que reveste as estruturas industriais do NARC. A pedra britada que integra este cascalho parece por vezes constituir um subproduto do talhe de tesselas. De facto, alguns dos pequenos blocos apresentam faces planas com arestas bem vivas, parecendo resultar de talhe deliberado (figura 26) e efectuado pouco antes da sua utilização na estrutura. Noutros casos, as pedras

britadas parecem assemelhar-se a tesselas inacabadas ou mal sucedidas. Surgem ainda algumas tesselas unidas entre si com argamassa, aparentando ter já integrado um mosaico. Existem várias hipóteses para explicar estas características. Vitrúvio no seu tratado refere a possibilidade do "cascalho" utilizado no *rudus* poder ser "novo" ou "reutilizado" (Maciel, 2006, p. 264). A pedra britada utilizada no *rudus* , no *nucleus* e no fabrico do *opus signinum* "industrial" parece, em parte, integrar restos de talhe de tesselas. Estes restos poderiam constituir uma matéria-prima comercializada e transportada da pedreira para os locais de construção, à semelhança do que aconteceria com as tesselas já acabadas (Carvalho e Freire, 2011, pp. 731-732; Caetano, 2014, p. 214). Por outro lado, as tesselas poderiam ser transportadas para o local de construção do mosaico ainda não completamente talhadas e aí finalizadas, sendo os restos dessa actividade utilizados na estrutura do mosaico ou noutras construções próximas. A identificação de blocos de calcário por cortar e de pequenas lascas resultantes do talhe da pedra na Granja dos Serrões em Sintra, restos interpretados como oficina de canteiro (Caetano, 2014, p. 214), parece corroborar esta hipótese.

Fig. 26 – Elementos do *rudus*.

Outro aspecto a referir é a inclusão no *rudus* de pequenos seixos e fósseis rolados (figura 26). Neste caso, parece verificar-se o recurso a matéria-prima existente no local de construção do mosaico. De facto, o balneário do NARC localiza-se numa antiga praia fluvio-estuarina, sendo que no subsolo do local da sua construção existem areias fluviais que incorporam estes elementos (Costa *et al*., 2018 e 2020). Também nas margens fluviais de época romana seria possível recolher este tipo de material. Assim, à semelhança do que se julga acontecer com as tesselas, também no *rudus* se utilizariam pedras existentes no local a pavimentar ou nas suas proximidades (Caetano, 2014, p. 213).

Por fim, aparentemente, o *rudus* poderia integrar fragmentos cerâmicos (figura 26) e ainda conchas, fragmentos de conchas e fragmentos de osso de animal. De facto, na escavação/desmontagem do *rudus* foram recolhidas duas conchas de ostra (cf. Ostreidae) e berbigão (Cardiidae), para além de um fragmento de osso longo e outro de uma costela de mamífero de médio/grande porte (figura 3). Na limpeza/escavação da fossa medieval (*lacuna 2*, [176], cfr. ponto 4.2.), onde se acumulavam restos abatidos da estrutura do mosaico foram recolhidas três conchas de ostra (cf. Ostreidae), embora não seja possível relacionar inequivocamente estes restos com a construção romana, devido às características intrusivas deste contexto. Refira-se que a ostra é uma espécie abundante no estuário do Tejo e o seu consumo em época romana está documentado (Martinéz *et al*., 2017, p. 44). Já o consumo do berbigão está documentado essencialmente para o período medieval (Martinéz *et al*., 2017, pp. 44-45). Assim, apresenta-se como hipótese a inclusão de conchas e fragmentos de osso no *rudus* do mosaico do NARC. Estes materiais faunísticos não foram recolhidos em quantidade que justifique uma conclusão definitiva, mas permitem pelo menos, a apresentação desta hipótese.

Relativamente ao *statumen* deve em primeiro lugar referir-se que, ao contrário do que define Vitrúvio (Maciel, 2006, p. 263), não era constituído apenas por material pétreo, incorporando igualmente cerâmica de construção (tijolos, *lateres*, *imbrices*, *tegullae*, etc), cerâmica anfórica e de grandes contentores e blocos de *opus signinum*. Além destes, contam-se ainda um fragmento de osso longo de ave, e um tibiotarso esquerdo que documenta a presença da família Phasianidae, provavelmente galo/galinha (figura 3). Alguns dos blocos integrantes do *statumen* (independentemente do seu material) parecem ser reutilizados. Blocos pétreos, fragmentos de tijolo e de outo tipo de cerâmica de construção e blocos de *opus signinum* apresentam-se calcinados. Contudo, o nível do *statumen* propriamente dito não apresenta vestígios de combustão. Assim, considera-se provável a reutilização de algum material de construção resultante de um incêndio nesta área urbana de *Olisipo* na construção do *statumen*.

Assim, mais uma vez, parece verificar-se uma estratégia pragmática de utilização de materiais disponíveis localmente, em detrimento do cumprimento canónico de regras de construção previamente estabelecidas. Neste local, na malha urbana, terão sido utilizados fragmentos de cerâmica utilitária e material de construção de estruturas destruídas nas proximidades, como complemento ao material pétreo também local (como os vários tipos de calcário e o basalto).

Grande parte da extensão do *statumen* identificado e escavado ficou preservado *in situ*, uma vez que a cota altimétrica a que se conservava possibilitava a remontagem do mosaico restaurado. Foi apenas necessário desmontar um pequeno troço no canto NO da *sala 1*.

Fig. 27 – Aspecto geral do ***statumen***.

Sob o *statumen* ou, quando este não se regista, sob os níveis de *rudus* e *nucleus*, conservava-se, por vezes, uma ou mais finas camadas de argamassa de cal que integra alguns agregados (pequenas pedras e seixos, brita pétrea e tesselas). Aparentemente, este nível não aparece em toda a área do mosaico. Pode corresponder a uma preparação ou regularização do terreno, após o nivelamento e compactação, ou a material integrante e escorrente do *rudus*, ou mesmo do *nucleus*, quando estes foram colocados diretamente sobre o solo.

No canto NO da *sala 1* foi necessário escavar cerca de 5 cm de espessura da unidade estratigráfica [182] subjacente à estrutura do mosaico. Tratava-se de um sedimento argilo-siltoso, solto, castanho, por vezes castanho claro, com abundantes blocos pétreos de pequeno calibre e alguma cerâmica, muito fragmentada (10 fragmentos) correspondendo a 2 indivíduos, um dos quais um fragmento de parede e colo de uma talha ou contentor de grandes dimensões de produção local (figura 15; BCP/Lx 10811). Entre os materiais recuperados, conta-se ainda um fragmento de costela de mamífero de médio/grande porte (MMG) (figura 3).

4.4| MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

4.4.1| LITÓTIPOS

Relativamente à análise petrográfica dos materiais de construção que integram a estrutura do mosaico, foram analisados os litótipos do *rudus* e do *statumen*[4].

Relativamente ao *rudus* as amostras observadas revelaram litótipos calcários compactos, compatíveis com vários litótipos regionais cretácicos e jurássicos.

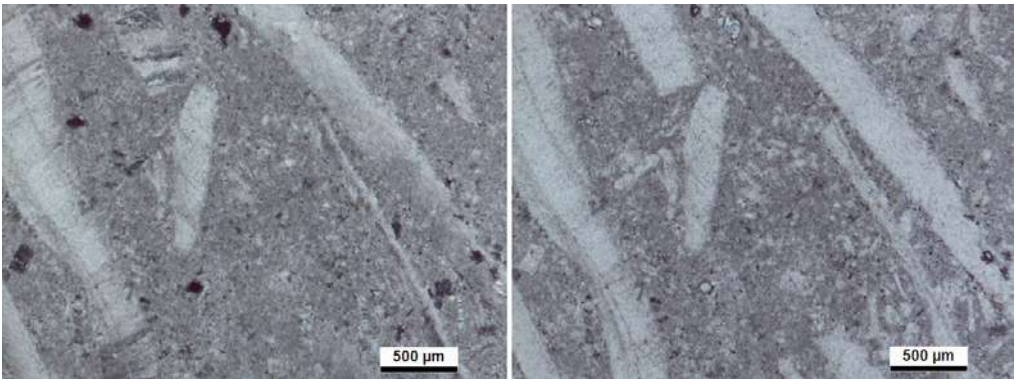


Fig. 28 – *Rudus* (amostra 2), calcários de texturas ***wackstone*** com grandes bioclastos alongados, na maior parte bivalves (textura cristalina fibrosa). Imagens em nicóis paralelos (esquerda) e em nicóis cruzados (direita).

[4] Foram realizadas lâminas delgadas das rochas que integravam o *rudus* e o *statumen* e das utilizadas no fabrico das tesselas que integravam o mosaico de forma a possibilitar a sua observação com microscópio petrográfico e consequente análise. As lâminas delgadas foram efetuadas no LABLAPOL/GEOFCUL (Laboratório de Execução de Lâminas Delgadas e Polimentos do Departamento de Geologia da Faculdade de Ciências de Lisboa).

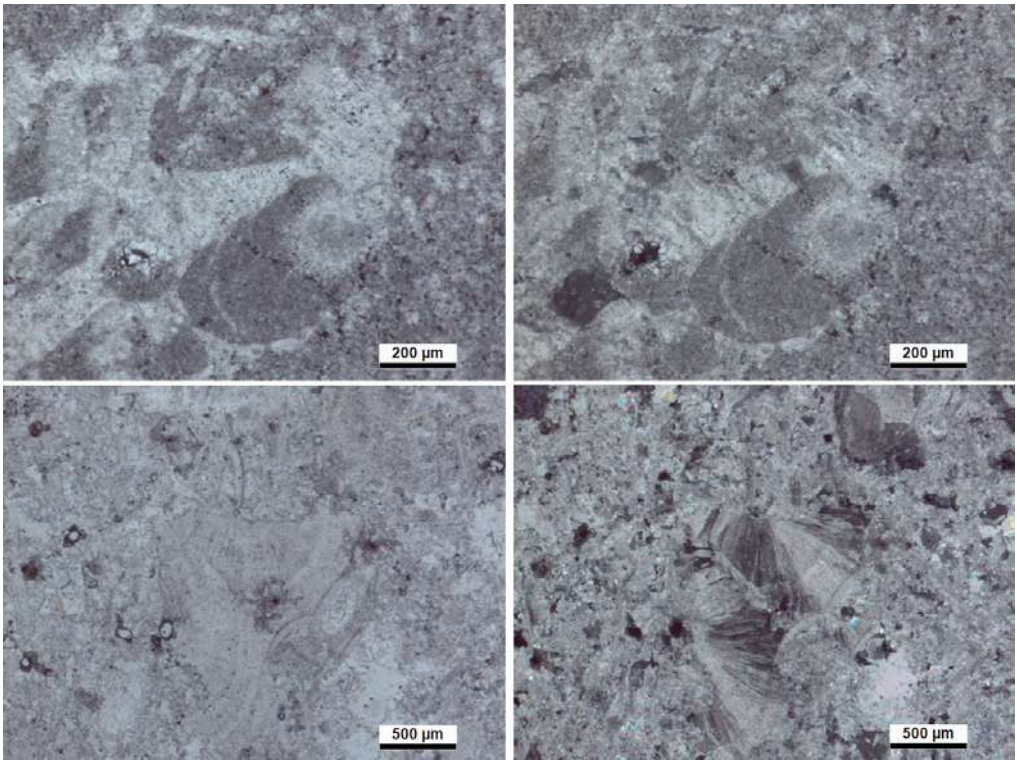


Fig. 29 – *Rudus* (amostra 3), calcários de texturas ***wackstone*** a ***packstone*** com grandes bioclastos alongados, na maior parte bivalves (textura cristalina fibrosa). Imagens em nicóis paralelos (esquerda) e em nicóis cruzados (direita).

Como foi referido o *statumen* integrava diversos tipos de materiais. Entre os materiais pétreos, o predominante era também o calcário (calcários compactos, compatíveis com vários litótipos regionais cretácicos e jurássicos). A estrutura integrava ainda outros litótipos cuja análise está sintetizada na figura 30.

	Litótipos	Descrição
Rudus	Cascalho (amostra 2)	Calcários de texturas *wackstone* com grandes bioclastos alongados, na maior parte bivalves (textura cristalina fibrosa). Algumas das amostras são compatíveis com tesselas brancas de calcário (amostra 6.4) (figura 28)
Rudus	Cascalho (amostra 3)	Calcários de texturas *wackstone* com grandes bioclastos alongados, na maior parte bivalves (textura cristalina fibrosa). Algumas das amostras são compatíveis com tesselas brancas de calcário (amostra 6.4) (figura 29)
Statumen	Metagrauvaque (amostra 13)	Rocha detrítica de cor cinzenta, com foliação, de granularidade fina. Ao microscópio óptico de polarização mostra clastos angulosos constituídos essencialmente por quartzo e feldspatos rodeados por palhetas microcristalinas de mica. Estas palhetas mostram uma orientação preferencial devido à compactação da rocha compatível com metamorfismo de baixo grau (figura 31)
Statumen	Biocalcarenito (amostra 7)	Rocha detrítica de cor beije, de granularidade fina, sendo visíveis grãos de dimensão areia (fina) unidos por abundante cimento carbonatado. Ao microscópio óptico de polarização mostra clastos angulosos constituídos essencialmente por quartzo e feldspatos, xisto, calcário, palhetas de mica e microfósseis. A componente microfóssil, compatível com litótipos de idade miocénica, é constituída por: bioclastos de moluscos, algas calcárias, foraminíferos (e.g. Miliolídeos porcelanosos) (figura 32). Este litótipo não é compatível com nenhum dos exemplares de tesselas analisado
Statumen	Siltito (Amostra 8)	Rocha detrítica de cor avermelhada, de granularidade muito fina (silte). Ao microscópio óptico de polarização mostra pequenos clastos constituídos essencialmente por quartzo rodeados por minerais de argila e óxidos de ferro. Há, igualmente, precipitação diagenética de quartzo a preencher a porosidade primária (?) da rocha (figura 33). Este litótipo é inteiramente compatível com as tesselas amarelas (amostra 4, menos ferruginosa) e avermelhadas (amostra 5, mais ferruginizada)

Fig. 30 – Litótipos utilizados na estrutura construtiva do *mosaico 1*.

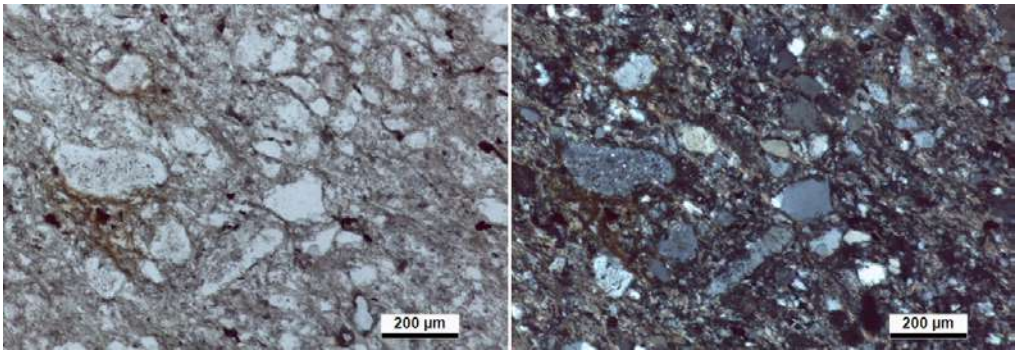


Fig. 31 – *Statumen* (amostra 13) de grauvaque. Imagens em nicóis paralelos (esquerda) e em nicóis cruzados (direita).

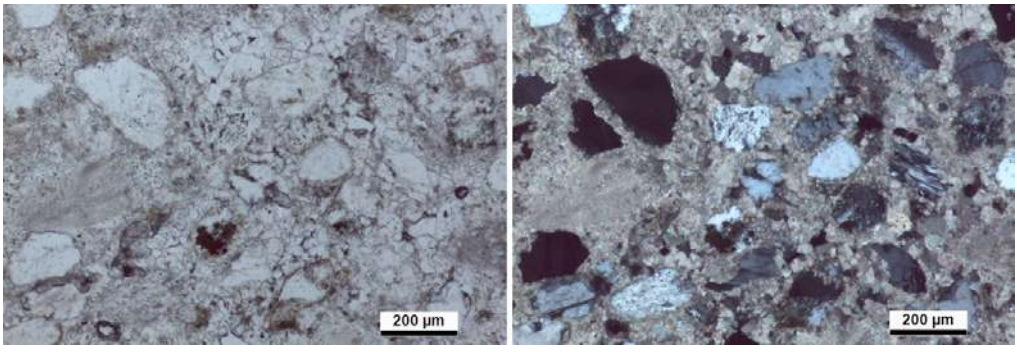


Fig. 32 – *Statumen* (amostra 7), de biocalcarenito de cimento carbonatado. Imagens em nicóis paralelos (esquerda) e em nicóis cruzados (direita).

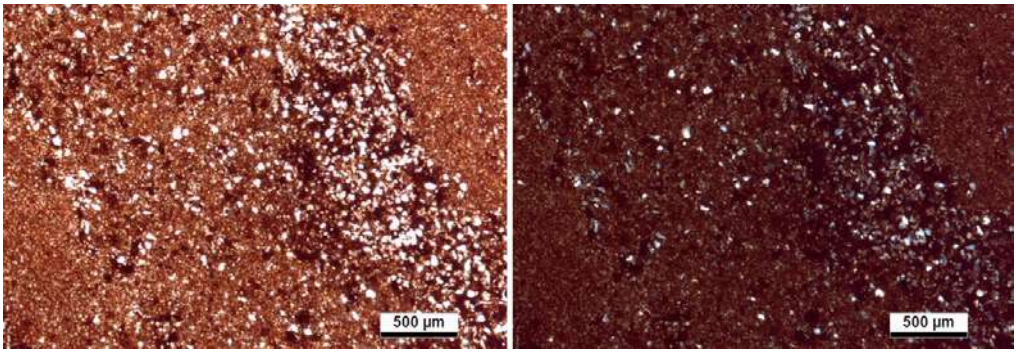


Fig. 33 – *Statumen* (amostra 8), de arenito com abundantes minerais de argila e óxidos de ferro. Imagens em nicóis paralelos (esquerda) e em nicóis cruzados (direita).

Foram igualmente estudados os litótipos utilizados no fabrico das tesselas que integram os mosaicos do balneário[5] (figura 34).

Tesselas - Cor	Material
Preta (amostra 1)	Calcário negro micrítico, textura *mudstone*, com microfissuras lineares de calcite (como ocorrem nos calcários de Mem Martins), com raras estruturas globulares recristalizadas (Calcisferas?), Ostracodo, foraminífero bentónico e bioclastos indeterminados. Estas tesselas de tom negro são compatíveis com os calcários de Mem Martins (Jurássico Superior) sem poder excluir, de momento os que são igualmente compatíveis encontrados na região de Porto de Mós (?) (figura 35)
Amarela (amostra 4)	Arenito fino algo ferruginoso. Rocha detrítica de cor amarelada (hidróxidos de ferro), de granularidade muito fina, de grãos de quartzo angulosos, bem calibrados, de dimensão inferior ao 0,1 mm (figura 36). Litótipo compatível com a amostra 8 do *statumen*
Vermelha (amostra 5)	Arenito fino ferruginoso. Rocha detrítica de cor avermelhada (óxidos de ferro), de granularidade muito fina de grãos de quartzo anguloso, bem calibrados e dimensões inferiores a 0,1mm. Ao microscópio óptico de polarização mostra pequenos clastos constituídos essencialmente por quartzo rodeados por minerais de argila e óxidos de ferro. Há, igualmente, precipitação diagenética de quartzo a preencher a porosidade primária (?) da rocha (figura 37). Litótipo compatível com a amostra 8 do *statumen*
Branca (amostra 6)	A amostra 6 comporta várias tesselas carbonatadas de calcários *wackstone* a *grainstone*, por vezes bastante bioclástica. Correspondem a calcários compactos, compatíveis com vários litótipos regionais cretácicos e jurássicos. Algumas tesselas (amostra 6.4) têm textura compatível com amostras 2 e 3 (3C e 3D) do *rudus* (figura 38). Foi igualmente encontrado um fragmento talhado de calcário compacto com sílex (compatível com certos níveis de calcário da Formação da Bica, mais conhecido por liós (Cenomaniano superior da região de Lisboa), que comportam nódulos desta rocha bio-quimiogénica siliciosa)

Fig. 34 – Litótipos das tesselas.

[5] Idem.

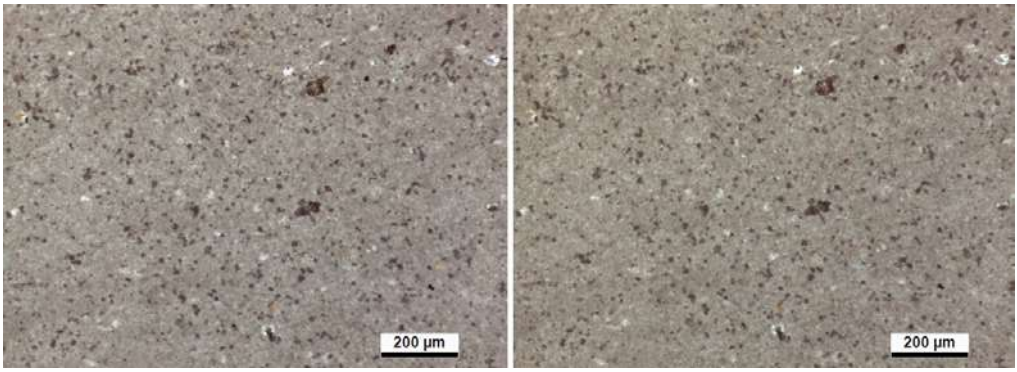


Fig. 35 – Tessela preta (amostra 1), calcário negro, compacto. Imagens em nicóis paralelos (esquerda) e em nicóis cruzados (direita).

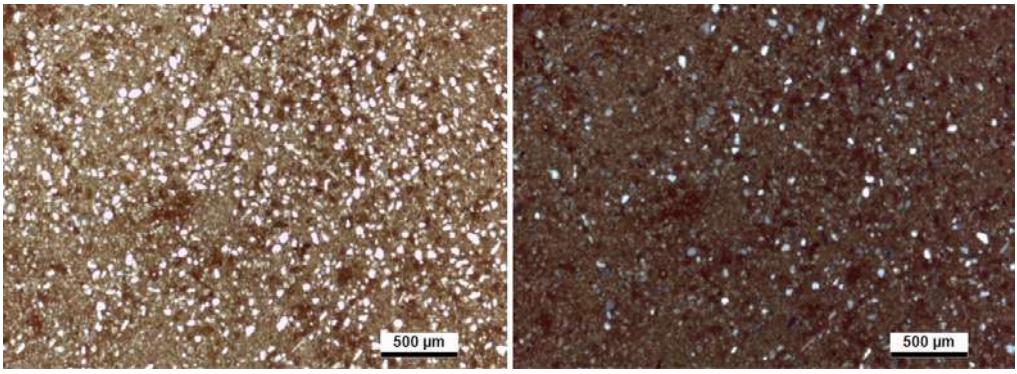


Fig. 36 – Tessela amarela (amostra 4), arenito amarelo. Imagens em nicóis paralelos (esquerda) e em nicóis cruzados (direita).

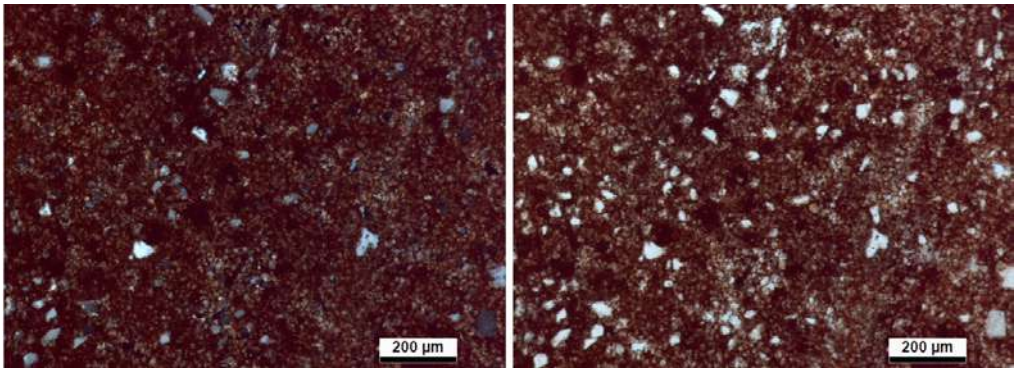


Fig. 37 – Tessela vermelha (amostra 5), siltito de cor avermelhada. Imagens em nicóis cruzados (esquerda) e em nicóis paralelos (direita).

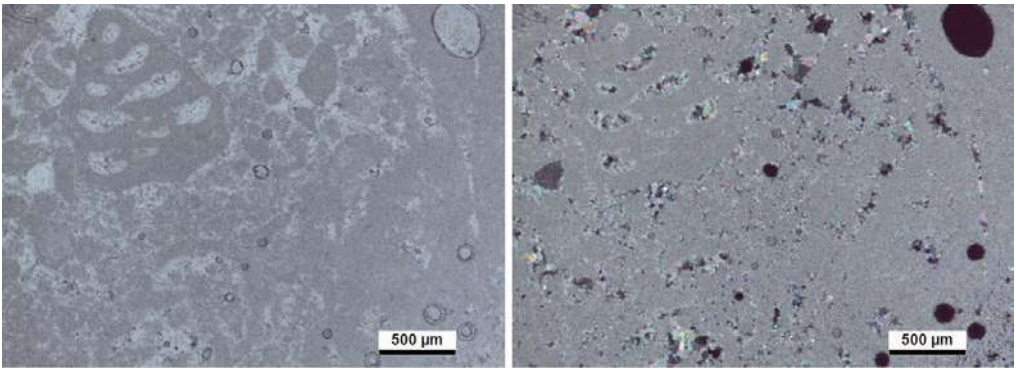


Fig. 38 – Tessela branca (amostra 6), constituída por calcário compacto com raros microfósseis (Foraminíferos). Imagens em nicóis paralelos (esquerda) e em nicóis cruzados (direita).

Concluindo, alguns dos litótipos carbonatados (calcários compactos) de *rudus* (amostras 2 e 3) são compatíveis, em termos de textura e elementos figurados, com os das tesselas brancas; e ambos são compatíveis com litótipos regionais. O litótipo utilizado na amostra 1 (tessela preta) é compatível com os calcários de Mem Martins e com os da região de Porto de Mós. Considere-se embora as observações já equacionadas relativamente ao talhe, comercialização e transporte das tesselas (do local de origem para o local de implantação do mosaico), salienta-se que é comum que estas sejam fabricadas a partir de matérias-primas originais da região envolvente do local de construção do mosaico (Caetano, 2014, p. 213).

No que se refere aos litótipos analisados de *statumen*, dois deles (grauvaque, rocha comum do nosso substrato paleozóico fora das bacias litorais meso-cenozóicas, e biocalcarenito, litótipo comum do substrato miocénico da região de Lisboa) não foram encontrados nas tesselas analisadas. Já o litótipo constituído por um arenito fino ferruginoso é totalmente compatível com as amostras 4 e 5 de tesselas.

4.4.1| ARGAMASSAS

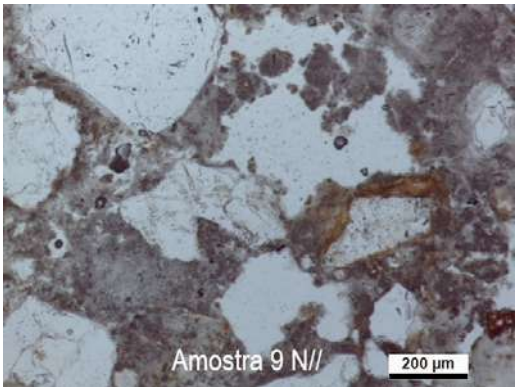
Foram analisadas lâminas delgadas polidas de cinco amostras de argamassa de tonalidades e texturas variadas[6]. As amostras 9, 11 (figura 23, nível de argamassa de preparação do terreno ou resquícios de *rudus*) e 12 (figura 23, *rudus*, cascalho argamassado) têm pequena dimensão e são constituídas por argamas-

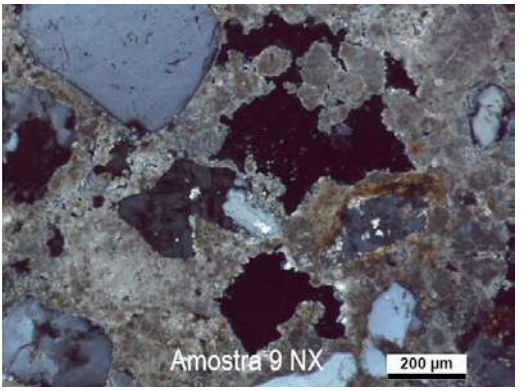
[6] Foram realizadas lâminas delgadas destas argamassas de forma a possibilitar a sua observação com microscópio petrográfico e consequente análise. As lâminas delgadas foram efetuadas no LABLAPOL/GEOFCUL (Laboratório de Execução de Lâminas Delgadas e Polimentos do Departamento de Geologia da Faculdade de Ciências de Lisboa). As lâminas delgadas das amostras 10 e 14 (pela sua grande dimensão) foram preparadas no laboratório ALS Petrophysics Ltd (Aberdeen, Escócia, Reino Unido).

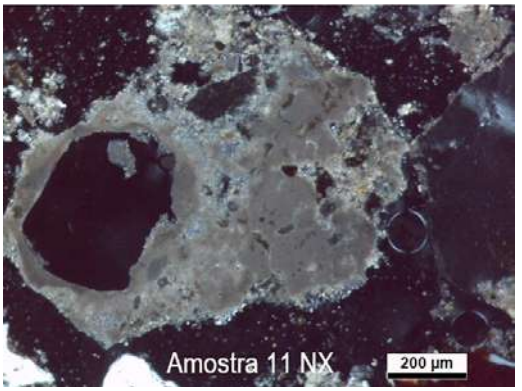
sa pulverulenta de cor acinzentada a avermelhada; as amostras 10 e 14 (figura 23, *nucleus*) mais compactas, apresentam uma estrutura na qual se distinguem os grãos minerais de agregado e o ligante (figura 39). Macroscopicamente estas duas amostras correspondem a uma argamassa friável e porosa, de cor alaranjada, contendo abundantes fragmentos cerâmicos e, em menor percentagem, fragmentos de rocha com granularidade variável.

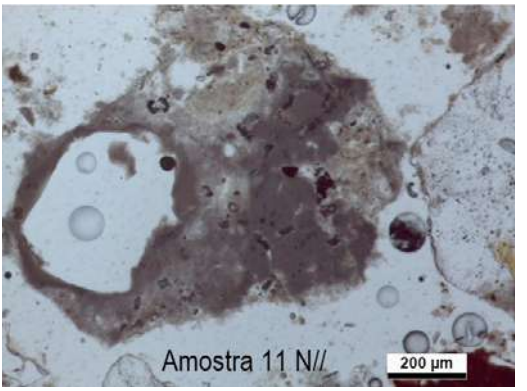
Fig. 39 – Amostras mais compactas de argamassa, contendo abundantes partículas de cerâmica e agregados siliciosos. Escala em centímetros.

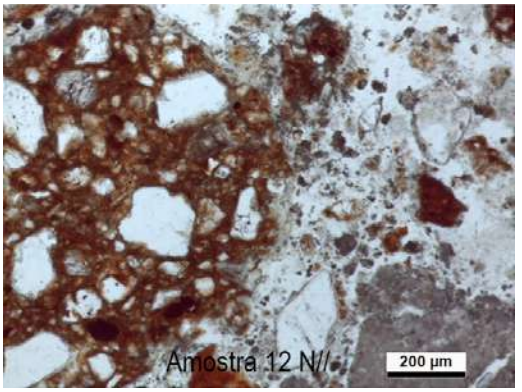
A análise ao microscópio óptico das lâminas delgadas produzidas a partir do corte e polimento das amostras de argamassa revela que são constituídas por cal hidráulica contendo partículas de agregado predominantemente britadas, ou seja, de formas muito angulosas e, mais raramente, grãos rolados de quartzo. Os agregados mostram dimensão e forma muito variadas. O ligante é muito poroso, de distribuição heterogénea e, frequentemente, escasso, com granularidade muito fina. Existem numerosos vazios de formas irregulares. A amostra 14 é menos porosa (mais compacta) e contém uma percentagem mais elevada de ligante, em comparação com a exibida pela amostra 10. As partículas de agregado são compostas por fragmentos de cerâmica, de tonalidade alaranjada, constituída por grãos de quartzo britados e matriz argilosa, grãos monocristalinos de quartzo e feldspato potássico, e raras partículas policristalinas de quartzito, arenito, grauvaque e calcário. As partículas de agregado apresentam dimensão ligeiramente mais pequena na amostra 14 relativamente à amostra 10 e na 14 são mais abundantes os fragmentos minerais do que na 10, na qual os agregados cerâmicos predominam (figuras 39 e 40).

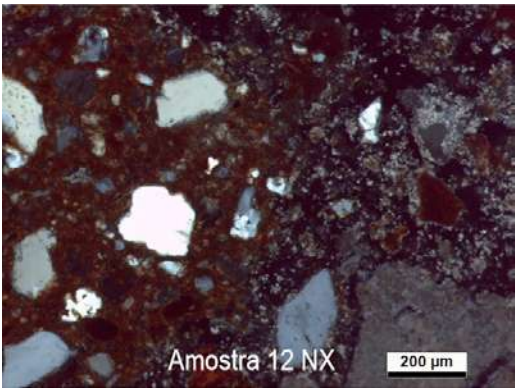

Amostra 9 N//
200 µm


Amostra 9 NX
200 µm


Amostra 11 NX
200 µm


Amostra 11 N//
200 µm


Amostra 12 N//
200 µm


Amostra 12 NX
200 µm

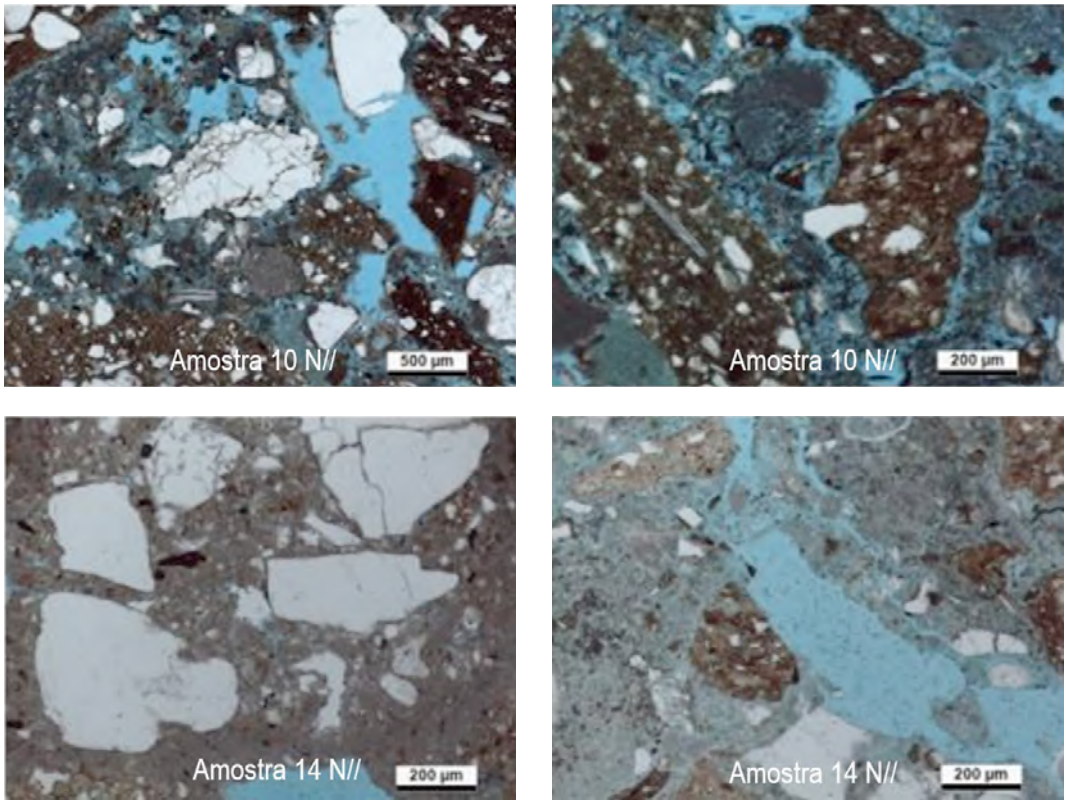


Fig. 40 – Argamassas observadas (amostras 9, 11 e 12, sem corante e amostras 10 e 14, com corante azul para realçar os vazios). O ligante é escasso e de distribuição heterogénea e os agregados são constituídos por grãos de quartzo e feldspato, algum quartzito e abundantes fragmentos cerâmicos. Existem vazios numerosos, de formas irregulares.

5| CRONOLOGIA

A definição da cronologia de abandono do balneário foi dificultada pela cota elevada a que o conjunto estrutural se conserva e pela elevada perturbação pós deposicional consequente, que não propiciaram boas condições de preservação estratigráfica.

A *piscina 1* encontrava-se preenchida pelas camadas [31] arenosa, clara, com argamassa e abundantes blocos pétreos, e [32] argilo-arenosa de cor castanha com muitos carvões. Estes níveis forneceram diversas placas de revestimento arquitectónico de lioz regional com rudistas. No lado Nascente da piscina, conservava-se ainda um contexto com configuração de despejo, a camada [33] argilo-arenosa de cor castanha clara que forneceu um *Nummus* de Constâncio II (324-361) (Faria, 1995, p. 35, ficha de catálogo n.º 39) e um importante depósito de cerca de três centenas de búzios de *Hexaplex trunculus* (Martínez, Gabriel e Bugalhão, 2017, pp. 51-52), que permite levantar a hipótese da exploração deste recurso para extracção de corante púrpura. De qualquer forma, o conjunto destas unidades estratigráficas remetem para um contexto de ruína estrutural da envolvente urbana, associado a actividade detrítica. As cerâmicas passíveis de atribuição cronológica estão quase ausentes, tendo-se recolhido apenas dois fragmentos anfóricos de fabrico lusitano, tipo Almagro 51c.

Sobre o mosaico foram escavadas as camadas [42] de areia clara com escasso espólio e [45] arenosa semi-compacta castanho-amarelada, que forneceram escassos fragmentos de *terra sigillata* clara D, de fabrico africano, uma das quais integrável no tipo 61 de Hayes.

Na área do balneário, mas em contexto estratigráfico de época contemporânea (relacionado com o forno de padaria que se sobrepôs à estrutura romana), foi recolhido um fragmento de capitel coríntio em calcário, datável entre os séculos II e IV (inventário n.º 11356; MNA 2018.16.02244). Trata-se de um fragmento de pequenas dimensões que conserva a parte final do enrolamento espiraliforme de uma voluta e a parte superior de uma folha corintizante, com alguns lóbulos, criando efeito sombreado. Atribui-se esta peça a época flaviana ou posterior, devido ao intenso efeito óptico observado nos lóbulos da folha (Fernandes, 2011, p. 282). Infelizmente, não é possível relacionar este elemento com o balneário, nem utilizá-lo na atribuição cronológica da estrutura devido à situação descontextualizada em que foi recolhido.

A cronologia de construção do balneário não pôde ser estabelecida nas campanhas arqueológicas dos anos 90 do século passado, atendendo a que a musealização deste conjunto não permitiu a sua desmontagem e a recolha de qualquer informação estratigráfica. Num primeiro momento, a construção do balneário foi datada genericamente do século III, com base na datação estilística atribuída ao mosaico (Amaro e Caetano, 1995, p. 292). Em estudo posterior que conjuga inúmeros paralelos para os esquemas decorativos e iconográficos do mosaico do NARC, Teresa Caetano precisa a sua datação na segunda metade do século III (Caetano, 2017, p. 114).

Na intervenção arqueológica realizada em 2017, foi possível obter dados crono-estratigráficos relativos aos níveis construtivos do mosaico, nomeadamente no *statumen* [175] e no *rudus* [177] que forneceram os conjuntos cerâmicos mais relevantes para a caracterização cronológica do mesmo. Apesar da ausência de cerâmicas finas ou outros elementos datantes, no nível de construção do statumen [175] foram recolhidos dois exemplares anfóricos: um bordo e asa de Almagro 51C de produção lusitana (figura 41; BCP/Lx 10805) e um exemplar muito rolado do tipo Keay XVI, de produção bética (figura 41; BCP/Lx 10806), a par com fragmentos de cerâmica de construção.

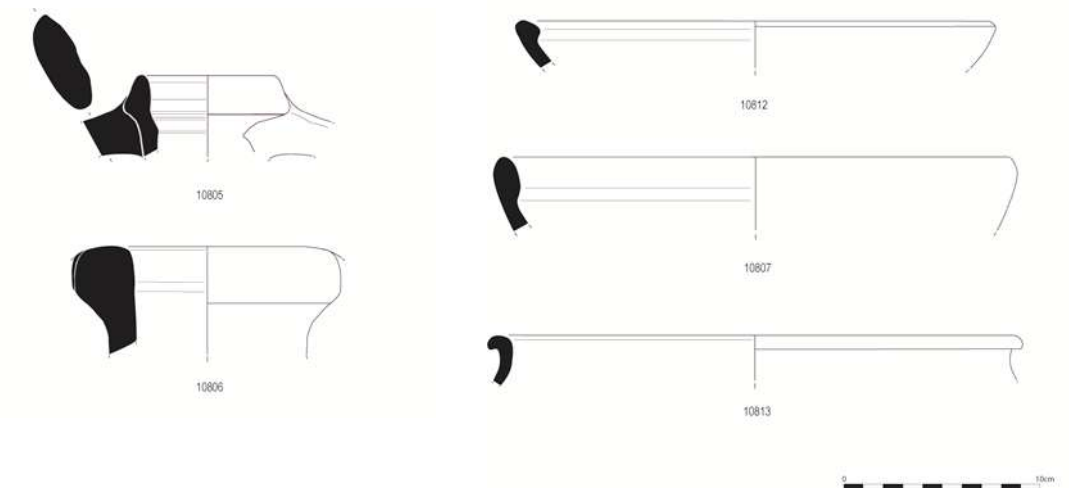


Fig. 41 – Espólio cerâmico integrado na estrutura construtiva do mosaico 1 (desenho Carolina Grilo).

	Cerâmica Anfórica		Cerâmica Comum		Vidro	Cerâmica de Construção
Camadas	Fragmentos	NMI	Fragmentos	NMI	Fragmentos	Fragmentos
175	5	2				5
176			8	1		11
177			23	3		61
179	1		4	1		
180	1	1	8	2	1	7
181			6	3		2
182	1		11	2		3
Totais	8	3	60	12	1	89

Fig. 42 – Cerâmica e vidros, contabilização.

Já a camada [177], essencialmente correspondente ao *rudus* (uma vez que a compacta argamassa do *nucleus* não soltava os seus componentes) foi a que registou maior percentagem de espólio, composto por cerâmica comum e material de construção (84 fragmentos), na sua maioria reutilizado como brita cerâmica na composição do material construtivo deste assentamento (figura 26). Dos cerca de 23 fragmentos de cerâmica comum, apenas foi possível identificar duas formas abertas integradas no grupo dos pratos e um recipiente de armazenagem (figura 41; BCP/Lx 10813) cujas caraterísticas técnicas e formais remetem para momentos de ocupação pré-romanos, correspondendo a material residual reintegrado nesta camada. Os pratos (figura 41; BCP/Lx 10807 e BCP/Lx 10812) contam-se igualmente entre as formas e produções presentes no local, não sendo de estranhar a sua remobilização em contextos de construção e remodelação deste espaço ribeirinho. Correspondem a pratos de bordo espessado e perfil curvo, ligeiramente mais oblíquo e profundo, no caso do exemplar 10807 que integra uma variante formal de largo espectro cronológico, estando também documentada em outros contextos urbanos, como o Banco de Portugal (Grilo e Rocha, no prelo) e com produção atestada no centro oleiro da Quinta do Rouxinol desde os finais do século II/inícios do III d.C. (Santos, 2012).

Com efeito, estes e os restantes conjuntos cerâmicos recuperados nos níveis construtivos e nos níveis de interface das lacunas da estrutura do mosaico causadas por fossas ou outras perturbações pós-deposicionais, pautam-se pela clara coerência com os demais conjuntos exumados no local, nomeadamente na presença das produções locais /regionais e de formas frequentes no repertório oleiro da região (pratos, potes/panelas, jarros) associadas às olarias que proviam as oficinas do NARC de contentores de transporte anfóricos (Grilo, 2017).

Concluindo, relativamente à cronologia de construção do balneário romano do NARC, considera-se que os dados recolhidos na intervenção arqueológica são compatíveis com a datação inicialmente proposta, que se deve situar em momento posterior ao início do século III, corroborado pela presença dos tipos anfóricos supra descritos. Durante o funcionamento do balneário, a sua estrutura sofreu diversas intervenções de remodelação e/ou reparação, como sejam, a recobertura (restauro?) do mosaico com *opus signinum* e a compartimentação da *piscina 2* em três banheiras. Contudo, não foi possível recolher informação sobre a cronologia destas intervenções. De acordo com o espólio recolhido na estratigrafia de abandono desta estrutura, conjugada com a dinâmica ocupacional conhecida para o sítio arqueológico em época romana (Bugalhão, 2001, pp. 167 e 175), o balneário romano do NARC terá sido abandonado no início do século V.

6| NOTAS FINAIS

A intervenção arqueológica preventiva desenvolvida no âmbito dos trabalhos de conservação e restauro realizados em 2017 no balneário e mosaico romanos e no forno de época contemporânea do NARC incidiu essencialmente sobre a área de implantação do mosaico e decorreu após o levantamento do mesmo, na área correspondente à sua extensão conservada.

Os trabalhos permitiram também o registo de diversos elementos da arquitectura do balneário e do seu sistema hidráulico e a recolha de elementos crono-estratigráficos relativos à construção e abandono da estrutura.

A partir dos vestígios estruturais conservados *in situ*, quer na área hoje exposta ao público, quer na área contígua a Sul não visível (mas preservada), foi possível apresentar uma proposta de reconstituição arquitectónica desta parte do balneário, possivelmente o *frigidarium*. Propõe-se a existência de uma ou duas salas de banhos frios, com acesso a três piscinas, uma das quais, a determinado momento, subdividida em três banheiras individuais. Este edifício confinava a Sul com a via; tinha ligação a Oeste através de uma porta para um corredor que o separava da área industrial; a Norte confinaria com um edifício provavelmente habitacional; teria continuidade para Nascente, nas demais componentes da estrutura balnear.

O balneário foi construído em alvenaria essencialmente pétrea, recorrendo principalmente a litótipos disponíveis no local de construção, como o calcário compacto, embora também marquem presença o basalto e litótipos claramente exógenos

como o granito. A sala intervencionada seria rebocada. As piscinas (e, na segunda fase, banheiras) encontravam-se revestidas a *opus signinum* (rosado, manufacturado com cerâmica moída) que também cobria parte do pavimento e dispunham de degraus de acesso e meias-canas.

Relativamente à circulação de águas foram identificadas quatro condutas de escoamento de águas do balneário (que descarregavam na cloaca sob a estrutura viária a Sul) e um aqueduto. Foi possível escavar a *canalização 5*, construída em alvenaria revestida e coberta por *imbrices* também revestidos. Esta canalização encontrava-se preenchida por uma vasa (lodo) que não conservava material polínico relevante.

Mas os principais resultados científicos obtidos durante a intervenção arqueológica realizada em 2017 no NARC referem-se ao registo, caracterização e interpretação da estrutura construtiva do pavimento musivo.

Em primeiro lugar, foi possível constatar que o *mosaico 1* do NARC apresenta uma estrutura construtiva compatível com os parâmetros preconizados por Vitrúvio no seu *Tratado de Arquitectura*. Assim, sob o *opus tesselatum*, foram observados o *nucleus*, o *rudus* e o *statumen*. Contudo, verificou-se também que os mestres e tesselários que construíram o mosaico adaptaram as normas construtivas à realidade concreta do local, tendo em consideração a topografia e características do terreno, a envolvente urbana, os materiais disponíveis nas proximidades e, principalmente, as soluções que consideravam tecnicamente adequadas.

Assim, verifica-se que o *statumen* terá sido apenas construído na área do mosaico em que tal foi considerado necessário e que utiliza, para além dos canónicos elementos pétreos, cerâmica de construção e fragmentos de grandes contentores, em clara situação de reutilização.

O *rudus* e o *nucleus* incorporam cascalho (gravilha) possivelmente em utilização primária, mas também muitos elementos aparentemente reutilizados, como tesselas, tesselas inacabadas ou falhadas, tesselas anteriormente integradas em mosaico e também pequenos seixos e fósseis e ainda, eventualmente, conchas e ossos de animais disponíveis no local.

Por fim, o mosaico apresenta um *supranucleus* ou "*lit de pose*", ou seja uma primeira camada de *opus albarium* (branco) que se distingue claramente do *nucleus*, camada construtiva omissa no *Tratado* de Vitrúvio.

Resumindo, os artífices do *mosaico 1* do NARC demonstram conhecer a norma vitruviana, mas revelam igualmente uma forte capacidade de adaptação às condições específicas desta obra.

O presente estudo concedeu especial atenção ao estudo dos materiais de construção, nomeadamente litótipos e conglomerados (argamassas e *opus*). Relativamente aos litótipos foi verificada a compatibilidade entre os materiais de construção que integram a estrutura do mosaico e os materiais utilizados no talhe de tesselas, por exemplo o calcário compacto (presente no *statumen*, no *rudus*, nas tesselas e, provavelmente, na gravilha constituinte do *opus signinum* "industrial") e o siltito/arenito avermelhado (presente no *statumen* e nas tesselas encarnadas). Observou-se a predominância de litótipos locais e regionais, como os calcários (branco, negro e rosado), o biocalcarenito e o basalto; mas também a presença de litótipos exógenos como o granito, o grauvaque e o siltito/arenito avermelhado.

Relativamente às argamassas, nomeadamente ao *nucleus*, verificou-se que é constituído por cal hidráulica e partículas de agregado pétreo (predominantemente britadas, de formas muito angulosas) e cerâmico. Ou seja, conforme observação macroscópica durante a escavação, o *nucleus* parece integrar como agregado, cascalho semelhante ao que integra o *rudus* e o *opus signinum* "industrial"[7].

A intervenção arqueológica objecto desta publicação possibilitou a recolha de um conjunto de elementos crono-estratigráficos que permite precisar a cronologia de construção, funcionamento e abandono do balneário do NARC. Relativamente à construção, os dados recolhidos apontam para momento posterior ao início do século III, precisando a datação proposta por Teresa Caetano (2017) com base nos esquemas decorativos e iconográficos do mosaico. Quanto à cronologia de abandono, apesar da ausência de cerâmicas finas ou outros elementos datantes, a cerâmica anfória e comum é cronologicamente bastante consistente e, conjugada com a dinâmica ocupacional do NARC em época romana, permite propor que o balneário terá sido abandonado no final do século IV ou, mais provavelmente, no início do século V.

Em momento posterior ao abandono do balneário e mesmo ao da sua sedimentação arqueológica, o mosaico foi afectado por diversas construções, nomeadamente por duas fossas detríticas de época possivelmente medieval e pela construção de um forno de padaria que terá laborado entre o século XVIII e o XIX.

[7] Relembra-se que, embora nas estruturas industriais do NARC o *opus signinum* de revestimento seja quase sempre constituído por brita calcária, o tanque 15 ostenta revestimento de *opus signinum* com fragmentos cerâmicos de cor rosada (Bugalhão, 2001, p. 78).

BIBLIOGRAFIA

Amaro, C.; Caetano, M. T. (1995) – Breve nota sobre o complexo fabril romano da rua Augusta (Lisboa). *Conimbriga*, Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra. 32-33, pp. 283-294.

Amaro, C.; Gonçalves, C. (2016) – The Roman Figlina at Garrocheira (Benavente, Portugal) in the Early Empire. In Vaz Pinto, I.; Almeida, R.; Martin, A., eds. – *Lusitanian amphorae. Production and distribution. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery*, 10. Oxford: Archeopress, pp. 47-58.

Braga, P.; Gimbra, A. (2017) – *Relatório dos Trabalhos de Conservação e Restauro. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. Conservação e Restauro do Mosaico, Termas Romanas e Forno de época Contemporânea. Lisboa*. ERA, Arqueologia, S.A., 28 p. (documento policopiado).

Bugalhão, J. (2001) – *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros* (Trabalhos de Arqueologia, 15). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 186 p.

Bugalhão, J.; Gameiro, C.; Martins, A.; Braz, A. F. (2014) – Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros: da intervenção à investigação, gestão e apresentação pública. *Arqueologia & História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 64-65 (2012-2013), pp. 191-201.

Caetano, M. T. (2001) - Mosaicos romanos de Lisboa. Parte I: A Baixa Pombalina. *Conimbriga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra. 40, pp. 65-82.

Caetano, M. T. (2017) – "Pontilhismo e descontinuidade": os mosaicos pavimentais romanos de *Felicitas Iulia Olisipo*. In Fernandes, L.; Bugalhão, J.; Fernandes, P., eds. – *Debaixo dos nossos pés. Pavimentos históricos de Lisboa*. Lisboa: EGEAC, pp. 112-115.

Carvalho, A.; Freire, J. (2011) – Cascais y la R uta del A tlántico. El establecimiento de un puerto de abrigo en la costa de Cascais. Una primera propuesta. In Nogales, T.; Rodà, I., eds. – *Roma y las provincias: modelo y difusión*, vol. II. *Hispania Antigua, Serie Arqueológica*, 3. Roma: L'Erma di Bretschneider, pp. 727-735.

Costa, A. M.; Freitas, M. C.; Lopes, V.; Bugalhão, J.; Cascalho, J.; Andrade, C.; Rocha, A. (2018) – As praias fluvio-estuarinas da Idade do Ferro e do Período Romano da Baixa de Lisboa, Portugal. In Bernardes, J. P.; Etchvarne, C.; Lopes, M. C.; Costa, C., eds. – *Arqueologia Urbana em Centros Históricos*. Faro: Universidade do Algarve/ Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património, pp. 256-273.

Costa, A. M.; Freitas, M. C.; Bugalhão, J.; Andrade, C.; Lopes, V. (neste volume) – A contribuição da geologia na compreensão da evolução ambiental da margem norte do rio Tejo – resultados do projecto Lisbon Stories. In Antunes, A. S.; Nozes, C.; Carvalhinhos, M.; Leitão, V., eds. - *Atas* do *II Encontro de Arqueologia de Lisboa: Arqueologia em meio urbano* (Teatro Aberto, 22, 23 e 24 de Março de 2018). Lisboa: CAL/DPC/DMC/CML.

Faegri K.; Iversen J. (1989) - *Textbook of Pollen Analysis*, fourth ed. New Jersey: The Blackburn Press.

Faria, A.M. (1995) – Ficha de catálogo n.º 39. In *Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros*. Lisboa: Fundação Millennium BCP, p. 35.

Fernandes, L. (2011) – A decoração arquitectónica de *Felicitas Iulia Olisipo*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IGESPAR. 14, pp. 263-311.

Gaspar, M. A. (1995) – Ficha de catálogo n.º 142. In *Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros*. Lisboa: Fundação Millennium BCP, p. 47.

Grilo, C. (2017) – A cerâmica comum de produção local e regional do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa. Os contextos fabris. In Caessa, A.; Nozes, C.; Cameira, I.; Silva, R. B., eds. – *Atas do I Encontro de Arqueologia de Lisboa: uma Cidade em Escavação* (Teatro Aberto, 26, 27 e 28 de Novembro de 2015). Lisboa: CAL/DPC/DMC/CML, pp. 254-271.

Grilo, C.; Rocha, A. (no prelo) – *A cerâmica comum romana do edifício sede do Banco de Portugal*.

Maciel, M. J., tradução do latim, introdução e notas (2006) – *Vitrúvio. Tratado de Arquitectura*. Lisboa: IST Press, 454 p.

Martínez, S.; Gabriel, S.; Bugalhão, J. (2017) – 2500 anos de exploração de recursos aquáticos em Lisboa. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. In Senna Martinez, J. C.; Martins, A. C.; Melo, A. A.; Caessa, A.; Marques, A.; Cameira, I., eds. – *Diz-me o que comes… Alimentação antes e depois da Cidade. Fragmentos da Arqueologia de Lisboa*, 1. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/Centro de Arqueologia de Lisboa/Sociedade de Geografia de Lisboa, pp. 41-54.

Raposo, J.; Duarte, A. L. (1996) – O forno 2 do Porto dos Cacos (Alcochete). In Filipe, G.; Raposo, J. M. C., eds. – *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado. Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Seixal: Câmara Municipal/Lisboa: Dom Quixote, pp. 249-66.

Reis, M. P. M. (2014) – *De* Lusitaniae urbium balneis*: estudo sobre as termas e balneários das cidades da Lusitânia*. Dissertação de doutoramento em Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2. vol.

Rua, H. (1998) – *Os dez livros de arquitectura de Vitrúvio: corrigidos e traduzidos recentemente em português, com notações & figuras*. Lisboa: Departamento de Engenharia Civil. Instituto Superior Técnico, 354 p.

Santos, C. (2012) – *As cerâmicas de produção local do centro oleiro romano da Quinta do Rouxinol*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Silva, R. B. (2015) – O contexto alto-imperial da Rua dos Remédios (Alfama – Santa Maria Maior, Lisboa): vidros, cerâmicas e análise contextual. In Quaresma, J. C.; Marques, J., eds. – *Contextos Estratigráficos na Lusitânia (do Alto Império à Antiguidade Tardia)* (Monografias AAP. 1). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 41-67.

Stockmarr, J. (1971) – Tablets with spores used in absolute pollen analysis. *Pollen et spores*. Paris: Éditions du Muséum National d'Histoire Naturelle. 13, pp. 615-621.

#7 INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA CALÇADA DO LAVRA: DINÂMICAS DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO. ABORDAGEM PRELIMINAR À NECRÓPOLE ROMANA.

PAULO REBELO | NEOÉPICA, LDA.
PEDRO PEÇA | NEOÉPICA, LDA.

RESUMO

Esta intervenção arqueológica tem a sua génese no diagnóstico necessário para a execução de uma empreitada de investimento privado nos nºs 2 a 10 da Calçada do Lavra, em Lisboa.

Os resultados, ainda preliminares, revelam uma diacronia ampla de ocupação do espaço, desde a Pré-História recente até à Época Contemporânea.

Sob os vestígios do edificado dos séculos XIX-XX identificaram-se níveis de Época Moderna, de que se destacam contextos associados à exploração e processamento de matéria-prima utilizada em olaria, no século XVI.

Releva-se a identificação de uma área de necrópole, do período romano, com particular importância não só pela raridade do achado e seu estado de conservação como por conter no mesmo espaço uma variedade de tipologias funerárias, como inumações simples, cremações e estruturas de carácter monumental, atribuíveis (provisoriamente) a um hiato temporal entre os séculos I e III d.C..

Os contextos arqueológicos mais antigos estão associados a depósitos coluvionares que enquadram materiais datáveis da Pré-História recente, possivelmente remobilizados da encosta de Santana.

Palavras-Chave: Lisboa; Arqueologia Urbana; Recursos oleiros; Necrópole Romana.

ABSTRACT

This archaeological intervention has its origin in the necessary diagnosis for the execution of a private investment project at Calçada do Lavra, 2-10, in Lisbon.

The results, still preliminary, reveal a broad diachrony of occupation of that space, from Prehistory to Contemporary Era.

Under the traces of 19th-20th century buildings, Modern Era levels were identified, highlighting contexts associated with the exploration and processing of raw material used in pottery, in the 16th century.

We highlight the identification of a Roman necropolis, with particular importance, not only due to the rarity of the finding and its state of conservation, but also because it contained in the same space a variety of funerary contexts such as simple burials, cremations and monumental structures attributable (provisionally) to the temporal hiatus between the 1st and 3rd centuries AD.

The earliest archaeological contexts are associated with coluvional deposits that frame datable materials since recent Prehistory, possibly from the slope of Santana.

Keywords: Lisbon; Urban Archaeology; Pottery Resources; Roman necropolis.

1| INTRODUÇÃO

No âmbito da intervenção arqueológica realizada junto da Calçada do Lavra, foi possível colocar a descoberto uma importante sequência estratigráfica que ilustra a ocupação do espaço entre a Pré-história recente e a época contemporânea.

Entre os contextos mais relevantes realça-se, pelo seu carácter próprio, bem como pelo excelente estado de conservação dos vestígios registados, os níveis associados à ocupação do espaço como necrópole em época romana.

Os trabalhos de campo estenderam-se ao longo de vários meses, procurando o presente artigo noticiar de uma forma genérica os achados referentes ao contexto de necrópole.

2| ENQUADRAMENTO

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos decorreram na Calçada do Lavra, nºs 2 a 10, Freguesia de Arroios, Concelho de Lisboa. O local implanta-se no lado Este da Rua das Portas de Santo Antão, na base da encosta íngreme onde para Norte se desenvolve o Elevador do Lavra, sendo a Sul limitado pelo Palácio da Anunciada.

A intervenção desenvolveu-se numa área aproximada de cerca de 300 m , possuindo o espaço uma forma subrectangular, com uma ligeira descontinuidade no limite Oeste, cujo eixo maior tem a orientação aproximada S-N, com pendente no sentido da encosta de SO-NE.

Fig. 1 – : Pormenor do sítio na vista aérea (Fonte: maps.google.com).

Os contextos associados à ocupação do espaço como necrópole, ao longo do período romano, encontram-se directamente sobrepostos pelos níveis de Época Moderna (século XV-XVI). Associados a este momento foi possível registar diversos indícios que testemunham a produção de cerâmica no local. Contudo, é de sublinhar que a presença de olarias na zona já tinha ficado comprovada na intervenção do espaço contíguo do Palácio da Anunciada (Cardoso *et al.*, 2017, pp. 1715-1729).

Foi possível perceber que a necrópole romana se encontra fundada sobre um depósito fino, de matriz siltosa, de génese aluvionar, formado no âmbito da acção de diversas linhas de água que descem a encosta numa orientação sensivelmente Este-Oeste. Em grande parte, esta sequência de sedimentos siltosos sofreu um processo gradual de lixiviação, que os tornam macroscopicamente homogéneos e de difícil individualização de um ponto de vista estratigráfico.

Sob a sequência sedimentar que enquadrava a necrópole romana, observa-se um horizonte com características mais heterogéneas, com disposição relativamente caótica. Enquadra clastos e blocos de média e grande dimensão, fundamentalmente biocalcarenitos. Este conjunto detrítico tem origem na encosta que se desenvolve a Este, no sentido do Campo de Santana, que sob uma sucessão de torrentes coluvionares originou a deslocação do material da Pré-história Recente recolhido. De resto, foi observável o distinto grau de rolamento nos materiais desta época, podendo parte do conjunto ter origem próxima ao local da intervenção.

3| A NECRÓPLE ROMANA

A intervenção na Calçada do Lavra veio a revelar importantes contextos relacionados com a arquitectura da morte em Época Romana, assim como novos dados sobre a estruturação urbanística dos subúrbios da cidade. A incorporação geográfica na antiga *Olisipo* permite observar a raiz do traçado da actual Rua das Portas de Santo Antão na "Via Norte", acesso privilegiado ao arrabalde (Silva, 2012). Esta mesma lógica de implantação está patente na intervenção de outro espaço funerário poucos metros para Sul, na Rua das Portas de Santo Antão, n.º 84 a 90 (Cabaço *et al.*, 2017, pp. 1244-1254). Não se pode também, nesta fase, desassociar a necrópole da Calçada do Lavra da necrópole Noroeste, identificada na Praça da Figueira (Silva, 2005, pp. 31-62) e na Encosta de Sant'Ana (Muralha, Costa e Calado, 2002, pp. 245-246; Gonçalves *et al.*, 2010, pp. 125-144).

O *locus* funerário intervencionado caracteriza-se por uma alternância, ao longo da ocupação, modelos de ritual funerário, havendo uma relativa dispersão dos con-

textos funerários, mas em alguns casos, a sobreposição, que atesta uma ocupação continuada do lugar enquanto necrópole. Nesta altura do estudo, e dada a homogeneidade dos depósitos escavados, encontra-se por confirmar se esta variabilidade de ritual funerário tem uma correspondência cronológica, ou se diferentes práticas funerárias ocorreram num mesmo período. Para estas questões contribuirá, entre outros, o estudo do conjunto artefactual exumado, que decorre ainda numa fase muito precoce. Pela mesma razão, não serão, nesta fase, propostas cronologias mais precisas dos contextos observados.

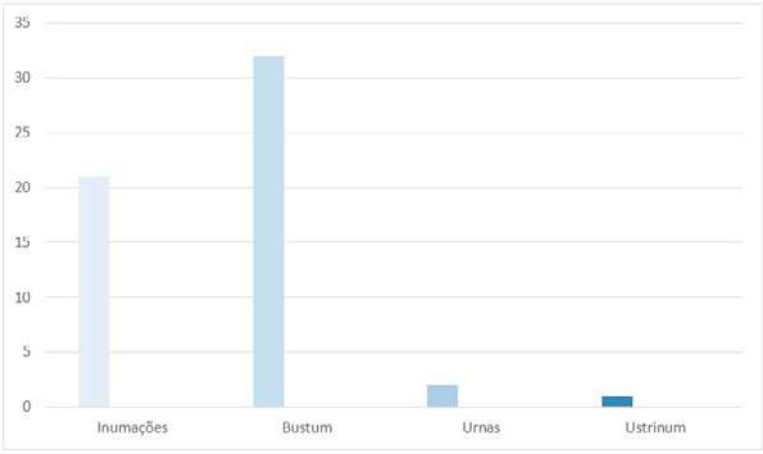


Fig. 2 – Dispersão quantitativa dos rituais funerários.

A intervenção arqueológica permitiu o registo de 55 contextos funerários. A sua análise atesta a diversidade das formas de ritual fúnebre. A maioria corresponde a cremações tipo *bustum* (32), seguidas pelas inumações (21), sendo ainda de notar a presença de dois enterramentos em urnas e um possível *ustrinum*.

Como está patente na Figura 3, os contextos encontram-se relativamente dispersos, não se reconhecendo um elemento físico estruturante. Observa-se, no entanto, a tendência à orientação SE-NO, não sendo evidente se se relaciona com a topografia, posição da Via ou com o protocolo ritual, uma vez que existem inumações com a colocação do indivíduo numa orientação NO-SE.

As inumações são genericamente sobre covachos simples de forma sub-rectangular não se registando elementos sinalizadores do enterramento, à excepção de uma inumação de imaturo, ao qual se pode associar uma taça no topo do enchimento. Terão sido, na maior parte das vezes, enterrados em caixão ou estrado, como atestam os pregos identificados.

Os contextos de cremação apresentam grande variabilidade. Os mais simples correspondem a covachos, tendencialmente de forma sub-circular, onde foram depositados os restos osteológicos incinerados, assim como o espólio votivo associado. A envolvente imediata destes interfaces apresenta marcas de alteração pelo fogo, atestando a a presença da pira funerária no mesmo espaço. Existe ainda um importante número de *busta*, onde os restos funerários foram acondicionados em cistas paralelipípedicas, revestidas a *lateres,* com e sem tampa. De relevar que há, no interior destas estruturas, uma evidente organização da deposição do espólio e restos ósseos. Não tendo sido identificada nenhuma sinalização para a maioria dos *busta*, existem cinco exemplos a que se associa uma componente "monumental". Tratam-se de estruturas rectangulares em alvenaria de pedra, que encimam as cremações. Dois destes monumentos são estucados na face exterior, com pintura polícroma. Encontram-se, em todos os casos, destruídos pela base, não sendo possível aferir das características das estruturas. De referir que a estrutura mais a Este na Figura 4, é delimitada por dois muros, formando um recinto exclusivo para este monumento. Numa destas estruturas foi identificado um tubo de libações.

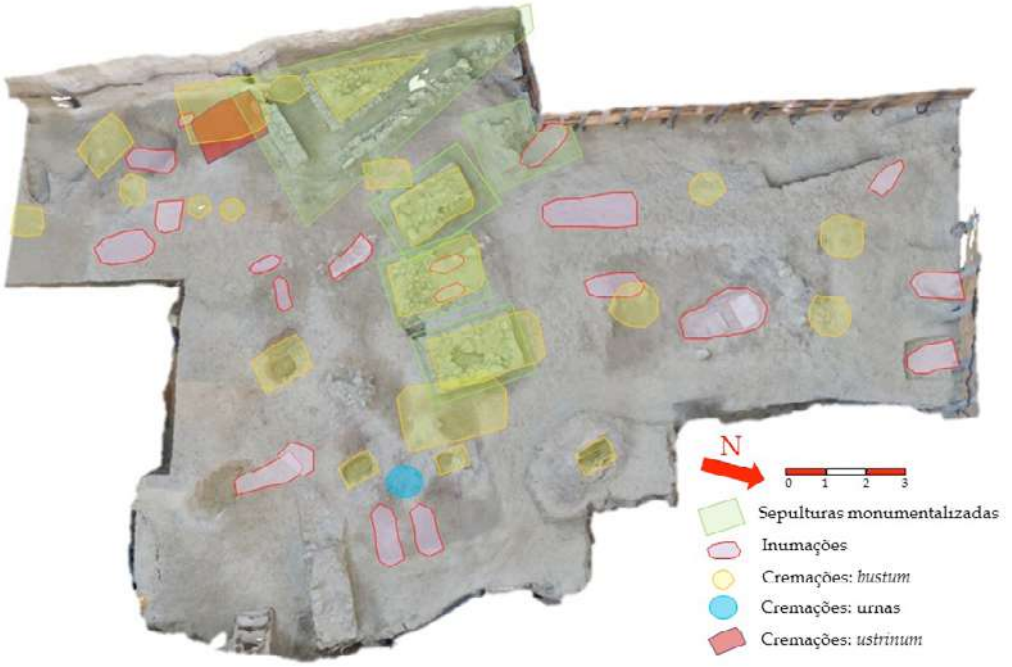


Fig. 3 – Implantação dos diferentes tipos de contexto registados.

Fig. 4 – Implantação dos elementos estruturais na área central.

Fig. 5 – Exemplo de inumação em covacho sub-rectangular.

Fig. 6 – Exemplo da organização interna de um ***bustum***.

Ao longo da escavação da necrópole foi possível recolher um abrangente conjunto de espólio, associado individualmente a cada enterramento. Genericamente, a cada contexto de inumação ou inceneração está associado um conjunto constituído por, salvo algumas raras variantes, pote, taça, lucerna e moeda.

Entre os contextos funerários intervencionados existem dois *busta* que, pelo carácter distintivo do espólio associado, destacamos, mais concretamente por permitirem um aporte à condição socio-profissional do indivíduo. Um dos *bustum* veio a revelar um conjunto de 32 peças de jogo, vítreas, 15 brancas e 17 negras. Para além das peças de jogo foram ainda recolhidos dois dados em osso e uma faca de lâmina metálica com cabo em osso ou madeira, artefacto que se encontra em análise. Um outro contexto de cremação revelou um conjunto artefactual que, em associação, pode estar relacionado com a actividade médico-cirúrgica. Recolheram-se, neste contexto, entre outros artefactos, duas paletas em pedra (*coticula*) e um conjunto de espátulas (assim designados genericamente pela morfologia) a que se associa um estojo metálico de forma cilíndrica. Neste mesmo depósito recolheu-se uma caixa em bronze, ainda com tampa, mas que deverá ser compartimentada no interior.

Fig. 7 – Pormenor da escavação do ***bustum*** onde se regista o conjunto de peças de jogo.

Fig. 8 – Conjunto de peças de jogo registadas em associação ao ***bustum***.

Fig. 9 – *Bustum* relacionado com conjunto artefactual ligado à prática de medicina..

O presente artigo pretende notificar a existência do achado, por isso o carácter generalista. Não deixamos, no entanto, de sinalizar que na intervenção foram acauteladas futuras linhas de investigação, não só no estudo do espólio e análise bioantropológica, a decorrer de momento numa fase precoce, mas também através da recolha integral dos depósitos sedimentares relacionados com os contextos de cremação, assim como amostras de outra ordem, que possibilitem abordagens de diferentes campos de estudo.

BIBLIOGRAFIA

Cabaço, N.; Sarrazola, A.; Silva, R.; Carvalho, L.; Lourenço, M. (2017) – O Espaço de Necrópole Romana das Portas de Santo Antão (Lisboa). In Arnaud, J. M.; Martins, A., coord. - *Arqueologia em Portugal: 2017 – estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1244-1254.

Cardoso, G.; Batalha, L.; Rebelo, P.; Rocha, M.; Neto, N.; Brito, S. (2017) – Uma olaria na Rua das Portas de Santo Antão (Lisboa) – Séculos XV e XVI. In Arnaud, J. M.; Martins, A., coord. - *Arqueologia em Portugal: 2017 – estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1715-1729.

Gonçalves, D.; Duarte, C.; Costa, C.; Muralha, J.; Campanacho, V.; Costa, A.; Angelucci, D. (2010) – The Roman Cremation burials of Encosta de Sant'Ana (Lisbon). *Revista Portuguesa de Arqueologia.* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 13: 1, pp. 125-144.

Muralha, J.; Costa, C.; Calado, M. (2002) – Intervenções Arqueológicas na Encosta de Sant'Ana (Martim Moniz, Lisboa). *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. IIª série. 2, pp. 245-246.

Silva, R. (2005) – *As "Marcas de oleiro" em terra sigillata da Praça da Figueira (Lisboa): contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a.C. - séc. II d.C.).* Dissertação de Mestrado em Arqueologia - Arqueologia Urbana. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Silva, R. (2012) - Arqueologia viária romana em Lisboa: a I.A.U. da Praça da Figueira. In Pimenta, J., coord. – *Cira – Arqueologia – Atas da Mesa Redonda "De Olisipo a Ierabriga"*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. 1, pp. 74-87.

#8 VESTÍGIOS DE *AL-UXBUNA* NO BAIRRO DA MOURARIA: OS SILOS DA IGREJA DE SÃO LOURENÇO (LISBOA).

ANDREIA RODRIGUES | CHAM-FCSH/UNL/UAç
ANDRÉ TEIXEIRA | CHAM-FCSH/UNL/UAç

RESUMO

Durante os anos de 1992 e 1993 a igreja de São Lourenço, na Mouraria de Lisboa, foi alvo de uma intervenção arqueológica integrada num projecto de requalificação do monumento, tendo sido escavadas oito sondagens. Os trabalhos arqueológicos visavam recuperar o edifício religioso, partindo de uma consolidação ao nível da estrutura, desentulhar uma capela gótica, efectuar picagens parietais (por forma a verificar as fundações nas imediações da fachada e no espaço correspondente à nave central) e, ainda, registar a sucessão das várias inumações que se encontravam no interior da igreja. Os resultados desta escavação revelaram vestígios de diversas campanhas de obras no edifício, uma sequência de enterramentos medievais e modernos no seu interior e, nos estratos inferiores, um conjunto de silos prévio à própria igreja, datado de época medieval islâmica.

O enfoque principal desta comunicação é o estudo do espólio arqueológico proveniente do conjunto de silos identificado na igreja de São Lourenço, ainda largamente inédito, reflectindo sobre o contexto destas estruturas na própria organização de *al-Uxbuna*, bem como da posterior apropriação cristã da cidade. Os materiais exumados são bastante diversificados do ponto de vista técnico, formal e decorativo, pelo que, muito embora assaz fragmentados, são passíveis de dar um contributo para o conhecimento da última etapa de ocupação muçulmana de Lisboa.

Palavras-Chave: Cerâmica islâmica; Lisboa; Mouraria; Silos; Idade Média.

ABSTRACT

During 1992 and 1993 São Lourenço's church, in Lisbon's Mouraria, was object of an archaeological intervention integrated in a project of requalification of the monument, having been excavated eight survey pits. The main goal of the intervention was the recovery of the religious building, based on a structural consolidation, to clear one gothic chapel, make parietal pricks (in order to verify the foundations in the façade's surroundings and in the space of the central nave) and, to register the burials's succession found inside the church. The excavation's results revealed evidences of multiple building campaigns, a sequence of medieval and modern burials inside the church and, in lower strata, a set of silos prior to the church, dated from medieval islamic period.

The aim of this communication is the study of the archaeological artifacts that were found inside the silos identified in São Lourenço's church, yet largely unpublished, reflecting about the context of this structures in *al-Uxbuna*'s organization, as well as on the subsequent Christian appropriation of the city. The materials unburied are quite diversified from technical, formal and decorative point of view, and in spite of being fragmented, they can contribute to the knowledge of the last stage of Muslim occupation of Lisbon.

Keywords: Islamic Pottery; Lisbon; Mouraria; Silos; Middle Ages.

#9 AS CERÂMICAS COMUNS DE UM POÇO MEDIEVAL DAS "HORTAS DE S. DOMINGOS". PRAÇA DA FIGUEIRA (LISBOA).

FÉLIX ZÉLIO SILVA | FCSH-NOVA

RESUMO

A intervenção arqueológica urbana de 1999-2001 na Praça da Figueira revelou um conjunto importante de dados para o conhecimento do espaço agrário anexo ao Convento de S. Domingos da cidade de Lisboa.

De entre os vários elementos destaca-se um poço ovalado localizado na quadricula K3, provavelmente edificado no século XV, que viria a perder a sua função com a instalação do Hospital Real de Todos-os-Santos, iniciada em 1492. No interior da estrutura hidráulica conservava-se uma estratigrafia que compunha um contexto fechado e selado contendo um conjunto amplo de cerâmicas assim bem datadas. Equivalendo a maioria a alcatruzes, e estando a cerâmica importada escassamente representada, apresentam-se no presente trabalho as cerâmicas comuns não vidradas de fabrico local/regional, que constituem deste modo um valioso contributo para a investigação.

Palavras-Chave: Cerâmica comum medieval; produções oleiras lisboetas; Praça da Figueira; século XV.

ABSTRACT

The urban archaeological excavation of 1999-2001 in Praça da Figueira revealed an important set of data for the readings on the agricultural area belonging to the medieval Dominican convent of Lisbon.

Amongst the various elements, one should highlight the find of an oval water well in unit K3, abandoned thanks to the building works of the first Portuguese Royal Hospital, which started in 1492. Stratigraphy conserved inside the well forms, therefore, a sealed and closed context, with a fine chronology ending. It contained a vast set of abandoned pottery, mainly water vessels belonging to the water wheel engine, being imported ceramics scarse. This paper addresses local and regional unglazed coarse pottery, an important contribution to our knowledge on 15th century Lisbon productions and consumption patterns.

Keywords: Medieval coarse pottery; Lisbon pottery fabrics; Praça da Figueira; 15th century.

1| INTRODUÇÃO

O presente trabalho integra-se no âmbito do estudo de um conjunto cerâmico no desenvolvimento de uma dissertação de mestrado na FCSH-NOVA, intitulado "O Contexto Medieval do Poço K3 da Praça de Figueira (Lisboa): Elementos da Cultura Material do Convento de São Domingos da Cidade de Lisboa no (séc. XV)".

O denominado poço K3, situa-se nas antigas "Hortas do Convento de São Domingos". O espólio em estudo é proveniente das intervenções arqueológicas realizadas entre os anos 1999-2001. O conjunto de materiais cerâmicos que é aqui apresentado, permite compreender os aspectos das distintas vivências sem obliterar as diversas características culturais e integração numa extensa realidade que é a cidade de Lisboa do século XV.

O Convento de São Domingos, pertencente à Ordem dos Pregadores, é um lugar religioso de índole masculina. O espaço conventual foi fundado em 1249 por D. Sancho II no campo da Corredoura, localizado nos arrabaldes da cidade de Lisboa (Sousa *et al.,* 2005, p. 381; Gonçalves, 2011, p. 100). Em anos posteriores à fundação edificou-se a igreja, situada na velha paróquia de Santa Justa e Rufina. (Araújo, 1955, p. 43).

Em 1271 as áreas designadas periurbanas envolventes ao Convento São Domingos (a Norte, a Nascente e a Sul) foram outorgadas pelo monarca D. Afonso III por testamento à Ordem. Esta vontade do monarca definiu novos limites do parcelário (Gonçalves, 2011, p. 109). Em meados do século XV, e a partir do desenvolvimento de uma nova realidade da cidade de Lisboa e do país face ao panorama europeu, o *Príncipe Perfeito* D. João II enceta negociações com o Prior de São Domingos e adquire a parcela Sul, conhecida como as "Hortas dos Frades" para a construção de uma unidade hospitalar denominada "Hospital Real de Todos os Santos (Sousa *et al.,* 2005, p. 382).

2| O CONTEXTO ARQUEOLÓGICO E ESTATIGRÁFICO

Em 1960 na sequência das obras públicas efectuadas para construção da estação de metropolitano do Rossio, puseram a descoberto as antigas ruínas do Hospital Real de Todos-Os-Santos. Esta descoberta despertou o interesse da Câmara Municipal de Lisboa em salvaguardar e preservar a memória arqueológica da cidade. Neste sentido, ocorreram as primeiras grandes intervenções arqueológicas na Praça da Figueira (Leite, 2010-2013, p. 27; Bargão, 2015, p. 10).

Os trabalhos foram realizados pela olisipógrafa e arqueológa Irisalva Moita na Praça da Figueira. No entanto, independentemente da importância do seu labor desenvolvido nos domínios das práticas da arqueologia urbana, nos domínios da comunicação e nos domínios das divulgações do espólio arqueológico correspondentes ao período medieval e moderno, assinalam-se ao longo das intervenções lacunas técnicas, deficiências na sua abordagem científica nomeadamente a ausência de informações relativas aos contextos estratigráficos e ao mapeamento dos achados não estruturais (Bargão, 2015 p. 12).

Deste modo, na sequência deste comportamento desalinhado das boas práticas arqueológicas em contexto urbano, e concretamente no espaço de dois anos de intervenção, desconhecem-se as entidades dos registos estratigráficos correspondentes aos períodos históricos entre os séculos IV-V e finais do século XV. No entanto, em 1962 o arqueológo Fernando Bandeira Ferreira encarregou-se da condução dos trabalhos de salvamento do remanescente de uma necrópole romana (Silva, no prelo).

Nos anos 1999-2001 ocorre a segunda maior intervenção arqueológica na Praça da Figueira. Esta intervenção surge na sequência das obras municipais de reabilitação das praças do Rossio e da Figueira (Bargão, 2015, p. 12). As obras consistiram no reordenamento do trânsito, alargamento do espaço para peões e construção de um parqueamento subterrâneo para veículos da responsabilidade da Bragaparques S.A. As escavações foram realizadas pelo antigo Museu da Cidade. No entanto, a fase inicial da execução das obras decorreu sem a presença de um arqueológo ou de uma equipa responsável para a supervisão e condução dos trabalhos arqueológicos (Bargão, 2015, p. 13).

Ultrapassado o problema da fase inicial das obras, e com presença dos arqueológos na condução dos trabalhos, os responsáveis pela intervenção definiram uma metodologia mista de escavação, optando pelo método em “open área”, de Barker-Harris. A malha quadriculada de 5 x 5 m foi utilizada como referência espacial e, nalgumas situações, procedeu-se também ao registo vertical de unidades estratigráficas. No decorrer dos trabalhos, a metodologia de intervenção sofreu sempre adaptações aos condicionalismos do sítio e às condicionantes da mão-de-obra especializada (Bargão, 2015, pp. 13-14).

No quadrante Este e Sudeste foram identificados vestígios de ocupação islâmica e que se atribui aos finais do século XI e inícios do século XII. A maioria dos vestígios respeita a um conjunto cerâmico islâmico, um conjunto urbanístico com ar-

ruamentos e, nalgumas destas unidades domésticas suburbanas, apresentavam-se determinados espaços dedicados exclusivamente às actividades artesanais (Silva, Gomes e Gomes, 2011, pp. 20-21). Do mesmo modo, dois poços de pequeno diâmetro foram descobertos nas quadrículas S10 e T10, atribuindo-se aos séculos XIII-XIV (Silva, Gomes e Gomes, 2011, p. 19).

No extremo oeste, também foram descobertos vestígios de uma estrada e um conjunto cerâmico datado entre os finais do século XI e as primeiras décadas do século XII. Este conjunto cerâmico é caracterizado por cerâmica vidrada (monocroma, bícroma), cerâmicas comuns (pinturas a branco, vermelho e negro) e corda-seca parcial e total (Silva, no prelo).

A estrada foi pavimentada a pedra de média dimensão e limitada por muros laterais, compostos também por pedra-seca. Em ambos os casos, a estrada e o muro de delimitação apresentavam sinais de renovações e alterações construtivas ao longo do tempo, até ao século XV. Estas distintas entidades arqueológicas fazem parte da designada *Corredoura,* uma via de primeira ordem referenciada em fontes documentais medievais (Silva, no prelo).

O poço em estudo identificado na zona NE da área de intervenção situa-se na quadrícula K3, no espaço agrícola denominado "Hortas de São Domingos" (Fig. 1). A sua construção é de origem baixo-medieval e aparenta uma similaridade com um outro poço assinalado na quadrícula T1 (Barradas e Silva, 2017, p. 1675). O poço T1, estando localizado nas traseiras do complexo mendicante, por detrás de um muro do primitivo tardoz, continuou a ser utilizado até à construção de um muro de fachada do complexo mendicante, sobrepondo-se-lhe. Ao contrário, o poço K3 ficou totalmente inutilizado desde o início das obras do novo complexo hospitalar (Barradas e Silva, 2017, p. 1675).

O poço K3 apresenta uma forma oval, de características construtivas em alvenaria formada por blocos de pedras rectangulares com um padrão regular. O conjunto de blocos foi unido por um ligante de argamassa esbranquiçada, rica em cal, muito dura e heterogénea. O poço tem o diâmetro maior na ordem dos 3,80 m e o seu diâmetro menor na ordem dos 2,70 m e sua profundidade preservada era de aproximadamente 6 m (Figs. 2-4). O preenchimento do seu interior, contêm cinco U.Es: [9112], [9124], [9117], [9139] e [9140]. De modo geral, as deposições são compostas por vários sedimentos heterogéneos de várias dimensões e com distintas colorações de matriz essencialmente argilosa de coloração castanho escura ao cinzento escuro (Fig. 5).

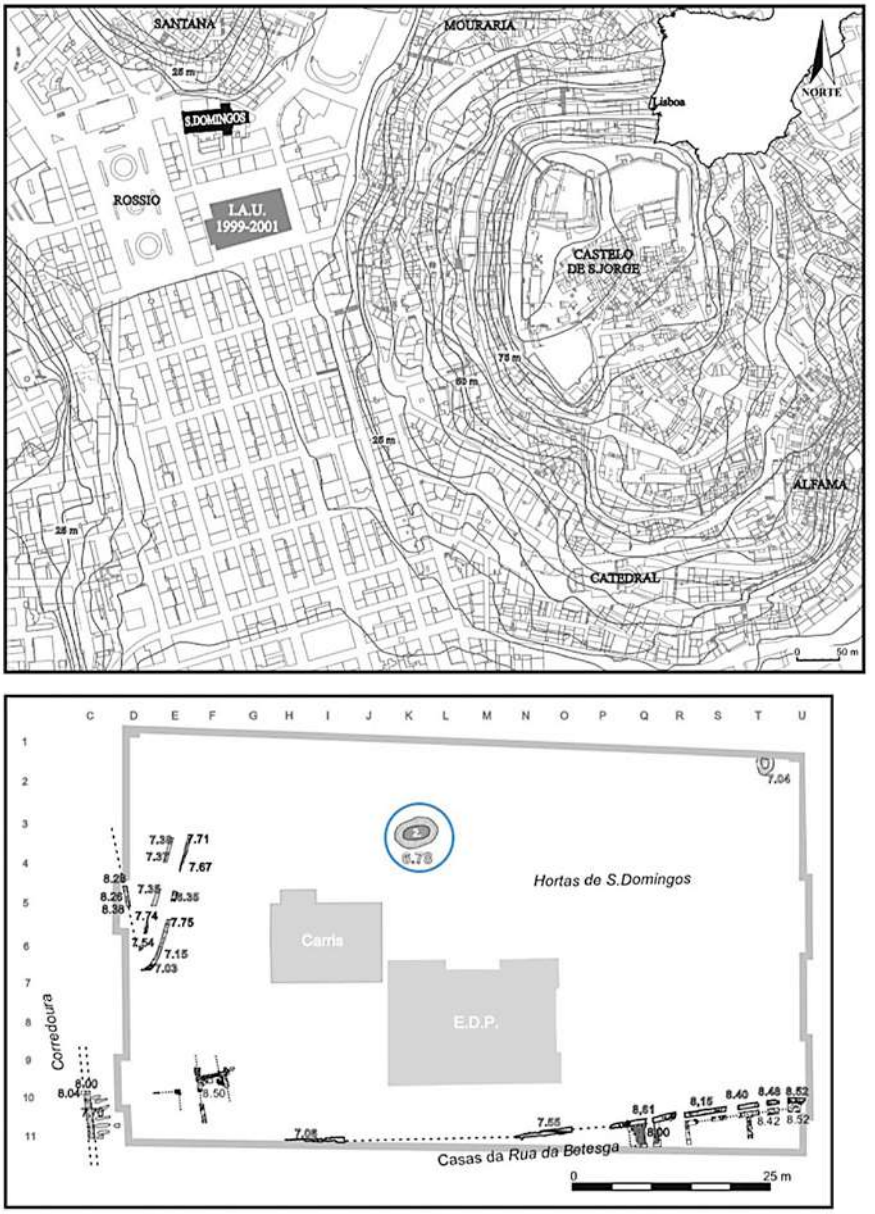
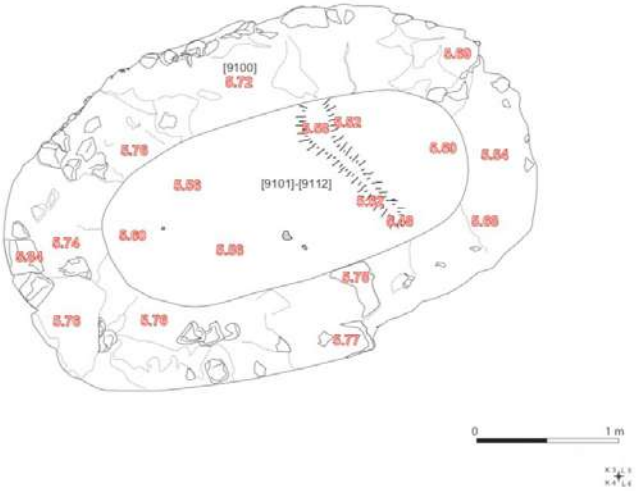


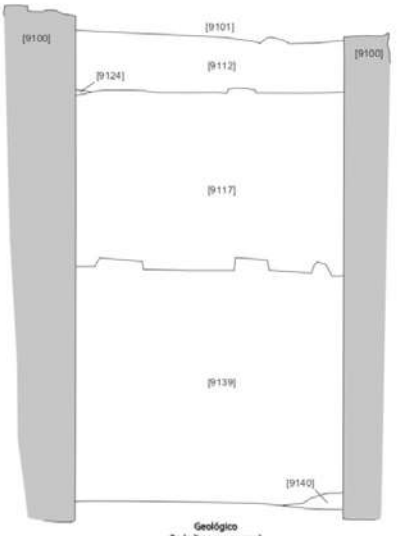
Fig. 1 – Enquadramento geográfico e localização do poço.

Fig. 2 – Vista geral do poço K3.

Fig. 3 – Pormenor construtivo poço K3 em alvenaria e o revestimento em cal.

Fig. 4 – Perspectiva do interior do poço K3.





[9101] Interface de destruição do Contexto
[9112] Depósito enchimento do poço
[9124] Depósito enchimento do poço
[9117] Depósito enchimento do poço
[9139] Depósito enchimento do poço
[9140] Depósito enchimento do poço
[9100] Poço em alvenaria
[9XXX] Enchimento da vala
[9XXX] Vala-interface

Fig. 5 – Desenho do poço e as respectivas cotas.

3| ESPÓLIO CERÂMICO

A análise do espólio arqueológico exumado nos contextos acima descritos permitiu apresentar um total de 14983 número máximo de indivíduos. Verificou-se que o conjunto é composto maioritariamente por exemplares de cerâmica comum local / regional (sem contabilizar os alcatruzes e materiais de construção - telhas). Em seguida por produções de cerâmica vidrada, por produções de cerâmica de Paterna (Valencia), por produções de cerâmica comum importada e, por fim, as produções de loiça dourada (Fig. 6). De todos os fragmentos acima referidos presentes nas U.Es: [9112], [9124], [9117], [9139] e [9140] do enchimento do poço, foi somente selecionada para a presente apresentação a cerâmica comum local / regional (Fig. 7).

Na cerâmica comum foi apenas possível reconhecer um número mínimo de 27 exemplares, dado que a maioria do espólio não era passível de classificação tipológica e funcional. Assume particular importância a louça de mesa com 56 % dos exemplares, seguindo-se a louça de armazenamento e transporte com 25 %, a louça de cozinha com 13 %, os objectos de uso doméstico e artesanal com 5 % e, em último, a categoria de contentores de lume (incluindo o braseiro e o fogareiro), com 1 % (Fig. 8). A cerâmica comum inclui recipientes com diversas funcionalidades, como potes, cântaros, panelas, tigelas, tachos, caçoilas, alguidares, bilhas, jarros, almotolia, tigelas, canecas, púcaros, copos, taças e outros (Fig. 9).

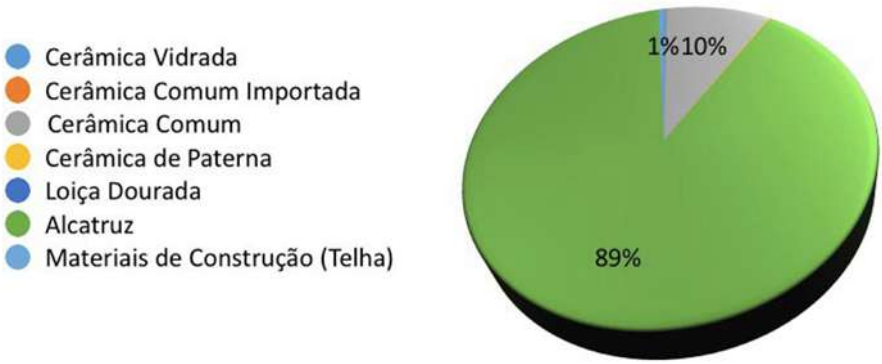


Fig. 6 – Quantificação geral da cultura material do poço K3 das "Hortas de São Domingos".

	Cerâmica Comum	Cerâmica Comum Importada	Cerâmica Vidrada	Cerâmica de Paterna	Loiça Dourada
Bordos	312	1	4	1	3
Asas	105	0	3	0	0
Paredes	884	5	14	17	1
Fundos	125	0	7	2	0
Perfil completo	15	0	1	0	1
TOTAL	1441	6	29	20	5

Fig. 7 – Tabela de distribuição tipológica do conjunto do cerâmico do poço K3.

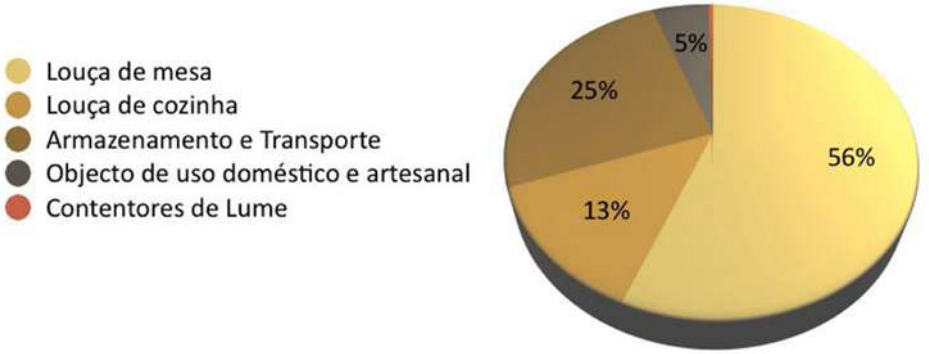


Fig. 8 – Quantificação estatística por funcionalidade.

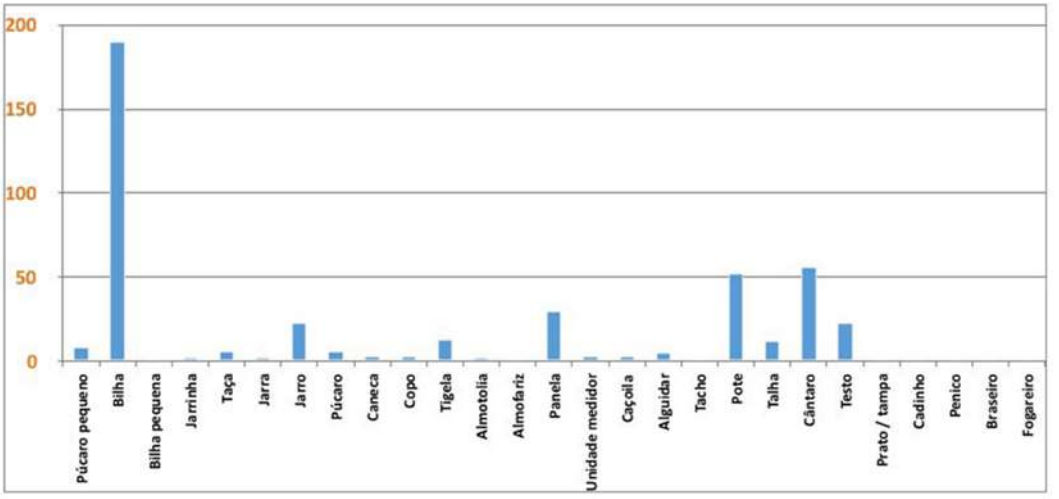


Fig. 9 – Cerâmica comum: formas cerâmicas presentes no conjunto estudado – poço K3.

Procedeu-se à análise dos fabricos efectuando uma observação macroscópica das pastas, tendo em conta às particularidades de cada peça na obtenção dos distintos grupos. A cerâmica comum apresenta pastas semelhantes, onde predominam as tonalidades de vermelho-alaranjado e castanha. Nalguns fragmentos as pastas apresentam uma dupla tonalidade, o núcleo cinzento indicando a cozedura em ambiente redutor e pós-cozedura oxidante. Alguns fragmentos mostram marcas ou vestígios de queima, especificamente na superfície externa da peça, provavelmente pelo uso ou por fenómenos pós-deposicionais. De modo geral, ao nível da análise macroscópica as pastas são não calcárias de textura variável, de aspecto compacto pouco duro, os e.n.p. (quartzo, feldspatos e micas) de diferentes tamanhos entre o grão fino e médio.

No tratamento de superfície no espólio estudado constatou-se que, em alguns fragmentos cerâmicos se exibe à superfície exterior/interior o engobe, brunido ou simples alisamento como técnicas de acabamento. Nalgumas formas de alguidares a superfície interna apresenta um engobe de tonalidade avermelhada, nalgumas formas de taças a superfície interna apresenta um simples alisamento e, também, alguns exemplares de bilha apresentam a superfície externa com uma decoração incisa, em brunido ou em caneluras como técnica de acabamento.

No que se refere ao grupo cerâmico funcional da loiça de mesa incluem-se em termos morfológicos o púcaro pequeno, a bilha, a bilha pequena, a jarrinha, a taça, a jarra, o jarro, o púcaro, a caneca, o copo a tigela e a almotolia, representando cerca de 56% do total. As bilhas (Fig. 10. 1-2) representam 190 exemplares, representando 42%. Este tipo de recipiente era utilizado para servir à mesa e para armazenar líquidos. A maioria são recipientes de tamanho médio, de forma fechada, de corpo globular, de bordo ligeiramente introvertido, de lábio de secção semicircular, de colo alto e cilíndrico. Apresentam caneluras concêntricas de secção rectangular e incisões leves junto ao colo e ao bojo como técnica decorativa. Os exemplares mais completos têm uma asa entre o colo e o meio da peça. O diâmetro do bordo é de 7,0 a 8,0 cm; o diâmetro do fundo é de 8,0 a 10,0 cm; a espessura da parede é de 0,3 a 0,4 cm e a altura é de 25,0 a 30,0 cm. Encontram-se paralelos semelhantes em vários sítios de Lisboa datados dos séculos XV-XVI, na Rua do Benformoso (Marques, Leitão e Botelho, 2012, p. 127), na Rua João do Outeiro (Diogo e Trindade, 1998, p. 265) e na Praça da Figueira (Silva e Guinote, 1998, pp. 116-117).

Num total de 23 exemplares, representando cerca de 5% da louça de cozinha, os jarros são recipientes contentores de líquidos que podiam ser utilizados para servir à mesa. A maior parte dos exemplares apresenta uma dimensão variável,

uma forma fechada ovóide, o bordo extrovertido e trilobado com incisões e o colo alto e cilíndrico com caneluras concêntricas rectangulares. Uma asa ovalada que arranca do colo e um fundo convexo. No exemplar completo (Fig. 10. 3) o diâmetro do bordo é de 8,0 cm; o diâmetro do fundo é de 13,2 cm; a espessura da parede é de 0,3 cm e a altura é de pelo menos 19,0 cm. Semelhantes a esta forma, foram recolhidas em contexto da Praça da Figueira (Silva e Guinote, 1998, p. 136), na Rua do Benformoso (Marques, Leitão e Botelho, 2012, pp. 168-186).

Entre o conjunto da louça de mesa com 0,43% de representatividade, no total de 2 exemplares surge a almotolia (Fig. 10. 4). O exemplar de perfil completo apresenta o bordo extrovertido, modelado, de secção semicircular assente em colo alto, estreito com canelura, com uma asa semicircular que se desenvolve entre o colo e o meio da peça. O diâmetro do bordo é de 4,6 cm; o diâmetro do fundo é de 9,2 cm; a espessura da parede é de 0,3 cm e a altura é de 14,3 cm. Está presente num contexto da Praça da Figueira (Bargão, 2015, p. 234).

As tigelas, representam cerca de 3%, a que correspondem 13 exemplares. Estes recipientes dependendo da sua dimensão menor ou maior, representam um tipo básico da louça de mesa de uso individual ou colectivo. Nalguns casos destinar-se-iam a uma dupla função na cozinha, na preparação de alimentos e na cozedura no fogo ou no forno. Os exemplares apresentam uma forma aberta, de corpo em calote esférica, o bordo extrovertido com ressalto e com uma ligeira canelura, o lábio de secção semicircular e base ligeiramente convexa. Algumas peças têm as superfícies internas brunidas como técnica de acabamento. No exemplar completo de tigela (Fig. 10. 5), o diâmetro do bordo é de 12,2 cm; o diâmetro do fundo é de 8,0 cm; a espessura da parede é de 0,5 cm e a altura é de 6,2 cm. Estas formas cerâmicas estão presentes em contextos dos séculos XV-XVI na Rua do Benformoso (Marques, Leitão e Botelho, 2012, p. 127).

Surge ainda o copo (Fig. 10. 6), tipo com o qual contamos com um total de 4 exemplares, representando 1%. Os copos destinavam-se a beber líquidos e são recipientes de uso individual. Esta peça de pequena dimensão, de forma bitroncocónica invertida, era dotada de uma asa e base ligeiramente plana. Apresenta bordo ligeiramente vertical, com o lábio de secção semicircular. A asa arranca entre o bordo e o início da base. No conjunto, em dois exemplares são evidentes as superfícies externas brunidas. O diâmetro do bordo é de 9,0 cm; o diâmetro do fundo é de 7,0 cm e a espessura da parede é de 0,3 cm e a altura é de 6,7 cm. A respeito de paralelos, está presente nos contextos datados dos séculos XV-XVI (Diogo e Trindade, 2000, p. 230).

As taças, eram utilizadas para servir a mesa e de utilização individual ou colectiva. São recipientes de média dimensão, de forma aberta e carenada. O bordo é introvertido, com o lábio de secção triangular e digitada. O diâmetro do bordo é de 21,0 cm; a espessura da parede é de 0,5 (Fig. 11. 10). Apenas 7 fragmentos foram identificados em todo o conjunto, representam cerca de 2%, existindo paralelos para esta forma em contextos dos séculos XV-XVI em Lisboa (Diogo e Trindade, 1998, p. 265; Diogo e Trindade, 2000, p. 229).

No que respeita a funcionalidade do grupo cerâmico loiça de cozinha incluem-se nela os exemplares de alguidar, almofariz, caçoila, panela, tacho e copo-unidade mediador, representando cerca de 13% do total. Com maior representatividade surgem as panelas (Fig. 11. 7-8), cerca de 30 peças identificadas que correspondem a 9% da totalidade do grupo cerâmico loiça de cozinha. Estes recipientes teriam um uso exclusivo na culinária e são considerados como objecto principal nas cozinhas. Apresentam bordo recto, por vezes demarcado na superfície externa, com lábio de perfil subquadrangular ou semicircular, com ou sem duas asas simétricas arrancando do lábio e do colo. Estes recipientes são de pequena, média ou grande dimensão, de forma fechada, de corpo globular e colo diferenciado. O diâmetro do bordo varia entre 17,0 a 8,5 cm; o diâmetro do fundo varia entre 12,0 a 10,0 cm; a espessura da parede apresenta valores entre os 0,3 a 0,5 cm. Exemplares semelhantes foram recolhidos nos contextos de Palmela (Fernandes e Carvalho, 1992, p. 94), datados dos séculos XIII-XV, em Santarém (Mendes, Pimenta e Valongo, 2002, p. 271), datados dos séculos XIII-XV e nos contextos dos séculos XV-XVI em Lisboa (Marques, Leitão e Botelho, 2012, p. 127; Diogo e Trindade, 1998, p. 264).

O tacho (Fig. 11. 9), recipiente usado para cozinhar ao lume ou no forno, em determinados casos podia ser utilizado também para servir a mesa como terrina. O recipiente é de média dimensão, de forma aberta, corpo baixo, com fundo convexo e duas pegas. O bordo introvertido demarcado no interior e exterior, lábio de perfil semicircular introvertido, parede baixa e extrovertida. Foi identificado um único exemplar e apresenta vestígios de queimado na superfície externa. O diâmetro do bordo é de 18,0 cm; o diâmetro do fundo é de 13,0 cm; a espessura da parede é de 0,5 cm e a altura é de 9,0 cm. Existem paralelos identificados em contexto de Lisboa dos séculos XV-XVI (Diogo e Trindade, 1998, p. 264; Diogo e Trindade, 2000, p. 231).

Os alguidares eram especialmente utilizados para preparação de alimentos, ou podiam ser utilizados para a higiene pessoal. O recipiente nº 11 da Fig. 11 tem um diâmetro de bordo 50,0 cm e uma espessura da parede 1,4 cm. Apresenta um

bordo extrovertido pendente, com lábio de perfil semicircular e alguns recipientes apresentam um engobe nas superfícies internas. No grupo de loiça de cozinha no total corresponde a 5 recipientes, que representam cerca de 2%. Exemplos de fragmentos semelhantes foram recuperados na Rua do Benformoso em Lisboa, datados dos séculos XV-XVI (Marques, Leitão e Botelho, 2012, p. 127) e na Rua João do Outeiro (Diogo e Trindade, 1998, p. 264).

Relativamente ao grupo cerâmico da loiça de armazenamento e transporte, atinge 25% do total, onde se destacam os cântaros (12%), os potes (11%) e as talhas (2%). Os cântaros (Fig. 11. 12-13), destinavam-se sobretudo a transportar e/ou conservar líquidos. De um modo geral, são recipientes de médias e grandes dimensões, forma fechada de tendência ovóide, colo estreito e bordo introvertido. Num total de 56 exemplares identificados, a maioria apresenta uma leve decoração incisa no colo, e caneluras entre o bordo e o colo. O diâmetro do bordo apresenta valores situados entre 9,0-14,0 cm; a espessura da parede é de pelo menos 0,4-0,6 cm. Exemplares similares foram exumados em Palmela, em contextos datados dos séculos XIII-XV (Fernandes e Carvalho, 1992, p. 94) e em Santarém, na Travessa da Lameira nº 21, datados dos séculos XIII-XV (Mendes, Pimenta e Valongo, 2002, p. 271).

Surgem ainda alguns exemplares de objectos de uso doméstico e artesanal, com 5% do total. A este grupo pertencem o testo, o prato/tampa, o cadinho e o penico. Entre todos deste grupo, destacam-se os testos (Fig. 11. 14-15), 23 exemplares que representam cerca de 4% no total. De um modo geral, estes recipientes morfologicamente têm um bordo com lábio de perfil semicircular ou lábio de aba triangular e introvertida. Na maioria têm uma pega em botão e base plana. O diâmetro do bordo é de 13,0 a 22,0 cm; o diâmetro do fundo é de 5,0 a 6,5 cm; a espessura da parede é de 0,4 a 1,1 cm e a altura é de 2,0 a 2,6 cm. A respeito dos paralelos formais, encontram-se em Palmela nos contextos datados dos séculos XIII-XV (Fernandes e Carvalho, 1992, p. 93) em Lisboa, datados dos séculos XV-XVI (Diogo e Trindade, 1998, p. 264; Diogo e Trindade, 2000, p. 227), e em Santarém na Travessa da Lameira nº 21, datados dos séculos XIII-XV (Mendes, Pimenta e Valongo, 2002, p. 272).

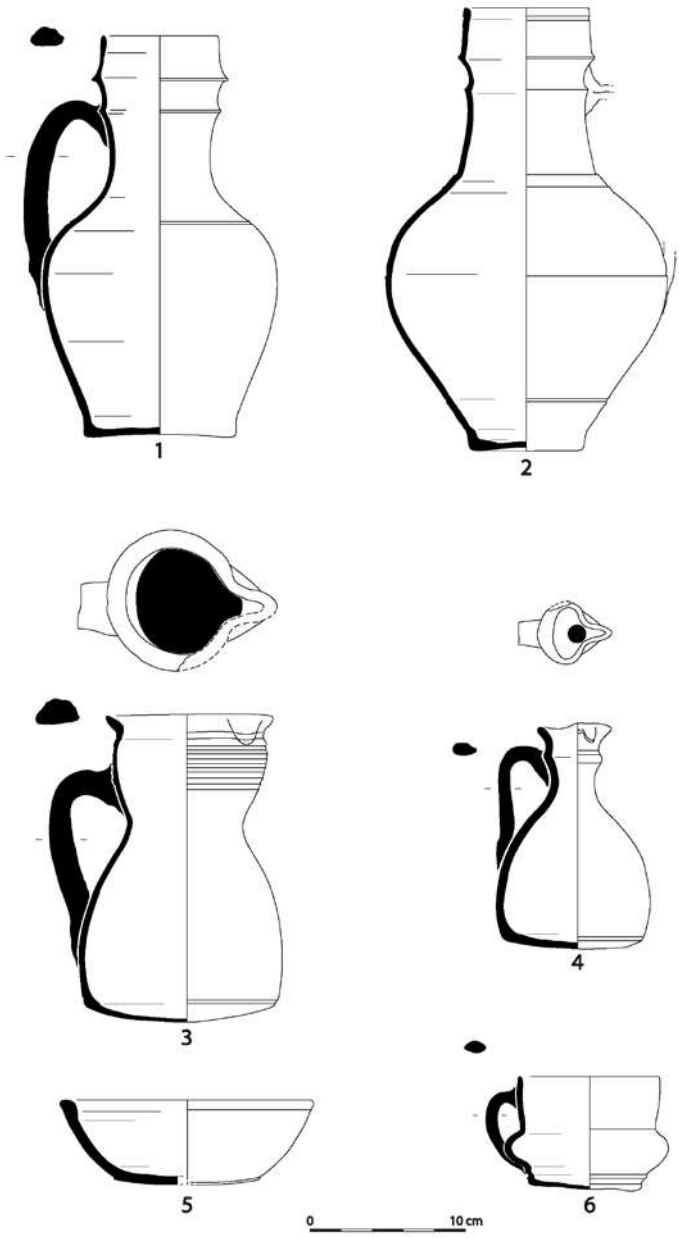


Fig. 10 – Cerâmica comum: Louça de mesa: Bilha: 1-2. Jarro: 3. Almotolia: 4. Tigela: 5. Copo: 6.

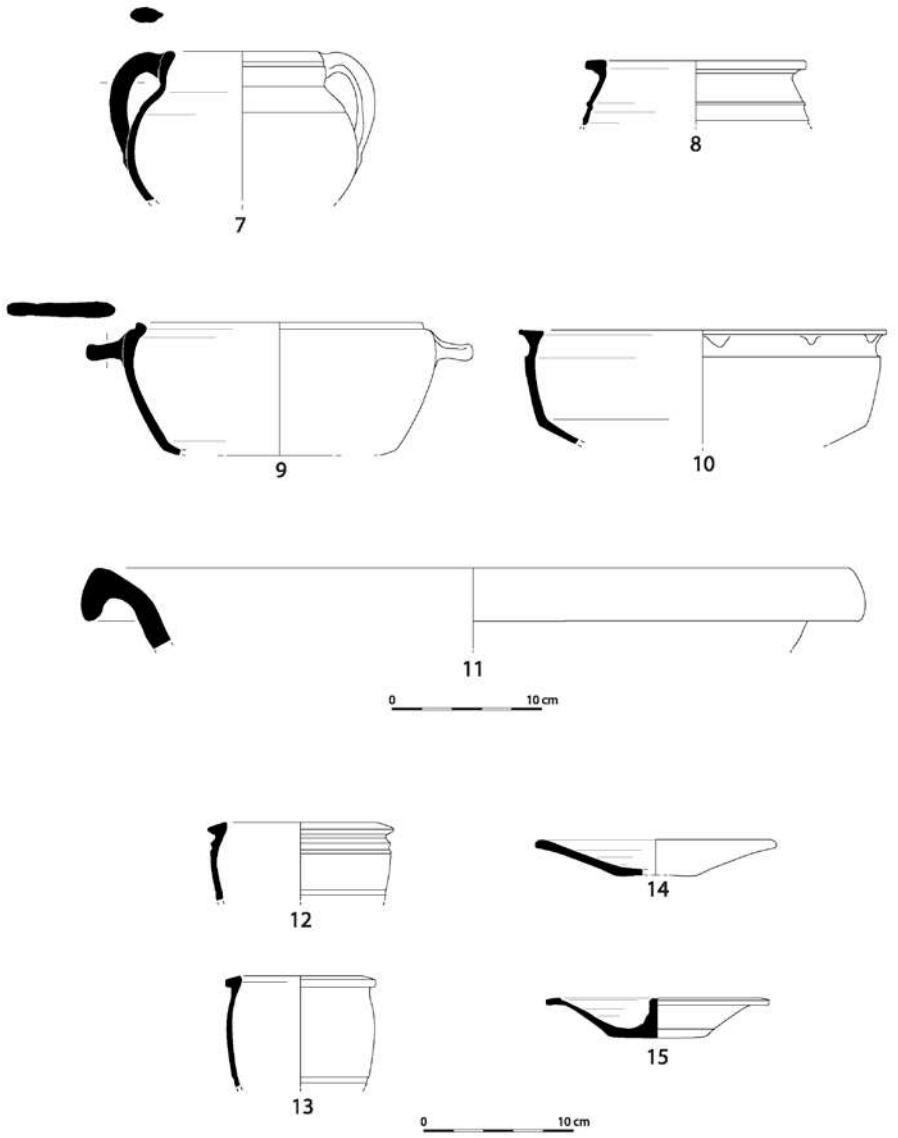


Fig. 11 – Cerâmica comum: Louça de cozinha: Panela: 7-8. Tacho: 9. Taça: 10.; Alguidar: 11.; Armazenamento e transporte: Cântaro: 12-13.; Objectos de uso doméstico e artesanal: Testo 14-15.

4| CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto procurou apresentar de forma preliminar, o conjunto de produções correntes de cariz local/regional, recolhido no contexto do poço exumado na intervenção arqueológica da Praça da Figueira entre 1999-2001 na quadrícula K3. Trata-se de um conjunto formado a partir da desactivação da estrutura hidráulica pertencente à horta do Convento de São Domingos, motivada pelo início das obras de construção do Hospital Real de Todos-os-Santos, cuja primeira pedra foi lançada por D. João II em 1492.

Ora, dado que em 1502-04 se lançava já a operacionalização da estrutura hospitalar, este dado fornece uma baliza cronológica sólida para a cronologia de formação do contexto arqueológico, situável em 1492-1502, pelo mais. Pela datação externa conferida pela documentação e informações históricas, a amostragem de loiça corrente regional compõe um paralelo de referência de óbvia utilidade para a conformação do perfil cerâmico de Lisboa nos finais do século XV.

BIBLIOGRAFIA

Araújo, N. (1955-1956) – *Inventário de Lisboa.* Lisboa: Publicações Culturais Câmara Municipal de Lisboa. X-XII, pp. 43-44. [Consult. 01.Mar.2018]. Disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/InventariodeLisboa/Fasc10/Fasc10_master/InventariodeLisboa_Fasc10.pdf

Bargão, A. (2015) – *Evidências do Quotidiano no Hospital Real de Todos-os-Santos, Lisboa: os contextos do poço SE do Claustro NE.* Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanidade da Universidade Nova de Lisboa.

Barradas, A. I.; Silva, R. B. (2017) – Cerâmicas Quinhentistas vidradas de um poço Medieval da Praça da Figueira (Lisboa). In *Arqueologia em Portugal – 2017 Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueológicos Portugueses, pp. 1673-1684.

Diogo, A. M. D.; Trindade, L. (1998) – Intervenção Arqueológica na Rua João do Outeiro, nº 36/44, na mouraria, em Lisboa. In Diogo, J. M.; Abraços, H. C. eds. – *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo.* Tondela: Câmara Municipal, pp. 257-265.

Diogo, A. M. D.; Trindade, L. (2000) – Cerâmicas de barro vermelho, encontradas em entulhos do terramoto de 1531, na intervenção arqueológica da Rua dos Correeiros, Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 3: 2, pp. 201-235.

Fernandes, I. C.; Carvalho, A. R. (1992) – Cerâmicas Baixo-Medievais da Casa nº 4 da Rua do Castelo (Palmela*).* In *Actas das 1.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval.* Métodos e resultados para o seu estudo. Tondela: Câmara Municipal, pp. 77-96.

Gonçalves, L. (2011) – *Sistema de povoamento e organização territorial: dois vales na periferia de Lisboa (séculos IX-XIV).* Dissertação de Mestrado em História Medieval. Faculdade de Letras Universidade de Lisboa.

Leite, A. C. (2010-2013) – Irisalva Moita, e a Arqueologia em Lisboa. *Rossio, estudos de Lisboa.* Lisboa: Gabinete de Estudos Olissiponenses. 1, pp. 24-31.

Marques, A.; Leitão, E.; Botelho, P. (2012) – Rua do Benformoso 168/186 (Lisboa – Mouraria/Intendente): entre a nova e a velha cidade, aspectos da sua evolução urbanística. In Teixeira, A.; Bettencourt, J. A., eds. – *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna.* Lisboa: Centro de História de Além-Mar. 1, pp. 123-127.

Mendes, H.; Pimenta, J.; Valongo, A. (2002) – Cerâmicas medievais provenientes da escavação da Travessa da Lameira nº 21 Centro Histórico de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 5: 1, pp. 259-276.

Silva, R. B.; Guinote, P. (1998) – *O Quotidiano na Lisboa dos Descobrimentos. Roteiro Arqueológico e Documental dos Espaços e Objectos.* Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 116-136.

Silva, R. B.; Gomes, M. V.; Gomes, R. V. (2011) – O bairro islâmico da Praça da Figueira (Lisboa). In Gomes, M.V.; Gomes, R. V.; Tente, C., eds. – *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular. Encontros e Desencontros. Aljezur. 9-12 de Setembro de 2009.* Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências das Universidades Nova e do Algarve, pp. 17-26.

Silva, R. B. (no prelo) – *O Convento de São Domingos, em Lisboa, e a leitura arqueológica das suas Hortas, entre os séculos XIII e XV*. Lisboa: Lisboa: Centro de História de Além-Mar.

Sousa, B. V.; Pina, I. C.; Andrade, M. F.; Santos, M. L. (2005) – Ordem dos Pregadores. *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento: guia histórico.* Lisboa: Livros Horizonte, pp. 369-404.

#10 INDAGAÇÕES ARQUEOLÓGICAS NA MURALHA ANTIGA DE LISBOA: O LANÇO OCIDENTAL DA PORTA DO FERRO À PORTA DA ALFOFA (SANTA MARIA MAIOR, LISBOA).

MARINA CARVALHINHOS | CAL/DPC/DMC/CML PEDRO MIRANDA | UIT-CHB/UCT/CML
NUNO MOTA | CAL/DPC/DMC/CML

RESUMO

As escavações arqueológicas dirigidas pelos signatários no Largo de Santo António da Sé, na Rua de São Mamede, na Rua das Pedras Negras, nas Escadinhas de São Crispim e na Rua do Milagre de Santo António, enquadradas em obras de reabilitação urbana e num projeto municipal dedicado ao estudo da "Cerca Velha", permitiram obter novas informações sobre a configuração do lanço Ocidental da estrutura defensiva.

Este lanço da muralha antiga, que levanta questões já antigas de âmbito cronológico e urbanístico, corresponde ao seu trajeto menos conhecido e conservado na cidade. Os vestígios e posicionamento das Portas do Ferro e da Alfofa serão focados, assim como as evidências arqueológicas associadas aos seus sistemas construtivos e defensivos.

Palavras-Chave: muralha; portas; Ferro; Alfofa.

ABSTRACT

The archaeological digs were led by the subscribing authors and took place at Largo de Santo António da Sé, Rua de São Mamede, Rua das Pedras Negras, Escadinhas de São Crispim and at Rua do Milagre de Santo António within the framework of private urban rehabilitation constructions and within a municipal project dedicated to the study of "Cerca Velha" (the "Ancient Wall"), allowed us to discover a series of new information about the western configuration of the defensive wall.

This stretch of the old Wall which rises already old chronologic and urbanistic discussions is its least known and preserved in the city. We will discuss the uncovered remains and the localization of Ferro and Alfofa Gates as well as the archaeological evidences related to their constructive and defensive systems.

Keywords: wall; gates; Ferro; Alfofa.

#11 "CERCA FERNANDINA": RUA DO TERREIRO DO TRIGO, 6-26, ALFAMA.

ALEXANDRA KRUS | ATALAIA PLURAL, Lda.
JOSÉ PEDRO HENRIQUES | IAP/FCSH/UNL
VASCO NORONHA VIEIRA | FCSH/UNL

RESUMO

Durante os trabalhos arqueológicos desenvolvidos, no âmbito de uma empreitada de reabilitação urbana, no lote 6-26 da Rua Terreiro do Trigo, realizada entre os anos de 2016-2017, identificou-se um troço da "Cerca Fernandina", composto por uma secção da muralha e da Torre da Bica dos Cavalos. Esta muralha foi construída durante o reinado de D. Fernando, entre os anos de 1373-1375, após o cerco de 1373 de Henrique II de Castela, protegendo assim, os arrabaldes da cidade de Lisboa.

Os resultados apresentados refletem as várias alterações efetuadas neste espaço e na estrutura amuralhada, fruto da evolução, transformação e aglutinação urbana, ao longo das centúrias seguintes, permitindo que a sua presente existência se reflita na memória física do espaço actual.

Palavras-Chave: Cerca Fernandina; Torre da Bica dos Cavalos; Alfama; Lisboa.

ABSTRACT

During the archaeological work carried out, as part of an urban rehabilitation project, in lot 6-26, Rua do Terreiro do Trigo, between 2016-2017, a section of "Cerca Fernandina" (Fernandine Wall) was identified. This segment is composed by a section of the wall and by a tower known as Torre da Bica dos Cavalos. This fortification was built during the reign of D. Fernando, between 1373-1375, after the 1373 siege of Henrique II of Castela, protecting Lisbon city suburbs.

The results presented reflect the various changes made in this area and in the walled structure, as a result of progress, transformation and urban agglutination, over the following centuries, allowing its current existence to be reflected in the physical memory of the space.

Keywords: Cerca Fernandina; Torre da Bica dos Cavalos; Alfama; Lisbon.

1| INTRODUÇÃO

No decorrer da intervenção arqueológica, inserida num projeto privado de reabilitação urbana, sito no lote 6-26 da Rua Terreiro do Trigo, Lisboa (figura 1 e 2), realizada entre os anos de 2016-2017 pela Atalaia Plural, foi identificado um troço da "Cerca Fernandina", composto por uma secção do pano muralhado e pela Torre da Bica dos Cavalos.

Fig. 1 – Vista geral do Lote 6-26 da Rua do Terreiro do Trigo. google.com/maps

Fig. 2 – Localização do Lote 6-26 da Rua do Terreiro do Trigo, Alfama. lxi.cmlisboa.pt/lxi/

Esta foi mandada construir durante o reinado de D. Fernando, entre os anos de 1373-1375, de modo a cercar e proteger toda a área habitada da cidade, face à crescente expansão dos seus arrabaldes a ocidente e oriente, na sequência do cerco de 1373 de Henrique II de Castela (Garcia, 2009, p. 30) (figura 3).

Fig. 3 – Localização do sítio na Planta de João Nunes Tinoco (1650).

Após o Terramoto de Lisboa de 1755 esta estrutura defensiva perde em parte a sua funcionalidade original e acaba por ser demolida ou aglutinada, pela reconstrução e pelo crescimento urbano da cidade de Lisboa.

O foco deste estudo incide sobre parte do troço que se desenvolve desde o "Chafariz de Dentro à Torre de Alfama" (Silva, 1987, p. 107).

2| A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

No decurso dos trabalhos arqueológicos foi possível determinar a evolução cronológica e funcional deste troço da muralha, identificado no lote 6-26 da Rua do Terreiro do Trigo, Lisboa, essencialmente através da leitura estratigráfica parietal do edificado.

A presença de uma superestrutura, preservada ao nível do 1º andar, semelhante e orientada com a linha do traçado da muralha Fernandina, anteriormente identificada no Largo do Chafariz de Dentro (Silva *et al.*, 2012, pp. 71-84) encontra reflexo nas palavras de Vieira da Silva: *"Da torre que esquinava para o Largo do Chafariz de Dentro a muralha prosseguia para o ocidente, paralelamente à Rua do Terreiro do Trigo, até à Travessa do mesmo nome"* (Silva, 1987, p. 108). *"A muralha a que a torre se encosta foi demolida até ao pavimento do primeiro andar, e daí para cima o prédio comunica-se interiormente e faz corpo com outro situado por traz dele, do lado de dentro da cerca"* (Silva, 1987, p. 107).

Esta evidência corresponde à realidade por nós identificada, no entanto, apenas se observou a existência do seu enchimento e não os seus silhares afeiçoados da face externa. Contudo, foi possível reconhecer no aparelho o roubo de pedra, provavelmente utilizada na construção de outros edifícios nas imediações no pós-terramoto (figura 4).

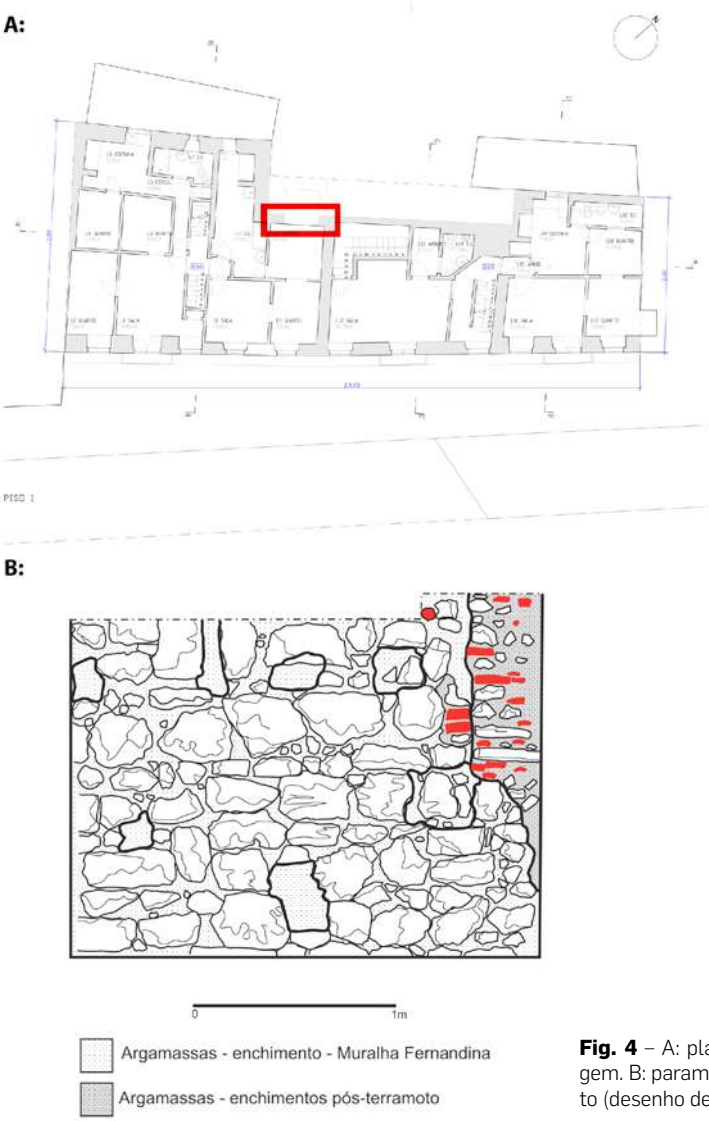


Fig. 4 – A: planta do Piso 1 e localização da Sondagem. B: paramento da muralha e respetivo enchimento (desenho de Vasco Vieira).

A empena lateral direita do edifício corresponde à face Ocidental da torre, denominada de Torre da Bica dos Cavalos, e exibe o mesmo aparelho construtivo da muralha. O ligante apresenta-se grosseiro, pouco compacto e homogéneo, de coloração branca com laivos acinzentados, contendo fragmentos de fauna malacológica e mamalógica, cerâmica moída, picos de carvão, seixo de rio e saibro (figura 5).

Fig. 5 – Pormenor do ligante da muralha.

A pedra de grande calibre observa-se na extremidade sul deste alçado, onde silhares de tendência retangular, dispostos em fiada regular, na horizontal, conformam o cunhal da Torre. "*É uma torre oca e o seu interior esta dividido em dois pisos, por cima dos quais assenta um segundo andar" (*Silva, 1987, pp. 107-108).

O acesso à Torre é feito pela escada de pedra "*Nas traseiras do mesmo prédio da Torre ainda se conserva a escada de pedra de acesso ao adarve da muralha e à torre, com entrada pela porta nº 6 do Largo (...)"* (Silva, 1987, pp.107-108). O pavimento do 2º piso do edifício corresponde ao piso de circulação do adarve da muralha, como foi possível observar durante a realização dos trabalhos arqueológicos e surge perfeitamente representado no paramento da Torre. Neste mesmo alçado, identificou-se o que julgamos ser o negativo da guarda do caminho de ronda, da qual apenas se vislumbra um ligeiro interface, cuja espessura por ele definida se enquadra aproximadamente naquela que foi identificada nas escavações do Largo do Chafariz de Dentro, muito embora não nos tenha sido possível identificar de forma cabal a face interna do pano de muralha naquele alçado em específico (Figura 6).

Sensivelmente a meio do alçado da torre, surge aquilo que julgamos ser uma gárgula contemporânea da torre medieval (figuras 6 e 7), que faria o escoamento das águas pluviais do seu interior, que sabemos pelas referências de Vieira da Silva acima expressas, tratar-se de uma torre oca e por isso sem qualquer tipo de cobertura que evitasse a entrada de chuva. A parte saliente desta gárgula foi mais tarde quebrada, de modo a ficar aprumada com o alçado.

Neste mesmo alçado, numa época de difícil definição cronológica, foi "rasgada" uma varanda ou janela, cujo entaipamento poderá ter coincidido com a construção no século XIX do Lote 12 da Rua do Terreiro do Trigo (figuras 6 e 7).

A:

B:

Fig. 6 – A: pormenor do adarve e guarda. B: alçado SE da Torre da Bica dos Cavalos, paramento da Torre [037], adarve ([040]), negativo da guarda e gárgula ([044]) (desenho de José Pedro Henriques e Vasco Vieira).

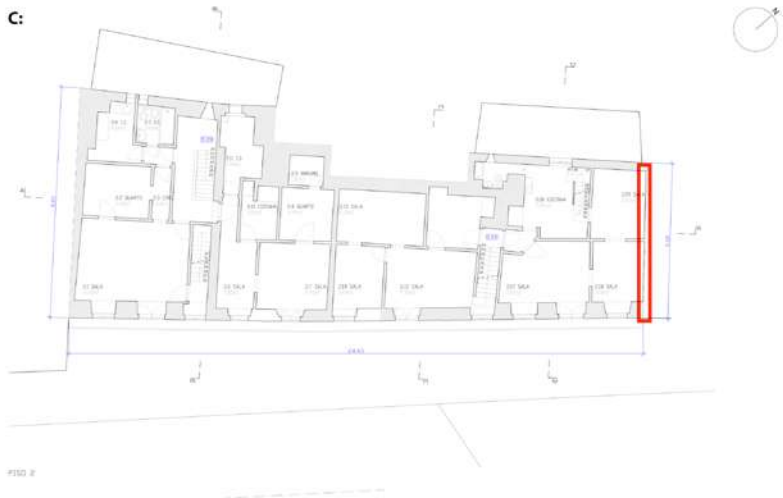


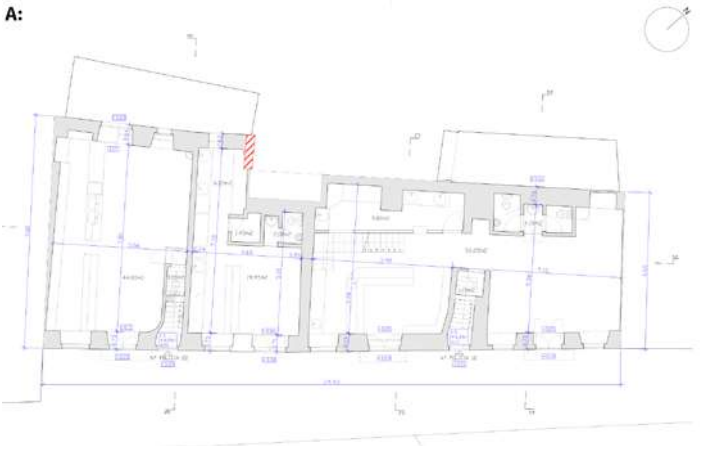
Fig. 6 – C: planta e localização da Sondagem parietal.

Fig. 7 – Pormenor da face SE da Torre da Bica dos Cavalos.

No saguão, ao nível do piso 0, foi possível observar a existência de um arco chanfrado, no sentido NO-SE, transversal ao Beco dos Curtumes, antigo Beco das Alcaçarias ou do Curtimento de Peles no pré-terramoto (figura 8). O arco poderá ainda corresponder à base do Terraço, denominação de Vieira da Silva, e que seria parte constituinte dos banhos do Mosteiro de Alcobaça*: "Neste sítio, intramuros,*

havia, parece que já antes da construção da cerca, uns banhos do Mosteiro de Alcobaça, onde hoje existe o prédio com entrada pela porta nº 8 do Largo do Chafariz de Dentro, ao qual pertencia o terraço que assenta sobre a muralha da cerca, à altura do último andar do prédio, correspondendo-lhe, do lado da Rua do Terreiro do Trigo, o prédio nº 14 a 18" (Silva, 1987, p. 108). Por ser propriedade privada, não foi possível proceder à confirmação física da sua extensão e correlação estratigráfica com o edifício intervencionado. No entanto, podemos apenas aferir que este corta transversalmente o beco e encosta à muralha, o que permite sugerir que esta se localizava para lá do limite interior da fachada tardoz do Lote 22-26 (figura 8).

A:



B:

Fig. 8 – A: planta do saguão e localização do arco e do seu possível adossamento sobre o passeio de ronda da muralha. B: pormenor do arco chanfrado do terraço dos Banhos do Mosteiro de Alcobaça.

No piso 1, identificou-se o que pensamos ser o adossamento do Terraço dos Banhos de Alcobaça com o caminho de ronda (figura 9). Esta realidade foi igualmente possível de verificar aquando da realização das picagens parietais no piso 0 do saguão, onde a parede tardoz do edifício não revelou qualquer vestígio da muralha, revelando dessa forma tratar-se de um avanço feito sobre o Beco dos Curtumes já no séc. XIX.

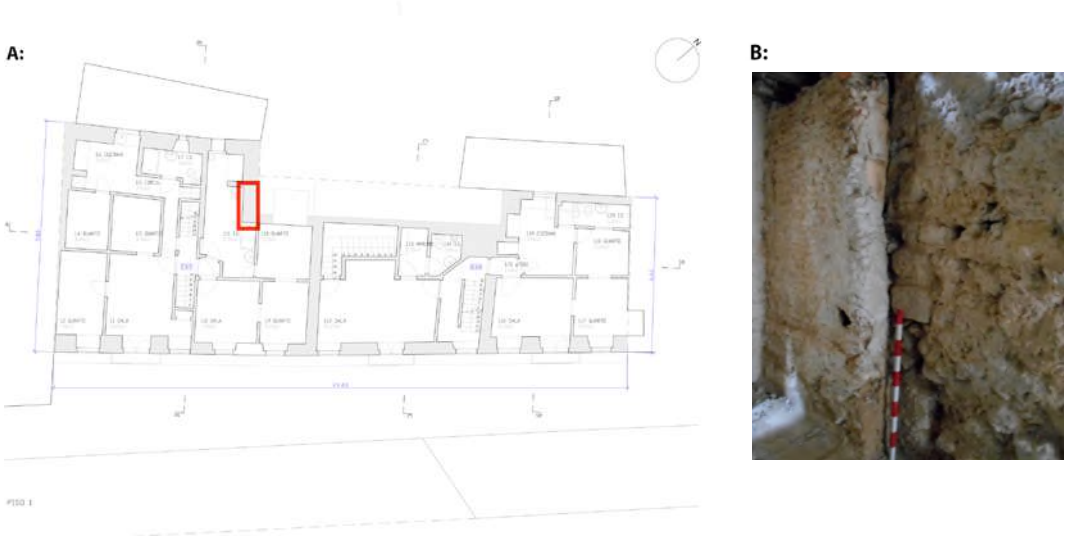


Fig. 9 – A: planta com localização da Sondagem. B: encosto do Terraço dos Banhos de Alcobaça com o caminho de ronda.

Na extremidade nordeste da fachada tardoz, no piso 0, identificou-se uma porta em arco aberta na muralha (figuras 10 e 11). Segundo Vieira da Silva esta datará de 1392: " *(...) a propósito de uma parede que aquele mandou fazer sobre o muro da cidade em direito de umas casas suas (do Mosteiro) que são alcaçarias, situadas apar da fonte dos cavalos, e por o concelho não perder o senhoria, e posse, e servidão do dito muro, e porque outros o muro da dita cidade era situado no terreno das casas do dito mosteiro...aprouve (ao concelho) que o ditto abbade e mosteiro de d'Alcobaça possam fazer à sua custa, sobre as ameias do dito muro, uma parede com eirado ou balcão (o mesmo terraço que lá existe ainda), tão longe em ancho como a quantidade das ditas casas de que se possa servir, e que possa pôr portas em cada cabo (extremo) através (transversalmente ao) do muro (...)"* (Silva, 1987, p. 109).

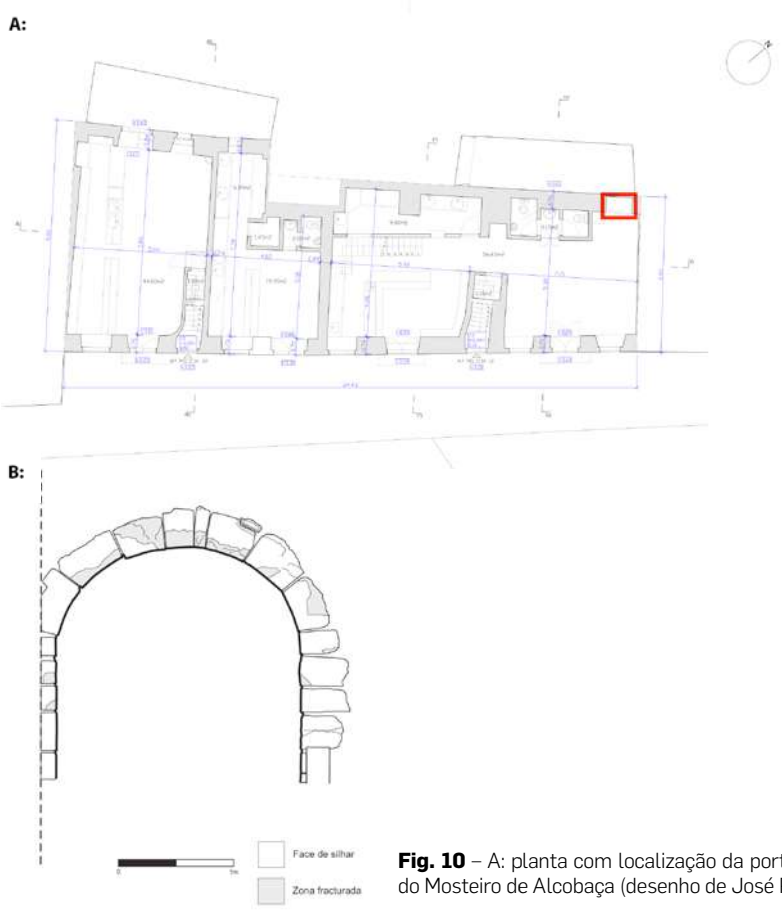


Fig. 10 – A: planta com localização da porta em arco. B: Porta dos Banhos do Mosteiro de Alcobaça (desenho de José Pedro Henriques e Vasco Vieira).

Fig. 11 – Pormenor do arco dos Banhos do Mosteiro de Alcobaça.

Durante a execução da escavação para a colocação do ramal de esgotos observou-se o arranque da muralha e do seu limite externo, na extremidade nordeste, adossado à torre (figura 12 C).

Fig. 12 – Planta da escavação arqueológica e das realidades identificadas (desenho de José Pedro Henriques, Alexandra Krus e Tiago Pereira).

A envolvente extramuros deste troço não aparenta ter sido alvo de construções anexas até ao século XIX, mantendo a calçada do XVIII preservada (figura 12 B). Esta realidade encontra-se retratada na planta de Guilherme de Menezes, datada de 1760 (figura 13).

Fig. 13 – Planta de Guilherme de Menezes (1760).

No século XIX a calçada é cortada por um caneiro secundário que avança no sentido NE-SO que vai unir a outro de maior dimensão que se desenvolve no sentido NO-SE, e que constitui a sapata e limite sudoeste do Lote 26 (figura 12A). Finalmente é construído, na mesma centúria, os edifícios 6-26 da Rua do Terreiro do Trigo, cujo pavimento em lajeado de calcário retangular cobre a calçada do XVIII. A construção do edifício actual alinhado com a face sudeste da torre e consequente alteração urbana daquele espaço, é perfeitamente perceptível na confrontação da planta de Guilherme de Menezes com o levantamento de Filipe Folque de 1856/58 (figura 14).

Fig. 14 – Planta de Filipe Folque (1856/58).

3| CONCLUSÕES

O presente estudo permitiu a compreensão da evolução e adaptação deste espaço urbano até aos dias de hoje.

O troço da muralha encontra-se preservado até ao 1ºandar, com a exceção do Lote 22-26 onde não se verificou a sua existência e corresponde, na sua metade Este, à fachada tardoz do edifício. O adarve e o caminho de ronda encontram-se preservados na memória construtiva dos espaços do edifício (figura 15), continuando, em parte, a ser espaço de circulação ou de encosto.

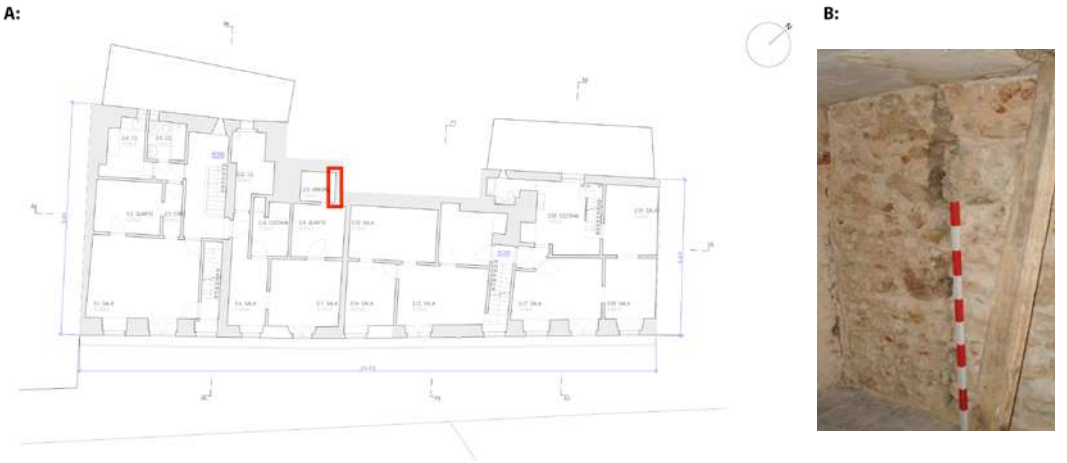


Fig. 15 – Memória no edificado do adarve e do caminho de ronda.

Adossa à Torre da Bica dos Cavalos, na qual é possível reconhecer o adarve e respectiva guarda. Apenas surgiu um pequeno indício do limite externo da muralha e do seu enchimento, enquanto que a face interna não foi identificada nesta intervenção.

À muralha vai sobrepor-se, ao nível do 1ºandar, o Terraço dos Banhos do Mosteiro de Alcobaça, igualmente responsáveis pela abertura da porta em arco.

A leitura da planta do edificado existente e as leituras estratigráficas parietais, permitiram levantar uma hipótese dissonante à orientação do troço do "Chafariz de Dentro à Torre de Alfama" identificado e definido por Vieira da Silva. Ao contrário do mapa XX daquele autor, que define a parede tardoz do lote 6-26 como muralha, os trabalhos arqueológicos executados permitiram determinar que esta apenas corresponde em parte à parede tardoz, deixando de fora o Lote 22-26 (figura 16). Desta forma, propomos que o trajeto da muralha seja alinhado com o Postigo de Alfama, sem a inflexão dada por Vieira da Silva naquele local.

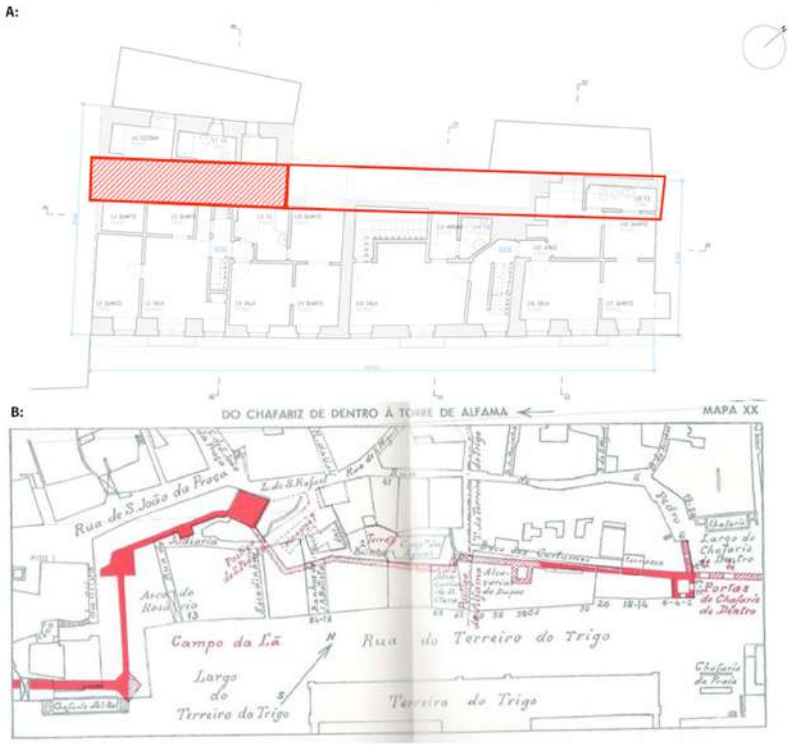


Fig. 16 – A: proposta de prolongamento da muralha Fernandina para Oeste. B: proposta de Vieira da Silva.

Descobertas futuras poderão confirmar ou negar esta proposta de interpretação.

BIBLIOGRAFIA

Atlas da Carta Topográfica de Lisboa [Material cartográfico] / Direcção de Filipe Folque; Levantamento Pezerat, Francisco Goullard e Cesar Goullard. -1:100 - Lisboa:1956/58. [Consult. 22 Março, 2018]. Disponível em http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/

Garcia, J. M.; Rijo, D. (2009) – Da peste negra à cerca fernandina, 1348-1375. *História de Lisboa: Tempos Fortes*. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses/ Direcção Municipal de Cultura da Câmara Municipal de Lisboa, pp. 27-30.

Planta da cidade de Lisboa a em que se mostrão os muros de vermelho com todas as ruas e praças da cidade dos muros a dentro co as declarações postas no seu lugar/ Delineada por João Nunes Tinoco, Architecto de S. Magestade anno 1650 – 1:3100 – Lisboa: 1610-1689. [Consult. 22 Março, 2018]. Disponível em http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/

Planta da cidade de Lisboa /Guilherme de Menezes. Lisboa: 1760. [Consult. 22 Março, 2018]. Disponível em http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/

Silva, A. V. (1987[2]) – *A Cerca Fernandina de Lisboa*. Lisboa: Município de Lisboa. II, pp. 101-111.

Silva, R. B.; Miranda, P.; Vieira, V. N.; Vicente, A. M.; Lopes, G. C.; Nozes, C. (2012) – Largo do Chafariz de Dentro: Alfama em época moderna. In Teixeira, A.; Bettencourt, A. (coord.) - *Velhos e Novos Mundos, Estudos de Arqueologia Moderna* (Colecção ArqueoArte 1). Lisboa: Centro de História de Além-Mar/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/ Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores. 1, pp. 71-84.

#12 AS MURALHAS DE LISBOA: O EXEMPLO DOS ANTIGOS ARMAZÉNS SOMMER.

NUNO NETO | NEOÉPICA, Lda.
PAULO REBELO | NEOÉPICA, Lda.
RICARDO ÁVILA RIBEIRO | NEOÉPICA, Lda.
ANA GOMES | DGPC
ALEXANDRA GASPAR | DGPC

RESUMO

O edificado conhecido como armazéns Sommer possui uma raiz antiga associada ao palácio do Conde de Linhares (século XVI) e ao palácio do Conde da Torre, senhor dos Morgados de Coculim e Verodá, província da Índia Portuguesa, o qual posteriormente passa a ser proprietário de todo o espaço, que fica então conhecido por palácio de Coculim. Com o terramoto de 1755 cai em ruína reorganizando-se o espaço em pequenas lojas e armazéns. A partir de meados do século XIX e inícios do século XX, a área passa a ser alvo de diversas adaptações, principalmente ao nível dos interiores, procurando-se espaços abertos na adaptação do edificado a armazéns de ferro da empresa Sommer & Companhia, que terão ocupado aquele espaço a partir de 1858. Em 1919 Henrique de Araújo Sommer constitui a Empresa de Cimentos de Leiria, que viria a instalar os seus escritórios em dependências do edifício alvo de estudo, mantendo-se aí até 1958.

Os trabalhos arqueológicos efectuados neste espaço revelaram importantes vestígios da sequência ocupacional da cidade, nomeadamente a identificação da muralha fundacional da cidade de Lisboa datada do século I d.C., sendo esta posteriormente reformulada entre os séculos IV/V d.C. e mais tarde adaptada e integrada na "Cerca Velha" de Lisboa.

Palavras-Chave: Armazéns Sommer; Palácio; Muralha romana; "Cerca Velha".

ABSTRACT

The building known as Sommer warehouses has an old root associated with the palace of Conde de Linhares (16th century) and the palace of Conde da Torre, lord of the Morgados de Coculim and Verodá, province of Portuguese India, that later becomes owner of the entire space, which is then known as Coculim's palace. With the earthquake of 1755, the building falls into ruin reorganizing itself in small stores and warehouses. From the middle of the 19th century to the beginning of the 20th century, the area became the target of several adaptations, mainly in the interior, aiming the creation of open spaces in the conversion into the Sommer & Company iron warehouses, occupying the space from 1858. In 1919, Henrique de Araújo Sommer constitutes Companhia de Cimentos de Leiria that would install its offices in the building and there remain until 1958.

The archaeological work carried out in this area revealed important vestiges from the city's occupational sequence, namely the identification of the founding wall of the city of Lisbon dating from the 1st century AD, which was later reformulated between the 4th/5th century AD and later adapted and integrated in the "Cerca Velha" of Lisbon.

Keywords: Sommer warehouse; Palace; Roman Wall; "Cerca Velha".

1| INTRODUÇÃO

A investigação sobre as muralhas de Lisboa, particularmente a das denominadas cerca moura e cerca da alcáçova ou cerca velha, constitui um tema muito complexo, pelo que o objetivo deste trabalho se centra no estudo do troço junto ao rio Tejo e particularmente nos antigos Armazéns Sommer, no que se refere à sua cronologia, morfologia e alterações que foi sofrendo ao longo dos tempos, tendo em conta os resultados das investigações arqueológicas ali realizadas. Pretende-se que este trabalho possa no futuro vir a contribuir para um melhor conhecimento das muralhas da cidade.

A complexidade que de modo geral se reconhece a este estudo resulta de fatores endógenos e exógenos às muralhas urbanas. Os primeiros advêm sobretudo da sua longevidade, da sua construção e das adaptações que vão sendo feitas ao longo dos tempos, particularmente nas reformulações dos sistemas defensivos. Os segundos resultam de diferentes fatores como a pressão urbanística, as obras de reconstrução das muralhas, os restauros realizados - que na maioria das vezes não só "escondem" o paramento, como também o reconstroem não permitindo a sua análise - e impossibilidade de realizar intervenções arqueológicas de carácter meramente científico.

As referências mais recuadas a estruturas de carácter defensivo situam-se logo no século I d.C. com a chegada dos romanos. Posteriormente, já algures no século IV-V d.C., verifica-se a reformulação geral do sistema defensivo. Com a conquista árabe o sistema defensivo deverá ter mantido, em linhas gerais, o traçado herdado de época tardo-romana com as devidas reformulações - adaptado às técnicas e táticas do novo. Embora se desconheça o processo de adaptação do antigo modelo tardo-romano ao novo modelo de cidade, sabemos que a nível morfológico não deve ter sofrido grandes alterações, tendo as muralhas de origem romana continuado a defender a cidade, pelo menos nos troços oriental e ribeirinho da denominada "Cerca Moura". A mesma foi sendo adaptada às necessidades defensivas da urbe, embora adotando a cidade um modelo urbano oriental em termos de implantação, favorecido pela sua própria topografia. Em época medieval cristã e moderna a cidade começa a estender-se para poente levando a um reorganizar do sistema defensivo, nomeadamente pela construção da muralha de D. Dinis e, acima de tudo, pela grande obra que foi a Muralha Fernandina, que procura envolver e proteger a cidade em todo o seu perímetro.

2| ANÁLISE HISTÓRICA

No que se refere às muralhas de Lisboa existem apenas breves referências, destacando-se a produção historiográfica dos meados do século XX, nomeadamente dos olissipógrafos cujos trabalhos se basearam essencialmente nas escassas referências existentes: nos textos da antiguidade, dos geógrafos árabes e dos cronistas medievais. Após estes trabalhos, que serviriam de base à produção historiográfica das décadas seguintes, seriam as intervenções arqueológicas, a partir dos finais da década de 90, a contribuir com novos dados sobre esta temática.

As referências mais antigas às muralhas de Lisboa remontam à segunda metade do século II a.C., quando Estrabão refere "(...) *Brutos, denominado o Galaico,* (...). *Em seguida amuralhou Olisypón, nas margens do rio, para ter livre a navegação e o acesso de víveres. Estas cidades são também as maiores que se encontram junto do Tejo*." (Kalb e Höck, 1988, p. 190). Para além deste, outros autores romanos apresentam referências à cidade, no entanto, mais ou menos diretas, mais relacionadas com a importância da cidade no quadro da província e com a sua área de influência geográfica, não revelando praticamente nada sobre as suas muralhas e urbanismo.

Séculos depois serão os geógrafos árabes a descrever a cidade embora, tal como os seus predecessores, se preocupem em evidenciar a sua importância e do seu termo; cabe aqui destacar a descrição do Geografo al-Idrisi: É uma cidade primorosa, que se estende ao longo do rio. Tem uma muralha e uma Alcáçova expugnável… (*apud* Sidarus, 2001, p. 50).

Outro documento importante é escrito por um cruzado inglês ou Normando com formação religiosa que refere: *Ao norte do rio está a cidade de Lisboa, no alto do monte arredondado e cujas muralhas, descendo a lanços, chegam até à margem do Tejo, dele separado apenas pelo muro… (*Castilho, 1939, p. 50). Estes estratos dos dois textos, ambos do século XII, constituem duas descrições similares esclarecedoras do impacto que as muralhas tinham sobre quem chegava à cidade.

De acordo com a documentação citada, pode-se vislumbrar, do ponto de vista do urbanismo, pelo menos desde o século XI, uma cidade construída sobre uma colina, com uma Alcáçova fortemente defendida por muralhas.

Ainda no século XVI, graças ao desenvolvimento da cartografia, produziram-se as primeiras ilustrações conhecidas: a panorâmica de Lisboa existente na Biblioteca da Universidade de Leyden, na Holanda, que terá sido desenhada por volta de 1540-50 e que se encontra incompleta, faltando a zona ocidental; e a "Perspetiva

de Lisboa", de G. Braunio, numa escala mais favorável. Ambas fornecem dados importantes, incluindo para além dos edifícios monumentais, o casario, as cercas da cidade e respetivas portas e ruas.

No século XVII surge uma planta da cidade de Lisboa - considerada atualmente como a mais antiga da cidade - da autoria de João Nunes Tinoco, datada de 1650, que se destinava a mostrar o que subsistia das muralhas da cidade e constitui um importante documento para o estudo das mesmas.

O advento da olissipografia é marcado pela publicação da *Lisboa Antiga (Bairro Alto)* de Júlio Castilho (Branco, 1979, p. 21.). Para a história das muralhas contamos com os estudos de dois olissipógrafos: Júlio Castilho e a sua obra *Lisboa Antiga Bairros Orientais* e Augusto Vieira da Silva e as suas obras *O Castelo de S. Jorge – Estudo histórico descriptivo, Cerca Moura de Lisboa e As muralhas da Ribeira de Lisboa.*

Para Júlio Castilho em época romana o sistema defensivo da cidade era composto por um *castrum* romano que teria existido sob o castelejo - na alcáçova - e um conjunto de torres defensivas, admitindo que era possível que *Olisipo* não tivesse muralhas. Sobre as estruturas defensivas existentes, considerava que as muralhas da cidade seriam provavelmente de origem muçulmana.

Augusto Vieira da Silva considerava que a Alcáçova terá tido origem numa fortaleza primitiva de época romana com ocupação visigoda, árabe e cristã. No que se refere ainda ao sistema defensivo, este autor considerava que as muralhas da Alcáçova seriam de época islâmica.

Só em 1985 foi publicado um estudo sobre as muralhas de Lisboa - *A propósito das muralhas antigas de Lisboa* (Campos, 1985) no qual o autor contesta as cronologias propostas por A. Vieira da Silva para o sistema defensivo, ou seja, Castelejo e Muralhas da Alcáçova, defendendo uma origem bizantina para estas estruturas, "*…sobre ruínas do amuralhamento romano, ruínas por eles provocadas sem dúvida ao conquistarem a cidade, entrando a provavelmente por este ângulo das defesas olisiponenses".* (Campos, 1985, p. 45), apresentando uma série de elementos que, de acordo com o autor, comprovam a cronologia proposta.

Nos anos seguintes os investigadores dividir-se-iam na defesa de cronologias e traçados distintos - entre a origem romana ou muçulmana – das muralhas.

A partir de meados da década de 90 multiplicam-se as escavações na cidade, particularmente junto dos chamados troços oriental e sul da muralha. Mais recentemente, na última década, realizaram-se várias escavações junto ao troço ocidental, cujas publicações se aguardam.

No quadro destas intervenções, realizaram-se em 2004 e 2005, na Rua do Cais de Santarém, nos armazéns Sommer – localizados na antiga cintura industrial de Lisboa do séc. XIX – duas intervenções arqueológicas, objeto de uma primeira publicação da sequência estratigráfica e cronologia da evolução do sistema defensivo da cidade de *Olissipo* (Gaspar e Gomes, 2007, pp. 693-694). Entre os anos de 2014 e 2016 realizaram-se novos trabalhos arqueológicos sob responsabilidade de arqueólogos da Neoépica Lda. Ambas as intervenções permitiram identificar um conjunto de materiais cerâmicos e estruturas arqueológicas que consideramos poderem contribuir para um melhor conhecimento das muralhas de Lisboa.

É de destacar ainda o *Projeto Integrado de Estudo e Valorização da* «Cerca Velha» de Lisboa com três grandes objetivos – o estudo científico multidisciplinar vocacionado para a pesquisa arqueológica e a investigação histórica, a conservação e restauro dos troços existentes e a sua valorização e divulgação (Leitão, 2014, pp. 66) - cujos trabalhos arqueológicos tiveram início em 2009, aguardando-se atualmente a publicação dos resultados das cerca de 11 intervenções realizadas.

3| ANÁLISE ARQUEOLÓGICA

Os antigos Armazéns Sommer encontram-se implantados na base da colina do Castelo, no bairro de Alfama, na frente ribeirinha actualmente situada na Rua Cais de Santarém, nºs 40 a 64, freguesia de Santa Maria Maior, em Lisboa. A sua área ocupa um quarteirão, assentando sobre um antigo complexo palaciano construído em época moderna.

A intervenção arqueológica teve início em 1997, sendo então suspensa devido a razões técnicas. Os trabalhos acabaram por ser retomados entre 2004 e 2005, revelando desde logo a presença de um importante conjunto patrimonial, onde se destacam os vestígios de época romana compostos por estruturas de carácter defensivo: parte da muralha alto-imperial e muralha tardo-romana, enquadráveis respetivamente na primeira metade do século I d. C. e em finais do século IV/V d.C. (Gaspar e Gomes, 2007, pp. 693-694). A última fase dos trabalhos deu-se entre os anos de 2014 e 2016, já sob responsabilidade de arqueólogos da

Neoépica Lda., desenvolvendo-se paralelamente em duas vertentes: trabalhos de arqueologia vertical e de escavação arqueológica em área.

O conjunto defensivo de época romana foi desde logo identificado nas primeiras campanhas arqueológicas realizadas tendo-se revelado em toda a sua expressão. Nesta fase inicial dos trabalhos, as estruturas defensivas foram registadas ao nível do patamar inferior/alicerces, na área Este da intervenção, que permite um acesso directo para a frente rio. A intervenção sobre o patamar inferior permitiu observar significativos vestígios relacionados directamente com os contextos palacianos de época moderna. Com o exumar destes contextos foi desde logo possível registar que, no lado Sul do sector mais a Este, se encontra a base da muralha romana de época imperial, datada da primeira metade do século I d.C.. Encostada na face Norte da muralha alto-imperial, encontra-se adossada a base da muralha tardia, enquadrada entre os finais dos séculos IV/V d.C. (*idem*, p. 694). No sector mais a Oeste observou-se que os vestígios da muralha romana inflectem ligeiramente para NO, desenvolvendo-se sob as estruturas de época moderna, o que não permitiu na fase inicial dos trabalhos a sua melhor leitura e caracterização.

3.1| MURALHA ALTO-IMPERIAL: CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS, ESTRATIGRAFIA E CRONOLOGIA

Fig. 1 – Piso 0 – Vista aérea da área Este das muralhas romanas.

A muralha alto-imperial foi identificada numa extensão de 19 metros (fig. 1). Apresentava uma largura média de cerca de 1,90/2,00 m. O seu alçado interno encontrava-se visível numa altura de 1,30 m. Do alçado externo apenas foi possível registar uma fiada, da qual apenas se preservaram três blocos numa zona de inflexão e de intersecção da muralha tardia.

A implantação desta estrutura, registada do seu lado interno, caracteriza-se pelo corte do afloramento rochoso (calco-arenitos) e pelo preenchimento, quando necessário, da sua base com um enrocamento constituído por pedras de pequena e média dimensão com sedimento argiloarenoso (UE41) (fig. 2 e 3). Este enrocamento foi identificado sob a muralha numa espessura de 40 cm (fig. 3), não se excluindo a possibilidade de este ser mais ou menos espesso, ou mesmo inexistente, em função das características geomorfológicas dos solos. Para além de se encontrar sob a muralha, este enrocamento também lhe encostava, numa altura que variava entre os 20 e os 60 cm. O alçado interno da muralha encontrava-se preservado na área a Este (fig.2), procedendo-se à escavação parcial do enrocamento (UE41) tendo em vista o registo da implantação da estrutura.

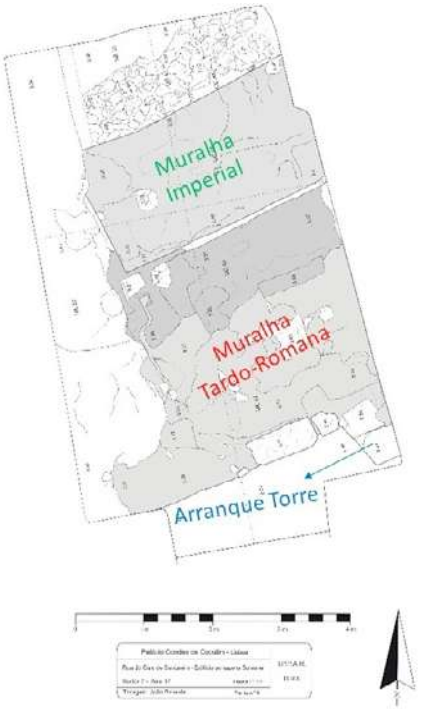


Fig. 2 – Piso 0 – Planta parcial das muralhas romanas.

A estrutura defensiva é constituída por uma sapata (UE44), implantada à cota +2.40 m, ligeiramente saliente – 20 a 30 cm – em relação ao alçado da muralha ao qual encostava o enrocamento. É construída em *opus caementicium* constituído por blocos de talhe irregular, com dimensões variáveis - 40x30 cm, 20x30 cm, 20x20 cm - dispostos de forma aleatória. Não foi identificado qualquer paramento.

Sobre esta sapata é visível o alçado interno da muralha, também em *opus caementicium*, constituído por blocos de talhe irregular, com dimensões variáveis - 40x30 cm, 30x40 cm, 30x30 cm, 30x20 cm, 20x20 cm e 20x10 cm - dispostos de forma aleatória sem formar fiadas, sem qualquer paramento. Este alçado não difere significativamente da sapata, apenas não se articulava com o enrocamento e encontrava-se ligeiramente recuado. Deste alçado, visível numa extensão de 3,20 m apenas se conservam 50 cm.

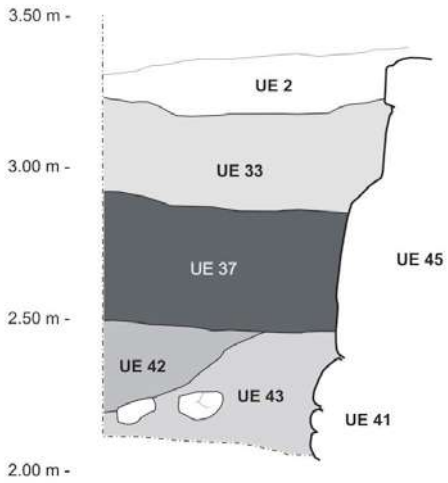


Fig. 3 – Leitura estratigráfica da muralha alto-imperial.

No topo da muralha, embora cortada por construções posteriores, é bem visível a sua técnica construtiva em *opus caementicium* constituído por pedras de dimensões variadas unidas por argamassa de cor amarela.

Como se referiu, apenas foi possível escavar junto ao alicerce da muralha na sua face interna. Trata-se de um espaço muito exíguo (2x1 m) mas foi possível identificar uma série de camadas com sedimentologia muito semelhante, variando na cor, na granulometria e na quantidade de inclusões – pedras, fragmentos de reboco pintado e fragmentos de materiais de construção. A UE2 corresponde a níveis recentes.

Os materiais exumados, embora bastante fragmentados correspondem a um conjunto uniforme constituído por cerâmicas importadas – ânforas itálicas e béticas, *terra sigillata* itálica e sudgálica, engobe vermelho pompeiano, paredes finas, lucernas - cerâmicas comuns locais e regionais e cerâmica da Idade do Ferro (com caráter residual) - cerâmica de engobe vermelho, cinzentas e cerâmica de bandas. A apresentação destes materiais não será feita de forma exaustiva, apenas apresentaremos os que constituem elementos cronológicos.

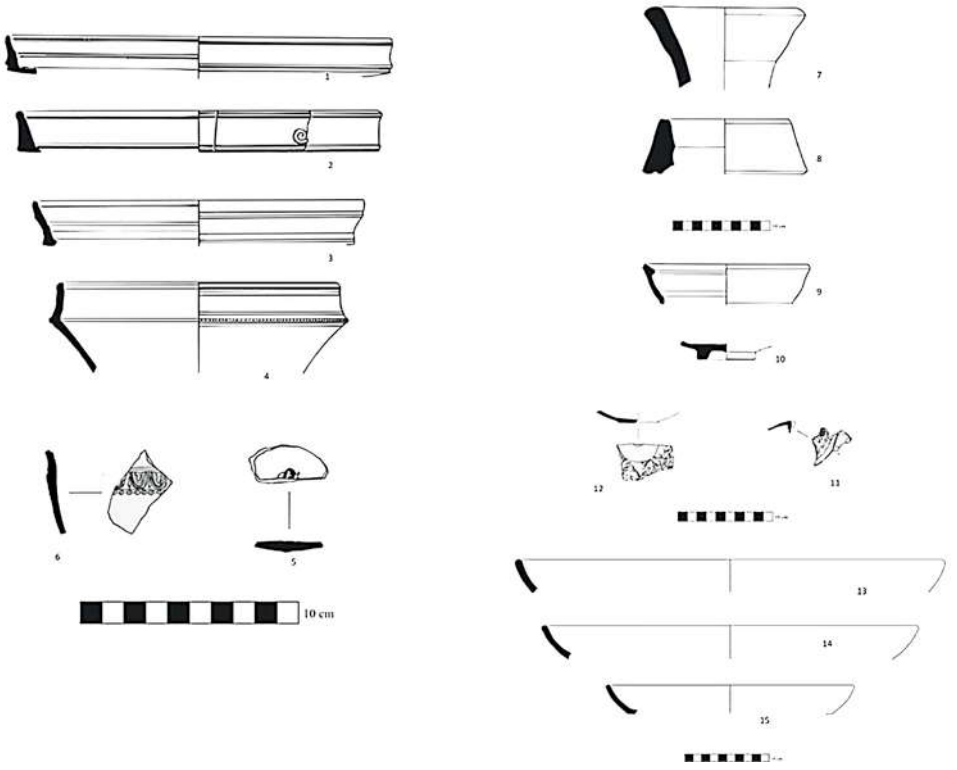


Fig. 4 – Espólio alto-imperial associado à muralha.

Os materiais provenientes da UE41 não se encontram ilustrados dado o seu estado fragmentário, mas correspondiam a um fragmento de bordo de uma ânfora lusitana 7/11 cuja cronologia se estende da segunda metade do séc. I a.C. a meados do séc. I d.C. e bojos de ânforas itálicas e béticas; e 6 fragmentos de *terra sigillata* itálica, entre os quais um pequeno fragmento decorado com uma dupla espiral, com uma cronologia de finais de Tibério.

Da UE43 provêm alguns bojos de ânforas itálicas e dois fragmentos de *terra sigillata* itálica sem forma.

Na UE42 fora encontrados bojos de ânforas itálicas, de Maña C2 e de Haltern70, 6 fragmentos de *terra sigillata* itálica dos quais um fragmento de uma consp. 12 (meados a fins de Augusto) e uma marca de Camurri, da qual apenas se conservaram as 3 últimas letras estando o V e o R em nexo (fig. 4, nº5), marca de forma retangular (nº25054) cuja cronologia aponta para 30-70 d.C.; um fragmento de engobe vermelho pompeiano; alguns fragmentos de paredes finas tardo republicanas e alguns fragmentos com decoração areada, nomeadamente um fundo (Tibério-Cláudio); e um fragmento de lucerna de dupla voluta com a representação de uma figura da qual apenas se conservou um pé e uma ponta de uma asa, cuja cronologia é do segundo quarto do séc. I à primeira metade do séc. I d.C. (fig.4, nº11).

A UE37, que se sobrepõe às anteriores, forneceu uma maior quantidade de material constituído por ânforas itálicas Dr1C, Haltern70, fundo de Maña C2 e ainda bojos de ânforas da Bética e lusitanas; 7 bordos de *terra sigillata* itálica com uma maior variedade de formas - Consp. 18.2 de 10 a.C. a Tibério (fig.4, nº1 a 3), Consp. 20.3 de cronologia tardo-augustana a 30d.C. decorada com uma espiral (fig.4, nº2), Consp. 22 a 20 a.C. a Tibério; fragmentos de paredes finas tardo republicanas e paredes com decoração areada (Tibério-Cláudio); fragmentos de pratos de engobe pompeiano, forma Oberaden 21 de 8/12 a.C. a Cláudio/Vespasiano e com algumas variações de perfil até à primeira metade do séc. I (fig.10, nº13 a 14); e um fragmento de pratel em pastas da Bética.

A UE33 também forneceu grande quantidade de material de que destacamos algumas ânforas - fundo de Haltern70, bordos e fundos de Maña C2, 1 bordo de Dr1 (fig.4, nº7), vários fragmentos de *terra sigillata* itálica, dos quais ilustra-se o nº4 (fig.4) de uma taça Consp. 22.1.4 com uma cronologia de 20 a.C. até Tibério; fragmentos de pratos de engobe pompeiano (fig.4, nº15). Foram ainda identificados fragmentos de paredes finas tardo-republicanas, um fundo de pasta bege

com decoração areada interna e externa (Tibério-Cláudio) e ainda um fundo com decoração encrespada (Tibério-Cláudio) de uma forma XXXVII com cronologia desde Tibério-Cláudio até aos Flávios (fig.4, nº12); alguns fragmentos de lucernas entre os quais uma de dupla voluta; ilustrando-se ainda um fragmento de fundo de cerâmica cinzenta fina (fig.4, nº10).

Finalmente na UE36, não visível no corte estratigráfico apresentado, mas que se sobrepõe parcialmente à UE37, salienta-se a presença de um pequeno fragmento de *terra sigillata* sudgálica de um cálice (fig.4, nº6) que poderá ser atribuído a *Atheius* ou a *Atheius Xanthus*, tendo o primeiro produzido de 5 a.C. a 25 d.C. e *Xanthus* produz sozinho de 5 a.C. a 50 d.C.

Os dados fornecidos pelo espólio exumado permitem apontar para uma cronologia geral da primeira metade do séc. I d.C., podendo precisar-se para a construção da estrutura defensiva uma cronologia de finais de Tibério.

No que se refere a esta muralha, a intervenção de 2014/2016 permitiu apenas o registo complementar dos elementos estruturais encontrados nos trabalhos de 2004/2005. Foi ainda possível observar, no sector Este, já no passeio, sobreposta pelo alicerce do edificado existente e afetada por diversas infra-estruturas, a continuação, para o exterior do edificado actual, da muralha romana tardia (fig.5). Registou-se ainda que o troço de muralha que se desenvolve a NO acaba por inflectir para NE criando um ângulo obtuso.

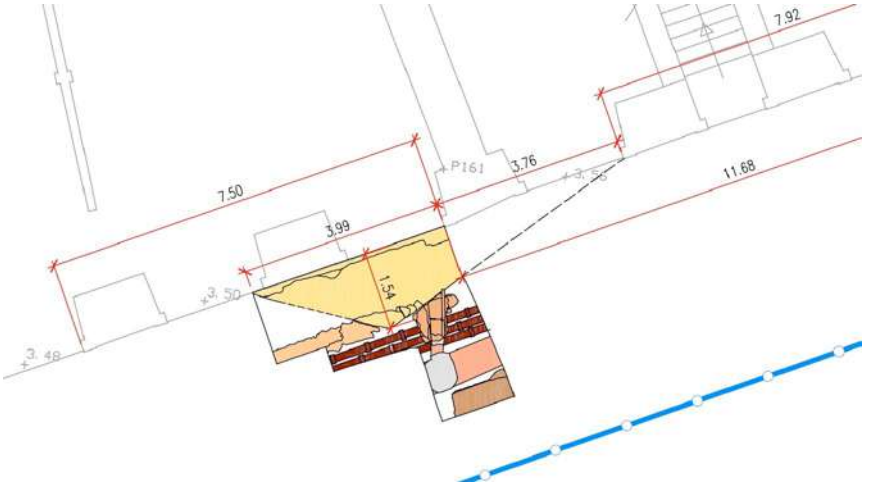


Fig. 5 – Desenvolvimento da muralha tardia para o exterior do edificado actual.

3.2| MURALHA TARDO-ROMANA: CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS, ESTRATIGRAFIA E CRONOLOGIA

No decorrer das intervenções de 2004 e 2005 a muralha tardia foi identificada numa extensão de 26 m. Apresenta uma largura de cerca de 5m e, na área situada a Oeste (fig.1), pôde-se registar o seu alçado Sul, correspondente à face externa, numa altura de 1,20 m. O seu alçado interno não era visível.

Para a implantação desta estrutura foi reaproveitada a muralha alto-imperial à qual foi encostado este novo elemento. Este apresenta 3 m de largo que, adicionados à largura da muralha alto-imperial, perfazem os 5 m. No percurso então registado, o traçado das duas muralhas mantém-se numa extensão 17,5 m. A muralha tardia inflete depois para Norte seccionando então a muralha alto-imperial onde também se lhe sobrepõe (fig.1 e 5), tendo-se registado, durante a escavação, *o opus caementicium* sobre os vestígios da primitiva estrutura defensiva. No que se refere à implantação da base da muralha, do lado externo, não pôde ser verificada, uma vez que se atingiram os níveis freáticos impedindo uma leitura estratigráfica, pelo que se optou por suspender temporariamente os trabalhos. Do lado interno, para além de encostar e de se sobrepor à muralha imperial, nas áreas onde já se encontrava destruída, não foi possível registar a sua implantação devido às destruições mais recentes.

A inflexão da muralha para Norte poderá eventualmente corresponder à procura do substrato rochoso para a implantação do seu alicerce, situação já identificada noutros locais como nas muralhas da Alcáçova (Gomes, 2008, p. 204).

Esta muralha tardia seria uma estrutura de duplo paramento com enchimento em *opus caementicium* constituído por pedras sobretudo de grande dimensão e algumas de calibre médio, aglutinadas por uma argamassa branca, distinguindo-se pela dimensão dos blocos e pelo tipo de argamassa, da alto-imperial. O paramento interno corresponde ao paramento da muralha alto-imperial reutilizado. O paramento externo era visível numa extensão de cerca de 10 m e é constituído por *opus quadratum* com blocos de calco-arenito aparelhados, alguns reaproveitados. Os blocos são retangulares com medidas variadas – 80 x 40 cm, 70 x 60 cm, 100 x 30 cm, 100 x 30 cm, 100 x 60 cm, 90 x 50 cm, ou quadrangulares, de 50 x 55 cm, 40 x 40 cm, 30 x 30 cm. A disposição destes blocos é feita em fiadas regulares com alinhamento ou alternância de juntas.

O alçado externo era ainda visível na zona a este (fig. 1 e 2) embora só se tenham preservado três blocos, um deles com 60 cm de altura, sendo este espaço mui-

to exíguo visto o paramento se encontrar no limite do edifício. Foram identificados três grandes blocos aparelhados – um grande bloco com 100 x 60 cm e os outros com 30 x 30 cm e 40 x 20 cm. No canto SE da sala registou-se o arranque de uma outra estrutura defensiva que adossa à muralha, possivelmente uma torre, sendo parcialmente visível o arranque dos grandes blocos aparelhados (fig. 6). Esta torre localiza-se num dos ângulos da muralha, na confluência dos troços oriental e sul.

Fig. 6 – Pormenor do arranque de torre no limite Este do edificado.

Dado o estado de conservação da muralha e as reconstruções posteriores não foi possível registar qualquer estratigrafia relacionada com a muralha tardia nas duas primeiras intervenções (2004 e 2005). Do lado interno apenas se registou a presença da muralha alto-imperial. Do lado externo, embora se tenha escavado até 1,20 m de profundidade (cota + 2 m) apenas se registaram níveis do séc. XVII e modernos. Aliás, algumas das estruturas do séc. XVIII encostam ao próprio paramento da muralha.

O único elemento que pode fornecer cronologia consiste num fragmento de parede (não ilustrado) de uma forma Hayes 67 em D1, de uma *terra sigillata* africana, que foi encontrado sob o *opus caementicium* do enchimento desta muralha, onde este *opus* se sobrepõe ao *opus* da muralha alto-imperial, podendo assim apontar-se para uma cronologia de 360 - 470 d.C.

No que diz respeito à estrutura de carácter defensivo, a intervenção de 2014/2016 permitiu sobretudo complementar a informação do seu desenvolvimento no sector Oeste da área em análise. Assim, não foi possível observar qualquer vestígio do desenvolvimento para Oeste da muralha imperial do século I d.C., devendo a estrutura defensiva primitiva ter sido fortemente afectada aquando da adaptação e reforço do sistema defensivo nos finais do século IV-V d.C.

Junto ao cais de embarque dos antigos armazéns Sommer, a estrutura defensiva acaba por servir de base a uma torre construída no local onde a muralha romana tardia faz uma inflexão para SE, vinda de Oeste. Esta torre estabelece numa relação directa com a fundação da muralha romana tardia, resultando o elemento actualmente visível de uma reformulação de época medieval que adapta e reforça a estrutura romana. Esta situação não causa estranheza, observando-se similares adaptações de pré-existências romanas em período islâmico. Os trabalhos de acompanhamento arqueológico permitiram registar em associação a presença de alguns materiais de época islâmica.

Esta íntima relação entre as estruturas defensivas de época romana tardia e a sua prevalência em época medieval, são demonstrativas de uma clara continuidade do pano amuralhado tardo-romano. Os trabalhos de escavação da face interna da muralha, no sector central, já em 2004 tinham revelado a presença de contextos de época islâmica. Sob os alicerces dos palácios, registaram-se várias estruturas em positivo, destacando-se um compartimento de desenho quadrangular estruturando um pátio com piso em empedrado, encontrando-se para Este a boca de um poço/cisterna, organizado com grandes lajes e associado a um nível de piso irregular composto em lajes e tijoleiras. A intervenção em 2004 revelou desde logo que este nível islâmico estava estreitamente relacionado com a estrutura do poço que tinha a sua base em época romana. Tal ficou comprovado com os trabalhos realizados em 2014/2016. O processo de escavação e desmontagem do complexo da cisterna de cronologia islâmica, até à fase da ocupação tardia romana, revelou-nos uma canalização islâmica que contorna a cisterna convergindo para Sul, recorrendo, na muralha, a uma pré-existência arquitetónica hidráulica de cronologia romana tardia (Fig.7 e 8). Esta estrutura de época romana de que falamos localiza-se na própria muralha tardia, atravessando-a e permitindo deste modo o escoamento das águas que circulavam nesta zona para o exterior, já fora do perímetro amuralhado em direcção ao rio Tejo. A estrutura apresenta-se revestida a *opus signinum* e construída logo de raiz aquando da construção da muralha tardia, sendo posteriormente aproveitada em época islâmica.

Fig. 7 – Sector 11 – Complexo da cisterna islâmica.

A boca do poço islâmico apresentava-se estruturada por grandes blocos paralelepipédicos e mostra um corpo cilíndrico até atingir o topo da fase romana tardia. Encontrava-se compartimentada por muros a Norte, Sul e Oeste, construídos recorrendo a materiais pétreos de pequeno e médio calibre ligados por terra. A vala de fundação corta depósitos romanos tardios.

A escavação dos contextos de abandono que cobriam parte do poço romano e o pavimento com orientação Norte-Sul que ladeia a Este o tanque fontanário, revelou que este é também uma solução para encaminhamento de águas para a abertura de secção retangular criada no processo de construção da muralha e estruturada em *opus signinum*. A estruturação da boca do poço de fase romana tardia foi feita recorrendo a elementos arquitetónicos reaproveitados. Neste processo foram colocados quatro elementos sobre uma abertura no topo da abóbada do edificado pré-existente. Destaca-se de entre os quatro, o elemento norte, friso decorado, proveniente provavelmente de um edifício de grandes dimensões.

Fig. 8 – Orifício na muralha tardia.

Ainda na zona central, foram escavados dois compartimentos de planta retilínea. A sua construção caracteriza-se pelo uso de pedras calcárias e calcarenitos, aparelhadas em fiadas regulares, apresentando juntas irregulares ligadas por argamassa pouco compacta. O revestimento é executado recorrendo a argamassa.

Ambos os compartimentos foram desativados em período tardio. O compartimento 1 foi encerrado com a construção de um muro de contenção, que sustentou os despejos de aterros de cronologia tardia (IV-VI) que preencheram a totalidade do compartimento. A escavação destes contextos permitiu-nos a compreensão de que seguidamente ao encerramento deste compartimento, foi colocado o lajeado que se desenvolve com orientação Norte-Sul. Este encosta ao muro de contenção e cobre o pavimento de *opus signinum* do compartimento 1.

O Compartimento 2, à semelhança do 1, sofreu também um processo de aterro ao qual foi sobreposto um piso rampeado. Esta reformulação permitia que a circulação que se faria no sentido Norte-Sul junto ao tanque fontanário, tivesse continuidade na orientação Oeste-Este junto à muralha (Fig. 9).

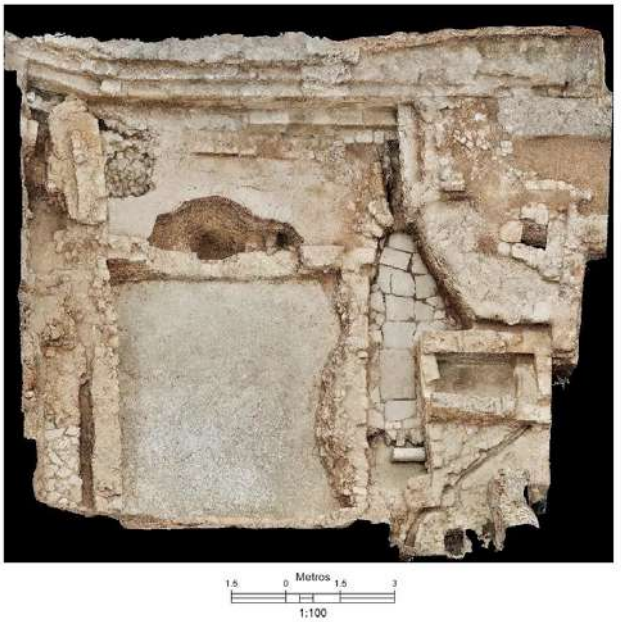


Fig. 9 – Sector 5 – Compartimentos 1 e 2 e sua relação com a muralha.

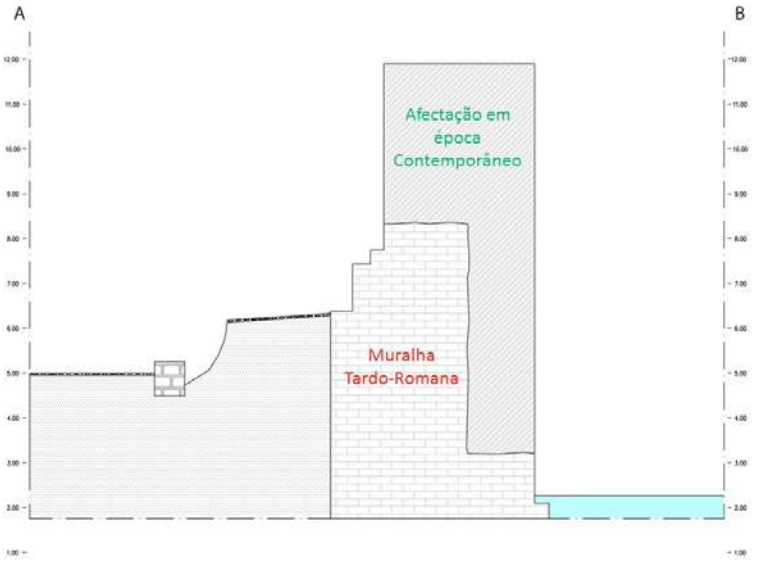


Fig. 10 – Sector Central da Muralha tardo romana – Corte Norte-Sul (A-B).

Na sua continuação para Oeste, a muralha tardo-romana encontra-se preservada, ao nível do seu paramento externo, pela base, tendo esta face sido recuada/capeada provavelmente em época contemporânea, aquando da adaptação do espaço a armazéns de ferro (fig. 10). Já no que diz respeito ao paramento interno, os trabalhos de escavação e de arqueologia da arquitectura mostraram que a estrutura se encontra em bom estado de preservação, sendo possível observar o seu escalonamento em associação a posteriores remodelações ainda dentro da fase final do período romano: antiguidade tardia. É de sublinhar que este escalonamento se desenvolve de forma coerente ao longo de todo o paramento interno.

Fig. 11 – Sectores 1 – Vista interna da muralha romana tardia (limite Oeste).

Fig. 12 – Paramento interno da muralha tardo-romana, sendo possível observar a sua vala de fundação.

No limite Oeste, em que a área em análise faz fronteira com o Arco de Jesus, foi possível examinar a muralha tardia em toda a sua dinâmica (fig. 13). Assim, apesar de afectada pelas adaptações palacianas de época moderna, que levaram ao seu capeamento parcial, esta registou-se conservada numa altura de cerca de 8 metros, com uma largura preservada de cerca de 5,5 m, sendo visível o seu escalonamento interno que surge desde a base e desenvolvendo-se em toda a sua altura. A intervenção no sector 1 acabou por revelar a vala de fundação da própria muralha tardia, cuja interface acaba por cortar/afectar os contextos pré-existentes, nomeadamente de época romana republicana e da Idade do Ferro.

Fig. 13 – Sector Oeste da Muralha tardo romana – Corte Norte-Sul (C-D).

Para Este o seu progresso apresenta a continuidade do escalonamento. Na observação da estrutura em toda a sua dimensão foi possível perceber que a reformulação urbana que levou à adaptação e recuo da muralha tardia acabou por se envolver e adaptar a diversos elementos estruturais pré-existentes.

A muralha romana tardia, apresentando no interior a continuidade do escalonamento registado nos diversos sectores, vai-se adaptando à microtopografia urbana, recorrendo a valias díspares no célere processo de fecho da urbe. Nessa dinâmica, no sector central recorreu-se ao enrocamento de espaços vazios com

pedras e argamassa para alicerçar a muralha. Neste processo, um muro foi interrompido no seu desenvolvimento Sul, servindo o seu topo para descarga de blocos aparelhados da muralha. Lateralmente, os espaços a Este e Oeste foram cheios pelo enrocamento composto por pedras de médio e grande calibre, ligadas por argamassa cinzenta muito compacta. Outro muro foi também incluído neste complexo, uma vez que a sua face Sul foi usada para apoio da muralha. No sector Oeste, paradigma deste processo do recuo urbano preconizado pelo amuralhamento tardio comum a muitas cidades da Hispânia nos séculos IV/V, é o testemunho de um muro que corre com orientação Este-Oeste e que apresenta estuques pintados em ambas as faces, tendo sido completamente envolvido no miolo da muralha (Fig.14).

Fig. 14 – Sector 1 – Testemunho de muro com estuques pintados, integrado no miolo da muralha romana tardia.

Fig. 15 – Planta da implantação do troço registado da muralha Tardo-Romana.

4| CONCLUSÕES

O volume de escavações arqueológicas realizadas nos antigos Armazéns Sommer veio a revelar toda a dinâmica associada às ocupações mais antigas da frente ribeirinha da cidade de Lisboa. Estes trabalhos constituem a prova de que o progressivo aumento do número de escavações arqueológicas tem sido decisivo para um aumento do conhecimento sobre as muralhas de Lisboa.

As futuras intervenções arqueológicas trarão certamente novos dados sobre as estruturas defensivas da cidade, quer de época romana como também no que se refere aos períodos islâmico e medieval cristão.

Neste caso específico, os resultados da intervenção arqueológica revelaram-se de extrema importância para o conhecimento do urbanismo e das estruturas defensivas de *Olisipo*.

No que refere à muralha fundacional da primeira metade do século I d.C., esta foi apenas observada ao nível do seu alicerce, numa pequena porção que conseguiu ficar preservada aquando da intensa afetação produzida pela reformulação geral do sistema defensivo nos finais do século IV-V d.C.

Por sua vez, a muralha tardia revelou-se em toda a sua dimensão, apresentando-se, nomeadamente no sector Oeste, em excelente grau de preservação. A sua análise permitiu perceber que à chegada dos árabes a estrutura defensiva tardo-romana terá sido sujeita a determinados reajustamentos arquitectónicos e funcionais. Contudo, a estrutura pré-existente, pelo menos no troço que foi possível registar na intervenção dos Antigos Armazéns Sommer, deveria, à data da entrada dos árabes na cidade de Lisboa, encontrar-se em relativo bom estado de conservação, tendo sido opção dos novos governantes manter parte do seu traçado e dinâmica original.

Se tivermos em conta os dados provenientes das intervenções arqueológicas realizadas até ao momento, os achados fortuitos e a topografia do terreno parece-nos plausível defender a coincidência de traçados destes dois sistemas defensivos com o da cidade medieval nos troços oriental e sul. A nível da sua implantação e das técnicas construtivas salienta-se a sua adaptação à presença do substrato rochoso e dos terraços geológicos e, na sua ausência, o uso do escalonamento enquanto técnica construtiva.

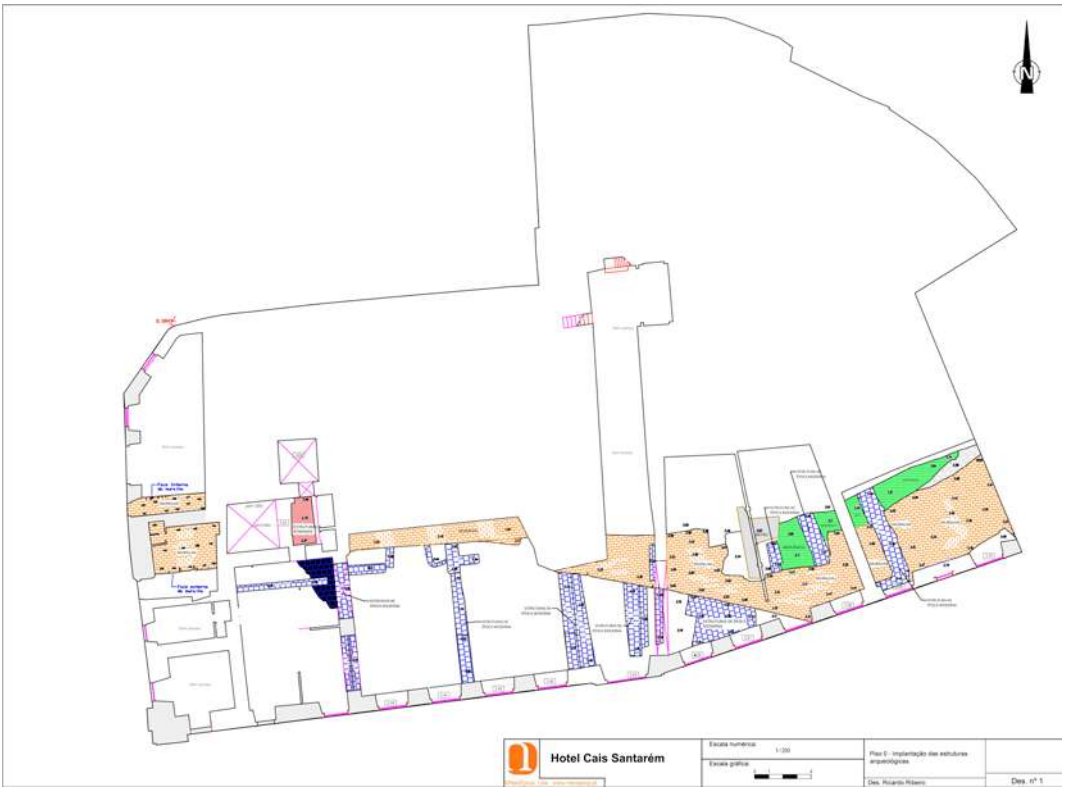


Fig. 16 – Planta da implantação, ao nível do piso 0, da muralha Imperial e Tardo-Romana.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Dr. João Pimenta a classificação do material anfórico.

Agradecemos ao Dr. Eurico Sepúlveda a classificação das paredes finas, lucernas, *terra sigillata*, numismas e ainda da marca itálica e do cálice em TSSG a classificação do material anfórico.

BIBLIOGRAFIA

Branco, F. C. (1979) - *Breve história da olisipografia*. (Biblioteca Breve, 47, Série Pensamento e Ciência). Instituto de Cultura Portuguesa, 1ª ed.. Amadora: Oficinas Gráficas da Livraria Bertrand.

Campos, J. A. C. de (1985) - A propósito das muralhas antigas de Lisboa. *Boletim dos Trabalhos Históricos*. Guimarães: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. XXXVI, pp. 1-64.

Castilho, J. de (1939) - *Lisboa Antiga. Segunda Parte - Bairros Orientais* (2ª Ed. Anotada por A.A. Vieira da Silva). Vol. I. Lisboa: ed. Câmara Municipal de Lisboa.

Gaspar, A.; Gomes, A. (2007) - As muralhas de Olisipo – O troço junto ao Tejo. In *Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio, Lucus Augusti como paradigma.* Actas del Congresso Internacional celebrado en Lugo (26-29.XI.2005), en el aniversario de la Declaración por la UNESCO, de la muralha de Lugo como Património de la Humanidad. Lugo: Servício de Publicaciones de la Departación Provincial de Lugo. pp. 687-697.

Gomes, A.; Gaspar, A. (2008) - O Castelo de S. Jorge na transição do mundo islâmico para o cristão. *II Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa, Edições Colibri / Câmara Municipal de Óbidos, 2010. pp. 193-205.

Kalb, P.; Höck, M. (1988) – Moron. *Conimbriga*. Coimbra. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 27, pp.189-201.

Leitão, M. (2014) - Muralhas de Lisboa. *Rossio. Estudos de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal/Gabinete de Estudos Olisiponenses. 3, pp. 66-79.

Sidarius, A.; Rei, A. (2001) - Lisboa e o seu termo segundo os geógrafos árabes. In Amaro, C. e Macias, S. (coords.) - *Atas do Colóquio Lisboa, Encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos. Lisboa: Outubro de 1997. Arqueologia Medieval.* Campo Arqueológico de Mértola. Porto: Edições Afrontamento. 7, pp. 37-72.

#13 COMPREENDER A VIDA ATRAVÉS DA MORTE. NECRÓPOLE MEDIEVAL DO LARGO DAS OLARIAS, MOURARIA (LISBOA).

ANABELA CASTRO | ISCSP/UL
SÓNIA FERRO | DB/UE
ALICE TOSO | BioArCh/DA/UY
SANDRA GUERRA
JOANA INOCÊNCIO

RESUMO

Na sequência dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos no Largo das Olarias, nºs 19-23 e na Travessa do Jordão, nºs 1 a 15, foi identificada parte de uma necrópole que comprova a utilização do sítio durante a Baixa Idade Média por muçulmanos e cristãos. As sepulturas apresentavam algumas diferenças tipológicas, variando consoante o ritual de enterramento, sendo que o espólio associado aos indivíduos era muito raro.

Os indivíduos exumados durante estes trabalhos, com particular destaque para os adultos, apresentam no geral, muitos dos tipos de patologias associados a um tipo de vida particularmente desgastante. São também de realçar alguns casos mais relevantes de traumatismos e de inusitadas formas de inumação.

Numerosas fontes históricas informam-nos sobre o valor simbólico da comida nas sociedades do passado. O estudo da alimentação assim como o acesso preferencial a alguns alimentos, revela importantes dinâmicas socio-económicas da Lisboa muçulmana após a conquista cristã e da vida duma minoria religiosa sob o poder cristão. As análises dos isótopos de C ($\delta^{13}C$) e N ($\delta^{15}N$) foram aplicadas à presente necrópole de Lisboa. Os resultados indicam uma dieta em grande parte caraterizada por recursos marinhos, em contratendência aos dados das fontes históricas que falam duma comunidade ligada à produção agrícola e cerâmica.

Este trabalho tem como objetivo, por um lado, contribuir para o conhecimento da cultura sagrada destas populações, tentar perceber quem eram e como viviam, por outro, tentar definir os limites desta necrópole até então indefinidos.

Palavras-Chave: Mouraria; Baixa Idade Média; Necrópole; Dieta.

ABSTRACT

During the archaeological work undertaken at Largo das Olarias, 19-23 and Travessa do Jordão, 1-15, part of a necropolis was found. The site was used as a burial ground during the Early Middle Ages by Christian and Muslim populations. The graves showed typological differences according to the burial rituals and grave goods where scarse.

The recovered individuals, especially the adults, show evidences of pathologies associated with a weary life. There are also some traumatic injuries and unusual mortuary layout of the bodies.

Historical sources refer the importance of food in ancient societies. The study of food and a differential access to specific food groups, reveals important socio-economical dynamics in Muslim Lisbon and shed light onto the life of a religious minority living under Christian rule. The analyses of C ($\delta^{13}C$) e N ($\delta^{15}N$) stable isotopes in this population show a diet rich in marine resources, in contrast with the historical sources that mention agricultural and pottery making activities for these communities.

The aims of this study were firstly to archaeologically ascertain the boundaries of this necropolis; while the anthropological and paleodietary studies explored the sacred mortuary practices of these populations, shedding light onto their identity and ways of life.

Keywords: Mouraria; Early Middle Ages; Necropolis; Diet.

#14 UM CONTEXTO CERÂMICO DA BAIXA IDADE MÉDIA NA RUA DOS CORREEIROS (BAIXA DE LISBOA): REVISÃO CRÍTICA DOS DADOS DA SONDAGEM 24-1991.

RODRIGO BANHA DA SILVA | CAL/DPC/DMC/CML; DH/FCSH/UNL; CHAM/FCSH/UNL
ANDRÉ BARGÃO | FCT; CHAM/FCSH/UNL
SARA FERREIRA | FCT; CHAM/FCSH/UNL
JOANA BENTO TORRES | CHAM/FCSH/UNL
ANDRÉ TEIXEIRA | DH/FCSH/UNL; CHAM/FCSH/UNL

RESUMO

A Sondagem 24 da Rua dos Correeiros, na zona da Baixa de Lisboa, foi intervencionada em 1991, dando origem a um estudo de cerâmicas de "barro vermelho", cronologicamente associadas ao terramoto de Lisboa de 1531. A sua publicação por Dias Diogo e Laura Trindade em 2000 tornou este contexto numa referência para a comunidade científica, sendo utilizado para a definição de paralelos e respectivas cronologias.

Neste trabalho procedemos à revisão do referido conjunto, verificando a totalidade dos fragmentos, que integra, para além do "barro vermelho", cerâmicas importadas do Sul e Levante Espanhol, nomeadamente das regiões de Sevilha, Málaga e Valência. Esta análise permitiu uma revisão da cronologia deste contexto, recuando-a para pleno século XV.

Palavras-Chave: Arqueologia urbana; Lisboa; século XV; cerâmica esmaltada espanhola.

ABSTRACT

The 24 archaeological sounding on Rua dos Correeiros in downtown Lisbon was excavated in 1991, bringing to light a red ware assemblage associated with the 1531 Lisbon earthquake. Its study and publication was presented in 2000 by António Dias Diogo and Laura Trindade, becoming one of the reference contexts to all the scientific community, helping to assess chronologies.

In this paper we intend to revise all this collection, verifying each fragment, which includes, besides red ware, imported ceramics from South and East Spain, namely the regions of Seville, Malaga and Valence. This analysis allowed an adjustment on this context's chronology, pulling it back to the 15th century.

Keywords: Urban archaeology; Lisbon; 15th century; Spanish tin glazed ware.

1| INTRODUÇÃO

A intervenção arqueológica de salvamento da Rua dos Correeiros teve lugar entre Janeiro e Junho de 1991, ao longo de toda a via pública. Desencadeada pela renovação das infra-estruturas subterrâneas de abastecimento de água, gás, electricidade e telecomunicações, foi executada pelo Gabinete Técnico do Teatro Romano de Lisboa, sob a direcção de António Dias Diogo. Da acção resultou o isolamento de mais de quarenta segmentos de vala, de extensão, largura e profundidade variáveis, onde se reconheceu a presença de estruturas e estratigrafias de valor científico e/ou patrimonial significativo. Foi, à época, a mais extensa e intensiva intervenção deste tipo realizada em Lisboa, numa época de arranque definitivo de uma *praxis* de trabalhos arqueológicos, situável em 1989-1990 (Gaspar *et al.,* 2000).

Este e outros trabalhos dirigidos por Dias Diogo proporcionaram a identificação de contextos lisboetas de cronologia medieval e moderna, com amplos conjuntos cerâmicos de origem local e regional, até então muito escassamente conhecidos. Talvez por isso, este investigador encetou a partir daí um esforço notório de publicação de conjuntos seleccionados deste tipo de cerâmicas, recolhidas em várias intervenções lisboetas (Diogo e Trindade, 1995a, 1995b, 1998, 1999, 2000a, 2000b, 2008; Trindade e Diogo, 1997, 1998a, 1998b e 2003). Neste quadro foi apresentado em 2000 o texto "Cerâmicas de Barro Vermelho encontradas em entulhos do terramoto de 1531, na intervenção arqueológica da Rua dos Correeiros, em Lisboa" (Diogo e Trindade, 2008), incluindo 64 objectos, ilustrando 16 distintas morfologias deste tipo cerâmico, recolhidos nesta artéria pombalina, mais precisamente na Sondagem 24 (Fig. 1).

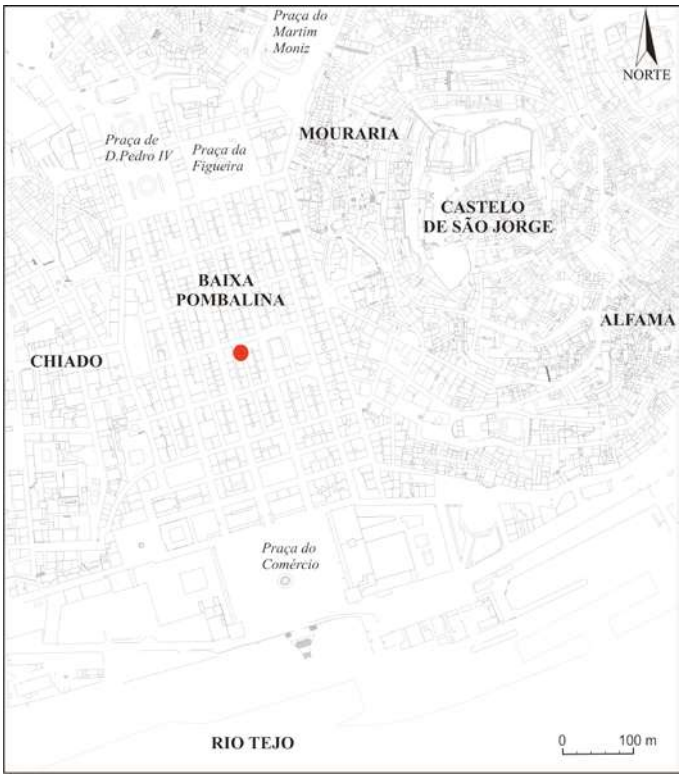


Fig. 1 – Localização (a vermelho) da Sondagem 24 da Rua dos Correeiros na planta do núcleo histórico central de Lisboa.

Considerando o desenvolvimento que a arqueologia portuguesa dos períodos baixo-medieval e moderno teve nos últimos anos, particularmente em Lisboa, pareceu-nos importante voltar a este contexto, a fim de estudar e divulgar integralmente todo o espólio arqueológico recolhido nesta sondagem. Trata-se de um dos poucos conjuntos conhecidos da capital oriundo de contexto selado e (alegadamente) datado externamente, pelo que vem sendo utilizado como referência para o estabelecimento de paralelos morfológicos e respectivas datações (*vide* por exemplo Bugalhão e Coelho, 2017). Além disso, os dados apresentados por Diogo e Trindade constituem somente uma parte do conjunto recolhido na dita Sondagem 24, dado que parte da cerâmica local/regional permaneceu inédita, assim como as produções da Espanha meridional e levantina. Ora, este material de origem forânea encerra importante informação cronológica, assim como acontece com um numisma francês, seguramente datável do pleno século XV. Ambos obrigam a um refinamento dos dados e a uma nova proposta de datação da formação dos depósitos da Sondagem 24 da Rua dos Correeiros, elementos que justificam a elaboração do presente texto.

2| ESTRUTURAS E ESTRATIGRAFIA: REAVALIAÇÃO CRÍTICA

As circunstâncias do achado e a descrição da escavação da sondagem 24, bem como a interpretação da respectiva estratigrafia, foram descritas no referido artigo (Diogo e Trindade, 2008, pp. 201-204). Nesta sondagem de cinco metros de extensão foram identificados dezassete depósitos e um conjunto de estruturas. Em breves palavras, e reportando-nos apenas aos momentos que interessam no presente estudo (Fig. 2 e 3), foi registado um muro em alvenaria de sentido aproximadamente N-S que atravessava toda a sondagem. Interpunham-se-lhe a sul um outro, perpendicular, com o qual aparentemente formava uma esquina. Dois outros muros estavam adossados perpendicularmente ao primeiro descrito: um linear na zona central da escavação e outro curvo mais a norte, também em forte alvenaria. Estes dois últimos definiam um pequeno compartimento quase em quarto de círculo, cego, e que atingia uma profundidade aproximada de 1,60 metros na sua zona mais preservada; preenchiam este espaço as "camadas" "9" a "16". Foi nestes estratos que foi recolhido o material objecto de estudo, a despeito de assinalarem colagens ocasionais com exemplares da "camada 8", contígua a Norte, e das "camadas 4 a 6", correspondentes a um outro pequeno compartimento quadrilátero mais a sul (Diogo e Trindade, 2000, pp. 203-204).

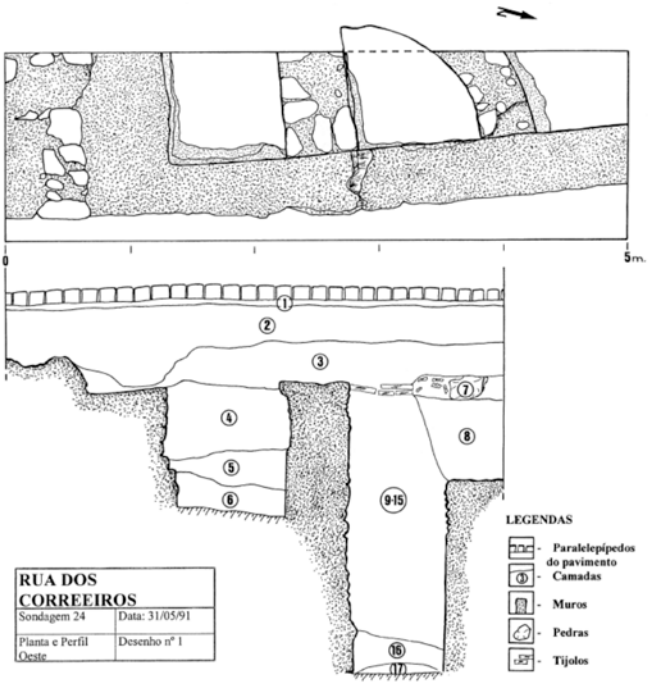


Fig. 2 – Planta e perfil oeste da Sondagem 24 da Rua dos Correeiros (segundo Diogo e Trindade, 2000, p. 224, fig. 2).

Fig. 3 – Vista "de norte" do contexto da Sondagem 24 da Rua dos Correeiros (segundo Diogo e Trindade, 2000, p. 225, fig. 3).

A funcionalidade do compartimento em quarto de círculo não é fácil de aferir. A sua configuração pouco usual, a sua maior profundidade face ao restante edificado que lhe é contemporâneo, bem como o facto de ser comprovadamente cego, apontam para uma estrutura de carácter hidráulico, um poço, ou, em alternativa, uma fossa séptica. Levando em consideração a robustez da estrutura, assim como a fisionomia hidrogeológica da Baixa lisboeta e, por oposição, a inexistência (para já) na cidade de casos conhecidos de fossas deste tipo datadas da Baixa Idade Média, a primeira hipótese assume maior probabilidade.

Este perfil funcional do espaço compartimentado assume relevância no momento de se interpretar a forma como foi originada a estratigrafia no seu interior. De facto, existem evidências consistentes de processos curtos no tempo de entulhamento dos compartimentos referidos, tanto o quadrilátero, como o em quarto de círculo, de que é bem demonstrativa a assinalada existência de colagens de fragmentos entre a estratigrafia que preenche os dois ambientes. Acresce que esta última circunstância reforça o entendimento do estudo inicial de estarmos perante o resultado de um processo sincrónico que afectou ambos os espaços.

Todavia, e como se verificou em contextos de ambientes hidráulicos análogos destes períodos (veja-se por exemplo Cardoso e Luna, 2006 e 2012; Bargão, 2015; Barradas, 2017), terá que se considerar aqui a possibilidade de, nos níveis mais profundos da estratigrafia, terem permanecido artefactos conectados ainda com os momentos de utilização do poço, a despeito do contexto ter sido depois afectado pelas acções de desactivação e entulhamento. O estudo das cerâmicas aqui efectuado parece apontar para esta ocorrência específica, o que explica a concentração da maioria dos espécimes mais preservados na "camada 16", a mais profunda, com destaque para três exemplares de cântaro com EVEs (*Equivalent Vessel Estimate*) de 100% (Fig. 6, n.os 14-15), de uma taça decorada a azul sobre branco, com um EVE de 45% (Fig. 4, n.º 10), qualquer deles inédito até ao momento, ou ainda de dois testos e de um copo de perfil completo, com um EVE de 70% (Diogo e Trindade, 2000, n.os 8, 10 e 43, respectivamente).

3| AS CERÂMICAS

No presente estudo são publicados os materiais oriundos do hipotético poço, mas analisaram-se conjuntamente os provenientes do referido compartimento quadrilátero mais a sul, visto que ambos parecem ter sido entulhados num mesmo momento. A totalidade da amostragem foi submetida a quantificação, contabilizando-se os exemplares em função do número mínimo de indivíduos (adiante NMI). Com efeito, está atestada a utilidade destas metodologias para estes períodos históricos, destacando-se os trabalhos de Clive Orton (1975, 1979, 1980, 1989, 1993; Orton, Tyers e Vince, 1993; Orton e Hughes, 2013), há muito reconhecidos como especialmente aptos em abordagem de núcleos urbanos (Orton, 1979; Redman, 1979) e patenteados no já clássico do "*Protocolo de Mont Beuvray*" (Arcelin e Tuffreau-Livre, 1998).

O conjunto de cerâmicas, objecto do presente trabalho, é constituído maioritariamente por produções locais/regionais de Lisboa (114 em 126 NMI = 90,48% NMI total). Os restantes materiais correspondem a importações, exclusivamente oriundas da Espanha meridional e levantina (12 em 126 NMI= 9,52% NMI total).

3.1| PRODUÇÕES ESPANHOLAS.

O conjunto de loiça importada, integrando exclusivamente cerâmicas provenientes de centros produtores espanhóis, consta de formas associadas à mesa, como os jarros/pichéis e as taças/tigelas, mas também um grande contentor associado ao acondicionamento e armazenamento de produtos (Fig. 4 e 5). Estes correspondem a três tipos tecnológicos diferentes: com revestimento a esmalte estaní-

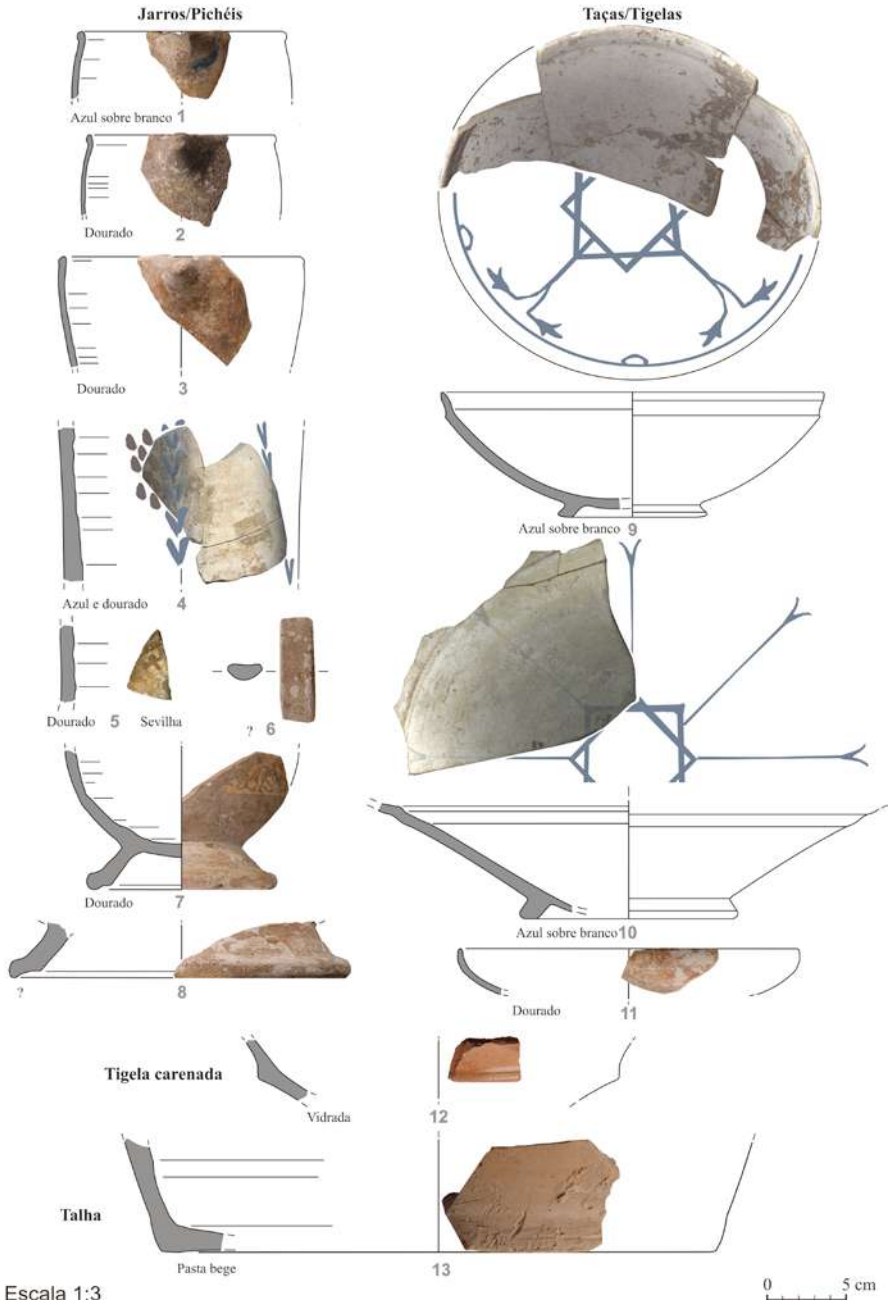


Fig. 4 – Loiça importada do contexto da Sondagem 24 da Rua dos Correeiros.

Morfologia	NMI	% NMI
Talha	4	33,33
Jarro/Pichel	4	33,33
Taça/Tigela	3	25
Tigela carenada	1	8,34
Total	**12**	**100**

Fig. 5 – Distribuição por morfologias da loiça importada da Sondagem 24 da Rua dos Correeiros.

fero, decorados com pintura ora azul ora dourada; com vidrado de chumbo de coloração melada e, finalmente, sem qualquer revestimento nas suas superfícies.

O grande contentor aqui existente equivale a uma talha sem qualquer revestimento nas suas superfícies, com fundo plano, uma forma fechada, possivelmente com um corpo oval, que é depois encimado por uma boca de menor diâmetro (Fig. 4, n.º 13). O tipo de conteúdo desta talha podia variar entre alimentos secos ou líquidos, ainda que neste último caso se tivesse de usar um produto inodoro e insípido, para que a cerâmica não absorvesse as características da mercadoria que continha, uma vez que não era impermeabilizada internamente. As características da pasta apontam para que seja possivelmente um fabrico sevilhano, um tipo formal que evidencia alguma continuidade na Baixa Idade Média (Amores e Chisvert, 1993, pp. 296-318).

O fragmento revestido a vidrado de chumbo de cor melada corresponde a uma tigela carenada, forma aberta com bordo que se adivinha ligeiramente exvertido e fundo em pé anelar (Fig. 4, n.º 12). Este tipo tem paralelo nos *ataifores* ou *conical plates* que surgem profusamente em contextos do Sul de Espanha e Norte de África, com uma interessante continuidade formal entre os séculos XIII e XV (Myers e Blackman, 1986, pp. 56-57). O facto de estar vidrada em ambas as superfícies é por vezes interpretado como prova de maior antiguidade, uma vez que no século XV estas formas são geralmente vidradas internamente, com escorrimentos na face externa (Myers e Blackman, 1986, p. 57); esta teoria tem, contudo, sido posta em causa em contextos de Ceuta, onde os dois tipos convivem no século XV (Hita Ruiz e Villada Paredes, 2003, p. 371). Pelo tipo de pasta que a compõe avançamos para um possível fabrico sevilhano, bem atestado em contextos quinhentistas desta cidade (Amores e Chisvert, 1993, p. 290). Estas peças podiam ser decoradas com elementos geométrico a manganês, ainda que neste caso não se possa atestar pela reduzida dimensão do fragmento. Quanto à função, podia ser utilizada tanto na preparação, como no serviço e/ou consumo alimentar à mesa.

Os jarros/pichéis apresentam uma forma fechada, pé alto destacado, corpo globular e estrangulado, terminado numa boca aberta e com bico vertedor (Fig. 4, n.os 1 a 8). São revestidos em ambas as superfícies por vidrado estanífero branco, sendo decorados com pintura apenas na superfície externa. Estes, pela sua impermeabilização interna, eram utilizados para conter líquidos. Tem paralelo em formas mais antigas, que buscam influência na cerâmica em verde e manganês, como verificamos na serie C da tipologia definida por J. Pascual e J. Martí (Lerma *et al*., 1986, pp. 184-190), enquadrando-se na segunda metade do século XIV. Encontram-se exemplares semelhantes no sítio de Huerta Rufino, em Ceuta, com cronologia da segunda metade do século XIV e primeiro quartel do XV, indicando Málaga como provável centro produtor (Hita Ruiz e Villada Paredes, 2000, pp. 452 e 467).

As taças/tigelas são formas abertas, notando-se exemplares de perfil hemisférico (Fig. 4, n.os 9 e 11) e troncocónico (Fig. 4, n.º 10), que terminam em fundo com pé anelar. Dois fragmentos são revestidos com vidrado estanífero branco na superfície interna, à qual se junta a pintura a azul, notando-se escorrimentos na superfície externa na zona do bordo; um outro apresenta a mesma cobertura estanífera branca em ambas as superfícies, assim como a sua decoração pintada a dourado.

Ao nível da decoração na cerâmica esmaltada, encontramos três grupos fundamentais: um primeiro em que se aplica apenas pintura a azul cobalto, um segundo em que apenas se coloca dourado e finalmente o terceiro que utiliza estas duas cores. No primeiro grupo encontramos as duas taças/tigelas (Fig. 4, n.os 9 e 10), esmaltadas a branco na superfície interna e com escorrimentos na zona do bordo para a superfície externa, ambas pintadas a azul na superfície interna, com o mesmo motivo central no fundo de uma estrela de oito pontas, de cujos vértices se desenvolvem elementos vegetalistas, que seriam limitados por uma linha concêntrica, apenas visível no primeiro exemplar. Esta composição tem paralelo próximo em *cuencos* encontrados nas casas de Huerta Rufino, em Ceuta, datadas da segunda metade do século XIV e primeiro quartel do XV (Hita Ruiz *et al*., 2009, p. 202), mas também em contextos quatrocentistas em Vélez (Motos Guirao, 1999, pp. 191-214). Este tipo de peças aparece também nos centros produtores valencianos do século XIV, nomeadamente no Solar Fábricas n.º 1, em Manises (Coll Conesa *et al*., 2016, pp. 553-555).

No segundo grupo decorativo surge uma tigela (Fig. 4, n.º 11), cujos motivos são pouco visíveis, mas que se parece formalmente a *platos* encontrados em Ceuta, sendo a sua produção atribuída às olarias de Málaga durante o domínio nazarí (Fernández Sotelo, 1980, pp. 97-102; 1977, pp. 18-33). Este tipo formal pode surgir combinando a pintura a azul, mas pela reduzida dimensão do presente

fragmento não é possível garantir que esta estivesse aqui presente (Fernández Sotelo, 1977, pp. 19-36). Incluímos aqui também quatro fragmentos de jarros/pichéis (Fig. 4, n.os 2, 3, 5 e 7): dois bicos, um bojo e um fundo, ainda que apenas o fragmento de fundo nos permita visualizar alguns motivos vegetalistas, de traço fino, que se destacam por estarem sob uma área branca em reserva.

No último grupo, inclui-se apenas um fragmento de colo de um jarro/pichel (Fig. 4, n.º 1), cuja composição decorativa tem alguma semelhança com uma *jarra* quatrocentista de produção malaguenha, dita "de los Bérchules" (Martínez Caviró, 1997, p. 130). O motivo vegetalista surge também em alguns exemplares esmaltados pintados em manganês de Paterna, que foram datados da segunda metade do século XIII e primeiras décadas do XIV (Mesquida García, 1990, p. 11).

De um modo geral, aferir a proveniência da cerâmica esmaltada dourada não é linear, especialmente porque a investigação arqueológica e arqueométrica não abrange todos os centros produtores e cronologias. A investigação tem avançado e multiplicam-se as olarias conhecidas e as zonas de despejos de fabrico, desmistificando e colocando em causa algumas atribuições de proveniência baseadas essencialmente numa análise artística.

O início da produção de cerâmica esmaltada com aplicação da pintura dourada na Península Ibérica é documentalmente atestado por al-Idrisi, que relata a sua existência em Calatayud em meados do século XII (Martínez Caviró, 1997, p. 111). Contudo, seguindo a leitura epigráfica de duas peças encomendadas por al-Mutadid e al-Mutamid, no século XI, autores como Guerrero Lobillo, Acién, Barceló (2007, p. 306) e Heidenreich (Barceló e Heidenreich, 2014, pp. 245-276), e, mais recentemente, Pleguezuelo (2017, p. 92) crêem estar perante uma produção de loiça dourada em Sevilha, incentivada por aqueles governantes, e levada a cabo por oleiros egípcios instalados na sua Corte (Barceló, 2007, p. 305; Barceló e Heidenreich, 2014, pp. 258-259; Pleguezuelo, 2017, p. 92). Apesar desta hipótese, não existem ainda elementos documentais, arqueológicos e arqueométricos que provem efectivamente a produção destas cerâmicas em Sevilha antes do século XV. De facto, é a partir de 1443 que se verificam referências documentais a "vasos amarillos" produzidos em Sevilha (Pleguezuelo, 2011, pp. 88-89; 2014, p. 315) e é com a descoberta de fornos quinhentistas em Triana, mas também de contextos de despejo de cerâmica, que se atesta este tipo de fabrico (Pleguezuelo, 2014, pp. 317-318; 1997, p. 372). O recurso às análises químicas de loiça dourada datada do século XV e XVI encontrada em contextos internacionais veio igualmente comprovar a origem sevilhana daqueles produtos (Pleguezuelo, 2014, p. 317).

Ao longo do século XIII, o relato documental de al-Magribi refere também a produção deste tipo de cerâmica, mas localizada nas cidades de Múrcia, Málaga e Almería (Martínez Caviró, 1997, p. 111). Posteriormente, a afirmação do reino nazarí terá levado à decadência dos centros produtores de Almería e Múrcia, dando lugar a uma hegemonia produtiva malaguenha ao longo do século XIII e criando, a partir daí, a associação da cerâmica dourada à expressão "*obra de Maliqa*" (Martínez Caviró, 1997, p. 114), tanto à que era aí fabricada como àquela que se fazia noutros centros valencianos (Soler Ferrer, 1997, p. 150). Já a produção deste tipo de loiça em Valência crê-se ter começado durante o século XIV, seguindo a maior parte dos autores a proposta de Olivar Daydí de que teria sido estimulada pela acção dos senhores de Manises – Boil –, que terão facilitado a migração de oleiros muçulmanos para esta cidade (Soler Ferrer, 1997, p. 190; Coll Conesa, 2009, pp. 55-56; 2016, p. 549). Esta ideia é geralmente apoiada na proximidade estilística existente entre as primeiras produções valencianas e as peças malaguenhas (Soler Ferrer, 1997, pp. 190-191). Contudo, esta associação não está provada, preferindo outros autores cingir-se ao uso de fontes documentais, que atestam indubitavelmente esta produção em Valência nos começos do século XIV (García Porras, 2009, p. 20; López Elum, 1984), relacionada com a presença de oleiros de Múrcia, que poderão ter impulsionado este fabrico localmente (García Porras, 2009, p. 20; López Elum, 1984, pp. 38-39).

A importação destas peças para Portugal, nomeadamente a ligação entre Sevilha e Lisboa, está bem atestada documental e arqueologicamente para os séculos XV e XVI, havendo mesmo referências à importação de cerâmica dourada sevilhana em 1479 (Pleguezuelo, 2014, p. 328, *apud* Gestoso, 1903, p. 149). Do mesmo modo, sabendo da grande difusão que tiveram as peças fabricadas em Málaga ao longo do século XIV, registam-se também relatos de navios carregados com loiça de Málaga apresados na zona do Estreito por portugueses, conforme narra Jerónimo de Mascarenhas (Hita Ruiz e Villada Paredes, 2000, pp. 467-468). Na documentação portuguesa é também feita referência à louça de "malega" desde o século XIV (Trindade, 2009, p. 24), podendo, tal como na Península Ibérica, ser sinónimo de cerâmica esmaltada dourada, independentemente da sua efectiva origem. Aliás, a partir do século XVI, este termo passou a significar genericamente a louça esmaltada fabricada localmente (Trindade, 2009, pp. 24-25).

3.2| PRODUÇÕES LOCAIS/REGIONAIS

Nos seus vários estudos, Dias Diogo e Laura Trindade aplicaram às produções oleiras de origem local/regional não vidradas a designação de "cerâmicas de barro vermelho", inspirada em documentação coeva (ver bibliografia *infra*). Outros autores que seguiram o mesmo princípio preferiram uma outra nomenclatura, a de "cerâmica fosca" (Cardoso e Rodrigues, 1991). A bibliografia arqueológica portuguesa sobre este tipo de produções registou outras designações, de carácter mais vago, como as de "cerâmica comum", "utilitária", "doméstica", "de uso quotidiano" ou "corrente". Além do mais, estes termos não traduzem efectivamente características técnicas de um tipo cerâmico, tentando antes integrar uma abordagem funcional, que se torna demasiado abrangente e subjectiva. Com efeito, qualquer cerâmica pode ser comum, dependo do contexto em que surge, é indiscutivelmente utilitária e é doméstica e de uso quotidiano segundo o ambiente socioeconómico em que se insere.

Não sendo este o espaço para uma reflexão sobre este tema, adoptamos aqui a expressão "cerâmica vermelha fosca", que nos parece mais adequada ao material em estudo, salvaguardando a óbvia complexidade do tema. Deste modo, partilha-se o sentimento recentemente expresso por Jacinta Bugalhão e Inês Pinto Coelho (2017, p. 108), da necessidade de convergência de esforços entre os investigadores no sentido de uma maior uniformização da terminologia.

No que respeita à classificação morfológica, o essencial do trabalho de Dias Diogo e Laura Trindade (2000) permanece válido. Assim, para além da junção de dados quantitativos para cada tipo, juntaram-se dois novos objectos ao antigo repertório, a saber um cântaro medidor e um copo de medida (Fig. 6, n.^{os} 14 e 20). Pontualmente foram anotadas informações inéditas relativas a certas formas, designadamente a presença de furos de suspensão num dos alguidares (Fig. 6, n.º 16) e de pintura a branco num outro exemplar análogo.

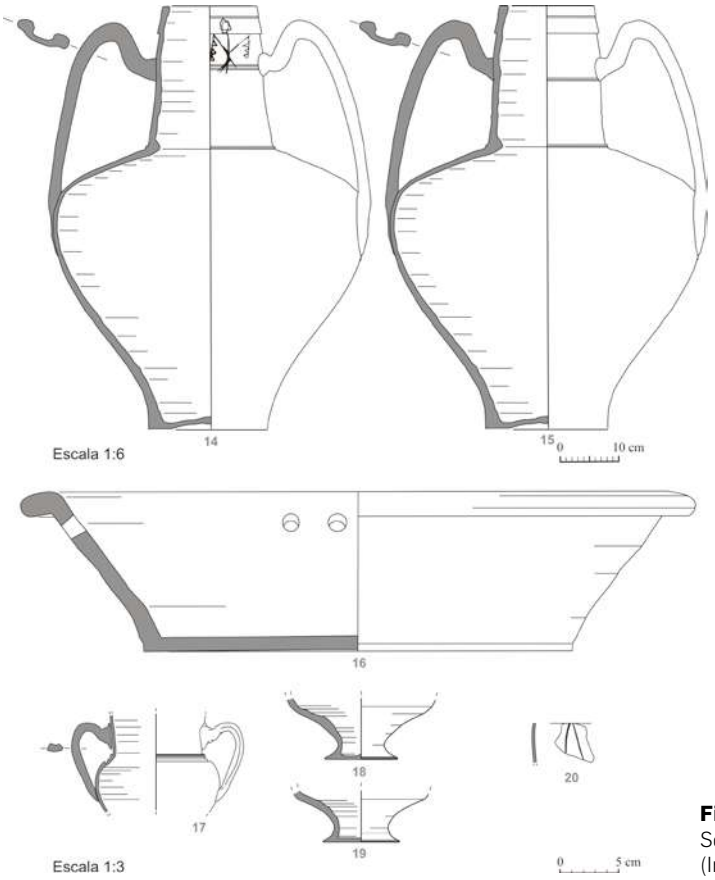


Fig. 6 – Cerâmica vermelha fosca da Sondagem 24 da Rua dos Correeiros (Inédita).

O conjunto mostra uma preponderância destacada dos testos (18% NMI), jarros (12,5% NMI), pratos (10,9% NMI), tigelas (9,4% NMI), panelas e caçoilas (8,6% NMI cada) e candeias (7,8% NMI), que em conjunto representam mais de três quartos do conjunto. As outras 10 formas representam a restante percentagem, sendo que em cinco delas conta-se apenas um indivíduo cada.

Deverá enfatizar-se aqui que o tipo e panela de perfil seguramente mais antigo, semelhantes aos documentados no contexto fechado do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros associado ao pichel de "*Saintonge* polícromo" (Gaspar e Amaro, 1997), datável entre finais do século XIII e o primeiro terço do século XIV (Haggarty, 2006), estão presentes somente através de um exemplar (Diogo e Trindade, 2000, fig. 10, n.º 66), sendo a totalidade dos restantes enquadráveis na variante documentada em numerosos locais da cidade com cronologias atri-

buídas aos séculos XV e XVI (Bugalhão e Coelho, 2017, p. 123). Esta informação concorre no mesmo sentido relativamente à forma de modelação das bocas de jarro e cântaro, em iguais circunstâncias (Bugalhão e Coelho, 2017, p. 118).

Em sentido oposto, há muito que Guilherme Cardoso e Severino Rodrigues (1991) assinalaram o valor cronológico da maneira como é modelado o bordo dos testos, onde a frequência da variante "em barbela" se sobrepõe claramente ao bordo simples arredondado pelo menos até aos inícios do século XVI (Cardoso e Rodrigues, 1991). No caso em apreço, e em oposição a 22 (NMI) exemplares "em barbela", que apontam para cronologia quatrocentista, apenas se registou um da variante predominante de níveis quinhentistas, um exemplar de muito pequenas dimensões, com 9,5 cm de diâmetro (Diogo e Trindade, 2000, p. 221, n.º 6), talvez para cobrir cântaros ou jarras.

Outro elemento que deverá ser aqui enfatizado é a quase ausência de pintura a branco, na senda da forte tradição oleira islâmica que Lisboa encerra, e que está bem documentada contextualmente para o século XIII (Gomes *et al.,* 2005). De facto, em 114 NMI´s apenas uma das bacias/alguidares mostra, na sua face externa, três grossos e imprecisos traços e vários "pingos" brancos digitados. À quase inexistência desta técnica decorativa terá, também, que se atribuir significado cronológico.

Por fim, retomamos a presença de dois objectos medidores: um fragmento de copo com marcas esgrafitadas, destinadas a localizar a zona onde se deveria serrar o bordo (Fig. 6, n.º 20); e um cântaro com uma perfuração na zona inferior do bordo, interpretada como marcando o seu limite de capacidade, observando-se sob este orifício uma marca esgrafitada de aferidor, com um aspecto aproximado ao das marcas tabeliónicas da documentação coeva e que, ao contrário de outros exemplares, não ostenta indicação de numeral (Gaspar e Amaro, 1997).

4| CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na abertura do presente texto anunciaram-se os objectivos que estiveram na base da sua elaboração: por um lado, proceder à compulsão da totalidade deste importante contexto lisboeta; por outro, e em consequência do ponto anterior, publicar uma revisão crítica da proposta inicial de datação avançada, situada em 1531.

Desde logo assoma como importante o facto de o estudo da cerâmica importada permitir descartar em definitivo a data antes avançada e remeter a cronologia do

conjunto para um período mais recuado, entre os finais do século XIV e durante o século XV. Assim, e apesar de se manterem válidas as observações tipo-morfológicas do estudo de Diogo e Trindade (2000), o limite cronológico superior deste contexto terá que situar-se em meados de quatrocentos.

Noutro sentido a homogeneidade cronológica do conjunto era, pelos vistos, mais aparente do que real. Se a presença de peças importadas com uma datação mais recuada se poderia compreender por uma maior longevidade destas, motivada por maior cuidado no seu manuseamento, a presença minoritária de outros elementos de mais intenso e corrente uso quotidiano com as mesmas cronologias dos anteriores implicam outro tipo de leituras. Estas presenças poder-se-ão justificar, pelo menos em parte, através do carácter cumulativo dos processos de formação da estratigrafia presente nos contextos da Sondagem 24, no caso associados a uma estrutura edificada em profundidade, que poderá corresponder a um poço, onde decerto terão sido preponderantes os momentos finais equivalentes ao seu entulhamento e ao do outro pequeno compartimento contíguo para sul, feitos sincronicamente.

Por fim, merece um comentário final o contributo da Sondagem 24 da Rua dos Correeiros para a definição do perfil das importações da cidade de Lisboa de inícios e meados do século XV. Em primeiro lugar, a frequência de talhas andaluzas da região do Guadalquivir nos contextos arqueológicos medievais da cidade, traduzindo uma dinâmica comercial constante que remonta, pelo menos, aos finais do século XIII ou inícios do século XIV, em função dos dados contextuais arqueológicos das praças do Município e da Figueira (Silva *et al.*, 2018). Noutro sentido, e no que se refere às cerâmicas de mesa, o período ilustrado pelo contexto da Sondagem 24 parece traduzir já um câmbio face à primeira metade do século XIV, onde avultam as importações do Norte da Europa, nomeadamente a Flandres e diversos centros produtores franceses (*vide* por exemplo Fernandes, Torres e Marques, 2008; Teixeira, Villada e Silva, 2015; Silva *et al.*, 2018). O século XV surge aqui dominado em exclusivo pelas produções da Espanha meridional e levantina, devendo assinalar-se a ausência de produções extra-peninsulares que, segundo os dados actualmente disponíveis, só irão fazer a sua reaparição nas décadas finais da centúria.

BIBLIOGRAFIA

Amores Carredano, F.; Chisvert Jimenez, N. (1993) – Tipología de la cerámica común bajomedieval y moderna sevillana (ss. XV-XVIII): I, la loza quebrada de relleno de bóvedas. *Spal*. Sevilla: Universidad de Sevilla. 2, pp. 269-325.

Arcelin, P.; Tuffreau-Libre, M., dirs. (1998) – *La quantification des céramiques. Conditions et protocole. Actes de la table ronde du Centre Archéologique Européen du Mont Beuvray.* Glux-en-Glenne. 7-9 de Abril de 1998. (Collection Bibrate; 2). Glux-en-Glenne: Centre Archéologique Européen du Mont Beuvray.

Bargão, A. (2015) – *Vivências do quotidiano do hospital Real de Todos-Os-Santos (Lisboa). Os contextos do poço SE do claustro NE*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Barradas, A. I. (2017) – *Entre a Idade Média e a Época Moderna no Hospital Real de Todos-Os-Santos: os contextos do poço de T1 da Praça da Figueira (Lisboa).* Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Barreira, P.; Dórdio, P.; Teixeira, R. (1998) – 200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do séc. XVI a meados do séc. XVIII. In *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval.* Tondela. 22-25 de Março de 1995. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. pp. 145-184.

Bugalhão, J.; Coelho, I. P. (2017) – Cerâmica Moderna de Lisboa: proposta tipológica. In Caessa, A; Nozes, C.; Cameira, I.; Silva, R.B. eds. - *I Encontro de Arqueologia de Lisboa. Uma Cidade em Escavação*. Lisboa: Teatro Aberto. 26-28 de Novembro de 2015. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa, Departamento de Património Cultural, Direção Municipal da Cultura, Câmara Municipal de Lisboa. pp. 107-145.

Cardoso, G.; Rodrigues, S. (1991) – Alguns tipos de cerâmicas dos sécs. XI a XVI encontrados em Cascais. In *Actas do IV Congresso Internacional: A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental.* Mértola. 16-22 de Novembro de 1987. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. pp. 575-585.

Cardoso, G.; Luna, I. (2006) – Nota preliminar sobre as cerâmicas provenientes do poço dos Paços do Concelho de Torres Vedras. In *Actas do 3.º Seminário do Património da Região Oeste.* Arruda dos Vinhos. 24-25 de Novembro de 2006*.* Cadaval: Câmara Municipal do Cadaval. pp. 99-112.

Catarino, H. (2003) – Cerâmicas da Baixa Idade Média e de inícios do período moderno registadas no Castelo da Vila de Alcoutim. In *Actas das 3.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela. 28-30 de Outubro de 1997*.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela. pp. 161-177.

Coll Conesa, J. (2009) – *La Cerámica Valenciana. Apuntes para una síntese*s. Manises: Asociación Valenciana de Cerámica.

Coll Conesa, J.; Pérez Camps, J.; Caroscio, M.; Molera, J.; Pradell, T.; Molina, G. (2016) – Arqueología, arqueometría y cadenas operativas de la cerámica de Manises localizada en el solar Fábricas n.º 1 (Barri d'Obradors, Manises, campaña 2011). In Gonçalves, M. J.; Gómez Martínez, S., coords. – *Actas do X Congresso Internacional "A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo".* Silves. 22 e 27 de Outubro de 2012. Silves: Câmara Municipal de Silves, Campo Arqueológico de Mértola. pp. 549-559.

Diogo, A. M. D..; Trindade, L. (1995a) – Cerâmicas de Lisboa provenientes de contextos datados. Materiais de uma lareira de cozinha destruída pelo terramoto de 1755. In *Actas das 1.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela. 28-30 de Outubro de 1992. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. pp. 163-170.

Diogo, A. M. D..; Trindade, L. (1995b) – Duas intervenções arqueológicas em Lisboa (Rua da Madalena e Rua do Ouro). *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa. 2, pp. 63-74.

Diogo, A. M. D.; Trindade, L. (1998) – Intervenção arqueológica na Rua João do Outeiro, nos 36/44, na Mouraria, em Lisboa. In *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval- métodos e resultados para o seu estudo.* Tondela. 22-25 de Março de 1995. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. pp. 257-265.

Diogo, A. M. D.; Trindade, L. (1999) – Brinquedos populares de Lisboa em barro vermelho, à época do Marquês de Pombal. *Olisipo*. Lisboa: Amigos de Lisboa. Série IV. 10, pp. 66-70.

Diogo, A. M. D.; Trindade, L. (2000a) – Intervenção arqueológica na Rua de São Nicolau, n.os 107/111 (Lisboa). *Arqveologia e História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 52, pp. 231-252.

Diogo, A. M. D.; Trindade, L. (2000b) – Cerâmicas de barro vermelho, encontradas em entulhos do terramoto de 1531, na intervenção arqueológica da Rua dos Correeiros, Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 3: 2, pp. 201-235.

Diogo, A. M. D.; Trindade, L. (2003) – Cerâmicas de barro vermelho da intervenção arqueológica na Calçada de São Lourenço, n.os 17/19, em Lisboa. In *Actas das 3.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – métodos e resultados para o seu estudo.* Tondela. 28-30 de Outubro de 1997. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. pp. 203-213.

Diogo, A. M. D.; Trindade, L. (2008) – Cerâmicas de barros vermelhos provenientes de entulhos dos terramotos de 1531, em Lisboa. In *Actas das 4.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela. 24-27 de Outubro de 2000. Porto: Câmara Municipal de Tondela. pp. 171-185.

Fernandes, I. C.; Carvalho, A. R. (1998) – Conjuntos cerâmicos pós-medievais de Palmela. In *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – métodos e resultados para o seu estudo.* Tondela. 22-25 de Março de 1995. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. pp. 211-255.

Fernandes L.; Marques, A.; Torres, A. (2008) – Ocupação Baixo Medieval do Teatro Romano de Lisboa: a propósito de uma estrutura hidráulica, as cerâmicas vidradas e esmaltadas. *Arqueologia Medieval*. Porto: Campo Arqueológico de Mértola, Ed. Afrontamento. 10, pp. 159-183.

Fernández Sotelo, E. A. (1977) – *Cerámica Hispanomusulmana de la Sala Arqueológica de Ceuta. III. Período Nazari*. Ceuta: Sala Municipal de Arqueología de Ceuta.

Fernández Sotelo, E. A. (1980) – *Sala Municipal de Arqueología – CEUTA. GUIA-CATÁLOGO*. Ceuta: Sala Municipal de Arqueología de Ceuta.

García Porras, A. (2009) – *La cerámica en azul y dorado valenciana del siglo XIV e inicios del XV* (Materiales y documentos; 3). Valencia: Museo Nacional de Cerámica, Amigos del Museo Nacional de Cerámica.

Gaspar, A.; Amaro, C. (1997) – Cerâmicas dos séculos XIII-XIV da cidade de Lisboa. In D'Archimbaud, G. D., dir. – *La Céramique Médièvale dans la Méditérranée. Actes du VI Congrès de l´AIECM2.* Aix-en-Provence. 13-18 de Novembro de 1995. Aix-en-Provence: Narrations Éd. pp. 337-345.

Gaspar, A.; Gomes, A.; Sequeira, M. J.; Silva, R. B. (2000) – Arqueologia Urbana em Lisboa. In Jorge, V. O. coord. - *Actas do III Congresso Peninsular de Arqueologia – "Terrenos" da Arqueologia da Península Ibérica.* UTAD-Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real. 22-26 de Setembro de 1999. Porto: ADECAP- Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia. VIII, pp. 55-74.

Gomes, A.; Gaspar, A.; Guerra, S.; Mendes, H.; Ribeiro, S.; Pinto, S.; Valongo, A.; Pimenta, J. (2005) – Cerâmicas medievais de Lisboa: continuidades e rupturas. In Barroca, M. J.; Fernandes, I. C., coords. – *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 221-236.

Gomes, M. V.; Gomes, R. V. (1989) – Intervenção Arqueológica. Escavações nas Casas de João Esmeraldo/Cristóvão Colombo, do Funchal, 1989. In *Exposição Casas de João Esmeraldo/Cristóvão Colombo* (Catálogo). Funchal: Câmara Municipal do Funchal. pp. 27-48.

Gomes, M. V.; Gomes, R. V. (1991a) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas dos séculos XIV a XVI do poço-cisterna de Silves. *Xelb: Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História*. Silves: Museu Municipal de Arqueologia, Câmara Municipal de Silves. 3, pp. 143-205.

Gomes, M. V.; Gomes, R. V. (1991b) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XIV, XV e XVI do Poço-Cisterna de Silves. In *Actas do IV Congresso Internacional: A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental.* Mértola. 16-22 de Novembro de 1987. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. pp. 450-490.

Haggarty, G. (2006) – Agazetteer and summary of French pottery imported into Scotland c. 1150 to c. 1650 a ceramic contribution to Scotland's economic history Ceramic Resource. *Tayside and Fife Archaeological Journal*. Fife: Tayside and Fife Archaeological Committee. 12: 3, pp. 117-118.

Heidenreich, A.; Barceló, C. (2014) – Lustreware made in the Abadid Taifa of Seville (eleventh century) and its early production in the Mediterranean region. *Muqarnas*. Leiden: Brill Online. 31, pp. 245-276.

Hita Ruiz, J. M.; Suárez Padilla, J.; Villada Paredes, F., coords. (2009) – *Comer en Ceuta en el siglo XIV. La alimentación durante la época mariní*. Ceuta: Ciudad Autónoma de Ceuta.

Hita Ruiz, J. M.; Suárez Padilla, J.; Villada Paredes, F. (2010) – Catálogo. Cerámicas. In Hita Ruiz, J. M.; Suárez Padilla, J.; Villada Paredes, F. eds. – *Comer en Ceuta en el siglo XIV. La alimentación durante la época mariní*. Ceuta: Ciudad Autónoma de Ceuta. pp. 169-213.

Hita Ruiz, J. M.; Villada Paredes, F. (2000) – Cerámica con cubierta estannífera de Huerta Rufino (Ceuta). In *Homenaje al Profesor Carlos Posac Mon*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes. I, pp. 443-470.

Hita Ruiz, J. M.; Villada Paredes, F. (2003) – Entre el Islam y la Cristandad: Cerámicas del siglo XV en Ceuta. Avance preliminar. In *Cerámicas islámicas y cristianas a finales de la Edad Media. Influencias e intercambios*. Ceuta: Museu de Ceuta. pp. 368-405.

Lerma, J. Vicent; Martí, J.; Pascual, J.; Soler, M. Paz; Escribà, F.; Mesquida, M. (1986) – Sistematización de la loza gótico-mudéjar de Paterna/Manises. In *Atti del III Congresso Internazionale La ceramica medievale nel Mediterraneo Occidentale*. Siena. 8-12 de Outubro de 1984. Faenza. 13 de Outubro de 1984. Firenze: All'Insegna del Giglio. pp. 183-203.

López Elum, P. (1984) – *Los orígenes de las cerámicas de Manises y de Paterna (1285-1335)*. Valencia: Federico Domenech.

Martí, J.; Pascual, J. (1995) – Tradition And Innovation In Valencian Pottery. In Gerrard, C. M.; Gutiérrez, A.; Vince, A. G., eds. – *Spanish Medieval Ceramics In Spain And The British Isles* (International Series; 610). Oxford: Bar. pp. 159-176.

Martínez Caviró, B. (1997) – La Cerámica Hispanomusulmana. In Sánchez Pacheco, T. coord. – *Cerámica Española* (Summa Artis. Historia General del Arte). Madrid: Espasa Calpe. XLII, pp. 93-134.

Mesquida García, M. (1990) – *Candelers i cresols Medievals*. Paterna: Museo Municipal de Cerámica.

Motos Guirao, E. (2000) – La cerámica nazarí de los Vélez. Aproximación a su estudio. In *Cerámica Nazarí y Mariní* (Transfretana Monografías; 4). Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes. pp. 179-220.

Myers, J. E.; Blackman, M. J. (1986) – Conical Plates of the Hispano-Moresque Tradition from Islamic Qsar es-Seghir: Petrographic and Chemical Analysis. In *Atti del III Congresso Internazionale La ceramica medievale nel Mediterraneo Occidentale*. Siena. 8-12 de Outubro de 1984. Faenza. 13 de Outubro de 1984. Firenze: all'Insegna del Giglio. pp. 55-68.

Orton, C. (1975) – Quantitative pottery studies: some progress, problems and prospects. *Journal Science and Archaeology*. Stoke-on-Trent: Research Centre for computer Archaeology. 16, pp. 30-35.

Orton, C. (1979) – Dealing with the pottery from a 600 acre urban site. In Millet, M., ed. – *Pottery and the Archaeologist.* Londres: Institute of Archaeology. pp. 61-71.

Orton, C. (1980) – *Mathematics in Archaeology* (Institute of Archaeology Occasional Publications; 4). Cambridge: Collins Publications.

Orton, C. (1989) – An introduction to the quantification of assemblages of pottery. *Journal of Roman Pottery Studies*. Oxford: Oxbow Books. 2, pp. 94-97.

Orton, C. (1993) – How many pots make five? - an historical review of pottery quantification. *Archaeometry*. Oxford: Oxford University. 35: 2, pp. 169-184.

Orton, C.; Tyers, P.; Vince, A. (1993) – *Pottery in Archaeology* (Cambridge Manuals in Archaeology). Cambridge: Cambridge University Press.

Orton, C.; Hughes, M. (2013) – 5. Quantification. In *Pottery in Archaeology* (Cambridge Manuals in Archaeology). Cambridge: Cambridge University Press. pp. 203-218.

Pleguezuelo, A. (1997) – La cerámica Hispanomusulmana. In Sánchez Pacheco, T. coord. – *Cerámica Española* (Summa Artis. Historia General del Arte). Madrid: Espasa Calpe. XLII, pp. 93-134.

Pleguezuelo, A. (2011) – *Lozas y Azulejos de Triana. Colección Carranza*. Sevilla: ICAS, Ayuntamiento de Sevilla.

Pleguezuelo, A. (2014) – Loza dorada de Sevilla en el siglo XVI: Testimonios documentales, analíticos y materiales. In FLOR, S. V., coord. – *A Herança de Santos Simões. Novas Perspectivas para o Estudo da Azulejaria e da Cerâmica*. Lisboa: Edições Colibri. pp. 313-329.

Pleguezuelo, A. (2017) – *Centro Cerámica Triana* (Patrimonium Hispalense; 8). Sevilha: ICAS, Ayuntamiento de Sevilla.

Redman, C. L. (1979) – Description and inference with late medieval pottery from Qsar es-Seghir, Morocco. *Medieval Ceramics*. Londres: S.G.M.P. 3, pp. 63-79.

Sabrosa, A.; Espírito Santo, P. (1992) – Almada Medieval/Moderna. Um projecto de investigação. *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. Série II. 1, pp. 5-12.

Silva, R. B.; Bargão, A.; Ferreira, S.; Oliveira, F. (2018) – Between Mediterranean ant the Ocean: Lisbon´s poterry in a transitional period in Late Middle Ages. In Yenisehirlioglu, F., ed. – *XIth Congress AIECM3 on Medieval and Modern Period Mediterranean Ceramics Proceedings.* Antalya. 19-24 de Outubro de 2015. Ankara: Koç Üniversitesi VEKAM. II, pp. 175-180.

Soler Ferrer, M. P. (1997) – Cerámica Valenciana. In Sánchez Pacheco, T. coord. – *Cerámica Española* (Summa Artis. Historia General del Arte). Madrid: Espasa Calpe. XLII, pp. 137-178.

Teixeira, A.; Villada Paredes, F.; Silva, R. B., coords. (2015) – *Lisboa 1415 Ceuta*: *Una Historia de dos Ciudades* (catálogo). Ceuta / Lisboa: Ciudad Autónoma de Ceuta, Câmara Municipal de Lisboa.

Torres, C. (1990) – Um forno cerâmico dos séculos XV e XVI, na cintura industrial de Lisboa. In *Colloque Fours de Potiers et Testares Medievaux en Meditérranée Occidentale: Métodes et Resultats.* Madrid. 8-10 de Janeiro de 1987. (Série Archeológie; XIII). Madrid: Casa de Velázquez. pp. 131-141.

Trindade, R. (2009) – *A Produção de Louça no Reino de Portugal. Século XII aos meados do século XVI. Leitura para uma visão de conjunto.* I. Tese de Doutoramento. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Trindade, L.; Diogo, A. M. D. (1997) – Intervenção arqueológica na Travessa da Madalena, n.º 18, em Lisboa. *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa. 3, pp. 67-80.

Trindade, L.; Diogo, A. M. D. (1998a) – Cerâmicas da época do terramoto de 1755 provenientes de Lisboa. In *Actas das 2.^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – métodos e resultados para o seu estudo.* Tondela. 22-25 de Março de 1995. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. pp. 349-353.

Trindade, L.; Diogo, A. M. D. (1998b) – Intervenção arqueológica nas Escadinhas da Saúde, em Lisboa. *Olisipo*. Lisboa: Amigos de Lisboa. Série II. 7, pp. 21-30.

Trindade, L.; Diogo, A. M. D. (2003) – Cerâmicas de barro vermelho de entulhos do terramoto de 1755 provenientes da Sondagem 14 da Rua dos Correeiros, em Lisboa. In *Actas das 3.^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval- métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela. 28-30 de Outubro de 1997. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. pp. 285-293.

#15 HOSPITAL REAL DE TODOS-OS-SANTOS: AS CERÂMICAS DOS SÉCULOS XVI-XVII D'AQUÉM E ALÉM LISBOA PROVENIENTES DE DUAS ESTRUTURAS HIDRÁULICAS.

ANDRÉ BARGÃO | FCT; CHAM/DH/FCSH/UNL
ANA ISABEL BARRADAS | FCSH/NOVA

RESUMO

As intervenções arqueológicas concretizadas entre 1999-2001 na Praça da Figueira, Lisboa, permitiram o reconhecimento de dois contextos referentes ao Hospital Real de Todos-os-Santos (HRTS), nomeadamente de duas estruturas hidráulicas: uma de origem medieval das «Hortas de S. Domingos», depois integrada no tardoz do Hospital, e uma segunda inserida no perímetro interno do Claustro NE. No presente estudo abordaram-se dois conjuntos materiais, analisando cerâmicas de origem portuguesa mas, também, produções forâneas, como majólica italiana, elaborações sevilhanas, *stoneware* e porcelana chinesa. A análise deste conjunto é o reflexo da Lisboa de quinhentos enquanto plataforma giratória de saberes e objectos, espelhados e usados no Hospital Real de Todos-os-Santos, de Lisboa.

Palavras-Chave: Séculos XVI-XVII; Lisboa Moderna; Cerâmica Moderna; Estrutura hidráulica.

ABSTRACT

The archaeological works carried out in Praça da Figueira, Lisbon, between 1999 and 2001 allowed the recognition of diverse contexts of the Hospital Real de Todos-os-Santos, in particular two hydraulic structures: one equivalent to the filling of a medieval oval well belonging to the vegetable-garden of the Dominican Convent, later reused by the hospital, and the other one recognised in the NE cloister internal perimeter. The study deals with this two material contexts, analising Portuguese productions and, also foreign objects such as Italian majolica, Sevillian elaborations, german stoneware and Chinese porcelain. The study of these two contexts, that cover knowledges and objects, is a reflection of the 16th century Lisbon.

Keywords: 16th-17th centuries; Early Modern Lisbon; Early Modern Ceramic; Hydraulic Structure.

#16 UM FORNO CERÂMICO DOS SÉCULOS XVI E XVII NO LARGO DAS OLARIAS (MOURARIA, LISBOA).

NUNO AMARAL DE PAULA | FCSH/UNL
ANDRÉ TEIXEIRA | CHAM/DH/FCSH/UNL
ANABELA CASTRO | ISCSP/UL
JOANA BENTO TORRES | CHAM/FCSH/UAÇ/UNL
TIAGO CURADO | CHAM/FCSH/UAÇ/UNL

RESUMO

A escavação arqueológica no Largo das Olarias, localizado no bairro histórico da Mouraria, em Lisboa, decorreu em 2016. O arqueossítio revelou a presença de uma área de produção oleira, tendo sido detectados quatro fornos cerâmicos de morfologia e dimensão variáveis que, contudo, não laboraram em simultâneo.

O presente trabalho tem como foco o estudo de um destes fornos (denominado Sector I, pertencente à sondagem 11), incluindo a análise da estrutura e a caracterização do espólio cerâmico recolhido no seu interior, onde abundavam fragmentos resultantes de despejos de produção, sendo menos frequentes objetos com marcas de uso.

A escavação deste forno revelou uma estrutura em tijolo e argila composta por duas câmaras (de combustão e de cozedura), separadas por uma grelha assente em arcos. Foi detectada uma fase de reparação do forno, revestido por argila e peças cerâmicas fragmentadas. O material exumado no seu interior é constituído por cerâmicas datadas dos séculos XVI e XVII, incluindo um avultado número de peças não-vidradas de barro vermelho ligadas à confeção e ao consumo de alimentos, nomeadamente alguidares, panelas, caçoilas, púcaros, pratos, tigelas, entre outras, mas também vestígios de produção de faiança de pasta clara, além de outros objetos com expressão residual, nomeadamente de importação.

Procuramos nesta apresentação dar um contributo para o conhecimento sobre o bairro da Mouraria de Lisboa enquanto espaço produtivo durante a época moderna, fornecendo também novos dados para o aprofundamento da tipologia cerâmica em uso no quotidiano lisboeta dos séculos XVI e XVII.

Palavras-Chave: Olaria; Lisboa; Idade Moderna.

ABSTRACT

The archaeological excavation in Largo das Olarias, located in the historic neighbourhood of Mouraria, in Lisbon, occurred in 2016. The site revealed a pottery workshop, with four ceramic kilns of different morphologies and dimensions, which were not in use at the same time.

The present work focus on the study of one of these kilns (in sector I, trench n. 11), including the analysis of its structure and the pottery recovered inside of it. This material comprehended an abundant quantity of ceramic wastes and a few number of consumption items.

The excavation of this kiln revealed a brick and clay made-of structure with two chambers (combustion and firing) separated by a grid floor supported by arches. It was also detected a reparation phase, in which the kiln was internally endued using clay and fragmented ceramics. The assemblage found has 16th and 17th centuries ceramics, many of which are reddish earthenware to cook and serve food (namely basins, cooking pots and pans, plates, bowls, cups and other forms), but also including evidences of light paste faience production, with a scarce number of imported objects.

Thus, our aim is to improve the knowledge on the Mouraria neighbourhood as a production centre during the Early Modern Age, and to add new information on the ceramic typology used in Lisbon during 16th and 17th centuries.

Keywords: Pottery workshop; Lisbon; Early Modern Age.

#17 A CERÂMICA DO SÉCULO XVII RECOLHIDA NO POÇO-LIXEIRA DA RUA DOS BACALHOEIROS, EM LISBOA.

LUÍSA BATALHA | ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE CASCAIS
HELENA PINHEIRO | NEOÉPICA, LDA.
RAQUEL SANTOS | NEOÉPICA, LDA.

RESUMO

Os trabalhos de reabilitação que têm vindo a ser realizados em Lisboa têm permitido identificar diversos contextos com relevância arqueológica. Na Rua dos Bacalhoeiros, n.º 16, na sequência de trabalhos de adaptação do edifício existente a unidade hoteleira, foram levados a cabo trabalhos de diagnóstico prévio pela empresa Neoépica. Estes permitiram identificar diversos vestígios de ocupação anterior ao Terramoto de 1755. Destaca-se a utilização de um antigo poço como lixeira, em Época Moderna, no qual se recolheu abundante espólio cerâmico em bom estado de conservação. Há um predomínio da cerâmica comum em detrimento da faiança e, ainda mais, da porcelana. Para além dos habituais tachos, panelas, bilhas, tigelas, púcaros e alguidares, são de referir alguns mealheiros com pintura antroponímica. Embora não tenha sido possível, por limitações do projecto de reabilitação, atribuir uma cronologia para a construção dessa estrutura, o seu abandono enquanto poço e utilização como lixeira dá-se em torno da primeira metade do século XVII.

Palavras-Chave: Poço; Lixeira; Faiança; Cerâmica comum; Mealheiros.

ABSTRACT

The recent urban rehabilitation works that has been carried out in Lisbon has permitted the identification of several contexts with archaeological relevance. At Rua dos Bacalhoeiros, 16, in the context of the building's transformation into a hotel, Neoépica carried out archaeological diagnostic works. These allowed to identify several traces of human occupation before the 1755 Earthquake. From the Modern Period we can highlight the use of an ancient well as a dump site, where we found plentiful of well-preserved ceramics. There's a majority of common pottery compared to faience and porcelain ware. Besides the usual pots, pans, liquid containers, bowls and mugs, we should highlight some piggy banks with anthroponymic paintings. Due to limitations related to the rehabilitation project, it was not possible to establish a chronology for the construction of that structure, although its abandonment as a well and use as a dump has taken place around the first half of 17th century.

Keywords: Well; Dump site; Faience; Common pottery; Piggy banks.

1| INTRODUÇÃO

Os trabalhos arqueológicos de diagnóstico prévio efectuados no nº 16 da Rua dos Bacalhoeiros, no ano de 2016, tiveram como consequência o aparecimento de uma estrutura hidráulica – poço – que por sua vez cortava o que parece tratar-se de parte do tanque central de um peristilo de uma casa do período romano.

Este poço, com 2,30 m de profundidade (cota a que surgiu água) e cerca de 0,70 m de diâmetro de boca, ofereceu materiais datáveis do século XVII, à profundidade de 1,70 m. Trata-se de um conjunto cerâmico que se caracteriza por ser homogéneo e que, no momento de deposição se encontrava praticamente inteiro. Contudo, as condições em que ocorreram os trabalhos de recolha dos materiais, nomeadamente o espaço exíguo e o ambiente húmido, levaram à quebra de algumas peças.

A intervenção decorreu numa artéria da cidade de movimento intensivo. O nº 16 da Rua do Bacalhoeiros encontrava-se no século XVI circunscrito num espaço correspondendo às Portas do Mar, localizadas no lanço da chamada Cerca Moura que corria naquela zona ao longo do Tejo. No troço da muralha que dava para a via pública abria-se uma porta para o "Terreiro do Sal", onde desde a centúria de seiscentos se vendia o referido produto, tal como se encontra referenciado num documento da chancelaria de D. João III, liv. LXII, fl. 179V… *Partem (umas casas) de uma parte com torre que está a dita porta (do mar) e por detraz com muros da dita cidade, e por diante com ribeira onde ora está o Terreiro do Sal (1551), ou praça pública da Porta do Mar* (*apud* Silva, 1987a, p. 123).

Nas imediações, no início do século XVI, no espaço conhecido por Rua de Cima da Misericórdia, foi erguida a Igreja do Recolhimento da Misericórdia e até esta data, a artéria conheceu várias nomenclaturas. Foi nos finais do século XVIII, 1783, que passou a designar-se Rua dos Confeiteiros, por aí se ter reunido a maioria das lojas da especialidade. Contudo, com a dispersão das confeitarias por zonas mais movimentadas da cidade, no século XIX passou a chamar-se Rua dos Bacalhoeiros, nome atribuído, mais concretamente, por edital do Governo Civil de Lisboa, de 1 de Setembro de 1859, aglutinando as antigas ruas dos Confeiteiros e Bacalhoeiros (Macedo, 1960).

A localização privilegiada desta artéria, junto ao Tejo, incentivou um comércio forte com longa tradição. A instalação de lojas, entre as quais certamente casas de pasto, tabernas e albergues, constituiu um legado que se perpetuou até aos nossos dias, convertendo este espaço carregado de história num dos mais emblemáticos da cidade de Lisboa.

Com o estudo formal deste conjunto cerâmico e dadas as características singulares deste local, pretende-se compreender a dinâmica gerada entre uma zona portuária de comércio intensivo e as vivências de uma comunidade dependente de um longo ciclo de actividades marítimas.

2| ENQUADRAMENTO

Os dados que aqui se apresentam resultam de trabalhos decorrentes de um projecto de recuperação do imóvel com vista à sua transformação em unidade hoteleira e de habitação. A proximidade do edifício com outros anteriormente intervencionados e cujos achados arqueológicos assumem grande relevância, nomeadamente os antigos Armazéns Sommer e a Casa dos Bicos, permitiu desde logo antever a presença de importantes vestígios patrimoniais. Os trabalhos arqueológicos solicitados à Neoépica Lda. consistiram essencialmente em sondagens de diagnóstico prévio, razão pela qual, em alguns casos, a leitura dos contextos se configura bastante parcelar. O imóvel localiza-se na Rua dos Bacalhoeiros, nº16 a 16D e Arco das Portas do Mar, nº1 a 5, freguesia de Santa Maria Maior, em Lisboa. Na frente ribeirinha, a Rua dos Bacalhoeiros delimita a Norte parte do Campo das Cebolas e o quarteirão onde se insere a Igreja de Nossa Senhora da Conceição Velha, antiga Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia de Lisboa, sede da primeira Misericórdia do país.

Fig. 1 – Pormenor da planta de Lisboa com implantação do sítio intervencionado ([Consult. 25 Jun. 2018]. Disponível em http://lxi2.cm-lisboa.pt/lxi/

Foram aí realizadas quatro sondagens de diagnóstico que previam a identificação da Cerca Moura, cujo traçado hipotético Vieira da Silva propôs passar sensivelmente a meio deste edifício (Silva, 1987b), bem como conhecer a estratigrafia no local onde se prevê a construção de um poço de elevador e de caixas de visita de águas residuais. Foi ainda realizada uma sondagem parietal para averiguar a existência de muralha em cota vertical positiva. Os trabalhos de diagnóstico não se encontram ainda concluídos uma vez que uma parte do edifício se encontra ocupada por um estabelecimento comercial em funcionamento.

Os trabalhos levados a cabo no local permitiram registar diversos contextos anteriores ao terramoto de 1755, destacando-se, de época Moderna, um piso em tijoleiras cerâmicas em muito mau estado de conservação (fracturado e com marcas de incêndio), bem como um poço cuja construção não conseguimos datar, mas que terá sido entulhado na primeira metade do século XVII; de época Romana destaca-se a presença da muralha romana tardia, vestígio de um piso constituído por *lateres* e *tegullae* e o que parece corresponder a parte do tanque central de um peristilo (Pinheiro, Santos e Rebelo, 2017).

Fig. 2 – Modelo tridimensional da área intervencionada no lado Norte do edifício, onde são visíveis os contextos de período romano cortados pela construção do poço.

3| INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA: ESCAVAÇÃO DO POÇO

O poço onde se recolheu o espólio que aqui se apresenta surgiu praticamente sob o piso actual do edifício, no limite Norte do mesmo, sendo aí cortado pela construção dos alicerces existentes. O interface aberto para a construção do mesmo cortava diversos níveis de época romana e apresentava uma planta aparentemente circular,

tendo sido possível aferir, no eixo Este-Oeste, cerca de 3 m de diâmetro. O poço, em si, apresentava um diâmetro interno que rondava apenas os 0,70 m, e encontrava-se bem aparelhado com elementos pétreos calcários e calcarenitos de grande dimensão e alguma cerâmica de construção, sem ligante ou revestimento interno visíveis. O exterior, bem mais irregular, encontrava-se colmatado por dois depósitos, sendo que apenas um deles, composto exclusivamente por areia de rio, foi escavado.

Fig. 3 – Poço e respectiva vala de fundação com o segundo enchimento de colmatação, não escavado.

No interior da estrutura foi possível registar e escavar dois níveis sedimentares distintos até ao nível freático (a cerca de 2,30 m desde o topo do poço). O primeiro consistia num sedimento negro, arenoso e solto, com elementos pétreos calcários de média e grande dimensão (resultante de um possível derrube ou rebaixamento da boca do poço?); o segundo consistia num sedimento castanho, arenoso e solto, com restos de argamassas e estuques esbranquiçados. A cerca de 1,70 m de profundidade começaram a surgir as peças praticamente inteiras ou completas, enquadráveis entre finais do século XVI e inícios do século XVII, cuja análise formal e cronológica se apresenta de seguida. O aparecimento de água aliado à exiguidade do espaço levou à interrupção dos trabalhos no poço.

Fig. 4 – Alçado interior do poço, com água visível a cerca de 2,30m de profundidade.

Infelizmente, e uma vez que a escavação deste contexto não pôde ser realizada na totalidade por questões de cotas de projecto e de segurança, não nos é possível datar a construção desta estrutura. Podemos apenas afirmar que a sua construção corta níveis de cronologia romana e que a sua colmatação se realiza em torno da primeira metade do século XVII.

4| ANÁLISE FORMAL

Do conjunto de espólio em análise, o poço da rua dos Bacalhoeiros ofereceu essencialmente objectos que se inserem, do ponto de vista formal, em peças de mesa e de cozinha. No serviço de mesa, através da cerâmica fina, constam os pratos e as taças em faiança, uma taça em porcelana, um prato em chacota, uma bilha e púcaros modelados; peças em cerâmica fosca, tigelas, infusas e canjirões. O conjunto de peças revestidas a vidrado plumbífero apresenta uma tigela, um pote, jarros e canjirões e um prato de importação de grande dimensão. Da cerâmica de cozinha fazem parte as panelas, frigideiras, tachos e tampas. Mealheiros e um elemento de construção integram ainda o espólio em análise.

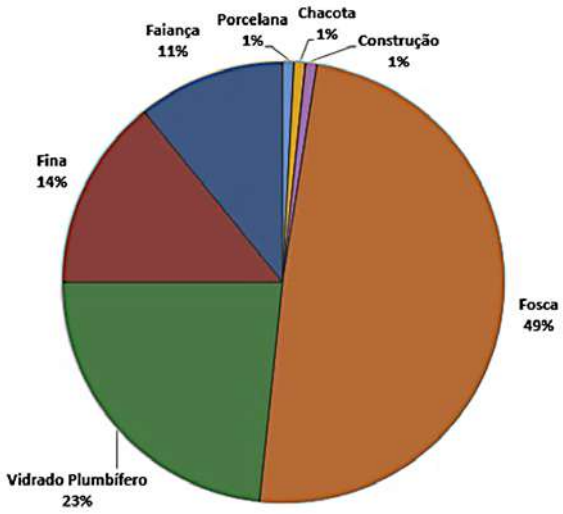


Fig. 5 – Distribuição do conjunto por categoria de material.

4.1| FAIANÇAS

As peças em faiança encontram-se presentes, embora numa percentagem pouco representativa. A cerâmica esmaltada apresenta tigelas e pratos, alguma com monograma em azul (nºs. 1 a 5). No caso dos elementos decorados, uma grande taça com bordo em voluta (nº 6) e um prato (nº 7) oferecem decoração vegetalista e fitomórfica. As pastas beges, foliáceas e friáveis, com escassos elementos não plásticos, integram-se ao que tudo indica nas produções de Lisboa e no que se relaciona com o tipo de vidragem, nos exemplares esmaltados verificamos que apresentam as mesmas características cromáticas de algumas peças produzidas no Largo de Jesus, em que os brancos resultaram com tonalidades esverdeadas. Do ponto de vista formal, o conjunto em análise também encontra paralelo no centro produtor de faiança do Largo de Jesus – Lisboa, com cronologias atribuídas aos finais do século XVI e primeiro quartel do século XVII (Cardoso e Batalha, 2017, pp. 151-153).

Fig. 6 – Cerâmica esmaltada de mesa com decoração vegetalista e monogramas em azul.

Fig. 7 – Pratos em faiança com decoração fitomórfica e vegetalista a azul. No canto inferior esquerdo, fragmentos de taça em porcelana chinesa decorada a azul.

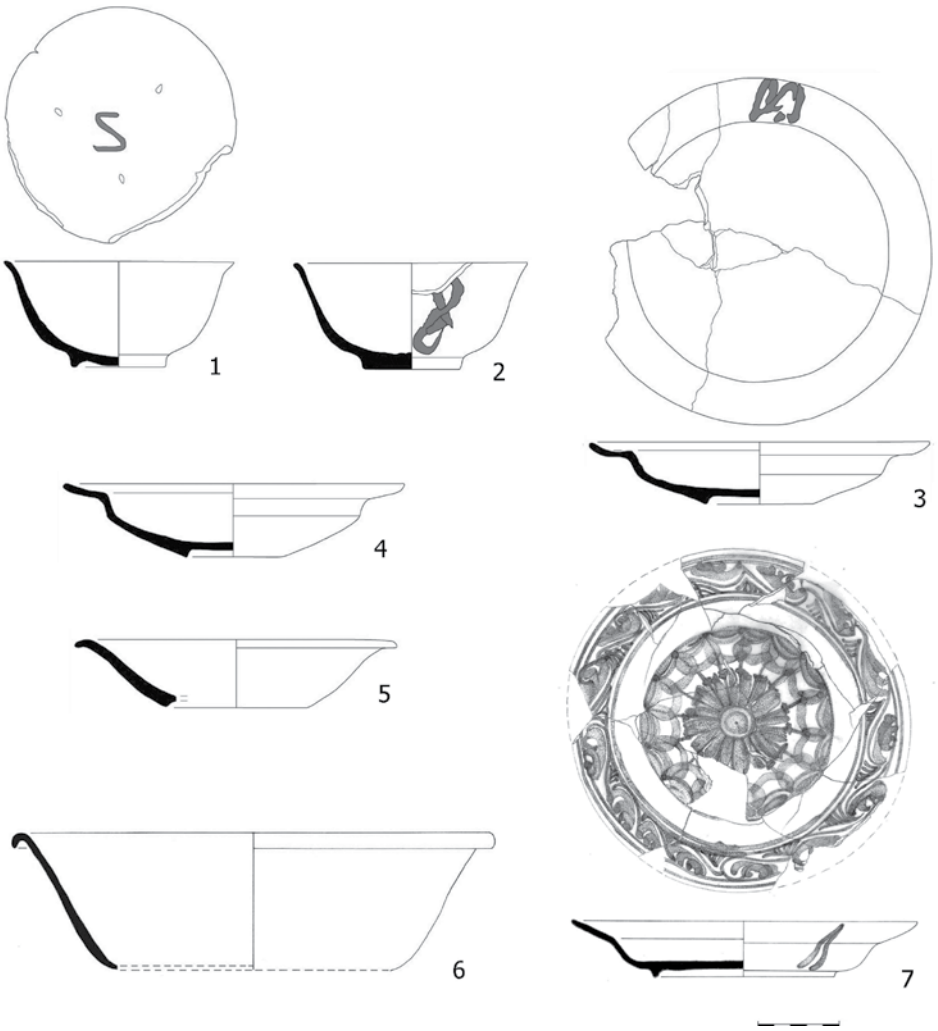


Fig. 8 – Cerâmica esmaltada de mesa. Tigelas, pratos e saladeira.

4.2| PORCELANA

A porcelana encontra-se apenas representada por dois fragmentos de uma taça decorada com um motivo zoomórfico, incompleto, possivelmente de um cervo.

4.3| CERÂMICA FINA MODELADA

Trata-se de um conjunto diferenciado de púcaros, taças e bilha, de pasta vermelha. Quanto aos púcaros com ausência de decoração, o nosso estudo incidiu sobre dois exemplares simples (nºs. 8 e 9), enquanto os restantes correspondem a modelos individualizados dentro da técnica decorativa dita modelada.

Fig. 9 – Púcaros simples em cerâmica fosca.

Estão presentes os púcaros de bordo boleado, com lóbulos a espaços equidistantes, cartela preenchida por incisões oblíquas, caneluras sobre carena, evoluindo para fundo com concavidade central (nº 10). Ainda dentro da mesma tipologia, mas com paredes verticais, um modelo com bordo emoldurado, seguido de cartela preenchida por incisões verticais, formando carena com transição para o fundo que assenta em base plana (nº 11); com a mesma tipologia mas ausência de asas, temos a peça nº 12. Um terceiro exemplar apresenta cartela de dupla fila, preenchida com motivos digitados ovalados, delimitada por caneluras. O fundo apresenta igualmente um ônfalo bem pronunciado (nº13).

O púcaro nº 14 oferece perfil incompleto. Não possuindo bordo nem asas, apresenta corpo preenchido por incisões oblíquas seguidas de nervuras largas e fundo assente em base plana. Na maioria dos exemplares foram aplicadas asas verticais de secção oval, à excepção de um púcaro de tipologia pouco comum,

com bordo boleado, envasado, corpo troncocónico e base em bolacha com ônfalo. Do bordo até a zona mesial, o púcaro mostra gomos bem pronunciados, com incisões ovaladas equidistantes. A asa é torsa, vertical, de secção oval (nº 15).

Possuímos um fragmento de taça de perfil incompleto, bordo boleado, sobrelanço com caneluras, corpo troncocónico invertido, com ônfalos bem definidos e uma canelura junto ao arranque da base (nº 16).

Fig. 10 – Púcaros e taças em cerâmica fina modelada.

Por último, apresentamos o bojo quase completo de uma bilha, com três bandas delimitadas por caneluras: a primeira banda, com incisão ondulada contínua, ou serpentiforme, sobre incisões horizontais ovaladas; a segunda banda, também com incisões em meias-luas oblíquas, feitas de forma aleatória; a terceira encontra-se na zona inferior da peça com ausência de decoração (nº 17).

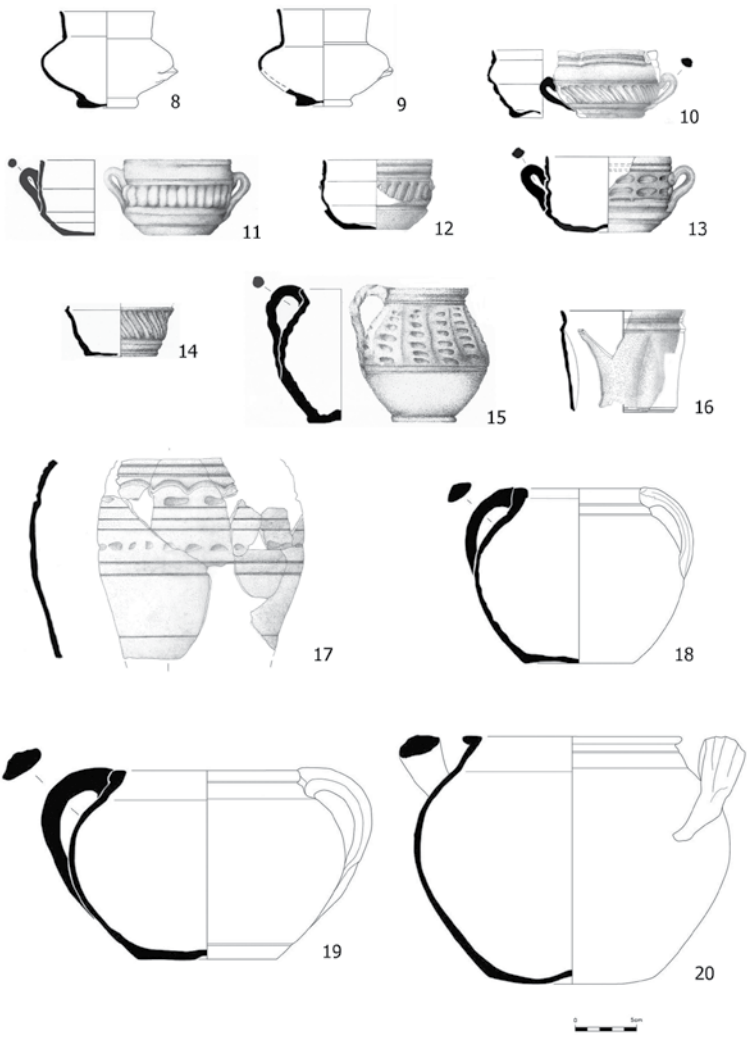


Fig. 11 – Cerâmica fina de mesa e cerâmica de cozinha, fosca.

Os exemplares de cerâmica fina modelada inserem-se no reportório cerâmico comum em ambientes domésticos, lojas de comidas ou em espaços conventuais.

Acreditamos que alguns púcaros tenham sido utilizados como contentores de líquido, especificamente com a função de peça de mesa para beber. Contudo, dado que alguns modelos possuem os bordos de tal modo elaborados, essa funcionalidade parece-nos desapropriada. Tendo em conta a componente formal e decorativa, é provável que os mesmos tenham servido como açucareiros, taças para doce ou somente como elementos decorativos, de acordo com os padrões alusivos à estética barroca dos séculos XVII-XVIII, tão bem documentados na iconografia da época, através da obra de Josepha d'Óbidos (Raposo, 1985; Serrão, 1993) ou ainda na pintura de Velazquez, "Las Meninas" (Seseña, 1991).

Tratando-se de um grupo formal bem conseguido do ponto de vista estético e utilitário, o mesmo conheceu uma produção intensiva, daí a sua presença nas mais diversas intervenções arqueológicas em contextos deste período. Para este conjunto, em concreto, destacamos os materiais provenientes de ambientes conventuais, nomeadamente do Convento de São Francisco, em Lisboa, dos quais fazem parte púcaros, taças e bilhas (Ramalho e Folgado, 2002). Do Convento de Santana proveio um conjunto representativo deste tipo de cerâmica, onde predominam os púcaros e as taças profusamente decoradas (Gomes, 2012, p. 56). Na intervenção que ocorreu no Largo de Jesus – Lisboa, este centro produtor ofereceu alguns exemplares de cerâmica fina modelada, não sendo de excluir a possibilidade de alguma relação com as vivências do Convento de Jesus dada a sua proximidade (Cardoso e Batalha, 2017, p. 162). Também os silos medievais de Santa Helena, à época situados na freguesia da Sé, ofereceram um grupo muito significativo de cerâmica fina com a mesma cronologia, indicador da difusão destas produções nos diversos contextos sociais (Batalha *et al*., 2017). Esta tipologia encontra igualmente paralelos em Cascais, nomeadamente no Convento de N.ª Sr.ª da Piedade, com datações precisas para o século XVII (Cardoso e Rodrigues, 2002, p. 283) ou ainda em Carnide, no espólio associado a um significativo conjunto de silos intervencionados no Largo do Coreto, o qual foi alvo de estudo, através da análise da problemática da alimentação, apresentado em *Fragmentos de Arqueologia de Lisboa* (Casimiro, Boavida e Detry, 2017, p. 113).

Uma interessante colecção de taças em cerâmica fina foi exumada durante os trabalhos arqueológicos que decorreram no edifício do Aljube. Embora datada da segunda metade do século XVI, a sua concentração, diversidade formal e decorativa são demonstrativas da difusão desta cerâmica que muito rapidamente

entrou no quotidiano das populações (Santos, 2008, pp. 329-330). É um fenómeno transversal a outras regiões do país, nomeadamente a Sul, como atesta a presença dos modelos encontrados em Moura, no Convento de Santa Clara, igualmente datados do século XVII (Macias e Rego, 2007), ou além fronteira, como testemunham os exemplares do Convento Del Cármen em Sevilha, com idêntica cronologia (Somé Muñoz e Huarte Cambra, 1999).

Referência obrigatória para o estudo dos púcaros em Portugal é o trabalho de Carolina Michaelis de Vasconcelos que, numa perspectiva Histórica/Etnográfica, fundamenta a ancestralidade destas formas, com as suas variantes, características de fabricos e utilização no território português, bem como a sua difusão além-fronteiras durante o Período Moderno (Vasconcelos, 1957).

Esta temática sobre a produção de cerâmica fina em época Moderna mereceu um artigo de referência da autoria de Severino Rodrigues. Trata-se de um trabalho de fundo, numa abordagem pertinente, na qual o autor explora questões formais, técnicas de execução e gramática decorativa, pretendendo com a sua análise esclarecer aspectos intrínsecos ao fabrico destas produções. O autor avança com uma nova proposta quanto à técnica decorativa da cerâmica fina, em contraponto às definições que foram utilizadas até muito recentemente: primeiro moldagem e posteriormente modelagem.

Para além dos aspectos formais, na sua análise defende que as peças não são construídas por modelagem, mas sim pelo desgaste das paredes após o seu levantamento a torno, e estas, sendo espessas, numa primeira fase passam por um processo de fretagem ou desbaste, assim se obtendo a decoração pretendida. Os fundos seriam aplicados numa derradeira fase e o engobe característico utilizado na superfície da peça esconderia os vestígios da técnica de fretagem. Esta, não obedeceria a padrões decorativos específicos, uma vez que o oleiro acabaria por utilizar e misturar os motivos consoante o seu gosto (Rodrigues, 2017).

Refutamos, no entanto, a nomenclatura atribuída por alguns autores a este tipo cerâmico quando se lhe referem como *terra sigillata*. Consideramos tal atributo impreciso, quando sabemos que aquela cerâmica se reveste de características específicas no que concerne à pasta e tratamento de superfície, tendo em conta os centros produtores que lhe deram origem, bem como formas e gramática decorativa adstritas a um contexto cronológico distinto, ou seja, de filiação romana.

4.4| CERÂMICA FOSCA DE COZINHA

4.4.1| PANELAS

Três grandes panelas fazem parte do conjunto de cozinha. Apresentam bordos de secção quadrangular, com lábio plano, asas verticais e, um exemplar, com pegas horizontais. O corpo evolui para forma globular, num fundo assente em base plana. Todos os exemplares apresentam vestígios de exposição ao fogo. São peças utilizadas na confecção de sopas, caldos de carne ou até mesmo guisados. As amplas dimensões destes exemplares pressupõem o seu uso tendo em vista refeições em quantidade para vários comensais (nºs. 18, 19 e 20).

Fig. 12 – Panelas em cerâmica fosca.

4.4.2| FRIGIDEIRAS

Tal como as panelas, as frigideiras também se incluem nos trens de cozinha. Apresentamos dois exemplares de grande dimensão com vestígios de exposição ao fogo. São peças baixas, de grande diâmetro, com pegas triangulares. A superfície interna apresenta-se totalmente brunida, técnica que pretendia garantir a impermeabilização das peças (nºs. 21 e 22). Eram utilizadas na fritura de carnes ou peixe, comidas muito apreciadas na época e obrigatoriamente presentes nas tabernas lisboetas.

4.4.3| TACHOS

Ainda decorrente da utilização de modelos para uso culinário, temos quatro exemplares de tachos de pequena e média dimensão com perfil completo. São peças com bordo de secção circular, corpo troncocónico e base côncava. Dois exemplares apresentam pegas triangulares (nºs. 23 e 24) e, outros dois, asas horizontais (nºs. 25 e 26).

Tal como as formas anteriores, estas peças são recorrentes nas cozinhas do século XVII e eram utilizadas para confeccionar refogados e estufados (Casimiro, Boavida e Detry, 2017, p. 113).

Fig. 13 – Frigideiras e tachos em cerâmica fosca.

4.4.4| TESTOS

Os testos encontram-se igualmente presentes neste conjunto. Possuímos alguns fragmentos, mas um único elemento de perfil completo com bordo de secção circular, corpo troncocónico, pitorra no centro, assentando em base plana (nº 27). De pequena ou média dimensão, estas peças, associadas principalmente a panelas, poderiam, no entanto, ser igualmente utilizadas em tachos ou frigideiras.

4.5| CERÂMICA FOSCA DE MESA

4.5.1| PRATO

Os pratos constituem elementos comuns nos conjuntos de cerâmica de mesa. Para além dos exemplares em faiança, o espólio exumado do poço da rua dos Bacalhoeiros conta com um único exemplar em chacota (nº 28). Trata-se de um prato de paredes muito finas, pasta bem depurada, que após uma primeira cozedura não sofreu vidragem. Contudo, tal como noutras intervenções, podemos constatar que nem sempre as peças em chacota conheciam o processo de vidragem, sendo igualmente comercializadas e no caso deste prato, observam-se vestígios da sua utilização.

4.5.2| TAÇAS

As taças, tal como os pratos, são presença obrigatória no serviço de mesa. O elevado número de exemplares desta forma é indicativo de uma utilização intensiva de um determinado tipo de alimentos, muito provavelmente sopas ou ensopados.

Estas peças apresentam diâmetros sem grandes variações. Quase na totalidade, bordos de secção circular, com canelura a vincar a evolução do corpo que varia entre o perfil troncocónico ou em calote. As bases são em bolacha. Podendo ser também utilizadas em contexto de cozinha, estas peças iriam certamente à mesa para servir doçaria ou, neste contexto e segundo a nossa análise, possivelmente para servir caldos (nºs. 29 a 36).

Fig. 14 – Taças em cerâmica fosca.

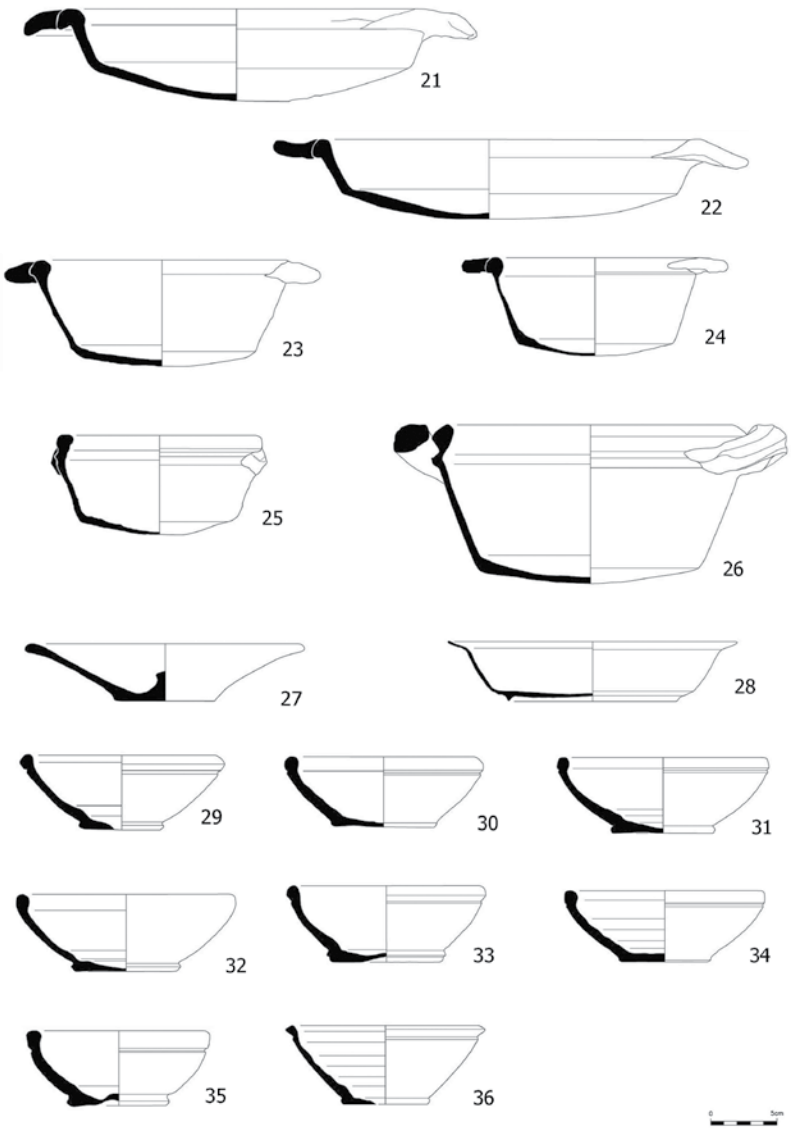


Fig. 15 – Cerâmica fosca de cozinha e de mesa.

4.5.3| CANECAS/CANJIRÕES

O conjunto de cerâmica fosca oferece um número considerável de contentores de líquidos. O mesmo compreende canecas e canjirões, sendo que estes integram a loiça de mesa. As primeiras apresentam corpo de forma fusiforme, colo alto, estrangulado, com caneluras e base plana. A asa, de secção triangular, foi aplicada entre o colo e a zona mesial do bojo (nº 37).

O canjirão apresenta perfil completo. O bordo, com moldura entre duas nervuras, oferece forma polilobada e o colo, estrangulado, circular, evolui para corpo ovóide assente em base plana (nº 38). Tal como nas canecas, a asa, de secção triangular, foi aplicada entre o colo e a zona mesial do bojo.

Fig. 16 – Jarros e canjirões em cerâmica fosca.

4.6| CERÂMICA VIDRADA

Embora menos representativa, a cerâmica vermelha vidrada a verde e melado representa uma técnica em que, para além da impermeabilização, pretende conferir às peças uma componente estética que as valoriza e encarece.

4.6.1| TAÇA

Como elemento representativo deste tipo de cerâmica apresentamos uma taça com lábio em voluta, bordo boleado, corpo em calote assentando em pé anelar, ostentando um vidrado a verde no exterior e a verde amarelado na superfície interna (nº 39).

4.6.2| POTE

Assinalamos um único exemplar de pote, vidrado a verde no exterior e melado no interior (nº 40). O bordo, de secção triangular e colo cilíndrico com caneluras, define a ligação com o corpo que evolui para forma possivelmente globular. Estes potes apresentam normalmente duas asas que, neste caso, oferece vestígios de constituir uma pega horizontal de secção triangular.

Este exemplar encontra-se amplamente difundido em variadíssimos contextos do século XVII. Em Cascais, no Convento de N.ª Sr.ª da Piedade, foi exumado um conjunto significativo destas peças (Cardoso e Rodrigues, 2002, pp. 284-285).

4.6.3| JARROS/CANJIRÕES

Tal como na cerâmica fosca, os contentores de líquidos, no caso os modelos vidrados, surgem em grande quantidade. Este conjunto é composto por jarros de bordo polilobado, colo circular preenchido com caneluras, corpo ovóide, pé em bolacha e asas de secção triangular (nº 41).

Ainda em relação aos contentores de líquidos, temos os canjirões. Estes parecem indicar maior capacidade que os jarros. O bordo é polilobado, o colo estrangulado e o corpo globular (nº 42). Não possuindo exemplares com perfil completo ignoramos a forma como assenta a base.

Este conjunto apresenta um vidrado de excelente qualidade. Embora não se observe uniformidade cromática nos verdes e melados, estes apresentam-se espessos e brilhantes. Verifica-se ainda que estes exemplares, na sua maioria, oferecem falhas de vidragem junto à base, em virtude de o oleiro no momento de mergulhar a peça no líquido, fazê-lo segurando-a pelo fundo.

Fig. 17 – Jarros e canjirões em cerâmica vidrada.

4.7| CERÂMICA VIDRADA DE IMPORTAÇÃO

O conjunto cerâmico exumado do poço da Rua dos Bacalhoeiros ofereceu um único exemplar de importação no que à cerâmica comum diz respeito. Corresponde a um prato de grande dimensão, pasta vermelha, vidrado plumbífero verde na superfície interna e melado no bordo. Caracteriza-se pela forma como a base se apresenta, dado que esta assenta num tripé formado por três meias-luas equidistantes, modeladas à mão (nº 43).

Esta tipologia de peças em assentamento trípode pode ser observada em modelos de origem flamenga e no caso específico deste prato, em produções da Região Norte-Paso De Calais (Lille, Picardia francesa). Temos um paralelo formal com as mesmas características e período cronológico (séculos XVI-XVII) num conjunto cerâmico superior a três toneladas, exumado num fundeadouro em Baiona (Pontevedra). Contudo, a iconografia continua a fornecer elementos identificativos que contribuem para a interpretação temporal destes modelos cerâmicos (Santa Cruz e González Gallero, s.d.). Na obra *Fumadores*, do pintor flamengo David Teniers (c. 1640-1680), é retratado um ambiente, provavelmente uma taverna, no qual é possível observar vários objectos cerâmicos, dois dos quais apresentando assentamento trípode, no caso, uma panela de grande dimensão e uma taça com duas pegas (Quina, 2005, pp. 338-339).

Fig. 18 – Prato de grande dimensão com vidrado plumbífero, importado.

Fig. 19 – Pormenor da base de assentamento do prato onde são visíveis as três meias-luas equidistantes.

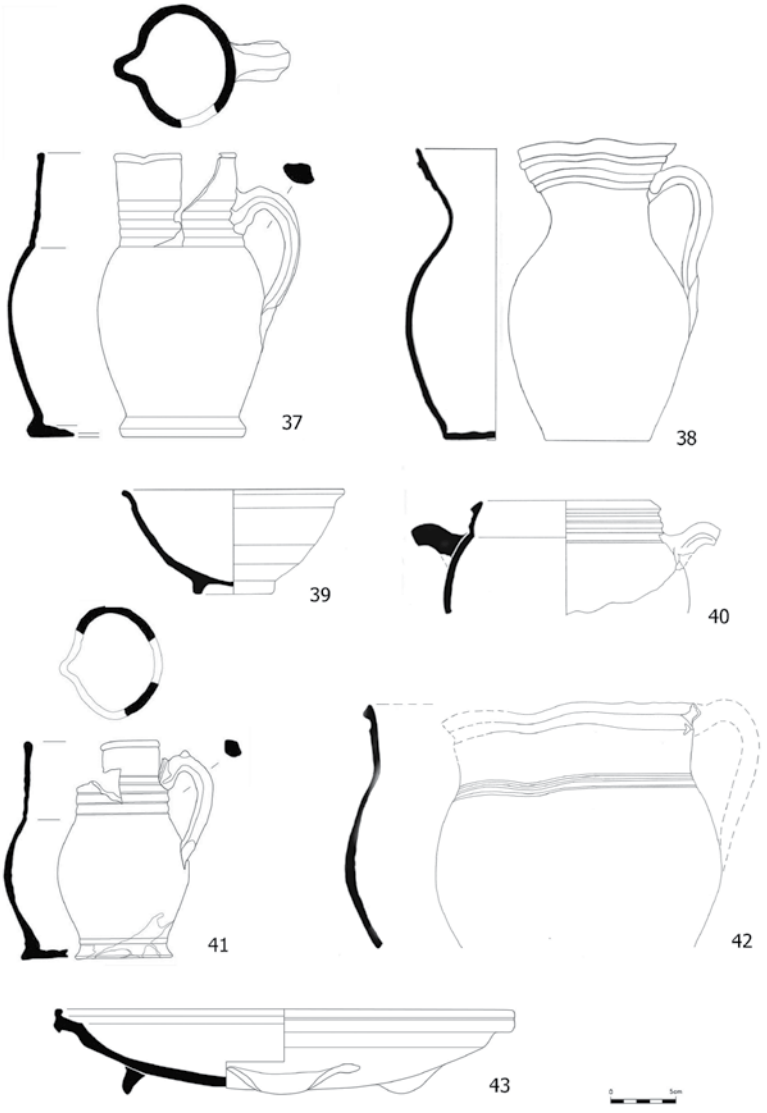


Fig. 20 – Cerâmica vidrada.

4.8| MEALHEIROS

Associado a este contexto, encontra-se um conjunto de mealheiros (nºs. 44 a 47).

Fig. 21 – Conjunto de mealheiros, sendo de destacar dois com pintura e escrita antroponímica.

Trata-se de peças fracturadas, a maioria sem perfil completo, com fabricos pouco cuidados, algumas apresentando deformação. Contudo, possuímos dois exemplares que apresentam especificidades que os demarcam dos restantes. Referimo-nos a dois mealheiros cuja superfície externa se encontra revestida com engobe branco, embora com aplicação também ela pouco cuidada, mas que funcionaria somente como suporte à escrita antroponímica, executada com recurso a óxido de manganês. Apesar da degradação das peças devido às fracturas e ausência de alguns fragmentos, podemos identificar o nome de "S. ALEIXO". Um dos exemplares apresenta uma grafia correcta (nº44), enquanto noutro, a tratar-se do mesmo nome, algo que não é possível confirmar, os caracteres ("IA") foram pintados de forma aleatória, denotando possível iletracia ou falta de cuidado da parte de quem os aplicava (nº45).

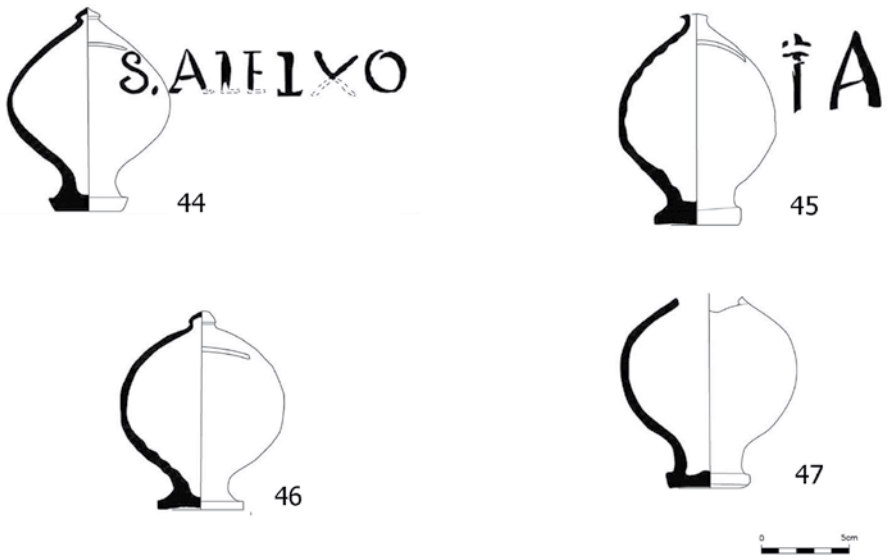


Fig. 22 – Conjunto de mealheiros, destacando-se os dois com escrita antroponímica.

Sabemos da existência de uma confraria de S. Aleixo e pensa-se que tenha sido a mesma, anexada à Igreja da Misericórdia, por vontade régia em 1538, desconhecendo-se a data da instituição da mesma. Em causa está a interpretação da obra de Garcia Fernandes, executada em 1541 e que ao longo dos séculos foi interpretada como representando o casamento de D. Manuel I com a princesa D. Leonor. No entanto, em 1998, Joaquim de Oliveira Caetano avançou com uma nova interpretação da obra. Esta será uma representação do casamento de S. Aleixo, pois nessa data, o rei, para além de já ter falecido, não se encontra representado com o Tosão de Ouro, insígnia que recebeu pelo seu casamento. Em causa está a colocação de uma obra profana no espaço sagrado, facto que contrariava as directrizes do concílio de Trento. Seguindo esta lógica, o autor considera mais plausível a obra executada em 1541 corresponder a representação de S. Aleixo, para colocar na Igreja da Misericórdia.

Assim sendo, e dada a proximidade desta igreja com a Rua dos Bacalhoeiros, consideramos a hipótese de estes mealheiros estarem relacionados com a recolha de esmolas em favor desta Confraria de caridade.

5| CONCLUSÕES

O estudo que envolveu o conjunto cerâmico oferecido pelo poço do nº 16 da Rua dos Bacalhoeiros permitiu algumas reflexões que contribuem para a história de um espaço que tem vindo a ser redescoberto, reforçando a importância do mesmo no enquadramento da zona ribeirinha. As vivências antrópicas relacionadas com uma intensa actividade comercial por via das questões económicas remontam à antiguidade. O fenómeno encontra-se plasmado na leitura destes objectos. Datado cronologicamente do século XVII, este conjunto indica-nos um despejo único, tendo em conta a quantidade e funcionalidade do espólio. Os principais indicadores relacionam-se com a elevada percentagem de loiça de mesa, principalmente jarros, canjirões e taças. Por outro lado, a loiça fosca de cozinha é composta por panelas e frigideiras, cujo tamanho indica a sua utilização num contexto culinário onde seriam servidas várias refeições. A cerâmica fina de uso comum denota a difusão destes recipientes, tal como a faiança, embora neste caso em número reduzido, mas fundamental, tendo em conta a forma e a gramática decorativa.

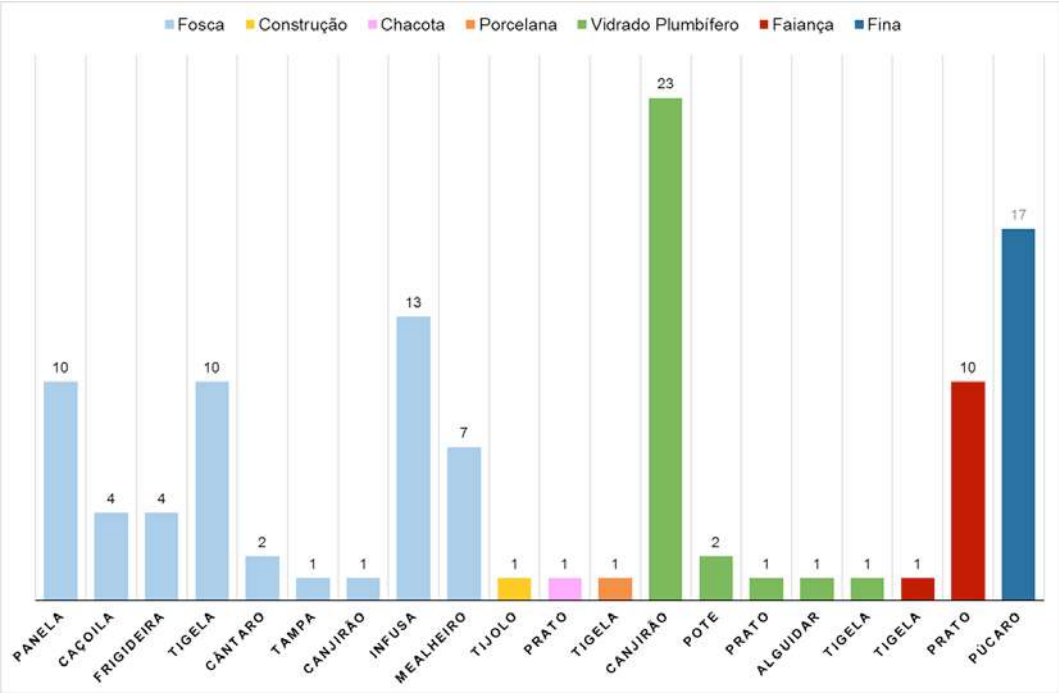


Fig. 23 – Distribuição tipológica do conjunto estudado.

Com base nesta análise, oferece-nos avançar com a hipótese que nos parece mais óbvia, ou seja, o facto de estarmos em presença de um estabelecimento no qual eram servidas refeições, provavelmente uma taberna. Os testemunhos documentais atestam ser esta uma zona de grande actividade comercial desde o século XVI, a Ribeira Velha (Oliveira, 1620, pp. 61-62). Também num painel de azulejos datado do primeiro quartel do século XVIII e que representa um trecho da Ribeira Velha e do seu quotidiano, antes do Terramoto de 1755, se atesta essa dinâmica[1].

Fig. 23 – Painel de azulejos representando a Ribeira Velha antes do Terramoto de 1755 ([Consult. 27 Jun. 2018]. Disponível em http://www.museudelisboa.pt/pecas/detalhe/news/mercado-da-ribeira-velha.html

Por força da necessidade, é consensual, que dado o fluxo extraordinário de indivíduos dos mais diversos estratos sociais e actividades económicas, aqui funcionassem soluções de apoio logístico, quer ao nível de dormidas, com albergues e hospedarias, quer ao nível de estabelecimentos de preparados culinários ou os de venda ambulante (Gomes, 2017, p. 100).

A presença de um prato de importação revelou-se igualmente importante. A particularidade de se tratar de um modelo de assentamento trípode apresenta-se pertinente. Esta é uma forma com cronologia e origem bem determinadas que a coloca num período bem preciso da nossa história, consistente com a fase de domínio filipino, também extensivo à Flandres e aos Países Baixos.

[1] [Consult. 27 Jun. 2018]. Disponível em http://www.museudelisboa.pt/pecas/detalhe/news/mercado-da-ribeira-velha.html.

O extraordinário conjunto de materiais cerâmicos encontrados em Baiona – Pontevedra, é demonstrativo da circulação de bens entre os territórios dominados pela coroa de Espanha e assim se compreende a presença deste exemplar em Lisboa, porta de acesso ao comércio das rotas Atlânticas. Até ao momento não documentado nos contextos arqueológicos da capital, este modelo atesta sobre os contactos comerciais estabelecidos entre as principais cidades europeias. Contudo, não podemos excluir o constante movimento de tropas espanholas face ao conflito com os Países Baixos.

Assim, tendo em conta a análise formal deste conjunto, conclui-se que associado a um estabelecimento de oferta culinária, o mesmo se encontra datado cronologicamente do primeiro quartel do século XVII, através da leitura formal e composição decorativa dos exemplares em faiança, bem como do prato trípode com possível origem nos centros produtores da Picardia francesa.

Por imperativos de contextualização, a cerâmica constituiu o único fóssil director a partir do qual foi possível construir parte da história do sítio. Os trabalhos arqueológicos ocorridos nesta estrutura hidráulica não permitiram determinar a cronologia da mesma e dado que os materiais em análise foram em parte recolhidos fora da área de afectação da obra, ignoramos a profundidade total do poço, bem como a hipotética presença de objectos com outras cronologias que nos permitam datar a sua construção.

AGRADECIMENTOS
Ao Rui Gil e Rafael Santiago agradecemos a preciosa ajuda no tratamento, inventário e desenho de alguns materiais.

BIBLIOGRAFIA

Batalha, L.; Neto, N.; Peça, P.; Brito, S.; Cardoso, G. (2017) – Os Silos do Palácio de Santa Helena (Lisboa). In Arnaud, J. M.; Martins, A., coord. - *Arqueologia em Portugal: 2017 – estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 1751-1766.

Cardoso, G.; Rodrigues, S. (2002) – Conjunto de Peças de Cerâmica do Século XVII do Convento de N.ª Sr.ª da Piedade de Cascais. In Barros, L.; Henriques, F. J. R., coord. - *Actas do 3º Encontro de Arqueologia Urbana*. Almada: Câmara Municipal de Almada, p. 269-288.

Cardoso, G.; Batalha, L. (2017) – Evidências de Produção Oleira dos Finais do século XVI a Meados do Século XVII no Largo de Jesus (Lisboa). In Caessa, A.; Nozes, C.; Cameira, I.; Silva, R. B., coord. - *Actas do I Encontro de Arqueologia de Lisboa - uma cidade em escavação*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa, p. 146-181.

Casimiro, T.; Boavida, C.; Detry, C. (2017) – Cozinhar e comer: cerâmicas e alimentação em Carnide (1550-1650). In Senna-Martinez, J. C.; Martins, A. C.; Meno, A. A.; Caessa, A.; Marques, A.; Cameira, I., eds. - *Diz-me o que comes… Alimentação antes e depois da cidade. Fragmentos de Arqueologia de Lisboa 1*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa e Sociedade de Geografia de Lisboa, p. 110-121.

Gomes, J. (2017) – Comida de rua na Lisboa Moderna (séculos XVI-XVII). In Senna-Martinez, J. C.; Martins, A. C.; Meno, A. A.; Caessa, A.; Marques, A.; Cameira, I., eds. - *Diz-me o que comes… Alimentação antes e depois da cidade. Fragmentos de Arqueologia de Lisboa 1*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa e Sociedade de Geografia de Lisboa, p. 98-109.

Gomes, R. (2012) – A Arqueologia da Idade Moderna em Portugal: contributos e problemáticas. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Série V. 2, pp. 13-75.

Macedo, L. P. de (1960) – *Lisboa de lés a lés. Subsídios para a História das Vias Públicas da Cidade*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Macias, S.; Rego, M. (2007) – *Convento de Santa Clara [Moura]. Um conjunto cerâmico do século XVII*. Moura: Câmara Municipal de Moura.

Museu de São Roque. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. [Consult. 14 Jun. 2018]. Disponível em http://www.museu-saoroque.com/pt/coleccoes/pintura/casamento-de-santo-aleixo.aspx

Museu de Lisboa – Palácio Pimenta. Câmara Municipal de Lisboa. [Consult. 27 Jun. 2018]. Disponível em http://www.museudelisboa.pt/pecas/detalhe/news/mercado-da-ribeira-velha.html

Oliveira, F. N. ([1620] 1991) – *Livro das grandezas de Lisboa*. Lisboa: Vega.

Pinheiro, H.; Santos, R.; Rebelo, P. (2017) – Contextos romanos identificados na Frente Ribeirinha de Lisboa. In Arnaud, J. M.; Martins, A., coord. - *Arqueologia em Portugal: 2017 – estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 1293-1304.

Quina, J., coord. (2005) – *Museu Nacional de Arte Antiga* (Museus do Mundo, 1). Lisboa: Planeta de Agostini.

Ramalho, M.; Folgado, D. (2002) – Cerâmica modelada ou o requinte à mesa do Convento de São Francisco de Lisboa. In Barros, L.; Henriques, F. J. R., coord. - *Actas do 3º Encontro de Arqueologia Urbana*. Almada: Câmara Municipal de Almada, p. 247-268.

Raposo, M. (1985) - *A representação de objectos de uso doméstico na pintura da primeira metade do Século XVI em Portugal*. Dissertação de Mestrado em História da Arte. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Rodrigues, S. (2017) – Cerâmica Fina da Idade Moderna: proposta de um novo conceito. *Al-madan online* [Em linha]. Almada. II Série (21), Tomo 3, p. 96-107. [Consult. 11 Maio 2018]. Disponível em http://issuu.com/almadan/docs/al-madanonline21_3

Santa Cruz, M.; González Gallero, R. (s/d) - *La cerâmica de los siglos XVI-XVII del área Flamenca y de la Picardía documentada en el fondeadoro de Baiona (Pontevedra). Un avance en el estudio para su catalogación*. La Coruña. p. 1-28. [Consult. 11 Maio 2018]. Disponível em http://www.archeonauta.com/archeonauta/Documentacion_files/La%20ceramica%20del%20XVI-XVII%20flamenca%20de%20Baiona.pdf

Santos, P. (2008) – Cerâmicas de cronologia moderna do edifício do Aljube em Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia.* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. Vol. 11. Nº 2, pp. 325-345.

Serrão, V., coord. (1993) – *Josefa de Óbidos e o Tempo Barroco*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.

Seseña, N. (1991) – *El* búcaro de las meninas. In *Velázquez y el arte de su tiempo*. (V Jornadas de Arte). Madrid: Editorial Alpuerto, S.A., pp. 39-48.

Silva, V. da (1987a) – *A Cerca Moura de Lisboa. Estudo histórico descritivo*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Silva, V. da (1987b) – *A Cerca Fernandina de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Somé Muñoz, P.; Huarte Cambra, R. (1999) – La Cerâmica Moderna en el Convento del Carmen (Sevilha). *Arqueologia Medieval*. Porto: Ed. Afrontamento. 6, pp. 160-171.

Vasconcelos, C. M. (1957) – *Algumas Palavras a Respeito de Púcaros em Portugal*. Lisboa: Revista Ocidente.

#18 UMA COZINHA DE ÉPOCA MODERNA PRESERVADA NA BAIXA LISBOETA.

NUNO DIAS
DIOGO FERNANDES
RAQUEL SANTOS | NEOÉPICA, LDA.

RESUMO

A escavação arqueológica que revelou uma cozinha de Época Moderna foi executada pela *Neoépica, Lda*. no âmbito da reabilitação do edifício sito na Rua Augusta n.os 254 a 262, em plena Baixa Pombalina da cidade de Lisboa.

No local foram escavadas duas sondagens de solo, três sondagens parietais e executado o respetivo acompanhamento arqueológico de todos os trabalhos de escavação do subsolo, tendo-se registado distintas realidades datáveis entre a Época Contemporânea (atualidade) e a Época Moderna.

A cozinha de Época Moderna foi posta a descoberto na sequência de trabalhos de escavação de uma sondagem de solo, de forma a se proceder à construção de um poço de elevador. Os primeiros níveis estratigráficos desta sondagem dizem respeito a camadas de Época Contemporânea que cobriam a cozinha, datável possivelmente dos primeiros momentos de reconstrução dos edifícios ainda hoje observáveis nesta zona da cidade (2ª metade do século XVIII) ou ainda de um momento anterior de ocupação.

Por sua vez, esta estrutura cortou outras pré-existências, nomeadamente estruturas parietais e um pavimento de circulação (calçada), tendo sido as primeiras usadas como alicerce da parede de época pombalina.

Assim, este compartimento habitacional reveste-se de uma grande importância para o conhecimento das diferentes fases construtivas dos edifícios de rendimento desta época, e mesmo das estruturas anteriores ao terramoto.

Palavras-Chave: Baixa Pombalina; Idade Contemporânea; Idade Moderna; cozinha; «Terramoto de 1755».

ABSTRACT

The archaeological excavation that unveiled a Modern Period kitchen was executed by *Neoépica, Lda.* in the scope of a building rehabilitation project located in Rua Augusta, 254-262, at "Baixa Pombalina", in downtown Lisbon.

There were carried out two soil surveys, followed by three parietal examinations and, later, archaeological monitoring of all underground digs, recording different realities between the Modern Period and present time.

The Modern Period kitchen was uncovered following excavation work on a soil survey, in order to construct an elevator shaft. The first stratigraphic levels of this survey refer to Contemporary Period layers covering the kitchen, possibly dating from the earliest reconstruction of the buildings that are still patent in this part of the city (2nd half of the 18th century) or even to an earlier occupation.

In turn, this structure cut other pre-existences, namely parietal structures and a cobblestone sidewalk, the former being used as foundations of the pombaline wall.

Therefore, this compartment is of great importance for the understanding of this period's investment properties different construction phases, and even of the structures prior to the earthquake.

Keywords:"Baixa Pombalina"; Contemporary Period; Modern Period; kitchen; «1755 Earthquake».

1| INTRODUÇÃO

Os trabalhos arqueológicos efetuados neste edifício pombalino consistiram na abertura de duas sondagens de solo, três sondagens parietais e posterior acompanhamento arqueológico da obra de requalificação levada a cabo. Enquanto a Sondagem 1 continha exclusivamente estruturas do período pombalino, a Sondagem 2 pôs em evidência uma cozinha em excelente estado de preservação, assim como estruturas de diferentes períodos, nomeadamente do pré-terramoto à atualidade.

O presente artigo apresenta os dados arqueológicos da escavação da Sondagem 2, da responsabilidade científica de Raquel Santos e Nuno Dias, a descrição do espaço e a análise da estratigrafia e materiais identificados, correspondendo à comunicação feita ao II Encontro de Arqueologia de Lisboa, realizado entre 22 e 24 de Março de 2018, por Nuno Dias e Diogo Fernandes, com o título "Uma cozinha de época Moderna Preservada na Baixa Lisboeta".

2| ENQUADRAMENTO

O sítio intervencionado localiza-se na Rua Augusta, n.º 254 a 262 e Rua de Santa Justa, n.º 58 a 64, Lisboa, freguesia de Santa Maria Maior, Concelho e Distrito de Lisboa, a uma altitude média de 9,50 m, incluindo-se na área classificada como Conjunto de Interesse Público da Baixa Pombalina, nos termos da Portaria n.º 740-DV/2012, publicada em DR, 2.ª Série, n.º 248, de 24 de Dezembro.

Fig. 1 – Vista aérea da localização do sítio intervencionado.

Em termos geológicos, a Baixa Pombalina encontra-se implantada sobre terrenos de aluvião, de natureza argilo-arenosa, apresentando intercalações de argila, areias e saibros, podendo verificar-se a presença de calhaus rolados. Estas aluviões são resultantes de um sistema fluvial do «Esteiro do Tejo», o qual seria alimentado por duas ribeiras, a Ribeira de Valverde (ou de S^{to}. Antão) e a Ribeira de Arroios (Pais *et al,* 2006, p. 9).

Fig. 2 – Implantação do local de escavação na Carta Geológica de Portugal, n.º34D – Lisboa.

3| FASES DE OCUPAÇÃO

Embora geralmente se considere que a reconstrução da cidade no pós-terramoto de 1755 tenha sido um processo célere, iniciado nos momentos imediatos após a catástrofe natural, tal como Stephen Tobriner apresenta, não podemos assumir que esta visão corresponda totalmente à realidade. São diversos os testemunhos de visitantes da cidade de Lisboa nos anos seguintes à catástrofe, que referem que não havia pressa na reconstrução da cidade, encontrando-se os escombros amontoados e dispersos, situação esta que perdurara no tempo: "*Até ao início do século seguinte, a reconstrução da cidade parecia lenta para os que a visitavam. Na verdade, a obra duraria quase um século.*" (Ramos e Lourenço, 2000, p. 37).

No referente às fases de reconstrução da atual Baixa Pombalina, as investigadoras Ana Rita Reis, Maria José Simões e Susana Rodrigues, analisaram a

informação contida na *Décima da Cidade* (contribuição sobre as propriedades, prédios, ofícios e ordenados, entre outros) e os ritmos da morosa reconstrução do edificado. As autoras estabelecem três momentos construtivos, nomeadamente: de 1762 a 1777, de 1778 a 1807 e de 1808 a 1834, referindo que "*até ao afastamento do marquês de Pombal, em 1777, tinham sido edificados 46% dos imóveis (…) até à ida da corte para o Brasil, em 1807, surgiram 279 edifícios, perfazendo 50% da totalidade (…) de 1807 até 1834, apenas se registaram 23 novas construções, o que se traduz nos restantes 4% (…)*" (Reis, Simões e Rodrigues, 2004, p. 62).

No respeitante ao espaço intervencionado na Rua Augusta, nº 254 a 262, a intervenção do espaço em questão permitiu aferir até à cota de afetação da obra, quatro momentos de presença humana e respetivas estratégias de ocupação do local, entre a Época Moderna e a atualidade.

Fase 4: Época Contemporânea (atualidade)

De época contemporânea verificamos a presença de distintas estruturas relacionadas com os espaços comerciais existentes no edifício e as transformações efetuadas ao mesmo.

Em termos de pavimento de circulação, verificamos a presença de um pavimento compósito, em tijoleira bicolor, sobre uma camada de betão para regularização do terreno, o qual terá substituído o típico pavimento pombalino, constituído por grandes lajes calcárias. Coetâneos do pavimento de tijoleira bicolor são uma tubagem em PVC, que servia a casa de banho em uso; um caneiro que se encontrava desativado e preenchido por fragmentos vítreos; uma estrutura de planta quadrangular, em placas de mármore, preenchida por argilas verdes; assim como um maciço de planta quadrangular, em argamassa de cal, muito pouco compacta, cuja função se desconhece.

Fig. 3 – Vista geral do maciço quadrangular de época contemporânea.

Fase 3: Época Pombalina (2º momento)

De época pombalina é o próprio edifício, incluindo o compartimento onde se procedeu à escavação da Sondagem 2. Neste, observou-se através de sondagem parietal a constituição da parede Norte, a qual encostava a uma estrutura parietal em alvenaria, bem como uma janela, aberta para o saguão do edifício, cujo enchimento nos parece ser também deste período.

A parede pombalina apresenta estruturas de madeira em forma de cruz de S.to André, preenchida com argamassa de coloração esbranquiçada à base de cal, pequenos elementos pétreos e fragmentos cerâmicos de construção, sendo estes resultantes dos escombros. Apresentava reboco e estuque no seu alçado Sul, assentando diretamente sobre um pavimento em lajes calcárias. Já o enchimento da janela foi executado através de fiadas regulares de elementos cerâmicos de construção e argamassa à base de cal, que lhe confere uma coloração esbranquiçada.

Fig. 4 – Vista geral da parede Norte, em gaiola pombalina a encostar a uma parede em alvenaria e argamassa amarela e respectiva janela.

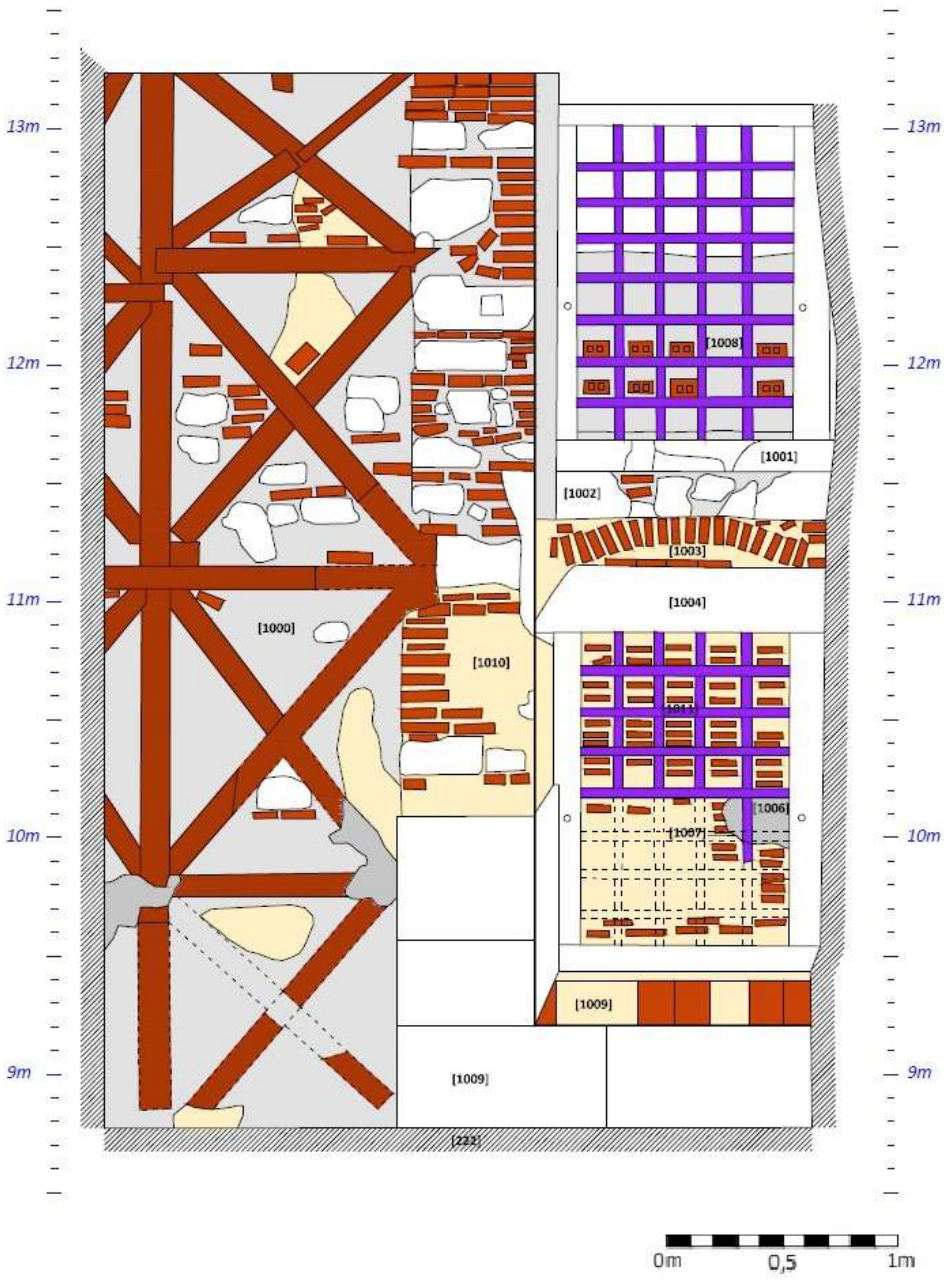


Fig. 5 – Parede Norte da sala.

Fase 2: Época Pombalina (1º momento)

Com o avançar da escavação da Sondagem 2, pôs-se a descoberto um conjunto de elementos constituintes de uma cozinha, o qual nos parece, com maior grau de probabilidade, datável do primeiro momento de construção do edifício pombalino.

Esta cozinha era constituída pelos seguintes elementos, que se encontravam em perfeito estado de conservação:

- Pia de despejos: constituída em calcário, apresenta no fundo (ligeiramente côncavo) 5 orifícios cuja função seria o escoamento das águas do seu interior. Tem 0,70 m de comprimento, 0,52 m de largura e altura interna de 0,20 m, não tendo sido possível auferir a sua altura total na face externa. Teria como função a lavagem dos alimentos a confecionar;

Fig. 6 – Vista em plano e de alçado da pia de despejos.

Fig. 7 – Vista geral e de alçado da bancada.

- Bancada: encimada por uma laje calcária, emoldurada, apresenta os quatro cantos com acabamento distinto (um anguloso, outro arredondado, outro com remendo triangular e o último canto encontrava-se fraturado). O tampo apresenta 1 m de comprimento, 0,56 m de largura e uma espessura de cerca de 0,10 m. Assentava em duas bases formadas por fiadas alternadas de tijolo maciço e argamassa forte. Teria como função a preparação dos alimentos;

- Forno/fogão: parcialmente fraturado, a sua base era formada por um arco constituído por fiadas de tijolo maciço e argamassa, enquanto o topo apresentava pequenas lajes calcárias nos cantos e tijoleiras cerâmicas no miolo, as quais apresentavam uma coloração cinzenta, resultante do contacto prolongado com altas temperaturas. Teria como função a confeção dos alimentos. Sob a sua base em arco encontravam-se três pilhas de telhas, inteiras e em perfeito estado de conservação.

Fig. 8 – Vista geral e de alçado do forno/fogão.

Fig. 9 – Pormenor das telhas empilhadas encontradas ***in situ*** sob o forno/fogão.

Fig. 10 – Alçado dos elementos constituintes da cozinha.

Estes três elementos (pia de despejo, bancada e forno/fogão) assentavam sobre um pavimento em lajes calcárias de muito grande dimensão, com junta disfarçada, unidas por argamassa branca bastante forte. Encontravam-se assentes numa argamassa de coloração branca e matriz arenosa, apresentando algumas conchas na sua constituição.

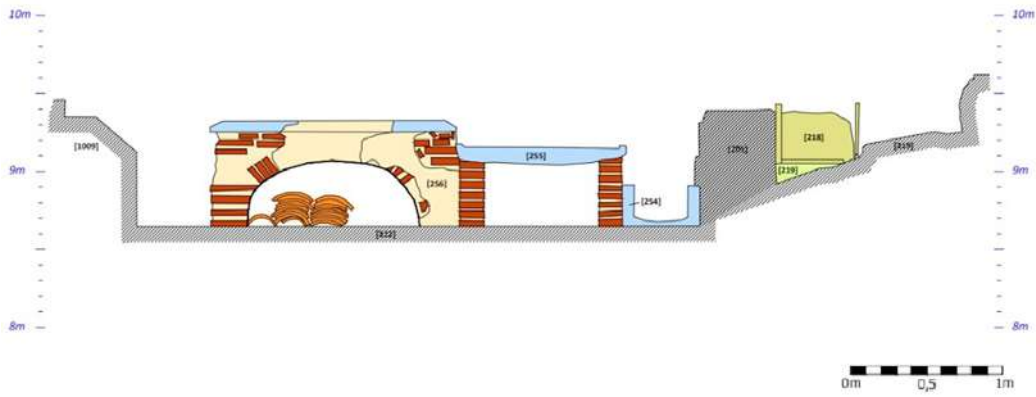


Fig. 11 – Vista geral do pavimento da cozinha.

As águas provenientes da pia de despejo eram canalizadas para uma estrutura de condução de água, constituída no topo por lajes calcárias e basálticas, com juntas disfarçadas por argamassa branca, bastante compacta e forte. As paredes eram constituídas por calcários pequenos unidos por ligante de cor amarelada, apresentando a cobrir a face interior espessas lajes calcárias e, no topo da estrutura, tijolo e calcários de forma a vencer a pendente.

Este circuito hidráulico atravessa diferentes divisões do edifício num ângulo descendente, une-se ao tubo de queda ligado à pia de despejos e transportaria a água para um coletor comum. A sua base era composta por lajes calcárias revestidas a argamassa arenosa de coloração esbranquiçada, tendo-se escavado no estrato precedente um *interface* para receber esta estrutura.

Fig. 12 – Vista de topo da estrutura de condução de águas.

A Sondagem Parietal efetuada na parede Norte permitiu ainda identificar a presença da parede original do compartimento e a existência de uma janela completa, em silhares de calcário, com 0,90 m de largura e 1,32 m de altura, com grade de ferro no seu interior e posteriormente emparedada com fiadas de tijolo e argamassa laranja.

Esta divisão habitacional encontra-se a mais de 1m de profundidade relativamente à cota actual da rua, que seria sensivelmente a mesma na época de construção do edifício, pelo que se desconhece a forma de acesso a esta divisão.

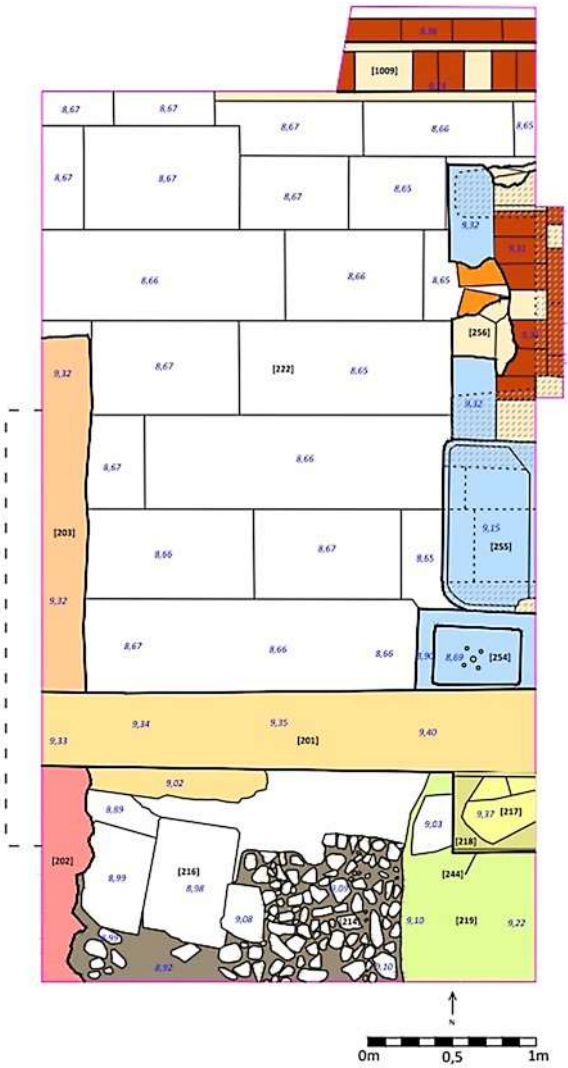


Fig. 13 – Plano intermédio da sondagem 2.

Fig. 14 – Levantamento 3D executado a partir de ortofotografia digital.

Fase 1: Época Moderna

Datável desta época são duas estruturas parietais detetadas sob o compartimento da cozinha, com orientação aproximadamente Este-Oeste e Norte-Sul. A primeira ostenta uma largura de 0,80 m, constituída em calcários de calibre grande, unidos por um ligante de coloração amarela e muito dura. A segunda é constituída por elementos pétreos de grande e muito grande dimensão, unidos por argamassa bastante dura de coloração amarela.

A primeira estrutura foi cortada e reutilizada como alicerce do arco de descarga que se encontra na parede Oeste, enquanto a segunda foi cortada pelo *interface* da parede Sul da cozinha. Ambas foram afetadas ainda pelo *interface* da estrutura de condução de águas residuais da cozinha.

Fig. 15 – Vista geral das estruturas [216] e [250].

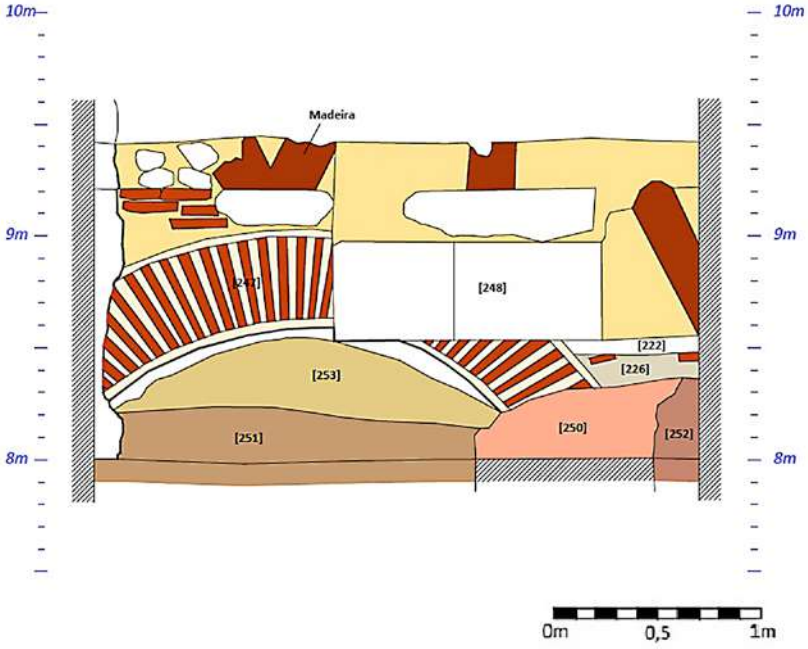


Fig. 16 – Arco de descarga sobre a estrutura [250].

Desta época é igualmente uma calçada em basaltos de média e pequena dimensão, com disposição aleatória, afetada pelo *interface* de construção da parede Sul da cozinha.

Este pavimento de circulação pedonal, *vulga* calçada, poder-se-á considerar pertencente a um pátio interior, visto que pela análise da cartografia histórica, nomeadamente de Tinoco e Carlos Mardel, não se verifica no local a presença de um arruamento pré-terramoto.

Fig. 17 – Vista geral da calçada, cortada pela parede Sul da cozinha.

4| MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

A atribuição de datações é possível através da análise dos materiais arqueológicos exumados das diferentes camadas estratigráficas que envolvem o espaço intervencionado, apesar dos seus evidentes limites de leitura, nomeadamente devido ao facto do material recolhido ser bastante escasso.

Os depósitos de topo, que se encontram a colmatar o compartimento da cozinha, apresentam materiais que, no seu conjunto, são datáveis de época Moderna pós terramoto e/ou Contemporânea. Assim, verifica-se a presença de fragmentos azulejares, com decoração diversa a azul e a roxo ou polícroma; diversos fragmentos

de cerâmica fosca, nomeadamente bordos de taças, potes e bilhas; fragmentos de cerâmica com vidrado plumbífero, tais como bordos de alguidares, caçarolas e frigideira; um prato em faiança com decoração geométrica polícroma; e fragmentos de tigelas em louça de pó-de-pedra.

Fig. 18 – Fragmentos de cerâmica comum recolhidos na U.E. 213.

Fig. 19 – Fragmento de prato em faiança recolhido na U.E. 215.

Dos depósitos escavados sob o pavimento da cozinha provêm fragmentos de cerâmica fosca com tipologias que incluem alguidares, panelas, pratos, testos em barbela, candeira, bilha, púcaros, frigideira e trempe, aos quais se atribuiu uma cronologia medieval/moderna. Identificou-se ainda um fragmento de cerâmica com vidrado estanífero e decoração fitomórfica estilizada a azul cobalto, apontando para uma datação do séc. XIV.

Do período Moderno identificaram-se materiais como um bordo de saladeira/alguidar, em vidrado plumbífero melado, assim como fragmentos de azulejos com vidrado melado, decoração diversa a azul e branco ou só brancos.

Fig. 20 – Fragmento de cerâmica comum com decoração pintada a branco recolhido na U.E. 234.

Fig. 21 – Fragmento com vidrado estanífero e decoração a azul-cobalto recolhido na U.E. 234.

A estrutura parietal afectada pela construção do caneiro da cozinha, era sobreposta por um depósito no qual foi recolhido um fragmento de fundo de malga com vidrado estanífero e decoração geométrica a azul cobalto, para o qual se aponta uma cronologia do séc. XIV.

Fig. 22 – Fragmento de malga carenada com vidrado estanífero e decoração a azul-cobalto recolhido na U.E. 234.

5| CONCLUSÕES

Na Sondagem 2, é de salientar a presença, sob a parede Oeste do espaço, de um arco de descarga, possivelmente contemporâneo do espaço doméstico pombalino, que descarrega sobre uma estrutura pré-existente que parece ter sido cortada para tal função.

Colocou-se a descoberto um espaço doméstico, uma cozinha, possivelmente da primeira fase de reconstrução da Baixa Pombalina, onde se encontrava *in situ* uma pia de despejos, uma bancada e um forno/fogão, com estrutura em arco, sob o qual se encontrava um conjunto de telhas empilhadas. Estas telhas levantam algumas questões acerca da datação do conjunto, pois se, por um lado, podemos admitir que se trata de uma construção correspondente a uma primeira fase da reconstrução pombalina, por outro, o facto de terem sido abandonadas *in situ* remete para um cenário de abandono rápido e definitivo, coincidente com o evento do terramoto de 1755.

Identificaram-se igualmente os limites originais do compartimento, nomeadamente as paredes Sul, Este, Oeste (com um arco de descarga) e Norte (em alvenaria, com duas janelas que apresentam ainda a sua grade de ferro).

Estas janelas foram emparedadas (possivelmente numa segunda fase de reconstrução pombalina), apresentando ainda sobre si, um arco de descarga em tijolo. Pensamos que se poderá avançar como hipótese a existência de uma janela construída numa primeira fase do edifício, encimada por uma outra, mais recente, que manteve a mesma configuração e alinhamento.

Ao nível do pavimento, as lajes de calcário de enormes dimensões encontravam-se em excelente estado de conservação, assim como o caneiro de escoamento de águas, o qual tinha sido emparedado num pequeno troço, mas encontrando-se ainda em uso (o esgoto pluvial do prédio ainda hoje descarrega neste caneiro de época moderna).

De época anterior ao compartimento da cozinha encontramos duas outras estruturas, as quais foram afetadas e usadas como base de assentamento das construções posteriores.

Apesar do excelente estado de conservação em que se descobriu esta divisão habitacional, o facto de o espaço ter sofrido diferentes fases de ocupação implica uma sequência de inúmeras alterações físicas em si próprio. Isto limita os dados em que poderemos basear-nos para identificar a datação do compartimento e implica uma selecção muito mais cuidada das principais premissas a tomar em consideração, se quisermos elaborar uma interpretação sensata do que poderá ter ocorrido neste espaço desde o momento da sua construção, até ao seu abandono e posterior recuperação.

Talvez o elemento mais visível, à primeira vista, que ajude a colocar o espaço no seu tempo será a arquitetura do local. Atentando nos elementos arquitetónicos que constituem a cozinha, tais como as cruzes de Santo André em sequência na parede Norte, a formar uma "gaiola" em madeira coberta por argamassa, ou a canalização com pendente que conecta por um tubo de queda em cerâmica a um coletor, entre outros, será fácil assumir que se trata claramente de um exemplo padrão de edifício recuperado durante a aplicação das novas reformas urbanísticas e arquitetónicas ordenadas pelo Marquês de Pombal na segunda metade do séc. XVIII.

Contudo, alguns elementos vistos frequentemente como típicos da era pombalina, não seriam inéditos. Tomemos como exemplo a icónica gaiola pombalina. Por um lado temos a visão da gaiola como uma novidade na arquitetura moderna, tal como Stephen Tobriner indica ao afirmar que *"Foi após o devastador terramoto de 1755 que o Marquês do Pombal reuniu os seus engenheiros militares para que estes criassem um sistema antissísmico para todo o edificado - surgiu a gaiola, considerada o sistema de resistência sísmica mais avançado do século XVIII. A gaiola é um sistema construtivo standartizado que incorpora uma quantidade de métodos inovadores, desenhados para ajudar a resistir e dissipar as forças sísmicas"* (Tobriner, 2004, p. 13).

Por outro, observamos uma posição diferente que defende que este tipo de estrutura já era antes conhecido e aplicado em alguns edifícios. Frederico Miranda propõe que a «gaiola pombalina» já era usada em zonas mais antigas da cidade, todavia, com menor elaboração. Em época pombalina, este sistema assiste a uma mudança, nomeadamente *"A originalidade da gaiola pombalina prende-se com o facto de se ter melhorado o sistema em gaiola utilizado anteriormente e aplicá-lo de forma mais sistemática na generalidade dos edifícios"* (Miranda, 2011, p. 32). A sua implementação em maior escala na reconstrução pós terramoto justifica-se uma vez que, tal como afirma José-Augusto França, *"A «gaiola» define-se como uma estrutura de madeira que, pela sua elasticidade, se adapta aos movimentos do solo sacudido por um sismo, resistindo de pé e desprendendo-se das alvenarias que podem (ou não) cair, sem que o prédio inteiro se desmorone."* (França, 1989[3], p. 60).

Assim, ao estabelecer a diferença entre a concepção de um determinado modelo arquitetónico e a popularização do mesmo, verificamos não existir propriamente uma forma de construir antes da ocorrência do terramoto e outra forma que é espontaneamente concebida e aplicada depois. Há sim, o usufruto de uma cuidada seleção de métodos construtivos existentes e o desenvolvimento de novos métodos gerados de acordo com as novas necessidades da cidade após o terramoto, tal como diz Walter Rossa ao dissecar e refutar algumas conceções popularizadas por França, *"A Baixa Pombalina (…) Não é o resultado de uma inspiração momentânea de algumas personagens perante um problema concreto, nem sequer naquilo que de mais característico ali encontramos (…) A Arquitectura da Baixa Pombalina não é mais do que a evolução por enriquecimento decorativo e a adaptação à escala e circunstâncias do caso, da arquitetura de série, quase sem idade, que a Coroa portuguesa produzia um pouco por todo o império, segundo princípios compositivos e metodologia construtiva padronizados.".* (Rossa, 2004, p. 35). É neste prisma que o compartimento identificado não recebe a categorização imediata que se espera, com os elementos que apresenta, na qualidade de construção "tipicamente" pombalina.

Outro dado que se prende com esta ambiguidade temporal é a orientação do prédio e da cozinha em si. Ambos estão alinhados com a orientação atual da Rua Augusta e da Rua de Santa Justa, embora o compartimento da cozinha se encontre um metro abaixo da cota da rua. Note-se inclusive que uma calçada fora encontrada em cada sondagem de solo a um nível superior ao piso da cozinha.

A bibliografia existente acerca dos aspetos urbanísticos da Baixa Pré-Pombalina apresenta informações que nos encaminham a uma melhor interpretação destes dois fatores: *"A maioria dos autores fala de um espaço urbano de características muçulmanas: ruas tortuosas, estreitas, becos, traça de aspeto anárquico. No entanto, existem áreas que podem integrarem-se no modelo radial (…) apresentando um centro - a igreja do qual irradiam várias artérias. Podemos encontrar estes núcleos precisamente, junto a Igrejas da Baixa: S. Nicolau, Stª Justa, etc. Temos ainda o cruzamento de toda a área por duas vias principais – Rua dos Ourives do Ouro/Rua Nova – que se encontram quase em ângulo reto, sendo elas as duas artérias mais importantes da Baixa e mesmo da cidade"* (Amaro, Bugalhão e Ramalho, 1994, p. 228).

Para acrescentar ao leque de fatores que tornam a interpretação deste sítio ambígua temos também a presença de telhas cuidadosamente empilhadas debaixo do forno/fogão, que nos remetem para um cenário de catástrofe e não de abandono gradual ou reformulação do edifício.

Temos ainda o espólio recolhido sobre e sob o compartimento, que nos aponta para uma faixa temporal alargada, tratando-se sobretudo de objetos domésticos comuns, frequentes de encontrar em contextos de época moderna (Casimiro, 2011), com algumas excepções que remontam a alguns séculos antes e depois do terramoto, o que torna a datação precisa do local difícil de estabelecer.

É ainda de destacar o facto de que os proprietários deste espaço teriam, provavelmente, um considerável poder financeiro. Não só o instinto empírico nos orienta para esta conclusão ao observar o aspeto geral da cozinha, como também o facto de que muitos dos elementos que constituem esta divisão são feitos de pedra talhada (tais como a pia de despejos e a banca de confeção) e em grandes dimensões, que possuíam um peso notável e exigiram mão-de-obra para o seu talhe e posterior transporte e instalação. A cozinha terá sido também decorada na face interior das paredes, uma vez que se nota a presença de marcas negativas de azulejos no alçado norte. O acesso a estes elementos em uma habitação seria, à altura, muito limitado (Gouveia, 2014). Para retratar esta esfera económica de Portugal no séc. XVIII, Maria do Céu Santos indica: *"A conjectura económica parecia muito favorável, contudo, só o era na aparência, porque o país vivia de facto na pobreza, com uma estrutura económica que subsistia de uma agricultura dada ao abandono pelos nobres que viram na Índia fonte de riqueza mais lucrativa, com o comércio liderado pelos britânicos e uma indústria inexistente."* (Santos, 2008, p. 3)

Desta forma, os dados que possuímos, resultantes da escavação da sondagem arqueológica, não permitem afirmar categoricamente uma datação para este espaço pertencente a uma habitação. Não obstante, cremos que o decurso natural da ciência da arqueologia e da curiosidade em geral faça prolongar o debate sobre as possíveis interpretações atribuídas a esta cozinha e instigamos, com este artigo, a que outros profissionais criem novos silogismos que permitam uma ainda mais fundamentada visão das realidades envoltas na transformação da malha urbana e dos aspetos arquitetónicos da capital no séc. XVIII.

BIBLIOGRAFIA

Amaro, C.; Bugalhão, J.; Ramalho, M. M. (1994) - A Baixa pré-Pombalina: alguns aspectos urbanísticos. In *V Jornadas Arqueológicas*. Vol. I. Lisboa: Associação de Arqueólogos Portugueses, pp. 227-237.

Casimiro, T. (2011) – Estudo do espólio de habitação setecentista em Lisboa. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Série V. N.º1. pp. 689-726.

França, J.-A. (1989[3]) – *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina*. (Biblioteca Breve, 12). Lisboa: Instituto da Cultura e Língua Portuguesa.

Gouveia, J. (2014) – *O uso da abóbada na construção pombalina nas áreas limítrofes da Baixa de Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura. Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa.

Miranda, F. (2011) - *Caracterização dos edifícios pombalinos da Baixa de Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Pais, J.; Moniz, C.; Cabral, J.; Cardoso, J.; Legoinha, P.; Morais, M.; Lourenço, C.; Ribeiro, M.; Henriques, P.; Falé, P. (2006) - *Notícia Explicativa da Folha 34-D Lisboa*. Lisboa: Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação.

Ramos, L.; Lourenço, P. (2000) - Análise das técnicas de construção pombalina e apreciação do estado de conservação estrutural do quarteirão do Martinho da Arcada. *Revista de Engenharia Civil.* Braga: Universidade do Minho. 7, pp. 35-46.

Reis, A. R.; Simões, M. J.; Rodrigues, S. (2004) - A Décima da Cidade: contributo para a datação do edificado da Baixa. *Monumentos.* Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Nº 21, pp. 58-65.

Rossa, W. (2004) – Do plano de 1755-1758 para a Baixa-Chiado. *Monumentos.* Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Nº 21, pp. 22-43.

Santos, M. F. (2008) - *Estudo dos danos ocorridos em Lisboa causados pelo Terramoto de 1755: Quantificação e Discussão*. Dissertação de Doutoramento em Engenharia Civil. Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa.

Tobriner, S. (2004) – A gaiola Pombalina: O sistema de construção anti-sísmico mais avançado do século XVIII. *Monumentos.* Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Nº 21, pp. 160-167.

#19 O QUE SE USAVA NUMA CASA NOBRE. CONSUMO DOMÉSTICO NUM AMBIENTE ABASTADO (1630-1680).

TÂNIA CASIMIRO | FCT/IHC/IAP/FCSH/UNL
ANTÓNIO VALONGO

RESUMO

A escavação arqueológica na Rua do Arsenal, 148 permitiu identificar algumas dependências relacionadas com as Casas Nobres do Infantado, a possível morada de D. Pedro, antes de se tornar rei de Portugal em 1648. Associados a estes compartimentos escavaram-se três contextos no interior dos quais foram identificados vários lixos domésticos tais como cerâmica, vidros, metais e madeira. A abundância de materiais perecíveis permite-nos avançar sobre que tipo de objectos, para além da cerâmica e do vidro, eram recorrentemente utilizados. Aqueles reflectem as actividades quotidianas daquela casa nobre, não apenas relacionados com actividades tais como cozinhar, comer e armazenar, mas igualmente com outras necessidades tais como a iluminação.

Com base nas evidências encontradas é possível concluir que estamos perante um contexto abastado onde os objectos reflectem não só o nível económico dos habitantes bem como a capacidade de consumir produções locais e exógenas, algumas delas raras nas habitações daquela época, numa perspectiva cultural, social e simbólica.

Palavras-Chave: casa nobre; consumo; objectos; quotidiano.

ABSTRACT

The archaeological excavation in Rua do Arsenal, 148 led to the identification of a few compartments related to Casas Nobres do Infantado, one of the places where D. Pedro, the future king D. Pedro II, lived before he became king in 1648. Associated to these compartments three contexts were excavated where a large quantity of domestic garbage was recovered especially ceramics, glass, metals and wood. The abundance of perishable objects permits to infer about certain activities which ceramic and glass sometimes miss out. These objects reflect the everyday activities in a noble house related to food production and consumption but also illumination.

Based on the material evidence it is possible to define what type of things were being used in a rich house where the objects reflect the economic availability of that house to consume local, regional and even foreign production in a social, cultural and symbolic perspective.

Keywords: noble house; consumption; commodities; daily live.

#20 O DIA EM QUE A CASA FOI ABAIXO: EVIDÊNCIA DE AMBIENTE DOMÉSTICO EM MEADOS DO SÉC. XVIII.

JOSÉ PEDRO HENRIQUES | COTA 80.86 LDA.; IAP/FCSH/UNL
TÂNIA CASIMIRO | FCT/IHC/IAP/FCSH/UNL
VANESSA FILIPE | COTA 80.86 Lda.; IAP/FCSH/UNL
VASCO NORONHA VIEIRA
DÁRIO NEVES | IAP/FCSH/UNL

RESUMO

Este trabalho tem como objectivo o estudo das actividades quotidianas no interior daquele ambiente doméstico através dos seus diferentes agentes e da forma como aqueles se relacionavam com os elementos da cultura material ali recuperados que nos transportam para um mundo de interacções globais.

Palavras-Chave: Consumo; Doméstico; Casa; Lisboa; século XVIII.

ABSTRACT

This paper aims to study the domestic activities developed in that house through its different agents and how they would relate with material culture elements which report us to a world of global interactions.

Keywords: Consumption; Domestic; House; Lisboa; 18th century.

1| INTRODUÇÃO

Os trabalhos arqueológicos efectuados na Praça D. Pedro IV tiveram por objectivo proceder à substituição de uma ilha ecológica, formada por três contentores construídos em betão armado, por uma nova ilha composta por quatro contentores mais modernos, integrados no Projecto de colocação de ecopontos subterrâneos na cidade de Lisboa, levado a cabo pelo Serviço de Higiene Urbana da Câmara Municipal de Lisboa.

A escavação arqueológica, efectuada no verão de 2017, identificou a extremidade de um quarteirão de casas localizado na extremidade Sudoeste daquela praça e cujas evidências apontam para um completo abandono na sequência do terramoto de 1 de Novembro de 1755 (Fig. 1).

Tais contextos arqueológicos são recorrentes na cidade de Lisboa, mas parcamente publicados (Casimiro et al., 2018; Bugalhão, 2015).O presente artigo pretende dar assim um contributo inovador para o estudo da vida em Lisboa em meados do século XVIII.

Foram identificados três compartimentos cuja relação não pode ser comprovada, uma vez que poderão, ou não, ter pertencido a proprietários distintos e onde a escavação arqueológica permitiu a recolha de um importante espólio em cerâmica, metal, vidro, madeira e fibras vegetais. Esses compartimentos desempenhavam funções distintas no ambiente doméstico, uma vez que tanto as soluções de pavimentação como os conjuntos arqueológicos encontrados no seu interior mostravam óbvias diferenças entre si.

O pavimento de um desses compartimentos, em calçada de seixos rolados, sugere que se trata de um pátio a céu aberto, ligado ao exterior do quarteirão por uma porta, que o delimita como espaço privado. Outros dois compartimentos pertenceriam muito provavelmente a espaços internos com pavimento em tijoleira.

Num deles identificou-se uma pequena pia rectangular associada à boca de um poço, ambas em pedra, delineadas por uma fiada de azulejos pintados a azul e branco que formava um rodapé em torno destas estruturas. O acesso directo à água no interior deste compartimento leva-nos a interpretá-lo como pertencente a uma cozinha.

Por sua vez, o compartimento sudeste, cuja área de escavação foi menor e onde não se identificou qualquer característica arquitectónica que permita uma classificação funcional conclusiva, continha no seu interior um abundante espólio cerâmico, vítreo e metálico, algum dele *in situ*, que pelas suas características nos leva a crer estarmos perante um espaço de arrumos ou de armazém.

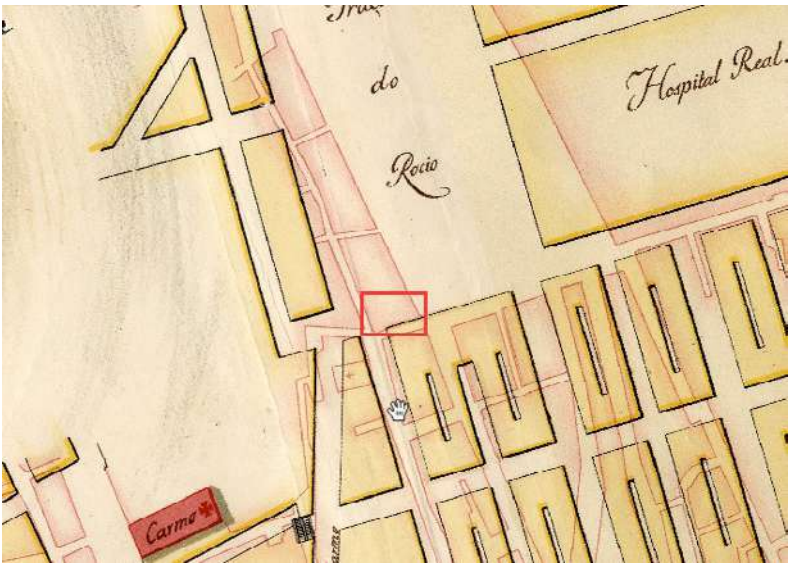


Fig. 1 – Localização da intervenção arqueológica em excerto da *Planta Topográfica da Cidade de Lisboa arruinada também segundo o novo alinhamento dos Architectos Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel.*

2| O ESPAÇO

Apesar do elevado índice de destruição provocado pela colocação, em 2001, dos contentores preexistentes, foi possível recuperar boa parte da informação através da leitura dos cortes estratigráficos. No corte sul foi possível verificar a existência de um nível de aterro para alteamento e estabilização do terreno, levado a cabo para a construção da actual Praça D. Pedro IV, após o terramoto de 1755. Tinha aproximadamente 0,80 m de altura e caracterizava-se por uma sucessão de despejos de pouca potência estratigráfica, de diferentes colorações e texturas, muito bem compactados.

Por baixo deste aterro, na extremidade oeste da sondagem, registámos a existência de um depósito heterogéneo, argiloso na sua base, com inclusão de abundante material de construção, onde se destacava a enorme quantidade de lajes de pavimento em calcário, e também vários fragmentos de aduelas de porta e soleiras, aparentemente atirados de forma propositada para o interior de uma depressão que parecia afigurar-se em seu torno (Fig. 2).

Fig. 2 – Colmatação com elementos arquitectónicos na zona do colapso da abóbada do caneiro.

Na observação do corte era possível determinar que este enchimento tinha sido realizado durante a fase de utilização de um nível de circulação temporário em terra batida. Este pavimento funcionava ao nível do topo preservado das realidades arqueológicas coevas do terramoto de 1755, observáveis no corte este e sul, e deverá ter funcionado como nível de circulação durante os anos de reconstrução da baixa pombalina, até ao momento em que o aterro de regularização acima descrito o colmatou.

Após a limpeza desta zona, foi possível confirmar que aquela realidade serviu para colmatar uma depressão provocada pelo abatimento de uma abóbada em tijoleira, pertencente a um grande colector subterrâneo. Este enorme caneiro era estruturalmente caracterizado por uma parede lateral em alvenaria, disposta em fiadas de tendência horizontal com as juntas bastante abertas, devido à erosão da argamassa pela água. No alçado Norte era possível observar a estrutura em abóbada de berço que o cobria em mau estado de conservação. Na observação do seu interior, uma vez que o caneiro não se encontrava totalmente colmatado por sedimento, verificou-se a existência de um arco em silharia bem aparelhada, com aproximadamente 1,00 m de largura, que correspondia ao assentamento da parede norte e da aduela de porta, detectadas nesta sondagem. O topo deste caneiro era visível na direcção noroeste em aproximadamente 3,20 m de comprimento, novamente coberto por abóbada de berço.

Os dados cronológicos obtidos a partir da escavação da zona oeste da sondagem, permitiram balizar a construção deste grande caneiro público nos finais do século XV, sendo por isso perfeitamente coetânea das reformulações no sistema de drenagem de águas domésticas e encanamento dos ribeiros que atravessavam Lisboa, levadas a cabo no reinado de D. Manuel I.

Apesar de carecer ainda de aprofundamento na investigação, podemos considerar que o grande caneiro público aqui identificado, poderá corresponder ao Cano de São Sebastião da Pedreira, responsável pela drenagem e condução de águas desde aquela zona, atravessando a cidade de Lisboa até se ligar com o Caneiro Real, um pouco mais a sul do local desta intervenção arqueológica (Fig. 3).

Fig. 3 – Caneiro público onde se observam ainda os respectivos depósitos de enchimento.

Na restante área da sondagem foi possível reconhecer a existência de três compartimentos distintos, cobertos pelo que restava dos níveis de entulho e de grandes manchas de carvão decorrentes do incêndio que lavrou na cidade de Lisboa após o terramoto de 1 de Novembro, apenas conservadas em cerca de 0,15 m de potência em todo o plano da sondagem, enquanto em corte mostrava uma potência original de aproximadamente 0,80 m de altura, tendo sido esta diferença subtraída durante os trabalhos de escavação para colocação dos contentores subterrâneos no ano de 2001 (Fig. 4).

Fig. 4 – Vista geral dos três compartimentos identificados durante a intervenção arqueológica.

O compartimento que convencionámos chamar cozinha e o compartimento dedicado ao armazenamento foram identificados no último quarto da sondagem, do lado este, e encontram-se separados da zona do pátio, que ocupa a restante

área para oeste, por um muro de aproximadamente 0,70 m de espessura, bastante afectado pelas alterações posteriores (Fig. 5).

Fig. 5 – Compartimento 1 e 3.

A dita cozinha localizava-se no canto nordeste da sondagem e encontrava-se preenchida por um depósito resultante do abatimento deste espaço durante o terramoto. Na observação do corte foi possível perceber que estava conservado em cerca de 0,70 m de altura e apresentava grande quantidade de matéria orgânica carbonizada e abundante entulho, sobretudo constituído por cerâmica de construção (tijoleira), nódulos de argamassa e fragmentos de estuque branco. Na parte sul era possível observar, também em corte, a existência de uma pia de perfil rectangular em lioz rosa, já fragmentada. Contíguo a esta pia, um grande pote de armazenamento com o topo abatido, conservado *in situ*. Na sequência da escavação deste compartimento colocou-se a descoberto o piso em tijoleira disposta em espinha, com evidentes marcas de exposição térmica (Fig. 6).

Fig. 6 – Compartimento 1.

Posteriormente procedeu-se à escavação do pote ali identificado e consecutivo aprofundamento da área intervencionada em corte, tendo em vista a compreensão da estrutura onde se encontrava assente a pia em lioz. Esta pequena estrutura adossa a um murete que separa a cozinha da zona de arrumos, sendo a sua base constituída por pequenos elementos pétreos e cerâmica de construção ligados por argamassa de coloração alaranjada pouco compacta. Apresentava rodapé desenhado por fiada de azulejos pintados a azul e branco, decorados com enrolamento clássico de folha de acanto, característicos do século XVIII. A

parte superior da pia apresentava igual revestimento a azulejo, aparentemente pertencente a um painel reaproveitado, pois não ofereciam qualquer afinidade com o padrão decorativo do rodapé.

Encostada a esta estrutura identificou-se ainda a zona lateral daquilo que interpretamos como pertencendo a uma boca de poço, em silharia bem lavrada, visível em aproximadamente 0,45 m de altura (Fig. 7). A fragilidade da zona superior do corte este não permitiu a escavação do interior da pia e por conseguinte o conhecimento real da sua dimensão.

Fig. 7 – Pormenor da pia em lioz, com remate e rodapé em azulejo, contígua a uma boca de poço em calcário.

A associação da pia a uma provável boca de poço, num compartimento que ao que tudo indica se trata de um espaço interno, bem como alguns dos objectos ali recuperados, como uma faca e um recipiente de medida, leva-nos a considerar este espaço como pertencente a uma cozinha.

O compartimento que acreditamos ter pertencido a uma zona de arrumos exibia as paredes ainda com o revestimento em estuque branco preservado, apresentava o seu enchimento praticamente incólume das destruições posteriores. Este era constituído na sua quase maioria por fragmentos de argamassa e argamassa

moída, fragmentos de estuque, abundantes fragmentos de telha e tijoleira, e uma considerável quantidade de cerâmica de mesa e cozinha (cerâmica comum, cerâmica vidrada, faiança, porcelana chinesa), tendo-se registado igualmente a presença *in situ* de um pote vidrado a amarelo, cuja forma fazia lembrar os bispotes utilizados nos séculos anteriores e um outro grande pote de armazenamento em cerâmica comum, semelhante ao recuperado na dita cozinha.

Após a escavação deste espaço, foi possível observar que apresentava um piso em tijoleira disposta em espinha, tal como no compartimento anterior, mas de diferente orientação.

A exiguidade da área intervencionada não permitiu uma correcta atribuição funcional a este espaço, não sendo de descartar a possibilidade de se tratar de um armazém ou um espaço de arrumos, dada a variedade funcional da cultura material recuperada no seu interior.

O pequeno murete que separava o compartimento 1 do compartimento 3 apresentava vestígios de um pequeno entaipamento, junto à parede que os separava a ambos do pátio, indiciando desta forma que originalmente se encontravam ligados por um pequeno vão, entaipado em data incerta.

A restante área da sondagem para oeste pertencia a um espaço único, cujos depósitos de colmatação se encontravam bastante afectados, restando apenas aproximadamente 0,15 m de potência sob o qual verificámos que mantinha preservado um piso em calçada, de seixo rolado em basalto e calcário. Este compartimento encontra-se delimitado a norte e a este por dois muros de grande dimensão, a oeste pela existência de um vão, cuja aduela apenas se encontra preservada junto do muro norte. A sul, este espaço desenvolve-se para além do corte que delimita a sondagem.

Na extremidade nordeste deste compartimento, observou-se a existência de duas lajes calcárias, colocadas em "L", formando um canto quadrangular, juntamente com o ângulo provocado pelo muro a norte e pelo muro este. Estas lajes correspondem à estruturação de um poço de planta circular, em silharia mal aparelhada, de juntas bastante abertas. No sobreleito destas lajes era ainda possível observar a existência de negativo em argamassa amarelada, sugerindo a existência de uma guarda na boca deste poço, construída em tijoleira, da qual não foi possível identificar qualquer vestígio.

Anexa à boca do poço, verificou-se a existência de uma estrutura de fraca construção em alvenaria com recurso a cerâmica de construção e pedra de pequeno calibre, assente num silhar de formato rectangular. Encontrava-se bastante destruída pelas afectações de 2001, mas conservada em altura até ao topo do muro norte, sendo possível observar em plano o vestígio do seu prolongamento para sul em cerca de 0,50 m de comprimento. Em perfil, mostrava o alçado externo rectilíneo, enquanto o interior, de perfil ovalado sem qualquer tipo de acabamento, sugere tratar-se de suporte de uma pia ou de uma talha em cerâmica, que devido à proximidade com o poço, podia desempenhar uma qualquer função relacionada com este (Fig. 8).

Fig. 8 – Pormenor do poço e da estrutura anexa.

Sensivelmente a meio do compartimento e integrado no piso em calçada, verificou-se a existência de quatro tampas de caneiro, no sentido este-oeste, duas delas com perfurações para escorrimento de água, associadas a duas lajes em pedra calcária de grande dimensão, uma já fracturada, na sequência do abatimento da abóbada do caneiro.

Estas lajes mostravam uma ligeira inclinação para esse caneiro, oferecendo a superfície bastante erodida e totalmente preenchida por sulcos transversais à sua inclinação. Encontravam-se assentes numa base em argamassa, realizada simultaneamente com o caneiro mencionado, formando por isso uma solução funcional relacionada, mas de difícil atribuição. Lajes deste tipo são sobretudo identificadas nos pisos de cocheiras, onde cobrem a totalidade dos pisos inclinados nos compartimentos para cavalos, tendo como principal função evitar que os animais escorreguem. No caso em apreço, essa solução não nos parece evidente, uma vez que apenas se conservam duas lajes, perfeitamente integradas no piso em calçada que as rodeia. Assim, a interpretação da sua funcionalidade deverá passar pela sua associação a uma actividade de índole doméstica que julgamos poder estar relacionada com a lavagem de roupa, que faria sentido tendo em conta a proximidade do poço. Encostado a esta estrutura observamos a existência de um pilar em pedra calcária, destruído até à cota da calçada, que muito provavelmente servia de suporte a um alpendre que existia naquele pátio (Fig. 9).

Fig. 9 – Pormenor da estrutura integrada no piso em calçada do pátio.

Sobre o pavimento em calçada, na intersecção do corte sul com o muro este, identificámos uma elevada concentração de carvões. Esta realidade, também afectada pelos trabalhos de colocação de contentores em 2001, caracterizava-se pela presença de abundantes fragmentos de madeira carbonizados, melhor preservados na zona encostada ao muro este. Tratava-se de uma arca em madeira *in situ*, que continha no seu interior uma grande quantidade de trigo carbonizado em perfeito estado de conservação, melhor preservada em corte onde chegava a atingir aproximadamente 0,40 m de altura, observando-se ainda o perfil quadrangular da mesma (Figs. 10 e 11). O interior da arca, totalmente preenchido pelo cereal revelou, após a escavação deste, os negativos das sacas que o continham. Em torno desta recuperámos diversos pregos e placas em ferro utilizadas na junção das tábuas. Foi igualmente possível observar a existência das tábuas de fundo e os respectivos pés, ainda que em muito mau estado de conservação, mas que permitiram conhecer as dimensões aproximadas da arca. Uma vez que existia a necessidade de se proceder ao realinhamento do corte sul para colocação dos novos contentores, foi possível intervir nesta zona e escavar a sua totalidade.

Sobre as tábuas de madeira correspondentes à tampa e que se encontravam directamente assentes sobre o trigo carbonizado, recuperámos abundante material em madeira carbonizada, mas perfeitamente reconhecível, do qual destacamos alguns fragmentos de um móvel cuja tipologia sugere a produção no século XVIII, pertencentes provavelmente ao pé e a uma travessa de mesa ou contador (Fig. 12).

Fig. 10 – Pormenor da arca sobre a calçada do pátio.

Fig. 11 – Pormenor das sementes de trigo carbonizadas.

Fig. 12 – Arca e fragmentos de mobiliário carbonizado no corte sul.

3| O ESPÓLIO

3.1| CERÂMICA

Como é comum nestes contextos, a cerâmica constitui o material arqueológico mais abundante de todo o conjunto recuperado. Optámos por dividir a sua contabilização em cerâmica comum, ou seja, aquela sem qualquer revestimento da superfície, cerâmica com vidrado de chumbo, cerâmica com vidrado de estanho (por norma designada por faiança), porcelana e grés. No entanto, mais do que divisões baseadas no material interessa-nos a discussão da sua funcionalidade e qual o seu papel neste ambiente doméstico em particular e o que podem estes recipientes dizer-nos sobre o dia-a-dia dos seus ocupantes.

Discutir o consumo de cerâmica em ambiente doméstico num contexto de meados do século XVIII não é uma tarefa fácil sobretudo porque à maior parte das formas não podemos atribuir uma função específica. A sua presença nos quotidianos lisboetas em geral e nesta casa em particular não pode ser desassociada de actividades tão básicas e elementares tais como cozinhar, comer ou beber.

A maioria dos objectos identificados foi produzida localmente, com recurso a barros locais, sendo as pastas homogéneas, compactas apresentando elementos não plásticos quartzosos, calcários e micáceos variando de cor entre os vermelhos claros e os castanhos-escuros. Grande parte dos objectos não apresenta qualquer tratamento da superfície enquanto outros apresentam as superfícies revestidas com vidrados de chumbo, impermeabilizando a superfície. Apesar de alguns dos objectos mais delicados, tais como os púcaros, serem igualmente construídos com estas pastas vermelhas a maior parte corresponde a recipientes usados na cozinha ou para armazenamento. No que concerne à louça de mesa a maior parte corresponde igualmente a produções locais com pastas claras e superfícies revestidas com vidrados estaníferos também eles brancos. Em meados do século XVIII estes objectos eram essencialmente brancos ou decorados com alguns apontamentos de azul (Casimiro, 2013, 364). Relativamente às importações elas são sobretudo chinesas, inglesas ou holandesas.

Designamos como louça de cozinha todos os objectos que acreditamos terem sido utilizados no processo de confecção de alimentos. Panelas e as suas tampas são o achado mais recorrente e seriam utilizados para cozer e estufar. Estes eram recipientes globulares com fundo plano, asas verticais ou horizontais e bordos com perfil semi-circular (Fig. 13, i, j). Estas podiam ter ou não as superfícies internas vidradas, o que parece estar relacionado, de acordo com informação retirada de diversos livros de receitas do século XVIII, com o tipo de alimentos

preparados no seu interior (Casimiro e Gomes, no prelo). No que às frigideiras ou tigelas de fogo diz respeito, visto que a distinção das formas não é assim tão clara, correspondem a formas hemisféricas, de paredes baixas, com ou sem asas (Fig. 13 a, b, c, d, e, f, g, h), que poderiam ser utilizadas directamente sobre as brasas ou para ir ao forno.

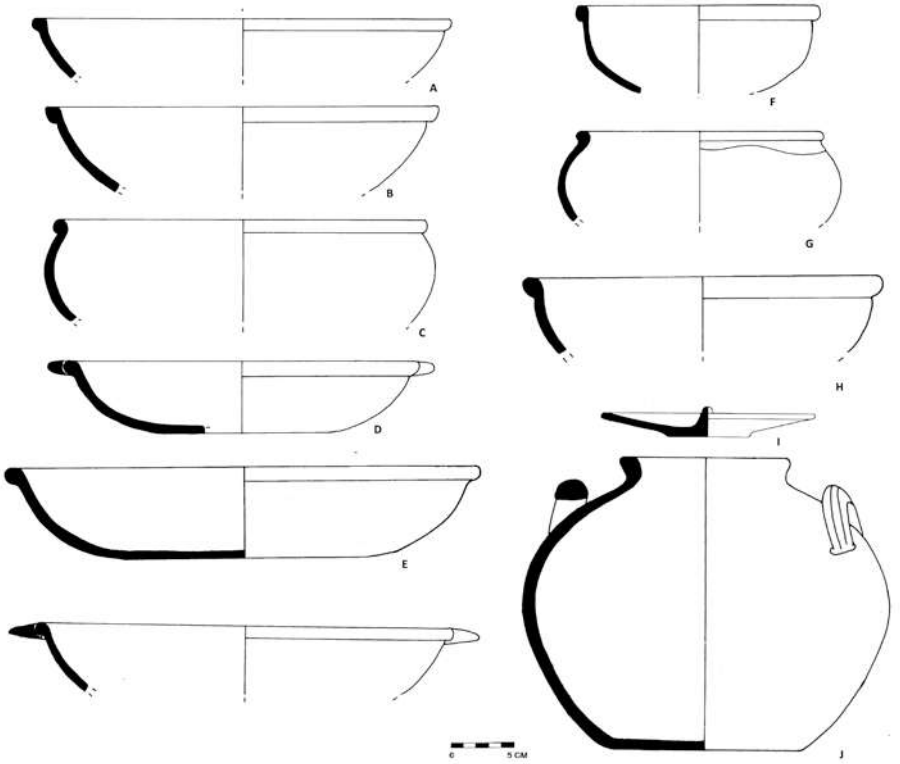


Fig. 13 – Cerâmica de cozinha.

A louça de servir à mesa é o segundo tipo mais abundante logo após a louça de coacção. A maioria seria utilizada para beber e comer individualmente. Ainda que nesta escavação tenham sido encontrados alguns covilhetes (Fig.14 n, o, p), pratos (Fig. 14, k, l, m) e um pote de pequena dimensão, a maioria de louça de servir à mesa trata-se de porcelana. Correspondem as faianças ao que normalmente é

identificado em contextos do terramoto com as superfícies exclusivamente brancas ou com pequenos apontamentos de azul junto ao bordo ou no interior do fundo, semelhante ao que tem sido regularmente identificado nestes contextos por Lisboa (Casimiro, et al., 2018).

Enquanto o vinho seria consumido sobretudo em copos de vidro, a água era quase exclusivamente consumida em púcaros de barro. Os púcaros correspondem na sua maioria a formas de pequena dimensão com corpo globular, colo alto e uma asa que liga o corpo ao bordo. A maior parte não apresentava decoração, muito embora alguns deles tenham sido esgrafitados formando pequenas decorações. Não é possível fazer qualquer interpretação acerca da base social dos habitantes desta casa com base nos púcaros encontrados visto que este tipo de objectos é socialmente transversal à época. Recordamos o episódio em que um estrangeiro em visita à corte de D. Sebastião é surpreendido pelo facto de o rei de Portugal beber água por um púcaro que lhe era servido numa bandeja de prata, por muito apreciar o seu sabor a terra (Vasconcellos, 1921, p. 20) (Fig. 14 a, b, c, d, e).

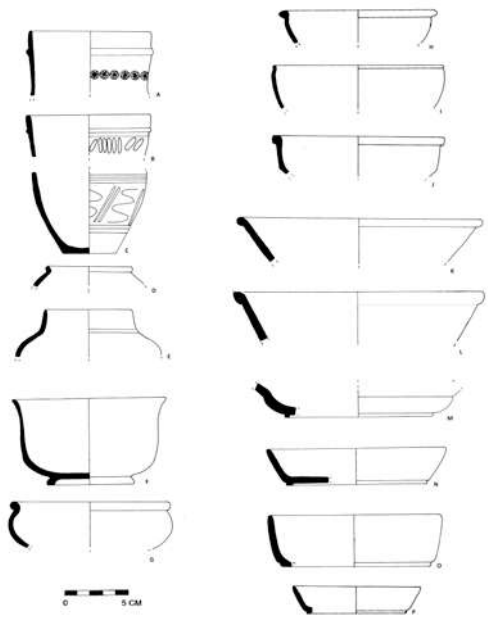


Fig. 14 – Cerâmica de mesa.

Relativamente à cerâmica de armazenamento, a escavação da casa do Rossio revelou três grandes potes que certamente cumpririam esta função no que a líquidos ou restos orgânicos diz respeito. Dois deles, com corpo globular, assentes em base plana, sem qualquer tipo de tratamento da superfície e decorados com cordões e asas horizontais serviam como contentores de líquidos. O mais pequeno, recuperado junto do poço da cozinha, podia conter água, enquanto o segundo exemplar, de maior dimensão, apresentava a superfície interna completamente coberta por cal (Fig. 15a). Mesmo ao lado deste último pote, foi identificado um outro recipiente, alto e largo, com forma cilíndrica, bordo extrovertido e duas asas verticais junto ao bordo. Tanto a superfície interna como externa encontra-se revestida a vidrado de chumbo amarelo (Fig. 15b). Este exemplar tem suscitado alguma discussão, pois se por um lado parece tratar-se da forma que comummente atribuímos a um bispote, em contextos do século XVI e XVII, surge num contexto em que foram identificados fragmentos de bispotes em faiança, pelo que não deve ser descartada a sua utilização por um número mais elevado de indivíduos, que um penico em faiança não comporta, ou como recipiente de outros desperdícios domésticos. Aguardam-se os resultados das análises ao sedimento identificado no seu interior para podermos retirar conclusões mais definitivas sobre a sua utilização.

Dois fragmentos de bojo de um pote de grandes dimensões, com pintura branca no exterior compondo decoração vegetalista, é provavelmente o único pote de grandes dimensões cuja produção não ocorreu em Lisboa e que é até ao momento por nós desconhecida (Fig. 15c).

Fig. 15 – A- Grande pote com o interior coberto de cal; B- Bispote; C- Fragmento de grande pote com pintura a branco.

As medidas estão entre as peças mais curiosas que se podem identificar nos contextos modernos em Portugal, sobretudo a partir dos inícios do século XVI quando D. Manuel uniformizou e legislou acerca da capacidade destes recipientes (Lopes, 2003, p. 116) Um destes objectos foi recuperado sobre o pavimento que convencionámos chamar de cozinha. Tipologicamente são recipientes muito simples, altos, paredes rectas e base plana, por norma com uma asa, produzidos localmente. É provável que todas as cidades produzissem as suas próprias medidas de capacidade, no entanto, arqueologicamente elas são muito visíveis em Lisboa (Viana, 2015; Caessa e Mota, 2014; Casimiro e Valongo, 2019). O que as torna distintas das demais é terem marcado na sua superfície, pós-cozedura, não apenas a quantidade que mediam, mas, em muitos casos, a data da aferição. O tamanho é variável e correspondem às medidas e aos seus submúltiplos. A peça recuperada nesta escavação trata-se de uma canada, aferida no ano de 1747, data que apresenta junto ao bordo.

Ainda que fosse expectável que elas aparecessem associadas a contextos comerciais, todas as medidas identificadas até agora na cidade de Lisboa têm sido recuperadas em contextos domésticos ou lixeiras e aterros, o que descaracteriza a sua utilização. A sua presença nas cozinhas portuguesas dos séculos XVII e XVIII poderá estar relacionada com a utilização doméstica destes recipientes, comprovada documentalmente no registo de despesas da Casa de D. Catarina, onde se indica a compra de "uma medida de meia canada de barro para medir o azeite na dispensa" (Cândido, 2014, p. 233).

É importante aqui mencionar o aparecimento de três panelas que por norma são associadas a populações africanas (Fig. 16) (Simões, 2015; Oliveira and Brochado, 2016). Apesar de pertinente, o debate sobre os seus detentores e a sua função não encontra espaço neste texto. Contudo, é nosso dever mencionar que recentes análises arqueométricas indicam que estes recipientes não foram fabricados em Portugal, pelo que importa pensar no seu papel no estudo de um grupo com uma identidade muito própria na Lisboa do século XVIII (Casimiro et. al. 2019).

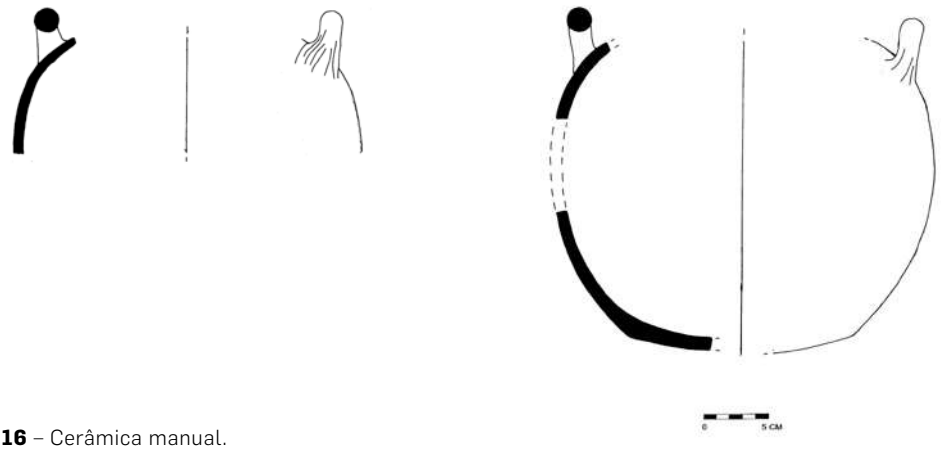


Fig. 16 – Cerâmica manual.

Desde a primeira metade do século XVI que a porcelana chinesa surge nos contextos arqueológicos de Lisboa, mas é apenas a partir de meados de quinhentos que a presença dessas importações se torna cada vez mais assídua, sofrendo apenas um importante declínio em meados do século XVII, altura em que as produções desse período sofrem um elevado decréscimo devido às alterações políticas que tanto na China como em Portugal, se fazem sentir quase em simultâneo.

Apenas nos finais do século XVII e já com a nova dinastia Qing perfeitamente instituída na China, se observa nos contextos arqueológicos de Lisboa um paulatino aumento da aquisição de porcelana chinesa, que assume um papel de estranha relevância face às restantes produções identificadas no compartimento que interpretamos como armazém ou sala de arrumos e em menor escala na zona do pátio.

Quarenta e duas peças, de um total de cinquenta e uma recuperadas na escavação, foram identificadas no armazém ou sala de arrumos, pertencendo na sua maioria a porcelana produzida durante o reinado dos imperadores Yongzheng (1723-1735) e Qianlong (1723-1795), ocorrendo pontualmente algumas peças produzidas durante o final do reinado do imperador Kangxi (1668-1722) e de forma residual alguns exemplares de época Ming produzidos durante o final do reinado do imperador Jiajing (1522-1566) e Wanli (1573-1619), cuja presença se reveste de possibilidades interpretativas variadas, sejam eles relacionados com uma tendência coleccionista ou heranças familiares.

Formalmente o conjunto caracteriza-se por pratos, taças, chávenas, pires e um bule (Fig. 17). A decoração é maioritariamente a azul e branco, com raros exemplares decorados a família rosa, e a esmalte castanho (batavian ware).

A ausência de formas como as terrinas e as grandes travessas dos serviços de mesa indicam uma clara circunscrição formal daquele serviço aos pratos, a forma mais comum e transversal a todos os serviços de mesa independentemente da classe social que os utilizava, todos eles pintados a azul e branco. Esta circunscrição formal não encontra paralelos com colecções contemporâneas de porcelana exumadas em escavações arqueológicas no Terreiro do Paço, o centro político e comercial de Lisboa desde o século XVI, (Ferreira et. *al*, 2017) e no Palácio dos Condes de Penafiel (Henriques, 2012), onde essas colecções mostram uma variabilidade formal e decorativa muito maior. A elevada fragmentação da colecção não permite uma percepção total dos motivos decorativos, observando-se nalguns casos motivos florais, objectos simbólicos, e paisagens, produzidos durante o reinado de Yongzheng (1723-1735) e Qianlong (1723-1795), muito provavelmente adquiridos em conjunto e em data próxima do grande cataclismo.

Por outro lado, os exemplares de época Kangxi (1668-1722) formam um conjunto mais heterogéneo do ponto de vista decorativo e formal, onde ocorre o único exemplar de batavian ware desta colecção. Podem ter sido utilizados em conjunto com os exemplares acima referidos, reflectindo uma aquisição que não procura obedecer a uma noção de serviço *stricto sensu*, mas sensível aos padrões e técnicas decorativas individuais.

A difusão social do consumo de chá, café e chocolate ao longo do século XVIII é também aqui perfeitamente representada pelas chávenas, pires e por um único fragmento de bule. Uma relação de conjunto entre chávena e pires é quase impossível de estabelecer, dada a elevada variedade decorativa e cronológica do conjunto. Apesar da pintura a azul e branco ser mais uma vez maioritária, ocorrem aqui fragmentos de decoração polícroma com recurso a esmaltes rosa, verde, vermelho e amarelo, num conjunto que cronologicamente pode ser balizado entre os inícios do século XVIII e os meados da mesma centúria, o que é revelador de uma aquisição diacrónica e volátil face às muitas novidades decorativas da porcelana ao longo da primeira metade de setecentos. A fragilidade destes objectos pode contribuir para essa heterogeneidade, pois se uma delas se fractura e é descartada, seria substituída por outra de igual função, mas dificilmente com o mesmo motivo decorativo.

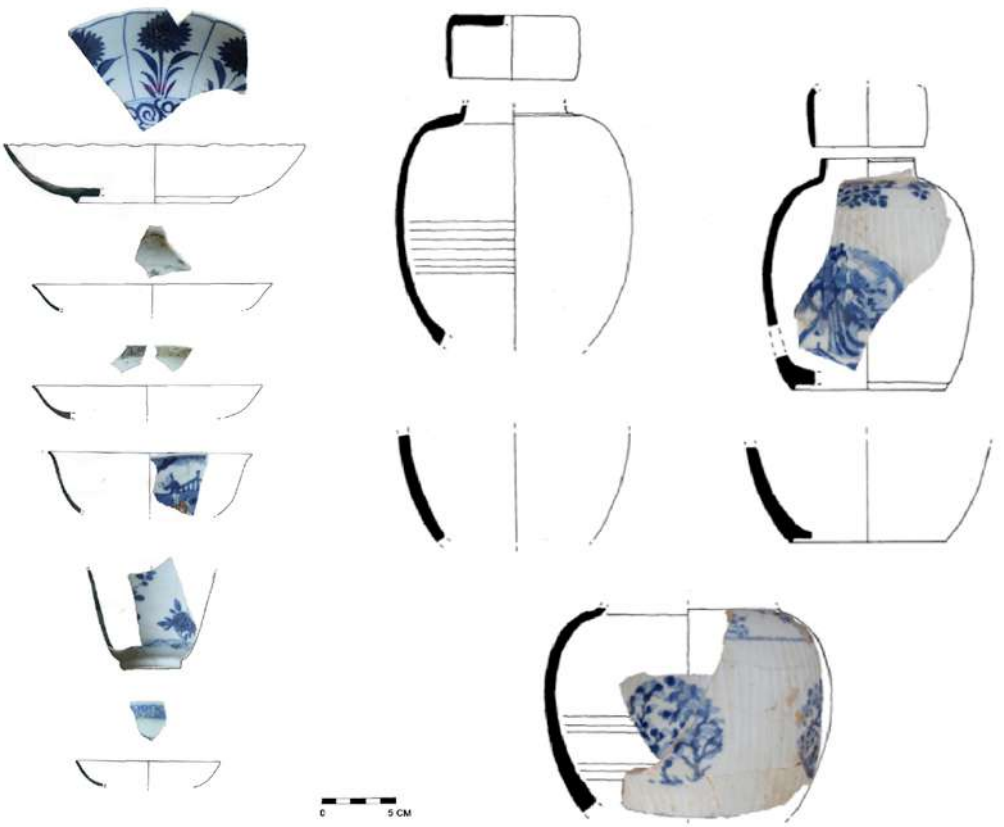


Fig. 17 – Porcelana chinesa.

Embora em menor número, foram igualmente recuperados alguns fragmentos de porcelana no pátio desta habitação. Neste espaço destaque para o conjunto de 5 potes e duas tampas que a eles pertencem, decorados com estrias verticais e medalhões circulares com representação de figuras femininas, produzidos durante o reinado do imperador Kangxi, por volta de 1700. A homogeneidade e antiguidade deste conjunto, à data daquela catástrofe, advém do menor manuseamento que a sua dupla função (armazenamento e exposição) implica.

Do interior do poço que foi escavado no pátio, apenas um exemplar foi recuperado e corresponde ao fragmento de parte da cabeça de uma *Guanyin*, em *blanc de chine*, produzida nos fornos de Dehua.

3.2| METAL

Os objectos metálicos encontravam-se dispersos por todos os compartimentos identificados, sendo os pregos os mais numerosos, comuns a todos os contextos arqueológicos pela multiplicidade de aplicações que encerram.

Alguns destes objectos apresentavam deformações derivadas da elevada exposição térmica a que estiveram sujeitos, comprometendo dessa forma uma correcta atribuição funcional. Contudo, alguns deles encontravam-se no sítio onde foram deixados naquela manhã de Novembro, como é o caso de uma faca de ferro, com cabo em osso e uma pequena argola em cobre, que se encontrava perfeitamente colocada sobre o pavimento em tijoleira da cozinha (Fig. 18 a).

Fig. 18 – Faca em ferro com cabo em osso

No compartimento onde reconhecemos a zona de arrumos, foram recuperados sobretudo objectos relacionados com a decoração de mobiliário, como pequenos apliques ou coruchéus de espaldar de cadeira (Fig. 19 a, e, f). Peças semelhantes foram recuperadas entre a grande concentração de madeira carbonizada identificada na zona do pátio, como por exemplo apliques circulares em forma de flor estilizada, coruchéus e pequenas tachas que por vezes fixavam os forros em couro lavrado de cadeiras (Fig. 19 b, d, c).

Também no pátio foi recuperado um pequeno aro de ferro e duas argolas, identificado imediatamente ao lado do poço, que interpretamos como pertencente a um balde, muito embora o material em madeira que o formava estivesse reduzido a cinzas (Fig. 20).

Fig. 19 – Apliques metálicos de mobiliário

Fig. 20 – Aro e argolas em ferro *in situ*.

3.3| MADEIRA E FIBRA VEGETAL

Devido a excepcionais condições decorridas durante o incêndio que deflagrou em Lisboa após o terramoto, foi possível recuperar nesta intervenção arqueológica alguns fragmentos de madeira e fibras vegetais carbonizadas, para além das sementes de trigo identificadas dentro da arca, que, por não terem sido expostos a chamas directas, se preservaram sob a forma de carvão, mantendo muitas vezes um aspecto próximo do original.

No compartimento associado à cozinha, no seio de uma espessa camada de cinzas que se localizava entre o bocal do poço e a pia em lioz, recuperámos um fragmento de corda, em material ainda por identificar, que pode estar relacionado com a suspensão de um balde em madeira, semelhante ao identificado no pátio, que servia para captar a água até à superfície (Fig. 18 b).

É no pátio, por cima da arca que continha o trigo, que vamos encontrar uma grande concentração de madeira carbonizada. Os objectos que mais se destacavam neste conjunto são constituídos por diversos fragmentos, pertencentes talvez a um contador ou uma mesa, que consistem numa trave com decoração lavrada de forma oval e respectivo encaixe no pé (Fig. 21).

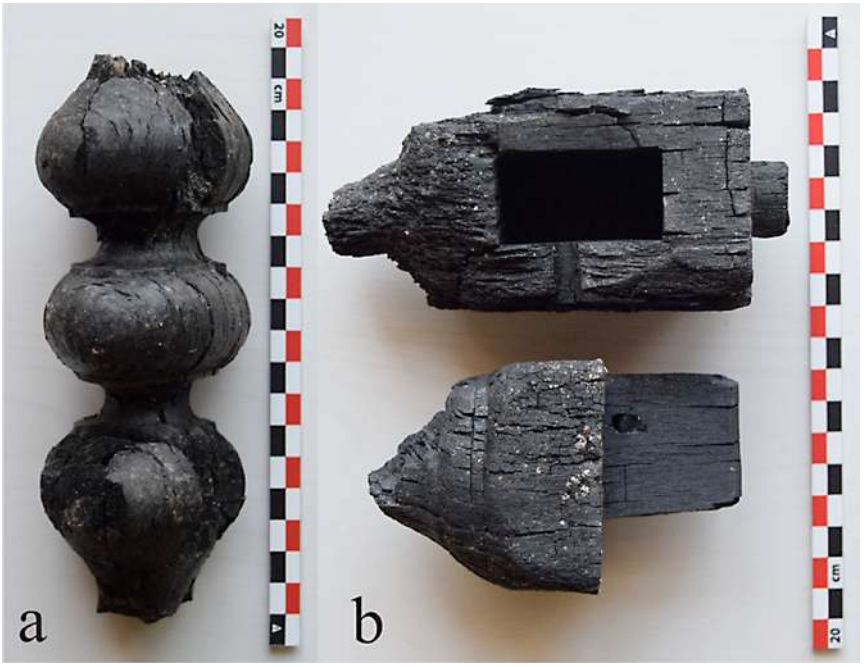


Fig. 21 – Fragmentos carbonizados de peças de mobiliário

Também se identificaram objectos de dimensão mais pequena, como o cabo de uma faca ou garfo com decoração incisa ondulada e metade do que deve pertencer a uma escova com forma circular, onde se observam várias perfurações mais pequenas por onde passa um fino fio de cobre que originalmente segurava alguma fibra de origem animal, provavelmente crina de cavalo (Fig. 22).

Fig. 22 – Escova

3.4| VIDRO

Os objectos recuperados em vidro correspondem a uma colecção de cariz doméstico. Ainda que algumas dezenas de fragmentos tenham sido recuperados, maioritariamente em vidro branco, transparente ou verde, a maior parte deles encontra-se irreconhecível devido ao incêndio que fustigou esta habitação, pelo que a sua contabilização para calcular o número mínimo de indivíduos é completamente inútil. Em boa verdade, apenas os objectos aqui apresentados (Fig. 23), recuperados no pátio e na zona de arrumos foram possíveis de reconhecer. Os fragmentos de vidro verde-escuro correspondem certamente a garrafas cilíndricas, por norma associadas ao consumo de vinho e grande parte delas importadas de Inglaterra ou de outros países do Norte da Europa (Coutinho *et al*., 2017), enquanto os três copos recuperados correspondem ao que tem sido encontrado em Lisboa em contextos do século XVIII (Medici, 2014, p. 335).

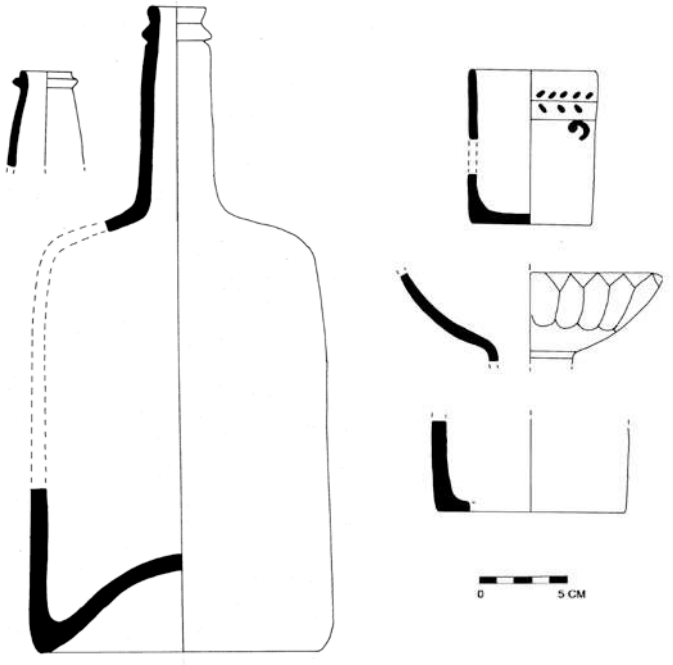


Fig. 23 – Vidros.

Fig. 24 – Conta de colar.

Entre as pedras da calçada do pátio foi recuperada uma pequena conta de colar cilíndrica em pasta vítrea azul, provavelmente ali perdida em data anterior ao dia 1 de Novembro de 1755 (Fig. 24). A pertença deste tipo de adorno a escravos que trabalhavam neste ambiente doméstico é passível de discussão, no entanto, deve ser tido em conta face a outros elementos, sobretudo cerâmicos, recuperados no mesmo espaço.

3.5| OSSO

Os objectos em osso recuperados durante a intervenção arqueológica são escassos, no entanto, destacamos duas pequenas peças de jogo, cujo mau estado de conservação não nos permite afirmar se são realizadas em osso ou marfim. Foram recuperadas junto da aduela da porta que ligava o pátio à rua exterior, o que nos leva a questionar se aquele seria o seu local original de utilização (Fig. 25).

Fig. 25 – Peça de jogo.

4| CONCLUSÃO

A escavação de contextos arqueológicos associados ao dia 1 de Novembro de 1755 parece ser recorrente na cidade de Lisboa. O mesmo ocorre com os aterros decorrentes da reconstrução da cidade nos anos seguintes que são frequentemente encontrados. No entanto, a arqueologia destas cronologias é ainda parcamente divulgada, não obstante os esforços dos últimos anos.

A escavação do Rossio é possivelmente um dos contextos arqueológicos que mais fielmente retrata o que se passou na manhã de 1 de Novembro de 1755. Uma casa localizada numa das zonas nobres da cidade ficou completamente destruída, de tal forma, que não foi nem reocupada nos dias que se seguiram à catástrofe, nem sequer saqueada. Tivemos a sorte de nos deparar com este contexto.

Mas que pode a arqueologia dizer sobre os quotidianos dos habitantes daqueles ambientes naquele dia? A auto-suficiência no que ao abastecimento de água diz respeito parece estar garantida pelos dois poços ali identificados, não sendo de excluir que alguma água fosse trazida de fontes ou chafarizes, comuns na cidade naquela época. É possível que o pote de grandes dimensões encontrado junto ao poço da cozinha servisse de apoio ao mesmo, onde a água seria armazenada após ser retirada e cujo consumo individual se faria com recurso a púcaros de barro. O acesso à água era feito através de um balde em madeira estruturado por um aro em metal, semelhante ao identificado no pátio. A corda de suspensão do balde seria semelhante à que ali identificámos.

Nos livros de receitas do século XVIII as formas cerâmicas mais frequentemente mencionadas são as panelas, frigideiras e tigelas de fogo o que corresponde às peças que em maior número foram recolhidas e cuja função é fácil de determinar. Não se identificou o fogão, ou sequer fogareiros, mas pelo menos uma das panelas apresenta marcas de fogo no seu exterior, decorrentes da sua utilização.

Quanto ao consumo de alimentos era feito individualmente em pratos e taças, grande parte de produção local, em faiança ou cerâmica comum. Distingue-se neste contexto o grande número de porcelanas o que pode ser um indicador da capacidade económica da família que ali vivia, associada ainda a uma taça inglesa e um prato holandês. No entanto, em Lisboa, nos meados do século XVIII, era a porcelana que imperava no número de importações. A cabeça de *Guanyin* mostra que os seus detentores não eram de parcas posses.

É de destacar a arca de cereal encontrada no pátio que se encontrava cheia no dia em que a casa caiu. Curioso ainda que o armazenamento fosse feito em cereal e não em farinha já moída, actividade que podia ser efectuada pelos escravos da casa. Destes, não podemos confirmar a sua presença, no entanto, a cerâmica de produção manual por norma associada a estas comunidades e uma conta em vidro podem reflectir a presença de populações não europeias neste ambiente.

A escova carbonizada encontrada em cima da arca, a faca no chão, o balde junto ao poço, são sinais claros de actividades diárias suspensas, de uma vida interrompida, de pessoas que não conseguiram ali voltar e salvar o que era seu.

BIBLIOGRAFIA

Bugalhão, J. (2015) - *Uma casa pré-pombalina na Baixa de Lisboeta. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros*, Lisboa: Centro de História de Além-Mar (CHAM), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores.

Caessa, A.; Mota, N. (2014) - O núcleo histórico de Carnide: o contributo da investigação arqueológica. In C. M. Veiga e M. Reis (coord.). *Quadros da História de Lisboa. A Freguesia de Carnide*. Lisboa: Academia Portuguesa de História e Junta de Freguesia de Carnide, pp. 85-104.

Cândido, G. (2014) - *Comer como uma Rainha. Estudo de um livro da Casa de D. Catarina de Áustria.* Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Casimiro, T. M. (2011) - Estudo de espólio de habitação setecentista em Lisboa. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, 5ª série, nº 1, pp. 689-726.

Casimiro, T. M. (2013) - Evolução crono-estilística da faiança portuguesa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa 16, pp. 351-367.

Casimiro, T.M.; Almeida, M.; Barbosa, T.M. (2018) – Largo Duque de Cadaval (Lisboa): evidências de uma catástrofe. In *Arqueologia e História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 111-126.

Casimiro, T.M.; Gomes, J. (no prelo) – Formas e sabores: alimentação e cerâmica nos séculos XVII e XVIII. *Da mesa dos sentidos aos sentidos da Mesa,* 25-27 Outubro 2017. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Casimiro, T.M.: Henriques, J.; Filipe, V.; Simões, S. (2019) – Mobility and identities. The case of the so-called African pots (Lisbon), *International Journal of Historical Archaeology* (doi.org/10.1007/s10761-019-00504-z).

Casimiro, T.M.; Valongo, A. (2019) – Size does matter. Early Modern Measuring Cups from Lisbon. In Matejkova, K; Blazkova, G (eds.) *Europa Post-Medievalis*, Oxford: Archaeopress.

Coutinho, I.; Gratuze, B.; Alves, L.; Medici, T.; Vilarigues, M. (2017) – Wine Bottles From Lisbon: Archaeometric Studies Of Two Archaeological Sites Dated From The 17th To The 19th Century. *Archaeometry*. 59(5), pp. 852-873.

Ferreira, S., Neves, C., Martins, A., Teixeira, A. (2017) – Fragmentos de mesa nobre e de uma cidade em transformação: Porcelana chinesa num contexto de terramoto na Praça do Comércio (Lisboa) In Caessa, A; Nozes, C.; Cameira, I.; Silva, R.B. (eds.) – Atas do *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma cidade em escavação*. Lisboa. 26-28 de Novembro de 2015. [CD-ROM]. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa, Departamento de Património Cultural, Direção Municipal da Cultura, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 459-477

Henriques, J. P. V. (2012) – Do Oriente para Ocidente: Contributo para o conhecimento da porcelana chinesa nos quotidianos de época moderna. Estudo de três contextos arqueológicos de Lisboa. In. Teixeira, A., Bettencourt, J. A. coord. - Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna. (Arqueoarte 1). Lisboa: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores. Vol.2. p. 919-932.

Lopes, L. S. (2003) - Sistemas Legais de Medidas de Peso e Capacidade, do Condado Portucalense ao Século XVI. *Portugália*. Nova Série, Vol. XXIV, pp. 113-164

Medici, T. (2014) – O espólio vítreo da Rua dos Correeiros, Lisboa. R*evista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IGESPAR-Instituto de gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I.P. 14, pp.313-353.

Viana, M. (2015) - Dois recipientes de medida para líquidos de cerâmica. In J. Bugalhão (coord.). *Uma casa pré-pombalina na baixa lisboeta. Núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros*. (Arqueoarte 2). Lisboa: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 31-54.

#21 CONTRIBUTOS PARA A EVOLUÇÃO DO URBANISMO DE ÉPOCA MODERNA NO SOPÉ SUDESTE DA ENCOSTA DE SANTANA (RUA DA PALMA/MARTIM MONIZ, LISBOA).

ANA SOFIA ANTUNES | CAL/DPC/DMC/CML; UNIARQ/FL/UL
SANDRA GUERRA
ANABELA CASTRO | ISCSP/UL
VANESSA FILIPE | IAP/FCSH/UNL

RESUMO

No presente trabalho analisam-se de forma articulada os dados relativos aos vestígios arqueológicos de Época Moderna identificados em escavações arqueológicas realizadas por duas equipas distintas em áreas contíguas do sopé Sudeste da Encosta de Santana, na antiga Rua da Palma, actual Largo do Martim Moniz.

Realizaram-se trabalhos arqueológicos no Lote 2 do Martim Moniz (antigo edifício n.º 31 da Rua da Palma) para a instalação de um Posto de Segurança Avançado, enquadrados pelo Centro de Arqueologia de Lisboa e da responsabilidade de Ana Sofia Antunes em 2015, acompanhada por Vanessa Filipe em 2016-2017. Em 2017 decorreram também escavações arqueológicas no âmbito de uma obra privada nos imóveis n.os 17-19 e 29 da Rua da Palma, sob direcção de Anabela Castro e Sandra Guerra.

Os dados recolhidos nas intervenções referidas permitem traçar a evolução do urbanismo ao longo da Época Moderna no espaço ocupado pelos diversos edifícios registados, na sequência da urbanização iniciada no princípio do século XVI na horta do Mosteiro de São-Vicente-de-Fora, onde foi aberta a Rua Nova da Palma em meados da centúria, altura em que se acrescentaram 45 casas para rendimento às 15 pré-existentes. Assinalam-se ainda, entre outras, as reformulações decorrentes do Terramoto de 1755, que promoveram uma alteração importante na morfologia do sopé sudeste da Encosta de Santana.

Palavras-Chave: Urbanismo; Época Moderna; Terramoto de 1755; Rua Nova da Palma; Encosta de Santana.

ABSTRACT

In an articulated way, in this paper we analyze the data related to the Modern Period archaeological finds identified in archaeological excavations carried out by two distinct teams in contiguous areas of Southeast Encosta de Santana, in old Rua da Palma, current Praça do Martim Moniz.

Archaeological work was carried out in Lot 2 of Martim Moniz (former 31, Rua da Palma) for the installation of an Advanced Security Post, framed by CAL (Lisbon Archaeological Center) and directed by Ana Sofia Antunes in 2015, accompanied by Vanessa Filipe in 2016-2017. In 2017 archaeological excavations were also carried out in the framework of a private project in 17-19, and 29, Rua da Palma, under the direction of Anabela Castro and Sandra Guerra.

The data collected in the mentioned interventions allow us to trace the evolution of urbanism throughout the Modern Period in the space occupied by the various buildings registered, following the urbanization initiated in the beginning of 16th century in the property of the Monastery of São-Vicente-de-Fora. Then, in the middle of that century, Rua Nova da Palma was open at the same time 45 houses for income were added to the 15 pre-existing ones. Reformulations resulting from the 1755 earthquake which promoted a major change in the morphology of Encosta de Santana south-east foothills are also highlighted.

Keywords: Urbanism; Modern Age; 1755 Earthquake; Rua Nova da Palma; Encosta de Santana.

1| INTRODUÇÃO

O estudo que aqui se apresenta é alusivo às escavações arqueológicas efectuadas por duas equipas distintas, em áreas contíguas, localizadas no sopé Sudeste da Encosta de Santana, na Rua da Palma e Largo do Martim Moniz (fig. 1). O objectivo deste trabalho é o de analisar de forma articulada os dados relativos aos vestígios arqueológicos de Época Moderna identificados nas duas áreas intervencionadas.

Fig. 1 – Planta de localização (com identificação da Cerca Fernandina) e ortofotomapa com implantação dos imóveis n.os 17-29 e 31-35 (Lote 2) da Rua da Palma (Lisboa Interativa, modificado).

A primeira intervenção arqueológica abordada realizou-se entre 2016 e 2017 e decorreu no âmbito de uma obra privada no imóvel com os n.os 17-19 e 29 da Rua da Palma, sob direcção das arqueólogas Anabela Castro e Sandra Guerra. A segunda intervenção refere-se aos trabalhos arqueológicos que decorreram no Lote 2 do Martim Moniz (antigo edifício n.os 31-35 da Rua da Palma), enquadrados pelo Centro de Arqueologia de Lisboa e da responsabilidade de Ana Sofia Antunes em 2015, acompanhada por Vanessa Filipe em 2016-2017.

Os dados recolhidos permitem traçar a evolução do urbanismo ao longo da Época Moderna no espaço ocupado pelos diversos edifícios registados, antes e depois da abertura da Rua Nova da Palma, em meados de Quinhentos, até as reformulações decorrentes do Terramoto de 1755.

2| A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NOS N.OS 17-29 DA RUA DA PALMA

A obra privada que teve lugar no interior de um edifício de tipologia pombalina de finais do século XIX (fig. 1), foi precedida por sondagens de diagnóstico no início de 2016, contemplava a construção de dois pisos em cave sob duas das lojas do respectivo imóvel; a primeira, com os n.os 17 a 19 e, a segunda loja, com o n.º 29 (esta última contígua à intervenção do Lote 2 / antigo edifício n.os 31-35 da Rua da Palma). A escavação destes espaços permitiu identificar uma diacronia balizada entre o período islâmico e o século XIX, destacando-se a ocupação de Época Moderna e as respectivas construções.

2.1| RUA DA PALMA N.OS 17-19

A escavação da sondagem de diagnóstico no rés-do-chão do edifício com os n.os 17-19 expôs um conjunto de construções, conservadas, de Época Moderna que surgiram logo após a remoção dos contextos contemporâneos existentes sob o pavimento actual e cuja continuidade foi revelada durante a fase de execução do Projecto. Os trabalhos efectuados durante a fase de obra permitiu a identificação de importantes vestígios ao nível das construções, representadas por paredes e respectivas fundações, pavimentos e canalizações, que poderão estar, possivelmente, relacionadas com a urbanização desta área da cidade, ocorrida a partir de meados do século XVI e cujo abandono terá acontecido, presumivelmente, com o Terramoto de 1755.

A fase mais antiga identificada no edifício n.os 17-19 encontra-se datada de Época Medieval e engloba camadas localizadas directamente sobre o substrato geológico. Apenas foi identificada na área a Sul do espaço, onde a geomorfologia do terreno parece adquirir uma certa pendente e a sua presença é muito residual, assim como o espólio exumado. Sobre esta realidade, detectou-se uma sequência estratigráfica constituída por depósitos datados cronologicamente entre o século XV e o século XVI, onde foram ancoradas as fundações dos dois edifícios documentados.

Sob os depósitos de formação contemporânea que regularizavam o terreno destinado à construção do edifício actual, registaram-se estratos de formação imediatamente posteriores ao terramoto e, sob estes, estruturas habitacionais constituídas por paredes, pavimentos e canalizações anteriores a 1755. Ainda sob as camadas de formação contemporânea identificaram-se restos de uma calçada de idêntica cronologia, localizada a Noroeste da sala. Esta calçada encosta à fundação da parede Oeste do edifício, pela qual aparenta ser seccionada, e encontra-se a uma cota inferior em relação às lajes calcárias pombalinas e respectiva preparação, que constituíam o piso original do edifício actual. Foi identificado um poço (fig. 2), cuja vala de fundação o remete para uma cronolo-

gia pombalina, construído sobre e de encosto a uma das paredes em ruína de um edifício pré-existente.

Fig. 2 – N.os 17-19: Poço pombalino.

De cronologia anterior ao terramoto foram documentados diversos muros com uma função estrutural, sem valas fundacionais e alicerçados no substrato geológico. Durante a fase de obra foi possível colocar a descoberto a totalidade de uma estrutura identificada durante os trabalhos prévios e constatar que se tratava de um muro de grandes dimensões ([125]), nomeadamente de uma parede de fachada tardoz (fig. 3, n.º 1). Conservava uma altura de aproximadamente 2 metros, sendo que ainda apresentava reboco em cerca de 60 centímetros, no alçado a Este. Esta parede articulava-se perpendicularmente com outros dois muros igualmente estruturais - unidades [181] (fig. 4) e [137] (fig. 3, n.º 4) - que se encontravam construídos "travados" nesta parede de fachada tardoz. Juntamente com esta estrutura, ambos os muros pareciam delimitar um espaço, constituindo as paredes de fachada lateral de um edifício. A articulação destas três estruturas delimitava, assim, o que parecia ser um edifico ou uma habitação, de planta presumivelmente rectangular, própria da tipologia das habitações de Época Moderna (fig. 20).

Fig. 3 – N.os 17-19: Alçado Este do muro [125]; 2. Algeroz no interior do muro [125] com ligação à caleira [139]; 3. Troço /Sul pavimento [171];4. Muro [137], a caleira [139] destapada e o piso de preparação [121]; 5. Caleira [174]; 6. Calçada [018] sob saneamento.

Fig. 4 – N.os 17-19: Troço 3/Sudeste alçado Norte do muro [181].

Foi identificado mais um muro, paralelo às fachadas laterais, este de interior, que limitava dois compartimentos distintos: um a Sul, com um piso em tijoleira (fig. 3, n.º 3), e outro, a Norte, com um piso em calçada constituída por seixos rolados em pedra calcária e basaltos (fig. 3, n.º 6). A presença de faianças sob este último atribui a sua construção ao século XVII ou denuncia a ocorrência de uma remodelação neste espaço durante esse período.

Sob ambos os pisos foram identificadas duas caleiras constituídas por uma alvenaria de tijoleira e argamassa: uma, sob o piso em tijoleira no compartimento localizado a Sul (fig. 3, n.º 5); outra sob a calçada no compartimento, a Norte. Estas caleiras destinavam-se provavelmente à recolha de águas pluviais ou domésticas, realizada através de algerozes cerâmicos existentes no interior da fachada tardoz [125] (fig. 3, n.º 2).

Identificou-se uma segunda habitação contígua à anterior, que em comum tinha com a primeira, além da parede de fachada tardoz, outro muro estrutural localizado a Norte da calçada [137], meeiro às duas habitações. Nesta casa apenas foi identificado o que parece tratar-se de uma preparação de piso, em argamassa, completamente queimada pelo fogo e sob esta, uma caleira em alvenaria de pedra e argamassa ligada ao interior da parede de fachada tardoz. Em comum, todos os espaços apresentam um piso de regularização (unidades [121] e [161]), projectado para a construção das infraestruturas, nomeadamente para o assentamento das caleiras. Este piso é constituído essencialmente por margas desfeitas e compactadas e parece servir de base à construção destas habitações ou deste edifício.

A Oeste da parede de fachada tardoz, num espaço supostamente exterior às habitações, detectou-se uma pequena área de lixeira, com bastantes carvões, fauna osteológica e cerâmica de uso doméstico, podendo estar relacionada com um dos primeiros momentos de utilização destas habitações (fig. 5).

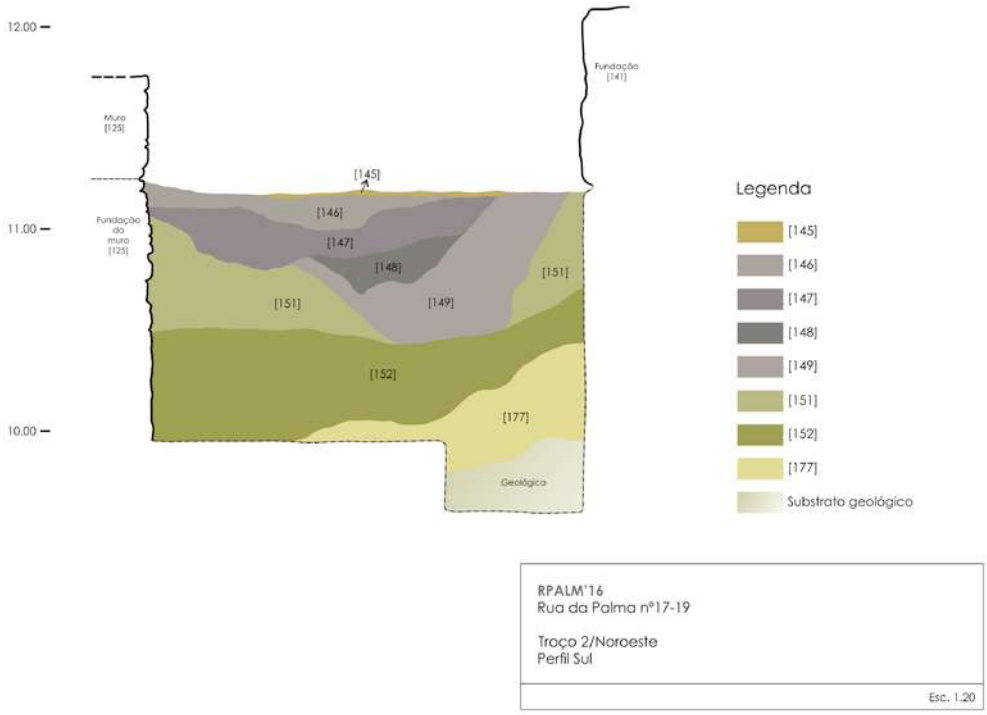


Fig. 5 – N.os 17-19: Perfil Sul – lixeira.

A identificação destas áreas compartimentadas evidenciadas pela existência de paredes, pavimentos e infra-estruturas permitiu a definição de um ou dois edifícios contíguos de uso habitacional, que tinham em comum duas paredes-mestras e um piso de preparação que serviu de base à sua construção.

2.2| RUA DA PALMA N.º 29

A Sondagem 1 foi implantada no centro da sala e os trabalhos de diagnóstico tiveram início com a remoção de dois pavimentos de mosaico e respectivos assentamentos enquadráveis cronologicamente no século XX. Após a remoção destes, foi identificado um lajeado tipicamente pombalino, que constituía o pavimento original do edifício actual, cuja construção é atribuível ao pombalino tardio, nomeadamente ao final do século XIX. É possível verificar em corte que este lajeado é inexistente junto à parede Norte, onde a abertura de uma vala de saneamento no século XX, para a passagem de uma manilha de grés, implicou a sua destruição. Foi também junto à parede Norte que foi identificado o topo de um poço (unidade [012]) e parte das suas paredes, mais

visível nos perfis Oeste e Norte. Identificado primeiramente como um colector pombalino, este poço é idêntico em termos construtivos, ao poço detectado na Sondagem 2, nos n.os 17-19 durante a fase de obra, também de cronologia pombalina.

Primitivamente, associado ao poço, identificou-se um piso muito compactado, de cor negra, completamente cauterizado (unidade [013]). Sob esta realidade constatou-se a existência de três barrotes de madeira implantados numa camada constituída por argamassas esbranquiçadas muito compactadas, que poderá corresponder ao seu assentamento ou preparação. Contudo, durante a execução do projecto, ao alargar-se a escavação para Norte, verificou-se que o piso negro se sobrepunha ao bocal do poço, anulando-o, estando também associado a uma estrutura de combustão contemporânea que aparece apenas no corte Norte, a qual é cortada pela vala de saneamento actual. Sob as camadas contemporâneas identificou-se um muro estrutural (unidade [035]) - figs. 6 e 20 - e respectiva fundação com orientação Norte/Sul. O alargamento da escavação à restante área durante a fase de obra permitiu expô-lo na totalidade e constatar que a sua altura máxima conservada era de aproximadamente 2 metros, sendo que cerca de 80 centímetros constituem aparentemente a sua parede, e o restante, fundação. Esta estrutura encontrava-se implantada em camadas de formação tardo-medievais ou modernas, oscilando numa cronologia enquadrada entre o século XV e a primeira metade do século XVI. Estas camadas estão representadas pelas unidades [033] e [034], a Oeste do muro, que correspondem, a Este, às unidades [039] e [040]. Embora a quantidade de artefactos não seja muito representativa, é suficiente para permitir avançar uma cronologia.

Fig. 6 – N.º 29: Alçado Oeste do muro [035].

Ao contrário do que aconteceu na Sondagem 2, não foram identificadas outras construções associadas a este muro, mas apenas uma possível preparação de piso, constituído essencialmente por margas desfeitas e muito compactada (unidade [031]), a Este deste.

As construções identificadas no decorrer desta intervenção poderão estar relacionadas com os edifícios pertencentes ao Mosteiro de São Vicente-de-Fora, antes ou depois da abertura da Rua Nova da Palma, em meados do século XVI. Terão perdurado até ao terramoto de 1755 conhecendo, com certeza, durante a sua existência, remodelações, particularmente ao nível dos pisos, como asseguram a presença de faianças sob um dos pisos identificados. Estas construções assemelham-se, estruturalmente, à fase II da escavação contígua (antigo edifício n.º 31-35 da Rua da Palma) e estarão relacionadas com o urbanismo registado por Georg Braun e por João Nunes Tinoco.

2.3| O ESPÓLIO

O espólio que nos propusemos analisar incidiu numa amostragem representativa da componente artefactual presente nas unidades estratigráficas relacionadas com o abandono, a existência e a construção destes edifícios.

O edifício com os n.^{os} 17-19 foi o contexto que mais fragmentos e peças ofereceu, sendo bastante diversificado. Para além da cerâmica comum, as mais representadas são a cerâmica vidrada e a loiça malagueira esmaltada a branco. A maior parte do espólio associado, quer ao abandono dos edifícios, quer à ocupação e à sua construção, é de carácter doméstico. O mesmo ocorre com os materiais provenientes da vala de despejos existente no exterior e nas camadas onde se encontram implantadas as fundações destas duas casas. Na generalidade, as cerâmicas mais relevantes têm a ver com a confecção e a preparação dos alimentos, como as panelas, os testos, os fogareiros e os alguidares e ainda os recipientes para o armazenamento de água, como as bilhas e cântaros. A loiça de mesa encontra-se igualmente representada, sobretudo pela cerâmica vidrada e a loiça esmaltada a branco, ambas de provável importação do Sudeste espanhol.

Das unidades estratigráficas que estão relacionadas com o abandono destes edifícios foram recolhidos apenas alguns fragmentos de panelas (fig. 7), uma das quais bastante completa, com asas que se desenvolvem a partir do bojo de forma horizontal, enquadrável nos séculos XVII e XVIII (Fernandes, 1998, pp. 211-255).

Fig. 7 – N.os 17-19: Panela com asas que se desenvolvem do bojo de forma horizontal.

Relativamente ao espólio que poderá estar associado à ocupação destes edifícios, proveniente da pequena lixeira detectada no seu exterior, este foi o contexto de onde se exumaram mais fragmentos e peças, sendo bastante diversificado. Além da cerâmica comum, as cerâmicas mais representadas são a vidrada e a loiça malagueira esmaltada a branco. Conta-se ainda um pequeno fragmento de majólica de Montelupo, e alguns fragmentos de uma peça com incrustações calcárias e decoração "penteada". Encontram-se ainda presentes alguns fragmentos de cerâmica fina com paredes engobadas e decoração brunida. Nas cerâmicas comuns são relativamente abundantes os fragmentos diversos de panelas, testos, fogareiros, bilhas e cântaros. A cerâmica vidrada é sobretudo representada por algumas peças possivelmente importadas do Sul de Espanha, como as malgas carenadas em tons melados e acastanhados. A loiça malagueira com a mesma origem é representada pelos pratos e as malgas, muito divulgadas nos séculos XV e XVI. Do ponto de vista cronológico, a análise preliminar deste conjunto cerâmico permite datar a formação destes contextos de Época Moderna, com especial incidência nos séculos XVI e XVII, permitindo a definição de uma sequência estratigráfica na formação dos depósitos associados à construção e existência destas construções (fig. 8).

Fig. 8 – N.os 17-19: Cerâmicas da lixeira associada à ocupação das edificações.

As cerâmicas relacionadas com esta edificação dizem respeito às unidades detectadas entre os dois pavimentos e o piso de regularização associado à sua construção. Apesar de escassas, estão representadas a cerâmica comum, a cerâmica vidrada e também a loiça esmaltada de cor branca, esta última bastante

divulgada entre os séculos XV e XVI. A única excepção verifica-se sob a calçada do compartimento 2 onde foram recolhidos fragmentos de faianças que indicam uma provável remodelação deste espaço ocorrida no século XVII.

Sob esta realidade restam as camadas pré-existentes, onde foram implantados os alicerces destas habitações. A cerâmica recolhida não difere cronologicamente muito da anterior, remetendo-se a sua datação para o século XV e inícios do século XVI. Estão igualmente representadas a cerâmica comum, a cerâmica vidrada e a loiça malagueira de cor branca.

Relativamente ao segundo espaço intervencionado, à loja com o n.º 29, o espólio é mais escasso, mas remete-nos para as mesmas cronologias, tendo-se aqui registado essencialmente os contextos anteriores à urbanização deste local.

3| A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NO LOTE 2 DO MARTIM MONIZ (ANTIGO IMÓVEL N.^{OS} 31-35 DA RUA DA PALMA)

A área do lote 2 do Martim Moniz (remanescente do empreendimento EPUL Jovem e correspondente ao antigo edifício n.^{os} 31-35 da Rua da Palma) – fig. 1-, foi alvo de trabalhos arqueológicos enquadrados pelo Centro de Arqueologia de Lisboa e da responsabilidade de Ana Sofia Antunes em 2015 (sondagens prévias de diagnóstico), acompanhada por Vanessa Filipe em 2016-2017 (escavação em contexto de obra), no âmbito da instalação de um Posto de Segurança Avançado dos Bombeiros, promovida pela Sociedade de Reabilitação Urbana Lisboa Ocidental.

A intervenção decorreu num terreno sem construções, uma vez que o edifício n.^{os} 31-35 da Rua da Palma, que tinha sobrevivido às demolições promovidas nos anos 40 e 50 do século XX, para a abertura do Largo do Martim Moniz, no âmbito do Plano de Remodelação da Baixa, foi derrubado quase integralmente entre 1970 e 1975 e terminado de arrasar em 1985-1986, já na perspectiva da construção do novo empreendimento municipal (processo de obra demolida 15757 do Arquivo Municipal de Lisboa).

Os trabalhos de diagnóstico de 2015 consistiram na abertura de 4 sondagens na zona Sul do terreno (I, II, II-A e II-B, constituindo as duas últimas segmentos da II). Em 2016-2017 promoveu-se a escavação integral prévia dos espaços afectados pelo projecto e pela obra, tendo-se dividido o terreno em duas Áreas contíguas (I e II), em função do faseamento e dos espaços de trabalho definidos para a obra, com a qual a intervenção arqueológica se articulou. O local de implantação das sondagens de diagnóstico ficou inserido dentro da Área II, tendo-se aqui identificado a continuação de estruturas e de depósitos previamente registados naquelas.

A partir da leitura conjugada da realidade arqueológica documentada na totalidade das intervenções arqueológicas foi possível definir três fases de construção enquadradas na Época Moderna, encontrando-se a última na transição para a Época Contemporânea e segmentando-se algumas delas em momentos de ocupação ou de reformulação distintos. Neste trabalho serão apresentados os dados relativos aos aspectos arquitectónicos e à sua relação com o urbanismo, remetendo-se para estudo posterior uma análise completa do conjunto artefactual, aqui abordado apenas de modo sintético para a fundamentação da cronologia proposta para os faseamentos e momentos construtivos e de ocupação.

O momento de ocupação mais antigo identificado na área intervencionada, balizado possivelmente no século XVI (Fase I), foi reconhecido na Área I num edifício ou grande compartimento, com orientação Nordeste-Sudeste, composto pelos muros [121, 133=132] e [127], equivalentes, construídos sobre o substrato geológico, bem como pela estrutura [124], com 0,90 m x 0,80 m, que poderá corresponder a um contraforte ou a um poial (fig. 9, n.^{os} 1-3 e 6; figs. 13 e 15).

Fig. 9 – Lote 2 do Martim Moniz (n.os 31-35 da Rua da Palma). **1.** Área II. Fase I: Muro [133]. Fase II: muros [119+208] e [125]. Fase III: muro [145] e depósito [157]. Construções do século XX e início do século XXI: U.E.'s [104=146], [164], [165], [166] e [168]. Substrato geológico: [155=130]. **2.** Área I. Fase I: muros [121], [127] e [133] e poial / contraforte [124]. Fase II: muros [120], [122] e [125]. Fase III: caneiro [109] e depósitos [138] e [149]. Construções de betão do final do século XX e início do século XXI: U.E.'s [139], [141], [142] e [169]. Substrato geológico: [130=155]. **3.** Muro [133-121] (Fase I). **4 e 5.** Alçado interno e secção dos muros [119] e [208], apreciando-se a diferença de construção e de largura. 6. Área I: Fase I: muros [121] e [127]. Fase II: muros [120], [122] e [125]. Fase III-A: caneiro [109]. Pilares de betão do final do século XX / início do século XXI: U.E.'s [140] e [141]. Substrato geológico: [130=155].

O muro [127] foi muito afetado pelas sucessivas ocupações posteriores do terreno. O muro [121] e o segmento sul do muro [133] poderão ter constituído a parede posterior e a fachada do edifício, respetivamente, uma vez que conhecem uma largura de cerca de 1 m, o que contrasta com os 0,70 m de espessura da parede que as liga. O espaço interior do compartimento ou edifício definido pelos muros [121, 132=133] e [127] tem 6,80 m x 4,70 m. Não se preservavam quaisquer contextos relativos à ocupação deste edifício ou compartimento, uma vez que as fases construtivas posteriores e as movimentações de terras realizadas no espaço entre o último quartel do século XX e inícios do século XXI eliminaram esses vestígios. No contexto da obra, apenas foram desmontados os muros [121] e [127] e cerca de metade do muro [133] (preservando-se *in situ* o restante segmento), não tendo proporcionado materiais que permitam enquadrar cronologicamente a sua construção, que é balizada, necessariamente, por uma relação de anterioridade com a fase seguinte.

É possível que este edifício ou compartimento se enquadre na mesma fase construtiva que os muros [54] e [58] detectados na Sondagem I de 2015 (figs. 10 e 15), também com orientação Nordeste-Sudeste, que constituem as estruturas mais antigas aí registadas. Desconhece-se o seu momento de construção porque os contextos relacionados com a sua fundação e utilização não foram escavados. Foi possível, todavia, com base nos fragmentos de panela, de alguidar e de frigideira de barro vermelho recolhidos situar nos séculos XVI-XVII o momento da sua desativação (paralelos em Batalha e Cardoso, 2013, p. 134, n.º 63 e Cabral, Cardoso e Encarnação, 2009, n.º 29 para a panela; Cardoso e Rodrigues, 1999), o que funciona como *terminus ante quem* para a sua construção e utilização.

Fig. 10 – Lote 2 do Martim Moniz (n.os 31-35 da Rua da Palma). Sondagem I (2015). Fase I: muros [54] e [58]. Fase III: muro [36].

A ausência de uma relação estratigráfica entre estas realidades, decorrente de não se ter escavado a área que as separa (não afetada pela obra), impede uma afirmação segura da sua relação, mas a maior antiguidade de ambas sugere que a tomemos como hipótese de trabalho.

Adicionalmente, os materiais mais antigos recolhidos em contextos de reformulação posterior do edificado (na Fase II) apontam também para o século XVI. É o caso de um fragmento de taça de porcelana chinesa JiaJing com pintura azul sobre branco (referido *infra*), cuja produção se baliza entre 1522 e 1566 (fig. 11, n.º 4).

Fig. 11 – Lote 2 do Martim Moniz (n.os 31-35 da Rua da Palma). **1 e 3**: fragmentos de porcelana "Kraak" com temática vegetalista pintada a azul sobre fundo branco, U.E. [72], 1573-1644; **2 e 5:** fragmentos de porcelana chinesa (família rosa), U.E [151], século XVIII. O n.º 2 apresenta cenário ornamentado por dragão oriental e nuvens esquemáticas a azul sobre branco; **4:** fragmento de porcelana chinesa (JiaJing), com pintura azul sobre branco, U.E. [128], 1522-1566; **6, 8 e 9:** fragmentos de faiança portuguesa, U.E. [126], século XVIII; **7:** fragmento de prato de faiança portuguesa, U.E. [129], 2.ª metade do século XVII-1.º quartel do século XVIII; **10:** fragmento de tampa de faiança de produção holandesa (Delft), U.E. [151], 1.ª metade do século XVIII; **11:** fragmento de asa de cerâmica modelada, vala de fundação do muro [51], finais do século XVI-1.ª metade do século XVII; **12:** numisma de cobre / bronze de V reis de 1714 (reinado de D. João V), calçada [46].

As construções atribuídas à Fase I poderão estar relacionadas com as estruturas quinhentistas identificadas na intervenção realizada no edifício n.os 17 a 29, apesar de não haver uma ligação física entre elas (fig. 15).

O momento construtivo subsequente (Fase II), que perdurou entre a primeira metade do século XVII (pelo menos) e meados da centúria seguinte, encontra-se documentado num grande edifício, traduzido, na Área I, pelos muros [119]+[208], [120], [122=123] e [125] e, na Área II, pelos muros [174] e [200=51]), equivalentes (figs. 9, n.os 1-2 e 4-6; 12, n.º 1; 13 e 20).

Fig. 12 – Lote 2 do Martim Moniz (n.os 31-35 da Rua da Palma). **1**: Sondagem II-B. Fase II-A: muro [51], piso [72], buraco de poste [74] e canalização [77]. Fase III: muro [36].**2:** Área II. Fase II-B: calçada [202=46]. **3:** Sondagem I. Fase II-B: calçada [46=202]. **4:** Sondagem II-B. Fase II-C: piso lajeado do compartimento de cota inferior (I), coberto por cinzas. **5:** Área II. Fase II-C: Compartimentos I e II, com degrau de acesso e nível de incêndio. Ao fundo, a área da Sondagem II-B de 2015.

O muro [119] funciona em conjunto com o muro [208], que lhe foi acrescentado, sendo aquele mais robusto (1,50 m de largura) do que este (1 m de largura). Em conjunto, têm 1,45 m de altura preservada, 4,20 m de comprimento visível e orientação Nordeste-Sudeste e funcionariam provavelmente como fachada tardoz do edifício, eventualmente contendo a encosta, atendendo sobretudo à maior espessura de [119] (fig. 12, n.os 1, 4 e 5), que corresponde a cerca de metade da espessura do que seria a fachada lateral ou a parede interior do imóvel (0,70 m), traduzida no muro [125], que tinha 9,80 m de comprimento. A fachada anterior do edifício, virada para a Rua da Palma, com uma largura idêntica à da posterior, seria composta pelo segmento mais espesso do muro [125]. A ausência de elementos contextuais preservados impede efetuar uma análise mais detalhada do muro [119]. No entanto, a diferença que se constata no aparelho construtivo conduz a levantar a hipótese de se tratar de uma edificação mais antiga (Fase I?), reaproveitada nesta fase construtiva.

Na Área I, a construção deste edifício está associada ao desmonte parcial em altura do muro [132=133] (conservando-se a uma cota que oscila entre 12,00 e 12,40 m), que é encaixado no muro [125], uma vez que este se lhe adossa e apresenta no alçado interno vestígios de exposição intensa ao fogo, estando as pedras que o compõem enegrecidas e a argamassa rubefacta (fig. 9, n.os 1 e 3), o que conduz a ponderar que a substituição do edificado tenha possivelmente decorrido de uma necessidade, motivada pela destruição das construções quinhentistas, eventualmente por um incêndio.

Assiste-se a uma profunda reformulação do edificado, não se tendo promovido um reaproveitamento em altura dos muros da construção pré-existente, embora se mantenha a orientação Nordeste-Sudeste, o que revelará a constância do urbanismo consolidado pela perduração do quarteirão, modelado pela Rua Nova da Palma.

Embora tenha sido muito afetado pelas ocupações posteriores do espaço, o muro [122=123] apresenta um canto preservado do compartimento que definia, no qual se documentou um pequeno resquício da sequência estratigráfica relativa à sua ocupação, testemunhada pelo possível piso [128] (fig. 9, n.º 6), constituído por terra batida e com bastantes nódulos de carvão, podendo atestar um momento de incêndio (associado possivelmente à destruição do edifício) e pelo depósito [129] (fig. 9, n.º 6), que constituía o seu embasamento e que embalava um escasso conjunto artefactual enquadrado entre os séculos XVII e XVIII, destacando-se um fragmento de prato de faiança portuguesa, cuja cronologia abarca a segunda metade do século XVII e o primeiro quartel da centúria seguinte (fig. 11, n.º 7).

Neste contexto, a presença do já referido fragmento de porcelana JiaJing (1522-1566) – fig. 11, n.º 4 - no possível piso [128] deverá ser encarada como um elemento de luxo guardado ao longo do tempo, que se fraturou quando da desativação do compartimento, ou como

um resquício de uma ocupação mais antiga, remobilizado quando da execução do possível piso. Perante a ausência de materiais que permitam atribuir uma cronologia de construção aos muros desta fase na Área I, este fragmento de porcelana assume relevância, apesar de isolado, já que pode significar que o(s) edifício(s) teria(m) sido erguido(s) em meados do século XVI, o que concordaria com a data de abertura da Rua Nova da Palma e com o desenvolvimento do quarteirão que aquela articula. Por outro lado, não podemos esquecer a construção da Fase I, que também pode conferir enquadramento cronológico a esta peça.

O eventual pavimento [128] encontra-se coberto pelo depósito [126] (fig. 9, n.º 6) que embalava um conjunto artefactual enquadrado no século XVIII, do qual se destacam três fragmentos de faiança portuguesa (fig. 11, n.os 6, 8 e 9), pelo que corresponderá à fase de desativação do compartimento, possivelmente na sequência do terramoto de 1755, atendendo à cronologia dos materiais associados e aos vestígios de incêndio generalizado identificados na Área II, aos quais se aludirá *infra*.

É provável que o possível piso [128] e outras ocupações não preservadas dos compartimentos associados aos muros [119], [120], [122=123] e [125] (Área I) sejam genericamente coevas daquelas identificadas na Área II / Sondagem II-B, que revelaram várias reformulações do espaço definido pelos muros [174] = [200] = [51], desde a sua fundação até à colocação da calçada [70].

O momento de ocupação mais antigo reconhecido na Sondagem II-B (Fase II-A) recuará a finais do século XVI/primeira metade do século XVII e foi registado no compartimento definido pelos muros [174]=[200]=[51] (fig. 12, n.º 1), cuja vala de fundação continha um fragmento de asa de cerâmica modelada (fig. 11, n.º 11). Este integrava uma caleira (U.E. [77]), constituída por tijolos ligados por argamassa, cuja base interna se encontrava regularizada pelo depósito de argamassa [76] e que se adossava paralelamente ao segmento Sul do muro [51]. A construção da caleira [77] implicou a abertura de uma vala (U.E. [88]) no substrato geológico. O compartimento referido integrava ainda o piso de argamassa [78], colocado sobre o substrato geológico e um buraco de poste (U.E. [74]), implementado na estrutura de argamassa e tijolo [72], que se sobrepõe ao piso [78] no canto Noroeste do compartimento e denuncia a presença de um elemento de sustentação perecível (eventualmente um poste de madeira). A estrutura [72] poderá constituir um reforço do piso [78] (para poder acomodar o elemento de sustentação) ou representar uma reformulação posterior do compartimento, dificultando as alterações ulteriores do espaço, que rasuraram parte significativa destas construções, uma análise mais conclusiva.

À estrutura [72] associava-se cerâmica vidrada, modelada e comum, de pasta avermelhada e dois fragmentos de porcelana "Kraak" (fig. 11, n.os 1 e 3), com temática

vegetalista pintada a azul sobre fundo branco, integráveis globalmente entre 1573 e 1644 (desde o período Wanli até ao final da dinastia Ming). A cerâmica modelada é comum nos séculos XVII e XVIII (Ferreira, 1995), sendo fabricada em Silves já nos finais do século XVI / inícios do século XVII (Gomes, 2008). A cerâmica comum encontra paralelos, entre outros, no espólio da habitação seiscentista identificada na intervenção arqueológica realizada na Encosta de Santana (Casimiro, 2011) ou da fossa 7 do Convento de Santana, cronologicamente balizada entre finais do século XVI e a primeira metade do século XVII (Gomes *et al.*, 2013).

Na Área II, associado ao espaço / compartimento definido pelos muros [174=200]=[51], documentou-se uma reformulação (Fase II-B), traduzida no muro [63] (Sondagem II-B) e no pavimento de calçada [202] (Área II) = [70] (Sondagem II-B) = [46] (Sondagem I), constituído por seixos de calcário, basalto, calcarenito e biocalcarenito (fig. 12, n.os 2 e 3). Na Sondagem I, o muro [42] integrar-se-á igualmente neste momento (fig. 20).

O depósito decorrente do desmonte das estruturas do momento de ocupação anterior (II-A) embalava um conjunto artefactual enquadrado no século XVII. Nos interstícios da calçada [46] recolheu-se um numisma de cobre / bronze de V reis de 1714 (reinado de D. João V) – fig. 11, n.º 12-, que permite utilizar esta data como *terminus ante quem* para a colocação desta estrutura e, de um modo geral, para as fases construtivas anteriores.

Esta calçada apresenta uma inclinação descendente no sentido Noroeste-Sudeste, em direção à Rua da Palma, apresentando uma cota máxima de 12,63 m no limite superior preservado e uma cota mínima de 12,16 m no limite inferior documentado. A inclinação sugere a sua localização num espaço exterior, eventualmente um arruamento, já que é menos crível que uma área interior de um edifício contivesse um pavimento desnivelado (não constituindo uma calçada com canal central para escoamento), a não ser que configurasse um espaço de acesso, de ligação entre um eixo viário e o interior do imóvel.

Na Sondagem II-B a calçada [70=202] estava colocada sobre o depósito [71], que se prolongava pelo perfil Sul, alcançando a zona da Área II intervencionada em 2016-2017, na qual não houve necessidade de aprofundar a cota de afetação da obra para além do nível da calçada [202=70], pelo que esta não foi removida, nem foram escavados os contextos que lhe subjaziam (motivo pelo qual não se identificaram neste ponto da Área II os vestígios de ocupação mais antigos desta fase construtiva, detetados na Sondagem II-B, referidos *supra*).

Na Área II, verifica-se uma nova reformulação do espaço (Fase II-C), posterior a 1714, com a desativação da calçada [202] e dos muros [200]=[51] e [63], para dar lugar à construção do muro [196]=[62], em função do qual se definem agora dois compartimentos, com cotas de circulação distintas (fig. 12, n.os 4 e 5 e fig. 21). O Compartimento I, mais profundo, foi inicialmente documentado na Sondagem II-B em 2015 e encontrava-se pavimentado com lajes de lioz (U.E. [52]), tendo a intervenção de 2016-2017 identificado o seu prolongamento para Sudeste (U.E. [195]), terminando num degrau de lioz (U.E. [194]), com 16 cm de altura, que dava acesso, a uma cota superior, ao Compartimento II, no qual não existiam evidências de lajeado, porventura devido à destruição documentada, registando-se apenas uma camada de embasamento constituída por argamassa de cal e areia, granulosa, pouco compacta e de tom rosado (U.E. [201] = [61]), que poderia ter constituído o piso deste compartimento ou a camada de embasamento de um pavimento destruído (levantado porque se situava a uma cota superior).

Na Sondagem I registou-se uma sequência estratigráfica entre a calçada [46] e o nível de incêndio [41] que integrava os depósitos de aterro [44] e [45], os quais se destinaram a vencer a inclinação da calçada, nivelando o terreno para a fase construtiva II-C.

Os compartimentos estavam integralmente cobertos por um nível de incêndio, testemunhado por argamassa queimada e carvões, que se estendia por todo o espaço, realidade à qual se atribuiu na Área II a U.E. [193] (= [29] da Sondagem II-B e [41] da Sondagem I).

A presença de um nível de incêndio generalizado associado a um conjunto artefactual que se insere no século XVIII conduz a ponderar com elevada probabilidade a hipótese de nos encontrarmos perante um testemunho decorrente do terramoto de 1755, fenómeno que será o responsável pela destruição do edifício integrado na Fase II.

Na sequência deste evento, é muito provável que as construções pré-existentes tenham ruído ou sofrido danos suficientes para motivar uma reconstrução profunda, tendo-se procedido à limpeza do espaço, documentada na interface [104] da Sondagem II-B, bem como ao seu aterro. Efetivamente, na Área I, o espaço entre os muros [125] e [132=133] foi aterrado pelo depósito [157], que embalava fragmentos de cerâmica enquadrados no século XVIII. Recorda-se o já referido depósito [126], que cobria o possível pavimento [128] associado ao muro [122=123] e que embalava um conjunto artefactual enquadrado no século XVIII (fig. 11, n.os 6, 8 e 9), correspondendo a este momento de aterro da área.

Após o terramoto, regista-se uma nova fase construtiva - III- (figs. 13 e 23), nos finais do século XVIII ou, mais provavelmente, nos inícios do século XIX, sendo que Duarte Fava ilustra um edifício (bem como todo um quarteirão) no local em 1807 (fig. 24).

Fig. 13 – Lote 2 do Martim Moniz (n.os 31-35 da Rua da Palma). Área II. Fase I: muro [133]. Fase II: muros [119] e [125]. Fase III: muros [36=177], [145] e [156], caneiro [109], canalização [158] e depósito associado [158], depósitos de aterro [151], [155] e [157]. Séculos XX-XXI: pilares de betão [99], [104] e [168], canalização [147] e depósitos [150] e [153].

Esta reformulação está patente nos muros [156] e [36]=[145]=[177] (implantado na vala de construção [197]=[84]=[92]) e no caneiro [158], colmatado pelo depósito [159]. Os muros [145] e [156] aproveitam os antigos muros [125] e [132=133], respetivamente, a cujos alçados Sul adossam perpendicularmente. Também o caneiro [158] encosta ao muro [145] e adossa-se ao alçado Sul do antigo muro [125]. Na sequência da construção do caneiro [158], o espaço entre os muros [119], [125] e [145] foi aterrado com o depósito [151], que embala materiais balizáveis entre a segunda metade do século XVIII e inícios do século XIX, destacando-se um fragmento de tampa de faiança de produção holandesa (Delft), dois fragmentos de porcelana chinesa da família rosa (fig. 11, n.os 10, 2 e 5) e fragmentos de taça ou prato de louça de pó de pedra.

Seguindo seguramente a mesma lógica de aterro do terreno, na área a Este do muro [145] foi colocado o depósito [160], o qual embalava materiais enquadrados no século XVIII, mas que, devido à afetação posteriormente sentida neste ponto, se preservou apenas de forma residual junto ao canto Noroeste entre os muros [145] e [125], onde se implantou o pilar de betão [154].

Aos séculos XVIII-XIX recua-se também a construção do caneiro [109] (que se manteve em funcionamento ao longo do século XX), preenchido pelo depósito [108] e implantado na vala de fundação [114], que truncou os muros modernos [112], [120], [121] e [122=123]. Após a sua construção, o canto entre esta estrutura e o muro [122=123] foi colmatado pelo depósito de aterro [131]. Provavelmente funcionou em articulação com o edifício n.os 31-35, construído neste momento e ao qual se poderão atribuir os muros [112] e [166], na Área I e [173], na Área II. A esta fase atribui-se igualmente a U.E. [192], associada ao alicerce do edifício n.º 29, de feição pombalina, classificado como Imóvel de Interesse Público, cuja construção recuará ao século XIX (Silva, 1992).

4| DISCUSSÃO

As intervenções arqueológicas realizadas nas áreas contíguas dos imóveis n.os 17-29 e 31-35 (Lote 2 da EPUL) da Rua da Palma revelaram dados significativos relativos à urbanização do sopé Sudeste da Encosta de Santana em Época Moderna, cuja análise é enriquecida com o recurso à cartografia e a outras fontes históricas.

Este espaço terá permanecido até ao século XVI uma área periurbana, marcadamente rural, povoada por hortas e campos de cultivo onde as ordens monásticas

detinham as suas almuinhas, das quais terão tomado posse ainda no século XII (surgindo identificadas em 1220 na inquirição de Afonso II) e algum casario, assim continuando após a integração no século XIV no interior da muralha Fernandina. Os férteis vales estruturados em torno das Ribeiras de Valverde e de Arroios, que alimentavam o designado esteiro da Baixa, traduziam terrenos com condições adequadas para a prática de agricultura intensiva, baseada em sistemas irrigados, que provavelmente foram aí implantados pelo menos a partir do século X, no âmbito da propriedade alodial muçulmana (Gonçalves, 2011; Silva, 2017, pp. 239 e 489).

Os dados da escavação arqueológica associada à implementação do loteamento então designado EPUL Jovem 7, realizada em 2002 no espaço contíguo para Norte ao das intervenções apresentadas neste trabalho, comprovaram a existência de uma área cultivada intramuros junto à Torre da Pela no período medieval cristão, testemunhada pela presença de perturbações no terreno, relacionadas com a existência de raízes, que rompiam os níveis de ocupação islâmica e romana (Muralha, Costa e Calado, 2002, p. 245). O facto de "Travessa da Rua da Palma" constituir uma designação que sucede à de "Travessa" ou "Beco das Parreiras" corrobora o cariz agrícola dos terrenos aí localizados (Vieira, 1987; Muralha, Costa e Calado, 2002, p. 245).

A edificação da muralha fernandina, entre 1373 e 1375, promoveu a divisão do designado *vale da Mouraria* e gerou alterações no comportamento da ribeira de Arroios, actuando como um obstáculo que, bloqueando o fluxo daquela, provocava grandes inundações na área intramuros (como a descrita por Fernão Lopes em 1383). Esta circunstância levou a que se começasse a definir uma estratégia de regularização da linha de água que, em princípios do século XV, no interior da Cerca, já corria pelos canos da porta de São Vicente, onde se irá implementar a Rua dos Canos (Lourenço, 2018, p. 17).

Era nesta área que se encontrava a propriedade dos cónegos do Mosteiro de São-Vicente-de-Fora, entre o Mosteiro de São Domingos, a Igreja de São Mateus e a porta de São Vicente (transformada em 1694 no Arco do Marquês do Alegrete), junto à Rua dos Canos. Separada pela Cerca Fernandina, dividiu-se entre a *horta de dentro* e a *horta de fora*. Consistia, no início de Quinhentos, numa grande propriedade, com poço, nora, chão de sequeiro e arvoredo, para além de assentamento de casas, nomeadamente um edifício térreo junto ao caminho público e a moradia com horta onde habitavam Catarina Pires e Fernão Dias da Palma (Sequeira, 1949, p. 35).

No início do século XVI construíram-se na franja sul da *horta de dentro* 17 moradas de casas, que o Mosteiro de São Vicente-de-Fora e os seus foreiros, Catarina Pires e Fernão Dias da Palma, sub-aforaram em 1515. Em 1524, estes nomearam sucessora do arrendamento a neta, Francisca Coelha (que herdaria também a casa e a horta), casada com João de Palma, cavaleiro fidalgo da Casa de El-Rei. Em Outubro de 1554, estes celebraram um contrato com os proprietários monásticos para a edificação de mais 45 foros, segundo o qual ficam obrigados, sob certas condições, a fazer uma rua pelo meio da horta (Mosteiro de São-Vicente-de-Fora, Livro B, arm. 48, n.º 37, fls. 15 a 23v *apud* Silva, 1987; Sequeira, 1949, pp. 34-38).

Se o contrato seguiu as normas de outros acordos estabelecidos em terrenos do Mosteiro de São-Vicente–de-Fora, como o contrato de aforamento feito por João da Palma a Tomás Cerveira, em 17 de Junho de 1552, é possível que tenha ditado a obrigatoriedade de colocação «*[…] sobre a entrada e porta principall das ditas casas [de] hua pedra que tenha esculpida a figura de hum corvo pintado de preto com letra […] que diga do mosteiro de São vicente […]*» (Lourenço, 2018, p. 18).

Através deste contrato verifica-se que em 1552 havia já a intenção de gerar um novo eixo viário, sendo referida por diversas vezes «*a rua que ha de se abrir*» (Lourenço, 2018, p. 19).

Surge assim, em meados do século XVI (pelo menos em projecto), a Rua Nova da Palma, com 15 pés (3,30 m) de largura, aberta, de cordel, pelo meio da horta, paralela à Rua dos Canos, com saída em baixo para o Mosteiro de São Domingos e em cima para a rua que passava entre a muralha e as casas onde habitava João da Palma (Sequeira, 1949, p. 38; Silva, 1987). Estes eixos viários, em conjunto com os edifícios mencionados, marcam os alvores e a consolidação da urbanização desta zona da cidade, cuja planificação ficou registada no "Livro Duodécimo dos Prazos" do Mosteiro de São-Vicente-de-Fora (fig. 14).

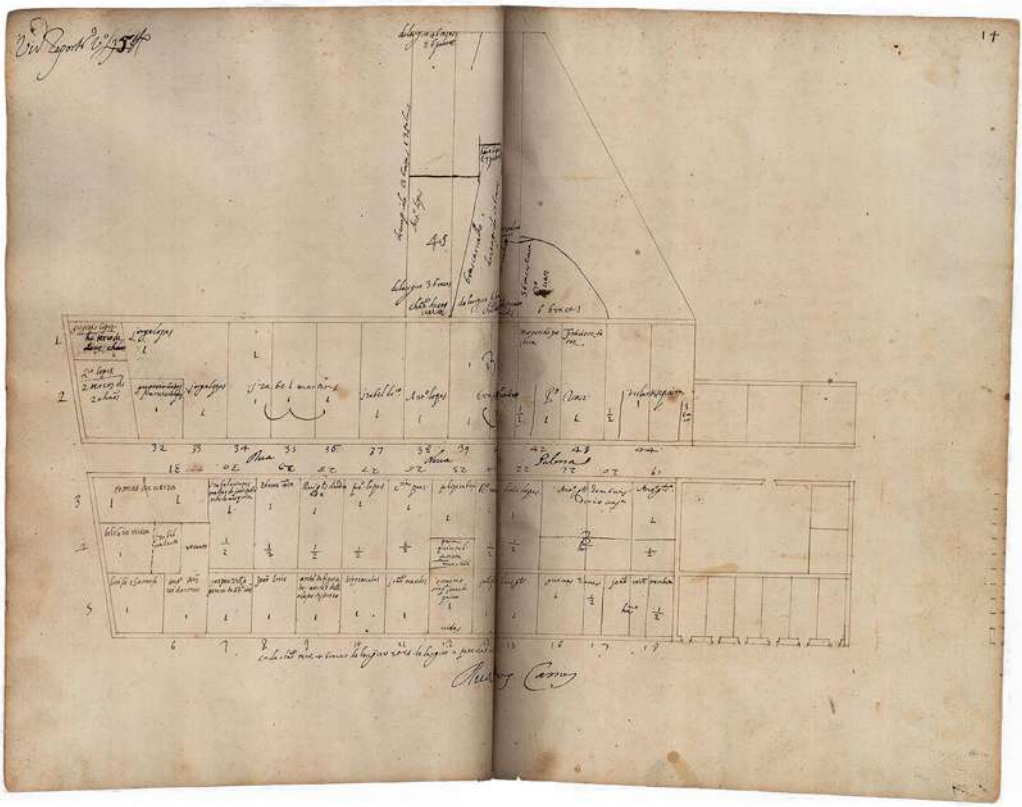


Fig. 14 – Plano de urbanização da Rua Nova da Palma e da Rua dos Canos, elaborado ***circa*** 1554. Livro duodécimo dos prazos. Mosteiro de São Vicente de Lisboa, Livro 37, fl. 13v-14, ANTT ***apud*** Lourenço, 2018, p. 22, p. 19, fig. 1.

O desenho elaborado traduz plenamente o modelo urbanístico moderno promovido por D. Manuel I e implementado em Lisboa deste 1498, reconhecendo-se a rua como uma entidade abstracta de tipologia urbana, estruturada por um conjunto de fachadas com limites definidos, que substituiu o conceito viário medieval, baseado num percurso e numa experiência vivida e não numa estruturação espacial (Carita, 1999, pp. 24 e 189).

Esta evolução, que culminará no século XVI numa malha regular e ortogonal com uma rede de ruas principais e secundárias, assente numa perspectiva geométrica, começou a gerar-se na Idade Média, consubstanciando uma progressiva abstração radicada no modelo da rua-travessa formado ao longo dos séculos XIV e XV e aplicado ao Bairro da Pedreira e à Vila Nova das Portas de Santa Catarina (Carita, 1999, pp. 189-190).

Em simultâneo, a evolução do modelo de rua-travessa irá dar origem, a partir dos primeiros anos do século XVI, ao módulo gerador do traçado urbano radicado em matrizes geométricas fundamentadas em métricas de ordem proporcional, definido pelo quarteirão de base rectangular, aplicado em lotes de duplo quadrado, implementado em Cata-Que-Farás, Vila Nova da Oliveira e Vila Nova de Andrade, com dimensões de 30 x 60 palmos no último caso, bem como na frente da Ribeira, conforme estipula em 1498 o Regimento desta, correspondendo cada chão a 4 lotes (Carita, 1999, pp. 189-190; 2015, pp. 21 e 25).

O quarteirão de base rectangular e os lotes de igual dimensão, com uma largura proporcional à da via, encontram-se igualmente vertidos no plano de urbanização da Rua Nova da Palma, com os 45 chãos (cada um com três braças de largura por quatro de profundidade) que a ladeiam e por ela se orientam (apesar de o ajuste de área com determinados enfiteutas ter provocado a irregularidade de alguns dos chãos), denunciando um processo controlado e normalizado, com uma notória concepção prévia, agregado a um modelo urbanístico instituído que contempla orientações métricas e geométricas precisas.

O plano de urbanização da Rua Nova da Palma, ainda que beneficiando interesses privados, não deve, portanto, ser entendido de forma isolada, traduzindo a prolongada influência da grande dinâmica de renovação e de consolidação urbanística promovida por D. Manuel I em Lisboa.

Efectivamente, a abertura da Rua Nova d'El-Rei, no âmbito do programa de reordenamento urbano manuelino de 1498-99, conectando a zona ribeirinha (designadamente a Rua da Sapataria e a Rua Nova dos Mercadores) ao *Roçio a par São Domingos*, gerou um eixo fulcral no acesso ao interior da cidade e promoveu um novo núcleo de centralidade naquela praça, onde se desenvolveu ainda um processo de reordenamento urbano, referindo Damião de Góis na sua *Descrição da cidade de Lisboa*, que este monarca «[…] acabou o grande e sumptuoso Hospital da cidade de Lisboa [Hospital Real de Todos os Santos] e fez nele todas as casas que estão na face do Rossio desde a rua da Betesga até o mosteiro de são Domingos […]» (Carita, 1999, pp. 75-78; 2015, pp. 18 e 20).

A proximidade da horta do Mosteiro de São-Vicente-de-Fora a este espaço urbano de crescente fulgor foi certamente vantajosa, incentivando a construção das habitações referidas, na expectativa da procura gerada, as quais provavelmente se inspiraram no modelo arquitectónico e urbanístico ali utilizado, até pela normalização que a governação manuelina impôs às novas construções.

Acresce que, em 1554, talvez a cidade não tivesse ainda recuperado totalmente do ponto de vista urbanístico do violento abalo que a assolou duas décadas antes e houvesse necessidade de gerar mais tecido habitacional. Efectivamente, o terremoto de 26 de janeiro de 1531, sentido entre as 4 e as 5 horas da madrugada (com réplicas às 7h00 e ao meio-dia), após abalos premonitórios a 2 e a 7 de janeiro, terá sido responsável pela destruição de 1500 edifícios, o que corresponderia a uma percentagem significativa da cidade, porventura 1/3 ou 1/4 da área urbana, estimando-se que terá tido um impacto idêntico ou superior ao de 1755 (Miranda *et al.*, 2012, pp. 2 e 7). Descreve Garcia de Resende: «*Muros, e torres cahiram, villas, paços, moesteiros, Igrejas, casas, celleiros, quintas, e as mais abriram: non cahiam pardieiros, pedras se viam rachadas, e em pedaços quebradas, e cousas de muytas fortes, quãto mais rijas, mais fortes, tanto mais espedaçadas*» (*apud* Silva, 2017, p. 90).

Na proximidade da Encosta de Santana, o sismo de 1531 danificou a Igreja de São Domingos e derrubou a maior parte da ermida de Nossa Senhora da Escada, tendo o mosteiro ficado em ruínas (ANTT, Mosteiro de São Domingos de Lisboa).

Por outro lado, a iniciativa privada de substituir áreas de cultivo por casas de habitação no segmento setentrional da *horta de dentro* do Mosteiro de São-Vicente-de-Fora, constitui o reflexo da estratégia pública de urbanização manuelina, ao dar cumprimento, ainda que a médio prazo e de forma faseada, ao alvará régio traduzido na "*carta perque he determinado que todollos olliuaaes dos muros adentro se cortem*", emitido em 26 de Dezembro de 1500, que preconizava a disponibilização de terrenos para construção no interior da cidade, ordenando «[…] *que se cortem e que se deribem todollos os ollivvaez de muros ademtro […]*», independentemente dos terrenos pertencerem a «*[…] Ygreja, moesteiro morgado ou quaaes quer outras senhorias e callidades que fore […]*» (Chancelaria de D. Manuel, Livro I da Estremadura, fl. 160, *apud* Carita, 1999, p. 85; 2015, p. 21).

Tratou-se, aliás, de dar continuidade ao processo de urbanização da cerca do Mosteiro de São-Vicente-de-Fora, que já em 1515 vira o segmento meridional da *horta de dentro* ser destinado à construção e aforado, certamente no âmbito do referido alvará de 26 de Dezembro de 1500 e, porventura, para responder a uma eventual necessidade imediata de incremento do tecido urbano, depois do sismo que em 1512 se fez sentir na cidade, provocando alguma destruição, de acordo com a descrição de Garcia de Resende: «*Vi que em Lixboa cahio de costa gram cantidade, duas ruas destruhio, duzentas casas sumio, foy gram temor na cidade […]*» (*apud* Silva, 2017, p. 86).

Em escritura de 10 de Maio de 1515, os frades de São Vicente e os seus foreiros, Catarina Pires e Fernão Dias da Palma, acordam sub-aforar a parte sul da horta, disponibilizando 17 chãos (cada um com 4 por 3 braças), servidos por uma rua então aberta para o efeito, com ligação ao antigo caminho público dos Canos de São Domingos – nascia assim a Travessa de São Domingos, consolidando um antigo acesso que passava junto à Igreja de São Domingos. Os sub-foreiros, que na maioria eram gente comum, ficaram obrigados a construir as respectivas casas (de pedra e cal até ao primeiro sobrado) e separadas da horta dos Vicentes por um muro, no prazo de um ano (Sequeira, 1949, pp. 36-37).

O sopé sudeste da Encosta de Santana conheceria assim um processo idêntico ao desenvolvido nos terrenos das cercas dos conventos da Trindade e do Carmo, onde se iniciou a urbanização da Vila Nova da Oliveira ou na cerca dos frades de São Francisco, onde se rasgou a Rua do Saco (Carita, 1999, p. 85 e 93-94; 2015, p. 21).

O contributo que a abertura da Rua Nova da Palma deu para a organização urbanística da área que articulou estendeu-se também à circulação para norte junto a uma das saídas da cidade que tinha muita movimentação e que se viu assim melhorada. Até então a circulação fazia-se pela Rua Direita da Mouraria, que encaminhava o fluxo vindo da zona ribeirinha para a Porta de São Vicente da Mouraria e daí pela Rua do *Boy Fermoso* (actual Rua do Benformoso) e pela Rua Direita de Arroios. A abertura quase imediata do Postigo da Rua da Palma na muralha e a construção de uma ponte (decretada pela regente D. Catarina em 2 de dezembro de 1562) que o ligava à parte extramuros da Rua Direita da Mouraria, possibilitando pela primeira vez um percurso directo entre o Rossio e a zona de Arroios, demonstram a necessidade que se sentia de um trajecto alternativo (Lourenço, 2018, p. 20).

O decreto régio testemunha ainda os problemas que a ribeira de Arroios continuava a criar na área do vale em meados do século XVI: «*Informado que ante a porta de São vycente da mouraria e o postigo que se abrio ao jogo da pella da parte de fora he muito necessareo fazer hua ponte de pedra pera onde a gente se possa servir e passar pera cima da agoa que por ahi corre onde se fazem grandes atoleyros e por se abrir a Rua nova da palma da parte de dentro, e se abrir o dito postigo, cresceo a povoação de hua parte e doutra, e he muy necessarea a dita ponte assim aos vezinhos como a todo o povo*» (Livro 1º de consultas e decretos de D. Sebastião I, fl. 28 a 28v., *apud* Lourenço, 2018, p. 20).

Este acto governativo é ainda importante por permitir comprovar que, na data em que é emitido, os edifícios da Rua Nova da Palma (ou pelo menos parte deles) se

encontravam já construídos e habitados, uma vez que foram os seus moradores (em conjunto com os «*[…] que uiuem fora da dita porta de São uicemte e fora do dito postigo[…]*») que custearam metade das despesas da ponte (Lourenço, 2018, p. 20).

Fig. 15 – Planta geral das intervenções arqueológicas realizadas nos imóveis n.os 17-29 e 31-35 (Lote 2) da Rua da Palma. Fase I.

As construções identificadas na área do Lote 2 (antigo n.os 31-35) enquadráveis no século XVI (Fase I), nomeadamente os muros [54], [58], [121, 132=133] e [127] (e porventura o muro [119] na sua origem) e o poial ou contraforte [124] estarão muito provavelmente relacionadas com as casas quinhentistas aforadas pelo Mosteiro de São Vicente-de-Fora, possivelmente antes da abertura da Rua Nova da Palma em meados da centúria (fig. 15).

É possível que também as casas identificadas no imóvel n.os 17-29 recuem a este momento relacionado com o plano de urbanização da Rua Nova da Palma, embora perdurem ao longo da Época Moderna. De qualquer forma, a presença de cerâmica de uso doméstico com cronologias de fabrico e de utilização enquadradas nos séculos XV e XVI no que corresponderá a uma área de lixeira, confere fundamento à possibilidade de estes materiais se relacionarem com um primeiro momento de ocupação destas habitações, cuja origem se situaria assim em torno de Quinhentos.

Enquanto no imóvel n.os 17-29 não se apreciam alterações no edificado, no Lote 2 as casas da Fase I são substituídas por novas construções. Apenas podemos avançar conjecturas sobre o motivo que subjaz a esta alteração, sabendo-se que por vezes era necessário demolir pré-existências para a implementação de um novo projecto, sobretudo quando este impunha um modelo e um traçado urbanos e uma métrica que necessariamente se articulavam com a restante cidade e que entrariam em confronto com a realidade mais antiga.

Efectivamente, sabemos que a implantação do plano de urbanização da Rua Nova da Palma implicou a demolição de uma casa (habitada por um Francisco Lopes) que ocupava o chão e meio que em 1515 tinha sido deixado livre para dar serventia à horta do Mosteiro de São-Vicente-de-Fora pelo sul, mas cuja edificação fora entretanto permitida. João da Palma foi obrigado pelo contrato de Outubro de 1554 a derrubá-la, assim como a outras construções que colidissem com a nova urbanização, até Fevereiro de 1555, devendo os aforamentos e a abertura da rua terminar até Dezembro do mesmo ano. Caso este prazo não fosse cumprido, os novos foreiros poderiam efectuar as demolições necessárias para avançar com as suas construções. João da Palma não cumpriu o prazo, pelo menos no que respeita à apresentação da lista de foreiros (Sequeira, 1949, pp. 38-39).

Neste terreno existiam ainda outras construções, nomeadamente um assentamento de casas (três moradas de sobrado e três térreas) à face da Rua dos Canos, mas com pátio voltado para o lado oposto, onde se localizava o poço da nora e três tanques de água. Do outro lado do terreno, onde se abriria a nova rua, existiam

três engenhos de atafonas e quatro casas térreas, as quais tinham confrontação com o sequeiro, localizado na zona poente da horta, na vertente da colina, sendo identificado no projecto da Rua Nova da Palma (Sequeira, 1949, p. 38).

Corresponderão algumas destas casas às que, no plano de urbanização da Rua Nova da Palma, localizadas no extremo setentrional do quarteirão, se encontram desprovidas de numeração e apresentam uma tipologia distinta das restantes? Seriam, no lado da Rua Nova da Palma, três das quatro casas térreas e, no lado da Rua dos Canos, uma das três moradas sobradadas, com quintal para o lado oposto desta via? Isto significaria que, efectivamente, ter-se-iam realizado demolições para a construção do novo quarteirão. É sugestivo pensar que as construções da Fase I identificadas no Lote 2, desmontadas para a implementação dos edifícios da Fase II, seriam um testemunho deste processo, mas importa usar de cautela no ensejo de articulação entre dados históricos e arqueológicos.

Na gravura com a representação de Lisboa conservada na Universidade de Leiden, que terá sido elaborada entre 1540 e 1570, observamos algum casario atrás da Igreja de São Domingos e terrenos não construídos, provavelmente de cultivo, ainda na área intramuros (fig. 16). Pelo menos uma parte dos edifícios representará possivelmente o loteamento promovido em 1515 na zona meridional da cerca do Mosteiro de São-Vicente-de-Fora, correspondendo os terrenos agrícolas à sua *horta de dentro* e que estarão também representados na iluminura de António d' Holanda, inserida na Cronica de D. Afonso Henriques de Duarte Galvão, elaborada *circa* 1520-30 (fig. 17). As progressivas edificações realizadas ao longo do século XVI, em particular da sua segunda metade, vão culminar no desenvolvimento de outro quarteirão (provavelmente o projectado no documento que integra o "Livro Duodécimo dos Prazos" do Mosteiro de São-Vicente-de-Fora), registado por George Braun em 1598, que identifica também a Rua da Palma pela Porta (postigo) da muralha que lhe dava acesso (fig. 18).

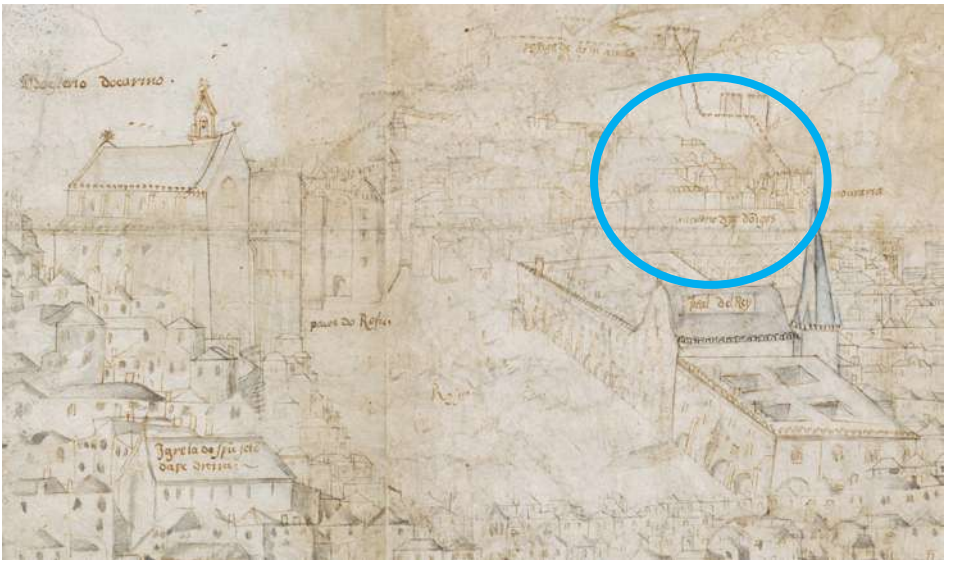


Fig. 16 – Excerto de vista de Lisboa, com destaque para a área onde se localizaria a ***horta de dentro*** do Mosteiro de São Vicente-de-Fora, atrás do Mosteiro de São Domingos, já parcialmente urbanizada (Anónimo, Biblioteca da Universidade de Leiden, primeira metade do século XVI).

Fig. 17 – Pormenor de panorâmica de Lisboa ilustrando a área entre o Rossio e as colinas do Castelo e de São Francisco (iluminura em pergaminho de António de Holanda, ***in*** Crónica de D. Afonso Henriques de Duarte Galvão. Museu Condes de Castro Guimarães, Cascais. Circa 1520-30).

Fig. 18 – Detalhe de vista de Lisboa, com indicação da localização da Rua da Palma e das casas do Mosteiro de São Vicente-de-Fora (de George Braun, ***Vrbivm praecipvarvm mundi theatrvm qvintvm in Civitatis Orbis Terrarum***, 1598). 28 – Convento de São Domingos; 51- Porta da Mouraria; 52- Porta (postigo) da Rua da Palma; 53 – Porta do Jogo da Pela.

Este quarteirão surge consolidado e ampliado em 1650, na planta de João Nunes Tinoco, na qual se observa que a área intervencionada integrava um edifício que confrontava com a Rua Nova da Palma, inserindo-se na freguesia do Socorro (fig. 19). O arruamento e essa designação perduram após o terramoto, conforme documenta a "Carta Topográfica da Cidade de Lisboa Comprehendida entre Barreiras" (1808-1832) de Duarte Fava e o quarteirão manteve-se até aos nossos dias, sofrendo maiores alterações apenas em meados do século XX, quando a Rua da Palma se transforma em Largo (do Martim Moniz) por via da demolição alargada de dois quarteirões, no âmbito do Plano de Remodelação da Baixa.

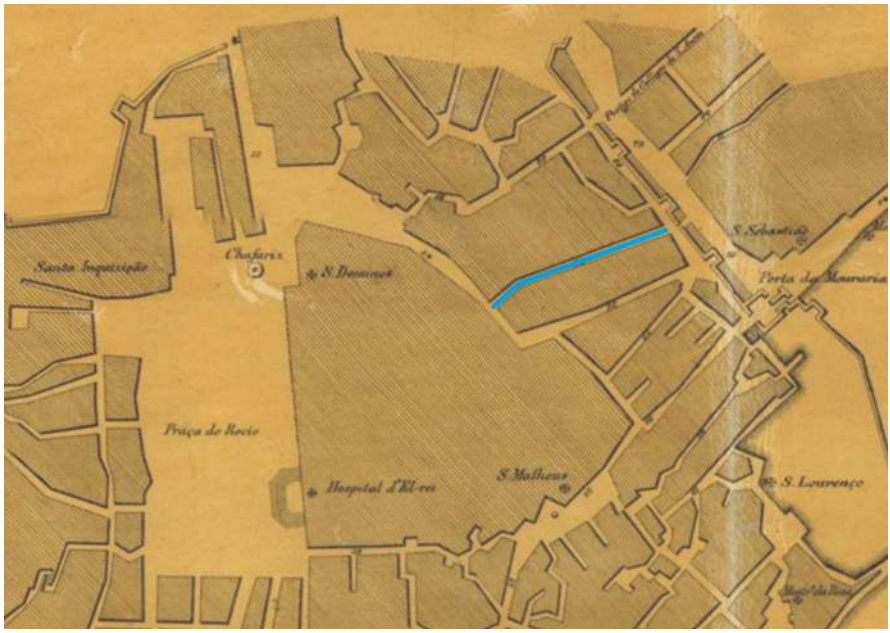


Fig. 19 – Excerto da planta de Lisboa de João Nunes Tinoco (1650), com indicação da localização da Rua Nova da Palma.

No final do século XVII, a zona era densamente povoada e a Rua da Palma confirmava-se como um dos eixos mais importantes da cidade, com um volume muito elevado de circulação, constituindo «*[…,] huã das principais serventias desta Cidade, assi pella grande parte dos moradores della, como pera os do Termo, e maiormente em dias de Feira, nos quais o concurso he tão numerozo, e repetido, que não sem grande embarasso, e molestia dos pobres saloyos, costuma passar coche, sege, ou carro por ella neste dia, e sempre pera os coches he a passagem*

dificultoza em se encontrando nella huñs com os outros […]» (consulta sobre a nova serventia da Rua dos Canos, mandada abrir em 1673 *in* Livro 2º de consultas e decretos de D. Pedro II, fl. 188 a 189v., *apud* Lourenço, 2018, p. 21).

Verificamos que, nas intervenções arqueológicas realizadas pelas autoras, a Fase II se enquadra entre a primeira metade do século XVII (pelo menos) e meados do século XVIII, designadamente, com elevada probabilidade, 1755, relacionando-se portanto com o urbanismo registado por George Braun e João Nunes Tinoco.

Sem prejuízo da possibilidade de as casas detectadas no imóvel n.os 17-29 poderem recuar a sua origem à fase construtiva anterior, é indubitável o seu enquadramento na Fase II, existindo maior coerência nos alinhamentos com as estruturas do Lote 2 neste momento (fig. 20). A possibilidade de esta fase corresponder às casas implementadas na sequência do plano de urbanização da Rua Nova da Palma não pode ser negada, de um ponto de vista arquitectónico, embora a (escassa) documentação artefactual suscite cautelas nessa associação, já que a que se enquadra no século XVI foi recuperada em contextos secundários (de lixeira e de reformulação do edificado), demonstrando as primeiras ocupações (documentadas) dos compartimentos a presença de materiais que dificilmente recuam para além de finais de Quinhentos. Podemos, todavia, estar em presença de reformulações que tenham eliminado os momentos mais antigos (iniciais) de ocupação.

De um modo geral, encontramo-nos perante três ou quatro edifícios compartimentados, de planta provavelmente rectangular, característica da tipologia das casas de Época Moderna e que, norteando-se pelo arruamento, mantêm a orientação Nordeste-Sudeste das construções da Fase I. Na área dos imóveis n.os 17-29 identificou-se o segmento interior de duas casas e no Lote 2, parte de um ou dois edifícios com 9,80 m de comprimento (muro [125]) entre as fachadas anterior e posterior, detentores de um número de compartimentos desconhecido (preservando-se apenas de modo claro dois).

Os muros estruturais internos de todas as habitações apresentam uma espessura média de 70 cm, mas a fachada e a parede tardoz, de contenção da encosta, registadas no Lote 2, são mais robustas, com 1,50 m de largura. O facto de o muro [125] do Lote 2 deter 0,70 cm de espessura e de articular os compartimentos que se lhe adossavam conduz a ponderar a hipótese de constituir a parede divisória entre duas casas. Todas as construções são fundadas no substrato geológico.

Verificam-se ainda algumas semelhanças do ponto de vista dos sistemas construtivos e dos materiais utilizados entre as construções da Fase II documentadas nas áreas dos imóveis n.os 17-29 e 31-35.

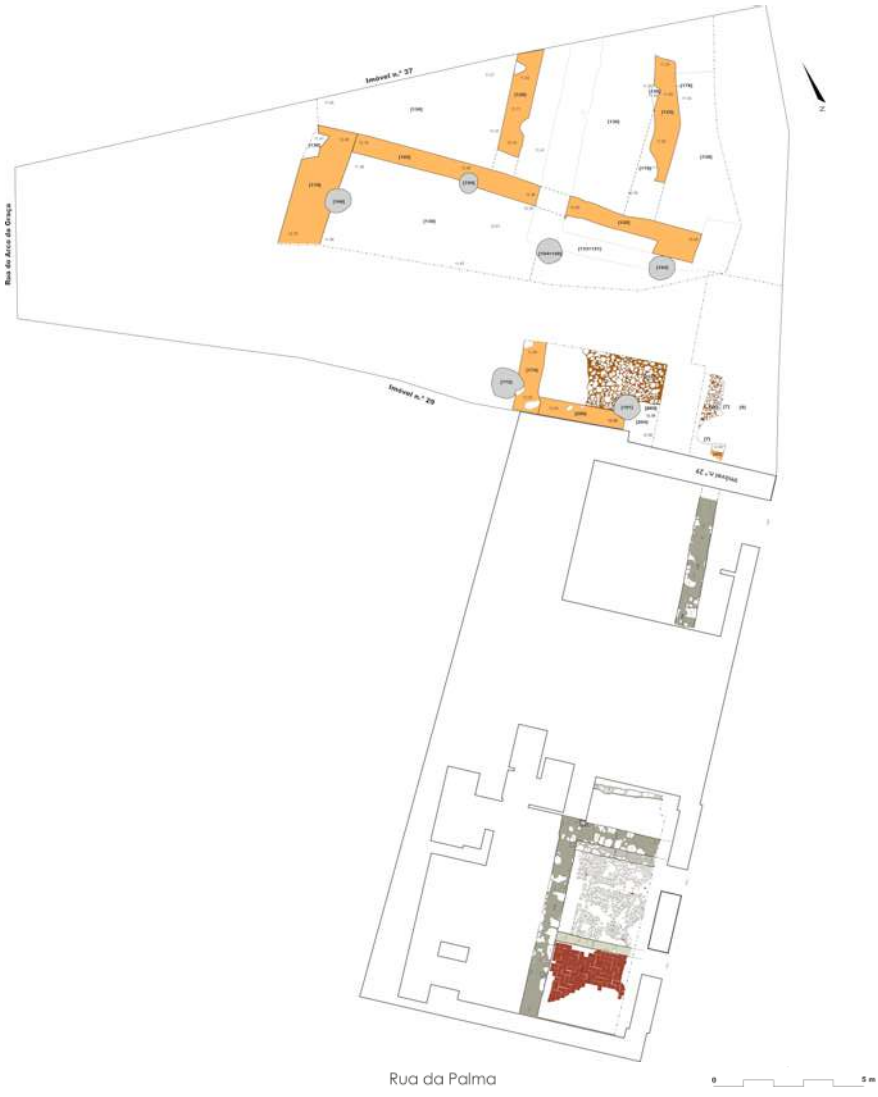


Fig. 20 – Planta geral das intervenções arqueológicas realizadas nos imóveis n.os 17-29 e 31-35 (Lote 2) da Rua da Palma. Fase II.

É o caso da solução para captura de águas pluviais, baseada em caleiras elaboradas com tijolos ligados por argamassa e ligadas a algerozes inseridos nas paredes, integradas nas Casas 1 e 2 da loja n.os 17-19 quando da reformulação do espaço no século XVII. Na área do Lote 2 não se conservava o algeroz, mas documentou-se a caleira adossada a uma das paredes da Fase II-A do compartimento registado na Sondagem II-B / Área II.

Em comum, todos os espaços apresentam um piso de regularização projectado para a construção das infraestruturas, nomeadamente para o assentamento das caleiras. No caso dos compartimentos das Casas 1 e 2, este piso é constituído essencialmente por margas desfeitas e compactadas e serve de base à construção destas habitações (U.E. [121] e [161]). No caso do Lote 2, o compartimento apresentava um piso revestido de argamassa (U.E. [77]).

Na Casa 1, uma das divisões apresentava um piso em tijoleira e a outra, em calçada. O compartimento registado na Casa 2 apresentava uma preparação de piso em argamassa, completamente queimado pelo fogo.

Contrariamente ao que sucede nos imóveis n.os 17-29, onde as habitações parecem traduzir uma maior imutabilidade ao longo de cerca de 150 anos, pelo menos no registo arqueológico, no Lote 2 apreciam-se dois momentos de reformulação do espaço associado ao compartimento identificado na Sondagem II-B/Área II. Funcionando inicialmente com um piso de argamassa e dotado de uma canalização provavelmente para escoamento de águas pluviais (Fase II-A) e de um possível poste de madeira (elemento de sustentação que poderá ter sido instalado num segundo momento) – fig. 12, n.º 1-, este compartimento foi desactivado, dando lugar a uma área exterior ou de ligação entre o exterior e o interior mediante a colocação de um piso inclinado em calçada com seixos de calcário, basalto, calcarenito e biocalcarenito, antes de 1714 (Fase II-B) – (fig. 12, n.os 2-3 e fig. 20). Posteriormente, promoveu-se a compartimentação da área em duas divisões que, ligadas por um degrau, funcionavam a cotas distintas e estavam pavimentadas com lajes de lioz reaproveitadas (Fase II-C) – fig. 12, n.os 4 e 5 e fig. 21.

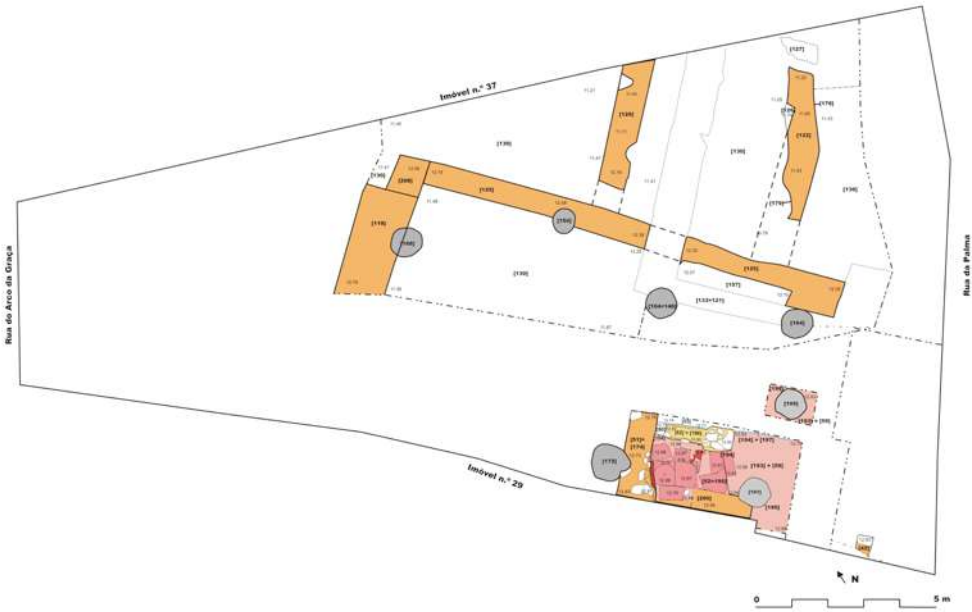


Fig. 21 – Planta geral das intervenções arqueológicas realizadas no Lote 2 do Martim Moniz (n.os 31-35 da Rua da Palma). Fase II-C.

O conjunto edificado da Fase II encontra globalmente paralelo nas casas identificadas no Sector A da escavação arqueológica realizada no âmbito da implementação do já mencionado empreendimento EPUL Jovem 7 em 2002 e coordenada por Cláudia Costa e João Muralha. O Sector A é coincidente com os atuais n.os 39 A e 39 da Rua da Palma e dista cerca de 20 m da nossa área de intervenção, aproximando-se da Torre da Pela da muralha fernandina. O edifício ali identificado, incluído ainda na área intramuros, apresenta idêntica orientação e o mesmo tipo de compartimentação e a pavimentação dos espaços com calçada de seixos de basalto (Muralha e Costa, 2004; Casimiro, 2011).

Apesar de desconhecermos a cronologia específica da construção e da ocupação dos edifícios de Época Moderna registados no Sector E da intervenção coordenada por Manuela Leitão e Vasco Leitão no âmbito do mesmo loteamento da EPUL entre 2004 e 2006, a observação da fotografia publicada que ilustra a escavação então em curso (Leitão e Henriques, 2014, p. 19) permite constatar uma grande similitude na estruturação arquitectónica com os imóveis globalmente coevos documentados no sopé sudeste da Encosta de Santana.

A presença de um numisma de cronologia filipina (sem que seja avançada uma identificação mais detalhada) na base de um dos muros do Sector A da intervenção de 2002 possibilita centrar no período da sua governação a fundação dos edifícios (Casimiro, 2011, p. 692) ou, pelo menos, a construção do compartimento no qual o muro se integra. Esta cronologia é globalmente coincidente com a apontada para os momentos mais antigos da Fase II, pelo que não será descabido considerar a existência de um plano urbanístico de época filipina aplicado a pelo menos um segmento do lado setentrional da Rua da Palma.

O final da Fase II encontra-se marcado no Lote 2 por um nível generalizado de incêndio, associado a um conjunto artefactual que se insere em Setecentos, o que conduz a ponderar com elevada probabilidade a hipótese de nos encontrarmos perante um testemunho decorrente do terramoto de 1755, fenómeno que terá sido o responsável pela destruição das habitações seiscentistas (e, porventura, ainda quinhentistas).

Neste ponto, cumpre invocar um contexto possivelmente associado ao terramoto de 1755 na imediata proximidade das áreas abordadas no presente trabalho, detectado quando da intervenção arqueológica realizada no âmbito da obra da EPUL na Encosta de Santana em 2002 e que implicou o abandono das construções de época filipina (Casimiro, 2011), que documenta a chegada do incêndio a esta zona intramuros da cidade, o qual terá sido travado apenas pela Muralha Fernandina, situada a cerca de 60 m para Norte. Tanto estes edifícios, como os da nossa área de trabalho manifestam portanto a mesma longevidade, perdurando entre o período filipino (pelo menos) e o século XVIII, tendo o terramoto de 1755 sido aparentemente responsável pela sua derrocada.

As fontes históricas documentam a destruição sentida na zona, entretanto inserida na freguesia da Pena, sabendo-se que no Convento de Sant'Ana perderam a vida 16 pessoas com a derrocada da Igreja e duas alas de dormitórios, várias casas e oficinas e que o tecto da Igreja da Pena abateu integralmente, vitimando muita gente. A freguesia manteve apenas 1336 das 5966 almas que a compunham antes da catástrofe, alojando-se 96 em barracas (Rosado, 2013, p. 27).

Destituída da lógica urbanística que impulsionou a (re)construção pombalina da Baixa, a área a norte da Igreja de São Domingos foi submetida a uma intervenção mais conservadora, definida por Manuel da Maia em fevereiro de 1756 na *Segunda parte da Dissertação sobre a Renovação da Cidade de Lisboa* (Lourenço, 2018, p. 21).

A Rua Nova da Palma foi incluída num lote de antigos arruamentos que deveriam ser alargados «*[…] por uma parte, ficando a outra conservando-se no estado em que se acha*»,

o que se traduziu no alargamento do lado poente da via, ordenado em 9 de maio de 1776 por D. José, tendo as casas afectadas sido adquiridas pelo Senado da Câmara: «*Sendo me presente a grande necessidade, que ha de se alargar a Rua Nova da Palma, para o bem commum que resulta de se desembaraçar a communicação da Parte Setentrional, para a outra parte Meridional da Cidade de Lisboa athe agora impedida pela estreiteza da sobredita Rua, que não dando lugar mais do que ao transito de huma só carruagem cauzava encontros de perniciosas consequencias e ferquentes impedimentos ao Serviço Publico*» (Decreto de alargamento da Rua Nova da Palma, *in* AML, Livro 18º de consultas, decretos e avisos de D. José I, fl. 228 a 231v., *apud* Lourenço, 2018, pp. 21-22).

As diligências tomadas para o alargamento da Rua da Palma incluíram a elaboração de um inventário, anexo ao referido decreto e permitem confirmar o grau de destruição causado pelo terramoto nos edifícios da Rua da Palma, registando-se que, das 16 propriedades expropriadas, sete se encontravam reduzidas *a pardieiro* e uma estava em construção (Lourenço, 2018, p. 22).

Em 1776 promoveu-se também a arrematação pública de um conjunto de chãos na Rua Nova da Palma, nomeadamente «*[…] das cazas, que foram encendiadas no incendio que se seguio ao terramoto […], e dos pardieiros de cazas arruinadas, e demolidas aonde não chegou o incendio, que estão por reedificar […]*», bem como de chãos que correspondiam ao «*[…] resto das propriedades que se tinhaõ cortado para se alargar a dita rua […]*», ficando os compradores obrigados a respeitar as normas do Cartulário pombalino no que concerne aos alçados das novas edificações (Lourenço, 2018, p. 22).

Embora o Cartulário pombalino contenha um desenho para a Rua Nova da Palma (fig. 22), apenas aos edifícios n.os 17-29 foi aplicado esse projecto, constituindo os restantes imóveis (como o n.os 29-35) prédios de rendimento oitocentistas.

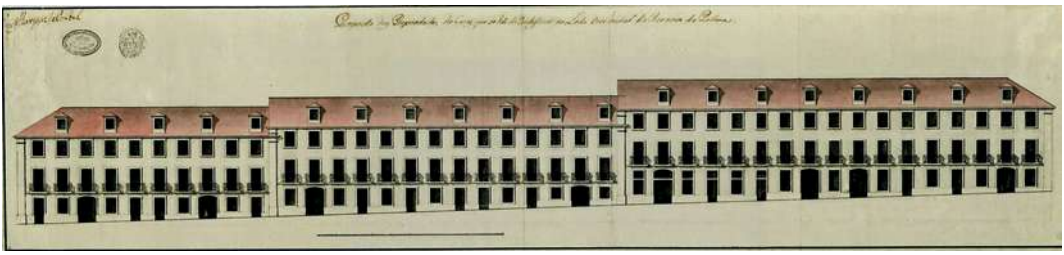


Fig. 22 – Prospecto das propriedades de casas que se hão de reedificar no lado ocidental da Rua Nova da Palma. AML, Cartulário pombalino, doc. 62 (***apud*** Lourenço, 2018, p. 22, fig. 3).

Na sequência do terramoto, os edifícios do sopé Sudeste da Encosta de Santana terão então ruído ou sofrido danos suficientes para motivar uma reconstrução profunda, tendo-se procedido à limpeza e à terraplanagem dos terrenos, o que deu origem a uma substancial reformulação urbana da encosta.

Na zona exterior da Cerca Fernandina, a escavação arqueológica realizada em 2002 documentou uma terraplanagem na vertente, delimitada pelos antigos n.os 6 e 4 da Calçada do Jogo da Pela, que destruiu quase integralmente os vestígios medievais cristãos e islâmicos. Outras evidências dessas movimentações de terras surgiram durante as escavações da área onde se construiu o actual parque de estacionamento do Martim Moniz, traduzidas nomeadamente na estratigrafia invertida detectada na zona ocidental da praça, que resultará dos aterros efectuados com as terras removidas da envolvência (Muralha, Costa e Calado, 2002, p. 245).

Na área do imóvel n.os 31-35 da Rua da Palma, depois do terramoto (possivelmente apenas após as diligências de 1776), o espaço foi limpo e nivelado, tendo-se registado depósitos de aterro que embalavam um conjunto artefactual enquadrado entre a segunda metade do século XVIII e os inícios do século XIX, desconhecendo-se o que terá sucedido na segunda metade do século XVIII, nomeadamente se o espaço se manteve em montouro ou se porventura terá acomodado construções provisórias e perenes, as designadas barracas.

A limpeza e o aterro do terreno estão associados a uma nova fase construtiva (III), situada entre finais do século XVIII e inícios do século XIX. No Lote 2 esta reformulação está patente num conjunto de muros e de caneiros que se relacionarão já com o edifício n.os 31-35 e que reaproveitam, por adossamento, os alicerces das construções da Fase anterior (fig. 23).

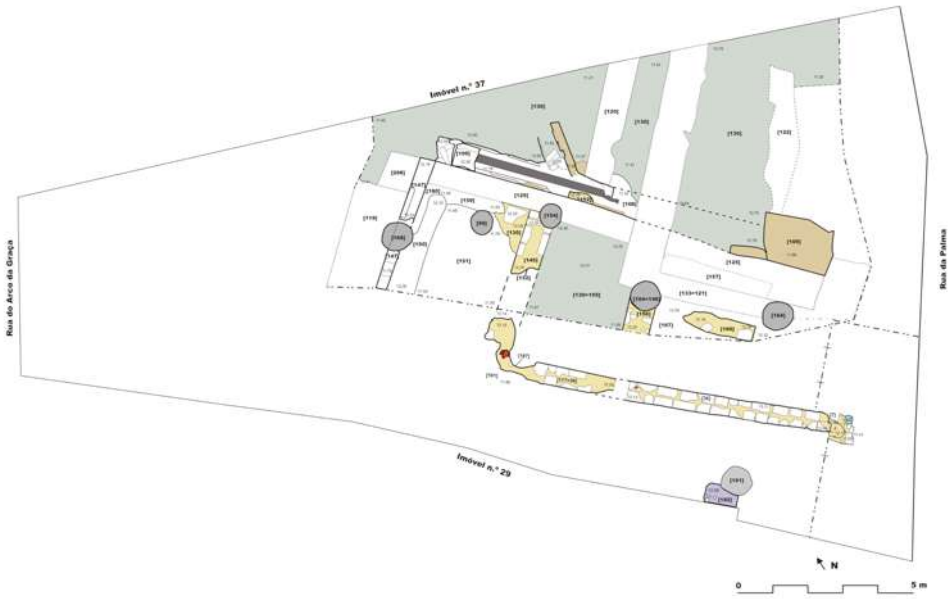


Fig. 23 – Planta geral das intervenções arqueológicas realizadas no Lote 2 do Martim Moniz (antigo imóvel n.os 31-35 da Rua da Palma). Fase III.

Em parte da área extramuros intervencionada em 2002 no âmbito do loteamento EPUL Jovem 7 a reconstrução pós-terramoto reaproveitou igualmente as fundações Seiscentistas. Já no interior da Cerca Fernandina (Sector A), os socos das "gaiolas pombalinas" assentavam directamente sobre as destruições do terramoto, que inutilizaram as casas filipinas (Muralha, Costa e Calado, 2002, p. 245).

Através da análise da cartografia histórica verifica-se que Duarte Fava ilustra edifícios (bem como todo um quarteirão) no local das intervenções abordadas neste trabalho já em 1807, que corresponderão aos imóveis n.os 17-29 e 31-35 (fig. 24). De acordo com a planta de Filipe Folque (1856-1858), na primeira metade do século XIX o edifício n.os 31-35 é ampliado para a área de logradouro, onde em 1807 existia ainda um vasto terreno nas traseiras das casas de todo o quarteirão, enquanto no prédio confinante (n.º 29) o logradouro é ajardinado (fig. 25).

Fig. 24 – excerto da planta de Duarte Fava (1807) com indicação da localização aproximada dos edifícios n.os 17-35 da Rua da Palma.

Fig. 24 – excerto da planta de Filipe Folque (1856-1858), com indicação da localização aproximada dos edifícios n.os 17-35 da Rua da Palma.

As duas intervenções arqueológicas apresentadas neste trabalho permitiram assim contribuir para uma leitura diacrónica da evolução do urbanismo no sopé sudeste da Encosta de Santana, tendo-se documentado várias fases construtivas, relacionáveis de um modo geral com os aglomerados representados na cartografia histórica e com os apontamentos urbanísticos referidos nas fontes.

Destaca-se a ampliação e consolidação progressiva dos quarteirões alinhados pela Rua da Palma, desde a sua implementação, em meados do século XVI até aos nossos dias, perdurando os edifícios então construídos até ao terramoto de 1755. A reconstrução pós-terramoto respeitou globalmente a via, sobretudo na sua orientação, embora tenha promovido o seu alargamento.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a colaboração prestada por Dário Neves e José Pedro Henriques no tratamento e na análise dos materiais arqueológicos e o apoio concedido por Marina Carvalhinhos durante a intervenção arqueológica realizada no Lote 2 (n.os 29-35).

FONTES HISTÓRICAS

___ 1500 – Alvará, 26 de Dezembro, 1500. Chancelaria de D. Manuel, Livro I da Estremadura, fl. 160. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

___ c. 1554 - Livro duodécimo dos prazos. Mosteiro de São Vicente de Lisboa, 1554. Livro 37, fl. 13v-14. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

___ 1562 – Decreto, 1562, 2 de dezembro. Livro 1º de consultas e decretos de D. Sebastião I, fl. 28 a 28v. Arquivo Municipal de Lisboa.

___ 1673 - Consulta sobre a nova serventia da Rua dos Canos, 1673. Livro 2º de consultas e decretos de D. Pedro II, fl. 188 a 189v. Arquivo Municipal de Lisboa.

___ 1776 - Decreto de alargamento da Rua Nova da Palma, 1776, 9 de maio. Livro 18º de consultas, decretos e avisos de D. José I, f. 228 a 231v. Arquivo Municipal de Lisboa.

PROCESSOS

Processo de obra demolida 15757, Arquivo Municipal de Lisboa.

BIBLIOGRAFIA

____ [s.d.] - Mosteiro de São Domingos de Lisboa. Arquivo Nacional da Torre do Tombo [Em linha]. [Consult. 18 Jul. 2018]. Disponível em http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1457992

Araújo, N. (1938) - *Peregrinações em Lisboa*. IV. Lisboa: Vega.

Augusto-França, J. (1998) - *28: Crónica de um percurso sétima colina*. Lisboa: Livros Horizonte.

Barreira, P., Dordio, P., Teixeira, R. (1995) – 200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do séc. XVI a meados do séc. XVIII. In *Actas das 2ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval – Métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 145-184.

Batalha, L. e Cardoso, G. (2013) – Poço seiscentista no Vale de Alcântara (Santa Isabel, Lisboa). *Emerita - Estudos de Arqueologia e Património Cultural*. [s.l.]: Emerita. 1, pp. 113-140.

Cabral, J. P.; Cardoso, G. e Encarnação, J. (2009) – Sondagem arqueológica no Palácio dos Condes da Guarda. In Carvalho, A. e Santos, C., coords. - *A Casa de Azulejos de Cascais: de Palácio Condes da Guarda a Paços do Concelho*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, pp. 200-241.

Calado, M.; Leitão, V. (2005) - A ocupação islâmica da encosta de Sant'Ana (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Instituto Português de Arqueologia. 8:2, pp. 459-470.

Cardoso, G. e Rodrigues, S. (1999) – Tipologia e cronologia de cerâmicas dos séculos XVI, XVII e XIX encontradas em Cascais. *Arqueologia Medieval*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, Edições Afrontamento. 6, pp. 193-212.

Carita, H. (1999) - *Lisboa Manuelina. A Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna (1495-1521).* Lisboa: Livros Horizonte.

Carita, H. (2015) – Lisboa Manuelina e a formação da Provedoria de Obras Reais. *Rossio. Estudos de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 5, pp. 16-27.

Carvalho, A. e Fernandes, I. (1992) – Cerâmicas esmaltadas e vidradas dos séculos XV e XVI provenientes do Castelo de Sesimbra. *Sesimbra Cultural.* Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra. 2, pp. 15 -21.

Carvalho, A. e Fernandes, I. (1995) – Cerâmicas baixo -medievais da Casa n.º4 da Rua do Castelo (Palmela). In *1as Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 77-95.

Carvalho, E.; Monteiro, J.L. e Bugalhão, J. (2007) – *Quarteirão dos Lagares. Relatório de Trabalhos Arqueológicos*, exemplar policopiado.

Casimiro, T. (2011) – Estudo do espólio de habitação setecentista em Lisboa. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Série V, 11, pp. 689-726.

Castilho, J. (1937-1939) - *Lisboa antiga: bairros orientais*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. III e VIII.

Diogo, A. M. D. e Trindade, L. (1995) – Cerâmicas da época do terramoto de 1755 provenientes de Lisboa. In *Actas das 2ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – Métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 349-353.

Diogo, A. M. D. e Trindade, L. (1995) – Intervenção arqueológica na rua João do Outeiro, nº36/44, na Mouraria, em Lisboa. In *Actas das 2ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval – Métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 257-265.

Diogo, A. M. D. e Trindade, L. (2003) – Cerâmicas de Barro vermelho de entulhos do terramoto de 1755 provenientes da sondagem 14 da rua dos Correeiros em Lisboa. In *Actas das 3ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – Métodos e resultados para o seu estudo.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 285-293.

Fernandes, I. C. R. e Carvalho, A. R. (1998) – Conjuntos cerâmicos pós-medievais de Palmela. In *Actas das 2ª Jornadas de cerâmica Medieval e pós- Medieval.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 211-255.

Ferreira, M. A. (1995) - O Barroco na cerâmica doméstica portuguesa. In *Actas das 1ª Jornadas de Cerâmica Medieval e pós-Medieval.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 151-161.

Gomes, M. e Gomes, R. (1991) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas dos séculos XIV, XV e XVI do Poço-Cisterna de Silves. In *A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental.* Lisboa: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 457- 490.

Gomes, M. V. (2008) – Dois fornos de cerâmica de Silves (séculos XVI-XVII) - notícia preliminar. In *Actas das 4.os Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos el Resultados para o seu estudo.* Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 271-292.

Gomes, R. V.; Gomes, M. V.; Almeida, M.; Boavida, C.; Neves, D.; Hamilton, K. e Santos, C. (2013) – Convento de Santana (Lisboa). Estudo preliminar do espólio da fossa 7. In *Arqueologia em Portugal. 150 anos,* Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1057-1065.

Gonçalves, L. R. (2011) – *Sistemas de povoamento e organização territorial: Dois vales na periferia de Lisboa (séculos IX – XIV). Dissertação de mestrado em História Medieval*. Lisboa: Universidade de Lisboa.

Lourenço, T. B. (2018) – A Mouraria da Velha Rua da Palma. Quatro séculos no ciclo de vida de um arruamento (1554-1959). *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 2.ª Série, 9, pp. 15-41.

Miranda, J.; Batlló, J.; Ferreira, H; Matias, L. M.; Baptista, M. A. (2012) – The 1531 Lisbon earthquake and tsunami. In *15 WCEE*, Lisboa: [s.n.].

Rosado, A. C. (2013) - *A habitação característica do Antigo Regime na encosta de Santana: Tipologias e Modos de Habitar*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura. Lisboa: Instituto Superior Técnico.

Sequeira, G. M. (1949) – A Rua da Palma. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 43, 4.º trim., pp. 33-42.

Silva, A. V. (1987) – *A Cerca Fernandina de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2.ª ed.

Silva, F. M. (2017) – O terremoto de 1531 segundo a poesia de Garcia de Resende. *Historiæ*. Rio Grande: [s.n.], 8 (1), pp. 83-91.

Silva, J. (1992) – Edifício na Rua da Palma n.º 17 a 29 [Em linha]. [Consul. 10. mar. 2016]. Disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3108

Silva, M. F. (2017) – *Mutação urbana na Lisboa medieval: das taifas a D. Dinis. Lisboa*. Tese de doutoramento em História, especialidade de História Medieval. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

#22 ESTUDO ARQUEOLÓGICO DAS FUNDAÇÕES DOS EDIFÍCIOS DE ÉPOCA MODERNA DA BAIXA DE LISBOA: A ESTACARIA DE MADEIRA DO CAMPO DAS CEBOLAS.

JOÃO MIGUEZ | ERA ARQUEOLOGIA, S.A.
CRISTÓVÃO FONSECA| FCT; CHAM/FCSH/UNL/UAÇ
TERESA QUILHÓ | CEF/ISA/UL
JOSÉ BETTENCOURT | CHAM/FCSH/UNL/UAÇ
TIAGO SILVA | CHAM/FCSH/UNL/UAÇ

RESUMO

Durante os trabalhos arqueológicos realizados no âmbito da implementação do projecto "Desvios dos Serviços Afectados para Construção do Parque de Estacionamento no Campo das Cebolas" foram identificadas diversas infraestruturas em madeira, que serviram de apoio a construções em alvenaria construídas entre os séculos XVI e XIX.

Este conjunto, que corresponde a cerca de quatro centenas de peças e que foi objecto de registo arqueográfico *in situ* e caracterizado individualmente após desmontagem, apresenta-se como uma oportunidade de investigação considerando a ausência de estudos arqueológicos sistemáticos sobre a temática da infraestruturação e consolidação do edificado da Baixa da cidade ao longo de toda a época moderna.

Pretende-se analisar o registo sistemático destes elementos de madeira, procurando identificar padrões de construção entre a estacaria e as estruturas pétreas que suportavam. Esta abordagem terá em conta os contextos em que estas estruturas foram registadas, conjugado com os modelos construtivos utilizados e considerando as diferentes áreas, épocas e funcionalidades das estruturas que suportavam.

O resultado desta análise será comparado com outras intervenções de Lisboa, nas quais foi registada a presença de infraestruturas análogas, com o propósito de tentar ensaiar uma tipologia para os modelos dos conjuntos estruturados de madeiras que suportavam os edifícios acima de níveis freáticos e instáveis característicos desta área da cidade.

Palavras-Chave: Estacaria; reconstrução pombalina; arqueologia urbana; Campo das Cebolas.

ABSTRACT

During archaeological works conducted due to the project “Desvios dos Serviços Afectados para Construção do Parque de Estacionamento no Campo das Cebolas” several support wood infrastructures from the 16th to the 19th centuries were discovered.

This collection, of about 400 elements, was recorded individually and represents the opportunity to study the wooden infrastructure conditions of the Modern Age modern buildings in Lisbon´s Baixa Pombalina (downtown).

We intend to analyze all the archaeological record of these timbers in porsuit for construction patterns relating the wooden foundations and the buildings they sustained. This approach will consider the contexts foundations related to the constructive models used, as well as the location, period and function of the buildings.

The results of this study will be compared with other discoveries made in Lisbon with similar foundations, looking for a typology of the models used for wooden foundations that supported the buildings above the groundwater level and unstable sediments typical of this city’s area.

Keywords: Wooden foundation; 1755 earthquake reconstruction; urban archaeology; Campo das Cebolas.

1| INTRODUÇÃO

Da Empreitada de Obra Pública para Execução dos Desvios dos Serviços Afectados para Construção do Parque de Estacionamento no Campo das Cebolas resultou um conjunto de trabalhos arqueológicos, a cargo da Era Arqueologia S.A., realizados entre os meses de Fevereiro e Julho de 2016.

Ao nível dos desvios de infraestruturas de subsolo, foram realizadas 16 valas em toda a área de implantação do projecto, tendo sido apenas afectados contextos contemporâneos e modernos e atingindo profundidades médias de cerca de 1 m. Entre estas áreas de intervenção destacaram-se as valas 1, 6, 10 e 13, realizadas no traçado para a construção de um novo colector de saneamento urbano. Correspondem assim às áreas de intervenção com maior impacte no subsolo, nas quais se atingiu cotas de cerca de 4 m de profundidade. A sua escavação permitiu identificar um importante conjunto de contextos preservados, representando os níveis de ocupação do Campo das Cebolas, entre os séculos XVI e XX.

Foram também observadas realidades associadas a estes mesmos contextos na área de implantação do futuro parque de estacionamento, local onde os trabalhos arqueológicos englobaram uma fase de escavação prévia, a uma profundidade de c. 1,70 m. Aqui afectaram-se essencialmente níveis de aterro contemporâneo, associados a remodelações do Porto de Lisboa, ocorridas em finais do século XIX. Esta escavação prévia permitiu colocar à vista as estruturas portuárias pombalinas a integrar parcialmente no futuro parque de estacionamento, nomeadamente os paredões de cais que formavam a Doca da Ribeira Velha e respectiva escadaria de acesso ao rio, assim como outras realidades associadas aos referidos momentos de ocupação do actual Campo das Cebolas (Figura 1).

Fig. 1 – Planta com localização das valas de intervenção e fundações em madeira.

Foram realizados trabalhos arqueológicos de escavação e registo de infraestruturas em madeira, no âmbito da colaboração entre o CHAM e a ERA Arqueologia S.A., em intervenções arqueológicas na zona ribeirinha de Lisboa. Estes alicerces correspondiam, na sua quase totalidade, a grades de madeira, constituídas por longarinas e travessas, apoiadas sobre estacas cravadas no solo, que serviram de base de apoio à construção de estruturas em alvenaria entre os séculos XVII e XIX. Pretende-se com o presente artigo abordar a temática da fundação e consolidação do edificado da Baixa da cidade ao longo de toda a época moderna, tendo como exemplo as evidências identificadas no âmbito deste projecto.

Encontramo-nos numa zona geográfica com um papel bastante relevante na evolução de Lisboa, em plena frente ribeirinha, na base da colina do castelo e aberta a sul para o estuário do Tejo. Esta área vai, desde logo, destacar-se como local de acesso da cidade ao rio, principalmente para a população que habita a colina

do castelo. A antiga Ribeira Velha teve assim um importante papel mercantil e portuário, com particular destaque para o período entre os finais do século XVI e o início do século XX.

2| OS CONTEXTOS ARQUEOLÓGICOS

Várias das realidades arqueológicas identificadas aquando da realização destes trabalhos foram já apresentadas anteriormente (Simão *et al*. 2017; Simão e Miguez, 2017; Fonseca *et al*. 2017; Mateus *et* al. 2017).

As fundações em madeira, mais conhecidas por estacaria, foram reconhecidas como solução arquitectónica em várias estruturas pertencentes a várias épocas, tendo-se recolhido cerca de quatro centenas de peças associadas a diversas tipologias e aplicadas desde o século XVII até ao século XX.

Época pré-pombalina

Durante o período medieval esta é uma zona de praia, fronteira e exterior às muralhas da cidade, tendo-se ali aberto a Porta do Mar, na Cerca Moura, numa área de "faina de borda d'água" onde se desenvolvem actividades de calafetagem e arranjo de barcos ou em cuja praia são estendidas as redes de pesca (Macedo, 1943, p. 5).

Até meados do século XVI correspondia a um terreiro que partia das muralhas e cuja área foi aumentando através do espaço ganho ao rio, sobretudo por acção antrópica, através da realização de aterros sucessivos da margem do Tejo.

Os contextos mais antigos agora identificados associam-se precisamente a este avanço da margem do rio, com um importante conjunto de níveis de aterro, cuja presença se observou desde a zona fronteira à Casa dos Bicos até aos paredões de cais pombalinos que os vieram sobrepor.

Já no século XVII instalou-se neste local o Mercado da Ribeira Velha que correspondia a um conjunto de cabanas ou alpendres compridos, espalhados pela praça, desde o Cais de Santarém até à antiga Alfândega das Sete Casas, onde as vendedeiras se agrupavam por géneros alimentares, normalmente acompanhadas das respectivas casas do dízimo.

Esta ocupação mercantil seiscentista encontra-se ainda interligada com um conjunto de estruturas, identificadas na zona sul da Rua dos Arameiros, que se podem associar à presença do Forte da Ribeira neste local (Simão *et al.*, no prelo).

Este forte, também conhecido por Baluarte ou Fortim da Ribeira (Castro, 1870, p. 229), corresponde a um edifício localizado a este da antiga Alfândega das Sete Casas, representado neste local na cartografia histórica de Lisboa, a partir de meados do século XVII. A sua construção poderá estar relacionada com a Guerra da Restauração e consequente construção de fortes para protecção da barra do Tejo (Santos, 2012).

Para além destas realidades, na vala 10 identificaram-se duas estruturas paralelas, cuja localização e tipo de construção, com alçados de silhares em calcário voltados ao rio, poderão associar-se às estruturas pré-pombalinas de cariz portuário representadas nesta área, por exemplo, na planta de Carlos Mardel de 1758.

É sob estas estruturas que encontramos os vestígios mais antigos de estacaria no Campo das Cebolas.

O conjunto [10301], que se encontrava sob possível estrutura portuária [10021] (Figura 2), corresponde a uma "grelha clássica", com a presença de longarinas e travessas que assentavam sobre um conjunto de estacaria cravada no subsolo.

Fig. 2 – Estrutura pré-pombalina [10021], alicerce [10243] e desenho da respectiva grade em madeira [10301].

Já o conjunto [10193] (Figura 3) era composto somente por algumas longarinas, de pequena dimensão, envolvidas por um aglomerado de elementos pétreos, de pequeno e médio tamanho. Este conjunto de pedras e madeira formava um enrocamento para a estrutura portuária [10145], não se verificando, neste caso, a presença de estacaria vertical.

Fig. 3 – Enrocamento pétreo e longarinas que constituem a [10139].

Época Pombalina

Será o terramoto de 1755 que trará importantes mudanças nesta fisionomia urbana, altura em que se verifica a reurbanização da frente ribeirinha, enquadrada no plano de reconstrução da Baixa de Lisboa, o que leva a uma reorganização do seu espaço que altera radicalmente a sua fisionomia.

É finalmente abandonada a antiga configuração da Ribeira Velha, como área aberta com algumas estruturas de pequeno porte, verificando-se uma redefinição da linha costeira e a construção de grandes estruturas de apoio à actividade portuária e mercantil da zona.

Estas novas realidades, nova Doca da Ribeira Velha, os edifícios mercantis de *Ver o Peso*, a nova área edificada do Terreiro das Farinhas ou o novo mercado da Ribeira Velha, representam os contextos arqueológicos de maior impacto nos trabalhos realizados, observados nas valas 1, 10 e 13.

Destes, destacam-se os edifícios denominados *Ver o Peso*, duas construções de grande porte, de planta sub-rectangular e quadrangular, situados junto à nova Alfândega.

Esta repartição municipal situava-se, no período pré-terramoto, junto ao antigo Largo do Pelourinho, entre as actuais Ruas do Comércio e da Alfândega, e onde "*...iam a pesar(...)os géneros de todos aquele que, conforme o seu comércio, careciam de maiores pesos do que os que lhe eram tolerados pelas disposições em vigor.*" (Silva, 1987, p. 128).

Após o terramoto e com o novo plano urbanístico posto em prática, esta repartição muda de localização para a Ribeira Velha, ficando anexa à nova Alfândega e tendo agora funções de *"mercado de azeite e vinho"* (Machado, 1880, p. 118).

Nos trabalhos agora realizados foi possível observar vários vestígios destes dois edifícios, com particular destaque para um conjunto de alicerces, quer de paredes interiores quer de algumas das suas fachadas principais.

Trata-se de um conjunto de muros em alvenaria, construídos com elementos em calcário e arenito, de pequeno e médio tamanho, e cerâmica de construção, nomeadamente tijolo de burro, unidos por argamassa de tom esbranquiçado/cinzento. O seu aparelho construtivo é bastante argamassado, caracterizando-se pela sua robustez, fácil de compreender perante a dimensão e localização ribeirinha da área edificada que sustenta.

Destaca-se ainda a construção de um quarteirão de prédios, fronteiro à Casa dos Bicos, dando origem à área conhecida como Terreiro das Farinhas.

Esta área, edificada no período pós-1755, foi utilizada até ao século XX, sendo descrita como área de instalação de pequeno comércio e alguns armazéns e tendo a sua demolição ocorrido nos anos 40 deste século (Macedo, 1943, p. 62).

Foi possível identificar um conjunto de estruturas que fariam parte desta área edificada, construídas em alvenaria robusta, bem argamassada, com blocos de calcário e arenito. Os paramentos da área interior encontravam-se rebocados com argamassa ou com cimento, demonstrando uma utilização deste espaço até meados do século XX, com as usuais remodelações de um espaço habitacional/comercial.

De todos os alicerces pombalinos registados, somente aqueles que se encontravam no Quadrante 4, pertencentes à renovação do Mercado da Ribeira Velha, não assentavam sobre estacaria. Esta solução poderá não ter sido adoptada nestas construções dada a sua natureza, menos robusta, mas também dada a pouca profundidade a que se encontravam os seus alicerces, não alcançando o nível freático.

O conjunto de época pombalina, com um total de 363 elementos, corresponde ao grosso da amostra recolhida, o que se explica pelo grande número de estruturas enquadráveis nesta época cronológica, associando-se essencialmente aos edifícios de *Ver o Peso*.

Estas estruturas e respectiva estacaria assentavam todos sobre níveis anteriores ao terramoto, nomeadamente em aterros correspondentes ao século XVI e XVII.

De facto e no contexto da reconstrução pós-terramoto "A reedificação prosseguia, portanto, com a segurança e a rapidez que as circunstâncias exigiam e permitiam, e os alicerces da parte central e baixa da nova cidade assentavam sobre um sistema de estacaria que os sais da água impregnavam, conservando-a e impedindo que pudesse arder" (França, 1989, p. 62).

Época Contemporânea

A segunda metade do século XIX marca mais uma grande fase de remodelação deste espaço urbano, culminando com o abandono e demolição dos edifícios pombalinos de *Ver o Peso* e com o aterro da antiga Doca da Ribeira Velha, permitindo ganhar nova área ao rio, assim como uma nova área de aportagem de barcos, a Doca da Alfândega (actual Doca da Marinha).

O ano de 1861 marca o início de uma fase de estudos e projectos para o Porto de Lisboa que, com alguns avanços e recuos, darão origem a estas remodelações (Loureiro, 1907).

Assim, ao nível de realidades estruturais, este momento cronológico encontra-se representado de forma mais perceptível na área de implantação do futuro parque de estacionamento, por um grande núcleo edificado, correspondente a um novo edifício anexo à Alfândega, que procurou resolver os problemas de falta de capacidade de armazenamento aí sentidos (Simão *et al.*, no prelo).

É constituído por um comprido armazém de três naves, que sabemos medir cerca de 62,15 m de largura por 87,10 m de comprimento, estando "...nelle [...] installadas duas casas de abertura, thesouraria, casa dos despachantes, casa do despacho imediato, estiva e ainda espaço para as fazendas despachadas." (Loureiro, 1907, p. 321).

Entre as estruturas identificadas destacam-se os alicerces das suas fachadas principais, construídos em alvenaria bastante robusta e assentes sobre sólidas estacas de madeira, cravadas verticalmente, seguindo o exemplo das construções mais antigas.

Os presentes trabalhos permitiram então notar uma continuidade na utilização do sistema de estacas, como suporte de alicerces na frente ribeirinha de Lisboa, em época contemporânea, nomeadamente no edifício construído anexo à Alfândega em terreno ganho ao rio, em finais do século XIX.

Estas fundações em estacaria foram detectadas na fachada oeste (observadas na vala 1) e numa das paredes que o compartimenta (identificadas no Quadrante 1), assentando sobre robustas estacas de madeira, cravadas verticalmente no leito do rio. Nestes dois casos não foram utilizados os referidos sistemas de grades, demonstrando uma variação ou simplificação deste sistema construtivo.

Sob o alicerce da fachada oriental deste edifício foi identificado o conjunto [13068], mais uma vez composto por uma grelha de longarinas e travessas, colocadas sobre estacas verticais. Neste caso, embora se note um menor cuidado no acabamento das madeiras, destaca-se o seu grande porte (Figura 4).

Fig. 4 – Vista geral do conjunto [13068].

3| FUNDAÇÕES DE ESTACARIA EM MADEIRA: CONSIDERAÇÕES GERAIS

A presença de fundações de estacaria em madeira que apoiam alicerces pétreos remete-nos para o conceito base do suporte de edifícios em solos instáveis, uma tecnologia reconhecida desde época romana (Vitruvius, 1914, p. 88).

Estão associadas a muitos edifícios históricos, constituindo um importante vestígio arqueológico para o conhecimento da engenharia antiga, encontrando-se ainda em utilização o que demonstra a importância para a reconstrução e remodelação actuais. Trata-se de um arquivo com potencial não só para o conhecimento da história da construção, mas também do comércio de madeira e reconstrução paleo-ambiental (clima, florestação, etc.), potenciado a partir de abordagens dendrológicas e dendrocronológicas, com grande capacidade de preservação enquanto mantêm as suas condições estáveis de humidade e sedimentação, ou seja, anaeróbicas e sem oxigénio (Klaassen e Creemers, 2012, p. 124).

O facto de se encontrarem escondidas no subsolo e de não existir uma ligação visual directa com o edificado poderá explicar a pouca investigação feita neste domínio e uma certa ausência de reconhecimento da sua relevância.

A sua utilização é amplamente reconhecida na Europa, nomeadamente na Escandinávia, mas também em cidades históricas como Amesterdão ou Veneza, desde pelo menos época medieval, onde se reconhecem solos húmidos, arenosos e lodosos instáveis. Em Amesterdão, por exemplo, verifica-se uma progressiva evolução da complexidade e robustez destas infraestruturas, que acompanha a dimensão dos edifícios. No sul da Europa a bibliografia especializada refere como sendo pouco comum a sua identificação (Klassen e Creemers, 2012, p. 123-124).

Como princípio base, esta solução arquitectónica advém da necessidade de estabilizar o edificado sobre terrenos instáveis formados por aluviões e aterros influenciados pelo nível freático, característica sedimentar amplamente reconhecida na Baixa Pombalina.

As fundações em madeira assumem ainda um papel essencial na estabilidade e resistência sísmica dos edifícios. Em Lisboa reconhecem-se vários casos de enfraquecimento causado pela sua remoção, muitas vezes na sequência de obras de reconstrução do edificado. Também a deterioração por secagem é outro factor de instabilidade, como verificado no Campo das Cebolas, Núcleo Aqueológico da Rua dos Correeiros (NARC) (Amaro, 2009) ou na nova sede do Banco de Portugal (Rocha e Reprezas, 2014, p. 119). Esta é devida a alterações do sistema natural de

drenagem (impermeabilização dos solos) ou de circulação dos lençóis freáticos, provocadas pela presença de construções em profundidade (parques subterrâneos, metro, etc.). Trata-se de um cenário que torna eminente a ocorrência de abatimentos, pelo menos a médio/longo prazo, que poderão ser agravados em caso de sismo (Lopes, 2012, p. 95 e 100; Pereira, 2011, p. 15 e 103; Miranda, 2011, p. 61).

Em Lisboa, tem existido uma tendência para associar as fundações de estacaria em madeira à reconstrução pombalina (como a gaiola pombalina), consequência da necessidade de criar estabilidade para futuras catástrofes. Esta utilização poderá ter no entanto mais a ver com a importância de estabilizar os edifícios em terrenos instáveis, considerando que se reconhece o recurso a esta técnica em casos anteriores e posteriores à catástrofe de 1755. De qualquer forma, é com a reconstrução pombalina que se verifica uma utilização massificada e sistemática deste sistema (Mascarenhas, 2009, p. 78), como é possível constatar no Campo das Cebolas.

Para além de suportar directamente os edifícios estas estacarias serviam para transportar as cargas para o solo e compactar o sedimento subjacente. Assim, os alicerces de pedra assentam sobre fundações em madeira – uma grelha apoiada sobre estacas verticais enterradas.

No Campo das Cebolas, a estratigrafia destas fundações (Figura 5) caracteriza-se por apresentar estacas verticais que atravessam aterros de natureza antrópica chegando ao nível freático. As estacas apoiam longarinas horizontais, que por sua vez suportam travessas também horizontais, mas perpendiculares às longarinas. Esta grade apresenta ainda um enrocamento em argamassa e pedra, que a envolvia.

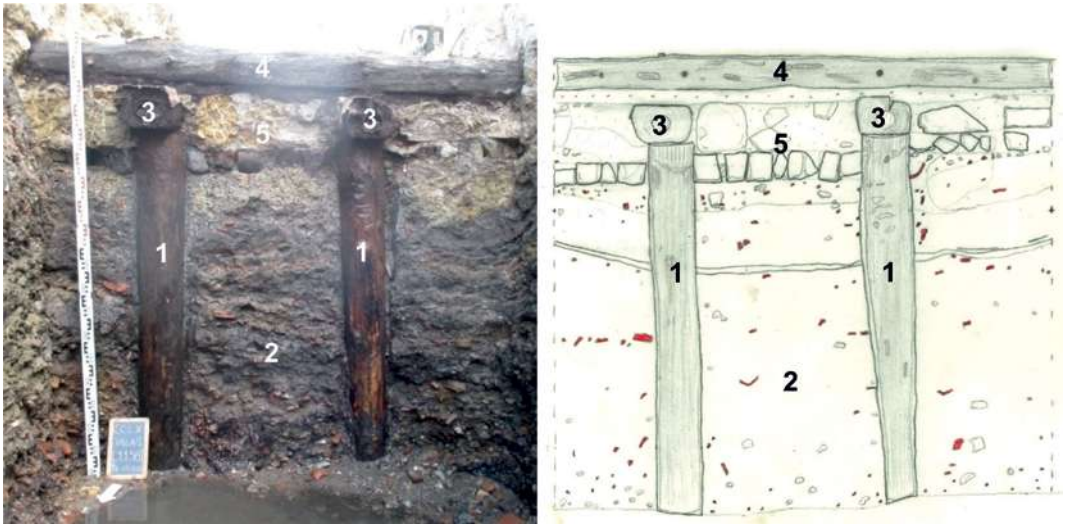


Fig. 5 – Estratigrafia da estacaria: 1 – estacas; 2 – aterros; 3 – longarinas; 4 – travessas; 5 – enrocamento.

O processo construtivo subentende uma sequência operativa que numa primeira fase consistia na compactação do terreno com um maço. Seguidamente procedia-se à piquetagem ou cravação das estacas verticais, normalmente dispostas em alinhamentos paralelos, cuja penetração no solo era facilitado pela sua configuração quadrangular e em cunha na extremidade inferior. Posteriormente eram colocadas as longarinas horizontais sobre o alinhamento das estacas, cujo assentamento era facilitado por entalhes circulares talhados na face inferior facetada das longarinas, onde encaixavam no cabeço das estacas. A estrutura em madeira era concluída com a colocação das travessas, também horizontais, mas perpendiculares às longarinas, cuja fixação era reforçada pela cravação de pregos em ferro (Figura 6 e Figura 7) (Ramos e Lourenço, 2000, p. 37 e 38; Miranda, 2011, p. 29-31).

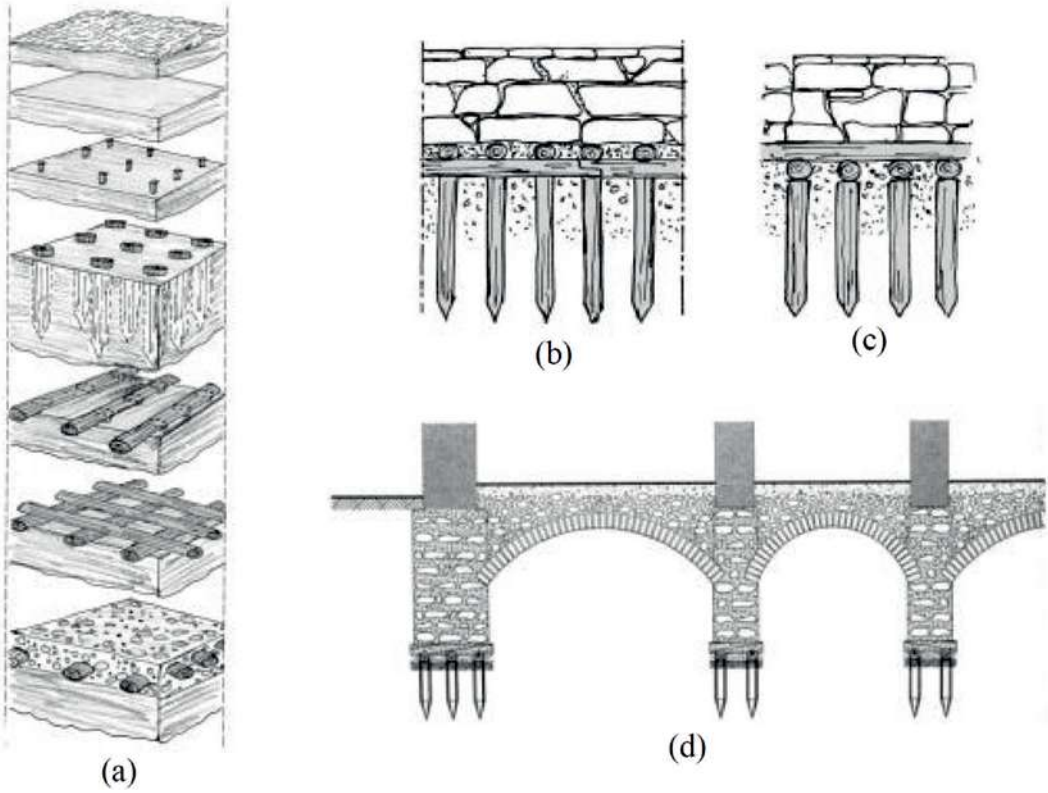


Fig. 6 – Estacaria: (a) processo construtivo; (b) corte longitudinal; (c) corte transversal; (d) ligação entre fundações e alicerces (adaptado a partir de Ramos e Lourenço, 2000, p. 38, fig. 2).

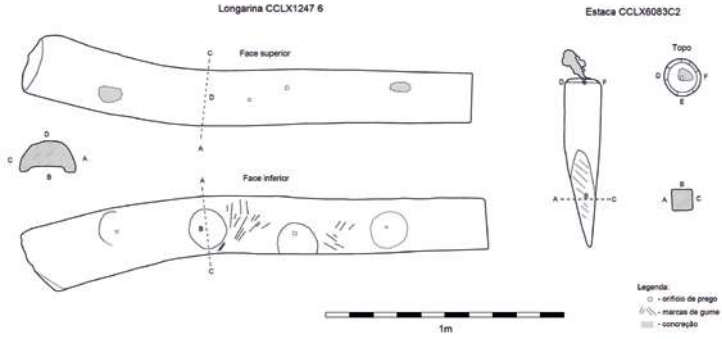


Fig. 7 – Desenho da longarina CCLX1247 6 e da estaca CCLX6083C2.

4| ANÁLISE, CARACTERIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DA MADEIRA

Foram analisadas ao microscópio quatro amostras de madeira referentes às peças CCLX13068 2, CCLX1248 A, CCLX10301 D e CCLX60775. Todas as amostras foram escolhidas considerando diferentes cronologias, áreas onde se localizavam, tipo de contexto e técnicas de construção das estruturas, procurando representar o maior número de realidades.

Metodologia

Os critérios de recolha tiveram em conta uma selecção das áreas com o máximo de informação possível, considerando os objectivos definidos, mas também que interfiram o mínimo possível na estrutura original do elemento, procurando a manutenção das zonas mais bem conservadas.

Os exames microscópicos da madeira foram feitos de acordo com as normas da Associação Internacional dos Anatomistas de Madeira (IAWA, 2004).

Para a identificação da amostra de madeira seguiram-se os seguintes procedimentos:

- Preparação de provetes com dimensão suficiente para uma observação microscópica das diferentes secções da madeira (secção transversal, tangencial e radial);

- Realização de tratamentos à amostra de madeira antes do corte no micrótomo. Inclusão do material em polietileno - glicol 1500, sempre que foi necessário atendendo ao grau de detioração da madeira;

- Execução de cortes histológicos da madeira 17 a 20 µm de espessura com um micrótomo; coloração de tecidos com Safranina e montagem de lâminas - observação microscópica;

- Dissociação da madeira; coloração com Safranina, montagem de lâminas e observação do dissociado ao microscópio - observação microscópica;

- Realização de fotomicrografias, Nikon Microphot-FXA;

- Estudo comparativo com amostras existentes na laminoteca e consulta bibliográfica (Ilvessalo-Pfaffli, 1995; Jacquiot, 1955; IAWA, 2004).

Resultados

A partir da observação microscópica da estrutura da madeira nas três secções transversal, tangencial e radial e também na madeira dissociada foi possível verificar que todas as amostras pertencem ao grupo das coníferas.

De acordo com a norma internacional para identificação da madeira de coníferas (IAWA, 2004) foram consideradas entre outras as seguintes características para análise:

- Anel de crescimento (desenvolvimento do lenho de inicio/lenho de fim de estação);
- Presença / ausência de canais de resina transversais e radiais- células epiteliais;
- Pontuações dos traqueídos longitudinais;
- Parênquima;
- Composição dos raios;
- Traqueídos radiais: localização, espessamento da parede (liso, denticulado, reticulado);
- Pontuações do campo de cruzamento (tipo, número, distribuição).

Como resultado da observação nas amostras de madeira verificou-se:

- **Anéis de crescimento bem definidos, maioritariamente com lenho de início de estação superior ao lenho de fim de estação (Figura 8 A-D, Figura 9 A, Figura 10 A e Figura 14 A)**

  As camadas de crescimento estão bem marcadas em todas as amostras com os traqueídos do lenho de início de estação de maior calibre e menor espessamento de parede e os traqueídos de fim de estação com menor calibre e maior espessamento de parede. A amostra CCLX13068 2 apresentou grande variação na largura do anel e com registo de prováveis efeitos traumáticos.

- **Presença de canais de resina longitudinais e transversais (Figura 8 A-D, E, Figura 10 A B, Figura 12 A-B e Figura 14 A-B)**

  Em todas as amostras foi possível observar a presença de canais de resina quer longitudinais quer transversais. Os canais de resina longitudinais variam em número (> em CCLX13068 2) e situam-se na transição do lenho inicial para o lenho final ou distribuem-se ao longo da camada de crescimento; na amostra CCLX60775 concentraram-se mais no lenho de fim de estação.

- **Raios unisseriados e fusiformes com canais de resina (Figura 8 E, Figura 10 B, Figura 12 B e Figura 14 B)**

  Observam-se os raios de dois tipos: os raios unisseriados (1 célula em largura) e os raios fusiformes que incluem os canais de resina transversais. Não foi possível contabilizar o nº de células epiteliais dada a destruição do tecido dos raios. Os raios são muito curtos (até 4 células em altura) e médios (5-15 células), geralmente não excedendo as 15 células.

- **Raios heterogéneos (Figura 8 F, Figura 10 C, Figura 12 C e Figura 14 C)**

  Os raios são heterogéneos em todas as amostras incluindo traqueídos radiais na sua composição; estes traqueídos radiais dispõem-se nas margens ou de forma intercalar com o parênquima radial.

- **Traqueídos longitudinais com 2-5 pontuações pinóides maioritariamente ovais nos campos de cruzamento com o parênquima radial, observado em secção radial (Figura 8 F, Figura 10 C, Figura 12 C e Figura 14 C) e no macerado (Figura 9 A-E, Figura 11 A-C, Figura 13 A-C e Figura 15 A-C)**

  A avaliação do tipo de pontuação do campo de cruzamento foi feita na seção radial e também no macerado (traqueídos individualizados). Nas amostras as pontuações pinóides apresentaram-se de tamanho sensivelmente igual e maioritariamente com uma disposição em fiadas radiais. Esta avaliação foi cautelosa devido à deformação na forma das pontuações (destruídas por ex. em CCLX1248 A,CCLX 60775), atendendo a que a madeira proveio de achados arqueológicos.

- **Traqueídos radiais com espessamento pouco a proeminentemente denticulado**
  (Figura 8 F, Figura 9 F-H, Figura 10 C, Figura 11 D-E, Figura 12 C, Figura 13 D-E, Figura 14 C e Figura 15 D-E)

  O espessamento da membrana secundária dos traqueídos radiais apresentou-se no geral com denticulado evidenciado (< em CCLX1248 A). A presença de espessamento da parede dos traqueídos radiais é denticulada e proeminente nas secções *Sylvestris* (*P. densiflora*, *P. nigra*, *P. resinosa*, *P. sylvestris*) e *Ponderosa* (ex: *P. contorta*, *P. pinaster*, *P. ponderosa*, *P. radiata*) e pouco proeminente na secção *Sula* (*P. canariensis*, *P. halepensis*, *P. leucodermis*, *P. longifolia*) e Secção *Khasya* (*P. khasya*).

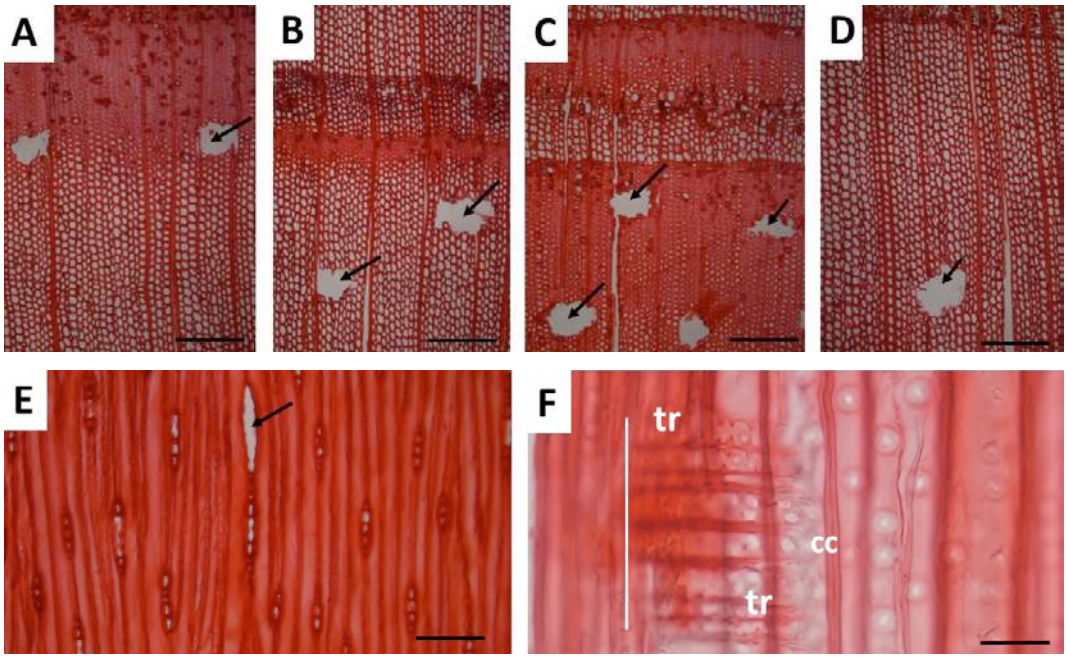


Fig. 8 – Estrutura anatómica da madeira amostra **CCLX13068 2**.
A-D) Secção transversal com os canais de resina longitudinais (seta). **E)** Secção tangencial com raios unisseriados e raio fusiforme com canal de resina transversal (seta); **D)** Secção radial com raio heterogéneo composto por células de parênquima radial e traqueídos radiais (tr); pontuações do campo de cruzamento (cc) de tipo pinóide. Escalas barra: **A-D** =130µm;**E**= 100 µm **F** 25 µm.

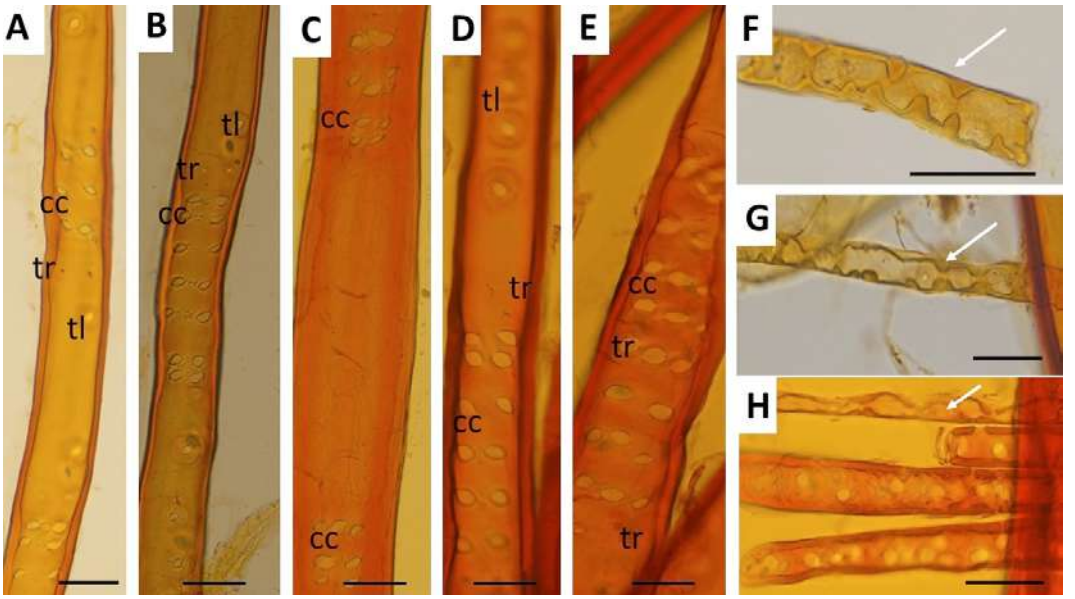


Fig. 9 – Células individualizadas da madeira amostra **CCLX13068 2**.
A-E) Traqueídos longitudinais com pontuações areoladas (tl), pontuações pinoides do campo de cruzamento (cc) e pontuações dos traqueídos radiais (tr). **F-H)** Espessamento da parede dos traqueídos radiais (seta). Escalas barra: **A-H** =25 µm

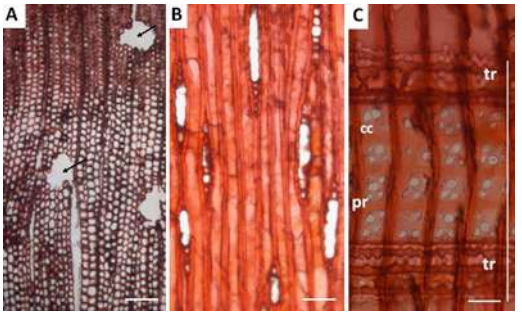


Fig. 10 – Estrutura anatómica da madeira amostra **CCLX1248 A. A)** Secção transversal evidenciando os canais de resina longitudinais (seta); **B)** Secção tangencial com raios unisseriados; **C)** Secção radial com raio heterogéneo composto por células de parênquima radial (pr) e traqueídos radiais (tr). Pontuações do campo de cruzamento (cc) de tipo pinóide. ***Escalas barra***: A= 130 µm, B=100 µm, C=25 µm.

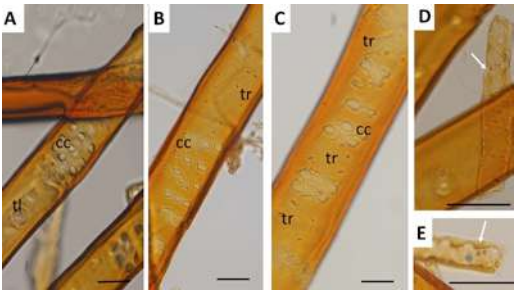


Fig. 11 – Células individualizadas da madeira amostra **CCLX1248 A. A-C)** Traqueídos longitudinais com pontuações areoladas (tl), pontuações pinoides do campo de cruzamento (cc) e pontuações dos traqueídos radiais (tr); **D-E)** Espessamento da parede dos traqueídos radiais (seta). ***Escalas barra***: A-E =25 µm.

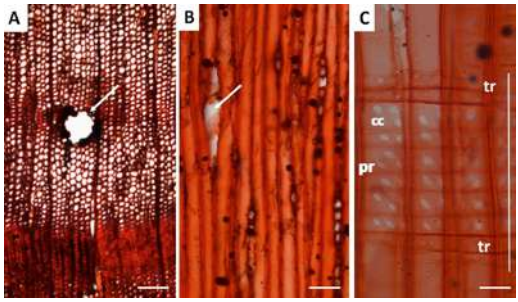


Fig. 12 – Estrutura anatómica da madeira amostra **CCLX10301D**. **A)** Secção transversal evidenciando o canal de resina longitudinal (seta); **B)** Secção tangencial com raios unisseriados e raio fusiforme com canal de resina transversal (seta); **C)** Secção radial com raio heterogéneo composto por células de parênquima radial (pr) e traqueídos radiais (tr). Pontuações do campo de cruzamento (cc) de tipo pinóide. ***Escalas barra***: A= 130 µm, B=100 µm, C=25 µm.

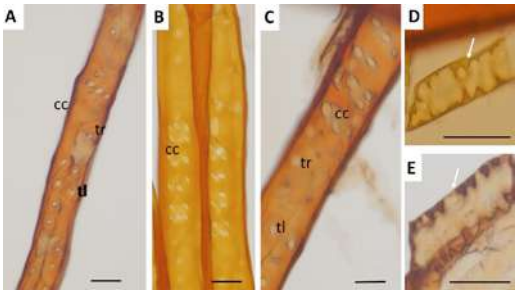


Fig. 13 – Células individualizadas da madeira amostra **CCLX10301D**. **A-C)** Traqueídos longitudinais com pontuações areoladas (tl), pontuações pinoides do campo de cruzamento (cc) e pontuações dos traqueídos radiais (tr); **D-E)** Espessamento da parede dos traqueídos radiais (seta). ***Escalas barra***: A-E =25 µm.

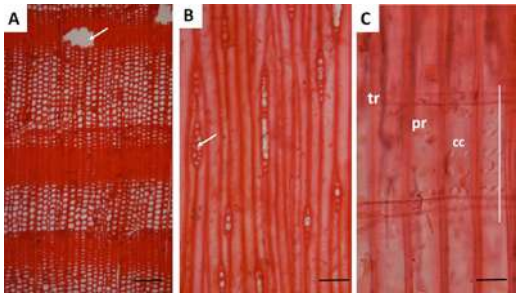


Fig. 14 – Estrutura anatómica da madeira amostra **CCLX60775**. **A)** Secção transversal evidenciando o canal de resina longitudinal (seta); **B)** Secção tangencial com raios unisseriados e raio fusiforme com canal de resina transversal (seta); **C)** Secção radial com raio heterogéneo composto por células de parênquima radial (pr) e traqueídos radiais (tr). Pontuações do campo de cruzamento (cc) de tipo pinóide. ***Escalas barra***: A= 130 µm, B=100 µm, C=25 µm.

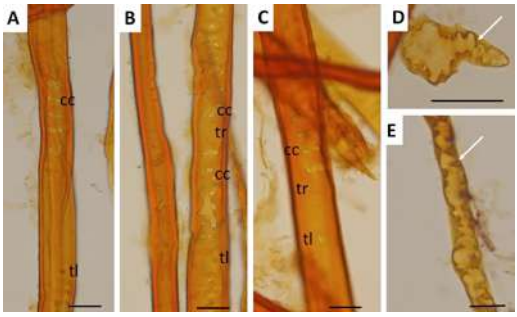


Fig. 15 – Células individualizadas da madeira amostra **CCLX60775**. **A-C)** Traqueídos longitudinais com pontuações areoladas (tl), pontuações pinoides do campo de cruzamento (cc) e pontuações dos traqueídos radiais (tr); **D-E)** Espessamento da parede dos traqueídos radiais (seta) Escalas barra: A-E =25 µm.

A observação de características como a presença de canais de resina longitudinais e transversais de origem normal aliada à presença das pontuações no campo de cruzamento de tipo pinóide (2-6 pontuações, geralmente 2-3) em fiadas transversais, a constituição dos raios com os traqueídos radiais e o tipo de espessamento de parede interna distintamente denticulada, em todas as amostras, permitiu a identificação da madeira até ao **género *Pinus sp.*** e do grupo *Ponderosa* e provavelmente *P. pinaster,* principalmente se a madeira tiver sido de proveniência nacional. De facto as outras espécies do grupo *Ponderosa* não são europeias. A amostra CCLX1248 A foi a que mais se diferenciou do grupo em análise pelo menor proeminência do denticulado da parede dos traqueídos e maior número de pontuações por campo de cruzamento.

Assim, em todos os quatro casos analisados foi possível confirmar a identificação da espécie arbórea até ao género *Pinus sp.*, possivelmente *P. pinaster* (pinheiro-bravo) considerando a sua provável proveniência nacional. Esta é uma espécie abundante na faixa costeira, em solos arenosos a norte do rio Tejo, de rápido crescimento e de perfil linear ideal para a construção civil. Refira-se a designação de "pinho verde", referenciada na bibliografia da especialidade (Mascarenhas, 2009, p. 79; Miranda, 2011, p. 30; Ramos e Lourenço, 2000, p. 38), na aplicação desta matéria-prima na construção das fundações em madeira, no sentido da sua utilização pouco tempo após o abate e a sua aplicação saturada em água[1]. A sua manutenção enterrada e em meio húmido, preservada da luz e do ar, permite a sua preservação e longevidade (Mascarenhas, 2009, p. 79).

5| TIPOS DE FUNDAÇÕES DE ESTACARIA EM MADEIRA

Genericamente, dependendo das condições do solo e do tipo de edificado que suporta, verifica-se uma variação no tipo de construção das fundações em madeira, dimensão das peças, espécies e qualidade da matéria-prima utilizada e no seu grau de conservação (Klassen e Creemers, p. 124).

De facto, no Campo das Cebolas foi possível reconhecer diferentes realidades fundacionais que se definiram em função do respectivo alicerce e estrutura que suportavam. Por um lado, verifica-se a presença de estruturas associadas a edifícios urbanos de cariz essencialmente logístico, nomeadamente armazéns e outros entrepostos de cariz comercial e mercantil, como por exemplo lojas. Por outro lado,

[1] Informação de Saporitti Machado.

destacam-se estruturas portuárias no interface com a frente marítima, como paredões e escadarias, que a partir de determinada época e após reconfiguração da zona ribeirinha ocupam a primeira linha de contacto e articulação com o espaço aquático.

Assim, em espaço terrestre e numa segunda linha em relação à frente ribeirinha (que contudo servia de apoio logístico à dinâmica comercial de origem marítima) verificou-se a presença de fundações em madeira com planta quadrangular ou rectangular/linear, que suportavam alicerces com a mesma configuração (Figura 16).

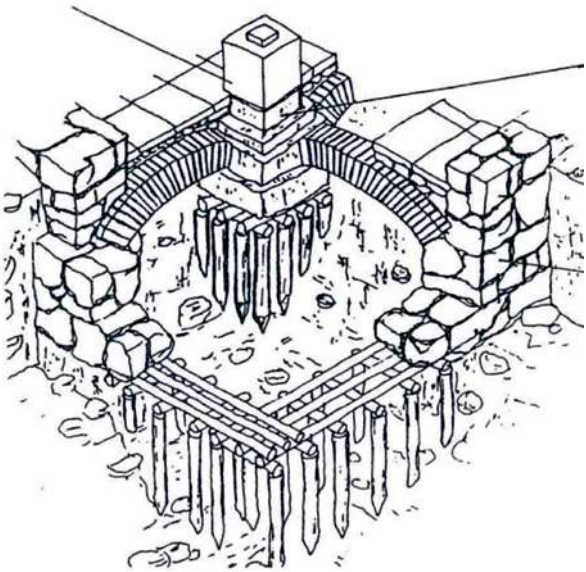


Fig. 16 – Ilustração dos alicerces pétreos e respectivas fundações em madeira de planta quadrangular (pilares) e rectangular/linear (paredes-mestras) (adaptado a partir de Mascarenhas, 2009, p. 79).

As de planta quadrangular correspondiam a pilares, como verificado no caso do pilar [1125] e da respectiva fundação em madeira [1248] (Figura 17), que têm sido associados a um dos edifícios mercantis de *Ver o Peso,* de época pombalina (Mascarenhas, 2009, p. 79).

Fig. 17 – Pilar [1125] e respectiva fundação [1248] pombalina (*Ver o Peso*).

Os alinhamentos e plantas rectangulares ou sub-rectangulares estão associados a paredes-mestras, como por exemplo a parede-mestra [6070] e respectiva fundação em madeira [6072] e [6080] (Figura 18) reconhecidos como fazendo provavelmente parte dos edifícios de época pombalina do Terreiro das Farinhas.

Fig. 18 – Paredes-mestras [6070] e respectiva fundação [6072 e 6080] pombalina (Terreiro das Farinhas).

Assim, em ambos os casos verifica-se uma preocupação em consolidar a distribuição das cargas do edificado através de fundações em madeira que perfuram o solo nos pontos onde esta necessidade é crucial, ou seja, nos pilares e paredes-mestras que concentram todo o peso do edifício em altura.

Já em directa articulação com a frente ribeirinha foram reconhecidas infra-estruturas mais robustas que assumiam uma eventual função portuária. Aqui, as fundações em madeira acompanham toda a área de embasamento do alicerce.

Pela sua antiguidade, destaca-se o caso do paredão pré-pombalino [10021], suportado pelo alicerce [10243] e por sua vez consolidado pela fundação em madeira [10301] (Figura 2).

Seguramente tendo um importante papel como ponto de acesso ao rio e com relevante valência portuária apresenta-se o paredão [12114] com escadaria [12232A], que tem sido interpretado, sem grandes dúvidas, como o *Caes da Ribeira Velha*, amplamente documentado pela cartografia da época (Figura 19).

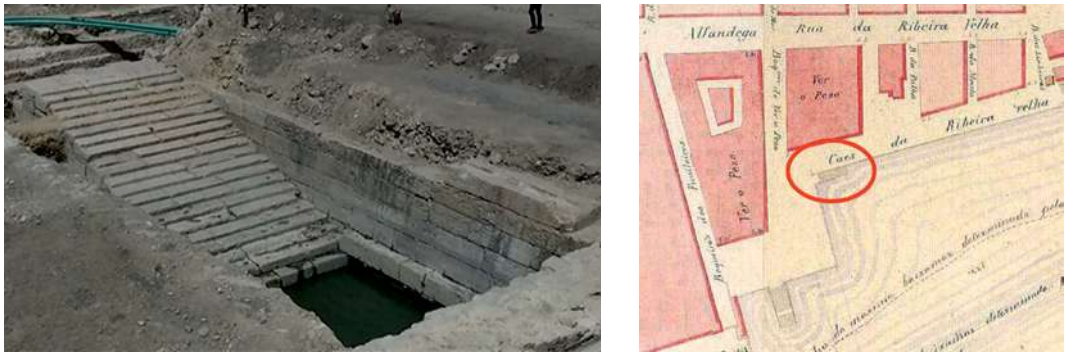


Fig. 19 – O *Caes da Ribeira Velha* (Carta Topográfica de Lisboa de Filipe Folque de 1856/1858).

Tratando-se de uma estrutura portuária de grande porte, é naturalmente justificável a presença de uma igualmente sólida fundação em madeira [12405A], que consolida sedimentos instáveis, desta vez essencialmente compostos por sedimentos aluvionares característicos do antigo leito do rio (Figura 20).

Fig. 20 – Pormenor da fundação em madeira [12271A] do paredão [12114] (à esquerda), e da fundação em madeira [12405A] da escadaria [12232A] (à direita) do ***Caes da Ribeira Velha***.

6| ANÁLISE DAS FUNDAÇÕES DE ESTACARIA EM MADEIRA

No Campo das Cebolas, apesar de estarmos perante a mesma solução arquitectónica de fundações em madeira, que genericamente se baseiam em estacaria vertical sobreposta por grades horizontais, estas apresentam especificidades que se articulam directamente com o tipo de alicerce e o edifício que suportam e a sua configuração.

De facto, foi possível identificar padrões a partir do registo *in situ* das estruturas em madeira e do registo individual das peças[2]. Esta análise baseou-se na consideração de diferentes parâmetros quantitativos, como por exemplo o número de peças por m^2 e o espaçamento entre peças, valores métricos registados a partir dos registos de campo, nomeadamente desenhos de planos das grelhas horizontais e, uma vez estas desmontadas, dos planos das estacas que perfuram o solo verticalmente (Figura 21). Já no registo individual de cada peça destaca-se o levantamento das dimensões de cada elemento passíveis de análise comparativa[3]: largura, diâmetro e espessura.

[2] O inventário global de todas as peças de madeira identificadas no decurso da empreitada encontra-se em anexo ao relatório da intervenção (Simão *et al.*, no prelo).

[3] Refiram-se algumas condicionantes, como por exemplo os limites da área de intervenção e o estado de conservação de algumas peças, que limitou a consideração de alguns parâmetros mais susceptíveis nomeadamente o comprimento/extensão.

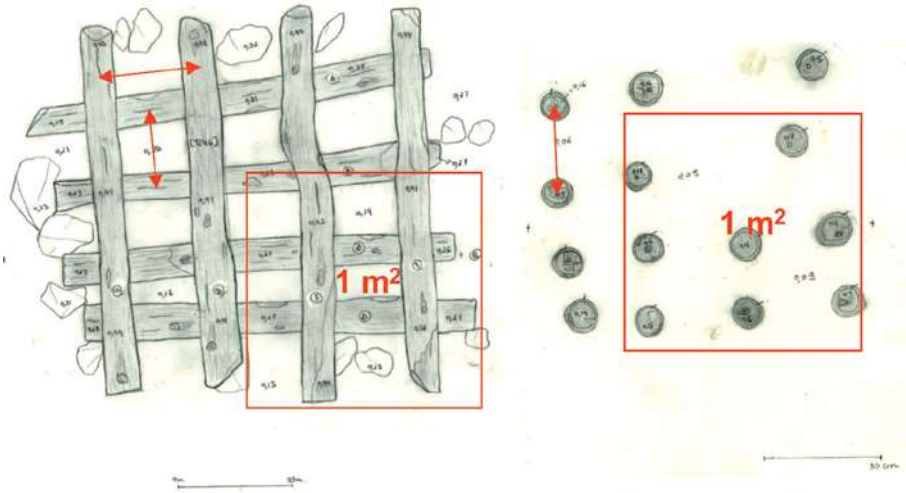


Fig. 21 – Ilustração dos parâmetros para identificação de padrões (número de peças por m² e espaçamento entre peças).

De entre os exemplos que representassem os vários tipos de estruturas e as várias cronologias foram escolhidos para abordagem comparativa os conjuntos de fundações em madeira com peças em melhor estado de conservação. Foram seleccionadas as seguintes fundações:

- [1246] - do pilar pombalino [1104];
- [6083] - da parede-mestra [6078];
- [10301] - do paredão [10021] e alicerce [10243]
- [13068] da estrutura portuária de grande porte [13002].

A análise estatística permitiu reconhecer algumas especificidades no método construtivo. Verificam-se parâmetros bastante idênticos nos casos dos pilares e dos paredões. Para as paredes-mestras regista-se um aumento exponencial do número de peças por m² e um menor espaçamento entre elas. Em situação diametralmente oposta encontram-se as estruturas portuárias de grande porte (Figura 22).

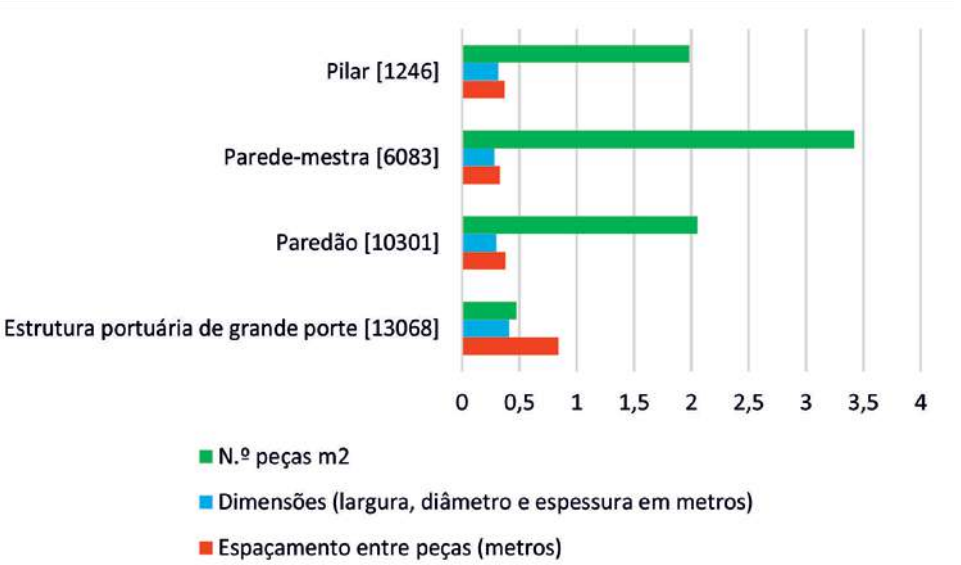


Fig. 22 – Quadro comparativo dos parâmetros quantitativos e métricos dos vários tipos de fundações.

Estas evidências poderão ser explicadas considerando o tipo de alicerce e estrutura suportada pelas fundações. No caso das paredes-mestras o facto de estarmos perante estruturas com uma configuração linear e desproporcional na relação comprimento/largura justificará uma maior densidade de peças que compõem a grade, remetendo para o conceito de "micro-estacas" de base, que implicará da mesma forma uma redução da dimensão de cada elemento. Para suportar estruturas mais robustas e de maior dimensão parece claro o recurso a fundações cujos elementos são também maiores e considerando que a distribuição das cargas ao solo é feita numa área útil mais ampla torna-se viável a presença de uma malha menos densa.

Para comparar estes resultados com outras realidades análogas da cidade de Lisboa foi feita a confrontação dos valores do Campo das Cebolas com os registos da estacaria identificada nos trabalhos arqueológicos realizados na construção do edifício Sede do Banco de Portugal (Rocha e Reprezas, 2014). Esta comparação foi essencialmente feita a partir dos dados disponíveis, nomeadamente ao nível do comprimento médio das travessas, altura das estacas e espaçamento médio entre estacas (Figura 23).

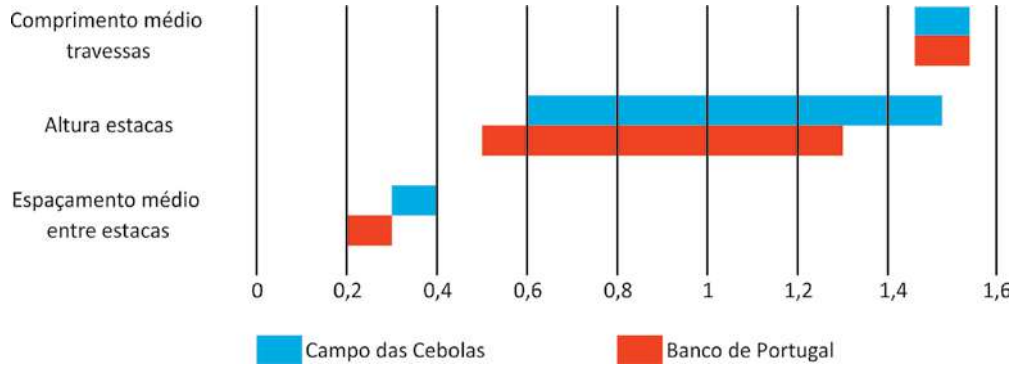


Fig. 23 – Quadro comparativo dos parâmetros quantitativos e métrico do Campo das Cebolas e do Banco de Portugal (adaptado a partir de Rocha e Reprezas, 2014).

Por um lado foi possível reconhecer algumas semelhanças nas dimensões das estacas e travessas das fundações das paredes-mestras. Este padrão associa-se ao edificado de menores dimensões (habitacionais e/ou comerciais) reconhecidas em ambos os contextos (possivelmente as do Terreiro das Farinhas no Campo das Cebolas).

Por outro lado, no Banco de Portugal a distância entre estacas é menor, associável a estruturas mais ligeiras em comparação com as do Campo das Cebolas (nomeadamente com o edificado de *Ver o Peso* ou com as grandes estruturas portuárias), que mais uma vez nos remete para a aplicação do princípio da necessidade de uma maior densidade de estacas para suporte de estruturas de perfil mais alongado. Destaca-se ainda a identificação no Banco de Portugal de fundações constituídas unicamente por estacas verticais e sem grades horizontais (Rocha e Reprezas, 2014, p. 118), situação não documentada no Campo das Cebolas[4].

A comparação entre estes dois casos parece realçar uma diferença relevante: a influência da implantação na malha urbana da cidade, materializada no facto de algumas estruturas do Campo das Cebolas estarem directamente articuladas com a primeira linha da frente ribeirinha do Tejo, ao contrário do Banco de Portugal.

De facto, são vários os pontos da cidade onde é amplamente reconhecido o recurso à técnica de construção de fundações em madeira para fazer face ao problema da

[4] Esta possível simplificação foi apenas pontualmente reconhecida no Campo das Cebolas em contexto de terreno ganho ao rio já de finais do século XIX.

instabilidade dos solos (aluviões e aterros), quer para o edificado urbano, como no NARC (Amaro, 2009), Banco de Portugal (Rocha e Reprezas, 2014), quer em estruturas portuárias, como verificado no cais e paredão do Terreiro do Paço do séc. XVII (Neves *et al.*, 2014) e nos *Caes* da Boavista do séc. XVIII identificados na Praça D. Luís I (Gomes, 2014). As características construtivas e arquitectónicas empregues reflectem também o tipo de substrato/sedimento a estabilizar e o tipo de infraestrutura que é necessário construir. Assim, reconhece-se uma multiplicidade de influências expressivas desta complexa e dinâmica realidade fisiográfica característica da cidade de Lisboa, nomeadamente as condicionantes sedimentares do terreno, a distância à linha de água e a ampla variação de cotas altimétricas adaptadas ao tipo de alicerce a construir. A partir do levantamento das cotas absolutas registadas nalguns destes sítios é possível constatar que a linha de água acaba naturalmente por condicionar a altimetria da implantação das infraestruturas (que por sua vez influencia o nível de preservação da madeira), sendo que o edificado e as estruturas portuárias se materializam respectivamente acima e abaixo do nível médio do mar (NMM) (Figura 24).

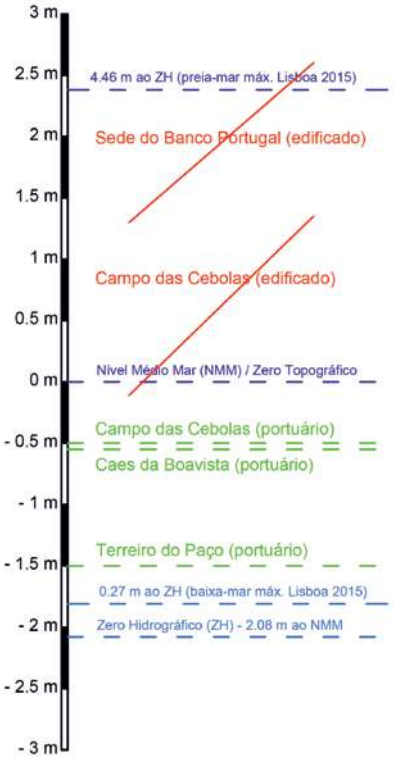


Fig. 24 – Cotas máximas e mínimas das estruturas com fundações em madeira ao NMM e às marés máximas e mínimas registadas em Lisboa em 2015.

7| OUTRAS INFRAESTRUTURAS EM MADEIRA

Para além da estacaria e embora de forma mais pontual, foi possível reconhecer outro tipo de soluções com recurso à madeira como matéria-prima para a construção de fundações e de outros elementos de apoio de infraestruturas durante os trabalhos arqueológicos realizados no Campo das Cebolas.

Uma destas estruturas corresponde ao poço [6042] datável entre o século XVII e a 1ª metade do século XVIII, localizado em frente à Casa dos Bicos, possivelmente associado aos equipamentos urbanos do Mercado da Ribeira Velha (Figura 25). Sobreposto por um dos alicerces do antigo Terreiro das Farinhas, era constituído por uma estrutura circular pétrea construída em alvenaria irregular, com cerca de 0,80 m de diâmetro interior (Simão *et al.*, no prelo). Estava apoiado sobre uma grade em madeira de planta quadrangular e era formada por 4 elementos lineares (vigas) e no mesmo plano, com cerca de 110 cm cada, que se cruzavam em ângulo recto e apresentam uma sambladura à meia-madeira, sistema entalhe-malhete (Castanheira, 1991, p. 42, fig. 13). A ligação entre estes elementos era reforçada por pregadura em ferro e por pequenas peças no interior da estrutura, excepto num dos quatro cantos que se presume que não se terá conservado. Poços similares a este foram reconhecidos nas escavações realizadas na nova sede do Banco de Portugal (Rocha e Reprezas, 2014, p. 119) e no NARC (Amaro, 2009).

Fig. 25 – Poço [6042] do século XVII /1ª metade do século XVIII, em pedra sobre grade de madeira.

Foi também identificado um conjunto de portas de madeira pré-pombalinas reutilizadas no contexto de reconstrução pós-terramoto como cofragem de fundações e infraestruturas dos edifícios do *Ver o Peso*. Este conjunto, que aparentemente não encontra paralelos no panorama arqueológico nacional e internacional, foi objecto de estudo específico recentemente publicado (Fonseca *et al.*, 2017).

Refira-se ainda a identificação de uma singular estrutura em madeira de apoio à construção de uma estrutura portuária datável já do século XIX (Simão *et al.*, no prelo). Trata-se de um grande paredão em alvenaria, [12215], com cerca de 40 m de comprimento (visíveis) por 2 m de largura. Com uma orientação norte-sul, tem uma localização paralela e mais oriental em relação ao limite com a mesma orientação da antiga Doca da Ribeira Velha. A face este encontra-se coberta por silhares de calcário, bem aparelhados, contrapondo à face oeste construída em alvenaria irregular, cuja construção foi realizada com o recurso a uma estrutura em madeira [12267A] e [12268A] a uma possível caixa com dois alinhamentos de "tábuas-prancha" colocadas verticalmente, constituindo uma eventual cofragem e/ou ensecadeira (Figura 26).

Fig. 26 – Cofragem/ensecadeira [12267A] e [12268A] em madeira na face oeste da estrutura portuária [12215].

8| CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise à estacaria do Campo das Cebolas permitiu identificar vários tipos de fundações em madeira que estavam associadas e que suportavam edifícios logísticos/habitacionais e estruturas portuárias na frente ribeirinha da cidade. De facto, as características, configuração e implantação destas soluções arquitectónicas fundacionais reflectem o tipo de alicerce/estrutura que apoiam. A sua dimensão e tratamento são consequência da robustez e imponência dos edifícios que suportaram. Tratam-se assim de um importante indicador para reconstituir a configuração do edificado e do urbanismo da cidade.

Apesar de tudo esta é uma análise determinada pelos limites espaciais da intervenção e condicionada às vicissitudes da mesma. Torna-se assim necessária uma abordagem mais alargada espacialmente, talvez possível com os resultados da 2ª fase da obra de Construção do Parque de Estacionamento no Campo das Cebolas.

A estacaria em madeira corresponde a um importante vestígio arqueológico para o conhecimento da história da construção, mas também como um arquivo com potencial para o conhecimento histórico do comércio da madeira, reconstrução paleo-ambiental considerando o seu potencial de preservação em meios húmidos. Poderá inclusivamente contribuir de forma significativa para o estudo da problemática do abastecimento de madeira para uma cidade em reconstrução após o sismo de 1755. Refira-se ainda a relevância do seu estudo para a engenharia actual no contexto da reabilitação urbana da Baixa de Lisboa.

AGRADECIMENTOS:

José Nuno Gomes e Regis Barbosa (registo métrico e desenho de peças); Mariana Mateus, João Leónidas e Jorge Baptista (desenho de campo); Helena Patrício (recolha e preparação de amostras) e Cristiana Alves (execução dos cortes e montagem de lâminas); Inês Coelho e César Neves (bibliografia)

BIBLIOGRAFIA

Amaro, C. (2009) - *Núcleo Arqueológico da Rua do Correiros*. 2ª ed. Lisboa: Fundação Millennium BCP.

Castanheira, E. (1991) - *Manual de construção do navio de madeira*. Lisboa: Dinalivro.

Castro, J. (1870) - *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Typ. do Panorama.

França, J.-A. (1989) - A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – Ministério da Educação.

Fonseca, C.; Miguez, J.; Bettencourt, J.; Quilhó, T.; Simão, I.; Mateus, M. e Freitas, T. (2017) - Portas de madeira reutilizadas em cofragens de época pombalina (Campo das Cebolas, Lisboa), in Arnaud, J.M. e Martins, A. (coord.) - *Arqueologia em Portugal 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1873-1889.

Gomes, A. (2014) - *Os caes do sítio da Boavista no século XVIII: estudo arqueológico de estruturas portuárias*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

IAWA Committee (2004) - IAWA list of microscopic features for softwood identification. *IAWA Journal*. 25:1, pp. 1-70.

Ilvessalo-Pfaffli, M. (1995) - *Fiber Atlas: Identification of papermaking fibers.* Berlin: Springer Series in Wood Science.

Jacquiot, C. (1955) - Atlas d'anatomie des bois des conifères. Paris: Centre Technique du Bois.

Klaassen, R. e Creemers, J. (2012) - Wooden foundation piles and its underestimated relevance for cultural heritage. *Journal of Cultural Heritage*.

Lopes, M (2012) - Estrutura sismo-resistente da gaiola pombalina. *Conferência Internacional sobre Reabilitação de Estruturas Antigas de Alvenaria*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Loureiro, Adolfo (1907) - *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, vol. II, Lisboa: Imprensa Nacional.

Macedo, L. (1943) - *Lisboa de Lés a Lés. Subsidios para a história das vias públicas da cidade*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal.

Machado, J. (1880) - *Novo Guia do Viajante em Lisboa*, 4ªedição, Lisboa: J.J.Bordalo.

Mateus, M.; Simão, I.; Oliveira, F.; Souta, R. (2017) - Os potes *martaban* provenientes da antiga Ribeira Velha, Lisboa, in Arnaud, J. M. e Martins, A. (coord.). *Arqueologia em Portugal 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1849-1861.

Mascarenhas, J. (2009) - *Sistemas de Construção, V - O Edifício de Rendimento da Baixa Pombalina de Lisboa*. Lisboa: Edição Livros Horizonte.

Miranda, F. (2011) - *Caracterização dos edifícios Pombalinos da baixa de Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil. Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa.

Neves, C.; Martins, A. e Lopes, G. (2014) - Lisboa pré-pombalina: vestígios do Terreiro do Paço no subsolo da Praça do Comércio. *Rossio Estudos de Lisboa*. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses. N.º 5, pp. 52-65.

Pereira, M. (2011) - *Aumento da atractividade e reforço da centralidade da baixa pombalina e bairros históricos*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Ramos, L.; Lourenço, P. (2000) - Análise das Técnicas de Construção Pombalina e Apreciação do Estado de Conservação Estrutural do Quarteirão do Martinho da Arcada. *Revista de Engenharia Civil*. Braga: Universidade do Minho. N.º 7, p. 35-46.

Rocha, A.; Reprezas, J. (2014) - (Re)fundações de Lisboa. Sobre um conjunto de estacaria pombalina. *Rossio Estudos de Lisboa*. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses. N.º 5, p. 108-121.

Santos, C. (2012) - *Fortificações da Foz do Tejo*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa.

Simão, I.; Miguez, J.; Macedo, M.; Freitas, T.; Fonseca, C. e Bettencourt, J. (2017) - Da Ribeira Velha ao Campo das Cebolas. Alguns dados sobre a evolução da frente ribeirinha de Lisboa, in Arnaud, J. M. e Martins, A. (coord.) - *Arqueologia em Portugal 2017 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1901-1913.

Simão, I.; Miguez, J.; Macedo, M.; Freitas, T.; Fonseca, C. e Bettencourt, J. (no prelo) - Empreitada de obra pública para execução dos desvios dos serviços afectados para construção do parque de estacionamento no Campo das Cebolas, Lisboa - Relatório final dos trabalhos arqueológicos. Cruz Quebrada - Dafundo: ERA -Arqueologia, S.A.. [Texto policopiado].

Simão, I. e Miguez, J. (2017) - O conjunto de selos de chumbo proveniente do Campo das Cebolas, Lisboa, in Arnaud, J. M. e Martins, A. (coord.) - *Arqueologia em Portugal 2017 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1891-1899.

Silva, Augusto Vieira da (1987) - *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol. I, 2ªed., Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal.

Vitruvius (1914) - *The Ten Books on Architecture*. Cambridge: Harvard University Press.

#23 A FRENTE FLUVIAL DA BOA VISTA NA ÉPOCA MODERNA: ANÁLISE DOS MATERIAIS LOCALIZADOS DURANTE A CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DA EDP (SANTOS, LISBOA).

JOSÉ BETTENCOURT | CHAM/FCSH/UNL|UAç
INÊS PINTO COELHO | CHAM/FCSH/UNL|UAç
GONÇALO LOPES | CHAM/FCSH/UNL|UAç
TIAGO SILVA | CHAM/FCSH/UNL|UAç
CRISTÓVÃO FONSECA | CHAM/FCSH/UNL|UAç
PATRÍCIA CARVALHO | CHAM/FCSH/UNL|UAç
RODRIGO BANHA DA SILVA | CHAM/FCSH/UNL|UAç
CHRISTELLE CHOUZENOUX | CHAM/FCSH/UNL|UAç
ALEXANDRE SARRAZOLA | ERA, Arqueologia S.A.
MARTA MACEDO | ERA, Arqueologia S.A.

RESUMO

Os trabalhos arqueológicos realizados durante as obras de construção da nova sede da EDP, em Santos, revelaram os vestígios associados à frente fluvial da antiga praia da Boavista, onde se incluem duas embarcações (Boa Vista 1 e Boa Vista 2, com uma cronologia situada entre a segunda metade do século XVII e os inícios do século XVIII), várias âncoras em ferro, assim como inúmeras cerâmicas e vidros com distintas proveniências e cronologias. A presente comunicação tem como objectivo o estudo da cultura material associada à frente fluvial da antiga praia da Boavista de modo a contribuir para uma melhor compreensão da utilização portuária desde espaço.

Palavras-Chave: Lisboa ribeirinha; cultura material; portos; Época Moderna.

ABSTRACT

During the construction of the new EDP Head Office, at Santos, the archaeological works revealed the remains related with the Boavista beach waterfront, which include two ships (Boa Vista 1 and Boa Vista 2, with a chronology from the 2nd half of the 17th century and the beginning of the 18th century), numerous iron anchors, as well as several ceramic and glass sherds with different origins and chronologies. With this presentation we intend to study the material culture related with the Boavista beach waterfront contributing to a better knowledge of the port usage of this space.

Keywords: Lisbon waterfront; material culture; port; Early Modern Period.

#24 NOVOS DADOS PARA O CONHECIMENTO DAS ACTIVIDADES PORTUÁRIAS NO EIXO RIBEIRINHO DE LISBOA (SÉCULOS XVII-XIX): SÍNTESE DOS TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS DESENVOLVIDOS DURANTE A CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL CUF TEJO.

ANA ROSA | ERA, Arqueologia S.A.
RUI RAMOS | ERA, Arqueologia S.A.
INÊS MENDES DA SILVA | ERA, Arqueologia S.A.
TERESA FREITAS | ERA, Arqueologia S.A.
TIAGO SILVA | CHAM/FCSH/UNL
JOSÉ BETTENCOURT | CHAM/FCSH/UNL

RESUMO

O projecto para a construção do novo hospital CUF Tejo constituiu uma das mais recentes intervenções arqueológicas realizadas junto ao eixo ribeirinho de Lisboa. Os terrenos, situados na desembocadura da antiga ribeira de Alcântara, conservavam um conjunto de vestígios que reafirmam a sua antiga vocação portuária, uma vez identificada a Doca do Sacramento, documentada a partir do século XVII, bem como uma estrutura em madeira (quebra-mar), datada da 2ª metade do século XIX, e os restos de uma pequena embarcação. Este sistema náutico colidiu, no entanto, com a restruturação urbana que ocorreu no início do século XX.

Palavras-Chave: Alcântara; Estruturas portuárias; Período moderno/contemporâneo.

ABSTRACT

The project for the construction of the new hospital CUF Tejo was one of the most recent archaeological interventions carried out along the riverine axis of Lisbon. The site, located at the mouth of the old Alcântara river, preserved a set of remains that reassert its port vocation, once identified Doca (dock) do Sacramento, well-documented since 17th century, as well as a wooden structure (breakwater), dating from the second half of the 19th century, and the remains of a small boat. This nautical system, however, collided with the urban restructuring that occurred in the early twentieth century.

Keywords: Alcântara; Port structures; modern/contemporary times.

1| APRESENTAÇÃO DO SÍTIO

Na sequência de trabalhos arqueológicos, decorridos entre 2016 e 2017, no âmbito do projecto para a construção do novo Hospital CUF TEJO (Alcântara, Lisboa – Fig. 1), foi possível, a par do que tem sucedido ao longo de toda a faixa ribeirinha de Lisboa, demonstrar a relação dependente da cidade face ao Tejo e a profunda antropização do espaço, no período que compreende, genericamente, os séculos XVII e XX.

Fig. 1 – Localização do novo Hospital CUF TEJO projectado para a parcela triangular, delimitada pela Avenida 24 de Julho, Avenida da Índia e Rua de Cascais, situada na freguesia de Alcântara, concelho e distrito de Lisboa (excerto da CMP, folha 431, à escala 1/25000 – modificado).

Numa breve passagem pelas fontes documentais se constata que a evolução de Alcântara é definida pelas suas condições naturais. Segundo Augusto Vieira da Silva, "era tudo mar que formava uma grande enseada, definida a poente pelas actuais [1942] ruas 1º de Maio e de Alcântara, e ao nascente pela rua Prior do Crato e Travessa da Trabuqueta" (Vieira da Silva, 1942, p. 6). Efectivamente, durante todo este processo, a sua natural vocação portuária é elevada a partir da identificação de estruturas de cais (Doca do Sacramento) e de infra-estruturas necessárias à contenção das marés. A identificação de um quebra-mar constituiu-se, neste sentido, como um elemento inédito para a região de Lisboa e estruturante para o conhecimento da actividade náutica, no geral.

Alcântara, situada na periferia do centro urbano e rica em matéria-prima explorável, afirmou-se, durante o século XIX, enquanto bairro industrial sempre acompanhada pelos equipamentos de carácter portuário, fazendo crescer as pequenas unidades existentes e atraindo novos pólos ligados aos mais variados sectores (cerâmica, metalurgia, alimentação, têxtil, construção, vidreira).

Consequentemente, "foi o extenso aterro, actual espaço ocupado pela Avenida 24 de Julho que em, 1867, se encontrava já transformado em terreiro ribeirinho de passeio público" (*apud*, Blot, 2003, p. 245), tornando invisíveis os cais existentes.

A área definida para a realização da empreitada encontrava-se ocupada pelas "Oficinas e Armazéns Gerais da CML", fundados entre 1914 e 1920, onde funcionavam serviços de serralharia, tanoeiros, carroçaria, funileiros, cantaria, tipografia e encadernação, correeiros, fábrica de tijolos e vasos e forno de cal.

2| ESTRATIGRAFIA

A cota de afectação da obra foi de aproximadamente 16 m de profundidade, o que nos permitiu observar toda a sequência estratigráfica do Vale de Alcântara, definida por cinco grandes horizontes, do topo para a base:

a) U.E 12003 – Aterros com uma potência média de cerca de 3m de espessura, caracteriza-se pela acumulação de despejos de desperdícios e entulhos derivados das unidades industriais estabelecidas nas imediações, entre os séculos XIX e XX.

b) U.E 12060 – Depósito composto por areias lodosas, de cor cinzento-escura a preta, compactas.

c) U.E 12089 – Areias, de grão fino, de tonalidade castanho-clara, pouco compactas e com presença de fauna malacológica, demarcadas por linhas de seixos rolados.

d) U.E 12098 – Areias, de grão grosso, medianamente compactas, de tonalidade castanho-escura, com presença de cascalho e fauna malacológica (muito fragmentada).

e) U.E 12052 – Substrato geológico que se caracteriza pelo afloramento rochoso em basalto, apresentando um declive que se acentua no eixo Este-Oeste (-5 m a -24 m).

Fig. 2 – Pormenor da sequência estratigráfica observada no decurso da intervenção.

3| A DINÂMICA PORTUÁRIA DE ALCÂNTARA: OS DADOS ARQUEOLÓGICOS

3.1| A DOCA DO SACRAMENTO

A Doca do Sacramento está directamente associada ao Baluarte do Forte do Sacramento ou Alfarrobeira que, mandado erguer no século XVII e integrado na Linha Fundamental de Fortificação, segue o modelo de construção aplicado a estruturas similares na extensão da costa, aproveitando as condições geomorfológicas e o amplo domínio visual.

Segundo Francisco Santana, o Baluarte do Sacramento está ligado ao do Livramento através de um pano de muralha com porta entre a Praça de Armas e a Rua Direita da Ponte de Alcântara (actualmente Rua Prior do Crato) e junto à Rua das Cavalariças (hoje Rua Afonso Pala). Nesta planta, o troço do "Muro da Antiga Fortificação" parece estender-se para Norte sempre junto à encosta da colina e que, situada abaixo da Estrada do Loureiro, deveria servir como apoio à vertente.

Esta estrutura portuária encontra-se representada na cartografia produzida entre 1759-1858, surgindo pela última vez e apenas parcialmente numa reprodução dos finais do século XIX (Fig. 3), previamente ao início do Aterro da frente ribeirinha.

Fig. 3 – Pormenor da Doca documentada parcialmente nos finais do século XIX (***apud***, Silva, 1942).

Os trabalhos desenvolvidos agora permitiram a sua relocalização, assim como, uma descrição mais precisa da sua tipologia construtiva.

A Doca encontrava-se em relativo bom estado de conservação, mantendo preservado um troço com cerca de 30 m de comprimento e 3 m de largura (Fig. 4),

cuja altura, seguindo o desnível do terreno no sentido Norte-Sul, variava entre 1,70 m e os 3 m. Construída em pedra e alvenaria, foi aparelhada exteriormente por fiadas de silhares em calcário lioz, de recorte rectangular (Fig. 5). A própria solidez da rocha dispensou, por outro lado, a construção de elementos adicionais de sustentação, ao contrário do que sucede na vertente oriental de Lisboa (Terreiro do Paço e Santos), onde se tem vindo a verificar que o mesmo tipo de estruturas apresenta uma base composta por estacaria em madeira.

Fig. 4 – Vista do troço identificado da Doca.

Fig. 5 – Paramento Este da Doca.

Durante o desmonte da Doca pudemos constatar que a estrutura apresentava diferentes tipos de argamassa, revelando uma necessidade constante de remendar provocado certamente pelo desgaste resultante de factores naturais, como as marés. Algumas pedras foram utilizadas como travamento, tendo sido colocadas num alinhamento cruzado e os blocos apresentam sinais de encaixe entre si. A soleira era constituída por placas rectangulares também em calcário que serviam de sustentação apenas às paredes externas, não correspondendo a um fundo plano e uniforme total à estrutura.

A doca encontrava-se ainda adossada por uma canalização (Fig. 6), contrariando a ideia inicial de que se trataria de um paredão associado.

A caleira caracteriza-se pelo perfil troncocónico e rematada por uma abóbada, composta por lajes rectangulares de grande dimensão em calcário (Fig. 7) e reforçada exteriormente em pedra e alvenaria. O depósito acumulado no interior caracteriza-se por um sedimento lamacento com inertes e materiais recentes (p. ex. moedas em "Escudo") e que nos indica uma utilização até aos inícios da década de 90.

Fig. 6 – Vista geral dos trabalhos com pormenor de plano de caneiro.

Fig. 7 – Plano interno de caneiro.

Os trabalhos de escavação no interior da Doca revelaram a presença de um caneiro e de uma pequena embarcação, cuja descrição se expõe adiante.

3.1.1| RESULTADOS DA ESCAVAÇÃO

3.1.1.1| CANEIRO

A construção do caneiro está associada à renovação do sistema de saneamento público ocorrido durante o século XIX, aproveitando, neste caso, a desactivação da Doca. Esta situação torna-se norma na Lisboa oitocentista, como se apurou a partir dos relatos da época: "a todos os canos de esgoto da cidade, que hoje desaguam no Tejo, se dará saída para o rio atravez dos muros de caes, continuando os caes atuaes por outros de secção apropriada e estanques" (Loureiro, 1906, p. 43).

O caneiro, identificado na Doca do Sacramento, apresentava secção rectangular e soleira plana, sendo composto estruturalmente por blocos pétreos de média/grande dimensão. Aquando o processo de desmonte, tornou-se claro que parte dos silhares da doca foram reaproveitados como matéria-prima para a sua construção.

Esta estrutura, orientada no sentido SO-NE, apresentava cerca de 29 m de comprimento e 1,20 m de largura.

Fig. 8 – Caneiro tipo cascão identificado no interior da Doca.

Este caneiro assentava, a Norte, sobre os basaltos e, a Sul, sobre a doca, mas a irregularidade do afloramento rochoso obrigou à criação de uma plataforma que pudesse assegurar a sua estabilidade. Este banco era formado por pequenas estacas convertidas em pranchas e vigotas e terminadas em cunha, preenchidas por enrocamento de pedras não afeiçoadas e de médio porte em calcário e sem material de ligação.

Fig. 9 – Base de sustentação do caneiro.

3.1.1.2| EMBARCAÇÃO

A identificação da embarcação implicou uma intervenção específica, assegurada em colaboração entre o Centro de História de Além-Mar (CHAM) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e ERA-Arqueologia S.A., que incluiu a escavação, o registo arqueológico, o levantamento e registo exaustivo das madeiras.

A embarcação correspondia a um contexto disperso [12055], que ocupava uma área de cerca de 60 m^2, com aproximadamente 12 m no sentido Noroeste/Sudoeste, e 7 m no sentido Este/Oeste (Fig. 10).

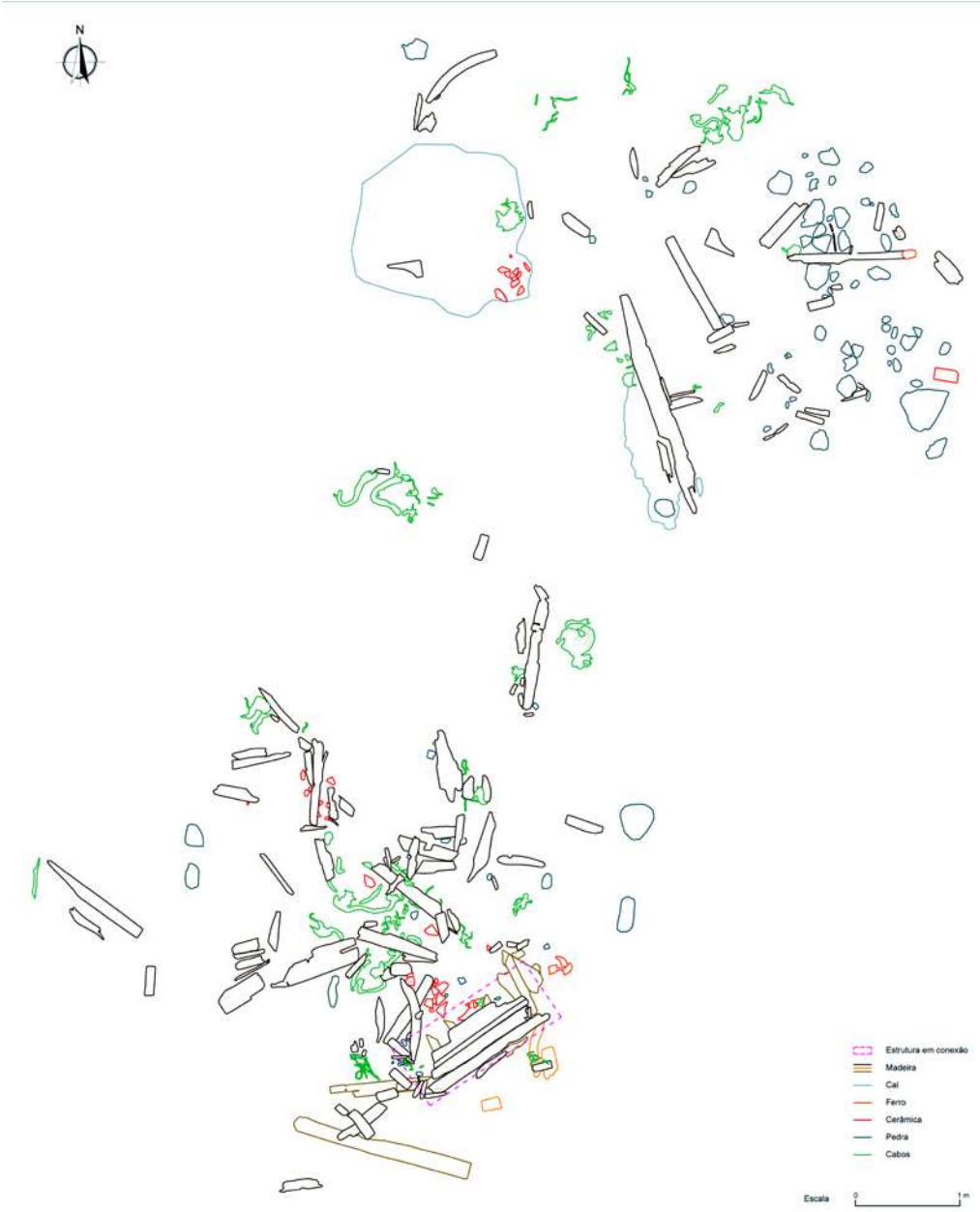


Fig. 10 – Planta geral da embarcação [12055].

Estes vestígios foram identificados na zona Este da obra, dentro da doca do Baluarte do Sacramento, encontrando-se muito perturbado pelo aterro e pelas construções preexistentes.

As estruturas do navio encontravam-se, por isso, muito fragmentadas, o que impediu a identificação da tipologia da maioria das madeiras.

Exceptuava-se um pequeno troço, ainda em conexão, situado na extremidade Sul do contexto, orientado no sentido Noroeste/ Sudeste, com 1,3 m de comprimento e 0,5 m de largura. Este núcleo correspondia a um fragmento da borda, com a face exterior voltada para o topo, incluindo três níveis da estrutura (Fig. 11). No primeiro, foram identificadas três tábuas do forro exterior ([12055]-08, 09 e 52) e uma peça de remate do topo que, possivelmente, desempenhava a função de alcatrate/ falca (Castanheira, 1977) ([12055]-07), onde aparece um entalhe para colocação de uma forqueta dos remos.

No segundo nível, surgiram três aposturas ([12055]-14, 15 e 16) e três peças de enchimento (chaços), que se encontravam colocadas entre o cavername ([12055]- 85, 87 e 88). Um terceiro nível incluía uma tábua de forro exterior, que rematava a estrutura pelo lado interior da embarcação - [12055]-88. Na mesma zona, encontravam-se ainda dispersas e muito fragmentadas várias outras peças que se podem associar a cavernas, braços, forro exterior e peças de enchimento.

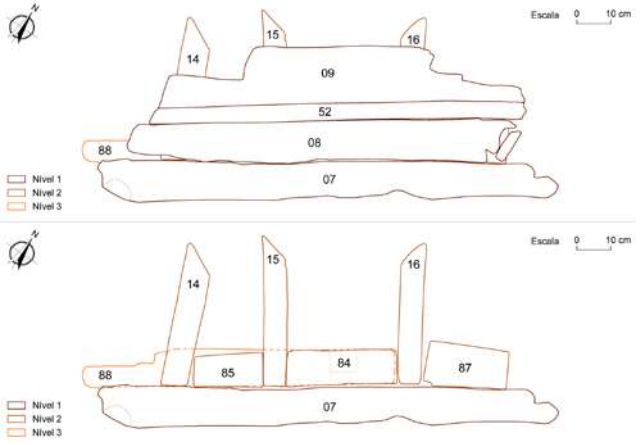


Fig. 11 – Planta dos dois níveis do fragmento da borda da embarcação [12055].

Na zona central, notava-se uma diminuição nas evidências, mas foram registados cabos e um fragmento de caverna.

A Norte do contexto arqueológico encontravam-se várias madeiras (embora, em menor número que na zona Sul) e a única peça de poleame possível de associar nesta fase ao contexto. Aqui, eram visíveis tábuas de forro, peças de reforço e fragmentos de cavername, com características semelhantes às outras verificadas da zona sul, além de vários fragmentos sem tipologia atribuível. Para além das madeiras náuticas, que dominam o conjunto, verificou-se a presença de vários materiais, cabos de diversas bitolas, fragmentos de cerâmica comum, faianças, uma peça de poleame e um sapato.

Ao todo, foram registadas cerca de 83 peças da embarcação, incluindo braços, cavernas e outros fragmentos de diferentes dimensões que não ofereciam qualquer leitura. A sua análise permite verificar tratar-se de uma pequena embarcação.

Por exemplo, não foram localizados elementos relacionados com certeza à estrutura longitudinal do navio, mas a medida da base da caverna [12055]-033 sugere que o navio teria uma quilha com pelo menos 8,4 cm de largura.

Esta caverna [12055]-033, incompleta em ambas as hastes, é uma peça cortada em todas as faces que media apenas 6 cm de largura longitudinal.

A pequena dimensão da embarcação é também evidente na única tábua do forro interior [12055]-088 identificada com certeza, que fazia parte do núcleo em conexão que media 11 cm de largura e c. 2 cm de espessura.

É também provável que a tábua [12055]-003, que se encontra em conexão com o braço [12055]-002, fosse parte do forro ou reforço interior. Esta peça, incompleta, mede 10,5 cm de largura e 2,7 cm de espessura.

As tábuas do forro exterior, por seu lado, apresentam larguras que variam entre os 17 cm e os 11 cm e espessuras entre os 2,2 cm e 3 cm.

3.2| O QUEBRA-MAR

Entre a Doca e o limite Oeste da empreitada (junto à Rua de Cascais) e, daí, com inflexão para Sul, alongava-se uma estrutura que se veio a comprovar tratar-se de um quebra-mar.

Fig. 12 – Vista parcial do quebra-mar.

A construção desta estrutura baseou-se na colocação de estacas na vertical, as quais, asseguradas por enrocamento pétreo e apoiadas, apenas a Norte, por tábuas sobrepostas na horizontal. As estacas correspondiam a toros de pinheiro verde, com cerca de 2 m a 3 m de comprimento, nos quais não se denotou um grande cuidado ou aperfeiçoamento, visto que ainda eram visíveis as marcas de corte dos galhos. No essencial, foram apenas afeiçoadas numa das extremidades com o intuito de se fixarem no solo.

Fig. 13 – Pormenor de estacaria.

O tabuado era composto por tábuas com as dimensões de 6 m a 8 m de comprimento, 0,30 m de largura e 4 cm de espessura máximas, verificando-se ligação às estacas através de pregaduras.

Fig. 14 – Pormenor de sobreposição das tábuas com sinais de pregaduras.

A avaliar pelo comprimento das estacas, entre as quais, já não se encontravam blocos pétreos, é de supor que o quebra-mar alcançasse uma altura superior, coincidindo com o topo da Doca. Outro dado que nos remete para tal facto consiste no derrube da própria estrutura, uma vez que a sucessiva acumulação de aterros terá provocado o rolamento das pedras para Sul, como se verificou.

A tipologia construtiva do quebra-mar não é linear, o que nos permitiu assinalar algumas diferenças na sua composição, à medida que os trabalhos avançavam. No primeiro troço intervencionado, nomeadamente, identificámos um alinhamento de estacas com entalhe, junto ao topo, para encaixe de outra estaca colocada num ângulo de 90º, virada a Norte (Fig. 15 - A). Adiante, verificou-se que a estrutura sofreu um reforço com a implantação de uma dupla estacaria (Fig. 15 – B).

No prolongamento da escavação, a ausência de enrocamento pétreo foi sentida num troço em particular para voltar a surgir no trajecto final. Em vez disso, encontrava-se depositada uma camada sedimentar de matriz arenosa e que servia de cobertura a uma acumulação de blocos pétreos de pequena/média dimensão e tijolos industriais (Fig. 15 – C).

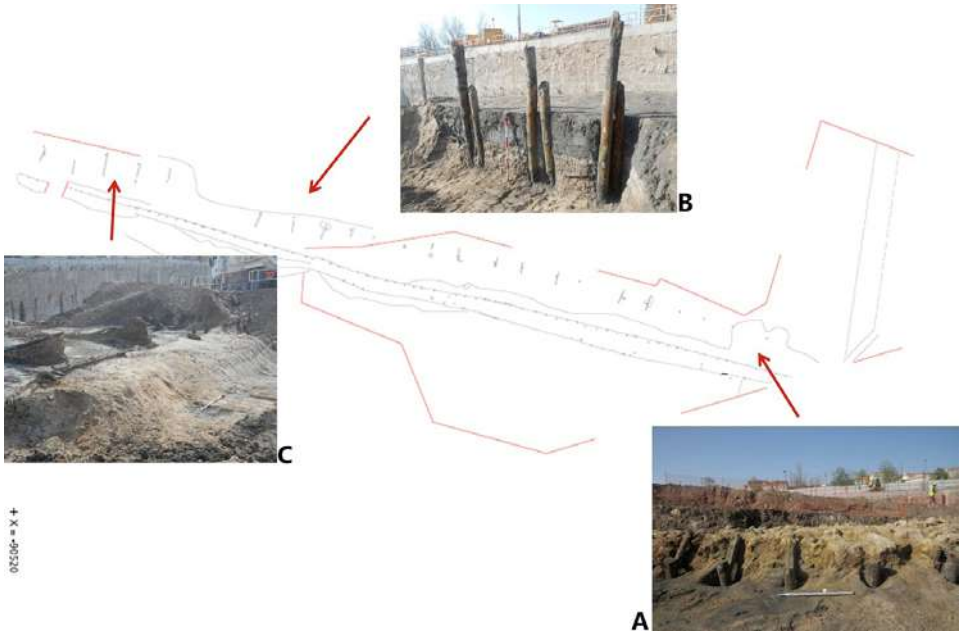


Fig. 15 – Planta geral do quebra-mar com indicação das principais diferenças na tipologia construtiva.

Paralelo a esta faixa, a Norte, desfilava um alinhamento de estacas, em conjuntos de duas: uma colocada em cutelo e acompanhada por uma outra colocada num eixo de 90º, virada para sul e, por vezes, sustentadas por um empedrado (Fig. 16). Estas madeiras apresentavam secção hemisférica e marcas de gume nas extremidades.

Fig. 16 – Pormenor de um dos conjuntos pertencente ao alinhamento identificado a Norte do quebra-mar.

Fig. 17 – Vista geral do último troço intervencionado.

4| ESPÓLIO

Do ponto de vista de espólio, identificámos um volume de material significativo derivado dos aterros e fruto dos despejos fabris efectuados na 2ª metade do século XIX. Neste conjunto, facilmente destacamos uma grande variedade de cerâmica (comum e vidrada, porcelana, faiança, chacota, azulejo) e materiais associados à sua produção (como os trempes) a par de garrafas em vidro e grés.

Em menor quantidade foram exumados materiais associados à actividade náutica, designadamente, cabos de amarração e uma unha de âncora.

Fig. 18 – Amostra de espólio exumado durante a intervenção arqueológica.

5| CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos arqueológicos realizados na fase de construção das fundações para o novo Hospital CUF TEJO, em Alcântara, colocaram-nos perante as mesmas realidades que se têm vindo a verificar em obras análogas, intervencionadas na zona ribeirinha de Lisboa, e que nos dão pistas quanto à ocupação da costa.

A sequência arqueológica indica que o aterro do século XIX, onde se vieram a construir as oficinas da Câmara Municipal de Lisboa, cobria vestígios de um extenso varadouro/ fundeadouro, enquadrado no extremo Leste pelo Baluarte do Sacra-

mento, construído no século XVII, que terá funcionado até à 2ª metade do século XIX. Tal datação tem como base a análise preliminar das cerâmicas recolhidas no decurso da intervenção.

Às análises estratigráfica e artefactual, acrescem os dados decorrentes da análise da cartografia antiga, nomeadamente, da "Carta Topographica da cidade de Lisboa e seus arredores" de Filipe Folque, (1856 e 1858) (Fig. 19), onde a Doca surge representada com água no seu interior, o que significa que os trabalhos de aterro ocorreram numa fase posterior. Por outro lado, mais tarde, numa planta de 1878 do Porto de Lisboa, volta a surgir a mesma estrutura ainda banhada pelo rio.

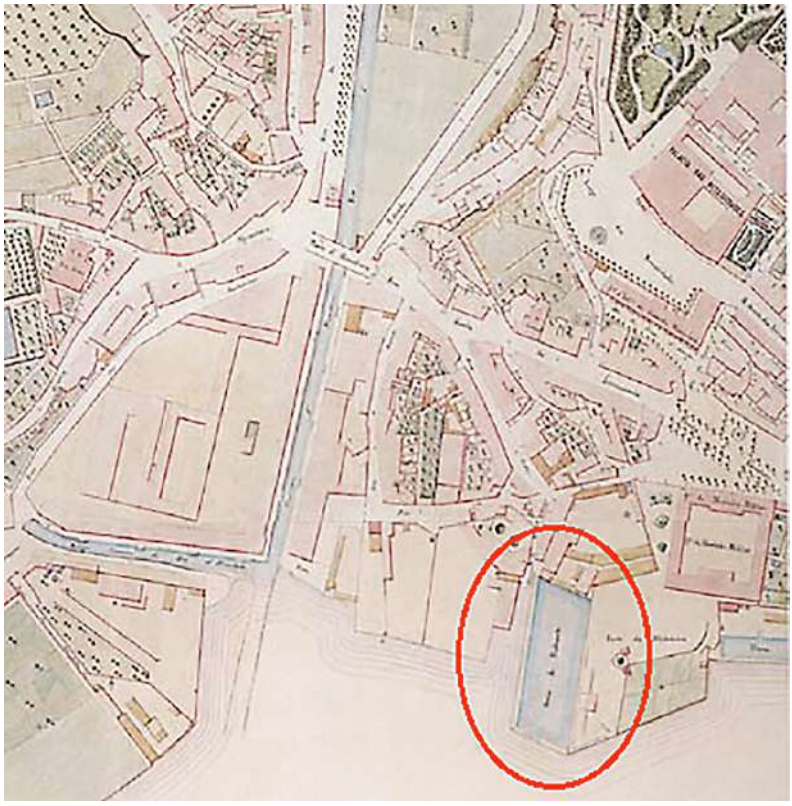


Fig. 19 – Localização da Doca do Sacramento em excerto da "Carta Topographica da Cidade de Lisboa e seus arredores" de Filipe Folque, levantada entre 1856 e 1858 (modificado).

A estacada de madeira, identificada como um quebra-mar, terá servido, pela documentação compulsada entre 1863 e 1867, para acudir ao problema das marés vivas que assolavam a praia da margem oriental da Ribeira de Alcântara contígua ao Baluarte.

Depreendemos que terá tido um curto período de utilização, de tal forma que não acompanhou a produção cartográfica da época. À luz dos nossos conhecimentos, o mapa da Fig. 20, é a única reprodução conhecida. Sem paralelos em Portugal, este quebra-mar é um caso peculiar na zona ribeirinha de Lisboa e no conhecimento das estruturas navais.

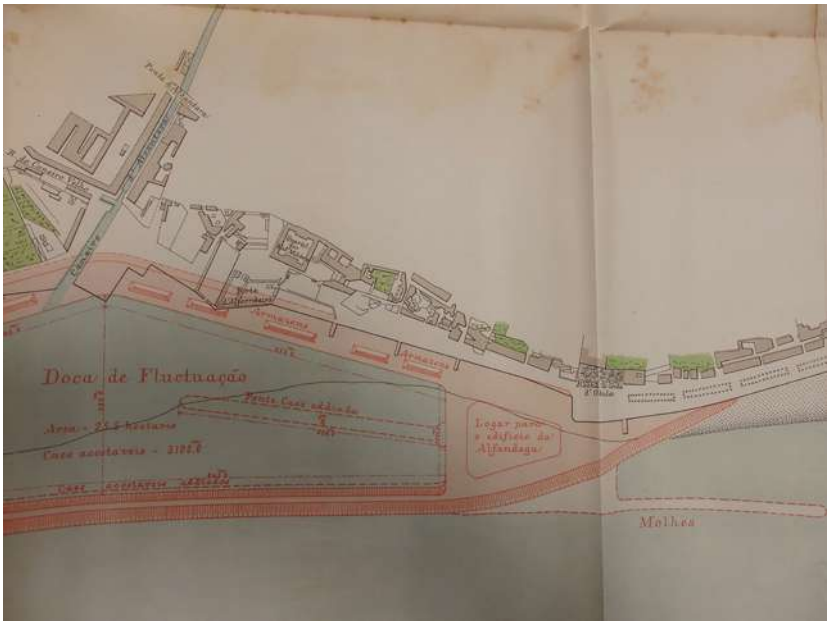


Fig. 20 – Planta com localização do quebra-mar (in Loureiro, 1906).

BIBLIOGRAFIA

Blot, M.L.P. (2003) - *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal* (Trabalhos de Arqueologia 28). Lisboa: IPA.

Castanheira, E. (1977) - *Construção de pequenas embarcações*. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro.

Folque, Filipe (1995) - *Carta Topográfica da Cidade de Lisboa e seus arredores (levantada entre 1856 e 1858).* Lisboa: Instituto Português de Cartografia e Cadastro.

Loureiro, A. (1906) - *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Rosa, A., *et al* (2017) - *Hospital CUF TEJO. Alcântara| Lisboa. Relatório Preliminar dos Trabalhos Arqueológicos*. Lisboa: ERA-Arqueologia, S.A.

Santana, F. (s/d) - *Lisboa na segunda metade do século XVIII (Plantas e Descrições das suas Freguesias).* [S.l:s.n.].

Silva, A.V. (1942) - *A Ponte de Alcântara e suas circunvizinhanças. Notícia Histórica*. Lisboa: [s.n.].

#25 6000 ANOS DE ESTÓRIAS: RESULTADOS PRELIMINARES SOBRE AS INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS REALIZADAS NO ÂMBITO DE UM PROJETO DE INSTALAÇÃO DE ILHAS ECOLÓGICAS NA CIDADE DE LISBOA.

VANESSA FILIPE | COTA 80.86. LDA.; IAP/FCSH/UNL
JOSÉ PEDRO HENRIQUES | COTA 80.86 LDA.; IAP/FCSH/UNL
ANA SERRANITO COELHO
ALEXANDRA KRUS
DÁRIO NEVES | IAP/FCSH/UNL
VASCO NORONHA VIEIRA | FCSH/UNL

RESUMO

No âmbito do Projeto de instalação de ecopontos na cidade de Lisboa, iniciado em meados de Abril de 2016 e actualmente em curso, foram intervencionados distintos locais que permitem traçar ritmos de ocupação, vivências e dinâmicas urbanísticas para a cidade de Lisboa.

Assim, procedemos ao balanço dos principais locais intervencionados, onde se identificaram vestígios arqueológicos que, até ao momento, se enquadram num período de aproximadamente 6000 anos de história da cidade.

Apesar da reduzida dimensão dos espaços a intervencionar, o que necessariamente resulta em leituras parciais, o presente projeto revelou até ao momento evidências arqueológicas de relevância para a compreensão da cidade de Lisboa e seu termo, garantindo um interessante contributo para a imagem das realidades arqueológicas de cada local, os seus espaços de sociabilidade e interação comercial.

Palavras-Chave: Urbanismo; Arqueologia Urbana; Lisboa.

ABSTRACT

Several sites were excavated as part of the recycling centres placement project of the city of Lisbon, which started in April 2016 and is still currently in progress. These sites enable us to detect the rhythms of occupation, living conditions and urbanistic dynamics of that city.

In light of that information, we have made a review of the main sites explored, where, for now, the archaeological record indicates a chronological arch which spans approximately 6000 years of the city's history.

Despite the reduced size of the excavated areas, which necessarily implies a partial understanding of each site, this project has already revealed archaeological evidences relevant to our knowledge of the city of Lisbon and its limits, ensuring an interesting contribution towards the real archaeological reality of each site, its sociability spaces and commercial interaction.

Keywords: Urbanism; Urban Archeology; Lisbon.

#26 LARGO DA BOA-HORA E EDIFÍCIO DO EXTINTO TRIBUNAL: CONSTRANGIMENTOS E POSSIBILIDADES DA INTEGRAÇÃO DAS ESTRUTURAS ARQUEOLÓGICAS NA INTERVENÇÃO ARQUITECTÓNICA.

ANA LÚCIA BARBOSA | DPE/DPCE/DMPO/CML; CERIS/IST/UL

RESUMO

Na génese do edifício do antigo Tribunal da Boa-Hora, localizado na Baixa de Lisboa, esteve o Convento de Nossa Senhora da Boa-Hora, de padres da Ordem dos Agostinhos Descalços cujo traçado surge em data posterior a 1758 com a reconstrução pombalina. O conjunto dos volumes edificados que o formam apresenta um elevado valor patrimonial, com uma área de construção de cerca de 11.500 m^2. Recentemente, o edifício foi objeto de um estudo que visou a sua divisão em duas parcelas autónomas, destinando cerca de 20% da área total à Câmara Municipal de Lisboa para instalar a Escola Maria Barroso, com as valências de Ensino Básico do 1º Ciclo e Jardim de Infância.

A intervenção na escola, concluída em Maio de 2017, preconizou o princípio de intervenção mínima, adotando soluções de continuidade e aproximação aos materiais existentes. A Requalificação do Largo da Boa-Hora, concluída em 2013, integrou algumas das estruturas arqueológicas surgidas no subsolo. Em ambos os casos, a investigação histórica documental inédita permitiu contextualizar as estruturas arquitetónicas e arqueológicas surgidas no contexto de obra, as quais foram alvo de integração no projeto geral.

Palavras-Chave: Baixa Pombalina; Convento de Nossa Senhora da Boa-Hora; Tribunal da Boa-Hora; Escola Maria Barroso; Integração.

ABSTRACT

The building housing the old Boa-Hora Court, located in Lisbon's Baixa (Downtown) district, was formerly Nossa Senhora de Boa-Hora Convent. The convent, belonging to the Order of Discalced Augustinians, harks back to some time after 1758 and the Pombaline-era reconstruction of the city centre. The buildings, which cover an area of some 11,500 m^2, are of significant heritage value. The outcome of a recent study of the building was its division into two independent units. Lisbon City Council uses approximately 20% of the total area for the Maria Barroso school, which offers both primary and kindergarten education.

The work done in setting up the school, which was completed in May 2017, was minimally interventionist and implemented solutions that provided continuity with, and approximation to, the existing materials. The redevelopment of Largo de Boa-Hora, completed in 2013, integrated some of the archaeological structures found in the subsoil. In both cases, unprecedented document-based historical research allowed both the architectural and archaeological structures to be fully contextualised and integrated into the overall project design.

Keywords: Pombaline Baixa/Downtown/City Centre; Nossa Senhora de Boa-Hora Convent; Boa-Hora Court, Maria Barroso School; Integration.

#27 PROJETO DE ESPAÇOS EXTERIORES DO LARGO DA GRAÇA. PROGRAMA UMA PRAÇA EM CADA BAIRRO.

MARIA DO ROSÁRIO SALEMA | DEU/DEP/DMU/CML;
JOÃO FAVILA MENESES | ATELIER BUGIO

RESUMO

O novo Largo da Graça, desenvolvido no âmbito do Programa "Uma Praça em Cada Bairro", cuja obra foi concluída nos finais de setembro de 2017, é o resultado de uma dupla leitura do território: a relação atual daquele espaço com a cidade contemporânea e a interpretação das fontes cartográficas e bibliográficas históricas.

A investigação histórica sobre a evolução e transformação do lugar deu origem à elaboração das premissas base do Projeto: O Convento da Graça e a Muralha Fernandina representam os elementos principais no processo de transformação e evolução do Largo da Graça e são centrais na definição tipológica do Largo.

Foi com base na implantação do convento da Graça e no traçado da Muralha Fernandina que se definiram as premissas para o desenho do novo Largo. Contudo a informação cartográfica disponível, em particular no que se referia à Muralha Fernandina tinha uma precisão relativa dado que se desconhecia, com rigor, a localização exata das fundações da antiga Muralha.

Durante a obra do novo largo da Graça, os trabalhos arqueológicos vieram revelar um traçado da Muralha Fernandina distinto da cartografia histórica existente. Foi, também, descoberta uma eventual necrópole na zona extramuros, junto à porta da Nossa Senhora da Graça.

As descobertas arqueológicas originaram, assim, algumas alterações ao projeto, tanto a nível de desenho do espaço como das soluções técnicas, relacionadas com as infraestruturas de subsolo. Estas descobertas abrem, ainda, a possibilidade de redefinição do traçado da Muralha Fernandina, relativamente à cartografia histórica existente.

É sobre esta tensão, entre a cidade visível, a cidade representada (informação cartográfica e bibliográfica) e a cidade invisível, só revelada através de trabalhos arqueológicos, que se pretende apresentar o Projeto e obra do Novo Largo da Graça.

Palavras-Chave: Projeto de Espaço público; Muralha Fernandina; trabalhos arqueológicos.

ABSTRACT

The new Largo da Graça, developed under the city Program: "One Square in Every Neighborhood", whose work was completed at the end of September 2017, is the result of a double reading of the territory: the current relationship of that space with the contemporary city and the interpretation of historical cartographic and bibliographic sources.

The historical research on the evolution and transformation of the place gave rise to the elaboration of the basic premises of the Project: The Graça Convent and the Fernandina Wall represent the main elements in the process of transformation and evolution of Largo da Graça and are central to the typological definition of Largo.

In consequence of both, the location of the Graça Convent and the layout of the Fernandina Wall, the premises for the design of the new Largo were defined.

However, the cartographic information available, particularly with regard to the Fernandina Wall, was relatively accurate given the exact location of the foundations of the old Wall.

During the work of the new Largo da Graça, the archaeological work came to reveal a layout of the Fernandina Wall distinct from the existing historical cartography. It was also discovered a possible necropolis in the area outside the walls, near the door of Our Lady of Grace.

Archaeological discoveries have thus led to some changes to the project, both in terms of space design and technical solutions, related to subsoil infrastructures. These findings also open the possibility of redefining the route of the Fernandina Wall, relative to the existing historical cartography.

It is on this tension, between the visible city, the represented city (cartographic and bibliographical information) and the invisible city, only revealed through archaeological works, that we intend to present the Project and work of the New Largo da Graça.

Keywords: Public Space Project; Fernandina Wall and archaeological works.

#28 ILUMINAR LISBOA.
O FUGAZ CASO DA CENTRAL DA BOAVISTA.

JOÃO LUÍS SEQUEIRA | IHC/UM
LUÍS CRUZ | FUNDAÇÃO EDP
INÊS MENDES DA SILVA | ERA, Arqueologia S.A.
DIANA DINIS | ERA, Arqueologia S.A.
ANA ROSA | ERA, Arqueologia S.A.

RESUMO
É fascinante o quão rápido pode a informação acerca de uma fábrica dissipar-se em cerca de um século e meio. Supostamente, os registos detalhados acerca de alterações profundas num espaço de características industriais seriam prolixos e seguramente inequívocos. Principalmente quando esses espaços são propriedade de uma empresa que já foi pública. A realidade que literalmente está por baixo, mostra-nos que o esquecimento destas alterações tão "recentes" é um facto que merece especial atenção.

Este é o caso da central produtora de corrente eléctrica na fábrica de gás da Boavista, em Lisboa, que pertenceu às Companhias Reunidas de Gás e Electricidade, e que actualmente é património da EDP. A área total liga a Rua da Boavista a Norte com a "jovem" Rua D. Luís I a Sul, e a intervenção arqueológica é da responsabilidade da empresa ERA, Arqueologia S.A. Teve início no interior do edifício que serviu ultimamente de garagem e oficina, a Norte desta área, com frente para a rua homónima desta fábrica.

O espaço revelou as antigas fundações do que terão sido equipamentos que foram sendo implantados conforme as necessidades energéticas da Lisboa de então. Revelou igualmente o desafio em interpretar sequências de utilização, já que as actividades registadas ocorreram entre a segunda metade do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX. O propósito deste exercício é teorizar acerca da utilização deste espaço fabril, cruzando a informação de campo com a documentação técnica, à luz do conhecimento registado pelos profissionais do museu da EDP.

Palavras-Chave: Fábrica de gás; industrialização; arqueologia industrial; arqueologia do passado recente; vapor.

ABSTRACT

It is fascinating how fast can details about a factory dissipate in about a century and a half. The detailed records of profound changes in an area of industrial characteristics should be vast and certainly unequivocal, especially when these spaces are owned by a company that once was controlled by the Government. The reality that lies underneath our feet shows that forgetting these "recent" changes became recurrent and deserves special attention.

In this paper we present the case of the central producer of electrical power at Boavista gas plant, in Lisbon, owned by Companhias Reunidas de Gás e Electricidade, nowadays EDP. The total area connects Boavista street to the north, with 'new' D. Luís I street to the south. ERA, Arqueologia SA oversaw the archaeological intervention. It started inside the building that lately served both as a garage and repair shop, north side of this area, facing Boavista.

The old foundations of what were the gas compressor supports, the foundation of the equipment that was being implanted according to the energy needs of Lisbon at that time, were revealed during excavation. It also exposed the challenge of interpreting sequences of use since the recorded activities took place between the second half of the 19th century and the first two decades of the 20th century. The purpose of this exercise is to theorize about the use of this industrial space, crossing the field information with the technical documentation, in the light of the knowledge registered by EDP's museum professionals.

Keywords: Gasworks; industrialization; industrial archaeology; archaeology of the recent past; steam.

1| INTRODUÇÃO

Na Rua da Boavista, quem parte do Largo do Conde Barão no sentido da Rua de São Paulo, nota uma extensa fachada neoclássica do lado direito da via. São cerca de 80 m, numa cor amarelo-escura, janelas de peito a respeitarem uma cadência sóbria de arcos abaulados em cantaria branca que se revela do lado direito da via. Por cima, um frontão rectangular ostenta as palavras "Companhias Reunidas de Gás e Electricidade".

O presente trabalho pretende dar a conhecer uma intervenção da responsabilidade da empresa ERA Arqueologia S.A. neste edifício, no qual foi montada a antiga Central da Boavista (em funcionamento entre 1903 e 1909 e situada entre a Rua da Boavista e a Rua D. Luís I) nos meses de Novembro e Dezembro de 2017. Esta intervenção prendeu-se com alterações à localização de equipamentos no perímetro do espaço, cessando as funções de garagem que até à data o imóvel possuía. O desmonte das estruturas pré-identificadas no subsolo deram novidades interessantes acerca dos equipamentos que estiveram em laboração durante o funcionamento da central. Se por um lado a documentação e a informação já compilada e armazenada no Museu da EDP dava conta com todas as certezas dos estágios de utilização do espaço, a intervenção produziu informação que, não sendo contrária ao que já se sabe, lança algumas dúvidas interessantes quanto à forma como as alterações em espaços industriais eram processadas.

Não obstante, a EDP, graças a um trabalho de recolha de documentação, fotografias de época, plantas e registos, dá o exemplo de como a articulação multidisciplinar só pode ser saudável para a arqueologia de contextos recentes. E para a compreensão de complexos industriais, como no caso que se apresenta.

2| HISTÓRIA CONHECIDA DO ESPAÇO

É junto à zona ribeirinha que vai desde a área de Pedrouços ao Poço do Bispo que se vão situar as indústrias mais importantes, que vão dar corpo ao projecto de uma 'Lisboa Industrial'.

Nestas zonas era ainda possível obter terrenos com a dimensão necessária para instalar grandes empreendimentos industriais. Este facto foi determinante para que a primeira concessionária de produção e distribuição de gás à cidade de Lisboa – a Companhia Lisbonense de Iluminação a Gás (1848-1891), instalasse a sua fábrica de gás na zona ocidental da cidade, na Av. 24 de Julho entre a Rua da Boavista e

a Rua D. Luís I, em terrenos e edifícios comprados à Junta Liquidatária das Companhias do Grão-Pará e Maranhão, Pernambuco e Paraíba. Com o novo contrato de concessão que foi assinado em 1891, entre a Câmara de Lisboa e as Companhias Reunidas de Gás e Electricidade (CRGE), constituída nesse ano pela fusão das duas concessionárias de gás existentes na altura na cidade, ficou estipulado a obrigatoriedade da empresa concessionária, iluminar com luz eléctrica algumas das ruas da cidade. Foi assim que nasceu em 1889 a central da Avenida da Liberdade, a primeira central eléctrica de abastecimento de uma rede pública em Portugal.

Para dar resposta às novas exigências camarárias e ao aumento dos consumos, nasceu posteriormente, em 1903, uma nova central eléctrica, mais potente, junto à fábrica de gás que as CRGE já exploravam na zona da Boavista /Av. 24 de Julho desde 1848. A partir desta central eléctrica da Boavista, foram criadas duas redes: uma de corrente contínua e outra de corrente alternada. A primeira em baixa tensão 220/440 Volts, a segunda em média tensão, 3000 Volts. A partir de 1909, com a entrada da primitiva Central Tejo I, nos terrenos do Aterro de Lisboa na zona da Junqueira, a central da Boavista passou a ser uma subestação e o centro operacional de toda a actividade das CRGE.

Com a constituição da EDP em 1976 e até aos dias de hoje, essa actividade foi sendo descentralizada, mas continua a existir ainda uma subestação de 60/10 kV, de 40 MV, nos terrenos da primeira fábrica de gás existente em Portugal que remonta ao fenómeno da industrialização da cidade de meados do século XIX.

3| INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

De uma forma geral, a intervenção incluiu a escavação, identificação, registo e acompanhamento dos desmontes das estruturas no subsolo, com a finalidade de atingir a cota de obra, cerca de 3 a 3,5 m abaixo do pavimento existente. Este acompanhamento identificou, a princípio, duas realidades. Cronologicamente, a última destas realidades prendia-se com a existência de uma garagem/oficina, utilização última do espaço. Os vestígios desta área caracterizam-se pela existência de caleiras e reforços de fundações em alvenaria de tijolo e argamassa de cimento. A utilização anterior à oficina identificada, remete para a Central Eléctrica da Boavista, activa entre 1903 e 1909, com a presença de estruturas negativas dos dois conversores (Barbosa, 2010) situados na zona norte do espaço (figura 1), a zona definida como “Sector intermédio” (figura 1) apresenta negativos de máquinas, sensivelmente da mesma cronologia de utilização dos equipamentos anteriores. A

zona a sul (figura 1) revelou a casa das caldeiras a vapor iniciais do espaço e as suas ligações subterrâneas a uma chaminé que ofereceu vestígios arqueológicos[1], contígua ao espaço (figura 1), surgindo em plantas de época (figura 2).

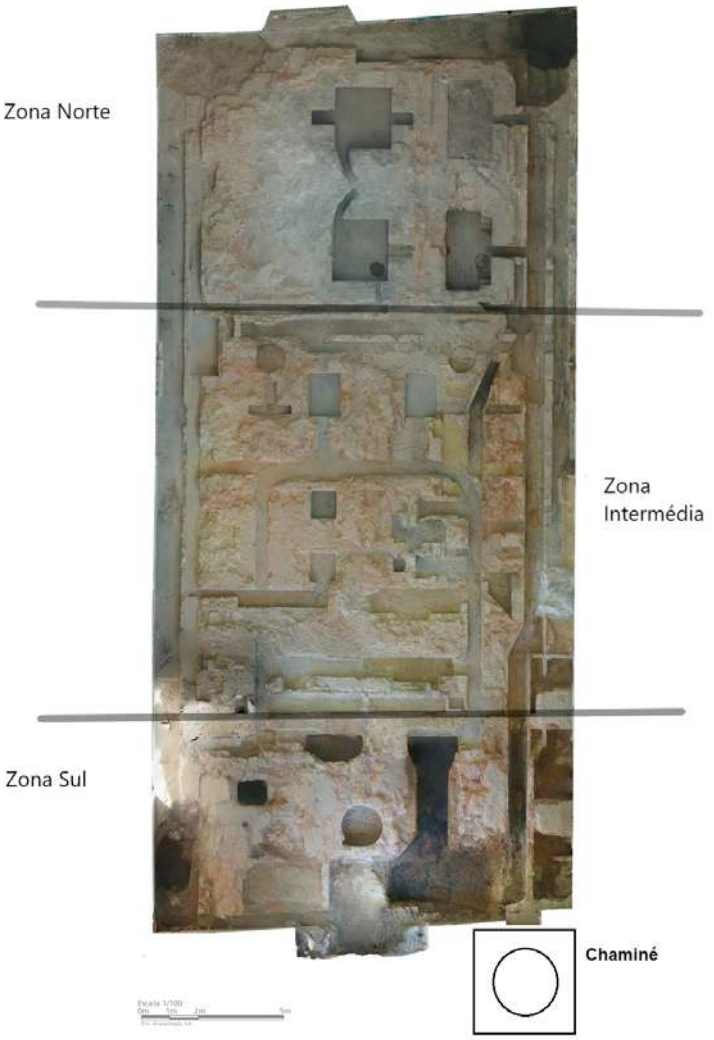


Fig. 1 – Plano aéreo da intervenção.

[1] Vestígios arqueológicos da chaminé foram revelados aquando da entrega deste artigo para publicação.

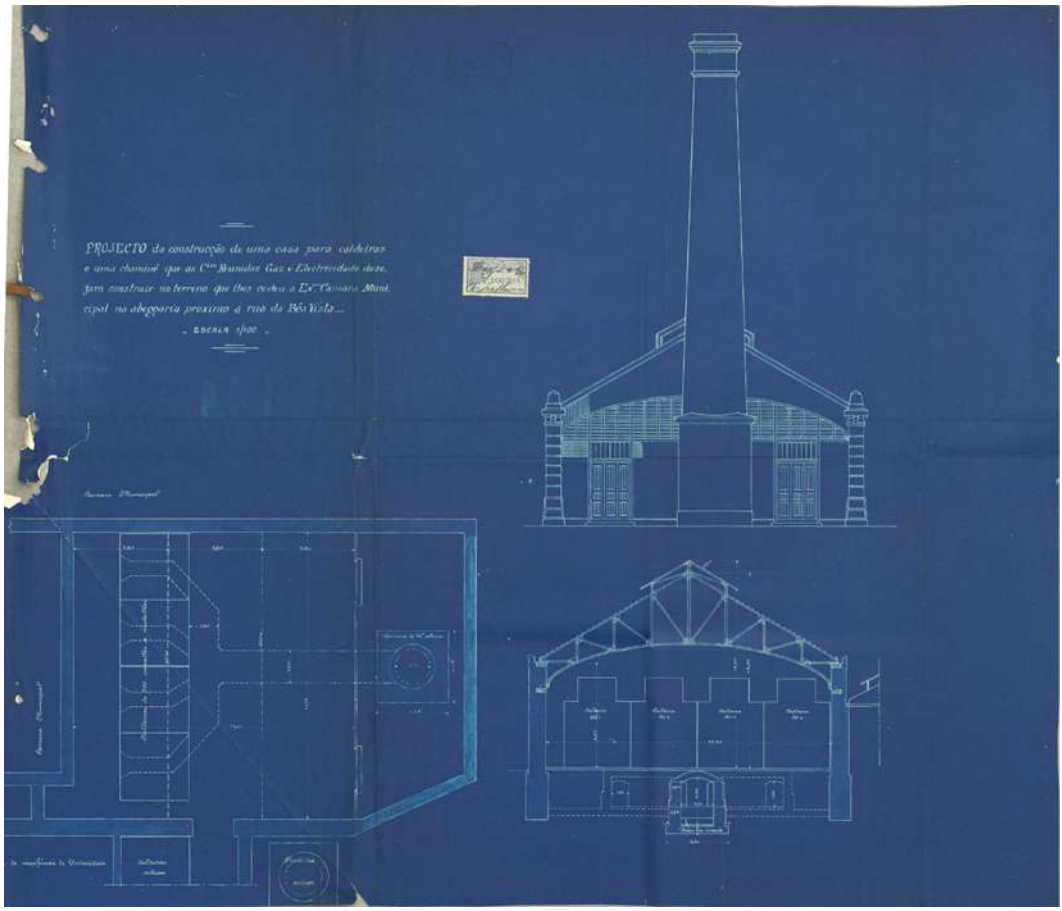


Fig. 2 – Planta de uma das fases do imóvel - Arquivo Municipal de Lisboa - Obra 13140 – Proc. 3848-1-¬REP--PG-1905 - Folha 2, cedida pelo Centro Documental da Fundação EDP.

O sector norte foi talvez aquele cujas estruturas de suporte se encontravam mais bem preservadas. A área não apresentou grandes perturbações posteriores à época de funcionamento da central, possivelmente por estar localizada do lado da Rua da Boavista. Revelou duas grandes estruturas em argamassa de cimento e tijolo burro, que correspondem aos negativos dos conversores de corrente que as ocupavam após 1908 (figura 3). Encontravam-se entulhadas, mas após a remoção dos enchimentos, revelaram-se bastante bem preservadas, oferecendo ainda pormenores de construção (figura 4), tais como os fixadores em aço, já bastante danificados e cortados, nos vértices dos negativos (figura 5). Estes fixadores (figura 6) eram chum-

bados à construção aquando da sua edificação, o que revela uma utilização única e propositada de toda a estrutura em causa.

Por outro lado, o sector intermédio revelou alterações de vários períodos nas camadas imediatamente abaixo do pavimento. Existiam várias estruturas negativas que tudo indica terem sido feitas para suporte dos conversores e de outros geradores de corrente, em diferentes diacronias. Posteriormente, do lado Oeste, foi erguida uma casa interior (figura 7) o que obrigou à construção de alicerces, perturbando a composição do que já existia. No entanto, por baixo de todas estas realidades, encontravam-se duas grandes construções em tijolo burro ligado com argamassa de cimento que aparentemente, pelas suas dimensões, pertenceram a outro tipo de maquinaria. Sobre estas estruturas falaremos mais adiante.

Fig. 3 – Estrutura negativa de encaixe de gerador.

Fig. 4 – Pormenor de construção das estruturas negativas.

Fig. 5 – Pormenor de fixador anulado.

Fig. 6 – Fixadores em aço embebidos nas estruturas de alvenaria.

Fig. 7 – Vista do espaço na sua última utilização como garagem, no sentido Sul-Norte. Do lado Oeste, uma pequena dependência.

Já o sector sul, que esteve dividido da restante área do edifício por uma parede, foi o espaço das primeiras caldeiras de produção de vapor, o que se depreende pela leitura dos negativos já muito destruídos e pela informação documental disponível. A exaustão dos fumos destas caldeiras seria subterrânea, em ligação à supra-referida chaminé que ficaria situada a Sul do Edifício, do lado Oeste, no exterior. Esta zona sul da intervenção não foi contemplada no presente trabalho.

No lado da parede Oeste, e a todo o comprimento do espaço, podiam ser observados os suportes em alvenaria de argamassa e tijolo burro que dizem respeito ao quadro eléctrico que um espaço destas dimensões necessitaria (figura 8)

Fig. 8 – Alicerces de quadro eléctrico e caleiras.

Do lado Este, numa área que não faz parte da intervenção, estiveram situadas as baterias de acumuladores, em dois pisos, que forneciam energia por um período limitado no caso de falha de funcionamento da central.

4| INFORMAÇÃO DE VÁRIOS QUADRANTES

A Central da Boavista faz parte de um encadeamento natural de *upgrades* à necessidade de consumo energético por parte da cidade de Lisboa. O historial deste encadeamento foi abordado de forma sistemática do ponto de vista da historiografia institucional, da história das técnicas e da produção por Ana Maria Cardoso Matos, Luís Cruz, Fernando Faria e Pires Barbosa (Matos *et al.,* 2004; Matos *et al,.* 2005; Barbosa, Cruz e Faria, 2007; Cruz, Barbosa e Faria, 2016). Também António Maria A. Santos aborda este historial (Santos, 1999) e Maria de Fátima Jorge enquadra este espaço na história das fábricas do gás em território português, tendo como objecto de estudo a fábrica de gás da Matinha (Jorge, 1999). C. Goodolphin, redige o livro "Companhia Lisbonense de Illuminação a Gaz (traços geraes para a sua história)" em 1892, o que cronologicamente ainda não apanha o funcionamento do espaço adaptado à produção de electricidade, mas que é também passível de menção pelo contributo histórico acerca da Companhia Lisbonense de Iluminação a Gás e das peculiaridades que envolveram os grandes industriais da época (Barão de Almeirim, Conde Farrobo, Anselmo Braamcamp como exemplos), do braço de ferro entre fazedores de opinião acerca da localização da própria fábrica, ou da perigosidade da utilização do gás em detrimento dos produtos que mais capital faziam mover no sector: o óleo de purgueira e o azeite para iluminação.

De qualquer modo, a obra "As Imagens do Gás" (Matos *et al*., 2005) será a síntese mais completa para a construção histórica do espaço enquanto fábrica de gás, abordando o percurso da empresa *Companhias Reunidas de Gás e Electricidade*, desde 1846 até ao seu ocaso após a 2ª Guerra Mundial. Enquanto subestação, para além da obra "Central Tejo – uma biografia" (Cruz, Barbosa e Faria, 2016) que sintetiza a história do espaço, também a investigação de João Manuel Pires Barbosa que está acessível digitalmente no portal www.colecoesfundacaoedp.edp.pt contribui de forma enriquecedora sobre as especificações técnicas e práticas dos equipamentos que funcionaram no imóvel.

5| VESTÍGIOS INDUSTRIAIS DE DESTAQUE

No sector intermédio, os vestígios industriais que foram registados, não ofereceram dúvidas substanciais quanto ao seu propósito na planta industrial do espaço, com excepção do que surgiu no denominado sector intermédio. Aqui, as estruturas ainda completas e colocadas a descoberto formavam um padrão construtivo e uma harmonia simples na sua simetria. Mais concretamente, revelaram-se duas estruturas maciças em alvenaria de tijolo burro e argamassa de cimento, com varões de aço embebidos verticalmente nas mesmas, de forma a segurarem equipamentos à superfície (figura 9 para a localização destas estruturas). Estes dois grandes maciços não deixam dúvidas quanto ao seu propósito: fixariam maquinaria pesada, o que é relacionável com as máquinas a vapor alternativas que laboraram no espaço no período de funcionamento enquanto central produtora entre 1903 e 1908. Estas estruturas, por sua vez, estavam assentes numa laje de betão de dimensões iguais à totalidade do espaço do edifício, situada a uma profundidade de cerca de 1,4 m da cota de superfície. Acima desta laje, os maciços de alvenaria estendiam-se lado a lado, com a orientação Norte -Sul do edifício (figura 10).

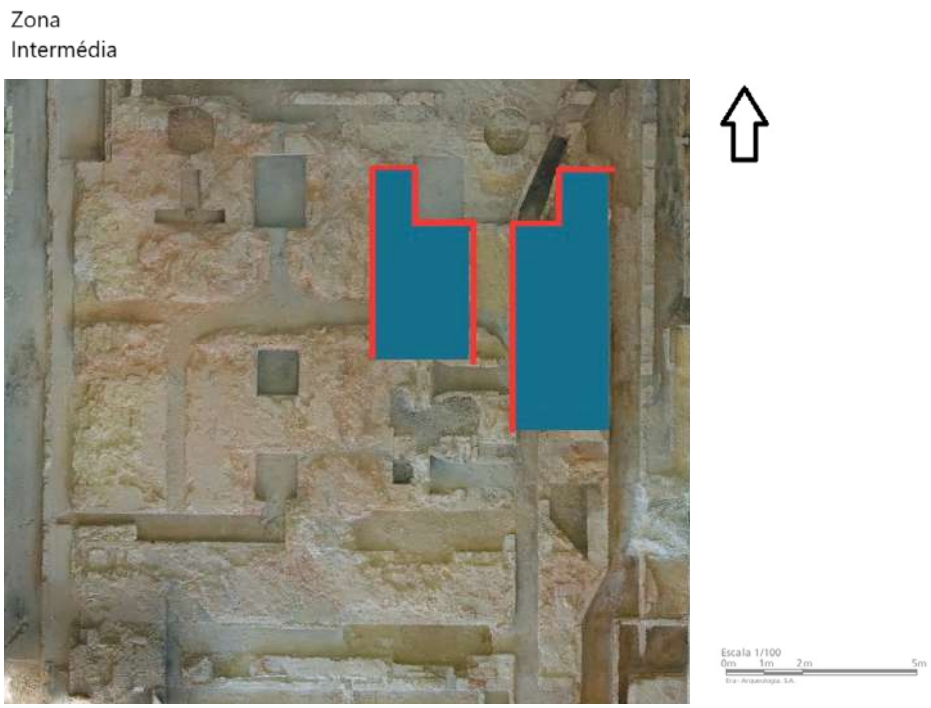


Fig. 9 – Localização das estruturas.

Fig. 10 – Suportes em alvenaria para maquinaria pesada.

Durante os trabalhos de registo, desmonte e registo adicional destas estruturas, verificou-se a presença de sedimento arenoso de cor alaranjada (figura 11), sedimento esse que preenchia os espaços entre os maciços. Numa primeira análise a equipa em campo assumiu que se trataria de enchimentos muito compactados, mas apresentava-se uma dúvida: este sedimento não continha outros materiais que apontassem para um enchimento com entulho. O sedimento afigurava-se limpo, como se tivesse sido crivado. Este atributo tornou-se tão mais evidente, quanto mais sedimento era removido, o que levou à procura de motivos para a presença do mesmo.

Fig. 11 – Presença de areia para isolar as vibrações entre estruturas.

Felizmente, está disponível bibliografia que refere e explica a construção destas estruturas. Edward Dobson, em 1850, publicou o *A Rudimentary Treatise on Foundations and Concrete Works Containing a Synopsis of the Principal Cases of Foundation Works*, onde dedica um capítulo (Chapter II – *On Footings*) à forma como se constroem bases sólidas em alvenaria de tijolo e argamassa, com cálculos para a distribuição do peso (Dobson, 1850, pp 29-34) . Em 1904, Nehemiah Hawkins também regista no *New catechism of the steam engine, with chapters on gas, oil and hot air engines* um capítulo dedicado ao tema *Engine Foundations* com desenhos e esquemas de construção, bem como o aconselhamento dos materiais a utilizar (Hawkins, 1897, pp. 31-35). É transversal a estas obras a indicação de construir uma estrutura em alvenaria em forma de *zigurat* com varões embebidos, presos ao fundo com placas de metal que impeçam a libertação destes fixantes, em cima de uma laje de betão armado.

Mas é na obra de Rodolphe Edgard Mathot, *Gas-Engines and Producer-Gas Plants* que se refere a necessidade de utilizar areia nos espaços inter-estruturais para dificultar a propagação das vibrações, para além da morfologia aconselhada para equipamentos pesados, dos materiais e das técnicas a utilizar. No capítulo IV (*Foundation and exhaust*), o autor dedica um parágrafo à vibração que os motores produziriam em funcionamento e que, com a utilização contínua, provocam fracturas nas estruturas de suporte, e mesmo no próprio edifício. Segundo o autor, "*Care should be taken to cover the bottom with a layer of dry sand, rammed down well, varying in thickness with each case. This layer of sand constitutes the anti-vibratory material and confines the trepidations of the engine to the foundation"* (Mathot, 1905, p. 90).

De recordar que estes manuais eram produzidos com a clara intenção de serem referências genéricas, e que cada caso teria as suas especificidades. A adaptação seria também um ponto importante a ter em conta, devido à utilização do imóvel, não esquecendo os terrenos de aterro conquistado ao rio em que o mesmo estava construído.

Durante uma reunião com a equipa do museu da EDP, o engenheiro Pires Barbosa referiu que independentemente de terem como intento o suporte de máquinas a vapor ou máquinas produtoras de gás, o princípio da necessidade de isolamento das estruturas é igual, já que ambos os propósitos requerem maquinaria pesada, e ambas vibram durante o seu funcionamento.

Quando foram instaladas as comutatrizes, já com o espaço a ser utilizado como subestação, estas estruturas perderam a sua função principal. Mas esta nova utilização não obrigou a obras nas fundações, pelo que os maciços ficaram "preservados".

Na parede do lado Este do edifício, suportando os pilares verticais em ferro que se estendem até à cobertura do imóvel, foram colocadas a descoberto sapatas em betão, cujas dimensões não ultrapassavam 1 m cúbico. Estas estruturas (figura 12) só se verificaram nesta parte do edifício o que levantou a questão acerca da sua necessidade. Numa primeira fase foram entendidas como reforço de base à ponte rolante que o edifício possuía, e da qual ainda se podiam verificar as fixações parietais (figura 13). Mas estes reforços não estavam presentes do lado oposto, como seria espectável. Desta vez o esclarecimento veio da engenheira Teresa Nogueira Simões da empresa Seth, uma das empresas de construção civil intervenientes na obra. Segundo a sua opinião, as presenças de maciços de betão nesta zona poderiam ter duas explicações: ou o terreno ao lado estaria a uma cota superior e serviam como contrafortes da estrutura, ou existiria maquinaria pesada do outro lado da parede. Esta última hipótese é bastante plausível, já que no edifício vizinho esteve montado um grupo de caldeiras Belleville, compradas aquando da ampliação da central em 1903 (Barbosa, 2013, p. 5).

Fig. 12 – Reforço em betão.

Fig. 13 – Vestígios de fixações da ponte rolante.

Quanto aos vestígios materiais recolhidos, não se verificou a presença de qualquer tipo de cultura material estranha a um espaço industrial. Detectaram-se presenças de materiais tais como porcas, pregos ou parafusos, molas, verguinhas e casquilhos de lâmpadas em pequenos aglomerados muito concrecionados e dispersos. De forma avulsa, recolheram-se restos de barras de carvão na zona intermédia, possivelmente utilizadas para fazer marcações nas colocações de equipamentos (figura 14).

Fig. 14 – Pedaços de carvão.

6| ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Antes do funcionamento da subestação, existiram equipamentos relacionados com a fábrica do gás e que aqui estiveram instalados (figura 15). Mas estes não deixaram vestígios tangíveis. O espaço foi naturalmente alterado, e remodelações profundas apagam vestígios, tanto mais porque, como vimos, foram construídas estruturas de apoio com alicerces a grandes profundidades.

Também a catástrofe que ocorreu em 10 de Outubro de 1914, uma explosão causada por uma fuga de gás que ceifou a vida de 19 pessoas e feriu gravemente cerca de 40 (Matos *et al.*, 2005, pp. 106-109), contribuiu para uma ausência de registos escritos e documentação, já que o incêndio consumiu os arquivos da empresa. Durante a intervenção arqueológica, este evento não apresentou expressão ao nível da leitura das estruturas e dos sedimentos, porque naturalmente a explosão ocorreu à superfície, o que é comprovável com fotografias da época que mostram o telhado completamente destruído (figura 17).

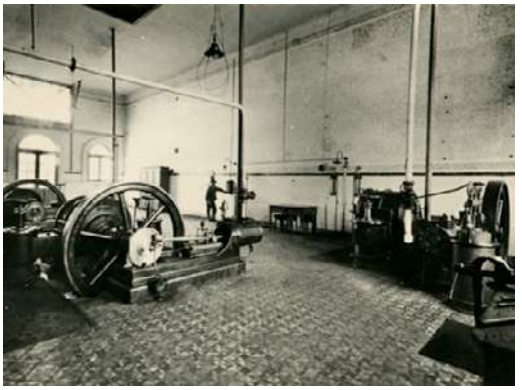


Fig. 15 – Imagem do espaço, anterior a 1909 – Cedida pelo Centro Documental da Fundação EDP.

Fig. 16 – Vista do espaço intervencionado no sentido Norte-Sul, em 1909/1935. - Cedida pelo Centro Documental da Fundação EDP.

A explosão na fabrica do gaz

Na fabrica do gaz, ainda instalada imprevidentemente no seio de Lisboa, deu-se, devido a causas por emquanto ainda não averiguadas, uma formidavel explosão. Foram numerosas as vitimas, ceifadas entre o pessoal da mesma fabrica, que se encontravam no interior do edificio, e entre os despreocupados transeuntes e passageiros dos eletricos que passavam defronte d'ele n'essa ocasião.

Até ao momento de escrevermos ha 18 mortos. Alguns dos feridos, que se computam em 40, incluindo os não hospitalisados, talvez não resistam ás feridas, apezar dos carinhosos esforços que os medicos e todo o pessoal enfermeiro do hospital de S. José estão empregando, dia e noite, para atenuar as consequencias da terrivel catastrofe.

Ha muitos anos que Lisboa não é abalada tão dolorosamente. Não se descreve a comoção sofrida. Nos grandes centros industriaes estrangeiros, onde, na extraordinaria azafama, se chega a considerar corrente a perda de vidas sacrificadas á industria, onde quasi todos os dias ha tremendos desastres, a

1. A esca a principal, que ficou completamente de fóra.—2. N. rua da Boa Vista: O local onde se deu a explosão.—(«Clichês» «e Benoliel).

508

Fig. 17 – A explosão na fábrica do gaz (1914), ***Ilustração Portugueza***. Segunda Série. 452, p. 508 – Imagens da tragédia de 10 de Outubro de 1914.

Esta ausência penaliza gravemente a reconstrução do ponto de vista histórico-social e antropológico do espaço. Perdeu-se irremediavelmente o factor humano desta parte do complexo, o que contribui para um obscurecimento da memória dos operários que ali trabalharam, não se sabendo de forma concisa acerca dos seus problemas, ou das suas vivências. Como se organizavam? Que ofícios específicos desempenhavam, e em que condições? Viviam felizes? Desenvolveram problemas de saúde? Sobre as máquinas sabemos muito, sobre as pessoas não sabemos quase nada.

Para lá das catástrofes que podem acontecer num local deste tipo, a forma como as instituições ainda vêem a intervenção arqueológica é preocupante. A equipa de arqueólogos da empresa ERA Arqueologia só entrou em obra após a remoção do pavimento, e da desmontagem dos equipamentos que ainda existiriam no local, tal como a ponte rolante. Esta prática, não rara no nosso país, revela problemas ao nível do debate teórico acerca da intervenção dos arqueólogos em contextos do passado recente, e o reflexo desta anomia no raio de acção dos outros intervenientes está a ter consequências desastrosas a nível da construção do conhecimento arqueológico. No caso da Subestação da Boavista, perdeu-se informação relevante que estava ainda no pavimento e na disposição dos equipamentos. O comprometimento desta informação em cota positiva, afecta a interpretação ou parte dela, sobre o que estaria abaixo do solo. Em contextos industriais, um edifício com os seus equipamentos pode dar tanta (ou mais) informação acerca do espaço como o registo em cota negativa.

7| CONCLUSÃO

Casos como este são paradigmáticos no que concerne ao cruzamento de várias disciplinas. A intervenção com acompanhamento por parte de arqueólogos teria tido uma interpretação mais difícil se não houvesse suporte documental por parte da própria entidade que detém o espaço. Nestes casos, o registo do património intangível torna-se também um recurso precioso, mas que não deixa de ter problemas associados. Um deles será a distância que as memórias alcançam, com toda a distorção que é expectável que tenham. O outro é que um dia desaparecem de vez, se não forem registadas. A fotografia é um dos pilares fundamentais para estas cronologias, quando disponível. Ajuda a perceber a localização de estruturas, esclarece dúvidas, recorda o que já foi esquecido. Em conjunto com os levantamentos topográficos de época, ajudam também a reconstruir a memória do espaço.

A presente colaboração teve como objectivo contribuir para suprir ou colmatar a lacuna relativamente à reconstrução da memória de um complexo industrial, por muito bem documentado que esteja: o cruzamento da informação que se obtém através da intervenção arqueológica, com aquilo que está registado institucionalmente. No caso do presente exercício, a bibliografia disponível nas disciplinas de construção civil e engenharia de máquinas revelou-se também um suporte sólido na compreensão da realidade da subestação.

Um agradecimento ao Eng.º Pires Barbosa pelos esclarecimentos técnicos e pela disponibilidade em contribuir para este trabalho.

BIBLIOGRAFIA

____ - "Fábrica de Gás da Boavista", *Paixão por Lisboa* [Em linha]. [Consult. 20 Set. 2018]. Disponível em https://paixaoporlisboa.blogs.sapo.pt/fabrica-de-gas-da-boavista-45978

____ - "Fundação EDP", *Catálogo das Colecções Patrimoniais* [Em linha]. [Consult. 20 Set. 2018]. Disponível em http://www.colecoesfundacaoedp.edp.pt/Nyron/Library/Catalog/

Barbosa, J. M. P. (2010) - *A Subestação na Central Tejo*. Lisboa: Fundação EDP

Barbosa, P., Cruz, L., Faria, F. (2007) - *A Central Tejo: A fábrica que electrificou Lisboa*. Lisboa: Museu da Electricidade / Bizânzio.

Barbosa, J.M.P. (2013) - *Central da Boavista : 1903-1912 : Produção Termoeléctrica e Distribuição.* Lisboa: Fundação EDP.

Cruz, L.; Barbosa, P.; Faria, F. (2016) - *Central Tejo – Uma biografia (1909 – 1990)*. 1. Lisboa: Fundação EDP.

Dobson, E. (1850) *A Rudimentary Treatise on Foundations and Concrete Works*. London: John Weale.

Hawkins, N. (1897) *New Cathecism of the Steam Engine with Chapters on Gas, Oil and Hot Air Engines.* New York: Theo, Audel & Co., Publishers.

Mathot, R.E. (1905) - *Gas-Engines and Producer-Gas Plants*. New York: The Norman W. Henley Publishing Company.

Matos, A.M.C., Mendes, F., Faria, F., Cruz, L. (2004) - *A electricidade em Portugal: dos primórdios à 2ª Guerra Mundial*. Lisboa: EDP – Museu da Electricidade.

Matos, A.M.C.; Faria, F.; Cruz, L.; Rodrigues, P. (2005) - *As Imagens do gás*. Lisboa: Fundação EDP.

Nota: Todas as fotografias são propriedade da ERA Arqueologia S.A., salvo indicação em contrário na legenda.

#29 PALHA PARA ANIMAIS NUMA CASA DE LISBOA, NO DIA 1 DE NOVEMBRO DE 1755.

JOÃO PEDRO TERESO | INBIO; CIBIO; UNIARQ/UL; MHNCUP/UP
LÍDIA FERNANDES | ML-TR/EGEAC/CML

RESUMO
A campanha arqueológica realizada no Museu de Lisboa – Teatro Romano em 2011 permitiu reconhecer, nos níveis inferiores intervencionados, vestígios arqueobotânicos extremamente bem preservados. Apresenta-se, neste trabalho, o contexto arqueológico em que tais vestígios surgiram dando especial relevância à interpretação funcional do sítio em questão.

O local onde tais vestígios surgiram corresponde ao r/c de uma habitação seiscentista que se localiza por baixo da atual receção do Museu de Lisboa – Teatro Romano. Esta habitação, afetada pelo terramoto de 1755, mas especialmente pelo incêndio que se lhe seguiu, aproveitou na sua construção a antiga parede do *post scaenam* do teatro romano e outras estruturas romanas atribuíveis aos patamares de contenção que, nos inícios do século I d.C. foram construídos na vertente da encosta de forma a possibilitar a edificação do monumento cénico num local de tão grande declive.

Os incêndios que se seguiram ao terramoto de 1 de novembro de 1755 permitiram a preservação de fardos de palha de centeio (*Secale cereale*) que estariam armazenados nesse nível térreo. As características do conjunto arqueobotânico levam-nos a sugerir que essa palha se destinaria à alimentação de animais de pequeno porte que estariam estabulados no local e que só condições excecionais, nomeadamente a proteção originada pelo derrube do edifício, permitiu a sua sobrevivência até aos dias de hoje.

Palavras-Chave: Teatro Romano; habitação; estábulo; século XVIII; cereais.

ABSTRACT

The archaeological campaign that took place at Museum of Lisbon - Roman Theatre, in 2011, unearthed, in lower levels, extremely well-preserved archaeobotanical remains. Here the archaeological context of such remains will be presented, with particular emphasis in the functional interpretation of the site itself.

The place where such remains were recovered was the ground-floor of a 17th century building that is currently below the museum reception. The building was particularly affected by the 1755 earthquake and the fires that followed. It was built taking advantage of the former wall of the Roman Theatre *post scaenium* and other Roman structures, namely supporting terraces that, in the beginning of the 1st century AD were built to assure the construction of this scenic monument in a place with such steep slope.

The fires that followed the November 1st 1755 earthquake allowed the preservation of rye (*Secale cereale*) sheaves – straw - that were stored in that ground-level. The characteristics of the archaeobotanical assemblage suggest the straw was to be used as fodder for small domestic animals that were kept in that place. Furthermore, the assemblage documents the exceptional conditions that led to its preservation, namely the protection created by the building's collapse.

Keywords: Roman Theatre; building; stable; 18th century; cereals.

1| INTRODUÇÃO

A Arqueologia portuguesa sofreu fortes alterações nos últimos 25 anos, que, entre outras coisas, se traduziram num incremento muito grande do número de intervenções em todo o país. Infelizmente, o número de estudos arqueobotânicos não tem aumentado de forma proporcional, o que resulta em perdas significativas de dados com grande potencial informativo.

Na cidade de Lisboa, o cenário é semelhante. Apesar da grande quantidade de intervenções arqueológicas que decorreram na capital, nas duas últimas décadas (Bugalhão, 2017), as análises arqueobotânicas, em especial carpológicas, são ainda raras, prevenindo a obtenção de dados de índole paleoeconómica e paleoambiental que poderiam ter forte impacto científico e valor patrimonial.

A incorporação de estudos carpológicos em intervenções arqueológicas em meios urbanos tem sido profícua em diversas cidades europeias, em meios tão díspares quanto Londres (e.g. Livarda e Orengo, 2015) e Lérida (Alonso, 2005), atestando o valor interpretativo já amplamente reconhecido desta disciplina. Os trabalhos até agora realizados na cidade de Lisboa, ainda que escassos, são também eles demonstrativos deste potencial. Entre estes, salienta-se o estudo carpológico dos níveis islâmicos no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Bugalhão e Queiroz, 2005), não só por ter sido efetivamente alvo de uma publicação especializada, mas também por ainda hoje ser uma referência para a cidade no que concerne à componente vegetal da alimentação humana durante época islâmica. Trata-se igualmente de um sítio importante para a compreensão do consumo de plantas neste período no ocidente peninsular (Peña-Chocarro *et al.*, 2019).

A maioria da informação dos restantes sítios encontra-se por publicar, estando disponível, porém, em relatórios técnicos, destacando-se os vestígios de uma lixeira do século XVI recuperados na Praça do Município (Van Leeuwaarden *et al.*, 1999), o depósito quinhentista do Aljube (Queiroz *et al.*, 2005) e a ampla sequência da Casa dos Bicos, atribuída genericamente à época medieval (Queiroz e Mateus, 2011).

Curiosamente, embora sejam abundantes os vestígios arqueológicos relacionados com o terramoto de 1755, não foram estudados vestígios carpológicos associados a este evento. Esta ausência de dados merece ser relevada, considerando que os eventos destrutivos, em especial envolvendo fogo, são particularmente importantes na preservação, por carbonização, de elementos arqueobotânicos.

Neste contexto, a deteção, durante as intervenções arqueológicas realizadas no âmbito da investigação que teve lugar no Museu de Lisboa – Teatro Romano, foi identificado um amplo conjunto carpológico carbonizado na sequência dos incêndios que proliferaram pela cidade de Lisboa nos momentos e semanas após o terramoto de 1755 e que assumem, pelo seu estudo, particular relevância.

Aqui serão apresentados os resultados das análises carpológicas realizadas, procurando, além da sua caracterização, compreender o seu enquadramento na história do edifício escavado e nos eventos de 1 de novembro de 1755.

2| CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Como foi acima referido, os vestígios em análise dizem respeito aos contextos datáveis do dia 1 de novembro de 1755 detetados na campanha arqueológica realizada no Museu de Lisboa – Teatro Romano durante a intervenção ocorrida em 2011.

A escavação deste local que se situa por baixo da atual receção do museu (Rua de São Mamede nº 3 A) iniciou-se em 2001 por ocasião da inauguração deste equipamento museográfico (então designado por Museu do Teatro Romano) (Fig. 1). Ao longo de doze anos várias campanhas arqueológicas foram realizadas no local assim como no pátio, com o nº 3 B. Estas duas áreas abrangem quase 400 m e demonstraram a existência de uma enorme potência estratigráfica superior a dez metros de altura (Fernandes, 2007, pp. 27-39).

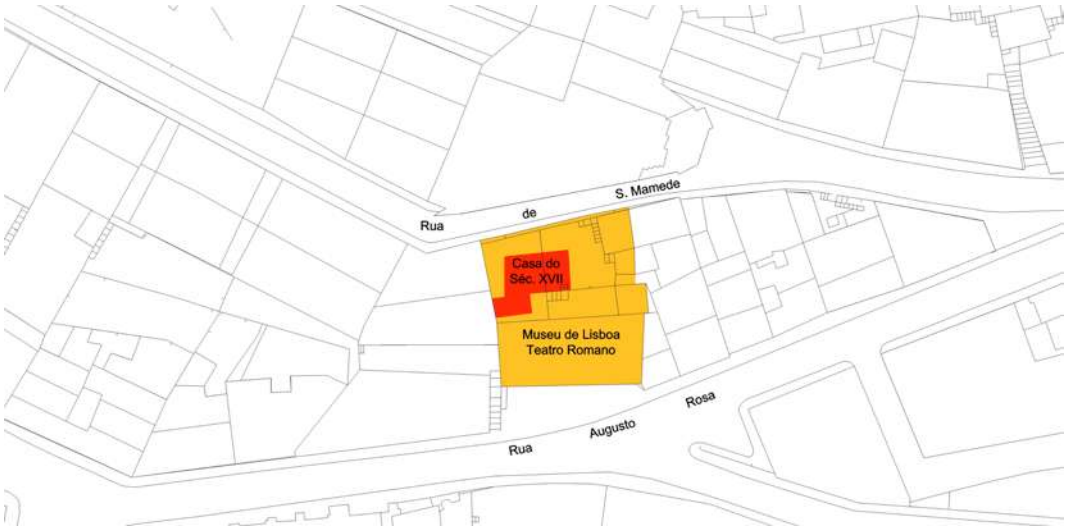


Fig. 1 – Localização do Museu de lisboa – Teatro Romano e, no seu interior, a área ocupada pela habitação do séc. XVII/XVIII. (Desenho de Carlos Loureiro – Museu de Lisboa /EGEAC, CML).

O contexto que ora nos ocupa circunscreveu-se à área subjacente à receção, sendo o espaço delimitado, a norte, pela enorme estrutura do *post scaenam* na qual, aliás, assenta a fachada do próprio museu, edifício atribuível, cronologicamente, aos inícios do séc. XIX.

Aquela estrutura encontra-se preservada, em alguns locais, numa altura superior a nove metros e é constituída por troços que empregam o aparelho esquadriado disposto em fiadas face/testa, e por troços maiores que utilizam integralmente o *opus caementicum* (Fernandes, 2013, p. 765-773; *idem*, 2017, p. 1265-1278). Esta estrutura funcionou, durante o séc. XVII e primeira metade do séc. XVIII, como parede de uma habitação. A superfície desta estrutura - correspondente à face sul do *post scaenam* - encontra-se quase integralmente recoberta por rebocos brancos, observando-se igualmente a existência de um pequeno nicho, ao nível do primeiro piso, escavado no próprio muro, interpretado como correspondendo a um pequeno armário onde seria pendurada louça, encontrando-se preservados múltiplos pregos que denunciam aquela função e mantendo os negativos das portadas de madeira que originalmente teria.

O interior desta habitação – como se comprovou ao longo das várias campanhas realizadas no local - encontrava-se quase integralmente preenchido por entulhos atribuíveis à fase de reconstrução desta parte da cidade, a qual se implementou somente a partir dos finais do séc. XVIII, momento, aliás, em que se deu o achado do próprio teatro romano, concretamente em abril de 1798.

As estruturas seiscentistas que ora nos ocupam, e cujos vestígios, em termos de utilização se enquadram nos meados da seguinte centúria, referem-se ao interior de uma das divisões internas daquela estrutura habitacional, tendo-se preservado o r/c, com o respetivo pavimento, assim como uma porta e duas pequenas janelas que davam para o antigo "Beco do Aljube por Detrás do Celeiro da Mitra" (Fig. 2). Por esta pequena artéria, situada na parte sul da área intervencionada (subjacente à receção do museu), tinha-se acesso a uma escada exterior que permitia uma ligação direta ao piso habitacional situado a um nível superior (Fig. 3). Deste modo, o acesso ao r/c era feito por uma porta independente do resto do edifício, o que significa que poderia não existiria comunicação entre este piso inferior e o destinado à função habitacional (Fig. 3) (Fernandes, 2015, pp. 54-56).

Fig. 2 – Perspetiva do interior da habitação do séc. XVII/XVIII, área cuja escavação finalizou em 2011. (Composição da imagem Marco Calado).

Fig. 3 – Vista superior da zona correspondente ao pequeno beco que detinha a designação de "Beco do Aljube por Detrás do Celeiro da Mitra" e por onde se tinha acesso ao primeiro piso da habitação através dos dois lanços de escada que se observam no lado esquerdo da imagem. (Fotografia Lídia Fernandes).

O topónimo "Beco do Aljube por Detrás do Celeiro da Mitra" é-nos desvendado pela informação contida no *Tombo da Cidade de Lisboa em 1755 …*, documento fundamental para a compreensão do urbanismo nas vésperas do terramoto de 1755. É precisamente devido às descrições aí contidas que ficamos a saber que o edifício principal onde hoje se instala o Museu de Lisboa – Teatro Romano (edifício sul com fachada para a Rua Augusto Rosa) terá sido um antigo "Celeiro da Mitra", em funções durante o séc. XVII, ou talvez um pouco anterior, e a primeira metade do séc. XVIII (Fernandes, Almeida, 2012, p. 111-122).

É igualmente pelo *Tombo da Cidade de Lisboa de 1755…* que sabemos que os terrenos onde se encontrava a habitação agora identificada seriam pertença do Conde de Valadares ainda que não tenha sido neste local o sitio da sua morada. Trata-se, na verdade, de terrenos e, neste caso, de edifícios, que se encontrariam arrendados (*idem ibidem*).

Esta habitação prolongava-se para poente. Com efeito, vestígios de um vão de porta ainda se encontram preservados na parede oeste que, com uma orientação

sensivelmente norte/sul, delimita o espaço. O compartimento que se desenvolveria para esta área não foi intervencionado arqueologicamente uma vez que aí se implantou o alicerce da parede oeste do museu e a pequena área restante se destinou à colocação dos grandes silhares romanos que foram sendo recuperados ao longo da escavação.

Os entulhos reconhecidos na parte inferior do r/c desta habitação são atribuíveis ao momento do cataclismo e os estratos imediatamente sobrepostos indicam que foram resultado do incêndio subsequente (Fig. 4).

Fig. 4 – Vista superior da área onde surgiram os vestígios arqueobotânicos em análise. Fase de escavação em que se procedia à remoção da argamassa que se encontrava sobreposta ao cereal. (Fotografia Lídia Fernandes).

Na parte poente deste compartimento os entulhos detetados e a forma da sua deposição indicam, ao invés, que os mesmos correspondem não ao momento do cataclismo, mas antes a um momento algo posterior já que denotam intencionalidade na forma como se encontravam depositados. Com efeito, o preenchimento com entulhos não foi totalmente casuístico e aleatório e, possivelmente, num primeiro momento, houve uma clara intencionalidade na escolha dos materiais, na criação de áreas específicas delimitadas por elementos de maior dimensão, talvez com o objetivo de obter espaços compartimentados para alguma função específica que hoje nos escapa. Esta situação ocorreu na zona sudoeste do r/c, em frente à porta que aí se localiza e que permite o acesso ao antigo "Beco do Aljube por Detrás do Celeiro da Mitra". A restante área teve um tratamento distinto, tendo sido abandonada precisamente da mesma forma como havia ficado após o incêndio (Fernandes, 2016).

Na área nascente do r/c – junto à parede nascente que delimita a habitação - foi detetado um enorme monturo de argamassas, que recobria uma área extensa e que se sobrepunha a níveis que, inicialmente nos pareceram ser de madeira carbonizada (Fig. 4). Com a limpeza do local verificou-se a existência de vestígios de madeira no limite nascente e, na área subjacente às argamassas, tendo-se presenciado um estrato homogéneo pelo que então nos pareceu ser palha, ainda com espigas bastante bem preservadas. A metodologia adotada foi a de isolar toda a extensão do local que possuía este material orgânico, removendo-se toda a argamassa a qual, como se veio a constatar tinha como que "selado" o cereal o qual se encontrava totalmente intacto.

De mencionar que as argamassas possuíam no seu interior inúmeras peças cerâmicas que ficaram como que "aprisionadas". Foi necessário proceder a um desbaste das argamassas de forma a removê-las, na íntegra, libertando as peças desta camada. O estrato subjacente, como já mencionado, era inteiramente composto pelo cereal (Fig. 5) o qual se veio a verificar se encontrava depositado não de forma aleatória, mas antes de modo cuidado e ordenado disposto em fiadas sobrepostas, sendo que a fiada inferior se dispunha em sentido perpendicular ao que se sobrepunha.

O cereal encontrava-se organizado em "medouchos" ou "mornais", isto é, pequenos feixes atados a meio (Fig. 6). Geralmente, e como ocorre neste caso, os nós que atam tais "medouchos" são, também eles, compostos por um conjunto de caules de cereal enroladas à volta do feixe, finalizando em nó para manter o conjunto unido (Fig. 7). Geralmente estes medouchos são colocados lado a lado, como aqui acontecia, ou colocados ao alto, quando o cereal ainda se encontra no campo e é recolhido, dispondo-o em cone e sendo posteriormente coberto de modo a ficar protegido da chuva (Fernandes, 2016).

Fig. 5 – Perspetiva de poente para nascente observando-se a área onde surgiu o cereal já depois de removidas as argamassas que o recobriam. (Fotografia Lídia Fernandes).

Fig. 6 – Pormenor do cereal *in situ*, observando-se vários feixes de cereal entrecruzados. (Fotografia Lídia Fernandes).

Fig. 7 – Pormenor de um dos nós feitos com um pequeno feixe de cereal. (Fotografia Lídia Fernandes).

Tais vestígios encontravam-se assentes diretamente no afloramento rochoso, composto por margas do miocénico, como viemos a observar aquando da finalização da escavação destes vestígios. A área a poente apresentava um pavimento em seixo rolado. Este facto significa que existiam duas áreas distintas ao nível do r/c o que veio igualmente a ser confirmado pela análise dos paramentos parietais. As paredes, com um acabamento em reboco muito grosseiro, conservavam grandes áreas com estuque branco tendo-se observado, na parede sudeste, negativos de uma escada em madeira a qual terá permitido o acesso a um piso intermédio, uma espécie de mezanino que abrangeria a área onde se localizavam os vestígios botânicos. Esta interpretação é reforçada pelo facto de na parede nascente – onde o mezanino encostava – existirem concavidades destinadas à colocação de barrotes que suportariam as traves deste pavimento intermédio. A reconstituição elaborada por Carlos Loureiro (Museu de Lisboa) que aqui apresentamos e a quem agradecemos (Fig. 8) ilustra bem como poderá ter sido originalmente este espaço assim como a sua organização interna e as respetivas áreas de circulação.

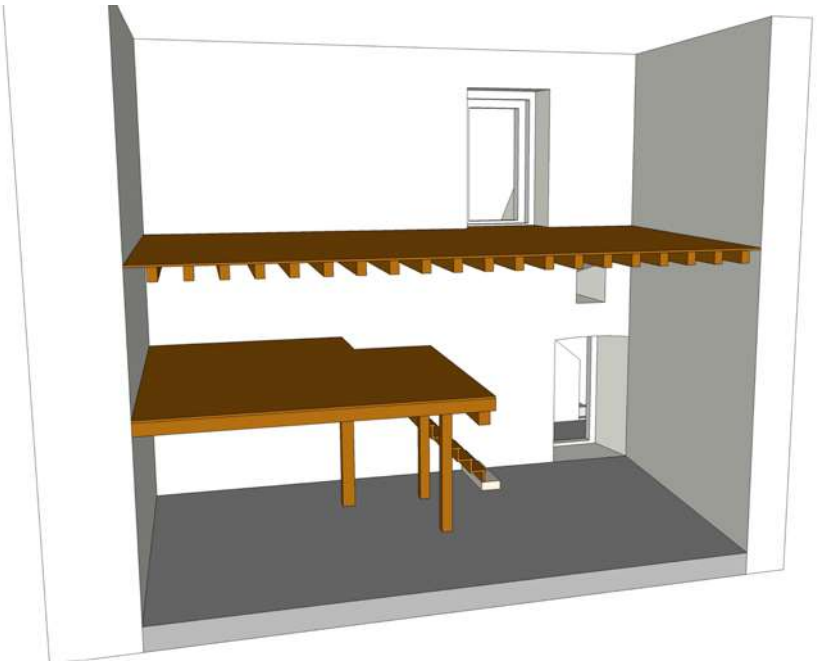


Fig. 8 – Reconstituição do r/c da habitação do séc. XVII/XVIII com o piso do nível habitacional (em cima) e um piso intermédio (mezanino) na parte nascente do compartimento. Foi na zona subjacente a este piso que surgiram os vestígios arqueobotânicos. (Reconstituição de Carlos Loureiro – Museu de Lisboa).

A função do piso inferior da habitação seiscentista, poderá ser relacionada, eventualmente, com um pequeno estábulo, destinado a animais de pequeno porte, talvez gado ovino e caprino, ao qual se poderiam destinar os fardos de palha aqui identificados.

Não obstante esta interpretação, podemos afirmar que a função deste compartimento teria igualmente outras valências. O facto de terem sido encontrados aros feitos em liga metálica de cobre, provavelmente destinados a toneis, confirma que este espaço também se destinava ao armazenamento de vinho. Foram igualmente exumados arreios e múltiplas fivelas em metal, algumas decoradas, as quais provavelmente serviriam para prender correias de couro, ainda que outras possam ter pertencido a ornamento de vestuário. O mesmo acontece com outros pequenos objetos metálicos os quais, no entanto, pensamos poderem ter aqui surgido pelo facto de terem caído dos andares superiores. A matéria pesada em que são feitos e o facto de serem de pequenas dimensões justificará o seu aparecimento nos níveis inferiores da habitação.

Foram recolhidas várias peças de faiança, onde se destacam pratos, na maioria de produção lisboeta, sendo, no entanto, a cerâmica comum que prevalece especialmente com pequenos jarros e potes. De sublinhar o facto de, nos fragmentos de faiança, o respetivo vidrado se encontrar totalmente alterado, tendo adquirido uma cor negra devido às alterações provocadas pelas altas temperaturas que o incêndio produziu.

3| MÉTODOS DO ESTUDO ARQUEOBOTÂNICO

A recolha e transporte do material vegetal no campo foram dificultados pela sua grande dimensão, aliada ao caráter quebradiço inerente a qualquer material vegetal carbonizado. Assim sendo, não foi possível manter a integridade dos fardos/feixes tal como foram encontrados durante a escavação. Antes sim, foram recolhidos conjuntos de plantas que não são fardos reais, mas sim conjuntos casuais determinados pelas condicionantes de escavação.

Algum deste material foi incorporado no espaço expositivo do Museu de Lisboa – Teatro Romano, o restante foi enviado para o laboratório do MHNCUP (Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto), onde foram analisados, ao abrigo de uma parceria com o CIBIO (Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, Universidade do Porto).

Foram observados em laboratório cerca de 0,15 m^3 (c. 150 l) de material vegetal carbonizado, de um total estimado de c. 3 m^3 (c. 3000 l) que havia sido encontrado em escavação. Em laboratório, o material vegetal foi acomodado em caixas plásticas, envolvido em espuma de polietileno, potenciando assim a sua preservação, mas também facilitando o seu manuseamento futuro.

Dado o caráter quebradiço do material vegetal carbonizado, em especial dos elementos menos densos, como os caules, reduziu-se ao mínimo o manuseamento em laboratório. Assim, o material analisado em maior detalhe corresponde principalmente a elementos que se encontravam soltos, assim como aqueles que se encontravam visíveis no exterior dos conjuntos de plantas analisados. Algum material foi extraído dos conjuntos de forma a observar caracteres potencialmente informativos.

Foi utilizada uma lupa binocular com braço extensível – Euromex com até 45 aumentos - para observação dos conjuntos de maiores dimensões. O material extraído dos conjuntos foi também observado à lupa binocular – Nikon SMZ800, com até 126 aumentos.

O diagnóstico taxonómico realizou-se por comparação com material atual, patente nas coleções de referência do CIBIO e MHNCUP e com recurso a obras da especialidade (e.g. Jacomet, 2006).

Considerando os métodos laboratoriais utilizados, não é possível estabelecer uma estratégia que permita uma correta quantificação do macrorrestos vegetais recolhidos.

4| RESULTADOS

O material analisado era composto pelos seguintes elementos:

- **Inflorescências em espigas** (espiga de espiguetas, *sensu* Aguiar, 2018, p. 103), de centeio (*Secale cereale*), com 8 cm a 10 cm de comprimento, com uma espigueta em cada nó de ráquis. Surgem inteiras, frequentemente achatadas (Fig. 9). Calo (conjunto de pilosidades na base da espigueta) muito visível. Cicatriz de desarticulação das espiguetas da ráquis de pequena dimensão. Lemas pontiagudas, pectinado-ciliadas, com quilha e arista. As espigas surgem frequentemente sem qualquer grão. Quando apresentam grãos, estes podem oscilar entre 1 e 10 por espiga, sendo comuns as espiguetas sem grão.

Fig. 9 – Inflorescências (espigas) de centeio: exemplo de espiga não esmagada (à esquerda) e espiga esmagada (ao centro). Pormenores de calo (pilosidades da ráquis) (direita, em cima) e de lema (direita, em baixo).

- **Grãos** sem glumelas aderentes (i.e., grãos nus), de centeio (*Secale cereale*), estreitos e alongados, com extremidade proximal muito apontada e extremidade distal truncada (grãos barquiformes), com o escutelo muito longo e sulco ventral profundo (Fig. 10). Alguns dos grãos encontram-se deformados, nomeadamente ligeiramente dobrados sobre o comprimento. Não foi efetuado qualquer estudo biométrico, mas uma primeira análise permitiu detetar grãos com comprimentos entre 4mm e 7mm, e larguras entre 1,5mm e 2,5mm. Neste sentido, é comum

grãos apresentarem um índice de alongamento (comprimento/largura) elevado, indicando que são estreitos, mas considerando o processo de formação do conjunto é preciso encarar este dado com cautelas.

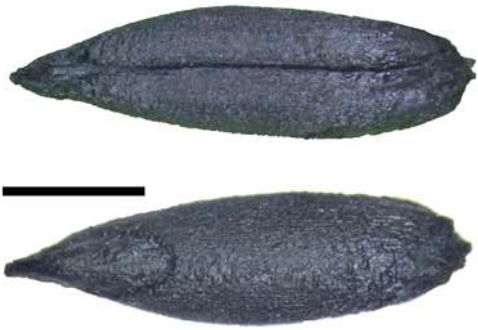


Fig. 10 – Grão de centeio em vista ventral (à esquerda) e dorsal (à direita). Escala: 1 mm

- **Nós**, compostos por caules de gramíneas enrolados (Fig. 7). Encontram-se esmagados. Foram recuperados 8.

- **Caules de gramíneas** com até 80 cm de comprimento. Encontram-se fragmentados, pelo que não é possível calcular o seu comprimento total. Os caules estão esmagados pelo que não é possível reconstituir a sua largura e perímetro reais, ainda que seja possível obter um valor aproximado, medindo os caules achatados. Num mesmo conjunto, podemos ter caules com perímetros entre os 2 mm e os 10 mm, o que, considerando as oscilações da base à espiga, numa mesma planta, parecem ser valores normais. Além de esmagados, os caules surgem frequentemente com um aspeto ondulado (Fig. 11). Ainda que a proporção entre espigas-grãos-caules seja impossível de quantificar sem provocar dano no material, é evidente o predomínio dos caules no conjunto arqueobotânico estudado.

5| CONDIÇÕES DE PRESERVAÇÃO

É evidente pela descrição feita acima, que o material vegetal se encontrava em muito bom estado de preservação, conservando-se elementos morfológicos pouco usuais em conjuntos carpológicos, tais como os calos (pilosidades das ráquis) e as pilosidades das extremidades distais das cariopses (grãos) e as espiguetas com aristas completamente intactas (i.e. com o comprimento total das aristas). Com frequência, partes dos caules e espigas não se encontram carbonizados, apresentando uma cor acastanhada. A combustão é um processo que decorre em quatro fases principais: a desidratação,

torrefação, carbonização (formação de carvões) e oxidação (transformação em cinza) (Chabal, *et al.*, 1999; Allué, 2002; Badal *et al.*, 2003). Como tal, a combustão de parte do material estudado, em especial abundantes caules, terá sido interrompida durante a torrefação, não se chegando a carbonizar.

A carbonização implica uma degradação química da celulose e da lignina, tornando as estruturas vegetais quase inertes e muito quebradiças. Como tal, a pressão mecânica é o principal fator de degradação do material vegetal carbonizado, em especial nas estruturas vegetais que, à partida, são menos densas. Estas estruturas menos densas são também mais propícias a desaparecer com a ação direta do fogo. Assim, a madeira de dicotiledóneas, como os carvalhos, freixos, etc., ou de gimnospérmicas como os pinheiros, sobrevive mais facilmente ao fogo do que os caules de monocotiledóneas como as gramíneas silvestres ou cultivadas (i.e., os cereais). De igual modo, é mais provável sobreviverem grãos de cereais do que os caules destes, mesmo em contextos onde os últimos podiam ser predominantes.

Considerando o que foi exposto em cima, é pouco provável que os caules de cereais fossem tão abundantes e, acima de tudo, se encontrassem no estado de preservação aqui descrito, se tivessem efetivamente tido contacto direto com o fogo. Consideramos, por isso, que o incêndio que contribuiu para a destruição da habitação terá sido a fonte de calor que conduziu à carbonização do material estudado, mas que esta não terá tido contacto direto com os cereais. Aquando do fogo, os cereais estariam já cobertos pelo derrube da estrutura. Esta hipótese explica igualmente porque é que caules, espigas e nós dos fardos se apresentam esmagados e com perfis ondulados. Se o material vegetal se encontrasse carbonizado quando o edifício colapsou, teria ficado bastante fragmentado. Caules e espigas carbonizadas não dobram e não se esmagam, bem pelo contrário, quebram facilmente.

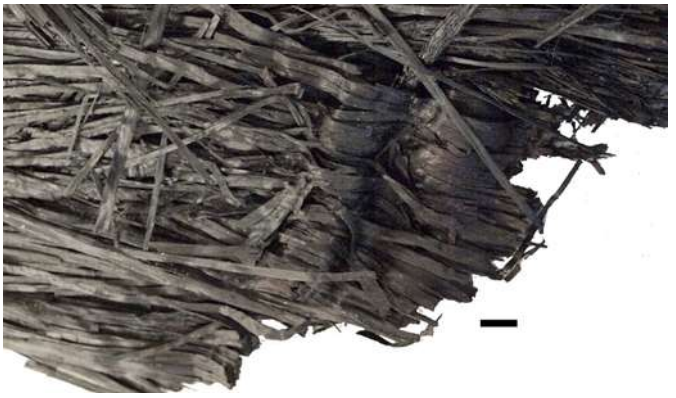


Fig. 11 – Caules achatados e ondulados. Escala: 1 cm.

6| INTERPRETANDO O CONJUNTO BOTÂNICO

Como foi referido, o conjunto arqueobotânico analisado é composto essencialmente por caules de cereal e espigas, assim como por grãos, ainda que estes não sejam muito abundantes, considerando a grande quantidade de espigas recuperadas. O material que foi possível identificar ao nível da espécie – todos os grãos e espigas observados – eram de um só cereal, centeio.

Explicar a presença destes vestígios no nível térreo de uma habitação lisboeta em 1755 pressupõe esclarecer porque estariam aí a ser guardadas plantas inteiras (palha), sendo evidente que estas – e não os grãos - estão no cerne da interpretação deste conjunto. A disposição das plantas atadas em fardos com orientação alternada, pressupõe uma intenção de armazenagem, não se tratando de um derrube.

Porém, é necessário avaliar qual o impacto das metodologias empregues, tanto no campo como no laboratório, nos resultados obtidos e se a opção por uma abordagem pouco intrusiva, visando principalmente a integridade destes elementos patrimoniais, poderá ter produzido algum enviesamento dos resultados.

Como foi referido, os conjuntos analisados não correspondem a fardos intactos, pelo que os seus elementos exteriores estariam, na verdade, no interior de antigos fardos. Assim, não há motivo para considerar que o método de recolha terá privilegiado ou excluído algum tipo de material vegetal, em especial no que respeita aos caules ou espigas. O mesmo poderá não acontecer com os grãos.

O centeio é um cereal de grão nu, pelo que os grãos, quando maduros, caem facilmente das espiguetas, o que pode acontecer de forma intencional, processando os cereais após a colheita, ou sem intenção, durante o transporte ou no espaço onde as espigas estão armazenadas, caso sejam muito manipuladas. É difícil avaliar como o impacto do colapso da estrutura sobre os cereais poderia ter contribuído para a libertação do grão, mas se isso acontecesse de forma massiva daria origem a uma forte acumulação de grãos no espaço da escavação, não verificada. É claro também que a libertação do grão não ocorreu após a carbonização pois as espigas e espiguetas encontram-se bem preservadas e com um aspeto compacto (i.e., fechado), que demonstra de forma evidente que não continham grão aquando da carbonização.

Como tal, colocam-se dois cenários interpretativos:

1) as plantas foram colhidas precocemente no campo agrícola, coexistindo indivíduos com e sem grão. Como tal, a planta não teria sido alvo de um processamento

prévio para libertação e recuperação do grão. O bom estado dos caules demonstra que não foi usado trilho, sendo pouco provável que tenha sido batido com malho.

2) as plantas foram colhidas maduras no campo agrícola e foram processadas de forma a libertar o grão e manter a integridade da planta (por exemplo, batendo as espigas no chão), com vista ao uso desta para outros fins. Neste cenário, só a planta e alguns grãos que se mantiveram nas espiguetas foram transportados para o local onde foram identificados em escavação.

Embora várias espigas contenham grãos, frequentemente, nem todas as espiguetas de uma espiga têm grão, o que poderia suportar a segunda hipótese. O facto de as espigas estarem frequentemente esmagadas condiciona a observação das características deste material carpológico, mas a verdade é que são muito frequentes as espigas que apresentam espiguetas fechadas, conferindo às inflorescências um aspeto pouco volumoso, o que poderia explicar-se por nunca terem chegado a ter grão, o que nos levaria a considerar a primeira hipótese como aquela que melhor explica o conjunto identificado.

Ainda que esta questão não esteja clara, qualquer uma destas interpretações pressupõe que o objetivo seria armazenar palha com pouco grão, independentemente das práticas agrícolas e do processamento prévio à armazenagem.

A palha é uma matéria-prima que pode ser utilizada para múltiplos fins, tais como combustível, cama de gado, forragem, cobertura de habitações e até para fabrico de adobe. Porém, só alguns destes usos pressupõem o uso da planta quase intacta, tal como foi registada neste sítio arqueológico. Seria expectável que para usos que implicassem a fragmentação da palha se utilizassem resíduos derivados das fases de processamento para obtenção de grão. Embora não possamos excluir a hipótese de a palha encontrada ainda aguardar outros processamentos, a verdade é que essas etapas de trabalho produzem elevada quantidade de detritos, ocorrendo usualmente na proximidade dos campos agrícolas. Por outro lado, o uso de palha como combustível, embora seja uma possibilidade, dificilmente justificaria a armazenagem da quantidade identificada em escavação. A palha, material de ignição fácil, consome-se rapidamente com as chamas, pelo que o seu uso como combustível deverá ocorrer de forma oportunista.

Como tal, o uso como cobertura, forragem ou cama de animais são as melhores hipóteses interpretativas da presença de fardos de palha – plantas inteiras, com algum grão – no contexto analisado. No que respeita à primeira hipótese, a pre-

sença de grãos seria uma grande desvantagem. Estes iriam atrair aves que, para consumir os grãos, degradariam a cobertura em questão. O uso desta palha como cobertura implicaria, por isso, algum tipo de processamento para extrair o grão.

A presença de algum grão não seria uma desvantagem, bem pelo contrário, no uso desta palha como alimento de animais (Tereso *et al.* 2013). Outros vestígios arqueológicos recuperados neste contexto parecem suportar a hipótese de que naquele piso térreo teriam estado estabulados animais de pequeno porte. A palha poderia estar a ser guardada para ser usada como forragem. A possibilidade de ter sido armazenada para futuro uso como cama de gado não pode ser excluída. Notamos, porém, que apesar das condições de preservação excecionais verificadas, não foi detetado qualquer espaço, delimitado ou não, com concentrações de material vegetal da cama de gado em uso aquando do evento catastrófico, isto é, palha pisada e disposta de forma desordenada e não em fardos.

7| CENTEIO NA CIDADE DE LISBOA EM 1755

Não é possível compreender de onde poderia vir o centeio armazenado neste contexto da cidade de Lisboa em pleno século XVIII, mas a sua presença e consumo não são surpreendentes face ao que se conhece da história deste cultivo.

O cultivo do centeio na Península Ibérica data, pelo menos, da Época Romana. Os mais antigos vestígios carpológicos ibéricos até hoje identificados foram recolhidos no interior de fossas de armazenagem de meados do século I a.C. no Crastoeiro (Mondim de Basto) e a sua cronologia foi comprovada por datação AMS sobre grãos (Seabra, 2015; Seabra *et al.*, 2018). A sua presença em sítios romanos é ocasional, parecendo, com os poucos dados hoje existentes, que só na Antiguidade Tardia começa a assumir alguma relevância nos sistemas agrícolas. A partir da Idade Média parece ter-se tornado um cultivo extremamente importante em Portugal, em especial no centro e norte interior do país (Marques, 1978; Gonçalves, 2012). Em época moderna, surge atestado arqueologicamente, sob a forma de pólen no Poço dos Paços do Concelho de Torres Vedras (Queiroz *et al.*, 2002) e no convento de Santa Clara a Velha (Coimbra) (Queiroz *et al.*, 2006).

Nesta sequência, não é surpreendente a presença de centeio na cidade de Lisboa em meados do século XVIII, integrando o grande leque de produtos com os quais, através de complexos circuitos comerciais, o abastecimento da cidade era garantido.

8| CONCLUSÃO

Os dados arqueológicos e arqueobotânicos obtidos na escavação de níveis setecentistas de uma casa identificada na intervenção arqueológica que teve lugar no Museu de Lisboa – Teatro Romano permitiram vislumbrar um episódio concreto da história desta cidade.

Na sequência do terramoto de 1 de novembro de1755 a referida habitação de 3 ou 4 pisos terá colapsado, sendo depois atingida pelos violentos incêndios que assolaram Lisboa. No nível térreo, num espaço usado como arrumos, estavam guardados abundantes fardos de palha de centeio, presumivelmente destinados à alimentação de animais que estariam estabulados nesse mesmo local. O derrube do edifício cobriu esses fardos protegendo-os dos incêndios. Como tal, estes carbonizaram-se sem contacto direto com fogo, como surge atestado pelas evidentes marcas de esmagamento e pela curvatura de muitos caules, só possível se a pressão exercida sobre os mesmos se tivesse verificado antes da carbonização.

Este edifício nunca viria a ser reconstruído após o terramoto, permitindo a salvaguarda destes vestígios botânicos, até às intervenções arqueológicas realizadas em 2010 e 2011. O nível de preservação da palha, espigas e grãos recuperados é verdadeiramente excecional e só foi possível dadas as condições, também elas excecionais, que levaram à sua carbonização e à manutenção da integridade do contexto até aos nossos dias. Dado o seu valor científico e patrimonial, assim como o seu potencial de reconstituição imagética de aspetos ligados ao quotidiano da cidade de Lisboa, devemos incentivar a realização deste tipo de estudos e a sua incorporação nas estratégias de escavação e salvaguarda.

AGRADECIMENTOS

Contribuição dos autores. JPT: realização do trabalho laboratorial de arqueobotânica, interpretação, redação de texto. LF: coordenação dos trabalhos arqueológicos, interpretação, redação de texto.

João Pedro Tereso foi financiado pela Fundação da Ciência e Tecnologia, através de Bolsas de Investigação no âmbito do POCH - Programa Operacional Capital Humano, comparticipado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MCTES (SFRH/BPD/88250/2012).

BIBLIOGRAFIA

____*Cópia do Tombo da Cidade de Lisboa em 1755, que está no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, feita sobre uma copia do mesmo tombo, da letra de José Valentim de Freitas; que está na Associação dos Arqueólogos, por João Marques da Silva, em Junho de 1894*. Museu de Lisboa (Texto Policopiado).

____*Planta da Baixa de Lisboa antes do terramoto, na zona das actuais freguesias da Sé, S. Tiago, S. Miguel, Castelo e S. Cristóvão e S. Lourenço* [Material Cartográfico]. Desenho a tinta-da-china sobre tela. Museu da Cidade. Nº Inv.: MC.DES.4295

Aguiar, C. (2018) - *Manual de Botânica.* Vol. 1 *Estrutura e reprodução*. Instituto Politécnico de Bragança, Centro de Investigação de Montanha.

Allué, E. (2002) - *Dinámica de la vegetación y explotación del combustible leñoso durante el Pleistoceno Superior y el Holoceno del Noreste de la Península Ibérica a partir del análisis antracológico*. Dissertação de doutoramento em Pré-história. Universitat Rovira i Virgil.

Alonso, N. (2005) - Agriculture and food from the Roman to the Islamic Period in the North-East of the Iberian peninsula: archaeobotanical studies in the city of Lleida (Catalonia, Spain). *Vegetation History and Archaeobotany* [Em linha]. Berlim. 14:4, pp. 341-361 [Consult. 21 Jul. 2005]. Disponível em https://link.springer.com/

Badal, E.; Carrión, Y.; Rivera, D.; Uzquiano, P. (2003) - La Arqueobotânica en cuevas y abrigos: objectivos y métodos de muestreo. In Buxó, R.; Piqué, R., eds. - *La recogida de muestras en arqueobotánica: objectivos y propuestas metodológicas. La gestión de los recursos vegetales y la transformación del paleopaisaje en el Mediterráneo occidental*. Barcelona: Museo d'Arqueologia de Catalunya, pp. 19-29.

Bugalhão, J. (2017) - Arqueologia urbana em Lisboa da intervenção preventiva à divulgação pública. In Coelho, I.; Torres, J.; Gil, L.; Ramos, T., eds. - *Entre ciência e cultura: da interdisciplinaridade à transversalidade da arqueologia, VIII Jornadas de Jovens em Investigação Arqueológica, Lisboa, 21-24 de Outubro de 2015*. Lisboa: CHAM, IEM: pp. 467-474.

Bugalhão, J.; Queiroz, P. (2005) - Testemunhos do consumo de frutos no período islâmico em Lisboa. In Gómez Martínez, S. ed. - *Al-Andalus Espaço de Mudança. Balanço de 25 anos de História e Arqueologia Medievais: homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen. Seminário internacional. Mértola, 16-18 de Maio de 2005.* Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 152-170.

Chabal, L.; Fabre, L.; Terral, J.-F.; Théry-parisot, I. (1999) - L'anthracologie. In Bourquin-Mignot C., Brochier J.-E., Chabal L., Crozat S., Fabre L., Guibal F., Marinval P., Richard H., Terral J.-F., Théry-Parisot I., eds. - *La botanique*. Paris: Editions Errance, pp. 43-104.

Fernandes, L. (2007) - Teatro romano de Lisboa – os caminhos da descoberta e os percursos da investigação arqueológica, *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 15, pp. 27–39.

Fernandes, L. (2013) - Teatro romano de *Olisipo*: a marca do novo poder romano. In Arnaud, J; Martins, A.; Neves, C. eds. - *Arqueologia em Portugal. 150 anos. Lisboa, 21-24 Novembro de 2013*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 765-773.

Fernandes; L. (2015) - Habitar em Lisboa nos séculos XV e XVI: modos de vida e de construir. O exemplo dos vestígios habitacionais na área de intervenção arqueológica do teatro romano. Catálogo da Exposição *Lisboa 1415 Ceuta. História de Duas Cidades*. Ceuta, pp. 54-56.

Fernandes, L. (2017) - Aspetos construtivos do teatro romano de Lisboa: matérias primas e técnicas edificativas. In Arnaud, J; Martins, A. eds. - *Arqueologia em Portugal – 2017 Estado da Questão.* Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1265-1278.

Fernandes, L. (2016) - Sinais de um quotidiano que o terramoto de 1755 interrompeu: os vestígios detectados no Museu de Lisboa – Teatro Romano. Colóquio Terramoto em Lisboa – Arqueologia e História. 68, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp.89-102.Fernandes, L.; Almeida, R. (2012) - Um Celeiro da Mitra no Teatro Romano de Lisboa: inércias e mutações de um espaço do séc. XVI à actualidade. *Congresso Internacional de Arqueologia Moderna*. *Lisboa, 6-9 Abril.* Lisboa: FCSH da Universidade Nova de Lisboa, pp. 111-122.

Gonçalves, I. (2012) - *Por terras de Entre-Douro-e-Minho com as inquirições de D. Afonso III*. Porto: CITCEM/Edições Afrontamento.

Jacomet, S. (2006) - *Identification of cereal remains from archaeological sites* [Em linha]. Archaeobotany Lab, IPAS, Basel University. [Consult. 1 Jun. 2006]. Disponível em https://duw.unibas.ch/fileadmin/user_upload/duw/IPNA/PDF_s/PDF_s_in_use/Cereal_Id_Manual_engl.pdf

Livarda, A.; Orengo, H. A. (2015) - Reconstructing the Roman London flavourscape: new insights into the exotic food plant trade using network and spatial analyses. *Journal of Archaeological Science* [Em linha]. Amesterdão. 55, pp. 244-252. [Consult. 28 Jan. 2015]. Disponível em http://www.sciencedirect.com

Marques, A. H. d. O. (1978) - *Introdução à Hist*ória da Agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média (3ª edição). Lisboa: Edições Cosmos.

Peña-Chocarro, L.; Pérez- Jordà, G.; Alonso, N.; Antolín, F.; Teira-Brión, A.; Tereso, J.P.; Montes Moya, E.M.; López Reyes, D. (2019). Roman and medieval crops in the Iberian Peninsula: A first overview of seeds and fruits from archaeological sites. Quaternary International 499, Part A, pp. 49-66.

Queiroz, P.F.; Mateus, J.; Pereira, T. (2005) – *Estudo Arqueobotânico preliminar de um depósito de entulho quinhentista do edifício do Aljube* (Trabalhos do CIPA 93). Lisboa: CIPA – IPA.

Queiroz, P.F.; Mateus, J.; Pereira, T.; Mendes, P. (2006) – *Santa Clara-a-Velha. O Quotidiano para além da Ruína. Primeiros Resultados da Investigação Paleoecológica e Arqueobotânica* (Trabalhos do CIPA 97). Lisboa: CIPA – IPA.

Queiroz, P.F.; Mateus, J. (2011) – *Estudo paleoecológico do depósito orgânico medieval conservado na estratigrafia arqueológica da Casa dos Bicos, Lisboa* (Terra Scenica – Território Antigo relatórios 25). [S.I.]: Terra Scenica – Território Antigo.

Queiroz, P.F.; Mateus, J.; Mendes, P.; Van Leeuwaarden, W. (2002) - *Estudos de Arqueobotânica no Poço dos Paços do Concelho (Torres Vedras)* (Trabalhos do CIPA 38). Lisboa: CIPA – IPA.

Seabra, L. (2015) - *Estudo Paleoetnobotânico do Povoado da Idade do Ferro do Crastoeiro (Noroeste de Portugal).* Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais.

Seabra, L.; Tereso, J.; Bettencourt, A.; Dinis, A. (2018). Crop diversity and storage structures in the settlement of Crastoeiro (Northwest Iberia): new approaches. Trabajos de Prehistoria. 75, pp. 361-378.Tereso, J. P., Ramil-Rego, P., Carvalho, T. P., Almeida-da-Silva, R., Vaz, F. C. (2013) - Crops and fodder: evidence for storage and processing activities in a functional area at the Roman settlement of Monte Mozinho (northern Portugal). *Vegetation History and Archaeobotany* [Em linha]. Berlim. 22, pp. 479–492 [Consult. 30 Mai. 2013]. Disponível em https://link.springer.com/

Van Leeuwaarden, W.; Queiroz, P.F; Mateus, J.E; Pimenta, C.M.; Ruas, J.P. (1999) – *Estudo Paleoetnobotânico e Paleoecológico dos depósitos argilo-turfosos da Estação Arqueológica da Praça do Município (sob antiga Patriarcal)* (Trabalhos do CIPA 2). Lisboa: CIPA – IPA.

#30 RUA DOS BACALHOEIROS, 32: ESTUDO DE FAUNAS DE ÉPOCA MEDIEVAL/MODERNA.

FÁBIO COSTA | FLUL/UL
CLEIA DETRY | FCT; UNIARQ/FLUL/UL
ANTÓNIO MARQUES | CAL/DPC/DMC/CML
LÍDIA FERNANDES | ML-TR/EGEAC/CML

RESUMO

As escavações realizadas pelos arqueólogos António Marques e Lídia Fernandes, em Lisboa nos anos de 2005 e 2006, nomeadamente o n.º 32 A/B/C/D da Rua dos Bacalhoeiros/Rua da Padaria n.os 1-9, freguesia de Santa Maria Maior, na sequência de um pedido da Unidade de Projecto Baixa/Chiado, produziram um conjunto osteológico relativamente significante que careceu de uma análise aprofundada e que teve como objectivo a compreensão dos padrões de consumo bem como a economia das várias épocas em que os contextos estudados se inserem. Cronologicamente, os materiais estudados manifestam-se maioritariamente em dois períodos, Medieval Cristão e Época Moderna, sendo que a maioria dos elementos identificados remetem para gado bovino (*Bos taurus*). O sítio em si, onde no período Medieval Cristão estiveram instaladas as "carniçarias", apresenta um conjunto faunístico diversificado, que engloba toda uma panóplia de espécies em que se insere fauna malacológica, em que se insere o caracol terrestre (cf. *Theba pisana*), caracoleta (*Otala lactea*), a amêijoa (*Ruditapes decussatus*), o berbigão (*Cerastoderma edule*), a ostra (*Ostrea edulis*), o caracol do mar (*Littorina litorea*), a e o bivalve (*Mimachlamys varia*). No que toca aos vestígios osteológicos, além do gado bovino, foram identificados também vestígios referentes a gado caprino (*Ovis*/*Capra*), gado suíno (*Sus* sp.), cão (*Canis* familiaris), equídeo (*Equus* sp.) e galinha (*Gallus domesticus*). Após análise e inventariação dos vários exemplares, foi feito um cálculo do NRD (número de restos determinados) e do NMI (número mínimo de indivíduos). O objectivo foi tentar compreender o conjunto como um todo, procurando dar a conhecer as discrepâncias e as concordâncias entre dados.

Palavras-Chave: Zooarqueologia; Rua dos Bacalhoeiros; Lisboa.

ABSTRACT

Excavations undertaken by António Marques and Lídia Fernandes at 32 A/B/C/D in Rua dos Bacalhoeiros in 2005 and 2006, and numbers 1 to 9 in Rua da Padaria, both in the parish of Santa Maria Maior, Lisbon, brought to light a significant amount of animal remains. These help us to understand the patterns of consumption and hence the economy of the communities that once lived in this part of Lisbon. The finds belong to two periods, Medieval Christian, and Modern period. Most of the faunal remains belonged to cattle (*Bos taurus*), followed by sheep/goat (*Ovis*/*Capra*). Other less common remains of land animals include boar/pig (*Sus* sp.), dog (*Canis familiaris*), equid (*Equus* sp.) and chicken (*Gallus domesticus*). Besides several species of mammals and birds, there were many molluscs present. These include two species of land snail (cf. *Theba pisana* and *Otala lactea*), clam (*Ruditapes decussatus*), cockle (*Cerastoderma edule*), oyster (*Ostrea edulis*), sea snail (*Littorina litorea*) and a bivalve (*Mimachlamys varia*). After making an inventory of all the remains and analysing the data, we were able to estimate both the total number of fragments (NISP) and the minimum number of animals (MNI). The purpose was to understand the faunal assemblage as a whole and to understand the discrepancy and agreement of the data.

Keywords: Zooarchaeology; Rua dos Bacalhoeiros; Lisbon.

#31 SOBRE ALGUNS ANIMAIS RECUPERADOS NOS SILOS DE CARNIDE (LISBOA) – SÉCULO XVII.

CLEIA DETRY | FCT; UNIARQ/FLUL/UL
SIMON DAVIS | LARC/DGPC; CIBIO
TÂNIA CASIMIRO | FCT; IHC/IAP/FCSH/UNL
ANA CAESSA | CAL/DPC/DMC/CML
NUNO MOTA | CAL/DPC/DMC/CML

RESUMO

Nas escavações levadas a cabo pelo Centro de Arqueologia de Lisboa, em 2012, no Largo do Coreto (Carnide, Lisboa), foram recuperados cerca de 7000 restos faunísticos cujo contexto foi datado do período Moderno, século XVII.

A maioria dos restos pertencem a mamíferos e aves, com contribuições significativas também de moluscos. Estes elementos estão relacionados sobretudo com desperdícios alimentares e dão-nos uma ideia dos comportamentos dos habitantes de Carnide no século XVII.

Estas populações dependiam sobretudo de animais domésticos como a vaca (*Bos taurus*), porco (*Sus domesticus*), ovelha (*Ovis aries*) e cabra (*Capra hircus*), bem como também de galinha (*Gallus domesticus*) e ganso (*Anser anser*). Não foram encontrados registos de caça de animais selvagens de grande porte, mas apenas de pequeno porte como o coelho (*Oryctolagus cuniculus*) e perdiz (*Alectoris rufa*). Alguns elementos raros de furão (*Mustela putorius*) e de aves de rapina podem apontar para usos possíveis na ajuda na caça.

Outro conjunto abundante é o número de esqueletos inteiros de gatos e cães, que sendo que não apresentando qualquer indicador de terem sido consumidos, foram certamente incluídos no lixo sem grande cuidado no seu enterramento. Alguns indicadores apontam para que se trate de animais de rua sem grande tratamento.

Palavras-Chave: Zooarqueologia; Carnide; Século XVII; Silos.

ABSTRACT

Excavations undertaken by the Centro de Arqueologia de Lisboa, in 2012, of innumerable silos in the Largo do Coreto (Bandstand place) in Carnide, Lisbon, uncovered over 7,000 faunal remains. They are dated to the 17th century. Most belong to mammals and birds, with a significant amount of mollusks. Most are presumably food waste which therefore tells us something about the way of life of the inhabitants of 17th century Carnide.

They depended primarily on domestic animals such as cow (*Bos taurus*), pig (*Sus domesticus*), sheep (*Ovis aries*) and goat (*Capra hircus*), as well as chicken (*Gallus domesticus*) and goose (*Anser anser*). No large wild animal remains were included although remains of small game animals like rabbit (*Oryctolagus cuniculus*) and partridge (*Alectoris rufa*) were recognized. A few remains of ferret (*Mustela putorius*) and raptors point to their possible uses in hunting.

Another abundant group is the number of whole skeletons of cats and dogs, which bear no trace of butchery and were probably deposited as garbage. Certain characteristics of theirs indicate that they were poorly treated street animals.

Keywords: Zooarchaeology; Carnide; 17th century; Silos.

#32 OS METACARPOS DE *BOS TAURUS* DOS SILOS DE CARNIDE: O MELHORAMENTO DO GADO BOVINO EM PORTUGAL E UMA FERRAMENTA PARA A DISTINÇÃO ENTRE SEXOS.

CLEIA DETRY | FCT; UNIARQ/FLUL/UL
SIMON DAVIS | LARC/DGPC; CIBIO

RESUMO

A abundância e boa preservação dos ossos encontrados nos silos de Carnide (século XVII) revelou-se um verdadeiro tesouro para os zooarqueólogos. Estes elementos osteológicos corroboram a hipótese de que o gado bovino foi melhorado após a *reconquista* e fornecem uma metodologia para distinguir entre machos e fêmeas – uma técnica muito útil em Zooarqueologia.

O tamanho e a forma dos ossos são fáceis de medir e fornecem informação importante. O tamanho é uma variável biológica e pode ser influenciada por diferentes factores. Por exemplo, um aumento de tamanho numa linhagem de animais domesticados pode reflectir o seu melhoramento. Mas em muitas espécies de mamíferos os machos são maiores do que as fêmeas – e assim uma amostra com mais machos será em média maior do que uma amostra com mais fêmeas. Por isso, é importante conhecer a composição sexual das amostras arqueológicas de ossos de espécies que apresentem dimorfismo sexual. A forma dos ossos também pode ajudar a distinguir os sexos – os ossos das fêmeas são muitas vezes mais gráceis do que os dos machos. O sexo de 21 metacarpos de *Bos* de um sítio arqueológico em Beja (século XV), identificado com técnicas de ADN antigo, e uma colecção de Barrosãs modernas (um boi e sete vacas) foram comparados com os conjuntos de Carnide, Beja e Santarém (período Muçulmano). Os resultados mostram que em todas estas amostras ambos os sexos estão presentes demonstrando que os valores superiores no período pós-Muçulmano representa um verdadeiro aumento de tamanho devido, provavelmente, ao melhoramento pelos Cristãos. Este melhoramento pode reflectir a importância de carne de vaca na dieta dos Cristãos.

Uma análise das várias medições dos metacarpos mostra que a melhor separação entre os sexos se observa utilizando largura da parte distal (BFd) e a largura da diáfise (SD) em relação com o comprimento total (GL). Um gráfico de GL vs. [(4,7 x BFd) – GL] produz uma linha vertical que permite separar os sexos.

Palavras-Chave: Zooarqueologia; Metápodes; *Bos taurus*; Carnide; Período Moderno.

ABSTRACT

The abundant and well preserved animal bones found in the 17th century silos at Carnide have proven to be a zooarchaeologist's treasure trove. First, they help corroborate a previous suggestion that Portuguese cattle were improved after the *reconquista* and second, they provide a metrical means to distinguish between male and female cattle – a useful technique for zooarchaeology in general.

Both size and shape of animal bones are easily measured and provide useful information in zooarchaeology. Size, an important biological variable, can be influenced by several factors. For example, a size increase within a lineage of domestic livestock probably signifies their improvement. However, many mammals show sexual dimorphism with males being larger than females. Hence a sample with more males shows an average greater size. The sexual composition of samples must therefore be ascertained in these taxa. Shape can be used to distinguish between the sexes as bones of females are often more slender than those of males – an invaluable tool in zooarchaeology. Genetically identified cattle metacarpals from 15th century Beja as well as a small collection of modern Barrosã cattle – 7 cows and one bull compared to the Carnide metacarpals indicate their sexual composition. Discrepancies in the sexual composition of cattle from Moslem Santarém, 15th century Beja and 17th century Carnide could be ruled out and clearly there was a size increase of Portuguese cattle after Moslem rule. This may reflect the importance of beef in the diet of the Christians. 47 complete and 44 distal fragments of cattle metacarpals from Carnide separate clearly into two groups assumed, on the basis of comparison with modern Barrosãs, and the a-DNA sexed Beja specimens, to be the two sexes.

A survey of the different measurements generally taken on metacarpals showed that the best separation was obtained by considering the distal and shaft widths (BFd and SD respectively) in relation to the total length (GL) of this bone. Plotting GL against [(4,7 x BFd) – GL] rotated the intersex dividing line so that it becomes vertical.

Keywords: Zooarchaeology; Metapodials; *Bos taurus*; Carnide; Modern period.

#33 A PAISAGEM CULTURAL DE LISBOA NO REGISTO PALEOAMBIENTAL.

ANDRÉS CURRÁS | ICP; INCIPIT/CSIC/USC
ANA MARIA COSTA | LARC/DGPC; CIBIO/INBIO; IDL/UL
MARIA CONCEIÇÃO FREITAS | IDL/UL; DG/FC/UL

RESUMO

O autor apresenta os primeiros resultados do seu projeto pós-doutoral, que se desenvolve no âmbito do projeto *Lisbon Stories* coordenado por Ana M. Costa (LARC; IDL) e M. Conceição Freitas (IDL). Este trabalho tem como objetivo a reconstrução do processo de formação da paisagem cultural lisboeta a partir da análise palinológica de diversos registos sedimentares recolhidos nos últimos anos na margem Norte do rio Tejo no concelho de Lisboa. Estes registos permitem obter uma leitura da evolução da vegetação e das interações socioambientais que decorreram no contexto da ocupação da cidade, aproximadamente nos últimos 2000 anos. Os primeiros resultados, ainda em estádio preliminar, refletem positivamente a qualidade do registo da sondagem recolhida durante a Obra de Requalificação da Ribeira das Naus, na Doca da Caldeirinha, relativamente à preservação do material polínico e corroboram a potencialidade do contexto intertidal lisboeta para desenvolver projetos desta índole.

Palavras-Chave: palinologia; paleoambiente; paisagens culturais; Lisboa; arqueologia da paisagem; interações socioambientais.

ABSTRACT

The author presents the first results of his post-doctoral project, a research performed in the framework of the *Lisbon Stories* project, as coordinated by Ana M. Costa (LARC, IDL) and M. Conceição Freitas (IDL). By analysing fossil pollen records preserved in the sedimentary banks of the northern margin of Tejo River recovered during recent archaeological works in Lisbon, the goal of the project is to understand the onset of Lisbon's cultural landscape and its evolution through time. These fossil pollen records allow to approach the vegetation changes through time and supply evidence for the social-environmental interactions that took place in the area of the city at least during the last 2000 years. The first preliminary results corroborates the suitability of Ribeira das Naus record (Doca da Caldeirinha) regarding pollen preservation and verify the suitability of the intertidal area of Lisbon for further research.

Keywords: palynology; palaeoenvironement; cultural landscapes; Lisbon; landscape archaeology; social-environmental interactions.

#34 A CONTRIBUIÇÃO DA GEOLOGIA NA COMPREENSÃO DA EVOLUÇÃO AMBIENTAL DA MARGEM NORTE DO RIO TEJO – RESULTADOS DO PROJECTO *LISBON STORIES*.

ANA M. COSTA | LARC/DGPC; CIBIO/InBIO; IDL/UL
MARIA DA CONCEIÇÃO FREITAS | IDL/UL; DG/FC/UL
JACINTA BUGALHÃO | DGPC; UNIARQ/FL/UL; CEAACP
CÉSAR ANDRADE | IDL/UL; DG/FC/UL
VERA LOPES | IDL/UL; DG/FC/UL

RESUMO

No âmbito do projecto *Lisbon Stories* recolheram-se em contexto de obra amostras de sedimento da antiga margem estuarina do Tejo. Os sedimentos foram analisados para diversos indicadores e a interpretação dos resultados contribuiu para melhor compreender a evolução desta zona ribeirinha nos últimos milénios.

Nas áreas de amostragem encontraram-se testemunhos arqueológicos de diferentes épocas, que indiciam utilização desta margem ao longo do tempo, embora com intensidade variável. Em conjunto com datações por ^{14}C estes testemunhos permitem estabelecer cronologias para diferentes episódios de evolução desta margem.

Os estudo de amostras de sondagens recolhidas entre Santos e o Jardim do Tabaco indica que durante as ocupações da Idade do Ferro e do Período Romano a sedimentação mais proximal à margem coeva decorria em domínio subtidal; permitiram também diferenciar episódios de sedimentação sem influência antrópica, na base das sondagens, e com maior utilização antrópica da margem, para o topo, reflectida em artefactos antrópicos incluídos no sedimento (*e.g.* fragmentos de vidro e cerâmica).

O estudo de sedimentos das antigas (Idade do Ferro e Período Romano) margens do estuário e ribeiras a ele afluentes, onde se instalou a baixa de Lisboa, permitiu caracterizá-los como areias de praias estuarinas, semelhantes na textura e composição às de análogas actuais do mesmo estuário. As principais fontes sedimentares seriam formações miocénicas e do Complexo Vulcânico de Lisboa-Mafra, onde se encaixaram os sistemas hidrográficos de Arroios e Valverde.

Palavras-Chave: Lisboa; Evolução paleoambiental; Geoarqueologia.

ABSTRACT

Within the scope of the *Lisbon Stories* project, construction areas along the northern Tagus margin were visited for sampling and coring of sediment. Sediments were analyzed for several proxies and the results have contributed to better understand the palaeoenvironmental evolution of this estuarine low-lying area.

In all areas sampled archaeological findings of different epochs occur. These findings point to the usage of Tagus estuarine margin by local populations through time and together with radiocarbon dating help in constraining the chronology of sedimentary events.

Results from the analysis performed on sediment cored between Santos and Jardim do Tabaco indicate that during Iron Age and Roman Period sedimentation developed at this location under subtidal conditions. Results also allowed differentiating between older episodes of sedimentation free of anthropic influence and more recent episodes of higher anthropic usage of the margin, reflected by the inclusion of anthropic artifacts in the sediment (*e.g.* glass and ceramic fragments).

Investigation of Iron Age and Roman Period sediments collected from embankments of streams discharging in the estuary, and from the estuarine margin, at present buried under Lisbon downtown, allowed characterizing them as estuarine beach sands similar in texture and composition to present-day analogues found in the Tagus estuary. Their main sediment sources correspond to Miocene formations and materials from Lisboa-Mafra volcanic complex, both outcropping over Arroios and Valverde watersheds.

Keywords: Lisbon; Palaeoenvironmental evolution; Geoarchaeology.

1| INTRODUÇÃO

O estuário do Tejo é um dos maiores estuários do SW da Europa. Ocupa uma área de *ca.* 325 km^2 e desenvolve-se segundo duas direcções principais, NNE-SSW no sector mais a montante e ENE-WSW na área mais a jusante, estendendo-se longitudinalmente *ca.* 80 km (Bettencourt *et al*., 2003). Cerca de 40% da área de estuário fica emersa durante os períodos de baixa-mar nas marés de maior amplitude (Bettencourt *et al*., 2003). A zona entre marés é essencialmente constituída por vasa mas ocorrem algumas faixas arenosas, mais frequentes na margem esquerda do estuário e na zona terminal da margem direita, desde Algés até à foz (considerada no alinhamento Forte São Julião da Barra - Bugio - Cova do Vapor) (Bettencourt *et al*., 2003). Estas acumulações de areia formam praias estuarinas, como as que ocorrem entre Alcochete e a Cova do Vapor na margem esquerda do estuário e as praias de Algés, Paço de Arcos e Santo Amaro de Oeiras, que se desenvolvem na margem direita (*e.g.* Freire *et al*., 2007; Cebola, 2015).

A cidade de Lisboa é fundada na margem Norte deste estuário (figura 1) e desenvolve-se de forma contínua desde a Idade do Ferro (*e.g.* Amaro, 1993; Cardoso, 1995; Arruda, 1999-2000; Bugalhão, 2001, 2015; Sousa, 2014) até aos nossos dias. A construção e crescimento da cidade de Lisboa desde este período cronológico condicionam a evolução desta margem que, até então, decorria de forma natural. Particularmente a construção de grandes e sucessivos aterros, na frente Sul da Baixa até à área que hoje corresponde ao Terreiro do Paço (figura 1), com o objectivo de conquistar área útil e aplanada junto ao rio desde o século XIII, dá início à transformação desta margem que hoje se encontra bastante linearizada numa área extensa, de *ca.* 8 km entre o Jardim do Tabaco, a oeste, e Pedrouços, a este (figura 1).

De forma a compreender a evolução da margem norte do estuário do Tejo ao longo do tempo, várias amostras de sedimento (amostras discretas em perfis de escavação e sondagens contínuas) têm sido recolhidas em contexto de obra, com achados arqueológicos, e estão a ser analisadas para diversos indicadores ambientais.

1

2

3

Fig. 1 – Localização dos sítios de amostragem na zona ribeirinha de Lisboa no âmbito do projecto ***Lisbon Stories***. Pontos a preto - localização de amostras de sedimento em perfis/sondagem; polígonos a preto - área de obra na qual foram recolhidas amostras pertencentes a mais do que um perfil/sondagem; estrelas a preto - localização das sondagens longas de sedimento (ver 2.); áreas a rosa - localização das amostras discretas de areia (ver 3.); triângulo a preto - localização da sondagem PC98 (ver 4.). Imagem projectada sobre ortofotomapa de Lisboa (2016).

O objectivo deste trabalho é caracterizar os sedimentos da margem que se encontram abaixo dos aterros construídos desde o séc. XIII apenas acessíveis durante a realização de obras ou escavações arqueológicas, caracterizar os seus ambientes de deposição, registar as alterações antrópicas da margem (*e.g.* construção de cais, construção de docas, utilização da margem para fundeadouro, entre outras) em colaboração com as equipas de arqueologia em campo e compreender quais as alterações ambientais que resultam do aumento da influência antrópica desde a Idade do Ferro até aos nossos dias. O estudo destes sedimentos permite então compreender a evolução da margem norte do estuário do Tejo ao longo do tempo, tendo em consideração o seu desenvolvimento natural assim como a influência antrópica.

Neste trabalho são apresentados dois casos de estudo que de forma integrada começam a ilustrar a evolução da zona ribeirinha de Lisboa: i) o estudo dos sedimentos recuperados em sondagens recolhidas em obras com contextos arqueológicos através da análise de diversos indicadores ambientais (ver 2.); ii) a caraterização de areias recolhidas em contextos arqueológicos da Idade do Ferro e do Período Romano, na baixa de Lisboa (ver 3.).

2| ANÁLISE *MULTIPROXY* DE SEDIMENTOS DE SONDAGENS LONGAS RECOLHIDAS NA MARGEM NORTE DO TEJO

A análise descritiva e pormenorizada das quatro sondagens aqui apresentadas, recolhidas no Largo de Santos (obra na Nova Sede da EDP, sondagem EDP1 e obra do parque de estacionamento da Praça D. Luís I, sondagem D. Luis I), na Ribeira das Naus (obra de requalificação da Ribeira das Naus) e o Jardim do Tabaco (obra do novo Terminal de Cruzeiros de Lisboa; figura 1) foi publicada recentemente (Costa *et al*. 2016, 2017; Inácio *et al*., 2016). No presente trabalho são apresentadas e discutidas as características gerais e comuns a estas quatro sondagens. As unidades estratigráficas identificadas nos trabalhos anteriores, textura e elementos antrópicos estão representados na figura 2. Foram definidas 4 fases de deposição que representam episódios diferenciados de sedimentação e a inclusão no sedimento de materiais antrópicos de diferentes cronologias (figura 2). Estas fases não representam episódios cronológicos diacrónicos uma vez que o número de datações não permite, ainda, fazê-lo. Em todas as sondagens foram definidas várias fases de deposição.

De uma forma geral, o material estudado é essencialmente constituído por vasas e vasas arenosas (figura 2), sendo que o sedimento caracterizado como areia vasosa ou areia reflecte essencialmente a inclusão no sedimento de fragmentos de concha e/ou elementos antrópicos de maior dimensão como, por exemplo, fragmentos de cerâmica.

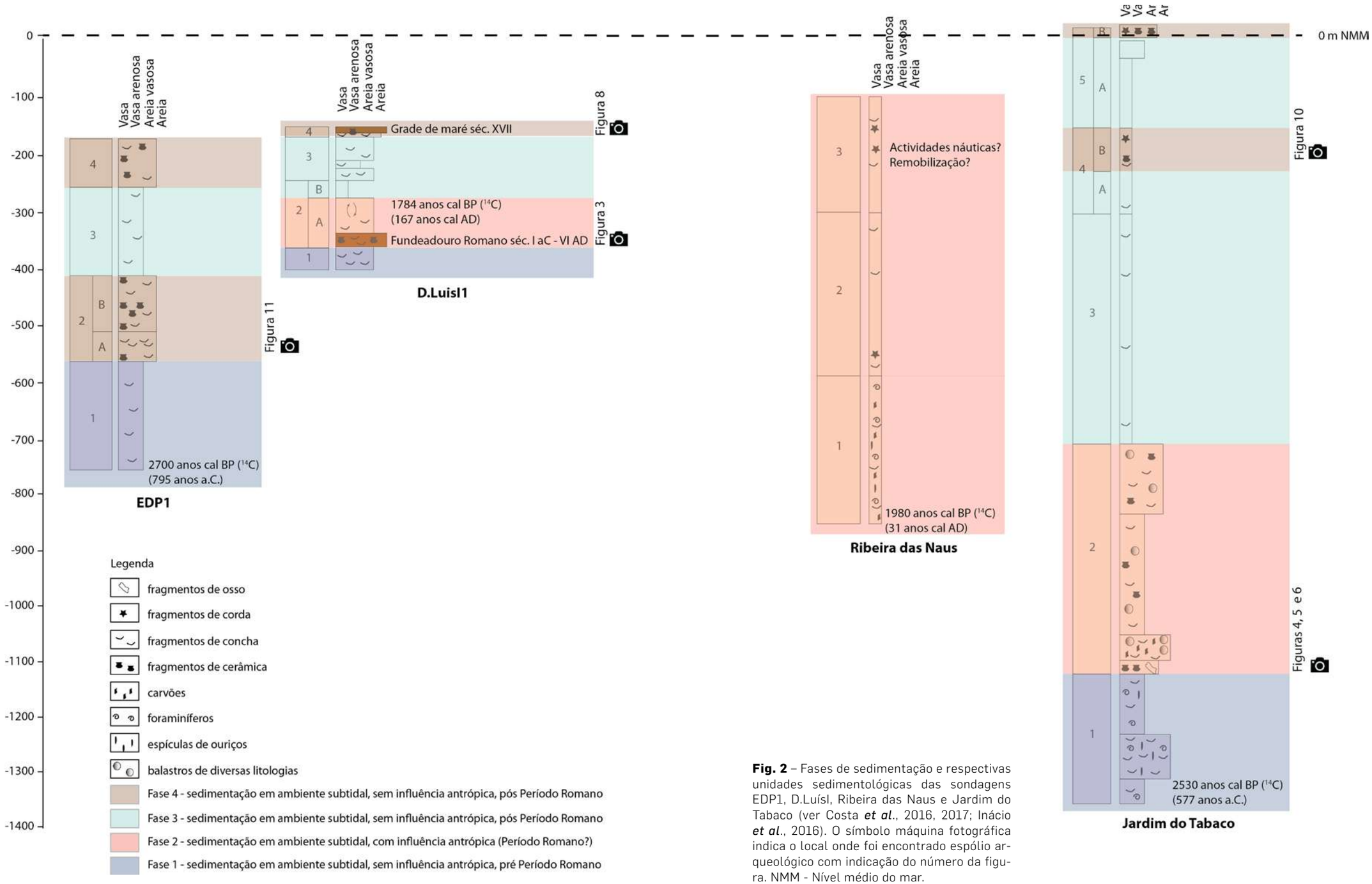


Fig. 2 – Fases de sedimentação e respectivas unidades sedimentológicas das sondagens EDP1, D.LuísI, Ribeira das Naus e Jardim do Tabaco (ver Costa ***et al.***, 2016, 2017; Inácio ***et al.***, 2016). O símbolo máquina fotográfica indica o local onde foi encontrado espólio arqueológico com indicação do número da figura. NMM - Nível médio do mar.

2.1| FASE 1

A Fase 1, representada em todas as sondagens estudadas , com excepção da Ribeira das Naus, pela Unidade 1 (figura 2), é essencialmente constituída por sedimentos vasosos, cuja sedimentação ocorre em ambiente subtidal de baixa energia, sem influência antrópica, i.e. não foram encontrados artefactos antrópicos no sedimento.

A datação da base das sondagens EDP1 (795 cal a.C.) e Jardim do Tabaco (577 cal a.C.) (figura 2 e 3) e o Fundeadouro Romano (Parreira e Macedo, 2013; Sarrazola, 2014a) identificado na Praça D. Luís I a 350 cm abaixo do nível médio do mar (ANMM; base da Unidade 2 da sondagem D. Luis I), em funcionamento entre os séculos I a.C. e VI d.C., apontam para deposição durante as ocupações da Idade do Ferro na cidade de Lisboa.

Amostra	Profundidade (*ANMM*)	Referência laboratório	Tipo de amostra	Data ^{14}C convencional	$\delta^{13}C$	Data calibrada (2σ)	Mediana	Fonte
EDP1#14 375-377	546cm	Beta-426279	Frag. madeira	260±30	-27,4‰	431-357 cal BP (28,3%) 332-280 cal BP (53,1%) 171-151 cal BP (12,3%)	304 cal BP (1647 cal AD)	Costa et al., 2016
EDP1#14 577-579	747cm	Beta-482230	Polén	2600±30	-25,9‰	2775-2712 cal BP (95,4%)	2744 cal BP (795 cal a.C.)	Este trabalho
DLuisI#4 130-132	280cm	Beta-412257	Material orgânico	1850±30	-25,0‰	1865-1715 cal BP (95,4%)	1784 cal BP (167 cal AD)	Costa et al., 2017
RN#5 742-744	844cm	Beta-436174	Material orgânico	2030±30	-24,9‰	2105-2086 cal BP (2,7%) 2063-1898 cal BP (92,7%)	1980 cal BP (31 cal a.C.)	Costa et al., 2017
JT1 16.18-16.21	1320cm	Beta-463530	Material orgânico	2450±30	-25,4‰	2703-2630 cal BP (26,7%) 2619-2558 cal BP (15,5%) 2544-2360 cal BP (53,2%)	2526 cal BP (577 cal a.C.)	Costa et al., 2017

Fig. 3 – Data convencional e data calibrada para as sondagens EDP1, D.LuísI, Ribeira das Naus (RN) e Jardim do Tabaco (JT1). A calibração foi feita utilizando a curva IntCal13 (Reimer ***et al.***, 2013).

2.2| FASE 2

Esta fase é definida pela ocorrência de espólio arqueológico. Na sondagem D. Luis I, e como mencionado anteriormente, foi identificado um Fundeadouro Romano (figuras 2 e 4) cuja utilização parece ter-se prolongado por *ca.* 600 anos (Sarrazola, 2014a). O sedimento é constituído por vasas enriquecidas em fragmentos de concha, apresentando ainda alguns fragmentos de cerâmica que resultam da penetração da sondagem na área de fundeadouro. Os fragmentos de concha e de cerâmicas associadas ao fundeadouro desaparecem para o topo dando lugar a um sedimento muito fino e sem inclusão de elementos antrópicos. A datação realizada aos 280 cm ANMM (80 cm acima do Fundeadouro; Unidade 2; figura 3) cujo resultado aponta uma idade de 1784 cal BP (*ca.* 170 cal AD, Beta-412257, IntCal13; Reimer *et al.*, 2013), ou seja, durante o período de ocupação

desta área como fundeadouro, é interpretada como sendo o resultado de remobilização/re-suspensão dos sedimentos do fundo de natureza mais fina (vasosa) pelo afundamento dos materiais romanos (maiores e mais densos, como por exemplo ânforas; figura 4). No entanto, pode também resultar da incorporação de materiais orgânicos mais antigos no sedimento, pelo que mais datações serão necessárias para esclarecer esta problemática.

Fig. 4 – Fundeadouro Romano com utilização entre o século I a.C. e o século VI d.C. (Sarrazola, 2014a; Parreira e Macedo, 2013).

Todo o sedimento recolhido na sondagem da Ribeira das Naus apresenta características correspondentes a esta fase 2. O sedimento é essencialmente constituído por vasa (> 95%), sendo os elementos antrópicos caracterízados por materiais antrópicos da dimensão das areias (ex. vidros rolados, cerâmicas, cinzas voláteis de fornos de alta temperatura, etc...). Datações por radiocarbono indicam deposição durante o Período Romano.

No Jardim do Tabaco o sedimento é essencialmente constituído por vasas, mas foram recolhidos na sua base (*ca.* 1100 cm ANMM) diversos elementos com origem antrópica de grande dimensão (>1 cm), onde se incluem fragmentos de cerâmica (figura 5), escória (figura 6) e fauna (falange de *Bos* sp.; figura 7). Sobre estes elementos foi identificada uma lâmina de areia que inclui materiais diver-

sos como calhaus de várias litologias, fragmentos de carvão e de conchas, assim como gastrópodes inteiros. Fragmentos de cerâmica rolados dispersos ocorrem no sedimento associado a esta fase. A percentagem elevada de vasa (sedimentos <63 μm; figura 2) é indicadora de uma sedimentação em ambiente subtidal de baixa energia. A lâmina de areia e a presença de calhaus de grande dimensão são o resultado de um evento mais energético, para o qual, até à data, não se conhece a origem.

Fig. 5 –Fragmentos de cerâmica rolados, recuperados na sondagem do Jardim do Tabaco, a uma profundidade de ca. 11 m abaixo NMM (ANMM). Foto © José Paulo Ruas | DGPC

Fig. 6 – Escória recuperada na sondagem do Jardim do Tabaco, a uma profundidade de ca. 11 m ANMM. Foto © José Paulo Ruas | DGPC.

Fig. 7 – Osso de *Bos* sp., recuperado na sondagem do Jardim do Tabaco, a uma profundidade de ca. 11 m ANMM. Foto © José Paulo Ruas | DGPC.

Embora a cerâmica não conserve elementos caraterísticos que permitam atribuição cronológica, nem tenham sido realizadas datações absolutas nestes elementos nem nos sedimentos que os envolvem, a sua ocorrência dispersa é interpretada como o resultado de transporte para a profundidade de materiais acumulados na margem, numa zona proximal, cuja ocupação ocorre, pelo menos, desde a Idade do Ferro e Período Romano, como o confirmam os numerosos contextos destas épocas nesta zona da frente ribeirinha (figura 8).

Fig. 8 – Sítios com ocupação da Idade do Ferro e Período Romano na frente ribeirinha de Lisboa, SIG associado ao ***Endovélico, Sistema de Informação e Gestão Arqueológica*** (DGPC). Os círculos vermelhos correspondem aos sítios arqueológicos da Idade do Ferro; os círculos amarelos correspondem aos sítios arqueológicos do Período Romano.

2.3| FASE 3

Sobre os sedimentos com elementos antrópicos (fase 2) ocorrem novamente sedimentos finos (vasas), com mais ou menos fragmentos de concha de maior dimensão (que se reflecte no conteúdo em $CaCO_3$ e na percentagem de fracção grosseira (>63 μm); figura 2; Costa *et al*., 2017) e sem artefactos antrópicos associados (Costa *et al*., 2017). A sedimentação ocorre em ambiente subtidal de baixa energia e a ausência de elementos antrópicos pode relacionar-se com a retração urbana e uma menor intensidade de ocupação na margem mais proximal, em fase pós romana.

2.4| FASE 4

Sobre os sedimentos sem elementos antrópicos associados à fase 3 aparecem elementos antrópicos relacionados com actividades marítimas. Na Praça D. Luís I foi encontrada aos *ca.* 150 cm ANMM uma estrutura de madeira interpretada como uma Grade de Maré (figuras 2 e 9), atribuída à segunda metade do século XVII / início do século XVIII (Sarrazola, 2014b). Esta estrutura marca o topo da sondagem D. Luis I.

Fig. 9 – Grade de maré atribuída à segunda metade do século XVII / início do século XVIII, encontrada aos *ca*. 1.5 m ANMM durante a obra do Parque de Estacionamento da Praça D. Luís I (Sarrazola, 2014b).

Na sondagem da Ribeira das Naus ocorrem raros fragmentos de corda e madeira (figura 2). A sondagem foi recolhida numa área com utilização portuária durante uma longa cronologia. Na iconografia conhecida para o período pré-terramoto surge repetidamente uma estrutura de cais, provavelmente em madeira, a oeste do torreão poente do Terreiro do Paço (figura 10). Toda a zona foi fortemente afectada pelo sismo de 1755 (DI e UAICM, Marinha Portuguesa, 2014).

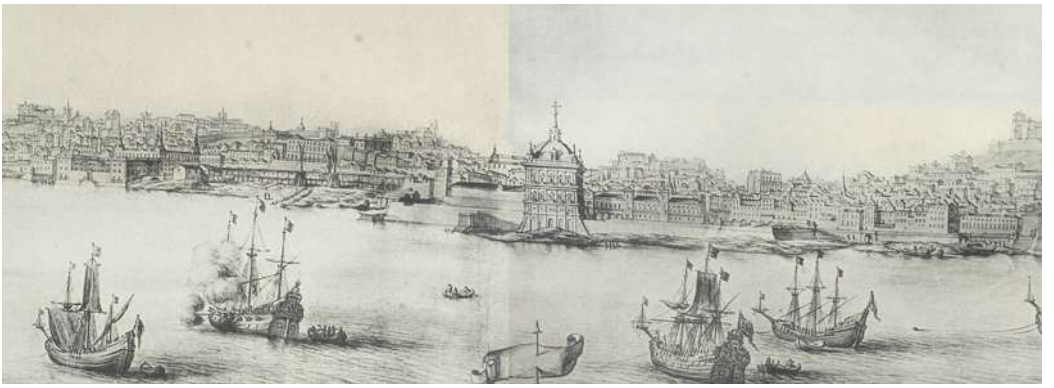


Fig. 10 – 1668/9: aguarelas Vistas de Lisboa (...) a partir do Tejo de Pier Maria Baldi, publicada na obra Viage de Cosme de Médicis por España y Portugal de Lorenzo Magalotti.

A Doca da Caldeirinha foi construída em data posterior a 1759 (DI e UAICM, Marinha Portuguesa, 2014). Terá sido desactivada entre 1939 (desactivação do Arsenal da Marinha) e 1948 (abertura à circulação da Avenida da Ribeira das Naus; DI e UAICM, Marinha Portuguesa, 2014; figura 11).

Fig. 11 – Trabalhos de construção da Avenida Ribeira das Naus, aberta à circulação em agosto de 1948. Arquivo Fotográfico de Lisboa, autor Judah Benoliel, código de referência PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/004685.

A ocorrência de fragmentos de cordas no interior do sedimento é interpretada como o resultado da ocupação da margem proximal por actividades náuticas que se conhecem na área da Ribeira das Naus, pelo menos, desde o século XIV (Silva e Rocha, 2016) e/ou com a utilização da Doca da Caldeirinha que contaminaram o topo da coluna sedimentar.

A sondagem da Ribeira das Naus foi recolhida numa zona onde provavelmente terão ocorrido dragagens tanto para manutenção / reactivação da doca após os períodos em que esteve aterrado, embora não seja óbvio na cartografia antiga a existência ou não de fases de aterro durante os séculos XVIII e XIX (*e.g.* Carta Topográfica de Duarte Fava, 1807).

A ocorrência de fragmentos de cordas e outros elementos relacionados com a actividade marítima foi também descrita *ca.* 165 cm ANMM (figuras 2 e 12; ver Costa *et al*., 2017) da sondagem do Jardim do Tabaco.

Fig. 12 – Fragmentos de corda recuperados aos ***ca***. 1.65 m ANMM na sondagem do Jardim do Tabaco. Foto © José Vicente | Agência Calipo.

A área onde foi recolhida a sondagem do Jardim do Tabaco sofreu alterações antrópicas apenas desde o século XIX, durante a re-estruturação da frente ribeirinha de Lisboa, tendo-se iniciado a construção da Doca do Jardim do Tabaco em 1887 e terminado a mesma em 1907. A ocorrência de fragmentos de corda e outros materiais ainda não identificados a esta profundidade (a partir dos 215 cm ANMM) nesta sondagem estará relacionado com a utilização da Doca durante

o final do século XIX - início do século XX embora sejam necessárias mais datações para corroborar esta hipótese.

Na sondagem EDP1 (figura 2) foram recuperados fragmentos de cerâmica de diversas cronologias na Unidade 2 (562-410 cm ANMM), sendo o mais recente atribuído aos séculos XVII-XVIII (figura 13; Costa *et al*., 2016).

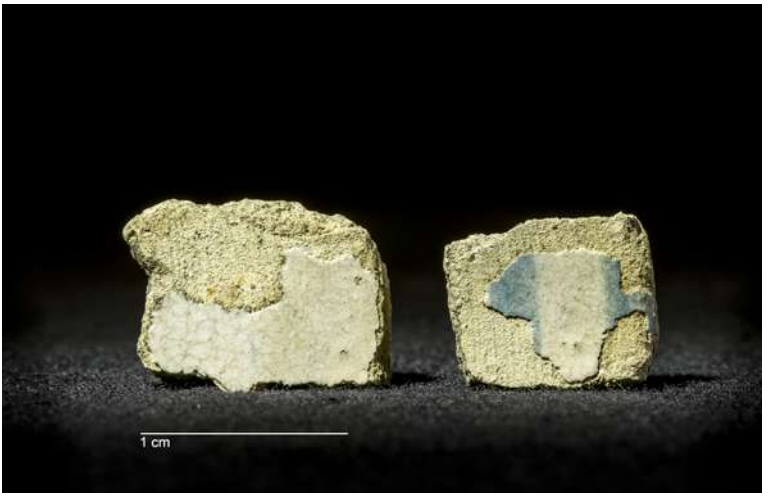


Fig. 13 – Fragmentos de cerâmica atribuídos aos séculos XVII-XVIII, recuperados aos ***ca***. 5.6 m ANMM na sondagem EDP1. Foto © José Vicente | Agência Calipo.

A ocorrência na Unidade 2 de fragmentos de cerâmica atribuídos aos séculos XVII-XVIII junto com outros materiais antrópicos (outros fragmentos de cerâmica, fragmentos de madeira, fragmentos de carvão) e a existência de um depósito rico em várias espécies de foraminíferos (pouco abundantes) típicos de ambientes marinhos de plataforma continental, é interpretada como o resultado de um ou vários eventos de alta energia que interrompem a sedimentação em ambiente de baixa energia anteriormente descrita na Unidade 1 e reestabelecida na Unidade 3 (410-255 cm ANMM; Costa *et al*., 2016). Estes eventos de alta energia podem ser o resultado do tsunami de 1755 e/ou o resultado de várias tempestades que ocorreram no século XVIII descritas na bibliografia como catastróficas, como as tempestades de 1724 (Sarrazola, 2013), de 1739 (Pfister *et al*., 2010) e de 1788 (Fragoso *et al*., 2015).

No topo das sequências sedimentares das sondagens estudadas, mas mais visível em particular nas sondagens EDP1 e Jardim do Tabaco, aumentam os elementos antrópicos, como resultado de uma menor profundidade da massa de água devido ao decorrer dos processos sedimentares e de uma mais intensa utilização da margem por parte da população (Unidade 4 na sondagem EDP1 e Unidade 5 na sondagem do Jardim do Tabaco). Sobre estes depósitos, que se formam ainda em ambiente subtidal, assentam os grandes aterros construídos essencialmente a partir do século XVIII com vista à conquista de área ao rio e à regularização da zona ribeirinha de Lisboa, genericamente designados como Aterro da Boavista (figura 14).

Fig. 14 – Panorâmica do aterro da Boavista antes da construção do Mercado da Ribeira (1871-1872). Arquivo Fotográfico de Lisboa, sem autor conhecido, código de referência PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SEX/000174.

2.5| DISCUSSÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS

De uma forma geral, o estudo destas sondagens permitiu caracterizar a sedimentação na área subtidal da margem Norte do estuário do Tejo e compreender a sua evolução até à construção dos aterros que selam os depósitos sedimentares. A sedimentação ocorre em ambiente de baixa energia, pelo menos desde a Idade do Ferro / Período Romano. Em diversos momentos ocorrem elementos antrópicos como resultado de uma utilização mais intensiva da margem. A ocupação hu-

mana nos diversos pontos em estudo da margem do Tejo, e a sua maior ou menor intensidade, dependem do período cronológico. Por exemplo, na Praça D. Luís I, constata-se a utilização deste espaço em época romana como zona portuária, para desembarcar, ou fundear (Parreira e Macedo, 2013; Sarrazola, 2014a) e a sua reocupação com funções similares em época Moderna (Sarrazola, 2014b), quando se iniciam os trabalhos relacionados com actividades náuticas, particularmente entre Santos e o Terreiro do Paço, como o testemunham a Grade de Maré aí encontrada. Ocasionalmente são encontrados depósitos mais caóticos, com a incorporação de diversos elementos antrópicos de grande dimensão, como por exemplo fragmentos de cerâmica, fragmentos de madeira, entre outros, no seio do sedimento, em conjunto com microfósseis de ambientes tipicamente marinhos, interpretados como resultado de eventos esporádicos de alta energia como por exemplo tsunamis e tempestades, como parece reflectir o depósito da Unidade 2 da sondagem EDP1.

3| CARACTERIZAÇÃO DAS AREIAS DO ESTEIRO DA BAIXA RECOLHIDAS EM CONTEXTOS DA IDADE DO FERRO E PERÍODO ROMANO

No âmbito do projecto *Lisbon Stories* foram também estudadas amostras discretas de sedimentos recolhidos no Esteiro da Baixa (EB) de Lisboa, nos sítios arqueológicos da Idade do Ferro / Período Romano: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC), Criptopórtico Romano de Lisboa e Banco de Portugal / Museu do Dinheiro (figura 1 e 15). O EB corresponde a uma linha de água que resulta da confluência da Ribeira de Arroios com a do Vale do Pereiro (Ribeira de Valverde; figura 15) e desagua no estuário do Tejo. Em conjunto com a colina do castelo de S. Jorge, é sobre o EB que começa a desenvolver-se a cidade de Lisboa. As amostras recolhidas no EB correspondem a depósitos de praias fluviais de contextos contemporâneos da Idade do Ferro e do Período Romano. As metodologias utilizadas e os resultados detalhados das análises realizadas nestas amostras foram publicados em Costa *et al*. (2018). Neste trabalho são apresentados os resultados de forma sucinta e a sua interpretação.

Fig. 15 – Proposta do traçado do vale da Ribeira de Arroios e Ribeira de Valverde e da linha de costa (estuarina) no Período Romano elaborada por Jacinta Bugalhão e Ana Vale (no âmbito do estudo sobre os contextos romanos do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, cuja equipa é constituída por Jacinta Bugalhão, Carlos Fabião, Rui Almeida, Catarina Viegas, Armando Sabrosa, Carolina Grilo e Ana Sofia Gomes) e localização dos sítios arqueológicos em estudo. Este traçado é projectado sobre ortofotomapa de Lisboa (2016). Costa ***et al***., 2018.

Os sedimentos recolhidos nas praias do NARC e do Criptopórtico são essencialmente constituídos por areia e areia lodosa (cascalhenta), de dimensão fina a média e bem calibrada (Costa *et al*., 2018). Apresentam características texturais semelhantes aos sedimentos das praias estuarinas actuais do rio Tejo (*e.g.* Oliveira, 1967; Freire *et al*., 2007, Cebola, 2015; figura 16).

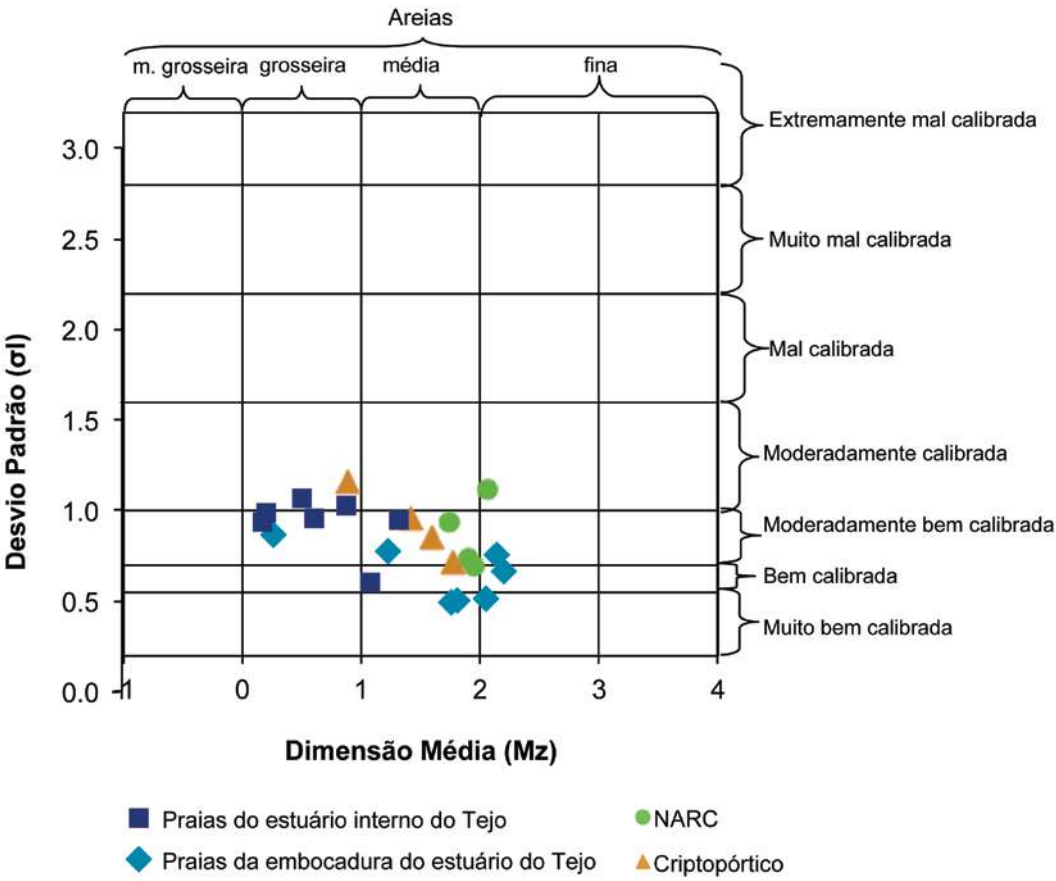


Fig. 16 – Caracterização dos sedimentos das praias actuais e antigas do estuário do Tejo relativamente à sua dimensão média e desvio padrão. Dados das praias actuais retirados de Freire ***et al***., 2007. Praias da embocadura do estuário – Paço de Arcos e Algés, na margem norte; Cova do Vapor, Trafaria, Porto Brandão, Arrábida e Almada, na margem sul. Praias do estuário interno – Alfeite, Seixal, Santo André, Barreiro, Rosário, Base Aérea, Alcochete, na margem sul. Costa ***et al***., 2018.

As areias são essencialmente constituídas por quartzo hialino e leitoso e ocorrem alguns minerais pesados e calcite. Entre os minerais pesados, foi identificada uma associação dominante (>60%) constituída por piroxena e turmalina, e outra subsidiária (>40%) constituída por andaluzite, zircão, granada, estaurolite e mica (figura 17). Encontram-se ainda litoclastos (basalto) e foram observados fragmentos de bivalves e gastrópodes, gastrópodes inteiros, fragmentos de briozoários e alguns foraminíferos (Costa *et al*., 2018).

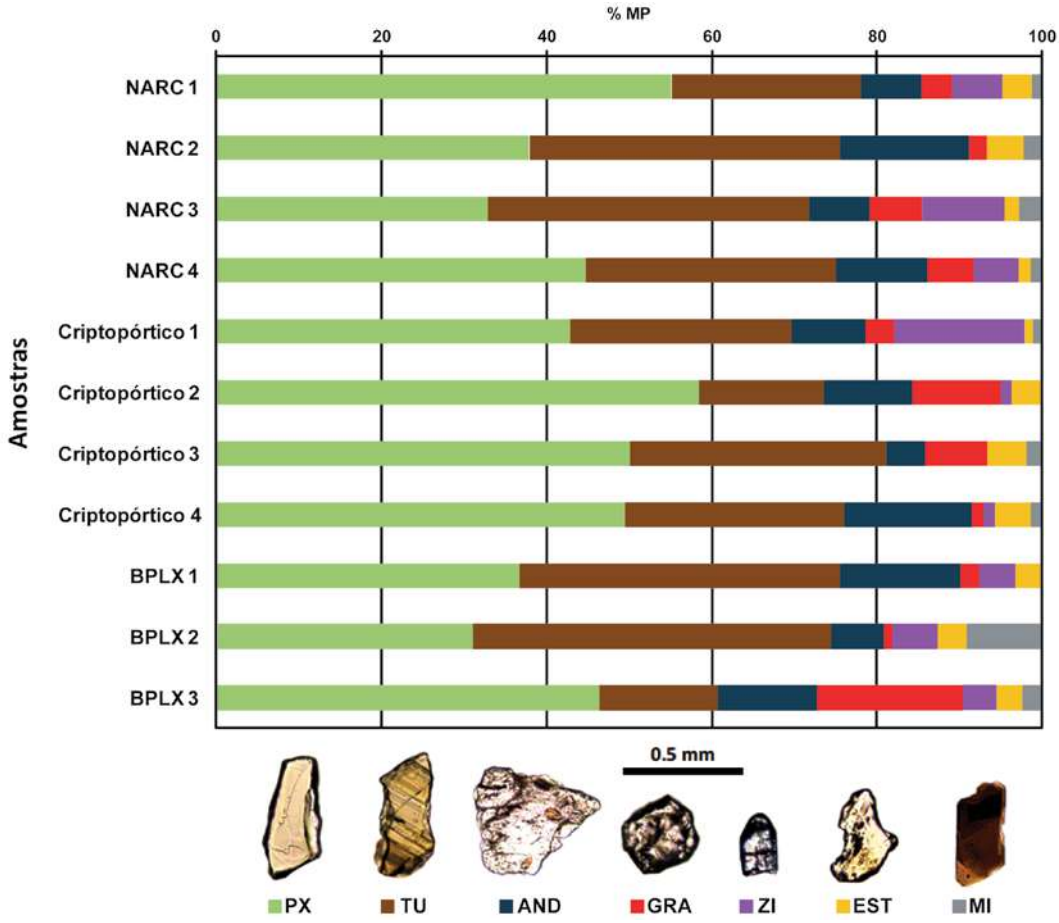


Fig. 17 – Frequência (em percentagem) das principais espécies de minerais pesados transparentes presentes em cada uma das amostras estudadas. TU – turmalina; PX – piroxena; AND – andaluzite; ZI – zircão; EST – estaurolite; GRA – granada; MI -mica. As imagens dos minerais foram captadas ao microscópio petrográfico "Leitz Orthoplan" em luz simplesmente polarizada com uma máquina fotográfica acoplada "Canon PowerShot D10" de 12 MP. Costa ***et al***., 2018.

A composição mineralógica das areias, particularmente no que diz respeito às associações de minerais pesados, indica que a proveniência dos materiais deriva em grande parte das formações geológicas sobre as quais estão escavados os vales das ribeiras que afluem ao EB, reflectindo a importância das fontes locais no abastecimento sedimentar destas praias, como anteriormente referido por Oliveira (1967).

As características texturais dos sedimentos recolhidos no NARC e no Criptopórtico, a cota a que se encontram (NARC entre 2,3 m e 3 m ANMM; Criptopórtico entre 1,7 m e 1,8 m ANMM) e a comparação com as cotas de perfil de praia das praias actuais do estuário do Tejo (*e.g.* Freire, 1999), sugerem que se trata de areias da face de praia ou da berma que se desenvolvem nesta margem estuarina, considerando um nível médio do mar e uma amplitude de maré similar aos que actualmente se conhecem no estuário. É sobre estas praias que se vai instalar, na Idade do Ferro (séculos V a IV a.C.), um grupo populacional, construindo um bairro do qual foram registadas várias construções (Sousa, 2014). Após o abandono deste bairro por motivos ainda desconhecidos, o local é novamente coberto por areias de praia por processos naturais e são estes sedimentos que servem de substrato à necrópole romana que aqui se implanta a partir do século I a.C. (Bugalhão *et al*., 2013). É sobre areias de praia que assenta o criptopórtico romano e são praias que se desenvolvem a sul desta estrutura após a sua construção, no século I d.C. (Caessa e Mota, no prelo).

Os materiais recolhidos no Banco de Portugal - Museu do Dinheiro correspondem a depósitos cascalhentos, constituídos essencialmente por balastros de calcário rolado, aos quais se associa uma areia similar em composição às areias do NARC e do Criptopórtico (figura 16). Entre os balastros de calcário encontram-se muitos fragmentos de cerâmica, rolados a sub-rolados, atribuídos ao Período Romano (figura 18) e que datam o material estudado. Depósitos aluviais com inclusão de cerâmicas romanas foram também identificados na Praça do Município (Muralha e Leitão, 1998) e a Sul do actual edifício da Marinha, Pátio da Marinha (Santos e Marques, 2002).

Fig. 18 – Balastros (>2mm) que constituem o depósito de época romana do Banco de Portugal - Museu do Dinheiro. Foto © José Vicente | Agência Calipo.

Estes depósitos, mais cascalhentos e localizados a uma cota próxima do NMM, poderão corresponder a um depósito de praia com predomínio de balastros que resultam de um depósito sedimentar residual, localizado numa posição entre marés (possivelmente no limite entre a face de praia e o terraço de baixa-mar) que foi trabalhado ao longo do tempo. Depósitos cascalhentos com a inclusão de materiais antrópicos rolados a sub-rolados ocorrem hoje nos sedimentos a Sul da Avenida da Ribeira das Naus, a cotas próximas do NMM (figura 19).

Situações semelhantes estão descritas noutras praias do estuário (Freire, 1999), como é o caso da praia de Cruz Quebrada, concelho de Oeiras (figura 20). Neste caso, a existência de fragmentos de cerâmica nos sedimentos do Banco de Portugal - Museu do Dinheiro não derivá de uma ocupação física do local de estudo, mas sim da deposição de material transportado pelas ribeiras que atravessam o EB e com origem nas ocupações do Período Romano mais proximais (figura 8).

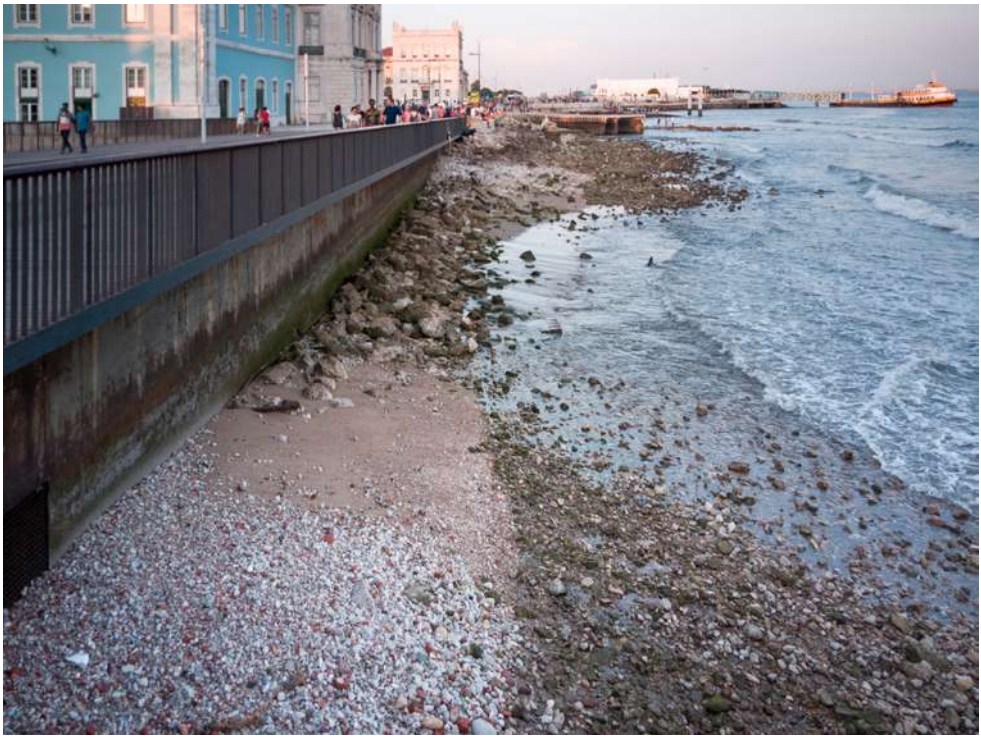


Fig. 19 – Sedimentos acumulados a Sul da Avenida Ribeira das Naus com inclusão de materiais antrópicos rolados a sub-rolados. 20 agosto 2018, em maré baixa (-0,36m ANMM).

Fig. 20 – Praia da Cruz Quebrada a 3 de Fevereiro de 2016. Limite entre a face de praia e o terraço de baixa-mar com acumulação de balastros de calcário e basalto com origem nas formações geológicas locais. Foto © José Vicente | Agência Calipo.

4| CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora ainda de forma preliminar, o estudo de sedimentos provenientes de diversos contextos (sondagens longas recolhidas na antiga área subtidal e amostras discretas recolhidas em perfil nas antigas praias fluviais do Esteiro da Baixa) da margem norte do estuário do Tejo, sobre a qual assenta a cidade de Lisboa, começa a ilustrar a evolução da paisagem, a evidenciar o resultado de eventos de alta energia e a maior ou menor aproximação da população ao rio, o que se reflecte na maior ou menor quantidade de artefactos incluídos no sedimento.

Uma maior resolução das sondagens analisadas, incluindo a realização de mais datações e a análise de sedimentos de outros contextos com enquadramento arqueológico ou de contextos sem influência antrópica, são necessários para completar a compreensão da evolução da margem ao longo do tempo, da resposta aos eventos de alta energia e da resposta ao impacto antrópico.

Na Figura 21 está indicado o Código Nacional de Sítio - CNS para cada sítio arqueológico identificado na Base de Dados *Endovélico* da Direção-Geral do Património Cultural.

Sítio Arqueológico	CNS
Avenida Ribeira das Naus (Pátio da Marinha)	36225
Banco de Portugal - Museu do Dinheiro	31018
Criptopórtico da Rua da Prata	6083
Doca da Caldeirinha	13684
Jardim do Tabaco	ainda sem CNS atribuído
Núcleo Arqueológico da Rua dos Coreeiros - NARC	1950
Praça D. Luís I	32983
Praça do Município	11381
Sede Corporativa da EDP	36613

Fig. 21 – CNS dos sítios arqueológicos mencionados no texto.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do projecto *Lisbon Stories* e das bolsas FCT SFRH/BI/51557/2011 e SFRH/BD/110270/2015 atribuídas a Ana Maria Costa e financiado pelo Instituto Dom Luiz — IDL (UID/GEO/50019/2013). O projecto é coordenado pelo Laboratório de Arqueociências (LARC/DGPC); EnvArch/CIBIO/InBIO; Departamento de Geologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (DG/FCUL); Laboratório Associado Instituto Dom Luiz (IDL).

Agradecemos a colaboração da Câmara Municipal de Lisboa (CML), particularmente ao Departamento de Património Cultural e ao Departamento de Informação Geográfica e Cadastro, sempre acessíveis na disponibilização da cartografia antiga de Lisboa georreferenciada e ortofotomapa de 2016.

Este trabalho não teria sido possível sem a colaboração de I. Andrade, L. Andrade, J. Bernardo, L. Centeno, L. Correia, P. Costa, A. Cruces, R. Danielsen, C. Esteves, J. Ferreira, B. Fonseca, M.L. Fonseca, N. Hoska, M. Inácio, P. Mendes, S. Moreira, C. Morgado, V. Pais, J. Pessoa, R. Pestana, A. Oliveira, M. Quininha, D. Rato, C. Ribeiro, J. del Rio, P. Santos, A. Silva, M. Silva, T. Silva, D. Simões, K. Volochay que ajudaram na recolha das sondagens e análise dos sedimentos.

BIBLIOGRAFIA

Almeida, I. M.; Andrade, C.; Freitas, M. C.; Moreno, J.; Cabral, M. C.; Craveiro, S.; Marques, F. (2009) – Holocene paleoenvironmental evolution of the Lisbon downtown area as recorded in the Esteiro da Baixa sediments: first results. *Journal of Coastal Research* (SI 56), pp. 574-578.

Amaro, C. (1993) – Vestígios materiais orientalizantes do claustro da Sé de Lisboa. In: *Estudos Orientais IV: Os Fenícios no território Português*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, pp. 183-192.

Arruda, A. M. (1999-2000) – *Los Fenicios en Portugal: Fenicios y mundo indigena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)* (Cuadernos de Arqueología Mediterránea V-VI). Barcelona: Universitat Pompeu Fabra.

Bettencourt, A.; Gomes, V.; Dias, A.; Ferreira, G.; Silva, M.; Costa, L. (2003) – *Estuários Portugueses*. Lisboa: Direcção dos Serviços de Planeamento, Instituto da Água, Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

Bugalhão, J. (2001) - *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros* (Trabalhos de Arqueologia 15). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

Bugalhão, J.; Arruda, A.M.; Sousa, E.; Duarte, C. (2013) – Uma necrópole na praia: o cemitério romano do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 16, pp. 243-275.

Bugalhão, J. (2015) - Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. In: *Uma casa pré-Pombalina na baixa lisboeta:* Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Arqueoarte 3). Lisboa: CHAM, pp. 7-12.

Caessa, A.; Mota, N. (no prelo) – CRLx: o projecto de estudo e valorização do criptopórtico romano de Lisboa. In Antunes, A.S.; Nozes, C.; Carvalhinhos, M.; Leitão, V., eds. - *II Encontro de Arqueologia de Lisboa: Arqueologia em Meio Urbano. Teatro Aberto 22-03-2018, Lisboa.* Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Cardoso, J.L. - (1995) - O Bronze Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um ensaio. *Conimbriga*. Coimbra: Universidade de Coimbra. 34, pp. 33-74.

Cebola, M.T. (2015) - *Caracterização morfodinâmica e sedimentar das praias de Santo Amaro e Paço d'Arcos*. Dissertação de Mestrado em Geologia Aplicada. Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Costa, A. M.; Freitas, M. C.; Inácio, M.; Fatela, F.; Lopes, V.; Andrade, C.; Cachão, M.; Mendes, P. M.; Sarrazola, A.; Macedo, M.; Bettencourt, J.; Carvalho, R.; Freitas, T. (2016) – Single Events and century-scale evolution of the northern margin of the Tagus river multidisciplinary approach to a natural and anthropic sediment record. *Estudos do Quaternário.* 14, pp. 92-104.

Costa, A. M.; Freitas, M. C;, Lopes, V.; Andrade, C.; Bugalhão, J.; Barros, P. (2017) – Reconstrução paleoambiental da margem Norte do rio Tejo através da análise *multiproxy* de sedimentos recolhidos em contexto de obra com achados arqueológicos. In Arnaud, M. J.; Martins, A. eds. - *Arqueologia em Portugal 2017: Estado da questão*. Lisboa: Associação de Arqueológos Portugueses, pp. 765-780.

Costa, A. M.; Freitas, M. C.; Lopes, V.; Bugalhão, J.; Cascalho, J.; Andrade, C.; Rocha, A. (2018) – As praias fluvio-estuarinas da Idade do Ferro e do Período Romano da Baixa de Lisboa, Portugal in BERNARDES, J.P., ETCHVARNE, C., LOPES, M.C., COSTA, C., (Eds.), *Arqueologia Urbana em Centros Históricos*, Universidade do Algarve - Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património, 256-273.

DI & UAICM, Marinha Portuguesa (2014) – Ribeira das Naus, Projecto de Requalificação. *Revista da Armada*. Lisboa: Publicação Oficial da Marinha. 484, pp. 13-15.

Fragoso, M.; Marques, D.; Santos, J. A.; Alcoforado, M. J.; Amorim, I.; Garcia, J. C.; Silva L. V. A. L.; Nunes, M. F. (2015) – Climatic extremes in Portugal in the 1780s based on documental and instrumental records. *Climate Research*. 66, pp. 141-159.

Fava, D. (1826) - *Carta topographica de Lisboa e seus suburbios comprehendendo na sua maior extensão desde o Convento dos Religiozos Barbadinhos Italianos athé a Bateria do Bom Successo e na maior largura desde o Terreiro do Paço athé o Campo Pequeno / levantada no Anno de 1807 debaixo da direcção do Cappm. Engenheiro Duarte José Fava; Reduzida, e desenhada na Caza do Risco das Obras Publicas no Anno de 1826: Sendo Intendente o Cappm. Engenheiro Jozé Bento de Souza Fava*; lithografada pelos praticantes da mesma Caza do Risco no anno de 1831, por Ordem do Fiscal das Obras Publicas, O Conselheiro Jozé Francisco Braâmcamp de Almeida Castelo Branco; D. na P. por J. S. Fontes, J. C. Pereira, M. J. O. Cruz, L. J. S. Pereira, O. R. Lith. - Escala 1:5000, 500 braças por palmo. Lisboa: Caza do Risco das Obras Públicas, 1833. - 1 planta: p&b ; 87,00 x 179,00 cm, em folha de 93,00 x 184,50 cm.

Freire, P. (1999) – *Evolução morfo-sedimentar de margens estuarinas (estuário do Tejo, Portugal)*. Dissertação de Doutoramento em Geologia. Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Freire, P.; Taborda, R.; Silva, A.M. (2007) – Sedimentary characterization of Tagus estuarine beaches (Portugal): A contribution to the sediment budget assessment. *Journal of Soils and Sediments*. 7, pp. 296-302.

Inácio, M.; Costa, A. M.; Freitas, M. C.; Fatela, F.; Lopes, V.; Andrade, C.; Cachão, M. (2016) – Evolução da margem estuarina do Tejo a escala multisecular. In Silva, V.; Paiva, A.; Antunes, M., eds. - *Livro de actas do VI Congresso Jovens Investigadores em Geociências, LEG. Estremoz, 19-20 Novembro 2016*. Évora: Pólo de Estremoz da Universidade de Évora, pp. 26-29.

Muralha, J.; Leitão, M. (1998) – *Relatório dos trabalhos arqueológicos realizados na Praça do Município*. Documento policopiado do Processo S - 11381, Arquivo Português de Arqueologia/DGPC.

Oliveira, R. (1967) – *Contribuição para o estudo do estuário do Tejo: Sedimentologia* (Memória 296). Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Parreira, J.; Macedo, M. (2013) – O fundeadouro romano da Praça D. Luís I. In Arnaud, M. J.; Martins, A.; Neves, C., eds. - *Arqueologia em Portugal: 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 747-754.

Pfister, C.; Garnier, E.; Alcoforado, M. J.; Wheeler, D.; Luterbacher, J.; Nunes, M. F.; Taborda, J. P. (2010) – The meteorological Framework and the cultural memory of three severe winter-storm in early eighteenth-century Europe. *Climatic Change*. 101, pp. 281-310.

Reimer, P. J.; Bard, E.; Bayliss, A.; Beck, J. W.; Blackwell, P. G.; Bronk Ramsey, C.; Buck, C. E.; Cheng, H.; Grootes, P. M.; Guilderson, T. P.; Haflidason, H.; Hajdas, I.; Hatteal, C.; Heaton, T. J.; Hoffmann, D. L.; Hogg, A. G.; Hughen, K. A.; Kaiser, K. F.; Kromer, B.; Manning, S. W.; Niu, U.; Reimer, R. W.; Richards, D. A.; Scott, E. M.; Southon, J. R.; Staff, R. A.; Turney, C. S. M.; Van der Plicht, J. (2013) – IntCal13 and Marine13 Radiocarbon Age Calibration Curves 0-50,000 Years cal BP. *Radiocarbon*. 55:4, pp. 1869-1887.

Santos, V.; Marques, J. (2002) – Acompanhamento das obras do metropolitano de Lisboa: Intervenção arqueológica na Avenida da Ribeira das Naus. In *Actas do 3º Encontro de Arqueologia Urbana. Almada, 20-23 de Fevereiro de 1997.* Almada: Câmara Municipal de Almada, pp. 165-176.

Sarrazola, A. (2013) – A grande tempestade de 19 de novembro de 1724: Subsídio para uma abordagem narrativa. *Apontamentos de arqueologia e património*. 9, pp. 83-88.

Sarrazola, A. (2014a). – O fundeadouro romano da actual Praça D. Luis I (Séculos I a.C. / VI d.C.). *Rossio: Estudos de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 3, pp. 34-46.

Sarrazola, A. (2014b) – A Grade de Maré da Praça D. Luís I: subsídios para o conhecimento histórico da Lisboa Ribeirinha em Época Moderna. *Rossio: Estudos de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 3, pp. 46-51.

Silva, M. F.; Rocha, A. J. F. (2016) – A génese da Judiaria Pequena de Lisboa no século XIV. In *Lisboa Medieval; Gentes, espaços e poderes* (Colecção Estudos 15). Lisboa: IEM, pp. 223-240.

Sousa, E. (2014) – *A ocupação pré-romana da foz do estuário do Tejo* (Estudos & Memórias 7). Lisboa: UNIARQ.

#35 “NÓS” E OS “OUTROS”. O QUE A ARQUEOLOGIA EM MEIO URBANO NOS PODE ENSINAR E PERMITIR.

MÁRCIO MARTINGIL | TAIPA ARQUEOLOGIA; IAP/FCSH/UNL

RESUMO

No momento em que a Arqueologia nacional tem cada vez maior visibilidade na sociedade, crê-se importante o debate e o conhecimento da realidade dos problemas que a generalidade do sector enfrenta. É igualmente necessário percebermos os problemas a que estão sujeitos outros profissionais (arquitectos, investidores, etc.) e sectores (construção, investimento, etc.) que connosco trabalham – urge identificar qual o verdadeiro impacto causado pelos trabalhos arqueológicos e quais as questões que, apesar de não serem da responsabilidade da Arqueologia, lhe são imputadas para que se possam discutir soluções. Reveste-se de igual urgência trazer estas questões para os encontros científicos de Arqueologia, dada a sua importância para o futuro da profissão.

Sabemos que muitas das questões mais complicadas surgem em meio urbano e devido ao desconhecimento que os directores de projecto têm em relação à Arqueologia e às suas obrigações em relação à mesma. Assim sendo, devemo-nos perguntar o porquê desta realidade e como a podemos alterar. Uma das soluções passará pelo maior diálogo entre as entidades estatais responsáveis pelo património e as instituições de ensino e ordens profissionais para que sejam lecionados conteúdos básicos em relação à Arqueologia – do que trata, para que serve, como se instrui um P.A.T.A, quais os prazos, etc. Todavia, a solução deverá passar também pela forma como nós arqueólogos nos “posicionamos” no mercado e nos relacionamos com as restantes especialidades de obra – não nos isolarmos e darmos a conhecer aos outros profissionais o que fazemos e, dentro das condicionantes existentes, apresentar as melhores soluções para “ambas as partes” para que o impacto sobre o património e o impacto financeiro da Arqueologia nas empreitadas sejam o mais reduzido (mas justo) possível, pois só aliando estas duas questões – o conhecimento da nossa profissão e apresentação de soluções viáveis para o cliente – conseguiremos alterar a ideia de que Arqueologia é sinónimo de problema.

Palavras-Chave: Arqueologia; Cidade; Comunicação; Educação; Sensibilização.

ABSTRACT

At a time when national archaeology is increasingly visible in society, it is believed that debate and knowledge of the reality of the problems facing the sector is important. It is also necessary to understand the problems to which other professionals (architects, investors) and sectors (construction, investment) who work with us are subject. There is a need to identify the true impact of archaeological work and what issues, although not the responsibility of archeology, are imputed to it so that solutions can be discussed. It's also necessary to bring these questions to Archaeology scientific meetings, since they are important for the future of the profession.

We know that many of the more complicated issues arise in urban areas and because of the lack of knowledge that the project managers have about Archaeology and their obligations to it, so we must ask ourselves why this happens and how we can change it. One of the solutions will be the greater dialogue between government entities responsible for heritage and educational institutions and professional orders to be taught basic contents in relation to Archaeology. However, the solution must also dependo n the way we archaeologists "position" ourselves in the market and relate to the other specialties in the working place. We should not isolate ourselves and let other professionals know what we do and, within the existing constraints, present the best solutions for "both parties" so that the impact on heritage and the financial impact of archeology in the works are as small as possible because only combining these two issues - knowledge of our profession and presentation of viable solutions for the client - we will be able to change the idea that Archaeology is synonymous of problem.

Keywords: Archeology; City; Communication; Education; Awareness.

1| INTRODUÇÃO

Nos dias que correm a Arqueologia começa a ser cada vez menos desconhecida ao "cidadão comum". É cada vez mais frequente depararmo-nos com intervenções arqueológicas nos centros históricos das cidades, em plena via pública, tal como começa a ser relativamente usual depararmo-nos com notícias relacionadas com intervenções e "achados arqueológicos" nos meios de comunicação social, sejam reportagens televisivas, sejam artigos de imprensa nacionais ou internacionais. Esta situação leva a que cada vez mais gente contacte de uma forma indirecta com o trabalho que realizamos, no entanto, isto não significa que o número de pessoas que de facto sabe o que fazemos, porque o fazemos e, mais importante, para que o fazemos seja igualmente crescente. Esta realidade encarna o mote perfeito para discutirmos alguns dos problemas existentes no sector da Arqueologia, sabendo de antemão que muitos são criados devido ao desconhecimento mencionado anteriormente.

Quando falamos em desconhecimento não nos referimos apenas ao existente no seio do sector da construção e imobiliário (por exemplo) relativamente à Arqueologia, mas também ao desconhecimento de muitos arqueólogos no que se refere às práticas arqueológicas e acima de tudo ao desconhecimento ainda bastante expressivo da nossa classe profissional em relação ao próprio mercado onde se insere – muitos de nós continuam a ter dificuldades bastante claras quanto à forma como devem agir perante os seus clientes, promotores de empreitadas, arquitectos, engenheiros, etc., com os quais trabalhamos todos os dias, mas com os quais nem sempre conseguimos uma boa relação de trabalho e, acima de tudo, com os quais nem sempre conseguimos formar uma equipa de trabalho saudável, eficiente e multidisciplinar, capaz de fazer cumprir as necessidades inerentes à protecção patrimonial e as necessidades existentes para a satisfação dos projetos dos promotores/donos de obra.

Como referimos, estas dificuldades surgem acima de tudo devido ao desconhecimento que uns têm em relação ao trabalho e necessidades dos outros, daí advir também o "título" deste artigo, no qual a "arqueologia urbana" (no sentido de arqueologia realizada em espaço urbano) se insere devido a uma realidade simples: é nos centos urbanos que a maioria dos trabalhos arqueológicos se desenvolvem e é igualmente nesses espaços que os ditos trabalhos podem trazer/provocar maiores atritos, logo, é aí onde é necessária uma capacidade de resposta mais rápida e o mais acertada possível.

A nosso ver, o primeiro grande problema reside em algo muito simples: nós arqueólogos, que temos como uma das nossas funções profissionais proteger o património, devemos perceber e assumir que a satisfação e protecção dos interesses do nosso cliente também nos compete a nós; os "outros", clientes/promotores, arquitectos, engenheiros, etc., devem perceber e assumir que a protecção patrimonial também lhes compete a eles e não apenas o cumprimento dos projectos de Arquitectura a qualquer custo. Quando conseguirmos resolver esta questão maior, conseguiremos de facto constituir equipas de trabalho salutares e eficientes, pois teremos todos o mesmo objectivo: concretizar o projecto que o cliente deseja (e pelo qual pagou) e proteger os vestígios patrimoniais presentes, para que as gerações futuras possam usufruir de ambos. Para isto será necessário obviamente trabalhar em equipa de modo a encontrar as melhores soluções para a concretização destes aspectos, tendo sempre em mente que "como em qualquer casamento, serão necessárias cedências de todas as partes" para que no final o resultado seja o pretendido ou, no mínimo, o melhor possível.

Para que esta realidade seja possível será necessário irmos à raiz da questão ou "às raízes das questões", pois são várias, embora todas passem, a nosso ver, pela mesma solução – educação, sensibilização.

2| EDUCAÇÃO DA SOCIEDADE NA SUA GENERALIDADE

É, na generalidade, cada vez mais importante apostar claramente desde cedo na educação de cada individuo constituinte da nossa sociedade para a importância do nosso património cultural, explicando-lhe o seu valor e qual o seu contributo para a criação, manutenção e evolução contínua da nossa identidade. No entanto, é cada vez mais claro que esta educação por si só já não é suficiente, é necessário haver o entendimento e sobretudo a aceitação que actualmente estamos perante uma sociedade cada vez mais diversificada, onde a globalização é de facto uma realidade concreta a todos os níveis. Assim sendo, é importante que se eduquem os indivíduos talvez também numa outra vertente – já não é suficiente que saibamos a importância da preservação patrimonial para a nossa construção identitária, pois se formos honestos connosco próprios, sabemos que para muitos indivíduos isso não se reveste de qualquer valor. Feliz ou infelizmente é necessário que se eduquem as pessoas no sentido de que estas percebam que proteger e valorizar o património pode e é cada vez mais uma forma de atrair investimento, de se alcançarem dividendos económicos. A ideia "romântica" de que com o património não se deve/pode gerar lucros financeiros, directa ou indirectamente, está hoje em dia bastan-

te desfasada da realidade, como todos sabemos (embora muitos finjam não saber ou não queiram aceitar). Para gerar lucro através do património não temos que obrigatoriamente criar um museu e "cobrar" entrada. É sabido que, por exemplo, a preservação de ruínas arqueológicas dentro de unidades hoteleiras consegue atrair um maior número de clientes, pois além de pernoitarem em instalações que acreditam satisfazer as suas necessidades de conforto, podem também ver e por vezes até visitar um pouco desses testemunhos de vivências passadas, tornando a sua experiência algo diferente – existe um espaço cultural dentro do local onde pernoitam, podendo isso significar que há também uma preocupação desse mesmo espaço em manter salvaguardada uma parte da herança histórica do local onde se insere e que esses indivíduos visitam.

O porquê de devermos focar-nos nestas "educações"? Por um simples facto: antes de nos tornarmos no que quer que seja, somos, cada um de nós, um cidadão. Assim, se desde cedo formos educados com estas noções mais tarde se nos viermos a tornar em proprietários, promotores de um qualquer investimento de construção, em arquitectos, etc., não iremos olhar para a necessidade da preservação patrimonial apenas como uma imposição sem qualquer utilidade ou mais-valia para nós, tal como se mais tarde nos tornarmos arquitectos, engenheiros, mediadores imobiliários também iremos olhar para o património como uma possível fonte de receitas indirectas para o nosso cliente, o que nos levará mais "facilmente" a querer preserva-las. Por fim, se nos tornarmos arqueólogos não iremos olhar para o património apenas como algo que deve ser protegido, mas também como algo que além de dever ser protegido poderá trazer benefícios a quem o preserva e a quem investe para o fazer, seja uma identidade pública ou privada. Neste caso cria-se novamente uma série de objectivos transversais a todos os intervenientes ou pelo menos existe conhecimento comum a todos.

3| EDUCAÇÃO DE INTERVENIENTES DIRECTOS NAS EMPREITADAS: ARQUITECTOS E ENGENHEIROS.

O desconhecimento de arquitectos e engenheiros em relação à Arqueologia, às suas práticas e deveres é outro dos grandes problemas que o sector enfrenta actualmente. No caso destes intervenientes a sua educação não pode/deve ser apenas generalista. É de todo preocupante ouvirmos em reuniões de obra, por parte destes profissionais, que não têm ideia do que é necessário fazer em termos de arqueologia, por exemplo, em centros históricos. É certo que muitas vezes este desconhecimento não é real, ou seja, são perfeitamente conhecidas quais são as

condicionantes que têm de ser cumpridas, no entanto, há sempre a tentativa de as contornar. Esta é outra das situações que devem ser corrigidas de forma urgente.

Hoje em dia são poucas, para não dizer nenhumas, as instituições de ensino superior que ministram disciplinas ligadas ao património arqueológico em cursos de arquitectura ou engenharia. Não cremos necessário que exista uma formação exaustiva destes profissionais na área arqueológica, até porque não é esse o objectivo dos cursos que frequentam, contudo, é importante que sejam lecionados conteúdos básicos – é importante que sejam lecionados aspectos como, por exemplo, a existência de níveis arqueológicos, em que consiste a realização de sondagens arqueológicas prévias ou acompanhamentos arqueológicos, quais as suas diferenças e implicações, quando devem ser realizadas, quais os prazos existentes para a entrega e aprovação de relatórios de arqueologia, em que consiste um pedido de autorização de trabalhos arqueológicos (P.A.T.A), etc. Estas questões poderiam evitar vários problemas com os quais nos deparamos diariamente. Vejamos, havendo uma formação básica estes intervenientes essenciais num projecto de construção saberiam, por exemplo, que as sondagens arqueológicas prévias devem ser realizadas antes do inicio dos trabalhos de construção e não durante os mesmos – mais importante, saberiam que os trabalhos arqueológicos devem ser realizados mesmo antes do término dos projectos em gabinete, visto que isso permite que as alterações necessárias ao mesmo, caso as hajam, sejam realizadas antes da sua finalização e entrega, o que faria com que todo o processo se tornasse mais rápido e muito mais vantajoso a nível económico ao promotor, já que não teria de pagar alterações de projecto nem esperar novamente pela aprovação dessas alterações. Por outro lado, isto possibilitaria que os trabalhos de arqueologia fossem realizados atempadamente, sem a necessidade de paragens nos trabalhos de construção, comuns actualmente e, em maior segurança, tal como proporcionariam uma maior eficácia no que concerne à preservação e protecção do património, na medida em que em caso de necessidade a compatibilização entre os remanescentes arqueológicos e o projecto pretendido poderia ser feita de imediato através da análise e trabalho conjunto entre a equipa de arqueologia e equipa de projecto, evitando-se portanto a situação que todos conhecemos – a preservação apenas pelo registo porque já não há qualquer hipótese de se alterar o projecto, pois em muitos casos a construção do mesmo já vai adiantada quando a arqueologia integra a equipa e respectivos trabalhos.

Apesar de tudo não cremos que a responsabilidade da falta de instrução supramencionada seja apenas das instituições de ensino. Acreditamos que tanto as "ordens profissionais" como a própria tutela do património cultural devem ter um papel mais activo nesta questão, não apenas através da disponibilização de infor-

mação útil, mas sobretudo através de acções de formação, extra-curriculares, junto destes profissionais, para que possam ficar esclarecidos quanto às obrigações/condicionantes que estão obrigados a cumprir e quais os benefícios e mais-valias que advêm do seu cumprimento atempado.

4| EDUCAÇÃO DE INTERVENIENTES DIRECTOS NAS EMPREITADAS: ARQUEÓLOGOS.

Por último, mas talvez a questão mais problemática – a educação dos próprios arqueólogos. É para nós a mais problemática visto que os arqueólogos são provavelmente os profissionais que, estando em obra, estão mais mal preparados para o fazer. A afirmação anterior prende-se com aspectos bastante variados, nomeadamente:

- a formação dos arqueólogos é maioritariamente teórica e regra geral muito ligada a conteúdos meramente académicos sempre relacionados com a Arqueologia;
- a adequação da formação teórica aos trabalhos práticos de campo, especialmente em cidade, é sobejamente ineficiente;
- grande parte dos "estágios" realizados durante a frequência do curso superior de Arqueologia são efectuados em meio rural, em contexto de projectos de investigação;
- os conhecimentos relativamente ao registo arqueológico são ou escassos ou uma vez mais, demasiado teóricos;
- o conhecimento relativamente a programas de desenho informatizado e sua utilização são parcos ou inexistentes;
- a criação de bases de inventário completas, práticas e funcionais é quase desconhecida;
- os conhecimentos de Arquitectura são muito fracos ou mesmo nulos (muitos são os que chegam ao campo sem saber ler uma planta de um projecto de Arquitectura);
- o conhecimento da legislação patrimonial é também por vezes escassa ou incompleta;
- o procedimento relativamente à instrução de um Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos é por vezes desconhecido (muitos são os arqueólogos recém-formados que desconhecem onde se faz o pedido e especialmente como se faz e o que deve conter, mesmo os que se encontram já legalmente habilitados a dirigir trabalhos);
- o conhecimento da realidade do mercado de trabalho é fraco ou demasiado "fantasiado";
- as apetências comerciais e de promoção do própria trabalho/profissão são maioritariamente nulas;

Todas as questões anteriores e muitas outras não exemplificadas levam a que a posição do arqueólogo, tanto em obra, como no mercado de trabalho em geral, seja muito "débil" e pouco respeitada.

Obviamente que todos nós entendemos que uma instituição de ensino superior não se pode resumir a leccionar "cursos profissionalizantes", no entanto, é importante que essas mesmas instituições preparem o melhor possível quem as frequenta, para o exercício da profissão para a qual se formam. Ou seja, os conteúdos teóricos não devem claramente ser descartados, mas as instituições de ensino deverão adaptar-se cada vez mais às necessidades do mercado de trabalho e preparar os seus alunos para o mesmo. Fará sentido um curso de Arqueologia leccionado nos dias que correm não ter uma disciplina que leccione noções básicas de arquitectura ou engenharia? Por exemplo, como ler uma planta ou um corte, quais as implicações que existem para a realização de reforços de fundações de um edifício existente, as várias formas de o fazer, etc. São questões bastante práticas que quando um recém-licenciado não as conhece, nem sabe como se fazem, podem ter implicações graves na preservação do património arqueológico – a título de exemplo, provavelmente muitos de nós apenas perceberam que a realização de micro-estacas destrói os vestígios arqueológicos mais próximos quando as viram fazer pela primeira vez, ou, quando encontraram contextos "inundados" por calda de betão.

Também não faz qualquer sentido que não se leccione sobre a utilização de programas de desenho informatizado, visto que hoje em dia é regra na nossa profissão, a própria tutela nos pede desenhos CAD nos relatórios finais, implantações dos vestígios arqueológicos em levantamentos topográficos, etc. No entanto, ainda mais grave é o desconhecimento das práticas de registo de campo ou a fraca capacidade para a sua realização, do que vale a um arqueólogo ser muito bom a desenhar peças cerâmicas se depois não sabe executar desenho de campo? Como é que poderá realizar um registo científico fiável quando não tem aptidão/conhecimento suficiente para isso? Se pensarmos realmente nestas questões percebemos as falhas com que a maioria de nós sai da Universidade para o mercado de trabalho, onde, por si só, já não é fácil vingar e crescer.

Foquemo-nos agora um pouco na última questão do parágrafo anterior – o mercado de trabalho. Quais são os nossos conhecimentos do mesmo e quais as nossas aptidões e ferramentas para o enfrentarmos – poucas. De facto, quando terminamos a nossa formação, durante a qual fomos ("digamos que") maioritariamente "formatados" para sermos arqueólogos "cientistas/investigadores" a adaptação ao mundo do trabalho pode ser (e é por vezes) bastante complicada. Começa de imediato por outra questão fulcral: onde e como se faz a instrução de um P.A.T.A. – quase todos nós já nos deparámos com estão situação. Os arqueólogos mais jovens não o sabem e para o aprender recorrem aos arqueólogos "mais velhos", provavelmente como nós próprios fizemos quando iniciámos a nossa carreira profissional. Esta

situação leva de imediato a outro problema – a imagem do arqueólogo perante o seu cliente fica descredibilizada, pois esse cliente duvida de imediato que o profissional de Arqueologia saiba o que está a fazer, e tudo o que possa vir a correr menos bem vai ser normalmente imputada à Arqueologia. Para esta questão também contribui a falta de soluções dadas pela Arqueologia sempre que surgem vestígios arqueológicos. Um arqueólogo não pode resumir o seu trabalho a informar o seu cliente e a equipa de Arquitectura de que "não pode fazer "a, b, ou c", o arqueólogo deve fazê-lo e de seguida apresentar várias soluções ou possibilidades para a realização do projecto sem que ocorram destruições (pelo menos sem serem absolutamente necessárias) e discutir essas soluções com o responsável do mesmo – só assim protege o património existente e ao mesmo tempo os interesses do seu cliente. Desta forma o profissional de arqueologia deixa de ser visto como alguém que apenas prejudica o andamento e realização dos trabalhos e a equipa de projecto e passa a ser outro elemento que tem por objectivo a concretização daquilo que o cliente quer, integra-se naturalmente na equipa de trabalho na sua generalidade. No entanto, para que isto aconteça além de serem necessárias capacidades "comercias" também é necessário que haja uma formação teórica e prática de qualidade, para que o profissional esteja seguro das suas capacidades e daquilo que pode e tem de fazer, de modo a que não se isole devido à sua insegurança profissional e de modo a que seja visto e tratado com respeito o que permitirá por acréscimo que o seu trabalho também o seja, levando-o a ser "tido em conta" nas decisões importantes necessárias ao decorrer das empreitadas.

Apreendendo o que acima foi mencionado, percebemos que não podemos reduzir os problemas que o sector enfrenta à precariedade extrema das condições salariais e de trabalho, já que, embora existam e sejam cada vez mais preocupantes, não são problema único. Talvez até, no momento em que conseguirmos corrigir as questões supramencionadas consigamos também corrigir mais rapidamente as questões da precariedade salarial e das condições de trabalho. A partir do momento em que consigamos que exista um trabalho de Arqueologia de excelência (e com isto não queremos dizer que de momento não haja trabalhos de excelência, todos sabemos que os há), em que consigamos que quem investe, valorize e perceba a importância do nosso trabalho e lhe reconheça tanto qualidade, quanto utilidade, conseguiremos que o investimento económico nos nossos trabalhos seja maior, visto que a Arqueologia deixará de ser vista como um desperdício de dinheiros e um investimento em "saco rôto". Para que isto aconteça não é apenas necessária uma mudança da parte dos "outros", mas também uma mudança da nossa (arqueólogos) parte.

É importante que esteja também presente na nossa mente que não temos de proporcionar mudanças somente nos conteúdos curriculares universitários e na nossa postura em obra ou no mercado de trabalho, é igualmente necessário mudarmos a nossa postura perante a sociedade. Com isto queremos dizer que é importante criarmos mecanismos que nos permitam mostrar e divulgar o nosso trabalho, e sobretudo, os resultados e utilidade do mesmo, à sociedade em geral. Já não é suficiente realizarmos encontros e congressos entre pares, urge conseguirmos comunicar com a restante sociedade, com o cidadão comum e isso obviamente não será possível através de congressos científicos onde a maioria das comunicações utiliza uma linguagem tão técnica, tão especifica que por vezes nem os nossos pares, especializados em áreas diferente à nossa, sabem do que estamos a falar.

4| A EDUCAÇÃO DO ARQUEÓLOGO "PARA A SOCIEDADE" E A EDUCAÇÃO DA SOCIEDADE PELO ARQUEÓLOGO.

Voltamos assim ao nosso primeiro ponto – a educação da sociedade "para" o património e arqueologia. Qual o nosso papel e quais as responsabilidades e contributos dos arqueólogos nesta questão? São três questões que, por si só, podem gerar um turbilhão de muitas outras, no entanto, explanaremos apenas algumas que acreditamos serem as mais relevantes.

De imediato se torna óbvio que o nosso papel, responsabilidade e contributo para tal são enormes, não fossemos nós arqueólogos. Não existindo ainda uma "educação generalizada ou generalista" para estas questões durante a nossa formação enquanto indivíduos, cabe-nos primeiramente a nós, profissionais da área em questão, começar a fazê-lo. Como dissemos anteriormente, já não é suficiente a realização de congressos científicos, visto estar mais do que provado que a esses "encontros" vão essencialmente outros arqueólogos ou profissionais de áreas ligadas ao património. É necessário sermos educados para criar mecanismos de divulgação mais eficientes junto da sociedade, que também não podem passar simplesmente pela criação de museus esperando que as pessoas os visitem (e ainda nesse caso poderá ser interessante tornar as explicações do que se vê, mais acessíveis a todos). Existem já algumas entidades que se começam a focar nestas questões, como por exemplo, empresas de Arqueologia que criam actividades ligadas à área, para crianças e que, através dessas actividades, instruem de forma discreta para a importância e valor do nosso património. Esta realidade é um começo, afinal as crianças de hoje serão os adultos de amanhã, e quanto mais valorizarem a sua/nossa herança cultural, mais a irão respeitar no futuro e maior capacidade terão

para a preservar. Muitos de nós desvalorizam esta questão, todavia, a sua importância e relevância é inequívoca.

Algo que deveríamos tentar também é o maior contacto com escolas e, porque não, criar algumas parcerias entre essas instituições e outras, ligadas à Arqueologia e Património, para que, por exemplo, nas actividades de final de períodos lectivos se integrassem esclarecimentos ou, caindo na redundância, actividades ligadas com o nosso património que poderiam mesmo ser a comunicação de trabalhos de Arqueologia, através de uma linguagem acessível, visitas aos sítios (quando possível), ou a criação de vídeos e recriações 3D que colmatassem a impossibilidade da deslocação – aproveitar o facto de estarmos na "era das tecnologias" e o facto de estarmos todos cada vez mais receptivos às mesmas, para as utilizarmos a nosso favor, tornando-as aliadas na comunicação e divulgação do que fazemos e da sua importância. Esta solução poderá ser aplicada a um número de pessoas bem mais alargado, não tem que se restringir apenas às escolas. Também o poderemos fazer, apoiados pela tutela do património junto das ordens profissionais dos outros intervenientes das empreitadas – criar parcerias e fazer acções de divulgação dos trabalhos junto da Ordem dos Arquitectos, da Ordem dos Engenheiros, etc., para que além de ficarem a conhecer as implicações dos trabalhos de Arqueologia ficassem igualmente a conhecer os seus resultados e tudo aquilo que é possível fazer, tanto com os vestígios identificados, como com os resultados da sua investigação e, a partir destes "grupos nucleares" passarmos para grupos cada vez maiores – os habitantes de cada rua/bairro (ficariam esclarecidos relativamente ao que se estava a fazer no seu bairro e quais os vestígios que nele existem), das freguesias, das suas vilas, cidades etc.

5| NOTAS FINAIS

Se por um lado existe um grande número de problemas no sector, por outro há todo um manancial de oportunidades e soluções por explorar, tanto no que concerne à educação do cidadão comum, como à educação dos principais intervenientes em cada empreitada de trabalhos.

Se a Arqueologia em meio urbano veio mostrar de uma forma mais agressiva e ao mesmo tempo eficaz, as falhas ou fragilidades que existem no seio dos seus intervenientes, seja no que concerne à sua formação académica em relação à sua própria profissão, seja relativamente à formação que tem em relação à profissão dos outros, também veio proporcionar a oportunidade de se corrigirem essas falhas, pois não deixa de constituir um grande "laboratório" onde se devem testar as soluções que conhecemos, ver quais as que melhor se adaptam, pensar e criar ou-

tras soluções possíveis, discuti-las entre todas as partes. A Arqueologia em meio urbano permite um contacto efectivo, real e privilegiado entre todas as especialidades que com ela contactam, permite que todos nós tenhamos a oportunidade de evidenciar aos outros profissionais que connosco trabalham quais são as nossas maiores necessidades e para as quais precisamos de respostas claras e objectivas, ou seja, permite que promotores, arqueólogos, engenheiros, arquitectos, tutela, etc., discutam e encontrem entre si soluções para as principais dificuldades que surgem durante a realização de um projecto, dificuldades essas que muitas vezes são criadas por "um grupo profissional" aos outros grupos, avultadas vezes por desconhecimento das obrigações a que cada um está sujeito.

A Arqueologia em meio urbano permite ainda algo de maior relevo, permite-nos chegar a um grande número de pessoas diariamente, especialmente se os trabalhos forem realizados na via pública. Neste aspecto é igualmente importante que os arqueólogos não se fechem no "seu mundo" e que quando lhes são colocadas questões, por transeuntes, lhes respondamos o melhor possível, pois isso não é de todo perder tempo, é transformar um aspecto bastante simples numa mais-valia para o nosso trabalho e para a divulgação do mesmo, pois no momento em que esclarecemos alguém, essa pessoa provavelmente irá começar a olhar para o nosso trabalho e para a importância do mesmo de uma forma mais positiva e começará a deixar cair por terra a opinião, em grande parte generalizada, de que os trabalhos de Arqueologia servem essencialmente para atrasar intervenções, para causar transtornos. Ao esclarecermos e darmos a conhecer um pouco do que estamos a fazer, um número cada vez maior de pessoas irá perceber que, apesar dos transtornos que possam estar a ter devido ao nosso trabalho, esse trabalho é importante e logo deve ser valorizado e respeitado, afinal o nosso objectivo maior é preservar um Património que é de todos e não apenas de arqueólogos ou promotores e com o estudo do que preservamos ajudar à construção (contínua) do conhecimento da nossa herança cultural e ajudar à divulgação da mesma. No entanto, deveremos estar sempre conscientes de que uma cidade é um organismo vivo e que como tal continuará a crescer, a mudar, a transformar-se e que isso também fará parte da nossa herança, logo não devemos, nem podemos, impedir que aconteça.

#36 UM CONTEXTO DOS INÍCIOS DO SÉCULO XVIII NA RUA DOS CORREEIROS (BAIXA DE LISBOA): REVISÃO CRÍTICA DOS DADOS DA SONDAGEM 14 - 1991.

SARA FERREIRA | FCT; CHAM/FCSH/UNL
ANDRÉ BARGÃO | FCT; CHAM/FCSH/UNL
RODRIGO BANHA DA SILVA | CAL/DPC/DMC/CML; DH/FCSH/UNL; CHAM/FCSH/UNL
JOANA BENTO TORRES | CHAM/FCSH/UNL
ANDRÉ TEIXEIRA | DH/FCSH/UNL; CHAM/FCSH/UNL

RESUMO

Em 2003 Laura Trindade e Dias Diogo publicaram um estudo sobre as cerâmicas lisboetas de "barro vermelho" provenientes de um contexto identificado em 1991 na Sondagem 14 da Rua dos Correeiros, em plena Baixa Pombalina. Tendo sido atribuído ao terramoto de 1755, converteu-se num dos conjuntos cerâmicos de referência da cidade, utilizado para a definição de paralelos e respectivas cronologias.

Os autores procedem à revisão do referido conjunto, tendo compulsado a totalidade da amostra, que inclui elementos de "barro vermelho", mas, sobretudo, um conjunto significativo de outros fabricos inéditos, nomeadamente a faiança, a cerâmica vidrada de chumbo e a cerâmica fina, entre outros exemplares importados. Estes novos elementos permitiram recuar a cronologia deste contexto, balizando-o entre o século XVII e os inícios do século XVIII.

Palavras-Chave: Lisboa; arqueologia urbana; Idade Moderna; cerâmica; faiança.

ABSTRACT

Laura Trindade and Dias Diogo published in 2003 an important assemblage of local/regional coarse ware pottery collected in 1991 on Sounding 14 from Rua dos Correeiros context. Attributed to the 1755 Lisbon earthquake, it became a reference ceramic set for the definition of parallels and chronologies in this city.

The authors revised all this assemblage, adding in the present publication the faience, lead glazed and fine red ware, besides several imported ceramics. These new elements allowed the revision of the former chronology attributed to the context, establishing it between the 17th and the early 18th centuries.

Keywords: Lisbon; Early Modern Age; urban archaeology; pottery; faience.

1| INTRODUÇÃO

A intervenção arqueológica de salvamento da Rua dos Correeiros teve lugar entre Janeiro e Junho de 1991 na via pública, ao longo de toda a artéria (Fig. 1). Tendo sido motivada pela renovação das infra-estruturas subterrâneas de abastecimento de água, gás, electricidade e telecomunicações, foi executada pelo Gabinete Técnico do Teatro Romano de Lisboa, sob a direcção do seu responsável, António Dias Diogo.

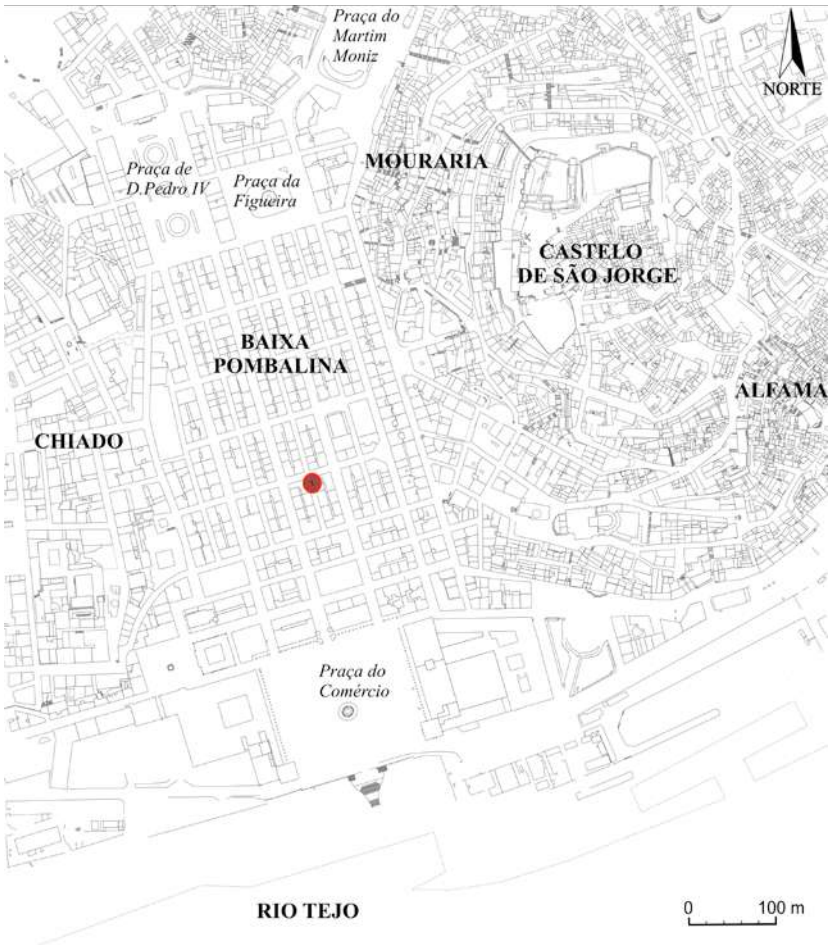


Fig. 1 – Localização (a vermelho) da Sondagem 14 da Rua dos Correeiros na planta do núcleo histórico central de Lisboa.

Da acção resultou o isolamento de mais de quarenta segmentos de vala, de extensão, largura e profundidade variáveis, onde se reconheceu a presença de estruturas e estratigrafias de valor científico e/ou patrimonial significativo. Tratou-se, à época, da mais extensa e intensiva intervenção deste tipo realizada em Lisboa, executada no momento de arranque definitivo de uma *praxis* contínua de trabalhos arqueológicos, situável em 1989-1990 (Gaspar *et al.,* 2000).

Este, como outros trabalhos dirigidos por Dias Diogo, proporcionou a identificação de contextos lisboetas de cronologia medieval e moderna onde as cerâmicas de origem local e regional eram predominantes. Ora, este tipo de fabricos era somente conhecido até então através dos achados produzidos em 1960 por Irisalva Moita (1964-1966, 1983) e, um pouco mais tarde, na Casa dos Bicos (Amaro, 1983) e em São Vicente de Fora (Ferreira, 1983), qualquer deles encerrando latas e mal esclarecidas cronologias por múltiplos fundamentos, entre os quais o evidente subdesenvolvimento da arqueologia moderna em Portugal. Talvez por este motivo Dias Diogo tenha encetado um esforço notório de publicação de conjuntos seleccionados de loiça medieval e moderna de Lisboa com origem local e regional (Diogo e Trindade, 1995a, 1995b, 1998, 1999, 2000a, 2000b, 2003, 2009; Trindade e Diogo, 1997, 1998a, 1998b, 2003).

Esta linha de investigação de Dias Diogo inscreveu-se entre finais da década de 1980 e os primeiros anos do decénio seguinte, altura em que o interesse mais criterioso por estas matérias finalmente despontava com vigor em Portugal. Foi neste momento que surgiram os estudos da Mata da Machada, no Barreiro (Torres, 1990 [1987]), do Funchal (Gomes e Gomes, 1989), de Silves (Gomes e Gomes, 1991), de Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1991) e de Almada (Sabrosa e Santo, 1992), com ulterior e extensa continuidade, maior abrangência geográfica e diversificação dos autores ao longo da década de 1990. Deverá aqui sublinhar-se o papel fundamental do Campo Arqueológico de Mértola no arranque da investigação sobre a cerâmica medieval e moderna em Portugal, mediante a organização em Lisboa do 4º congresso da *Association Internationale pour l'Étude des Céramiques Médiévales en Méditerranée* (1987) e o início da publicação regular da revista *Arqueologia Medieval* (1991). Na sua sequência realizaram-se ainda as quatro jornadas de Tondela, coordenadas por Hélder Chilra Abraços e João Diogo (1992, 1995, 1997 e 2000) e patrocinadas por aquela edilidade beirã. Estes encontros promoveram não só a congregação regular dos investigadores portugueses interessados sobre a matéria, como a sua inserção em redes internacionais.

Foi neste quadro que Laura Trindade e Dias Diogo publicaram "Cerâmicas de Barro Vermelho de Entulhos do Terramoto de 1755 provenientes da Sondagem 14 da Rua dos Correeiros, em Lisboa" (Trindade e Diogo, 2003). Aqui se divulgaram 29 exemplares, ilustrando 10 distintas morfologias atribuídas a 1755 (Fig. 6).

Duas décadas volvidas, três circunstâncias aconselham a revisitação dos dados então divulgados: por um lado, justificam-no os desenvolvimentos mais recentes verificados na arqueologia moderna portuguesa; em segundo lugar, e porque se trata de um dos poucos conjuntos de época moderna publicados de Lisboa, vem sendo utilizado como contexto de referência para o estabelecimento de paralelos e respectivas datações (*vide* por exemplo Bugalhão e Coelho, 2017); por fim, os dados apresentados por Dias Diogo e Trindade constituem apenas uma parte da "camada 7" da dita da Sondagem 14, pois dos 9029 fragmentos registados, 8046 eram relativos a "vasos em barro vermelho" (Trindade e Diogo, 2003, p. 288), não tendo sido abordados os restantes, associados a outros tipos de materiais, além de um exemplar de botija. Por si só os elementos mantidos até agora inéditos justificariam a revisão dos dados, pois são eles que encerram a mais qualificada informação cronológica, fundamental para a datação do contexto. Do mesmo modo, os desenvolvimentos entretanto verificados na investigação aconselhariam a aplicação de metodologias quantitativas próprias aos estudos de ceramologia em arqueologia, hoje mais compreensivos do que há duas décadas atrás.

2| ESTRUTURAS E ESTRATIGRAFIA: REAVALIAÇÃO CRÍTICA

Os dados de escavação foram apresentados por Laura Trindade e Dias Diogo (2003, pp. 285-286), que descreveram as circunstâncias dos achados e apresentaram o entendimento da estratigrafia reconhecida. Ao longo de uma extensão de 8 metros identificou-se uma sequência onde se discriminaram sete depósitos ("1", "2", "4", "7", "8", "9" e "10") e três estruturas antigas (Fig. 2) (Trindade e Diogo, 2003, p. 285).

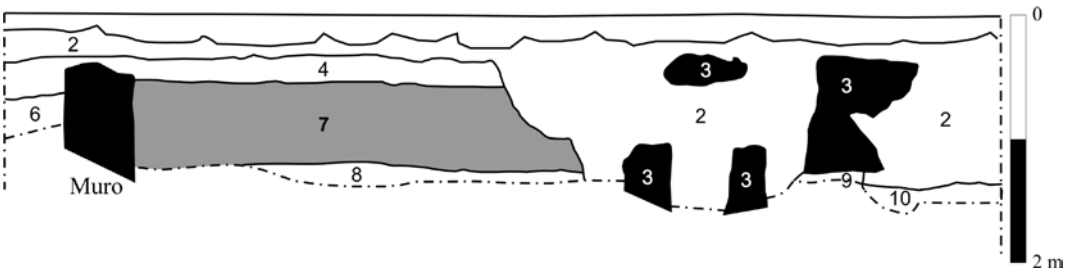


Fig. 2 – Perfil Oeste da Sondagem 14 da Rua dos Correeiros, com destaque da "camada 7" (segundo Trindade e Diogo, 2003, p. 287, fig.2, adaptado, embora mantendo as designações originais).

No que respeita às edificações, "3" equivalia a um adutor de esgoto "pombalino" e às suas reformulações ulteriores que desactivaram a estrutura original; a este conjunto está associada, tanto a respectiva vala de implementação, como o seu preenchimento, denominado "2". De notar que "2" também identificou o depósito de terrapleno para a reconstrução pombalina, que se estende por toda a sondagem.

Relativamente às realidades arqueológicas que se encontravam sob este estrato na zona mais a sul da sondagem, destaque-se um muro, sem discriminação numérica, embora devidamente descrito, anterior à reconstrução setecentista. Foi sobre esta construção que assentou a "camada 4", que também sobrepôs os depósitos que se encostavam ao muro: pelo lado meridional, a "camada 6"; pela parte setentrional, a "camada 7", que por sua vez se sobrepõe à "camada 8", ambas depois cortadas pela vala de implantação do adutor de esgoto pombalino (e pelo estrato "2"). Ora, quer "7", quer "8", para além de encostarem ao muro anterior à reconstrução setecentista da Baixa, mostravam um perfil muito horizontalizado, contando com a presença de numerosas argamassas (em nódulos), carvões e cinzas, para além de cerâmica (deveras abundante na primeira e com algumas colagens entre ambas), sendo que em "7" se registavam também, intercaladas com o sedimento, balsas ovaladas de argamassa rica em cal, finas e ligeiramente côncavas (Fig. 3).

Fig. 3 – Detalhe visto "de oeste" do contexto da camada 7 da Sondagem 14 da Rua dos Correeiros (segundo Trindade e Diogo, 2003, p. 287, fig.3).

Terá sido a presença do "bloco de edifício" mais a norte, também nomeado com o número "3", assim como o registo de cinzas e carvões da camada "7" no estrato sobre o qual aquele assenta (o 9), à mesma cota que a camada 8 (com idêntica composição), que terão justificado a atribuição cronológica e funcional dos estratos 7 e 8 como aterros para a reconstrução que se seguiu a 1755 (Trindade e Diogo, 2003, p. 286).

Complementarmente, foi pressuposta uma sincronia para o conjunto artefactual, deduzida a partir das características do depósito ("camada 7") e das morfologias cerâmicas nele patenteadas. Reforçando esta leitura, a observação das marcas de uso nos recipientes de ir a lume ("tachos", "frigideiras" e "panelas") conduziu à interpretação do conjunto como "devendo ter pertencido a uma cozinha destruída pelo terramoto de 1755" (Trindade e Diogo, 2003, p. 288).

Ora, a reavaliação dos dados autoriza distintas interpretações. Em primeiro lugar, o supramencionado "bloco de edifício" equivale aos restos de uma estrutura posicionada de forma oblíqua em relação à orientação da sondagem, o que permite requalificar o espaço onde se escavaram as "camadas 7" e "8" como pertencendo ao interior de um compartimento, onde o dito "bloco", ao assentar sobre a "camada 9", terá que ser, forçosamente, posterior a esta. Maior fundamento tem esta leitura por a potente "camada 7" (0,60 m) estar confinada pelo muro a sul e sem qualquer continuidade observada para norte, mesmo considerando a perturbação causada pelas acções posteriores.

Em segundo lugar, a efectiva sincronia (que se verifica, e a ela voltaremos mais adiante a propósito da análise dos vários grupos cerâmicos), como a própria dimensão do conjunto (recorde-se, com 9029 recolhas) recolhido na "camada 7", não só invalidam a sua correspondência com uma única cozinha, como o bom estado de conservação apresentado por muitos dos objectos impossibilita uma leitura de transporte sucessivo e de múltiplos pontos para um único local de convergência. Note-se ainda que na "camada 7" se verificou a quase ausência de restos faunísticos, de cerâmica de construção (tijolo e telha), vidro e metal, ou nódulos de argamassa, num contraste evidente com a exuberância quantitativa do conjunto cerâmico, características que comprovam, no seu todo, que os detritos foram triados antes da sua deposição, podendo os elementos carbonizado insinuar uma queima prévia.

Por fim, a presença das balsas ovaladas de argamassa rica em cal, finas e ligeiramente côncavas, intercaladas no depósito "7", equivale a formações estratigráficas resultantes de processos curtos no tempo, habitualmente conectáveis com um quadro de obra. No sentido desta interpretação assume valor supletivo o significado de uma indicação manuscrita a 8 de Abril de 1991 numas das recolhas, onde consta a referência "cam. 8- por cima dos tijolos encostados ao muro S[ul], a Norte deste" (o que implica que o desenho do perfil estratigráfico terá sido feito antes da detecção deste achado).

Os dados sugerem, em síntese, estarmos perante um contexto de reforma construtiva de um edifício privado, sendo que, deste modo, se pode colocar a hipótese de as deposições das unidades "7" e "8" equivalerem a um despejo com intenção de regularização e subida de cota no interior de um compartimento pré-existente, para onde se terão canalizado detritos seleccionados (essencialmente inertes e matérias não recicláveis consumidas pelo fogo) e alvo de limitado transporte.

3| OS MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

O estudo dos materiais inclui a totalidade das recolhas da "camada 7" desta sondagem 14. Foram aplicados métodos de quantificação de cerâmicas hoje correntes na investigação, cuja óbvia utilidade para períodos históricos está há muito demonstrada, devendo aqui citar-se os trabalhos pioneiros de Clive Orton (1975, 1979, 1980, 1989, 1993; Orton, Tyers e Vince, 1993; Orton e Hughes, 2013). Estas metodologias foram também já suficientemente reconhecidas pela investigação anglo-saxónica como particularmente aptas para a análise de amostragens deste tipo de contextos urbanos (Orton, 1979; Redman, 1979), tendo perpassado para o quadro francófono um pouco mais tarde ("*Protocolo de Mont Beuvray"*- Arcelin e Tuffreau-Livre, 1998), constituindo hoje quase que uma "ortodoxia" na arqueologia europeia. Deste modo, optou-se por contabilizar os exemplares em função do número mínimo de indivíduos (adiante NMI).

Com base nos pressupostos metodológicos antes expressos, o conjunto cerâmico objecto de estudo é composto por 941 (NMI) (Fig. 4), no qual, de modo expectável, predominam as cerâmicas não-vidradas "de barro vermelho" ou "foscas" de Lisboa, que atingem 72% do total da amostra. Seguem-se-lhes a grande distância a faiança portuguesa, com 15%. Todos os restantes grupos e fabricos situam-se abaixo dos 5%, nomeadamente a cerâmica fina lisa, a cerâmica com vidrado plumbífero e a cerâmica fina modelada, igualmente produzidas em Lisboa. Quantitativamente muito discretas, abaixo de 1%, são a porcelana chinesa, as botijas andaluzas, a cerâmica pedrada, a chacota de faiança e a majólica lígure.

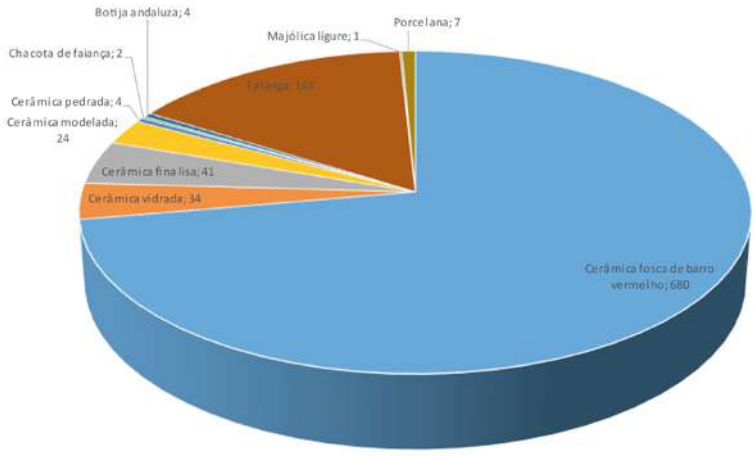


Fig. 4 – NMI por categoria cerâmica da "camada 7".

Do ponto de vista formal há uma clara prevalência numérica das cerâmicas de cozinha destinadas à preparação e conservação de alimentos, incluindo panelas, caçoilas, tachos e fogareiros, formas caracterizadas pela presença de marcas de fogo (544 NMI, correspondente a 58%). Verifica-se de igual modo a existência de cerâmica utilizada no serviço à mesa, sobretudo pratos e tigelas (241 NMI, ou seja, 26%). Segue-se o grupo da cerâmica de armazenamento e acondicionamento de alimentos, incluindo cântaros, bilhas e potes (147 NMI, perfazendo 16%). Com percentagens residuais estão os objectos sanitários e de iluminação. Estamos, pois, face a um conjunto que, embora prevalecendo utensílios relacionados com a cozinha, está longe de se esgotar nesta funcionalidade.

3.1| CERÂMICA DE "BARRO VERMELHO" OU "FOSCA"

Este tipo cerâmico caracterizava-se pelas suas pastas de cor vermelha, com tonalidades variáveis entre o bege-alaranjado, o laranja, o rosa-alaranjado e laranja-avermelhado, mineralogicamente compostas por uma grande quantidade de quartzos e mica, bem como alguns "carbonatos de cálcio, feldspatos, óxidos de ferro", características que apontam para uma produção da zona de Lisboa (Trindade e Diogo, 2003, p. 286).

O conjunto de cerâmica fosca representa 72% da totalidade do conjunto, com 680 NMI, dado não surpreendente quando comparado com outros contextos coevos de Lisboa.

Ao nível morfológico (Fig. 5), a forma mais representativa é a panela (392 NMI), de corpo esférico e base convexa ou plana, com asas verticais ou horizontais e com dois tipos de bordo diferentes (Fig. 6, n.^{os} 1, 25, 26): um em que o bordo é introvertido, variando no seu espessamento e secção; e outro de bordo extrovertido e pendente. O diâmetro dos bordos é variado.

Morfologia	NMI	% NMI
Panela	392	57,64
Tacho	67	9,85
Caçoila	53	7,79
Cântaro	42	6,17
Testo pequeno	37	5,44
Fogareiro	32	4,71
Bilha	15	2,2
Prato/Tampa	10	1,47

Morfologia	NMI	% NMI
Pote grande	6	0,88
Pote pequeno	5	0,73
Gorgoleta	4	0,59
Tigela	4	0,59
Mealheiro	4	0,59
Alguidar	4	0,59
Testo grande	3	0,44
Fruteira	2	0,29

	NMI	% NMI
Total	680	100

Fig. 5 – Quantificação das morfologias na cerâmica "de barro vermelho" ou "fosca" da "camada 7".

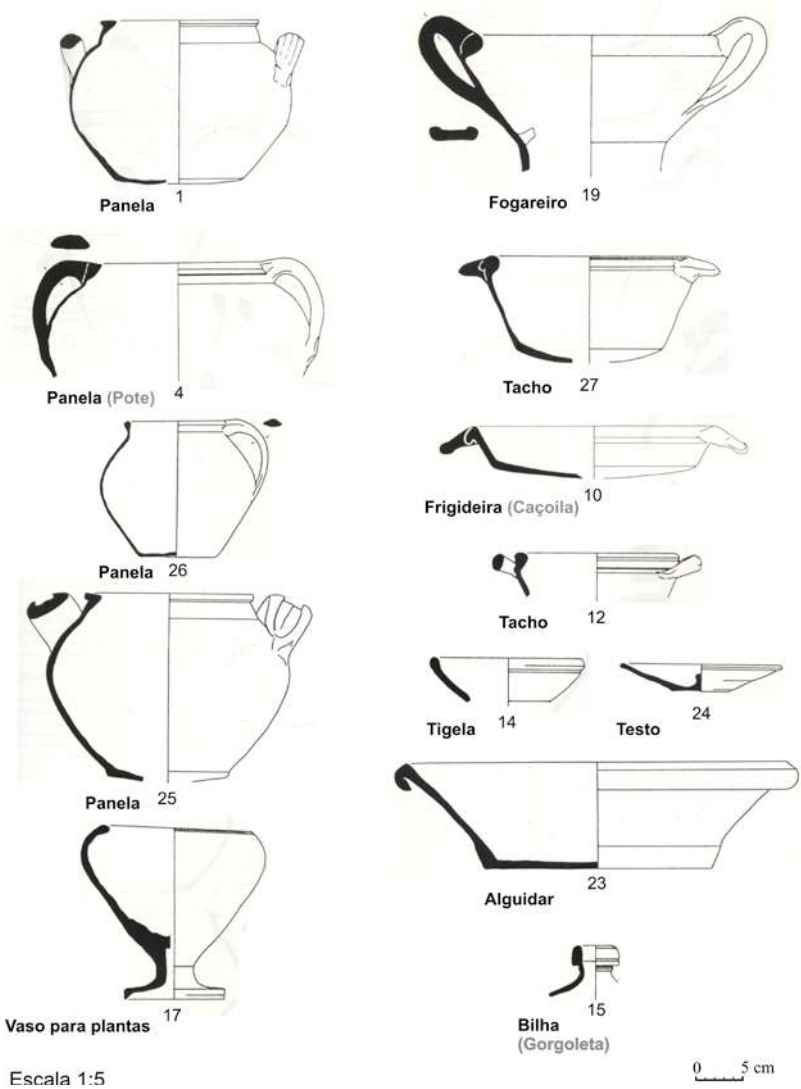


Fig. 6 – Morfologias da loiça de "barro vermelho" publicadas do contexto da Sondagem 14 da Rua dos Correeiros (segundo Trindade e Diogo, 2003, com indicação da numeração e denominação originais da publicação e indicação a cinzento da denominação alternativa dada no presente estudo).

O tacho é o segundo tipo formal mais presente, com 67 NMI (Fig. 6, n.os 12 e 27; Fig. 7, n.º 8), ainda assim em número seis vezes inferior ao número de panelas. É reconhecido pela tendência troncocónica, o bordo introvertido e espessado, com secção semicircular, o fundo convexo e as pegas triangulares ligeiramente pendentes. Tal como verificado nas panelas, estes indivíduos apresentam uma grande variabilidade na dimensão dos diâmetros de bordo.

Com 53 NMI, a forma de caçoila (ou frigideira), mais baixa que o tacho, apresenta-se com distintas variantes formais (Fig. 6, n.º 10), incluindo bordos extrovertidos, espessados ou em bisel, distinguíveis pela secção semicircular ou triangular, com maior preponderância para o primeiro tipo. Entre os objectos de fogo contam-se também os fogareiros, com 32 NMI (Fig. 6, n.º 19). Já os testos de maiores dimensões, assim como os pratos/ tampa, com apenas 13 NMI, podiam servir para cobrir panelas e tachos, mas também grandes contentores de armazenamento.

À parte das peças de ir a lume, contam-se também objectos para transporte e armazenamento de líquidos, como gorgoletas, cântaros e bilhas, com 61 NMI no total (Fig. 6, n.º 15; Fig. 7, n.os 1 e 2; Fig. 7, n.º 3). Nos contentores para armazenamento de alimentos incluíam-se potes grandes e pequenos, com 11 NMI (Fig. 6, n.º 4; Fig. 7, n.º 10). O número de tigelas é escasso, apenas 4 NMI (Fig. 6, n.º 14). Assinale-se a presença ocasional do mealheiro (Fig. 7, n.º 7).

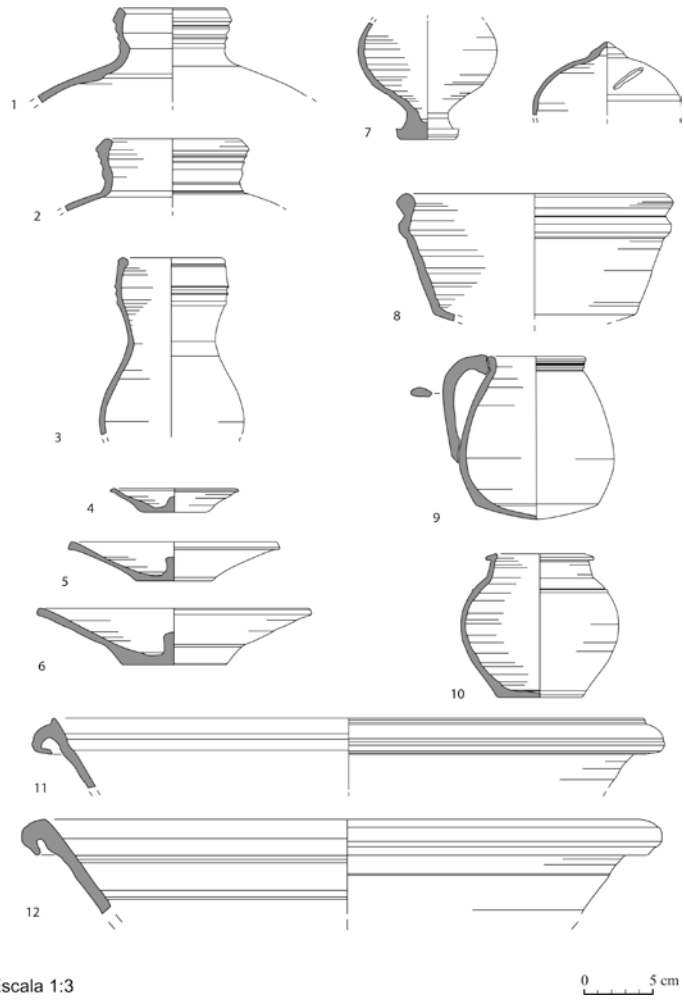


Fig. 7 – Cerâmica de "barro vermelho" ou "fosca" da "camada 7" (inédita).

3.2| FAIANÇA PORTUGUESA

O conhecimento acerca da faiança antiga portuguesa vem registando assinaláveis desenvolvimentos na última década, devendo aqui destacar-se os contributos da arqueologia, com particular referência aos trabalhos de síntese produzidos por Luís Sebastian (2010, 2015), Tânia Casimiro (2011) e outros investigadores (*vide* as obras colectivas: Gomes e Casimiro, 2013; Gomes, Casimiro e Gomes, 2016). Acresce que, no que se refere especificamente a Lisboa, somente em data recente se escavaram descartes de fabrico mas, de igual modo, olarias, o que assoma como fundamental

para o conhecimento de múltiplos aspectos produtivos (à parte dos publicados em Gomes, Casimiro e Gomes, 2016, *vide* Batalha *et al.*, 2012 e Castro *et al.*, 2017). De facto, estes trabalhos têm permitido ultrapassar limitações evidentes, proporcionando dados para além daqueles fundados em aspectos estritamente estilísticos e documentais, avançando-se na caracterização técnica, formal e crono-estilística. Os desenvolvimentos obtidos no âmbito do repertório decorativo e respectivo espectro de datações, mesmo que com as ligeiras discrepâncias assinaladas nos trabalhos supramencionados, são de grande utilidade arqueológica, pois facultam elementos para a aferição das cronologias dos contextos de consumo escavados.

Na realidade, e como parece evidente, as faianças, à semelhança das outras categorias cerâmicas, encerram informação temporal não apenas referente aos seus tempos de fabrico, como também relativa aos seus tempos de vida a uso e, depois, de descarte. Por esta razão, o resultado de uma datação crono-estilística e morfológica para a faiança portuguesa assente em exclusivo em contextos de consumo não datados externamente encerraria limitações fortes, dado que, na realidade, o que se obtém a partir daqueles mesmos contextos é, no essencial, o resultado dos hábitos de manuseamento, limpeza e ulterior desfuncionalização dos objectos, praticados em quadros sociais, culturais e económicos específicos.

Enfrentando o espectro cronológico proporcionado pelo conjunto da Rua dos Correeiros (Figs. 8, 9 e 10), sobressai a alta representatividade crono-estilística atingida pelos grupos decorativos que dominaram a produção entre c. 1620 e 1680, sendo todavia de notar a escassez dos grupos temáticos que utilizaram cromáticas a azul e vinoso (aranhões), que cabem dentro deste lapso (Fig. 9, n.os 3 - 5). Sintomaticamente, grupos temáticos lisboetas considerados mais tardios (Casimiro, 2011; Torres, 2011) encontram-se aqui ausentes (rendas, contas e faixa barroca) ou em menor representação (pequenas espirais – 15 NMI) (Fig. 10, n.os 12 - 15).

Grupo decorativo	NMI	% NMI
Pétalas e folhagem	43	29,86
Fitogeométricos	26	18,06
Aranhões em folha	21	14,58
Listada	20	13,89
Lisa	15	10,42

Grupo decorativo	NMI	% NMI
Lisa	15	10,42
Pequenas espirais	15	10,42
Aranhão redondo	2	1,39
Desenho miúdo	1	0,69

	NMI	% NMI
Total	**144**	**100**

Fig. 8 – Quantificação dos grupos decorativos em faiança portuguesa da "camada 7".

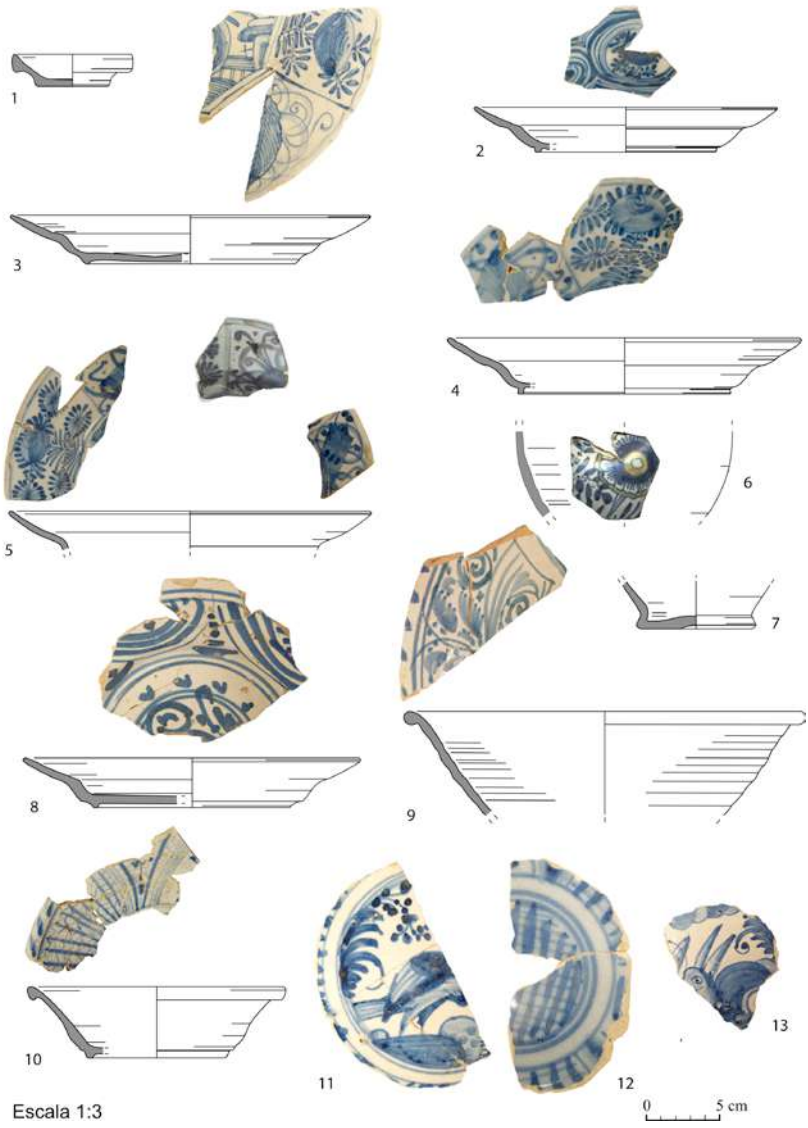


Fig. 9 – Selecção de faiança portuguesa da "camada 7".

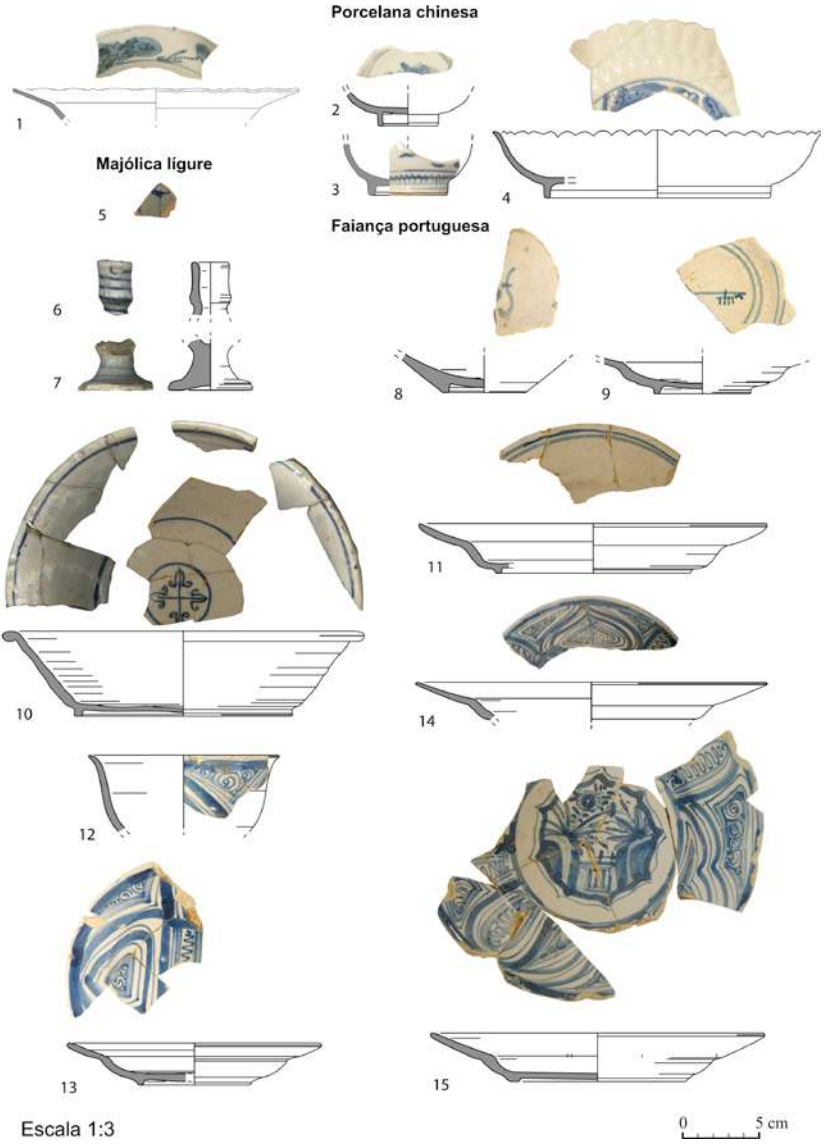


Fig. 10 – Porcelana chinesa, majólica lígure e selecção de faiança portuguesa da "camada 7".

Com efeito, o cálculo da dispersão cronológica quantitativa decenal das faianças demonstra que os indicadores são significantes ao longo do período 1640-1680/90 e que, a partir de 1690, os valores decaem de tal forma para níveis discretos que são inclusive bem menores que os atingidos pelos indicadores relativos às etapas iniciais da produção da faiança portuguesa (Fig. 11).

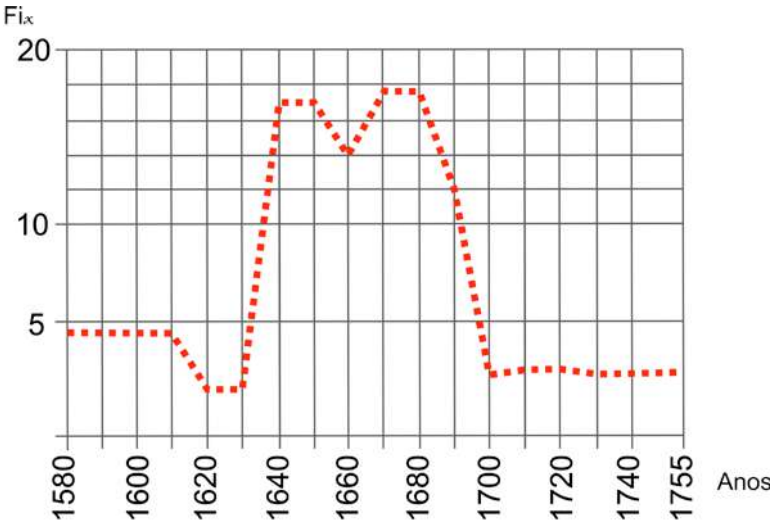


Fig. 11 – Histograma cumulativo da dispersão das frequências decenais da faiança portuguesa do contexto da "camada 7".

No conjunto da Rua dos Correeiros a funcionalidade dos objectos em faiança é, como habitualmente, dominada pelas morfologias destinadas à mesa, à ingestão de alimentos sólidos ou líquidos (Figs. 9 - 10). A mais alta percentagem, de 60% NMI dentro da classe, é atingida pelos pratos, ficando a grande distância das tigelas, com 19% NMI, ou das taças, com 12% NMI. Este resultado tanto pode traduzir a predominância dos alimentos de carácter mais sólido sobre os restantes eminentemente mais líquidos como, em sentido diverso, traduzir uma maior fragilidade dos pratos, mais consumidos pela necessidade de serem mais frequentemente substituídos. Contam-se ainda pequenos recipientes interpretados como especieiros (5 NMI), assim como formas fechadas que poderão corresponder a garrafas (3 NMI). Serão os hábitos de manuseamento, em cúmulo com a disponibilidade de muitas outras soluções de iluminação, que justificarão os baixos números atingidos aqui pelos castiçais (3 NMI).

Morfologia	NMI	% NMI
Prato	87	60,42
Tigela	27	18,75
Taça	17	11,81
Especieiro	5	3,47
Castiçal	3	2,08
Forma fechada (garrafa?)	3	2,08
Tampa	1	0,69
Prato de bordo polilobado	1	0,69
Total	**144**	**100**

Fig. 12 – Quantificação das morfologias em faiança portuguesa da "camada 7".

3.3| PORCELANA CHINESA

As relações luso-chinesas nos finais do século XVI culminaram na importação de um elevado número de porcelana chinesa, tão frequentemente detectada nos contextos arqueológicos portugueses. Neste contexto foram identificados sete exemplares de porcelana, nomeadamente 4 indivíduos de tigela e 3 de prato (Fig. 10, n.os 1 - 4). Os fragmentos remetem para uma produção da segunda metade do século XVI, com temáticas decorativas associadas ao reinado de *Wanli*, originárias dos fornos de *Jingdezhen*. Esta não é a primeira vez que exemplares quinhentistas são detectados em contextos arqueológicos do século XVIII (Ferreira, 2015; Ferreira *et al.*, 2017), indicando-nos, potencialmente, um especial cuidado no manuseamento destas peças, que permitiu a sua longevidade.

3.4| CERÂMICA DE VIDRADO PLUMBÍFERO LISBOETA

No que concerne à cerâmica revestida a vidrado de chumbo (Figs. 13 e 14), esta revela ter sido produzida com idêntica pasta à da cerâmica fosca de barro vermelho, razão porque se lhe atribui a mesma proveniência local. A maioria são alguidares (23 NMI), formas abertas de paredes oblíquas e fundo raso, notando-se três pequenas variações formais na secção de bordo: uma com o bordo espessado e secção semicircular (predominante), outra com o bordo biselado e em aba; e uma terceira com o bordo em aba, de secção quadrangular bem demarcada. Nas duas primeiras variantes os fragmentos apresentam um revestimento vidrado a verde-escuro na superfície interna e bordo, por vezes com alguns escorrimentos na externa. Na terceira variante surgem com um vidrado castanho melado no interior.

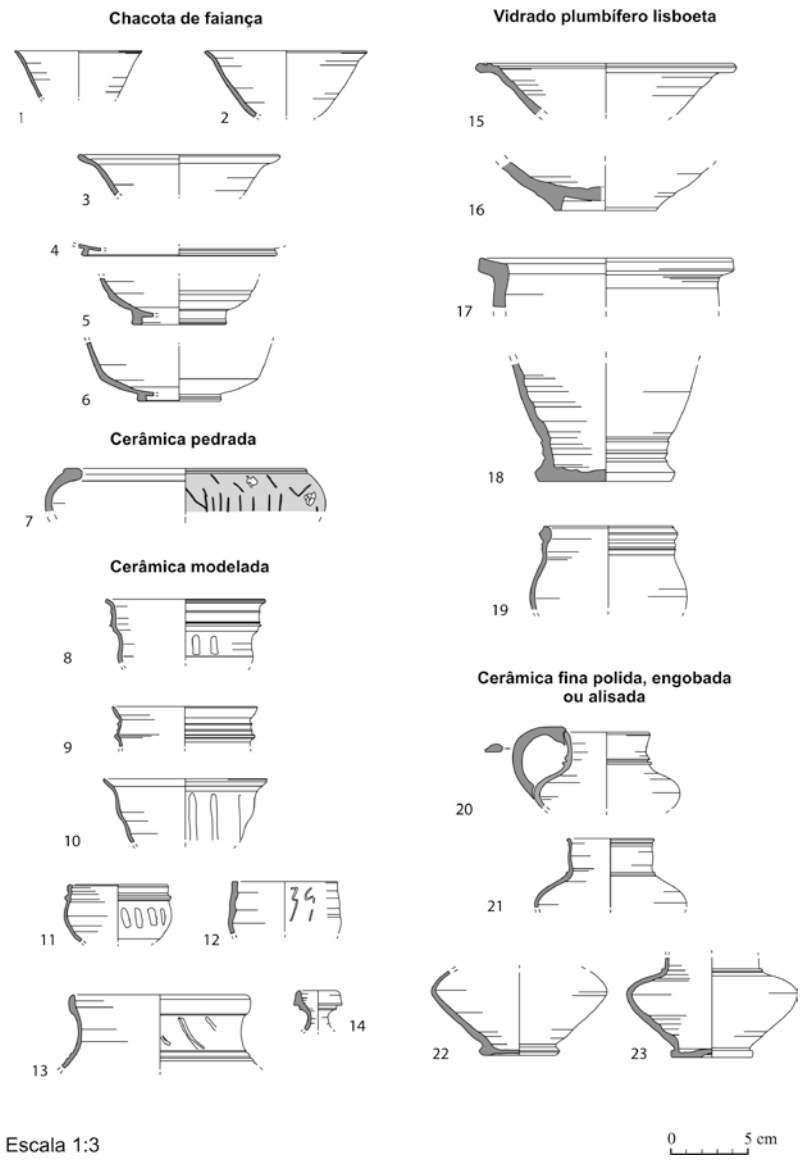


Fig. 13 – Chacota de faiança, cerâmica fina e cerâmica com vidrado plumbífero da "camada 7".

Morfologia	NMI	% NMI
Alguidar	23	67,64
Bispote	5	14,72
Pote	3	8,82
Tigela	2	5,88
Gorgoleta	1	2,94
Total	**34**	**100**

Fig. 14 – Quantificação das morfologias da cerâmica de vidrado plumbífero da "camada 7".

Com valores residuais, a forma de bispote preserva-se no registo (Fig. 13, n.º 17). De forma cilíndrica, fundo raso, bordo exvertido em aba pendente e duas asas em fita verticais, curtas e junto ao bordo, estes recipientes encontram-se revestidos a vidrado no interior e zona do bordo, verificando-se uma aplicação parcial ou com escorrimentos na face externa. Neste conjunto em particular, as peças são revestidas a vidrado verde no exterior e castanho/melado no interior.

Foram classificados como potes os pequenos recipientes de armazenamento, de forma oval a globular, fundo plano, bordo vertical e duas asas verticais no bojo, revestidos em ambas as superfícies com vidrado verde e melado (Fig. 13, n.os 18 e 19). Frequentemente denominados nas fontes escritas como panelas, asados ou potes asados, estes recipientes associam-se ao acondicionamento de conservas de fruta em calda, mel ou águas destiladas (Torres e Teixeira, 2018, p. 327), fortemente presente no registo arqueológico de época moderna de Lisboa. Por fim, as formas de tigela (Fig. 13, n.º 16) e gorgoleta, com 2 e 1 NMI respectivamente, ostentam vidrados em ambas as superfícies, com a coloração de melado para a primeira e vidrado verde, no caso da última.

3.5| CERÂMICA FINA LISBOETA

As cerâmicas finas da Idade Moderna caracterizam-se pelo elevado nível de depuração das suas pastas, que possibilita a elaboração de pequenas peças de paredes finas, em que os engobes se destacam pela cor vermelha intensa, elementos que permitiram que outros autores as designassem como *terra sigillata* moderna (Trindade, 2012, p. 106). Em data recente, Severino Rodrigues (2017) propôs o conceito de «Cerâmica Fina da Idade Moderna», que decidimos replicar no presente texto. Neste tipo cerâmico incluem-se algumas variantes,

como a cerâmica modelada, a pedrada e a fina lisa, sem qualquer decoração, apresentadas em subcapítulos independentes, pelas suas características técnicas e funcionais específicas. Embora se careça ainda de exemplares claramente atribuíveis a contextos de produção, estas peças têm sido classificadas como originárias da região de Lisboa.

3.5.1| CERÂMICA MODELADA

Este tipo cerâmico destaca-se pela sua profusa decoração modelada, inspirada, possivelmente, na decoração utilizada no vidro e na ourivesaria (Ramalho e Folgado, 2000, p. 252).

A forma predominante é a tigela com 23 NMI, que contrasta com um fragmento isolado de uma bilha de reduzida dimensão. As tigelas apresentam distintas técnicas decorativas (Rodrigues, 2017, p. 101): uma executada por digitação simples auxiliada por instrumento, produzindo padrão circular e/ou oblíquo (Fig. 13, n.^{os} 8 e 11), ou linhas verticais (Fig. 13, n.º 10), que é neste estudo predominante; outra feita com excisões oblíquas aplicadas contra a face externa (Fig. 13, n.º 13). No caso da bilha, a sua decoração é menos profusa, comparativamente à das tigelas, sendo que o conjunto ornamental situar-se-ia possivelmente somente na zona do colo (Fig. 13, n.º 13).

O estado de conservação da generalidade do conjunto, muito fragmentado, não permite aferir com maior rigor as gramáticas decorativas. Contudo, nota-se a influência do ambiente barroco, patenteado em inúmeras variantes deste tipo de cerâmica (Ferreira, 1995).

3.5.2| CERÂMICA PEDRADA

A produção deste tipo cerâmico ornamentado com incrustações pétreas foi enquadrada em Portugal entre meados de Quinhentos e Oitocentos, não invalidando a possibilidade de existirem produções cronologicamente mais recuadas, do século XV, na área do Barreiro (Sardinha, 1999, p. 190), aspecto este que não foi suficientemente atestado em horizontes estratigráficos anteriores ao segundo quartel do século XVI (Silva *et al.*, 2012, p. 71). Ainda assim, este tipo encontra-se espelhado em acervos ceramológicos exumados em estratigrafias lisboetas enquadráveis em cronologias de fim do século XVI e primeira metade do século XVII, destacando o contexto de despejo no Convento de Santana (Gomes *et al.*, 2013, p. 1059), o Largo do Chafariz de Dentro, em Alfama (Silva *et al.*, 2012, p. 71), ou o Hospital Real de Todos-os-Santos (Bargão, 2015, p. 92). Acrescentem-se contextos além-mar, de meados

ou do fim do século XVI, como as Muralhas Reais de Ceuta (Teixeira e Torres, 2015, p. 160) e a Igreja da Sé de Salvador da Bahia, no Brasil (Etchevarne, 2012, p. 33), além de sítios de naufrágio como o galeão *San Diego*, naufragado em 1600 (Sardinha, 1999, p. 191), de grande utilidade no afinamento de cronologias de consumo destas peças.

A única forma reconhecida é de difícil atribuição funcional (Fig. 13, n.º 7), sendo idêntica à que referimos atrás como "vaso para plantas" (Fig. 6, n.º 17), identificação que não é, porém, totalmente esclarecedora.

3.5.3| CERÂMICA FINA LISA

Este subconjunto é composto na sua totalidade por púcaros, expressos em 42 NMI, com forma esférica ligeiramente achatada, encimada por colo mais ou menos alto, de perfil oblíquo e exvasado e uma única asa vertical em fita, que arranca directamente do bordo até ao bojo (Fig. 13, n.os 20 - 23).

3.6| BOTIJAS ANDALUZAS

Este tipo de contentor cerâmico, que pode assumir uma forma globular ou alongada, corresponde a um recipiente fundamental na conservação e transporte de um extenso conjunto de víveres. O reduzido custo e a fácil deslocação, aliados à segurança das mercadorias acondicionadas, fizeram deste vasilhame um objecto amplamente utilizado nas viagens transatlânticas do período moderno. Porém, parece evidente a não exclusividade do uso destas peças em contextos comerciais marítimos, observando-se a sua reutilização como objecto de armazenamento doméstico em zonas habitacionais, de despejo ou de aterro em Lisboa (em boa medida inéditos), o que parece ser o caso.

Do conjunto em estudo, foram registados 4 NMI das denominadas *olive jars*, que apresentam pastas porosas e acabamentos de superfícies esbranquiçados, sem qualquer revestimento vidrado (Fig. 15), enquadráveis nas produções da Bacia do Guadalquivir (Avery, 1997, p. 131). Formalmente, estes recipientes inserem-se no "Estilo Médio" definido por Goggin, que aponta para uma cronologia de produção entre 1580 e 1800 (Goggin, 1960, p. 6). Contudo, se analisarmos estas peças à luz do trabalho de George Avery, o conjunto insere-se no que o autor designa por Forma A, que não surge antes do século XVI-XVII, encontrando paralelos formais (com bordo alongado e estreitado no topo, com bisel menos destacado) na embarcação *Santa Margarita,* naufragada em 1622, indo até 1640 (Avery, 1997, p. 190).

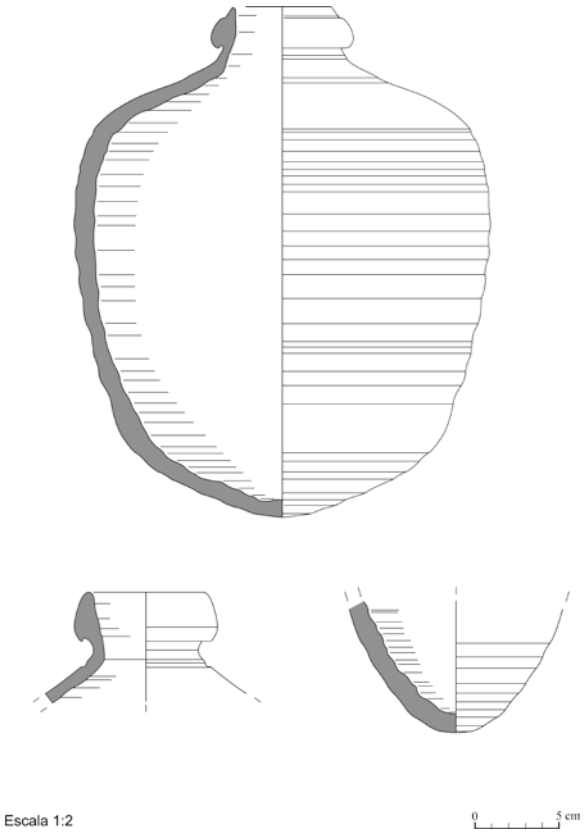


Fig. 15 – Botijas andaluzas da "camada 7".

A presença de peças com cronologia recuada no nosso registo arqueológico poderá justificar-se pela robustez, perenidade e consequentemente longevidade que estes recipientes teriam já fora dos circuitos comerciais.

3.7| CHACOTA DE FAIANÇA

Noutros contextos arqueológicos de consumo de Lisboa assinalou-se a presença de subprodutos da produção lisboeta de faiança (Oliveira, 2012; Oliveira e Silva, 2016). Sendo sempre minoritários face ao remanescente da faiança, trata-se de uma modalidade de uso que atinge no caso presente uma exígua representação,

de 0,3% (3 NMI num total de 941 NMI, ou, 3 NMI por oposição a 144 NMI de faiança portuguesa). As formas reconhecidas são as mesmas da generalidade do conjunto de faianças, os pratos e as tigelas (Fig. 13, n.os 1 - 6).

Sem querer sobrevalorizar o significado destes números, mas atentando ao enquadramento histórico urbano da zona onde se verificou o achado, trata-se de percentagem francamente mais baixa do que a registada em Alfama, no Beco das Barrelas (Oliveira, 2012), zona onde haveria menor capacidade aquisitiva à época, pelo que é provável que o consumo de chacota de faiança encerre, de facto, algum significado socio-económico.

3.8| MAJÓLICA LÍGURE

A majólica estava apenas representada por 1 NMI, com origem na região da Ligúria, destacando-se pelo espesso esmalte azul-esverdeado aplicado sobre uma pasta depurada de cor amarelada (Fig. 10), sendo estes elementos suficientes para integrá-lo nos centros produtores de Albisola, Savona ou Génova (Beltrán e Miró, 2010, p. 26).

A reduzida dimensão do fragmento torna difícil a percepção da gramática decorativa aplicada. Ainda assim, e com base no extenso conjunto reunido em Barcelona (Beltrán e Miró, 2010, pp. 31-49), é possível enquadrar a decoração no tipo de *Scenografia Barocca*, por oposição e exclusão de outras gramáticas como o estilo *Calligrafico a Tappezaria* e *Calligrafico Naturalistico*. As decorações do tipo *Scenografia Barocca* caracterizam-se por delimitação de iconografias de enquadramentos paisagísticos e aquíferos, podendo ser acrescentadas representações de elementos arquitectónicos. O delineamento destas temáticas sobre peças lígures tem uma datação apontada entre os finais do século XVII e os primeiros anos da centúria seguintes (Beltrán e Miró, 2010, pp. 46-47).

4| CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de datação apresentada inicialmente para este contexto, a "camada 7" da Sondagem 14 da Rua dos Correeiros, apontava para meados do século XVIII (Trindade e Diogo, 2003), associando-a ao terramoto de 1755. O estudo das cerâmicas inéditas vem sugerir outra leitura, por um cúmulo de argumentos que a seguir se expõem.

Em primeiro lugar, verifica-se uma clara predominância das faianças do período 1640-1680/90, estando muito pouco representadas as produções posteriores a

1690. Em segundo lugar, estão presentes em número consistente produções regionais e também exógenas, cujas datações não ultrapassam os finais da centúria de seiscentos, sendo uma amostragem globalmente bastante coerente. Por fim, deve acrescentar-se que o único elemento numismático associado, um exemplar de V réis em cobre, que se conhece somente pelas indicações documentais disponíveis, fixa um *terminus post quem* para o contexto em 1703. A circunstância do seu estado de conservação ter sido classificado como "bela" sugere uma escassa circulação. Pode concluir-se, portanto, que a data de formação da "camada 7" se deverá situar nos inícios do século XVIII, não sendo anterior a 1703, mas não devendo ultrapassar em muito esta última data.

O enquadramento urbanístico documentado para a zona da Baixa, e para aqueles momentos, remete para quadros socioeconómicos de alguma capacidade aquisitiva. Será todavia necessário que outros contextos similares da cidade, com bem esclarecido enquadramento social, sejam abordados com as mesmas metodologias quantitativas aqui aplicadas para que um dia se consiga entrever o contributo para o conhecimento da cidade que estes contextos e os perfis cerâmicos assim obtidos poderão proporcionar.

Esta nova leitura dos processos de formação da estratigrafia da Sondagem 14 implica uma deposição deliberada da "camada 7" (e "8"), onde os elementos foram alvo de triagem prévia. O transporte dos detritos não terá sido objecto de muitas acções sucessivas, tendo ocorrido num lapso de tempo curto (i.e., não por uma acumulação feita ao longo de um tempo arrastado). Ora, esta interpretação entra em aparente contradição com o dado concreto de nele se ter encontrado um número significativo de elementos mais antigos do que a sua data de formação, caso da maioria das faianças, botijas andaluzas, de uma majólica italiana e de cerâmicas finas regionais (fina, pedrada e, porventura, a maioria das modeladas).

A predominância clara das cronologias seiscentistas dos objectos não autoriza, porém, a inferência de que as cerâmicas de "barro vermelho" ou "foscas" encerram similares datações. De facto, terá que se considerar como factor explicativo para este tipo de composição os diferentes tempos de vida de cada grupo de fabrico e, dentro destes, o de cada um dos diversos tipos morfo-funcionais. Assim, é expectável que a maioria da cerâmica de "barro vermelho" ou "fosca" seja mais frequentemente necessária e regularmente substituída, pelo que com maior probabilidade equivalerá a datas mais acercadas aos finais do século XVII e primeiros anos do século XVIII, compondo deste modo uma das mais representativas amostragens para este período de Lisboa conhecida no momento.

BIBLIOGRAFIA

Amaro, C. (1983) – XX séculos de arqueologia e história. In *Catálogo da XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura: a Dinastia de Avis e a Europa - Casa dos Bicos. Lisboa: Maio-Outubro 1983*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, pp. 251-252.

Arcelin, P.; Tuffreau-Libre, M., dirs. (1998) – *La quantificacion des céramiques. Conditions et protocole. Ates de la table ronde du Centre Archéologique Européen du Mont Beuvray*. Glux-en-Glenne, 7-9 avril 1998. Glux-en-Glenne: Centre Archéologique Européen du Mont Beuvray (Colletion Bibrate: 2).

Avery, G. (1997) – *Pots as packaging: The Spanish Olive Jar and Andalusian Transatlantic Commercial Activity, 16th – 18th centuries*. A dissertation presented to the Graduate School of the University of Florida. Gainesville: University of Florida.

Bargão, A. (2015) – *Vivências do quotidiano do Hospital Real de Todos-Os-Santos (Lisboa). Os contextos do poço SE do claustro NE*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Batalha, L.; Campôa, A.; Cardoso, G.; Neto, N.; Rebelo, P.; Santos, R. (2012) – Vestígios de um centro produtor de faiança dos séculos XVII e XVIII: dados de uma intervenção arqueológica na Rua de Buenos Aires, n.º 10, Lisboa. In Teixeira A.; Bettencourt J., coords. – *Velhos e Novos Mundos: Estudos de Arqueologia Moderna*. Lisboa: CHAM-Centro de História d´Além Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores. II, pp. 951-962.

Beltrán de Herédia, J.; Miró I Alaix, N. (2010) – *The ceramics trade in Barcelona in the 16th-17th centuries*. Barcelona: Ajuntament de Barcelona, Institut de Cultura.

Bugalhão, J.; Coelho, I. P. (2017) – Cerâmica Moderna de Lisboa: proposta tipológica. In Caessa, A.; Nozes, C.; Cameira, I.; Silva, R. B., eds. - *I Encontro de Arqueologia de Lisboa. Uma Cidade em Escavação*. Lisboa, Teatro Aberto. 26-28 de Novembro de 2015. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa, Departamento de Património Cultural, Direção Municipal da Cultura, Câmara Municipal de Lisboa. pp. 107-145.

Cardoso, G.; Rodrigues, S. (1991) – Alguns tipos de cerâmicas dos sécs. XI a XVI encontrados em Cascais. In Silva L. A.; Mateus R., eds. - *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental. Actes du IVème Congrès de l´AIECM.* Lisboa. 16-22 de Novembro de 1987. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. pp. 575-585.

Cardoso, G.; Luna, I. (2006) – Nota preliminar sobre as cerâmicas provenientes do poço dos Paços do Concelho de Torres Vedras. In *Actas do 3º Seminário do Património da Região Oeste*. Cadaval, Auditório dos Bombeiros Voluntários do Cadaval. 26-28 de Novembro de 2004. Cadaval: Câmara Municipal do Cadaval. pp. 99-112.

Casimiro, T. (2010) – *Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas (dos finais do século XVI aos inícios do século XVIII)*. Dissertação de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Castro, A.; Paula, N. A.; Torres, J. B.; Curado, T. (2017) – Evidências de produção oleira nos séculos XVI e XVII no Largo das Olarias, Mouraria (Lisboa). In Arnaud J.M.; Martins A., coords.– *Arqueologia em Portugal 2017 – estado da questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. pp. 1731-1749.

Diogo, A. M. D.; Trindade, L. (1995a) – Cerâmicas de Lisboa provenientes de contextos datados. Materiais de uma lareira de cozinha destruída pelo terramoto de 1755. In Abraços H.; Diogo J. M., eds. - *Actas das 1as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela. 28-31 de Outubro de 1992. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. pp. 163-170.

Diogo, A. M. D.; Trindade L. (1995b) – Duas intervenções arqueológicas em Lisboa (Rua da Madalena e Rua do Ouro). *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa. 2. pp. 63-74.

Diogo, A. M. D.; Trindade L. (1998) – Intervenção arqueológica na Rua João do Outeiro, nos 36/44, na Mouraria, em Lisboa. In Abraços H.; Diogo, J. M., eds. - *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela. 22-25 de Março de 1995. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. pp. 257-265.

Diogo, A. M. D.; Trindade L. (1999) – Brinquedos populares de Lisboa em barro vermelho, à época do Marquês de Pombal. *Olisipo*. Lisboa: Amigos de Lisboa. 2.ª Série. 10, pp. 66-70.

Diogo, A. M. D.; Trindade L. (2000a) – Intervenção arqueológica na Rua de São Nicolau, nos 107/111 (Lisboa). *Estudos de Lisboa – Séculos XV a XIX: I Colóquio Temático: 6 e 7 de Novembro de 1998. Arqueologia e História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 12ª Série. 52, pp. 231-252.

Diogo, A. M. D.; Trindade L. (2000b) – Cerâmicas de barro vermelho, encontradas em entulhos do terramoto de 1531, na intervenção arqueológica da Rua dos Correeiros, Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 3:2, pp. 201-235.

Diogo, A. M. D.; Trindade L. (2003) – Cerâmicas de barro vermelho da intervenção arqueológica na Calçada de São Lourenço, nos 17/19, em Lisboa. In Abraços H.; Diogo J. M., eds. - *Actas das 3as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela. 28-31 de Outubro de 1997. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. pp. 203-213.

Diogo, A. M. D.; Trindade L. (2009) – Cerâmicas de barros vermelhos provenientes de entulhos dos terramotos de 1531, em Lisboa. In Abraços H.; Diogo J.M., eds. - *Actas das 4as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela. 24-27 de Outubro de 2000. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. pp. 171-185.

Etchevarne, C. (2012) – Bahia, Aportes para uma arqueologia das relações transatlânticas no período colonial. In Teixeira A.; Bettencourt J., coords. - *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*. Lisboa: CHAM-Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores. I, pp. 23-35.

Ferreira, F. E. R. (1983) – Escavação do ossário de S. Vicente de Fora: seu relacionamento com a história de Lisboa. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 2ª série. 4 (2º trimestre), pp. 5-36.

Ferreira, M. A. (1995) – O Barroco na cerâmica doméstica. In Abraços H.; Diogo J. M., eds. - *Actas das 1as Jornadas de Cerâmica Medieval e PósMedieval – métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela. 28-31 de Outubro de 1992. Porto: Camara Municipal de Tondela. pp. 151-161.

Ferreira, S. (2015) – *O sítio do forte de São Paulo: estudo arqueológico da Ribeira Ocidental de Lisboa na época moderna*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Ferreira, S.; Neves, C.; Martins, A.; Teixeira, A. (2017) – Fragmentos de uma mesa nobre de uma cidade em transformação: porcelana chinesa num contexto de terramoto da Praça do Comércio (Lisboa). In Caessa, A.; Nozes, C.; Cameira, I.; Silva, R. B., eds. - *I Encontro de Arqueologia de Lisboa. Uma Cidade em Escavação*. Lisboa, Teatro Aberto. 26-28 de Novembro de 2015. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa, Departamento de Património Cultural, Direção Municipal da Cultura, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 458-477.

Gaspar, A.; Gomes, A.; Sequeira, M. J.; Silva, R. B. (2000) – Arqueologia Urbana em Lisboa. . In Jorge, V. O. coord. - *Actas do III Congresso Peninsular de Arqueologia – "Terrenos" da Arqueologia da Península Ibérica.* UTAD-Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real. 22-26 de Setembro de 1999. Porto: ADECAP- Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia. VIII, pp. 55-74.

Goggin, J. M. (1960) – *The Spanish Olive Jar: an introductory Study*. New Have: Yale University Publications in Anthropology.

Gomes, M. V.; Casimiro, T.M., eds. (2013) – *On the World's Routes. Portuguese faience (16th-18th centuries)*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa.

Gomes, M. V.; Gomes, R. V. (1989) – Intervenção Arqueológica. Escavações nas Casas de João Esmeraldo/Cristóvão Colombo, do Funchal, 1989. In *Exposição Casas de João Esmeraldo/Cristóvão Colombo (Catálogo)*. Funchal: Câmara Municipal do Funchal. pp. 27-48.

Gomes, M. V.; Gomes, R. V. (1991) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XIV, XV e XVI do Poço-Cisterna de Silves. In Silva L. A.; Mateus R., eds. - *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental. Actes du IV Congrès de l´AIECM*. Lisboa. 16-22 de Novembro de 1987. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. pp. 450-490.

Gomes, R. V.; Casimiro, T. M.; Gomes, M. V., coords. (2016) – *Proceedings of the First International Conference of Portuguese Faience (16th-19th centuries)*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa.

Gomes, R. V.; Gomes, M. V.; Almeida, M.; Boavida, C.; Neves, D.; Hamilton, K.; Santos, C. (2013) – Convento de Santana (Lisboa). Estudos preliminares do espólio da fossa 7. In Arnaud J. M.; Martins A.; Neves C., coords. - *Arqueologia em Portugal*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. pp. 1057-1065.

Moita, I. (1964-1966) – Hospital Real de Todos-os-Santos. Relatório das Escavações a que mandou proceder a CML de 22 de Agosto a 24 de Setembro de 1960. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. nº 101-102, pp. 76-100; nº 104-105, pp. 26-103; nº 106-107, pp. 7-57; nº 108-109, pp. 7-156; nº 110-111, pp. 42-59.

Moita, I., coord. (1983) – *Lisboa Quinhentista. A Imagem e a Vida da Cidade (Catálogo da exposição).* Lisboa: Museu da Cidade, Direção dos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

Oliveira, F. (2012) – *Espólio de Idade Moderna, proveniente do Beco das Barrelas, Alfama, Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humana da Universidade Nova de Lisboa.

Oliveira, F.; Silva, R. B. (2016) – Comercialização de subprodutos do fabrico de faiança: o caso de Beco das Barrelas (Lisboa). In Gomes R. V.; Casimiro T. M.; Gomes M. V., coords. - *Proceedings of the First International Conference of Portuguese Faience (16th-19th centuries)*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa. pp. 38-48.

Orton, C. (1975) – Quantitative pottery studies: some progress, problems and prospects. *Science and Archaeology*. Stoke-on-Trent: Research Centre for computer Archaeology. 16, pp. 30-35.

Orton, C. (1979) – Dealing with the pottery from a 600 acre urban site. In Millet M., ed. - *Pottery and the Archaeologist* (Institute of Archaeology Occasional Publications; 4). Londres: Institute of Archaeology. pp. 61-71.

Orton, C. (1980) – *Mathematics in Archaeology* (Cambridge Manuals in Archaeology). Cambridge: Collins Publications.

Orton, C. (1989) – An introduction to the quantification of assemblages of pottery. *Journal of Roman Pottery Studies*. Oxford: Oxbow Books. 2, pp. 94-97.

Orton, C. (1993) – How many pots make five? - An historical review of pottery quantification. *Archaeometry*. Oxford: Oxford University. 35: 2, pp. 169-184.

Orton, C.; Hughes, M. (2013) – 5. Quantification. In Orton, C.; Hughes, M. - *Pottery in Archaeology* (Cambridge Manuals in Archaeology). Cambridge: Cambridge University Press. 2ª Ed., pp. 203-218.

Orton, C.; Tyers, P.; Vince, A. (1993) – *Pottery in Archaeology* (Cambridge Manuals in Archaeology). Cambridge: Cambridge University Press.

Redman, C.L. (1979) – Description and inference with late medieval pottery from Qsar es-Seghir, Morocco. *Medieval Ceramics*. Londres: S.G.M.P. 3, pp. 63-79.

Ramalho, M.; Folgado, D. (2000) – Cerâmica modelada ou o requinte à mesa do Convento de S. Francisco de Lisboa (col. Monografias Arqueologia). *In* Barros, L.; Henriques, F. J. R., coords. - *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*. Almada. 20-23 de Fevereiro de 1997. Almada: Câmara Municipal de Almad. pp. 247-268.

Rodrigues, S. (2017) – Cerâmica fina da Idade Moderna: Proposta de um novo conceito. *Al-Madan Online* [Em linha]. Almada. 21: 3, pp. 96-107 [Consult. 30 Dez. 2017]. Disponível em https://issuu.com/almadan/docs/al-madanonline21_3

Sardinha, O. (1999) – Noticia sobre as peças pedradas do galeão «San Diego» (1600). *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento, Campo Arqueológico de Mértola. 6, pp. 183-192.

Sebástian, L. (2010) – *A produção oleira de faiança em Portugal (séculos XVI-XVIII)*. Dissertação de Doutoramento em História, especialidade em Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Sebástian, L. (2015) – *A Faiança Portuguesa de Olaria na Intervenção Arqueológica no Mosteiro de São João de Tarouca*. Lamego: Direcção Regional de Cultura do Norte / Vale da Varosa.

Silva, R. B.; Guinote, P. (1998) – *O quotidiano na Lisboa dos Descobrimentos: roteiro arqueológico e documental dos espaços e objectos*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Silva, R. B.; Miranda, P.; Vieira, V. N.; Vicente, A. M..; Lopes, G.; Nozes, C. (2012) – Largo do Chafariz de Dentro: Alfama em Época Moderna. In Teixeira A.; Bettencourt J., coords. - *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*. Lisboa: CHAM- Centro de História Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores. I, pp. 71-84.

Teixeira, A.; Torres, J. B. (2015) – O abastecimento e comércio de Ceuta portuguesa. In Teixeira A.; Villada Paredes, F.; Silva, R. B., coords. – *Lisboa 1415 Ceuta*: *História de dos Ciudades (Catálogo)*. Ceuta: Ciudad Autónoma de Ceuta, Câmara Municipal de Lisboa. pp. 157-161.

Torres, C. (1990) – Um forno cerâmico dos séculos XV e XVI, na cintura industrial de Lisboa. In *Colloque Fours de Potiers et Testares Medievaux en Meditérranée Occidentale: Métodes et Resultats*. Madrid. 8-10 Janvier, 1987. Madrid: Casa de Velázquez (Série Archeológie; XIII). pp. 131-141.

Torres, J. B. (2011) – *Quotidianos no Convento de São Francisco de Lisboa: uma análise da cerâmica vidrada, faiança portuguesa e porcelana chinesa.* Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Torres, J. B.; Teixeira, A. (2018) – Com o lume aceso: as cozinhas do paço ducal de Vila Viçosa no século XVI. In Hallet, J. e Senos, N., coords. - *De Todas as Partes do Mundo: O Património do 5.º Duque de Bragança, D. Teodósio I* (Estudos; I). Lisboa: Tinta-da-China.

Trindade, A. R. (2012) – *Convento de Santana de Leiria: história, vivências e cultura material (cerâmicas dos séculos XVI a XVIII).* Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Trindade, L.; Diogo, A. M. D. (1997) – Intervenção arqueológica na Travessa da Madalena, n.º 18, em Lisboa. *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa. 3, pp. 67-80.

Trindade, L.; Diogo, A. M. D. (1998a) – Cerâmicas da época do terramoto de 1755 provenientes de Lisboa. In Abraços H.; Diogo J. M., eds. - *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela. 22-25 de Março de 1995. Porto: Câmara Municipal de Tondela. pp. 349-353.

Trindade, L.; Diogo, A. M. D. (1998b) – Intervenção arqueológica nas Escadinhas da Saúde, em Lisboa. *Olisipo*. Lisboa: Amigos de Lisboa. 2ª Série. 7, pp. 21-30.

Trindade, L.; Diogo, A. M. D. (2003) – Cerâmicas de barro vermelho de entulhos do terramoto de 1755 provenientes da Sondagem 14 da Rua dos Correeiros, em Lisboa. In Diogo J. M.; Abraços H., eds. - *Actas das 3as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela. 28-31 de Outubro de 1997. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. pp. 285-293.

ABREVIATURAS

APIA: Associação Portuguesa de Investigação Arqueológica

CAL: Centro de Arqueologia de Lisboa

CEAACP: Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património

CEAX: Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira

CEF: Centro de Estudos Florestais

CERIS: Civil Engineering Research and Innovation for Sustainability

CHAM: Centro de História d´Aquém e d´Além Mar

CIBIO: Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos

CML: Câmara Municipal de Lisboa

CSIC: Consejo Superior de Investigaciones Científicas

DA: Departamento de Arqueologia

DB: Departamento de Biologia

DG: Departamento de Geologia

DH: Departamento de História

DMC: Direção Municipal de Cultura

DMPO: Direção Municipal de Projectos e Obras

DPC: Departamento de Património Cultural

DGPC: Direção-Geral do Património Cultural

EGEAC: Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural

FC: Faculdade de Ciências

FCSH: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

FCT: Fundação para a Ciência e a Tecnologia

FL: Faculdade de Letras

GEO: Gabinete de Estudos Olisiponenses

IAP: Instituto de Arqueologia e Paleociências

ICP: Instituto de Ciências do Património

IDL: Instituto Dom Luiz

IHC: Instituto de História Contemporânea

InBIO: Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva

IPAEHI: Instituto Prometheus - Associação de Estudos Históricos Interdisciplinares

ISA: Instituto Superior de Agronomia

ISCSP: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

IST: Instituto Superior Técnico

LARC: Laboratório de Arqueociências

MHNCUP: Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto

ML-TR: Museu de Lisboa – Teatro Romano

UAç: Universidade dos Açores

UE: Universidade de Évora

UIT-CHB: Unidade de Intervenção Territorial Centro Histórico-Baixa

UL: Universidade de Lisboa

UM: Universidade do Minho

UNIARQ: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

UNL: Universidade Nova de Lisboa

UP: Universidade do Porto

USC: Universidade de Santiago de Compostela

UY: University of York

AUTORES

A
/ ALEXANDRA GASPAR
/ ALEXANDRA KRUS
/ ALEXANDRE SARRAZOLA
/ ALICE TOSO
/ ANA CAESSA
/ ANA COSTA
/ ANA CRISTINA LEITE
/ ANA GOMES
/ ANA ISABEL BARRADAS
/ ANA LÚCIA BARBOSA
/ ANA MARIA COSTA
/ ANA NUNES
/ ANA ROSA
/ ANA SERRANITO COELHO
/ ANA SOFIA ANTUNES
/ ANA SOFIA GOMES
/ ANABELA CASTRO
/ ANDRÉ BARGÃO
/ ANDRÉ TEIXEIRA
/ ANDREIA RODRIGUES
/ ANDRÉS CURRÁS
/ ANTÓNIO MARQUES
/ ANTÓNIO VALONGO
C
/ CAROLINA GRILO
/ CÉSAR ANDRADE
/ CHRISTELLE CHOUZENOUX
/ CLEIA DETRY
/ CONCEIÇÃO FREITAS
/ CRISTÓVÃO FONSECA
D
/ DÁRIO NEVES
/ DIANA DINIS
/ DIOGO FERNANDES
E
/ ELISA DE SOUSA
F
/ FÉLIX ZÉLIO SILVA
/ FÁBIO COSTA
G
/ GONÇALO LOPES
H
/ HELENA PINHEIRO
I
/ INÊS MENDES DA SILVA
/ INÊS PINTO COELHO
/ ISABEL FERNANDES
J
/ JACINTA BUGALHÃO
/ JOANA BENTO TORRES
/ JOANA INOCÊNCIO
/ JOÃO FAVILA MENESES
/ JOÃO LUÍS SEQUEIRA
/ JOÃO MIGUEZ
/ JOÃO PEDRO TERESO
/ JOÃO PIMENTA
/ JOSÉ BETTENCOURT
/ JOSÉ PEDRO HENRIQUES
L
/ LÍDIA FERNANDES
/ LUÍS CRUZ
/ LUÍSA BATALHA
M
/ MÁRCIO MARTINGIL
/ MARIA CONCEIÇÃO FREITAS
/ MARIA DO ROSÁRIO SALEMA
/ MÁRIO CACHÃO
/ MARTA MACEDO
/ MARINA CARVALHINHOS
N
/ NUNO AMARAL DE PAULA
/ NUNO DIAS
/ NUNO MOTA
/ NUNO NETO
P
/ PATRÍCIA CARVALHO
/ PAULO REBELO
/ PEDRO MARQUES
/ PEDRO MIRANDA
/ PEDRO PEÇA
R
/ RAQUEL SANTOS
/ RICARDO ÁVILA RIBEIRO
/ RODRIGO BANHA DA SILVA
/ RUI RAMOS
S
/ SANDRA GUERRA
/ SARA FERREIRA
/ SIMON DAVIS
/ SÓNIA FERRO
T
/ TÂNIA CASIMIRO
/ TERESA FREITAS
/ TERESA QUILHÓ
/ TIAGO CURADO
/ TIAGO SILVA
V
/ VANESSA FILIPE
/ VASCO NORONHA VIEIRA
/ VERA LOPES

PARTICIPANTES

A
/ ALBINO MANUEL RESINA MARQUES
/ AMÉLIA LOURO FURTADO GONÇALVES GOUVEIA
/ ANA BEATRIZ PEREIRA AMARAL DOS SANTOS
/ ANA CAROLINA GOMES ROSA
/ ANA CATARINA SALTÃO OLAIO
/ ANA CRISTINA MARTINS VILHENA PEDRO
/ ANA CRISTINA NUNES MARTINS
/ ANA FILIPA BRAGANÇA MARTINS PEREIRA
/ ANA ISABEL ANTUNES BARRADAS
/ ANA ISABEL DE MELO RIBEIRO
/ ANA ISABEL VEIGA LAGARTO REIS CARVALHO
/ ANA LUÍSA DIAS PEREIRA DO VALE
/ ANA MARGARIDA NOGUEIRA MOÇO
/ ANA MARIA CAIXADO NOVO DA COSTA
/ ANA MARIA LOURENÇO FERNANDES DA COSTA
/ ANA PAULA FERNANDES CORREIA DELGADO
/ ANA SOFIA SILVA PEREIRA
/ ANA TERESA MATIAS DA SILVA FIZEIRE HENRIQUES
/ ANABELA COSTA CAETANO
/ ANDREA CRISTINA RODRIGUES MARTINS

C
/ CARLOS ANTÓNIO DA CUNHA DUARTE
/ CARLOS BOAVIDA
/ CARLOS JORGE GONÇALVES SOARES FABIÃO
/ CARLOS MIGUEL OLIVEIRA FERNANDES
/ CARLOS VITOR DIDELET DURÃO VASQUES
/ CATARINA CRAVINA MENDES
/ CATARINA ISABEL DOS REIS COSTEIRA
/ CÁTIA SAQUE DELICADO OLIVARES VAGUEIRO
/ CLEMENTINO JOSÉ GONÇALVES AMARO
/ CRISTINA ALEXANDRA COELHO DE FIGUEIREDO
/ CRISTINA MARIA DE FREITAS DE ALMEIDA NUNES
/ CRISTINA MARIA GONÇALVES FRIZADO DA SILVA
/ CRISTINA MARIA PASSOS SÉRIO LOURENÇO NOZES
/ CRISTINA MARIA PEREIRA GOMES
/ CRISTOVÃO PIMENTEL FONSECA

D
/ DANIEL LUÍS PEREIRA SARDINHA
/ DORA HELENA ALBUQUERQUE LAMPREIA
/ DUARTE MIGUEL CARDOSO MIRA

E
/ ELISABETE FORTUNATA VIEIRA BARRADAS
/ EVA MARIA FOLGADO LEITÃO
/ EVA MIRIAM ANTUNES GRILO PIRES

F
/ FERNANDO JORGE
/ FERNANDO JORGE SOARES FERREIRA NEVES
/ FERNANDO MANUEL PEIXOTO LOPES
/ FILIPA GALITO SILVA
/ FILIPA PIMENTA NUNES
/ FILIPE MIGUEL MARTINS GARDETE
/ FILOMENA MARIA LOPES COELHO MONTEIRO LIMÃO

G
/ GONÇALO NUNO CORREIA SEQUEIRA LOPES
/ GRAÇA MARIA HENRIQUE PINTO DE SOUSA LOPES
/ GRACINDA MARIA DA CONCEICÃO FERREIRA
/ GUILHERME DE JESUS PEREIRA CARDOSO
/ GUILHERME FILIPE VENÂNCIO DIAS

H
/ HELENA MARGARIDA VENTURA DA CUNHA LOPES
/ HUGO MIGUEL MOURÃO FERREIRA NÚNCIO

I
/ INÊS ALEXANDRA DUARTE PINTO COELHO
/ INÊS CATARINA DOMINGOS DA SILVA
/ INÊS MARIA MARQUES DA COSTA PULIDO PEREIRA
/ ISABEL MARIA BAPTISTA INÁCIO
/ ISABEL MARIA PINHEIRA CAMEIRA

J
/ JESÚS ACERO PÉREZ
/ JOANA ISABEL PALMA BACO
/ JOÃO FRANCISCO DUARTE RODRIGUES
/ JOÃO RAFAEL CORREIA DE ALMEIDA NUNES
/ JOSÉ CARLOS OLIVEIRA CARVALHO
/ JOSÉ GUILHERME TORGAL DE CASTRO AZEVEDO
/ JOSÉ LUÍS DE MATOS
/ JÚLIO MANUEL PEREIRA

K
/ KYRIAKOS STEPHANOPOULOS

L
/ LUANA NARCISA ACS
/ LUÍS ALBERTO DAS NEVES RIBEIRO
/ LUÍS ALBERTO DE FIGUEIREDO DIAS
/ LUÍS MIGUEL PIGNATELLI CARVALHO P. RUIVO
/ LUÍS PEQUITO ANTUNES

M
/ MANUEL FIALHO SILVA
/ MANUELA ANA DE OLIVEIRA BRANCO SYNEK
/ MARIA ANTÓNIA DE CASTRO ATHAYDE AMARAL
/ MARIA CECÍLIA FERREIRA DE CARVALHO FONSECA
/ MARIA CORREIA BAPTISTA ABREU
/ MARIA DE FÁTIMA FERNANDES ZEGRE CUSTÓDIO
/ MARIA DELFINA RUBINA INOCÊNCIO MARTINHO
/ MARIA HELENA ROCHA RAINHO
/ MARIA INÊS FERREIRA DE MORAIS VIEGAS
/ MARIA IRENE BRITO CATARINO
/ MARIA JESUS MONTERO ALVAREZ FERREIRA BASTOS
/ MARIA JOÃO GOMES NÚNCIO
/ MARIA JOÃO SILVA ARAÚJO FERREIRA DE SOUSA
/ MARIA JOSÉ COSTA RAFAEL
/ MARIA MOREIRA BAPTISTA MAGALHÃES RAMALHO
/ MARINA PEREIRA DE OLIVEIRA PERDIGÃO
/ MARISA ISABEL SILVA COSTA
/ MARTA CAPOTE
/ MARTIM AFONSO TIMÓTEO TOMÉ ROCHA LOPES
/ MARYN STOLK
/ MOISÉS LURDITO ANTONIO FERNANDES DA COSTA CAMPOS

N
/ NATACHA FILIPA FIDALGO DUQUE RUSSO NOGUEIRA
/ NATALINA MARIA DUARTE GUERREIRO
/ NUNO MANUEL COSTA JORGE CAMPOS
/ NUNO MIGUEL SILVA NATAL DA LUZ

P
/ PATRÍCIA CATARINA SANCHES DE CARVALHO
/ PATRÍCIA LOPES PINA
/ PAULA CRISTINA MACHADO OLIVEIRA
/ PAULA MARIA VICENTE DE MATOS DE VASCONCELOS MONTEIRO
/ PAULO FERNANDO M. FIGUEIREDO
/ PAULO JOSÉ TAVARES LUÍS
/ PAULO MANUEL RIBEIRO MARCELINO CALAVEIRAS
/ PEDRO ALEXANDRE DA CRUZ OLIVEIRA NEVES DE OLIVEIRA
/ PEDRO FERREIRA NOBRE DE SOUSA E COSTA
/ PEDRO MANUEL RITA DA SILVA
/ PEDRO NUNES MARTINS MENDES

R
/ RAFAEL MARTINS FERREIRA PILAR SANTIAGO
/ RUI FILIPE CRUZ GIL
/ RUI MANUEL DA SILVA MATOS
/ RUI MANUEL ELIAS ARRIFANO

S
/ SALOMÉ CAROLINA TEIXEIRA RIBEIRO
/ SALOMÉ CRUZ BORGES
/ SÉRGIO MANUEL PELEJA ROSA
/ SÍLVIA MARINA CASIMIRO
/ SOFIA ALVES DE MOURA CARVALHO
/ SÓNIA CRISTINA RODRIGUES LOPES DE SOUSA
/ SUSANA NUNES DUARTE
/ SUSANA RAQUEL DE PAULA SILVA POMBAL

T
/ TELMO FILIPE ALVES ANTONIO
/ TERESA CRISTINA PEREIRA DUARTE
/ TERESA DE JESUS CARVALHEIRA SANTOS
/ TERESA MARIA BARREIROS GARCIA
/ THOMAS MATHIAS TEWS

O CAL abre em 2013 como espaço próprio da Câmara Municipal de Lisboa devotado à arqueologia da cidade e do território municipal, uma resposta patrimonial e de produção e conservação do conhecimento sobre o seu passado.

A disciplina conhece hoje uma dinâmica sem precedentes, somando mais de 400 intervenções anuais em Lisboa. É, em muitos casos, a reação da arqueologia a uma conjuntura de expansão imobiliária que produz renovação de peças ou de tecidos urbanos de origem remota. Outras, porém, equivalem a outro tipo de preocupações sociais contemporâneas, como a salvaguarda da memória de elementos de mais próxima cronologia, caso das unidades industriais oitocentistas ou até mais recentes. Fora do chamado Centro Histórico, achados muito recentes confirmaram a suspeita acerca da riqueza do território em vestígios de ampla cronologia. Por fim, novos pontos integraram importantes peças ou conjuntos de ruínas integradas no quotidiano urbano de Lisboa, sobretudo assumidas pelo sector privado, bem mostrando o desfazer de velhos mitos.

Em síntese, a Arqueologia de Lisboa alargou-se, respondendo aos desafios sociais, distendendo-se no espaço, dialogando e acolhendo outros personagens que lhe são externos. Afinal, a Arqueologia de Lisboa é hoje uma das maiores produtoras de património cultural na cidade…

ORGANIZAÇÃO

LISBOA CÂMARA MUNICIPAL

CAL CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE LISBOA

APOIO

Formação

TEATRO ABERTO